UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
FACULDADE DE FILOSOFIA, LETRAS E CIÊNCIAS HUMANAS
DEPARTAMENTO DE GEOGRAFIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA HUMANA

CARLOS ALBERTO FELICIANO

TERRITÓRIO EM DISPUTA:
Terras (re)tomadas no Pontal do Paranapanema

São Paulo
2009

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
FACULDADE DE FILOSOFIA, LETRAS E CIÊNCIAS HUMANAS
DEPARTAMENTO DE GEOGRAFIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA HUMANA

TERRITÓRIO EM DISPUTA: Terras (re)tomadas.
(Estado, propriedade da terra e luta de classes no Pontal do Paranapanema)

Carlos Alberto Feliciano

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Geografia Humana do Departamento de Geografia da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, para obtenção do título de Doutor em Geografia.

Orientador: Prof. Dr. Ariovaldo Umbelino de Oliveira

São Paulo
2009

*Dedico esse trabalho há dois sujeitos sociais fundamentais
no processo de reforma agrária:
os camponeses e os técnicos agentes de Estado.*

AGRADECIMENTOS

Esse é um dos momentos mais delicados.

Quem devemos agradecer?

Àqueles que sempre estiveram por perto, e os que não puderam estar;

Àqueles que tivemos apenas um contato, mas apenas com uma informação nos ajudou muito;

Àqueles que transmitiram muita informação e que também nos ajudou... e muito!

Àqueles que sempre estiveram dispostos a ajudar;

Àqueles que ajudaram sem saber;

Ao Programa de Incentivo à Educação Formal e Especialização, da Fundação ITESP, pela liberação de horas;

Aos entrevistados;

Ao orientador;

Àqueles que ajudaram, de alguma forma, sabem que tem parte nessa pesquisa;

e também àqueles que não ajudaram; pelo contrário!

*à família e aos amigos,
de coração, obrigado pelo carinho e paciência.*

*Sonhar
Mais um sonho impossível
Lutar
Quando é fácil ceder
Vencer o inimigo invencível
Negar quando a regra é vender
Sofrer a tortura implacável
Romper a incabível prisão
Voar num limite improvável
Tocar o inacessível chão
É minha lei, é minha questão
Virar esse mundo
Cravar esse chão
Não me importa saber
Se é terrível demais
Quantas guerras terei que vencer
Por um pouco de paz
E amanhã, se esse chão que eu beijei
For meu leito e perdão
Vou saber que valeu delirar
E morrer de paixão
E assim, seja lá como for
Vai ter fim a infinita aflição
E o mundo vai ver uma flor
Brotar do impossível chão*

*Darion - M. Leigh - Versão Chico Buarque e Ruy Guerra/1972
Para o musical para O Homem de La Mancha de Ruy Guerra*

RESUMO

O Pontal do Paranapanema é um território em disputa. Assim foi desde sua ocupação baseada na expropriação indígena, na grilagem de terras e no desmatamento. Na atualidade a disputa está na luta entre as classes sociais envolvidas na região. Por um lado têm-se as terras historicamente tomadas indevidamente e ilegalmente, que estão sob o domínio dos fazendeiros; por outro as terras que foram retomadas por um processo de luta e que estão sob o domínio dos camponeses, territorializadas através dos assentamentos rurais. Há ainda uma grande parcela de terras em disputa judicial, movida principalmente pela pressão dos movimentos camponeses para que o Estado cumpra as determinações que a lei lhe compete, ou seja, discriminar e retomar as terras que são de patrimônio público.

Somente com as ações dos movimentos sociais através das ocupações de terras, principalmente em meados da década de 90 do século XX, que o Estado procurou redefinir a destinação das terras públicas. Os acordos realizados entre Estado e fazendeiros, permitiu tanto a (re)produção do campesinato, na forma de assentamentos rurais, como dos fazendeiros ao indenizar benfeitorias que se converteram em valores próximos ao preço de mercado, possibilitando assim a compra de terras para outras regiões brasileiras.

Na tese, revelamos o lento processo discriminatório e os entraves jurídicos na obtenção e julgamento dessas áreas griladas por fazendeiros e hoje questionadas pelos inúmeros movimentos camponeses existentes no Pontal do Paranapanema.

Palavras chaves: sem-terra; conflito; Estado; grilagem; Pontal do Paranapanema, discriminação de terras, terras devolutas.

ABSTRACT

The Pontal do Paranapanema is a disputed territory. It has been this way through processes of indigenous expropriation, the falsification of land titles and aggressive deforestation. At present, the dispute is centered on struggle between social classes involved in the region. On the one hand, there is the historically traceable and unquestionably illegal process of falsifying titles to take land, lands which are clearly under the control of the landlord class. On the other, there are lands that have been retaken through a process of struggle, lands now under peasant control, territorialized as agrarian reform settlements. In the meantime, large numbers of tracts remain mired in judicial proceedings, disputed for by peasant movements, pressuring the State to honor the law it is charge to fulfill by retaking lands that are part of the public patrimony.

It has only been through the direct action of social movements, principally the occupation of lands during the middle period of the 1990s that the State sought to redefine the final use of public lands. Accords reached between the State and landlords contributed to (re)producing both the peasantry, through the establishment of agrarian reform settlements, and landlords, through near-market indemnity payments made for improvements on falsely titled public lands, enabling them to buy land in other regions of Brazil.

This dissertation examines the slow land title discrimination process and the legal barriers encountered in the struggle to adjudicate and obtain areas falsely claimed by landlords and today questioned by the innumerable peasant movements active in the Pontal do Paranapanema.

Keywords:

landless; conflict; State; falsified land titles; Pontal do Paranapanema; land title discrimination process; public lands.

SUMÁRIO

Índices

Lista de Siglas

Introdução		20
Capítulo 01	ESTADO E PROPRIEDADE DA TERRA	27
1.1	Origens, formação e aparelhos do Estado: dos gens à concepção de Estado moderno	32
1.2	Concepções sobre o direito à propriedade da terra	45
1.2.1	Da propriedade como direito natural ao questionamento da função social da terra	45
Capítulo 02	ESTADO E REFORMA AGRÁRIA NO BRASIL	56
2.1	O desenvolvimento contraditório do capitalismo no campo brasileiro	56
2.2	Os condicionantes históricos/geográficos das regulamentações fundiárias: privatização e concentração das terras	63
2.3	Os planos governamentais, concentração de terras e luta pela reforma agrária	75
2.3.1	A política de Reforma Agrária na década de 80	75
2.3.2	As políticas de tentativa de despolitização da questão agrária, em meados da década de 90	96
2.3.2.1	O espaço judicial	98
2.3.2.2	O espaço institucional	103
2.3.2.3	O espaço midiático	107
2.3.2.4	A resistência camponesa	110
2.3.3	Práticas contestadoras dos movimentos agrários no início do séc XXI	129
2.3.4	O medo continua: a falta de coragem não realiza a Reforma Agrária	142
Capítulo 03	ESTADO E PROPRIEDADE DA TERRA EM SÃO PAULO	154
3.1	Desconstruindo mitos: concentração fundiária, relações de trabalho e produção no campo paulista	154
3.2	Antecedentes históricos de intervenção do Estado na questão agrária paulista	168
3.2.1	Ações do governo federal	169
3.2.2	Ações do governo estadual	189
3.2.3	Da agricultura a Justiça: a construção de um órgão público diferenciado.	208

Capítulo 04	O PROCESSO DE CONSTRUÇÃO DA QUESTÃO AGRÁRIA NO PONTAL DO PARANAPANEMA.	218
4.1	Violência, desmatamento e grilagem de terras: da destruição dos territórios indígenas a construção de uma região de conflitos agrários	218
4.2	Tentativas governamentais para implementação de políticas públicas no Pontal do Paranapanema	256
Capítulo 05	O PONTAL EM DISPUTA: A LUTA DE CLASSES SOB A ORDEM ADMINISTRATIVA E JURÍDICA	263
5.1	Instrumentos jurídicos para separar terras públicas das privadas	270
5.1.2	Discriminação Administrativa	270
5.1.3	Discriminação impropriamente mista	272
5.1.4	Discriminação propriamente mista	272
5.1.5	Discriminação judicial	273
5.1.5.1	Fase citatória	292
5.1.5.2	Fase contenciosa	294
5.1.5.3	Fase demarcatória	294
5.2	A natureza de uma ação discriminatória	295
5.3	Desconstruindo os argumentos de defesa dos grileiros (fazendeiros-réus)	299
5.3.1	Ilegitimidade do autor da ação	299
5.3.2	Impropriedade da ação discriminatória	301
5.3.3	O processo administrativo como antecedente necessário para uma ação judicial	302
5.3.4	A citação de todos os antecessores do grilo	303
5.3.5	O argumento do usucapião	305
5.3.6	O registro como argumento de legitimação da grilagem	306
5.3.7	Questionar a formação de uma jurisprudência sobre as terras devolutas no Pontal	308
5.3.8	A prescrição da ação	310
5.3.9	Ocupação por boa fé	311
5.4	A construção de um espaço jurídico de atuação: um mosaico de possibilidades	315
5.5	Ordenamento jurídico das terras no Pontal do Paranapanema	322
5.5.1	Terras discriminadas: relações de poder determinando a destinação das terras	323
5.5.1.2	Terras devolutas integralmente legalizadas para o domínio privado	325
5.5.1.3	Terras devolutas legalizadas parcialmente: o conflito conquistando frações do território	326
5.5.1.3.1	3º Perímetro de Presidente Venceslau	330
5.5.1.3.2	4º Perímetro de Presidente Venceslau	335
5.5.1.3.3	Gleba Caiuá-Veado	339
5.5.1.3.4	4º Perímetro de Presidente Prudente	343

5.5.1.3.5	11º Perímetro de Mirante do Paranapanema (antigo Santo Anastácio)	348
5.5.1.3.6	12º Perímetro de Mirante do Paranapanema	356
5.5.1.3.7	19º Perímetro de Santo Anastácio	359
5.5.1.3.8	2º Perímetro de Tupi Paulista (antigo Presidente Venceslau)	362
5.5.1.4	10º Perímetro de Presidente Epitácio	366
5.5.1.5	Perímetros devolutos não legalizados	370
5.5.1.6	Perímetros devolutos legalizados com destinação ambiental	374
5.5.2	Perímetros julgados como particulares	376
	Terras em processo de discriminação: disputa jurídica e política por parcelas do território	380
5.5.2.1	Todas as terras do 14º Perímetro de Teodoro Sampaio	382
5.5.2.2	Todas as terras do 15º Perímetro de Teodoro Sampaio	389
5.5.3	Disputa por frações do território: a luta pela terra direcionando as ações do Estado	399
5.5.3.1	8º Perímetro de Presidente Prudente	404
5.5.3.2	10º Perímetro de Presidente Bernardes	410
5.5.3.3	12º Perímetro de Presidente Venceslau	416
5.5.3.4	16º Perímetro de Presidente Venceslau	424
5.5.3.5	22º Perímetro de Santo Anastácio	437
5.5.4	O Estado desistindo de retomar áreas	442
Capítulo 06	INSTRUMENTOS JURÍDICOS PARA RETOMAR AS TERRAS PÚBLICAS	446
6.1	Ações reivindicatórias	446
6.1.2	A conversão do pagamento das benfeitorias em renda territorial capitalizada	470
6.1.2.1	Desmatamento	470
6.1.2.2	Valor em marcha, ou a “vantagem da coisa feita”	474
6.1.2.3	Valor da posse da terra nua	476
6.1.2.4	Passivo Ambiental	477
Capítulo 07	CONTRADIÇÕES DO ESTADO SOB A ORDEM CAPITALISTA: DAS TERRAS (RE)TOMADAS À (RE)CRIAÇÃO DO CAMPEsinATO	480
7.1	O Estado possibilitando a (re)criação do latifúndio e do campesinato	480
7.2	Fazenda Santa Rita, em Tupi Paulista: terras retomadas sem ação direta do movimento camponês	490
7.3	Da fazenda ao Assentamento Radar: o acordo entre Estado e família Takigawa	502
7.4	Retomada das terras griladas por desapropriações: o caso da Gleba XV de Novembro	509
7.5	Da ação reivindicatória à negociação: a Fazenda São Bento abrindo	529

	precedentes políticos.	
7.5.1	Os polêmicos laudos de avaliação da Fazenda São Bento	540
7.5.1.1	Terras nuas	547
7.5.1.2	Utilização da área	547
7.5.1.3	As benfeitorias reprodutivas	548
7.5.1.4	O valor das pastagens	549
7.5.1.5	Quanto valem a cercas, a casa da sede e uma piscina?	550
	CONSIDERAÇÕES FINAIS	557
	BIBLIOGRAFIA	

ÍNDICES

Tabelas

Tabela 01	Periodização histórica da legislação fundiária brasileira.	65
Tabela 02	Evolução da estrutura fundiária – 1966/2003.	70
Tabela 03	Estrutura Fundiária Brasil 1995/96	72
Tabela 04	Os Maiores Latifundiários do Brasil por áreas econômicas	74
Tabela 05	Metas do 1º PNRA –1985/1989	76
Tabela 06	Programas previstos no 1º Plano Nacional de Reforma Agrária da Nova República.	77
Tabela 07	Brasil: Assentamentos de Reforma Agrária -Governo José Sarney - 1985/1989	81
Tabela 08	Brasil: Assentamentos de Reforma Agrária Governo Fernando Collor - 1990/1992.	84
Tabela 09	Brasil: Assentamentos de Reforma Agrária Governo Itamar Franco- 1993/1994.	86
Tabela 10	Brasil: Assentamentos de Reforma Agrária Governo Fernando Henrique Cardoso – 1995/1998.	91
Tabela 11	Brasil: Assentamentos de Reforma Agrária Governo Fernando Henrique Cardoso – 1999/2002	95
Tabela 12	Projetos criados no Governo Fernando Henrique Cardoso –1995/2002	105
Tabela 13	Ocupações e acampamentos rurais no Brasil – 1985	120
Tabela 14	Tipos de reivindicações por movimentos agrários no início do Século XXI (Brasil - 2001 a 2007)	132
Tabela 15	Tipos recorrentes de manifestações materializadas por movimentos agrários no início do Século XXI (Brasil - 2001 a 2007)	134
Tabela 16	Práticas contestadoras dos movimentos agrários no início do século XXI – Brasil (2001 a 2007)	140
Tabela 17	Distribuição temporal/territorial das práticas contestadoras dos movimentos agrários no início do século XXI	141
Tabela 18	Principais Metas dos Planos de Reforma Agrária	146
Tabela 19	Bancada ruralista no Congresso Nacional – legislatura – 2007/2011	153
Tabela 20	Estrutura fundiária do Estado de São Paulo – por mesoregiões	157
Tabela 21	Estrutura fundiária paulista – 1995/1996	158
Tabela 22	Síntese da estrutura fundiária paulista – 1950/1996.	158
Tabela 23	Estado de São Paulo – Pessoal ocupado no campo – 1995/1996	159
Tabela 24	Distribuição da tecnologia –Tratores 1995/1996	160
Tabela 25	Estado de São Paulo – Financiamentos obtidos	161
Tabela 26	Estado de São Paulo – Utilização das terras	162
Tabela 27	Estado de São Paulo – Distribuição dos planteis	163
Tabela 28	Estado de São Paulo – Distribuição do volume da produção –Lavouras temporárias.	164
Tabela 29	Estado de São Paulo – Distribuição do volume da produção Lavouras permanentes	164
Tabela 30	Estado de São Paulo – Distribuição do volume de produção – Extração	165

	vegetal.	
Tabela 31	Estado de São Paulo – Distribuição do volume de produção – silvicultura.	165
Tabela 32	Brasil e São Paulo – Distribuição do valor da produção	166
Tabela 33	Estado de São Paulo – Distribuição da renda líquida total	167
Tabela 34	São Paulo - Projetos de Assentamentos realizados no Governo Sarney – 1985 a 1989 (governo federal)	176
Tabela 35	Programa Nacional de Crédito Fundiário – São Paulo – Famílias em projetos aprovados – 2005 a 2008	184
Tabela 36	São Paulo - Relação famílias acampadas x famílias assentadas Governo FHC (em projetos via desapropriação de terras)	186
Tabela 37	São Paulo - Relação famílias acampadas x famílias assentadas Governo LULA (em projetos via desapropriação de terras)	187
Tabela 38	Distribuição da Área e dos Imóveis Públicos Rurais por região – São Paulo (1984)	200
Tabela 39	Imóveis públicos por classes de área	200
Tabela 40	São Paulo – Ações do Governo Montoro – 1983 a 1986	203
Tabela 41	Ocupações Estado de São Paulo - 1º ano gestão Mario Covas – 1995	207
Tabela 42	Terras indígenas no Estado de São Paulo – 2009	222
Tabela 43	Perímetros da 10ª região administrativa do Estado de São Paulo	319
Tabela 44	Perímetros com terras devolutas integralmente legalizadas	326
Tabela 45	Perímetros com terras devolutas parcialmente legalizadas	328
Tabela 46	Perímetros com terras devolutas parcialmente legalizadas (com destinação das áreas pelo Estado)	330
Tabela 47	Acordos realizados entre Estado e fazendeiros no 4º Perímetro de Presidente Venceslau. -(anos de 1997 e 1998)	338
Tabela 48	Acordos realizados entre Estado e fazendeiros no Perímetro da Gleba Cuiabá –Veado (anos de 1998 a 2002)	340
Tabela 49	Assentamento via desapropriação – INCRA	340
Tabela 50	Acordos realizados entre Estado e fazendeiros no 4º Perímetro de Presidente Prudente - (anos de 1998 a 2002)	345
Tabela 51	Acordos realizados entre Estado e fazendeiros no 11º Mirante do Paranapanema - (anos de 1995 a 2005)	353
Tabela 52	Acordos realizados entre Estado e fazendeiros no 19º Perímetro de Santo Anastácio - (anos de 1996 e 1997)	361
Tabela 53	Acordo realizado entre Estado e fazendeiros no -2º Perímetro de Tupi Paulista - (ano de 1997)	364
Tabela 54	Assentamentos via desapropriação ou compra – INCRA	364
Tabela 55	Terras devolutas destinadas a Reservas Florestais no Pontal do Paranapanema	373
Tabela 56	14º de Teodoro Sampaio - Áreas em disputa judicial entre Estado e fazendeiros	384
Tabela 57	Projetos de Assentamentos Rurais no 14º de Teodoro Sampaio	387
Tabela 58	Acordos realizados entre Estado e fazendeiros no - 14º Perímetro de Teodoro Sampaio - (ano de 1996 a 2009)	388
Tabela 59	Estrutura fundiária do 15º perímetro de Teodoro Sampaio	391

Tabela 60	Acordos realizados entre Estado e Fazendeiros no 15º Perímetro de Teodoro Sampaio	393
Tabela 61	Ações discriminatórias em andamento no Pontal do Paranapanema Por blocos de interesse	399
Tabela 62	Decisões judiciais – 8º Presidente Prudente	406
Tabela 63	Acordos realizados no 8º Perímetro de Presidente Prudente (ano de 1997 a 2001)	409
Tabela 64	Decisões judiciais – 10º Presidente Bernardes	413
Tabela 65	Decisões judiciais – 12º Presidente Venceslau	417
Tabela 66	Acordos realizados no 12º Perímetro de Presidente Venceslau (ano de 1999 a 2003)	423
Tabela 67	Decisões judiciais – 16º Perímetro de Presidente Venceslau	427
Tabela 68	Acordos realizados no 16º Perímetro de Presidente Venceslau - (ano de 2002 a 2003)	434
Tabela 69	Projetos de Assentamento Rurais implantados pelo Governo Federal (16º Perímetro de Presidente Venceslau)	434
Tabela 70	Decisões judiciais – 22º Perímetro de Santo Anastácio	440
Tabela 71	Andamento das Ações Reivindicatórias no Pontal do Paranapanema -	460
Tabela 72	Comparação entre valores apresentados nos laudos –(laudo avaliador judicial x laudo Itesp)	465
Tabela 73	Resumo comparativo entre valores do laudo	479
Tabela 74	Comparação entre laudos – ESTADO x Fazendeiro-grileiro (Fazenda Santa Rita – município de Tupi Paulista - 2º Perímetro de Tupi Paulista)	491
Tabela 75	Comparação entre laudos – Estado x Fazendeiro-grileiro (Fazenda Radar – município de Presidente Venceslau)	505
Tabela 76	Comparação entre laudos – Fazenda São Bento	547

Mapas

Mapa 01	Assentamentos Rurais no Brasil - Governo Sarney	82
Mapa 02	Assentamentos Rurais no Brasil - Governo Collor	88
Mapa 03	Assentamentos Rurais no Brasil – Itamar Franco	89
Mapa 04	Assentamentos Rurais no Brasil - Governo Fernando Henrique Cardoso – 1º mandato	93
Mapa 05	Assentamentos Rurais no Brasil - Governo Fernando Henrique Cardoso – 2º mandato	94
Mapa 06	Ocupações de Terras – Brasil - 1990/1992	125
Mapa 07	Ocupações de Terras – Brasil – 1993/1994	126
Mapa 08	Ocupações de Terras – Brasil – 1995/2002	127
Mapa 09	Assentamento Rurais – Brasil – 2003/2007	149
Mapa 10	A tomada das terras públicas – Origem da grilagem no Pontal	239
Mapa 11	Divisão dos Perímetros no Pontal do Paranapanema	318
Mapa 12	Divisão territorial do 3º Perímetro de Presidente Venceslau	331
Mapa 13	Divisão territorial do 4º Perímetro de Presidente Venceslau	335
Mapa 14	Divisão territorial do Perímetro Gleba Caiuá-Veado	339

Mapa 15	Divisão territorial do 4º Perímetro de Presidente Prudente	344
Mapa 16	Divisão territorial do 11º Perímetro de Mirante do Paranapanema	349
Mapa 17	Divisão territorial do 12º Perímetro de Mirante do Paranapanema	356
Mapa 18	Divisão territorial do 19º Perímetro de Santo Anastácio	359
Mapa 19	Divisão territorial do 2º Perímetro de Tupi Paulista	363
Mapa 20	Divisão territorial do 10º Perímetro de Presidente Epitácio	367
Mapa 21	Divisão territorial do 2º Perímetro de Presidente Prudente	371
Mapa 22	Divisão territorial do 3º Perímetro de Presidente Prudente	372
Mapa 23	Divisão territorial do 5º Perímetro de Presidente Prudente	373
Mapa 24	Divisão territorial do 13º Perímetro de Mirante do Paranapanema	377
Mapa 25	Divisão territorial do 20º Perímetro de Santo Anastácio	378
Mapa 26	Divisão territorial do 14º Perímetro de Teodoro Sampaio	382
Mapa 27	Território em disputa – Terras (re)tomadas no 14º de Teodoro Sampaio	386
Mapa 28	Divisão territorial do 15º Perímetro de Teodoro Sampaio	389
Mapa 29	Território em disputa – Terras (re)tomadas no 15º de Teodoro Sampaio	398
Mapa 30	Divisão territorial do 8º Perímetro de Presidente Prudente	405
Mapa 31	Território em disputa – Terras (re)tomadas no 8º de Presidente Prudente	410
Mapa 32	Divisão territorial do 10º Perímetro de Presidente Bernardes	411
Mapa 33	Território em disputa – Terras (re)tomadas no 10º de Presidente Bernardes	415
Mapa 34	Divisão territorial do 12º Perímetro de Presidente Venceslau	416
Mapa 35	Território em disputa – Terras (re)tomadas no 12º de Presidente Venceslau	419
Mapa 36	Divisão territorial do 16º Perímetro de Presidente Venceslau	425
Mapa 37	Território em disputa – Terras (re)tomadas no 16º de Presidente Venceslau	430
Mapa 38	Divisão territorial do 22º Perímetro de Santo Anastácio	438
Mapa 39	Território em disputa – Terras (re)tomadas no 22º de Presidente Venceslau	441
Mapa 40	Divisão territorial do 1º Perímetro de Presidente Prudente	442
Mapa 41	Divisão territorial do 11º Perímetro de Presidente Venceslau	443
Mapa 42	Divisão territorial do 18º Perímetro de Dracena	444
Mapa 43	Fazenda Santa Tereza da Água Sumida	482
Mapa 44	Assentamento Santa Teresa da Água Sumida – Teodoro Sampaio	485
Mapa 45	Fazenda Santa Rita – Município de Tupi Paulista	492
Mapa 46	Assentamento Santa Rita – Município de Tupi Paulista	496
Mapa 47	Fazenda Radar – Município de Presidente Venceslau	504
Mapa 48	Assentamento Radar – Município de Presidente Venceslau	507
Mapa 49	Terras Retomadas – Formação do Assentamento Gleba XV de Novembro	513
Mapa 50	Assentamento Gleba XV de Novembro – Rosana/Euclides da Cunha	514
Mapa 51	Assentamento São Bento – Município de Mirante do Paranapanema	550
Mapa 52	Território em disputa: terras (re)tomadas no Pontal do Paranapanema	560
Mapa 53	Movimento camponês em luta – ocupações 1979/2008	562
Mapa 54	Territorialização Camponês – assentamento 1979/2008	563

Gráficos

Gráfico 01	Mortos em conflitos no campo – Brasil – 1964 a 1984	113
Gráfico 02	Mortos em conflitos no campo – Brasil – 1985 a 2007	115
Gráfico 03	Ordenamento jurídico territorial – 3º Perímetro de Presidente Venceslau	334
Gráfico 04	Ordenamento jurídico territorial – 4º Perímetro de Presidente Venceslau	336
Gráfico 05	Ordenamento jurídico territorial – Perímetro de Gleba Caiuá-Veado	342
Gráfico 06	Ordenamento jurídico territorial – 4º Perímetro de Presidente Prudente	348
Gráfico 07	Ordenamento jurídico territorial – 11º Perímetro de Mirante do Paranapanema	355
Gráfico 08	Ordenamento jurídico territorial – 12º Perímetro de Mirante do Paranapanema	357
Gráfico 09	Ordenamento jurídico territorial – 19º Perímetro de Santo Anastácio	362
Gráfico 10	Ordenamento jurídico territorial – 2º Perímetro de Tupi Paulista	365
Gráfico 11	Ordenamento jurídico territorial – 10º Perímetro de Presidente Epitácio	368
Gráfico 12	Ordenamento jurídico territorial – 14º Perímetro de Teodoro Sampaio	387
Gráfico 13	Ordenamento jurídico territorial – 15º Perímetro de Teodoro Sampaio	397
Gráfico 14	Ordenamento jurídico territorial – 8º Perímetro de Presidente Prudente	409
Gráfico 15	Decisões judiciais das Ações discriminatórias – 12º Presidente Venceslau	420
Gráfico 16	Ordenamento jurídico territorial – 12º Perímetro de Presidente Venceslau	423
Gráfico 17	Ordenamento jurídico territorial – 16º Perímetro de Pres. Venceslau	435
Gráfico 18	Decisões judiciais das Ações discriminatórias – 16º Presidente Venceslau	436
Gráfico 19	Uso do solo – fazendeiro-grileiro (antes do assentamento) – Faz. Santa Tereza da Água Sumida	484
Gráfico 20	Uso do solo – domínio dos camponeses (após assentamento) – Assentamento Santa Tereza da Água Sumida	486
Gráfico 21	Uso do solo – fazendeiro-grileiro (antes do assentamento) – Faz. Santa Rita	495
Gráfico 22	Uso do solo – domínio dos camponeses (após assentamento) – Assentamento Santa Rita	495
Gráfico 23	Uso do solo – fazendeiro-grileiro (antes do assentamento) – Faz. Santa Radar	508
Gráfico 24	Uso do solo – domínio dos camponeses (após assentamento) – Assentamento Radar	509
Gráfico 25	Uso do solo – domínio dos camponeses (após assentamento) – Assentamento Gleba XV de Novembro	526
Gráfico 26	Uso do solo – fazendeiro-grileiro (antes do assentamento) – Faz. São Bento	549
Gráfico 27	Uso do solo – domínio dos camponeses (após assentamento) – Assentamento São Bento	551

LISTA DE SIGLAS

ABRA – Associação Brasileira de Reforma Agrária.
AGB – Associação dos Geógrafos Brasileiros.
AMCF – Assessoria de Mediação de Conflitos Fundiários.
BID – Banco Interamericano de Desenvolvimento.
BNDES – Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social
CEBs – Comunidades Eclesiais de Base.
CELPAV – Celulose e Papel Votorantim
CESP – Companhia Energética de São Paulo
CIMI – Conselho Indigenista Missionário.
CNA – Confederação Nacional da Agricultura.
CNDRS – Conselho Nacional de Desenvolvimento Rural Sustentável.
CONIC – Conselho Nacional de Igrejas Cristãs do Brasil
CONTAG – Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura.
CPC – Código Processo Criminal.
CPF – Cadastro de Pessoa Física.
CPT – Comissão Pastoral da Terra.
DER – Departamento de Estrada e Rodagem.
DAF – Departamento Assuntos Fundiários
DRF – Departamento Regularização Fundiária
DNTR – Departamento Nacional de Trabalhadores Rurais (CUT).
FAF – Federação da Agricultura Familiar.
FAO – Organização das Nações Unidas para a Agricultura e Alimentação.
FEPASA – Ferrovia Paulista S. A
FERAESP – Federação os Empregados Rurais Assalariados do estado de São Paulo.
FETAESP – Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado de São Paulo.
FFLCH – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas.
FHC – Fernando Henrique Cardoso.
FMI – Fundo Monetário Internacional.
GEBAN – Grupo Executivo de Terras do Baixo Amazonas.
GETAT – Grupo Executivo de Terras do Araguaia/Tocantins.
IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística.
IBRA – Instituto Brasileiro de Reforma Agrária.
INCRA – Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária.
INDA – Instituto Nacional de Desenvolvimento Agrícola.
INESC – Instituto de Estudos SócioEconômicos
IPES – Instituto de Pesquisa Econômico Social.
ITESP – Instituto de Terras do Estado de São Paulo.
ITR – Imposto Territorial Rural.
MAB – Movimento dos Atingidos por Barragens.
MAST – Movimento dos Agricultores Sem Terra.
MBUQT – Movimento dos Trabalhadores Unidos Querendo Terra.
MIRAD – Ministério da Reforma Agrária e do Desenvolvimento Agrário.
MLST – Movimento de Libertação dos Sem Terra.
MOAB – Movimento dos Ameaçados por Barragens.
MST – Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra.
MTB – Movimento Terra Brasil.

MTP – Movimento Terra e Pão.
MTST – Movimento dos Trabalhadores Sem Teto.
NEA/IE – Núcleo de Estudos da Agricultura. Instituto de Economia.
NEAD – Núcleo de Estudos Agrários e de Desenvolvimento Rural.
OCB – Organização das Cooperativas Brasileiras.
OECs – Organizações Estaduais de Cooperativas.
ONGs – Organizações Não-Governamentais.
PAE – Projeto Agro-Extrativistas.
PC – Projeto Casulo.
PCT – Projeto Cédula da Terra.
PEQ – Projeto Especial de Quilombolas.
PGE – Procuradoria Geral do Estado
PPI – Procuradoria Patrimônio Imobiliário
PIN – Programa de Integração Nacional.
PMDB – Partido do Movimento Democrático Brasileiro.
PNRA – Plano Nacional de Reforma Agrária.
POLOAMAZÔNIA – Programa de Pólos Agropecuários e Agrominerais da Amazônia.
POLONORDESTE – Programa de Desenvolvimento de Áreas Integradas do Nordeste.
PRONAF – Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar.
PROTERRA – Programa de Redistribuição de Terras e Estímulo à Agroindústria do Norte e Nordeste.
PROVALE – Programa Especial para o Vale São Francisco).
PSDB – Partido da Social Democracia Brasileiro.
PT – Partido dos Trabalhadores.
RIPASA –
SBR – Sociedade Rural Brasileira.
SDS – Social Democracia Sindical.
STR – Sindicato dos Trabalhadores Rurais.
SUDAM – Superintendência de Desenvolvimento da Amazônia.
TJLP – Taxa de Juros à Longo Prazo.
TRF – Tribunal Regional Federal.
UDR – União Democrática Ruralista.
UNESP – Universidade Estadual Paulista.
USP – Universidade de São Paulo.

Introdução

A questão agrária e a luta pela reforma agrária é um tema em evidência nacional. Permanece incompreendida por vários segmentos da sociedade, execrada explicitamente por alguns e disfarçadamente por outros, justamente pelo fato de remeter a um posicionamento político-ideológico que invariavelmente está ligado a uma questão de classe.

A pesquisa a ser apresentada é exatamente para tornar transparente essa materialização da luta de classes no embate da disputa pela terra e as mediações contraditórias do Estado.

O entendimento adotado na pesquisa é de que o processo de desenvolvimento do capitalismo na agricultura é desigual é contraditório (Oliveira 1995) e partindo desse pressuposto teórico podemos também pensar que tais contradições também são estendidas ao âmbito do Estado, mesmo que historicamente tenha sido construído para garantir a manutenção de uma classe social no poder.

Como o modo de produção capitalista cria e recria as relações não-capitalistas de produção, o Estado aparece como um mediador/regulador que propicia as condições necessárias para sua reprodução. Seja no caso da reprodução do campesinato, por exemplo cedendo as ações dos movimentos sociais que reivindicam o acesso a uma fração do território capitalista, seja na omissão em fiscalizar e penalizar a presença de grandes latifúndios grilados.

O interesse em estudar especificamente a questão do Estado nessa relação de luta de classes, reforma agrária e propriedade da terra está ligado inicialmente a dois fatores: de complementaridade do mestrado e de ordem no envolvimento profissional. Na dissertação de mestrado defendida em 2003, com o título “Movimento Camponês Rebelde e a Geografia da Reforma Agrária”, procuramos discutir as condições para formação do movimento camponês sem-terra no Estado de São Paulo, revelando sua diversidade organizativa como preponderante construção sua identidade.

No mestrado trabalhamos especificamente os movimentos camponeses, com seu potencial de rebeldia materializando ações e reivindicações no campo paulista, questionando as estruturas impeditivas do Estado em realizar uma ampla reforma agrária e muitas vezes do confronto direto com a classe da grande burguesia rural, através de seus mecanismos “arcaicos” de opressão e violência. Portanto, temos o entendimento que o mestrado auxiliou no sentido de compreender o posicionamento do movimento camponês nessa luta de classes, ponto crucial para discorrer na tese sobre a atuação do Estado nesse processo contraditório.

A outra questão que despertou interesse na temática do trabalho foi o envolvimento profissional do pesquisador, como um agente de Estado. Há nove anos atuando profissionalmente na Fundação Instituto de Terras do Estado de São, podendo de alguma forma contribuir para o entendimento das condições e contradições internas de um órgão público responsável pela política agrária e fundiária no estado.

A área de recorte para análise da atuação do Estado no tocante a questão agrária, é justamente um dos maiores em atenção e tensão no campo brasileiro: o Pontal do Paranapanema. Nessa região há um grande estoque de áreas devolutas, cuja a área é absolutamente desconhecida, mas podendo chegar a uma referência de 900.000 há de terras griladas que foram ocupadas irregularmente no final do século XIX e começo do século XX. Essa grande região já reconhecida teórico/formalmente por parte do poder Judiciário como devolutas tem um longo processo para sua retomada pelo Estado.

Todas as tentativas do governo em provar que as terras são de seu domínio seguem até hoje e fica cada vez mais difícil sua retomada, uma vez que a cadeia e o histórico dominial dessas áreas estão propositalmente corrompidos e viciados. Esses fatores indicam o porquê do questionamento de milhares de camponeses sem-terra que reivindicam o acesso a uma fração do território.

A ocupação da terra pela humanidade possuiu vários significados. Os registros desse conhecimento acumulado na história, demonstra momentos distintos desde seu uso como bens materiais de exploração necessário para reprodução,

passando por disputas expansionistas e de manutenção de um poder econômico ideológico. Qualquer tipo de simplificação dessa história recente da humanidade não será suficientemente capaz de produzir um conhecimento satisfatório.

Demonstramos com essa pesquisa, as formas contraditórias, forjadas e reproduzidas pela sociedade sob a ordem capitalista no tocante a manutenção e questionamento da propriedade privada da terra. O enfoque de observação tem a atuação do Estado como agente mediador/regulador nos embates formais e informais decorrentes das relações sociais de classes distintas, que buscam materializar e grafar suas ações no território.

A propriedade privada da terra possui um componente fundamental para se entender os conflitos sociais existente no Brasil e no mundo: seu caráter privativo. Quem detém o poder do direito de propriedade tem um trunfo nas mãos. Possuir o direito à propriedade da terra é ao mesmo tempo tirar o direito de alguém.

São questões fundamentais para subsidiar o entendimento sobre a criação, reprodução e permanência de relações não-capitalistas de produção, como por exemplo, o campesinato, enquanto classe interna de uma sociedade baseada em sua maior parte, pela lógica capitalista das relações de produção.

O Estado enquanto formulador de políticas públicas desenvolveu e criou várias leis e projetos na tentativa de estimular o desenvolvimento econômico/social da região do Pontal do Paranapanema.

As terras (re)retomadas na região do Pontal do Paranapanema, passaram por várias transformações: de terras indígenas a devolutas; de devolutas a terras griladas com caráter privado; de terras sem definição jurídica dependendo do aval político imprevisto do poder judiciário, para terras julgadas particulares e “inquestionáveis” ou devolutas (portanto, públicas) e possíveis de se implantar projetos de assentamentos rurais; e por fim, terras de administração públicas com uso e permissão por famílias camponesas, criando outras definições e finalidades.

Entendemos que a proposta de um trabalho científico vai além de sinalizar um conjunto elaborado de técnicas, conceitos, valores e abstrações da realidade com

a finalidade de compreendê-la, para assim criar mecanismos de intervenção, sustentado por um rigor científico minimamente “aceito” pela sociedade.

Essa leitura pode transmitir frieza ao tratar de questões que estão estreitamente pautadas ao modo conflituoso de viver e se relacionar em sociedade. De acordo com Santos (2007) na construção das diversas formas de conhecimento possuímos uma característica mal resolvida no aspecto da dimensão emocional; ou seja, nossa dificuldade em trabalhar com as distintas correntes de nossas vidas: a quente e a fria.

A corrente fria é a consciência dos obstáculos, dos problemas e das dúvidas da vida; já a corrente quente é a vontade de ultrapassá-los. De uma outra forma, nas palavras de Santos (2007): “ Hoje, temos a idéia de que é necessário encontrar quadros teóricos e políticos que continuem tentando não ser enganados, mas ao mesmo tempo sem desistir, sem entrar no que chamamos razão cínica, a celebração do que existe porque não há nada além.”

Portanto esse trabalho tem como referencia a possibilidade e a necessidade de que os problemas podem e devem ser superados. A questão agrária no Brasil é um problema mal resolvido, incômodo, aborrecedor e desgastante para a sociedade. Essa característica arraigada de preconceito, má informação, ou informação excessiva é explicada pelos mais de cinco séculos de negação de uma formação cultural de caráter étnico-racial fora dos padrões dos povos originários europeus. É a negação de um direito histórico, por isso nunca enfrentado abertamente.

Esse trabalho tem uma posição clara com relação as formas de relações sociais desenvolvidos no campo brasileiro, sob o modo de produção capitalista. Uma relação fundamentada na contradição desigual e combinada para a produção do capital, que ao mesmo tempo cria e recria internamente formas não capitalistas de relações de produção. (Oliveira, 1995).

Não é um trabalho neutro ou isento. Tais características não existem no mundo, é uma afirmação carregada de ideologia. A vida e as ações humanas são reguladas por decisões e posicionamentos, e tudo isso tem a ver com ESCOLHAS. Portanto, estamos objetivando uma escolha ao acreditar que é possível a existência

de outras formas de se encarar o mundo, diferente de um único padrão, de uma única, “escolha”.

O estudo sobre as diversas formas de composição, criação e recriação do campesinato brasileiro é uma ESCOLHA, com a pretensão de colaborar para a construção de um referencial teórico fundamentado e coerente com a diversidade sócio-cultural-econômico da humanidade. Quem disse que temos e devemos todos que seguir apenas um caminho? O tempo e o controle do território, construídos pelo homem são um caleidoscópio de possibilidades, forjados de acordo com as mais variadas necessidades.

Foi por realizar escolhas que estruturamos a tese em 07 capítulos. No primeiro traçamos uma discussão sobre *O Estado e a propriedade da terra*. Discutimos a relação do surgimento do Estado como manutenção no poder de uma determinada classe social, e a propriedade como um pilar estrutural do Estado Moderno.

Já no capítulo 02 apresentamos uma análise sobre as políticas governamentais no tocante a questão agrária brasileira, indicando os condicionantes históricos e geográficos na constituição das regulamentações fundiárias. Em outro aspecto, no mesmo capítulo sobre *Estado e reforma agrária no Brasil*, discutimos como as políticas governamentais e a violência promovida por parte de setores conservadores da sociedade possibilitaram ações contestadoras e concretas dos movimentos agrários, nas formas de ocupações, passeatas, bloqueios de estrada etc.

Como um indicador de que as ações capitalistas no campo desenvolvem-se de maneira contraditória, apresentamos no capítulo 03 um panorama desconstruindo os mitos sobre a inexistência de uma Questão Agrária no estado mais rico da federação brasileira. Nesse capítulo, apresentamos também as tentativas de intervenção do Estado, pelos governos estaduais e federais no campo paulista.

Já no capítulo “O processo de construção da questão agrária no Pontal do Paranapanema, traçamos uma discussão sobre o processo de grilagem de terras, destruição dos territórios indígenas, desmatamento das reservas florestais e as

tentativas do governo estadual em dimensionar e direcionar políticas públicas para a região.

O Pontal em disputa: a luta de classes sob a ordem administrativa e jurídica, é o título do quinto capítulo. Ele tem a finalidade de expor os meios criados pelo Estado para discriminar as terras devolutas (públicas) das terras particulares, através de ações administrativas e/ou judiciais. Nesse capítulo mostramos também, os argumentos apresentados pelos advogados dos fazendeiros em tentar legitimar as ações de um processo histórico de grilagem. Esse capítulo revela a disputa jurídica e política pelo território no Pontal do Paranapanema.

Em outro momento do capítulo, revelamos os aspectos jurídicos das sentenças proferidas nos 34 perímetros distribuídos pelo Pontal do Paranapanema. Nesse momento há a clarividente disputa de classes no âmbito político/jurídico/territorial, pois os movimentos sociais trazem à tona - com as ocupações de terra - para toda sociedade, a tomada irregular das terras através da grilagem e a inoperância do Estado em retomar as terras públicas, exigindo assim uma ação efetiva.

No capítulo 06 abordamos uma discussão para o entendimento da transformação do pagamento de benfeitorias indenizatórias pelo Estado, em negócios extremamente vantajosos para os fazendeiros. É o momento em que a classe ruralista *cede para ganhar ainda mais*.

No último capítulo, *Contradições do Estado sob a ordem capitalista: das terras (re)tomadas à (re)criação do campesinato*, enfocamos as discussões sobre a análise de cinco casos diferentes de negociação entre Estado x fazendeiro para a retomada das terras públicas. Apresentamos por exemplo, o caso da negociação via acordos administrativos, com parte da área sendo “cedida” pelos fazendeiros e outra parte “regularizada” (caso do Assentamento Gleba XV); passando por acordos onde não tiveram ações do movimento camponês organizado (caso do Assentamento Santa Rita, em Tupi Paulista); e até mesmo a disputa judicial entre Estado x fazendeiro, que tornou-se referência para acordos futuros (caso do Assentamento São Bento, em Mirante do Paranapanema).

Durante toda a pesquisa foram visitados mais de 18 projetos de assentamentos rurais no Pontal do Paranapanema, a leitura e análise de 34 processos de acordos, laudos de vistorias, documentos administrativos, e planos de governos. Foram realizadas também, entrevistas com presidente sindicato rural, dirigentes e funcionários da Fundação ITESP, economistas entre outros.

A “frieza” dos laudos, ações, petições, processos foram “aquecidos” com os depoimentos entusiastas de agentes de Estado e com os camponeses que participaram do processo de retomada das terras públicas. Ambos, seja no campo ou no escritório, estão envolvidos diretamente com a questão agrária e possibilidade de (re) construção de uma vida mais justa e digna.

Capítulo 01

ESTADO E PROPRIEDADE DA TERRA

O Brasil é um país “rico” em pobreza, desigualdade e injustiça social. Os dados revelados recentemente pela Comissão Pastoral da Terra apenas corroboram a existência de frações de tais “abastanças”. Somente no ano de 2007 ocorreram 1.538 conflitos no campo brasileiro, sendo registrados 28 assassinatos.

Nos cinco primeiros anos de governo do Partido dos Trabalhadores, houve um acréscimo de 107, 8% (8.567) no número de conflitos, em comparação aos cinco primeiros do governo do PSDB (4.123). Há quem diga e comemore que houve uma queda no índice de conflitos, em relação aos outros anos do governo atual (1.538, em 2007, ou seja, 7%, contra os 1.657, em 2006). Porém, esses mesmos não explicam as causas e origem de tal fenômeno, que existe e persiste desde a chegada dos europeus a terras brasileiras.

Assim como é “rico” em desigualdades, contraditoriamente o Brasil é extremamente pobre na distribuição de suas riquezas. De acordo com Oliveira (2007), uma extensão equivalente à superfície total ocupada pelo Estado de São Paulo está concentrada nas 27 maiores propriedades privadas no país – e mais, as 300 maiores propriedades privadas equivalem a duas vezes esse mesmo Estado.

Portanto, a construção e permanência dessa “riqueza” e “pobreza”, tão explícitas no campo brasileiro, é fundamentada pela transformação da terra em propriedade privada. Segundo Marés (2003), “é muito recente e localizada a prática de concentrar a produção em um espaço de terra, e ainda mais recente transformar essa concentração em proveito de uma única pessoa e chamar isso de direito de propriedade.” No Brasil, a terra virou mercadoria a partir de seu “aprisionamento”, em 1850, com a edição da lei de Terras, que somente permitia o acesso à terra através da compra e venda, tão bem estudada por Martins (1979), no livro *Cativeiro de Terra*.

A concepção atual de propriedade como um direito assegurado a um indivíduo foi sendo construída concomitantemente ao mercantilismo, baseado na prática e na necessidade de autoafirmação e manutenção das classes sociais nascentes. O marco principal da propriedade moderna ocorreu com a Revolução Francesa (1793), na elaboração das constituições nacionais, propondo organizar o Estado e garantir direitos.

O discurso inicial era aquele baseado na concepção de que o Estado moderno foi criado para defender a igualdade, a liberdade e propriedade. Com isso, para garantir que os privilégios de uma determinada classe burguesa continuassem intactos, a propriedade privada passou a ser o pilar estrutural dessa sociedade. Afinal, cada indivíduo passou a valer menos por seus títulos de nobre e mais por seu patrimônio.

A denominação Estado provém do latim *status*, que significa “estar firme”. Para Dallari (2007, p. 51), a primeira aparição desse termo, cujo significado compreende uma situação de permanente convivência, ligada a uma sociedade política, foi em *O príncipe*, de Maquiavel, em 1513, passando a ser utilizado pelos italianos como o nome de uma cidade independente, por exemplo, *stato de Firenze*. Porém, há divergências sobre a origem do uso do conceito de Estado. Alguns teóricos somente admitem a existência do Estado como uma sociedade política cercada de certas características. Todavia, quase todos admitem que esse tipo de organização existiu anteriormente, em sua essência, embora com outros nomes.

Entendendo que o Estado foi criado para facilitar a manutenção de uma determinada classe social no poder, pode-se compreender o processo histórico de resistência e violência contra a classe social camponesa, como integrante contraditória ao modo capitalista de produção, assim como a permanência da propriedade privada da terra, que, pela lógica do desenvolvimento do capitalismo, assume uma característica baseada na irracionalidade (OLIVEIRA, 2007).

A construção do direito à propriedade privada da terra, no Brasil, está enraizada em uma forma de organização social que acredita no predado do poder

de obtê-la como um direito natural de concentração de riqueza, patrimônio, portanto, e reserva de valor. Com isso, o conflito está configurado, quando a classe camponesa, que possui uma característica de uso pela posse da terra para reprodução do trabalho e da família, questiona o direito de propriedade, assim como também quando os sem-terra questionam a possibilidade de alguém possuir mais terra do que pode trabalhar.

Conforme Martins (1993, p.45),

a luta do posseiro introduz a uma legitimidade alternativa da posse, contornando a legalidade da propriedade [...] os sem terra, na sua prática, não tem como deixar de questionar a legalidade da propriedade, não pode deixar ilegítimo, e também iníquo, o que é legal, que é açambarcar, cercar um território, não utilizá-lo nem deixar que os outros utilizem.

O papel do Estado, nessa luta de classes, não pode ser analisado apenas como um agente regulador dos princípios da liberdade e igualdade. O entendimento de sua ação fica inócuo, sem a compreensão da interferência e do poder de uma classe que procura manter-se em uma condição dominante e privilegiada de informações e benefícios. Foi assim, no desenvolvimento do capitalismo no campo brasileiro, com o Estado, inicialmente em parceria com a Igreja, no processo de “colonização”, no qual cerca de 5 milhões de indígenas foram dizimados, pela procura e ampliação do território e principalmente de riqueza.

Assim foi também, na história de violência contra os escravos negros, que foram perseguidos pelo Estado, quando surgiram as áreas de quilombos, característica de uma condição de terra liberta, do trabalho comunitário, contrário às regras do jogo do capitalismo colonial. E assim foram as sucessivas lutas e resistências contra os camponeses que questionavam as leis capitalistas, defensores do trabalho comunitário, contra a ordem vigente e a favor da liberdade.

A ação incômoda criada pelos camponeses, e a todo custo rejeitada pelas oligarquias rurais e suportada pelo Estado, não está na busca pelo direito ao trabalho

livre ou coletivo, mas sim no que está subjacente à sua necessidade de concretização: o questionamento do direito à propriedade privada da terra.

Nessa perspectiva, é fundamental entender o papel do Estado no retardamento em reconhecer e retomar terras públicas que foram apossadas irregularmente, por meio de processos fraudulentos na região do Pontal do Paranapanema, hoje defendidos por uma classe da burguesia rural regional, como direito à propriedade privada da terra.

O Pontal do Paranapanema, como discutirei em capítulos posteriores, é uma extensa região, com aproximadamente 1,2 milhões de hectares, situada no extremo oeste paulista, tendo como limites naturais o Rio do Peixe, ao norte; a leste, o Ribeirão das Onças, ribeirão das Anhumas e Ribeirão Santa Maria; ao sul, o Rio Paranapanema; e a oeste, o Rio Paraná.

Geralmente, nas pesquisas sobre o Pontal do Paranapanema, conflitos agrários, assentamentos rurais, entre outros conceitos e/ou terminologias, encontra-se sempre a referência sobre uma grande área de terras devolutas e partir daí, o seu dimensionamento político, o processo histórico e contraditório, a luta pela reforma agrária etc. Procuro justificar este trabalho com a possibilidade de uma outra interpretação, construída historicamente sobre a dificuldade criada pelo próprio Estado – leia-se, também, através do jogo de interesses econômicos e políticos – em demorar para definir e assumir sua ineficácia e incompetência, para assim tomar de volta, de uma parcela da burguesia agrária, aquilo que lhe pertence de direito.

Na própria estrutura criada pelo Estado, o processo de reconhecimento de que nessa região (aproximadamente 231 mil hectares) há terras devolutas, portanto, públicas, é estrategicamente longo, árduo e extremamente injusto para a grande maioria de camponeses sem-terra, os quais lutam e resistem nos acampamentos rurais, em busca de uma definição concreta para efetivamente gerir uma pequena parcela de terra.

O hoje conhecido Pontal do Paranapanema passou por várias tentativas desse reconhecimento de registros de terras perante o Estado, todavia sem eficácia, pois a

origem dos títulos sempre foi questionada, por conter no seu processo razões não explicadas e de caráter duvidoso. São vários os episódios, desde a falsificação de papéis e até a mesma de assinatura.

Na atualidade, há um entendimento de que terras devolutas são terras públicas. Essa afirmação tem um peso político gigantesco, uma vez que, se assim o são, o Estado teria que reaver aquilo que lhe pertence.

A partir da década de 30 do século XX, o Estado nomeou e criou várias comissões com a finalidade de discriminar as terras devolutas pertencentes ao domínio público e regularizar as inúmeras posses. Para a regularização das terras, não bastavam apenas as escrituras que os ocupantes receberam dos antigos posseiros. Isso provava apenas a ocupação; tinha-se que apresentar e provar também a cultura efetivada na área ou início de cultura e igualmente a moradia habitual, para regularizarem sua situação.

Todas essas tentativas do governo em provar que as terras são de seu domínio seguem até hoje e cada vez mais fica difícil sua retomada, uma vez que a cadeia e o histórico dominial dessas áreas estão totalmente corrompidos e viciados.

Segundo o ITESP (2008), cerca de 41% dos processos da região já tiveram sentença judicial confirmando-as como terras devolutas, sendo que, desse universo, já foram legitimadas as posses e arrecadadas áreas para a implantação de assentamentos rurais. Outros 44% estão em processo discriminatório em andamento, seja em primeira instância, seja em segunda instância, no Superior Tribunal da Justiça e até mesmo no Supremo Tribunal Federal, necessitando, portanto, da definição do Poder Judiciário quanto ao domínio dessas terras.

A pesquisa procura demonstrar que a propriedade privada da terra é tomada indevidamente, nessa região, e historicamente forçada ao aprisionamento como um modo de manutenção de várias formas de poder, materializadas não apenas pela classe oligárquica rural, mas também pelo Estado. Seu questionamento justifica-se, pois o modelo de desenvolvimento adotado pelo viés capitalista exploratório de produção não responde nem consegue superar os problemas ambientais, sociais e

culturais, criados em decorrência e justamente por sua lógica perversa de degradação da dignidade humana.

No entanto, faz-se necessária a compreensão sobre a lógica de construção e formação do Estado, assim como a composição de seus aparelhos ideológicos, para fundamentar a pesquisa, tendo como o enfoque a região do Pontal do Paranapanema. Muitas questões que discutirei a seguir serão retomadas posteriormente.

1.1 - Origens, formação e aparelhos do Estado: dos gens à concepção de Estado Moderno

A finalidade do capítulo é indicar elementos fundamentais sobre a origem, formação, estruturação e problematizações a respeito do que construímos socialmente e hoje compreendemos como Estado.

Pode-se considerar o Estado como uma maneira de organização de uma sociedade, em determinada conjuntura, condição ou grau historicamente construída, e em uma perspectiva circunstancial, ou seja, passível de mudança, pelo fato de ser uma construção humana.

Tanto é verdade que o Estado tanto é uma construção humana que, até o século XVII, na Espanha, aplicava-se essa denominação para as grandes propriedades rurais e de domínio particular.

Para o desenvolvimento dessa parte do trabalho, tomarei como referências centrais inicialmente as contribuições de Dallari (2007), Engels (2006), Poulantzas (1985), Althusser (1985), Costa (1992), Sorj (1990) e Martins (1994). Outros trabalhos durante o transcorrer do texto e da pesquisa serão incorporados apropriadamente.

Há vários estudiosos que indicam a origem do Estado (na concepção de sociedade política) somente a partir do século XVI. Engels (1820-1895), na obra sobre a *Origem da família, da propriedade privada e do Estado*, apresenta um

detalhamento de informações sobre a relação indivisível desse tripé. A partir do estudo sobre a origem da família, desde sua forma “do comunismo primitivo” das gens¹, a capacidade racional e econômica de organização da sociedade chegou à complexa forma abstrata do Estado. Em uma passagem, afirma que

a constituição da gens, fruto de uma sociedade que não conhecia antagonismos interiores, era adequada apenas para semelhante sociedade. Ela não tinha outros meios coercitivos além da opinião pública. Acabava de surgir, no entanto, uma sociedade que, por força das condições econômicas gerais de sua existência, tivera que se dividir em homens livres e escravos, em exploradores ricos e exploradores pobres; uma sociedade em que os referidos antagonismos não só podiam ser conciliados como ainda tinham que ser levados a seus limites extremos. Uma sociedade desse gênero não podia subsistir senão em meio a uma luta aberta e incessante das classes entre si, ou sob o domínio de um terceiro poder que, situado aparentemente por cima das classes em luta, suprimisse os conflitos abertos destas e só permitisse a luta de classes no campo econômico, numa forma dita legal. O regime gentílico já estava caduco. Foi destruído pela divisão do trabalho que dividiu a sociedade em classes, e substituído pelo **Estado**. (2007, p. 175-76, **grifos nossos**).

E que a destruição das gens, transformando-se em Estado, teve um caráter inegavelmente vinculado à propriedade privada, até hoje imaculada:

[...] a riqueza passa a ser valorizada e respeitada como um bem supremo e as antigas instituições da gens são pervertidas para justificar-se a aquisição de riquezas pelo roubo e pela violência, faltava apenas uma coisa: uma instituição que não só assegurasse as novas riquezas individuais contra as tradições comunistas da constituição gentílica, que **não só consagrasse a propriedade privada, antes tão pouco estimada, e fizesse dessa consagração santificadora o objetivo mais elevado da comunidade humana**, mas também imprimisse o selo geral do reconhecimento da sociedade às novas formas de aquisição da propriedade, que se desenvolviam umas sobre as outras – a acumulação, portanto, cada vez mais acelerada, das riquezas –; uma instituição que, em uma só palavra, não só perpetuasse a nascente divisão da sociedade em classes, mas também o direito de a classe possuidora explorar a não-possuidora e o domínio da primeira sobre a segunda. E essa instituição nasceu. **Inventou-se o Estado**. (ENGELS, 2007, p. 110-112, **grifos nossos**).

Além de Engels e Marx adotarem uma concepção econômica/política sobre o surgimento do Estado, afirmando que ele é um produto da sociedade,

¹ Grosso modo, constitui-se em um círculo fechado de parentes consanguíneos por linha feminina, que não podiam se casar uns com os outros; a partir de então, esse círculo se consolida por meio de instituições comuns, como religião, ordem social, que o faz distinguir de outras gens. A gens pode ser considerada a base da ordem social dos povos bárbaros, do mundo (passando pela Grécia, Roma), até a chamada civilização.

quando chega a determinado grau de desenvolvimento, há estudos que demonstram outras origens: origem familiar ou patriarcal; origem em atos de força, de violência ou de conquista, e origem no desenvolvimento interno da sociedade (DALLARI, 2007).

Sobre a origem familiar, entende-se que a família primitiva cresceu e deu origem ao Estado (FILMER, 1967). Já a seguinte, complementando a teoria anterior, concebe que, com o crescimento das famílias, um grupo adquiriu forças superiores às dos outros grupos sociais, surgindo então o Estado como regulador entre dominantes e dominados (OPPENHEIMER, 1926). Alguns estudiosos salientam igualmente que o Estado teve origem no desenvolvimento interno da sociedade, sendo este um germe em potencial, não possuindo fatores externos, de interesse de grupo ou individual, mas sim o desencadeamento natural e espontâneo da sociedade, quando esta chega a uma forma complexa (LOWIE, 1961).

Seguindo a definição e concepção de que o Estado é produto da própria sociedade, sendo a propriedade privada um dos pilares para sua formação, percebe-se que o acesso a esse determinante pressupõe a privação de outros grupos ou indivíduos a esse benefício, em uma relação de poder. Com o acesso à terra, ocorre o acesso ao poder de possuir e determinar a aquilo como seu, de sua propriedade. Da posse da terra à propriedade, há uma transformação da igualdade para a desigualdade, portanto, fazendo-se necessário um terceiro elemento “superior” a tudo isso, ou seja, o Estado.

Como escreveu Raffestin: “ O *poder*, nome comum, se esconde atrás do *Poder*, nome próprio” (1989, p. 52). Com isso, o *Estado*-condição transforma-se em *Estado*-dominação.

Assim como o Estado é um produto da sociedade, as formas de organização humana são diferenciadas e materializadas espacial/temporalmente em determinadas formações históricas e econômicas. Essa ordem não é rígida nem fixa, tem um ou vários componentes que permanecem e outros que se transmutam. Com efeito, como percurso analítico, procurar-se-á apresentar sinteticamente os tipos de Estado, em cada época histórica da Humanidade. Mesmo ciente dos riscos que

podem compor tal proposta, seguirei a orientação adotada nos trabalhos de Dallari (2007): Estado Antigo, Estado Grego, Estado Romano, Estado Medieval e Estado Moderno.

Estado Antigo se refere ao período em que o poder religioso se unifica com a natureza, através de um governante que representa as expressões de poder ou por uma classe, como, por exemplo, a sacerdotal. Nesse período, o Estado, com fortes traços teocráticos, compunha uma organização econômica em conjunto com a família e, pelo fato de ensejar uma unidade na sua configuração, não vislumbrava *a priori* uma divisão territorial, interna e funcional. Seria o Estado personificado na coesão natureza/sociedade/divindade.

Escrever sobre o Estado Grego é tratar de toda uma civilização helênica que trouxe grandes contribuições para humanidade, não podendo ser unificada apenas em um Estado, pois apresentou costumes e organizações sociais diferenciadas como, por exemplo, entre Atenas e Esparta. A característica semelhante do Estado Grego, que se pode analisar, é a organização social através da cidade-Estado, denominada *polis*, com certo grau de autossuficiência dos pequenos burgos, formando uma cidade.

Diferente de uma ordem comum coesa, como o Estado Antigo, nos períodos de conquistas e domínios de outros povos, por exemplo, não significava necessariamente que dominantes e dominados passassem a ser regidos pela mesma orientação. Na organização do Estado Grego, manifestavam-se explicitamente as primeiras diferenciações de classes. Havia uma elite que, com poder político, decidia as ações do Estado, principalmente nas matérias de caráter público, fato que se distinguia relacionado aos assuntos privados.

O conceito que hoje se tem de cidadão não era para todos, no Estado Grego. Poucos eram considerados cidadãos, restringindo-se o rótulo a uma pequena parcela que podia participar das decisões políticas do governo tido como democrático, pois o entendimento era que, ampliando a participação nas decisões políticas, o controle nas mãos dessa minoria se tornava inexecutável.

No Estado Grego, o conceito de povo ficou restrito a uma classe social, assim como no Estado Romano (754 a.C. até 565 da era Cristã). A noção de superioridade dos romanos foi a base desse Estado, que tinha a finalidade de se constituir em um império mundial, com a expansão territorial sob diferentes povos, com costumes e organizações extremamente diferentes. Também se apresentando em forma da cidade-Estado, o Estado Romano teve seu fim contraditoriamente pelo seu próprio intento.

Ao conquistar novos povos, o Estado Romano não realizava uma interação “jurídica” entre eles, justamente por defini-los por sua inferioridade; mesmo quando começou a sentir sua fragilidade, pelo crescimento do Cristianismo e surgimento de uma nova organização, pelo Estado Medieval, a superioridade dos romanos procurava sempre manter o controle político apenas na Cidade de Roma.

No livro *Teoria Geral do Estado*, Dalmo Dallari (2007) escreve um trecho que demonstra bem esse período de reforçar as diferenças construídas pela força: “[...] nota-se que, ainda que se tratasse de um plebeu romano, quando este já conquistara amplos direitos, teria situação superior à de qualquer membro dos povos conquistados” (2007, p. 65). Pode-se verificar que foi construído um Estado baseado na conquista de novos territórios, através da força.

Chamada por alguns ideólogos do capitalismo como a “noite negra” na história da Humanidade, a Idade Média apresenta uma difícil tarefa de classificar e caracterizar aquilo que pode ser denominado um possível Estado Medieval. Provindo de uma noção do Estado anterior, com uma rigidez e coesão ideológica de superioridade dos romanos, o Estado Medieval tinha alguns elementos que o compuseram como tal. São eles: o Cristianismo, as invasões dos bárbaros e o feudalismo.

A consolidação dos ideais do Cristianismo é a referência central como uma aspiração de universalidade de um Estado. Com isso, o discurso das diferenças entre indivíduos, raças e povos, de acordo com sua forma de organização específica e superioridade romana, é o principal ponto de oposição do Cristianismo. Naquele

momento, fez-se todo um esforço filosófico e teológico para a consolidação do discurso de uma suposta igualdade, baseada nos princípios cristãos.

O poder da Igreja Cristã apresentou-se como uma alternativa ao desordenamento político da época. Portanto, na falta de uma unidade política, a Igreja estimulou a formação do Império com ideais universais, baseado efetivamente na igualdade e princípios da religião cristã. Dentre as estratégias políticas para a formação de Estado/Império, destacaram-se as nomeações da Igreja para os títulos de imperadores.²

Porém, em contradição flagrante ao discurso da universalidade cristã, o que mais havia eram centros de poder, reinos, organizações religiosas, senhorios, que não reconheciam, na figura dos imperadores, a autoridade que estes exigiam. Assim como também o embate dos imperadores, que não aceitavam as interferências da Igreja (muitas vezes, ocorrendo o contrário) na ordem política e desta, que tentava influenciar o comando não apenas espiritual, mas também organizativo e material da sociedade. Enfim, foi um período marcado por uma tentativa de unidade superior (Império) que praticamente não conseguia uma legitimação e reconhecimento enquanto autoridade, que não fosse através de relações de força. Foi um período de disputa entre Papas (religião) e Imperadores (sistema político), em que, no final da Idade Média, acabou prevalecendo o absolutismo monárquico, abrindo as portas para a formação do Estado Moderno.

Outro componente importante para o entendimento da sociedade política medieval – aspirante a um Estado Medieval, com característica universal – foi a invasão dos bárbaros, principalmente entre os séculos III e VI. Os bárbaros eram assim denominados pelos romanos, com os quais, na linha de frente, se realizaram profundas perturbações e transformações na ordem dos Imperadores, invadindo territórios, formando unidades políticas independentes etc. Tais unidades políticas deram origem à formação de vários Estados, para enfraquecer o poder do Império.

² De acordo com Dallari (2007), o Papa Leão III conferiu a Carlos Magno, no ano 800 da era cristã, o título de Imperador.

Além desse enfraquecimento por dispersão, ocorreram ainda alianças entre bárbaros e povos cristãos (divididos), seladas justamente por falta de coesão e reconhecimento na forma de poder, materializada pelos imperadores.

O terceiro elemento que caracteriza o período – o feudalismo – teve a terra como característica central, não só como geradora de alimentos, mas também como a principal produtora das riquezas que circulavam na época. De acordo com Oliveira (2007), “o modo feudal de produção tinha como estrutura básica de seu desenvolvimento a propriedade do senhor sobre a terra (os feudos) e a propriedade limitada do senhor sobre o camponês servo (servidão)”.

Justamente a partir das contradições criadas por esses três elementos do chamado Estado Medieval (Cristianismo, invasão dos bárbaros e feudalismo) foram criadas condições para o surgimento do Estado Moderno, com a finalidade de resolver a instabilidade política, econômica e social, através da ordem e da autoridade.

Os senhores feudais não toleravam mais as exigências dos imperadores, que procuravam explorar e aumentar as tributações, mantendo a população em um estado permanente de guerra. Tais fatos eram ruins para a vida econômica e política da sociedade, concretizada através dos feudos.

A configuração que estava em formação necessitava de uma ordem e poder supremo, uno, em que os senhores feudais pudessem se sentir mais protegidos das inconstâncias de poderes locais. Muitos estudiosos consideram esse período e os Tratados de Paz de Westfália como indicadores do início do Estado Moderno ou Estado Liberal.

Os elementos comuns que caracterizam a vigência de um Estado Moderno podem ser enfatizados por dois pontos centrais: os elementos materiais (território e povo) e os elementos formais, representados na forma de poder, nas expressões da soberania, autoridade ou governo. Alguns estudiosos, como Groppali (1962), admitem que, na formação do Estado Moderno, possa aparecer um quarto elemento, que é a finalidade (pois, conforme essa orientação, as pessoas só se integram a uma ordem ou se submetem a um poder em função de algo).

Pretendo, neste trabalho, levantar algumas discussões sobre os elementos que compõem e caracterizam o Estado Moderno. Seguindo a orientação estabelecida entre os elementos materiais (território e povo) e os elementos formais (soberania e finalidade), procurarei discorrer, em princípio sinteticamente, sobre o elemento do território, que tem relação com a Geografia.

Sobre o território, conceito discutido profunda e historicamente, no escopo da Geografia, adotarei uma interpretação na qual este é a conquista maior da materialização do poder, um elemento entendido como um trunfo (RAFFESTIN, 1985). Nas discussões suscitadas pelas ciências jurídicas, há uma noção de território como um componente necessário para a formação do Estado, mas que surge somente na sua fase histórica, em sua concepção de Estado Moderno. Porém, há ressalvas de que sua existência seja anterior.

Interessante demonstrar que o entendimento do conceito de território é importante, para definir onde o poder está localizado e de qual forma. Dallari (2007), por exemplo, salienta a necessidade de se criar a noção de território, para distingui-la da noção de soberania, na Idade Média:

[...] durante a Idade Média, com a multiplicação dos conflitos entre ordens e autoridades, tornou-se indispensável essa definição [território], e ela foi conseguida através de duas noções: a de soberania, que indicava o poder mais alto, e a de território, que indicava onde esse poder seria efetivamente mais alto. (2007, p. 86).

Outro aspecto é o da multiplicidade de poder, pois, se uma sociedade precisa materializar tal poder em um determinado local, quer dizer que outros poderes podem estar mais em um do que em outros locais. Segundo Costa (1988), isso é realmente necessário: “Toda a sociedade que delimita um espaço de vivência e produção e se organiza para dominá-lo, transforma-o em seu território. Ao demarcá-lo, ela produz uma projeção territorializada de suas próprias relações de poder” (1988, p. 18).

Alguns autores, como Paulo Bonavides (1967), buscam uma interpretação da concepção de território como elemento estrutural do Estado, baseando-se nas seguintes teorias:

Território-patrimônio, característica do Estado Medieval e com alguns reflexos em teorias modernas. Essa teoria não faz diferenciação entre *imperium* e *dominium*, concebendo o poder do Estado sobre o território exatamente como o direito de qualquer proprietário sobre um imóvel. Bonavides(1967: 108)) afirma que a relação de território como patrimônio foi pelo fato de que “nessa época não se distinguia nitidamente o direito público do direito privado e se explicava a noção do território através do direito das coisas, confundindo-se o território com a propriedade ou com outros direitos reais”

Com essa teoria derivou-se a concepção que se tinha do território como propriedade dos senhores feudais e da concepção de suas habitantes como coisas.

Nessa concepção o poder do Estado sobre o território era o mesmo do direito de um proprietário sobre o imóvel, ou seja o domínio. Justamente daí que entendem-se os pactos, as concessões, os litígios sucessórios em matéria territorial, que avultaram durante toda a Idade Média e colaborando com a confusão entre o direito público e o direito privado.

Território-objeto, que é a que concebe o território como objeto de um direito real de caráter público. Embora com certas peculiaridades, a relação do Estado com seu território é sempre e tão só uma relação de domínio. Entendem os juristas que essa concepção toma o território como objeto (não pelo ponto de vista do direito privado, mas do ponto de vista do direito público). “ Fala-se de um direito do Estado sobre o território e por este se entendem principalmente as terras, numa noção de evidente estreiteza” (Bonavides, 1967:108)

Território-espaço, teoria segundo a qual o território é a extensão espacial da soberania do Estado, ou seja “o território não exprime um prolongamento do Estado, senão apenas um momento em sua essência”. A base dessa concepção é a idéia de que o Estado tem um direito de caráter pessoal,

implícito na idéia de *imperium*. Alguns adeptos dessa orientação chegam a considerar o território como personalidade jurídica do Estado, propondo mesmo a expressão território-sujeito. Formularam a tese também de que “o poder do Estado não é o poder *sobre* o território, mas poder *no* território e qualquer modificação do território do estado implica a modificação mesma do Estado”. (Bonavides, 1967:111)

Nessa concepção o Estado não tem o domínio do território, mas sobre as pessoas que compõem o território. Por exemplo, o poder que o Estado exercer sobre o território, quando impõem limitações aos indivíduos com respeito ao direito de propriedade do solo, quando expropria, ou quando define seu uso por utilidade pública.

Território-competência, teoria defendida para considerar o território o âmbito de validade da ordem jurídica do Estado. Os teóricos jurídicos procuraram formatar essa teoria com a junção da concepção de território-objeto, retirando do escopo teórico, o caráter naturalista do território, tomando a soberania (poder) territorial como questão primeira e o território (natural) como um dado secundário.

A síntese dessas teorias elaboradas por Paulo Benevides mantém sempre a noção de território como uma forma de poder do Estado, elemento sem o qual ele deixa de existir. Apesar de o território apresentado estar bem próximo ao significado de delimitação territorial, de uma porção de terra, pode-se pensar sobre seu relacionamento com a noção de propriedade e exercício do poder.

No Brasil, a propriedade privada da terra é a materialização de poder, de extensão de um domínio e que dificilmente é renegada e expropriada de quem a detém. Portanto, a relação terra, território e Estado, sob este aspecto, é um amálgama quase indivisível, já que quem detém o domínio da terra constrói formas de produção (capitalistas ou não capitalistas), as quais definem a formação de um território, que pode, dependendo da força dessa classe social, direcionar as ações de um Estado. Com isso, surge o Estado como uma ordem jurídica, a fim de manter as necessidades dos detentores do poder, em um determinado momento histórico.

As discussões acerca da relação dos conceitos sobre território, poder e Estado com certeza podem render outros trabalhos e pesquisas interessantes³. Não pretendemos aqui esgotar o assunto, mas tentar elucidar alguns pontos sobre a relação da apropriação da terra, na forma de propriedade privada, por determinadas classes sociais e que, pela formação da história recente da humanidade, pode ser concebida como elemento constitutivo do conceito de Estado.

Para o desenvolvimento da pesquisa, é relevante esclarecer que compartilhamos o entendimento de território explicitado por Oliveira (1996), para quem este deve ser

[...] assumido como síntese contraditória, como totalidade concreta do processo de produção, distribuição, circulação e consumo, e suas articulações e mediações políticas, ideológicas, simbólicas, etc. É pois um produto concreto da luta de classes travada pela sociedade no processo de produção e reprodução de sua existência. São pois, relações sociais de produção e o processo contínuo e contraditório de desenvolvimento das forças produtivas que dão configuração histórica específica ao território. O território não é um prius ou um a priori mas a contínua luta das classes sociais pela socialização igualmente contínua da natureza é, pois, simultaneamente, construção, destruição, manutenção e transformação. É, em síntese, a unidade dialética, portanto contraditória, da espacialidade que a sociedade tem e desenvolve de forma desigual, simultânea e combinada, no interior do processo de valorização, produção e reprodução. (OLIVEIRA, 1996, p. 12).

Nesse sentido, essas contradições existentes no modo capitalista de produção são expostas, e a interferência e disputas nas relações de poder são igualmente manifestadas na formação e estruturação do Estado. Por isso, a estreita ligação subscrita historicamente entre Estado, poder e classes sociais.

Pela sua formação histórica, o Estado nasceu pela necessidade de conter os antagonismos das classes, contudo, nasceu em meio a seus conflitos e luta entre elas. Portanto, seu surgimento esteve vinculado ao domínio de uma das classes, a mais forte economicamente. Como escreveu Engels:

³ Sobre as diferentes concepções e abordagens sobre território, ver a respeito em Saquet (2007), Haesbaert (2006).

O Estado antigo foi, sobretudo, o Estado dos senhores de escravos para manter os escravos subjugados; o Estado feudal foi o órgão de que se valeu a nobreza para manter a sujeição dos servos e camponeses dependentes; e o moderno Estado representativo é o instrumento de que se serve o capital para explorar o trabalho assalariado. (2002, p. 178).

A permanência e reprodução desse tipo de relação de produção sob o poder de uma determinada classe social, inferindo sobre a outra por intermédio de uma ideologia de neutralidade ou superioridade na figura institucional do Estado, mediando as diferenças, fez-se e continua se realizando via um aparelhamento específico e necessário para tal intento. Louis Althusser (1985) definiu muito bem como os aparelhos ideológicos do Estado, em consonância com suas formas repressivas, tornaram-se elementos fundamentais para sua existência e manutenção.

As teorias marxistas sobre o Estado explicam que este é aparelhado de formas repressivas e ideológicas. As repressivas compreendem: o governo, a administração, o exército, a polícia, os tribunais, as prisões etc., indicando que o Estado possui sua funcionalidade por meio da força e da violência.

Althusser (1985) define uma outra característica de aparelhamento estatal, por “realidades apresentadas ao observador imediato sob a forma de instituições distintas e especializadas”, denominadas de Aparelhos Ideológicos do Estado. Entre elas, destaca: AIE religioso (o sistema das diferentes Igrejas), AIE escolar (o sistema das diferentes “escolas” públicas e privadas), AIE familiar, AIE jurídico, AIE político (o sistema político, os diferentes partidos), AIE sindical, AIE de informação (imprensa, o rádio, a televisão etc.) e o AIE cultural (letras, belas artes, esportes etc.).

As duas formas de manifestação dos aparelhos do Estado não devem ser entendidas como dicotômicas. Ambas estão carregadas de ideologias, apesar de uma trabalhar, desenvolver, resolver e impor-se primordialmente através da força (repressão), enquanto, na outra, a força não está contida basicamente nas ações físicas, concretas, todavia essencialmente no campo subjetivo das ideias, muitas vezes aparentando naturalidade (o aspecto ideológico). Elas podem apresentar-se nos seus extremos, isoladamente, como característica marcante de sua forma, ou também combinar elementos e características do outro.

Compreende-se, por conseguinte, que a existência desse aparelhamento do Estado, tanto pela via ideológica como pela repressiva e suas variações, foram mecanismos de manutenção de uma determinada ordem de poder, que necessita realizar sua reprodução.

Em princípio, o Estado não foi criado apenas para realizar ações que venham a privilegiar uma parte hegemônica de uma sociedade de classe e, para isso, utiliza seus mecanismos repressivos ou ideológicos. É evidente que a ideologia da classe dominante exerce grande força nos aparelhos ideológicos do Estado, mas sua ação deve ser compreendida apenas como uma força destrutiva e repressora. O Estado pode, ainda, apresentar condições mais positivas, criando, transformando e realizando. Com isso, consegue-se entender, por exemplo, a brecha conquistada pelos camponeses, que, pelo embate da luta de classes, fez o Estado constituir uma política de assentamentos rurais.

Poulantzas (1985) enfatiza que não se deve conceber o Estado apenas como portador do binômio repressão-ideologia, impondo um poder sobre a classe dominada e oprimida:

Acreditar que o Estado só age assim é completamente errado: a relação das massas com o poder e o Estado, no que se chama especialmente de consenso, possui sempre um substrato material. Entre outros motivos, porque o Estado, trabalhando para a hegemonia de classe, age no campo de equilíbrio estável do compromisso entre as classes dominantes e dominadas. Assim, o Estado encarrega-se ininterruptamente de uma série de medidas materiais positivas para as massas populares, mesmo quando estas medidas refletem concessões impostas pela luta das classes dominadas. Eis aí um dado essencial, sem o qual não se pode perceber a materialidade da relação entre o Estado e as massas populares, se fosse considerado o binômio repressão-ideologia. (1985, p. 36).

A introdução desse trecho sobre o potencial de positividade das ações do Estado tem um papel importante, neste trabalho, uma vez que isso se coloca como uma contradição existente da sociedade regida em um Estado capitalista. Justamente pelo discurso ideológico do equilíbrio entre as classes, o Estado é forçado a realizar ações que não são essencialmente desejos da classe que o formou, abrindo, assim, caminhos e possibilidades para sua própria superação.

O viés que se pretende discutir, nesta tese, ressalta a necessidade de superação de uma lógica de desenvolvimento no campo, pautada pela construção do discurso ideológico da naturalidade sobre o direito à propriedade privada da terra.

Assim como foi discutida a origem e formação do Estado, em uma relação muito próxima da manutenção de poder de uma classe em relação a outra, procuro, na sequência, demonstrar que a transformação da terra em propriedade é um pilar que sustenta essa estrutura desigual e contraditória existente até hoje. Por isso, é imperiosa a compreensão sobre a propriedade da terra, em alguns momentos da história.

1.2 – Concepções sobre o direito à propriedade da terra

1.2.1 - Da propriedade como direito natural ao questionamento da função social da terra

Quando se discute o conceito de propriedade, geralmente relaciona-se essa ideia a um direito. Essa noção de direito a ter e possuir algo ou coisa foi construído historicamente. Hoje, no auge de um modo de produção baseado em relações capitalistas, em que o individualismo é característica preponderante, esse direito ganha proporções ainda mais gritantes.

Quando uma área rural é ocupada por trabalhadores rurais sem terra, seja qual for sua motivação (improdutividade, grilagem etc.), logo surge a defesa do mais santificado dos direitos: o da propriedade. O direito de propriedade não é outra coisa senão concentrar a produção em uma parcela determinada de terra e, na atualidade, transformar essa concentração em proveito de uma única ou mais pessoas.

Esse direito é condição fundamental para o homem, e não apenas para alguns homens. Se o direito à propriedade sempre esteve presente, nas cartas

constitucionais, nas declarações universais e até mesmo nos princípios da Revolução Francesa, era porque todos deveriam ter direito à propriedade.

O direito de propriedade e, em especial, da propriedade da terra esteve presente em toda a história da humanidade. Desde o direito de propriedade como um direito natural do homem ou resguardado somente pela sua ocupação ou trabalho, a constância é sua inquestionabilidade. Por um ou outro motivo, esse direito é sempre preservado.

Pretendo discutir, neste capítulo, como esse conceito foi construído historicamente e chegou a seu grau maior de absolutização e, talvez por isso, passou a ser questionado por parte dos movimentos sociais que lutam, em princípio, pelo acesso à terra e não apenas à propriedade.

Para tanto, farei uma sistematização sobre a propriedade em diferentes modos de produção. Não vou ater-me a detalhes dessas formas, mas somente a algumas características que possam elucidar significados rotineiros, nos discursos ideológicos e na defesa irrestrita do direito a propriedade e dos proprietários.

Como estou propondo uma discussão acerca do direito de propriedade, cabe salientar que as observações sobre essa questão, em grande parte, estarão direcionadas ao desenvolvimento das doutrinas jurídicas e de filósofos e políticos que refletiram sobre uma nova forma de organização do poder civil, através do Estado, em questões como forma de governo, religião, direitos, política, entre outras. É nesse ponto que entra a propriedade como uma ideia e justificativa do grande direito individual a ser assegurado pelo nascente Estado.

Todavia, antes de entrar na discussão sobre a característica da propriedade, na ordem do Estado moderno, penso ser de interesse levantar alguns fatores históricos sobre a propriedade da terra ou rural.

No feudalismo, na Europa, a terra possuía uma importância fundamental, não somente como geradora de alimentos, mas também como a principal produtora de circulação de riqueza. A terra era elemento central na estrutura feudal. De acordo com Oliveira (2007), a terra e os servos eram

propriedades do senhor feudal, sendo os segundos condicionados a um caráter ilimitado.

O modo de produção sob o feudalismo vinculava o cultivador – camponês – à terra cultivada, que se tornou dominante em toda a Península Ibérica, durante muitos séculos. A relação de compromissos entre o senhor feudal e os servos impedia que estes se fixassem em terras ainda sem dono. Por outro lado, as classes feudais mobilizavam-se para não permitir que seus campos fossem esvaziados.

Os traços jurídico-políticos das concepções feudais, segundo Silva (2001), são os seguintes:

[...] a personalização e patrimonialização dos vínculos políticos, ressaltando-se que os vínculos de dominação, por serem extremamente fortes, confundiam-se com vínculos de fidelidade pessoal; os poderes políticos tornam-se coisificados e equiparados a poderes patrimoniais na titularidade de seus detentores, havendo a conseqüente dissolução do monopólio do Estado, no que tange ao poder político; a desigualdade dos estatutos jurídico-políticos dos indivíduos, com a pulverização da ordem jurídica em função das pessoas, dos lugares e das coisas. (2001, p. 12).

Assim, os reconhecidos socialmente mais fortes passam a ter direitos. Nessa perspectiva, os senhores feudais possuíam tanto poderes territoriais, quanto poderes políticos, e o direito à terra lhes dava esse caráter. Eles eram os únicos titulares de direitos, no plano jurídico-político. Os servos tinham deveres de trabalhar, guerrear e de fidelidade ao senhor. O interessante foi que, nesse modo de produção, as normas jurídicas estabeleceram o direito universal da apropriação senhorial do subproduto da terra, ou seja, declaravam a impossibilidade jurídica de existir qualquer propriedade isenta de proteção senhorial.

O fato marcante do feudalismo europeu para o entendimento da propriedade da terra foi o processo de diferenciação entre classes, o qual propiciou, a uns, acesso à terra – e a outros, não. A concepção filosófica adotada na época foi elaborada por pensadores chamados Santos da Igreja, como Santo Agostinho, Santo Ambrósio, São Martinho Dume, entre outros. Conforme suas concepções, o rei era o representante de Deus (como foi discutido no capítulo anterior) e, como tal, era absoluto, estando acima da ordem e dos homens.

Com isso, quem estava mais próximo do rei estava mais perto de Deus e, desse modo, foram se configurando um ordenamento entre nobres, membros do clero, militares e outros mais distantes, como artesãos, trabalhadores braçais etc. A partir dessa ordenação, criaram-se classes superiores de pessoas, que receberam a propriedade da terra com maior ou menor privilégio, de acordo com o grau da nobreza.

O proprietário da terra possuía o título de senhor ou dono, de onde se originou a expressão jurídica *domínio*, denotando a existência de uma propriedade. Logo após, por intermédio do ordenamento jurídico-político, foi criada a propriedade direta (pertencia ao senhor ou dono) e a propriedade útil (de uso do cultivador, servo).

Passado o período do feudalismo e longe de pensar que, no Brasil, existem resquícios do feudalismo, como prezam algumas correntes sobre o entendimento do capitalismo no campo, podem-se compreender algumas características ou, ao menos, denominações provindas de um regime que existiu na Europa, mas que, no processo de colonização, vieram subjacentes. Muitas formas e/ou de organização/denominações daquela época deram origem a outras vigentes, como, por exemplo, as parcerias, o arrendamento, os usufrutos.

Enquanto, no período feudal, a liberdade de iniciativas do indivíduo era sacrificada pelos compromissos com os senhores, no período de transição para o capitalismo – ou, como alguns preferem, o período liberal –, a liberdade não foi mais manifestada pelo compromisso com o senhor, mas com o mercado.

A concepção atual de propriedade como um direito assegurado a um indivíduo foi sendo engendrada concomitantemente ao mercantilismo, baseado na prática e na necessidade de autoafirmação e manutenção das classes sociais nascentes.

O marco principal da propriedade moderna se deu com a Revolução Francesa e a elaboração das constituições nacionais. O próprio significado da palavra *constituição* pressupõe uma novidade, uma invenção. Justamente com essa ideia de novidade e renovação, as constituições, a partir da francesa, elaborada em

1793, propõem uma nova organização superior, com base no Estado, para garantir o direito a todos, independentemente das diferenças entre as classes.

Porém, como se viu anteriormente, a ideologia da classe dominante acabou semeando privilégios por entre as estruturas do Estado. Apesar do discurso inicial de que o Estado moderno foi criado para garantir a liberdade, a igualdade e a propriedade entre os diferentes, suas ações acabaram privilegiando uma determinada classe. E o direito de propriedade passou a ser o pilar estrutural da sociedade, mas, ao contrário do feudalismo, os indivíduos deixaram de valer pelos seus títulos de nobres e mais por seu patrimônio.

Antes mesmo de a propriedade da terra assumir esse caráter de legitimidade e funcionalidade dos direitos fundamentais do homem, regulados pelo Estado, muitos pensadores discutiram essa questão: Hobbes, Locke, Calvino, Lutero, Rousseau, Maquiavel, Montesquieu, entre outros. É oportuna a ressalva de que cada um fez suas reflexões a partir da realidade e forma de organização econômico-social que vivenciaram.

Segundo Marés (2003), quase todos esses teóricos pensadores da formação e caracterização do Estado possuíam vínculo ou origem com a Igreja, fator que insere a questão sobre a estreita relação entre propriedade, Igreja e Estado:

[...] todos os pensadores eram bispos, padres, pastores ou pelo menos, sofriam influência da Igreja, por isso se pode dizer que o pensamento cristão informou todos os teóricos que viriam a construir os alicerces do Estado e do Direito contemporâneos, sejam católicos ou protestantes. A defesa da propriedade seria uma reinterpretação do Evangelho, das Sagradas Escrituras e das palavras dos santos. A prova da veracidade dos pensamentos filosóficos seria encontrada nos textos bíblicos. Exatamente por isso acompanhar a evolução do pensamento oficial da Igreja sobre a idéia de propriedade significa acompanhar os movimentos oficiais deste conceito [propriedade] no seio do setor político. (2003, p. 20).

Quando o teólogo Santo Tomás de Aquino (1225-1274), em sua obra *Suma Teológica*, assumiu a existência da propriedade⁴, não a considerava como um direito natural, que se oporia a um bem comum, coletivo. Por exemplo, o

⁴ A atribuição ao termo *propriedade*, nas discussões de Santo Tomás não se remetia à propriedade da terra, mas sim das coisas em geral, de seus produtos, pela ação humana. O entendimento da terra como um direito de propriedade, sem fins exclusivos de produção ou uso, é característica do capitalismo.

discurso frequentemente utilizado por alguns proprietários de terras, na atualidade, na defesa de seus direitos de *usar e dispor* de seus bens da forma como lhes convier, foi muito bem discutido por Aquino.

Ele fez uma distinção entre *usar* e *dispor*. Segundo suas observações, o *usar* poderia ser tido como um direito natural de todos os homens, uma maneira de utilizar a terra como uma condição de posse (apesar de ele não mencionar tal denominação). Por isso, o sentido da terra como uso é empregado pelos camponeses posseiros, como um modo de legitimação de suas ações. É um direito de uso, de sobrevivência. De outro lado, relata que o direito de *dispor* é um direito humano, construído pelo homem, em sociedade.

Apesar da lógica do *dispor* (nos parâmetros da troca ou venda, surgida um bom tempo depois), seu entendimento era de que, se uma pessoa conseguia algo em abundância, não podia acumular para proveito próprio, mas isso deveria ser distribuído aos que não possuíam.

Para Marés (2003), após o posicionamento considerado radical de Santo Tomás de Aquino sobre o direito de propriedade, tratando-se do século XIII, não houve qualquer manifestação da Igreja com relação a esse assunto. Presume-se que tal ocorrera justamente pela força da Igreja no período feudal, pois,

[...] depois de Santo Tomás, no século XIII, até o século XIX, há um silêncio da Igreja sobre o tema, o que significou abençoar a propriedade feudal e logo depois a mercantil, dela cobrando dízimos e indulgências, sem críticas ou anátemas. Com a tomada de poder pela burguesia e a constituição dos Estados Nacionais, a Igreja católica passou a defender oficialmente a propriedade privada, abençoando, então, disposições como por exemplo a da Constituição Portuguesa⁵. (2003, p. 22)

Passado o período do “silêncio” da Igreja, iniciou-se o processo do crescimento das relações mercantis e o desenvolvimento da sociedade caminhando para a institucionalização dos Estados Nacionais. Porém, antes da consolidação da propriedade privada, reconhecida e legitimada como um contrato, através de um Estado, cabe discutir como a propriedade adotou esse caráter absolutista.

⁵ A Constituição Portuguesa de 1822 reconhecia a propriedade como um direito sagrado e inviolável. É um indicador de como foi repassado ao Brasil o significado poderoso desse direito.

As ideias de John Locke (1632-1704) sobre o direito de propriedade tornaram-se o fundamento da ordem, a partir de então. Apesar de concordar com a ideia de Aquino de que o direito de propriedade deveria se restringir ao uso, de sorte que tudo o que fosse excesso ou acúmulo deveria ser dividido ou distribuído, acrescentou um componente que mudou radicalmente a interpretação sobre a propriedade e seu direito.

Locke, além de concordar com Aquino, adicionou o conceito de corruptível, de desgaste, dano e estrago da propriedade como um motivo para que esse direito deixasse de existir. Ou seja, resguardando sua ideia original e fazendo uma analogia aos tempos atuais, acrescentou o que se chama, na atualidade brasileira, de improdutividade. Contudo, naquela época, como havia abundância de terras, isso era visto como desperdício ou deterioração.

Novamente, Marés (2003) relata didaticamente essa contribuição de Locke:

[...] se uma pessoa colhe mais frutos do que pode comer está avançando na propriedade comum, mas se não são frutos deterioráveis, se são bens duráveis que não se deterioram, pode tê-los a vontade. Em geral, afirma, os bens duráveis, como a pedra, não tem utilidade humana e, portanto, não tem interesse em se discutir a propriedade. Por isso, e para isso, a sociedade inventou bens não deterioráveis como valor universal, como ouro, prata, âmbar e, finalmente, o dinheiro, passível de acumulação. Esta lógica é o ponto chave para construir a legitimidade da acumulação capitalista futura, porque restringia o bem comum às coisas corruptíveis, como os alimentos. (2003, p. 24)

Mesmo ignorando os desdobramentos de sua teoria, que seria empregada fortemente somente após dois séculos de sua elaboração, o liberal Locke acabou justificando a acumulação capitalista, ao reconhecer que é possível tornar uma propriedade legítima (ainda não apresentando um limite), desde que esta possa ser transformada em capital, em bens duráveis, em ouro ou em dinheiro.

A acumulação defendida por Locke era relacionada ao trabalho, portanto, o direito a propriedade estava muito vinculado à possibilidade e capacidade de trabalhar e produzir. Assim, ao contratar o trabalho de outrem para produzir, está-se legitimando o direito à propriedade. Por conseguinte, o que se tornaria injustificável (a deterioração) deixa de acontecer, porque o trabalho

legítima a propriedade, mesmo que este não seja exclusivamente daquele que a detém.

Consequentemente, por essa lógica (acrescida do momento histórico dos princípios liberais de igualdade e liberdade), a possibilidade da acumulação de capital, bens e propriedade é abonada teórica e moralmente, por intermédio de uma relação contratual de compra e venda de força de trabalho e mercadorias.

Com o desenvolvimento do capitalismo, a terra legitimada pelo direito de propriedade passou a ser uma mercadoria, deixando de ser exclusivamente uma provedora de alimentos para ser uma reprodutora de capital, auferindo renda e poder a seus detentores. Por sua vez, aos trabalhadores e camponeses, os quais não detinham os meios de produção, cabia apenas a liberdade de vender sua força de trabalho. Há uma passagem interessante, nos escritos de Voltaire, em que este manifestava acreditar fielmente na felicidade e riqueza dos homens com a transformação da terra em propriedade, pois, com isso, os novos homens livres poderiam vender seu trabalho:

Todos os camponeses não serão ricos, e não é preciso que sejam. Carecemos de homens que tenham seus braços e boa vontade. Mas até esses homens que parecem o rebotalho da sorte, participarão da felicidade dos outros. Serão livres para vender o seu trabalho a quem quiser pagá-lo melhor. A liberdade será sua propriedade. A esperança certa de um justo salário os sustentará. (VOLTARE, 1978, p.272)).

Todo conjunto teórico, formulado intencionalmente ou não, para justificar a propriedade privada, como foi visto anteriormente, teve como fundamento principal a liberdade.

A mesma pessoa que é livre para definir e escolher seu trabalho também é, ou deveria sê-lo, para dispor de seus frutos. Entretanto, essa legitimação da propriedade pelo trabalho, via contrato, possui contornos diferenciados em determinadas regiões do mundo. Por exemplo, na América Latina e mais precisamente no Brasil, como veremos em capítulos adiante, a propriedade não é fruto de um trabalho “livre”, mas sim da violência do trabalho escravo e da usurpação da riqueza dos bens indígenas.

Com o avanço do capitalismo, baseado na liberdade, no liberalismo e na propagação de um discurso ideológico da necessidade de uma propriedade com caráter absolutista, a miséria e sua insustentabilidade racional e social, com leves pressupostos ambientais, fizeram-se presentes em toda a Europa, no final do século XIX.

A luta sobre ideais socialistas tornava-se mais frequente e envolvente, devido ao caráter de exclusão das formas capitalistas. A Igreja Católica, com a encíclica *Rerum Novarum*⁶ (1891), começou a construir um posicionamento crítico ao liberalismo. A defesa era do direito à propriedade, mas preservando a dignidade humana. Em momento algum se questionou o direito à propriedade privada, pelo contrário, fez-se sua defesa justamente pelo avanço das ideias socialistas que reivindicavam a abolição desse direito.

Nesse momento, o contexto mundial era de muitas mobilizações contra a exacerbação do caráter individualista do capitalismo, das opressões aos trabalhadores e camponeses. Na Rússia, os socialistas propunham profundas modificações na estrutura fundiária, ao apoiar os camponeses. Viviam-se, no Brasil, um questionamento intenso pelas injustiças cometidas pela concentração de terras, como fora a luta de Canudos e Contestado.

Configurava-se um momento de questionamento geral do modo capitalista de produção: os movimentos ocorridos na América Latina e Europa ansiavam por mudanças estruturais; em 1917, iniciava-se o processo de revolução socialista, na Rússia, que tinha uma proposta de encerrar a propriedade privada da terra, além de todos os meios de produção; e a Igreja publicara a mencionada encíclica, um período antes, manifestando sua insatisfação.

Vivia-se um período em que era possível ter uma outra opção para o capitalismo liberal. Havia expectativas, esperanças e sonhos. Assim, o Estado capitalista europeu começou a pensar em alternativas para garantir melhores

⁶ A *Rerum Novarum* propunha que o contrato, fundamento da propriedade, deveria ser revisto, isto é, a liberdade contratual e o livre exercício do direito de propriedade deveriam sofrer limitações, para que fosse mantida a propriedade em nome da dignidade e da vida. (MARÉS, 2003, p. 82).

condições sociais aos trabalhadores insatisfeitos. Cunhou-se o rascunho do que viria a denominar Estado de Bem-Estar Social.

Apesar de um discurso mundial, na prática, a preocupação capitalista era apenas direcionada aos cidadãos europeus. Foi criado um discurso de proporcionar melhores condições de saúde, educação, assistência social e previdenciária etc. Para assegurar tais condições, o direito à propriedade e os meios de produção ficariam mantidos. Em contrapartida, as parcelas de terras deveriam ser menores, para satisfazer apenas a sobrevivência e não permitir a acumulação. Aqueles que manifestassem interesse em trabalhar na terra receberiam apoio do Estado, através de subsídios e políticas de financiamentos.

As produções em grande escala eram necessárias para o desenvolvimento capitalista, mas, na conjuntura política da Europa, desfavoreciam-se tais implementações naqueles países justamente pela promessa de uma política de bem-estar. A América e a África seriam, por conseguinte, os “latifúndios dos europeus”, iniciando os grandes projetos de produção para exportação, de produtos baratos e abundantes, como café, cacau, borracha, açúcar, etanol (sic). Em “troca”, recebia-se apenas o discurso de uma possível implementação de condições sociais semelhantes aos cidadãos europeus e a projeção de se tornar um país do futuro.

Na análise feita por Marés (2003), nem a opção do Estado do Bem-Estar Social, como a do socialismo, de luta e revolução, vingaria completamente, tanto na América Latina, como na África, pois

[...] as duas propostas eram de cunho nitidamente europeu. As duas desconsideravam o caráter tribal africano e indígena das Américas. De qualquer forma, a luta de idéias amadureceu até a eclosão da Primeira Guerra Mundial (1914-1918) que marcou o fim do liberalismo ou como escreveu Keynes, o “fim do laissez faire”. A partir daí o mundo assistiria a avassaladora participação dos Estados na vida dos povos e dos indivíduos. (MARÉS, 2003, p. 84).

Logo após a Primeira Guerra Mundial, o fortalecimento de um novo Estado capitalista se fez presente. Na elaboração das constituições nacionais, a intervenção do Estado na economia e política foi quase obrigatória, para forjar uma ideologia de poder estatal. Nesse período, iniciado justamente pela Constituição de Weimar, na Alemanha de 1919, as orientações econômicas, registradas através de

uma norma (leis) garantiam plenos direitos aos trabalhadores (seguro-desemprego, contra acidentes de trabalho, invalidez etc.). Também foi com essa constituição que o caráter absolutista da propriedade privada começou a ser alterado, na Europa capitalista.

No artigo 153 da Constituição de Weimar, era garantida a propriedade, mas seu limite e significado ficaram explicitados, com a possibilidade de desapropriação sem indenização: “[...] a propriedade obriga o seu uso e o exercício deve representar uma função no interesse social”. Foi a primeira vez que o direito à propriedade foi questionado.

O embate entre socialismo e capitalismo tornava-se evidente e o primeiro começou um processo de superação de certos vícios do capitalismo, como, por exemplo, a supressão da propriedade privada da terra e dos meios de produção. Para garantir a permanência e avanço do capitalismo, abalado por uma crise financeira no pós-guerra, e perdendo espaço político para as ideias socialistas, o economista americano John Maynard Keynes, com sua obra *Teoria Geral do emprego, do juro e da moeda*, aproveitou-se de alguns pontos da Constituição de Weimar, mas abandonou de vez a ideia da propriedade absoluta, criando obrigações para sua manutenção.

Com isso, a ideia de que a propriedade gera obrigações e não apenas direitos alcançou todo o Ocidente, no século XX, por meio da inclusão, nas cartas magnas e nos ordenamentos políticos e jurídicos, de uma função social para a propriedade.

Portanto, o papel do Estado é fundamental para controlar o poder adquirido historicamente por uma classe social que, sob a ideologia do direito à propriedade privada da terra, mantém-se imune.

No próximo capítulo, para entender a forma de atuação do Estado, discutirei sobre o caso brasileiro, em que terra e poder estão entrelaçados historicamente, assim como o conflito e a atuação da classe camponesa, na luta pelo acesso à terra, com outros significados não (apenas) capitalistas.

Capítulo 02

ESTADO E REFORMA AGRÁRIA NO BRASIL

2.1 – O desenvolvimento contraditório do capitalismo no campo brasileiro

Antes de adentrar nas ações do Estado através das políticas governamentais, para se pensar as particularidades do caso brasileiro, faz-se necessário discutir as interpretações teóricas sobre o desenvolvimento do capitalismo no campo.

Entendo que as principais correntes teóricas existentes sobre o modo capitalista de produção e agricultura brasileira são: **a teoria clássica**, defendendo uma generalização inevitável das relações capitalistas do campo, sendo que, em determinado momento, há uma divergência com relação aos caminhos dessa generalização; a tese que defende a existência e **permanência de relações feudais** de produção na agricultura; e uma terceira corrente, que tem como princípio e entendimento a **criação e recriação do campesinato e do latifúndio** no campo brasileiro (OLIVEIRA, 1995).

A primeira corrente, denominada **teoria clássica**, segundo seus teóricos, concebe que há uma generalização das relações capitalistas, no campo brasileiro. Porém, na mesma tese, há uma divergência com relação ao processo para se chegar definitivamente à total inserção do trabalho assalariado. Alguns acreditam que esse caminho se daria pela destruição do campesinato, por meio de um processo intitulado **diferenciação interna**. Como, pois, se chegaria ao total assalariamento desses camponeses?

Segundo a compreensão desses teóricos, o camponês cada vez que se insere e mantém relações com o mercado capitalista acaba descaracterizando e perdendo seu referencial, que, no limite, terminaria por suprir sua produção natural. Essa inserção das relações capitalistas aconteceria principalmente pelos empréstimos e as altas taxas de juros, o acesso e dependência da mecanização, dos insumos agrícolas, agrotóxicos etc. Em seu ápice, chega-se ao seguinte cenário, através de duas classes sociais distintas: “[...] os camponeses ricos, que seriam os pequenos capitalistas

rurais, e os camponeses pobres, que se tornariam trabalhadores assalariados, proletarizar-se-iam, portanto”.⁷

Um outro entendimento dentro dessa corrente é o de que a inserção total das relações capitalistas, no campo, aconteceria através do processo denominado **modernização do latifúndio** (compreendido também, por alguns estudiosos, como processo de “modernização conservadora”, “junkerização”).

Nessa perspectiva, com a inserção de máquinas cada vez mais potentes, com os insumos mais eficientes e, atualmente, com os melhoramentos genéticos e plantios transgênicos etc., os grandes latifúndios evoluiriam para as denominadas grandes empresas rurais capitalistas. O papel que caberia aos camponeses, nesse contexto, seria vender sua força de trabalho para essas empresas (agora grandes capitalistas) e igualmente para os camponeses ricos (pequenos capitalistas), que estariam unificando seus interesses. Nessa corrente teórica, os milhares de camponeses que hoje, segundo os dados do IBGE, crescem cada vez mais, seriam considerados como resíduos de uma agricultura em via de extinção.

A contradição dessa abordagem teórica e a realidade agrária aparece quando analisamos os dados referentes à participação do trabalho familiar na agricultura e aos latifúndios, no Brasil.

Oliveira (2001, p.188) demonstra, através de dados do Censo Agropecuário do IBGE que,

[...] nos 4,3 milhões de estabelecimentos com área até 100 hectares, havia em 1995-96, cerca de 88% do pessoal ocupado de origem familiar, ou seja, o trabalho assalariado representava apenas 12% restantes. Uma realidade oposta e contrastante com a dos estabelecimentos de mais de mil hectares, onde o trabalho assalariado representava 81%”.

Os mesmos números de estabelecimentos sob o domínio da força do trabalho familiar de até 100 hectares, com relação aos anos anteriores, já indicavam um

⁷ OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino de. **Modo capitalista de produção e agricultura**. São Paulo: Ática, 1995.

crescimento: em 1970 ,o pessoal ocupado de origem familiar representava 85% dos trabalhadores, enquanto, no ano de 1980, atingia os 87%.

Contraditoriamente, essa é a lógica, o número de latifúndios também cresceu. Oliveira (1994, p. 56 e 2001, p. 156) salienta que, “[...] em 1940, 1,5% dos proprietários de estabelecimentos agrícolas com mais de 1.000 ha, ou seja, 27.812 ocupavam uma área de 95,5 milhões de hectares, ou 48% do total de terras”.

Essa mesma análise, realizada no ano de 1985, aponta o crescimento do latifúndio no Brasil, ou seja, aumentou ainda mais a concentração de terras: “[...] menos de 0,9% dos proprietários dos estabelecimentos agrícolas com área superior à 1.000 ha, ou seja, 50.105 unidades, ocupavam uma área de 164,7 milhões de hectares, ou 44% do total das terras”.

Já em 1992, havia no Brasil 43.956 (2,4%) imóveis rurais acima de 1.000 ha, ocupando 165.756.666 hectares, segundo os dados do INCRA.

Kageyama (1986, p.63) elaborou um estudo sobre os maiores proprietários do Brasil e, segundo suas considerações, percebeu que

[...] uma outra característica dos maiores proprietários é a forte presença de grandes empresas (pessoas jurídicas), muitas delas ligadas a ramos de atividades não-agrícolas, indicando que a terra é hoje no Brasil, mais um ativo de reserva e especulativo de interesses dos grandes capitais (agrícolas ou não). Indica também, que a força política dos representantes da propriedade rural não pode ser isolada da força do capital em geral (industrial, bancário, financeiro, comercial etc.).

Nesse contexto, as cinco empresas que aparecem como maiores proprietárias de terras, em 1984, eram: Light Serviços de Eletricidade S.A, Siderurgia Belgo-Mineira, Aracruz Celulose, Klabin, Florestas Rio Doce S.A.

Portanto, há algo equivocado no pensamento dessa corrente teórica. Os camponeses não desapareceram, apesar de o latifúndio tornar-se, em parte, uma grande empresa rural, mesmo que sem uma finalidade voltada de fato para esse fim.

Há uma outra corrente teórica que acredita fielmente na permanência das relações feudais de produção, na agricultura. O campesinato e o latifúndio seriam os indícios da permanência e fundamento dessa interpretação. A total “penetração” do

capitalismo no campo ocorre “[...] a partir do rompimento com as estruturas políticas tradicionais de dominação”⁸.

Esse processo aconteceria nas seguintes etapas: 1) a transformação do camponês em produtor individual, em que este perderia todos os vínculos com o modelo comunitário tradicional vivido anteriormente; 2) a maior inserção no mercado, forçando-o a procurar instrumentos que antes eram fabricados domesticamente (separação de industrial rural e agricultura); 3) já como produtor individual, “livre” das amarras do modelo arcaico e atrasado, esse camponês estaria totalmente inserido e dependente do mercado, a tal ponto que se vai endividando e pagando altos preços, nos empréstimos para saldar as dívidas. O processo é bem linear. Necessitando de produtos, compra-os por preços altíssimos; como não tem como pagar, começa a se endividar e chega ao limite de vender sua propriedade para pagar sua dívida ou parte dela. Resta-lhe, como pessoa “livre” que se tornou, vender sua força de trabalho, tornando-se um trabalhador assalariado.

Essa abordagem teórica não é igualmente satisfatória, pelas explicações sobre as relações de produção da agricultura brasileira, como se pode ter observado, nos dados citados anteriormente.

A terceira corrente de interpretação sobre o desenvolvimento capitalista na agricultura entende que há um crescimento tanto do campesinato, como do latifúndio, pois parte do pressuposto de que o próprio capital cria e recria relações especificamente não capitalistas de produção. Ressalta Oliveira (1994): “[...] o processo contraditório de reprodução ampliada do capital além de redefinir antigas relações de produção, subordinando-as à sua reprodução, engendra relações não capitalistas igual e contraditoriamente necessárias à sua reprodução”⁹.

O desenvolvimento contraditório e combinado no campo é fator intrínseco ao processo capitalista. Diferentemente do que se passa nas indústrias e nas cidades, onde ocorreu uma sujeição formal e real do trabalho ao capital, no campo acontece

⁸ OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino de. **Modo capitalista de produção e Agricultura**. São Paulo, Ática, 1995.

⁹ OLIVEIRA, A. U. O campo brasileiro no final dos anos 80. In: STÉDILE, J. P. (Org.) **A questão agrária hoje**. Porto Alegre: Editora da Universidade, 1994.

a sujeição da renda da terra ao capital, e é por esse fenômeno que se explica o processo de expansão do capitalismo no campo.

Quando se menciona a contradição existente do capitalismo no campo, entende-se que este cria as relações tipicamente capitalistas de produção na forma do assalariamento, ao mesmo tempo em que cria e recria relações não capitalistas. Objetivando essa interpretação para a realidade, têm-se os boias-frias, os diaristas, os empregados rurais como expressão de uma relação de produção tipicamente capitalista, que, despossuídos dos meios de produção, mas livres, vendem sua força de trabalho ao capital. Já no caso das relações não capitalistas de produção, podem-se citar algumas, como a produção camponesa, a produção comunitária, a produção coletiva.

Para se ter uma dimensão desse processo de recriação das formas não capitalistas de produção, os camponeses da região de Pereira Barreto podem elucidar seu significado. Na referida região do Estado de São Paulo, em 2002, houve um grupo de 25 famílias acampadas que sofreram dificuldades, à espera de uma definição do órgão federal (INCRA) para a desapropriação da área reivindicada. Alguns fazendeiros da região, com receio de que suas propriedades fossem questionadas por improdutividade, iniciaram um processo de parceria com algumas famílias camponesas, dentre as quais algumas acampadas. Essas famílias, através da parceria, plantam na área (geralmente quiabo, pimentão, cenoura), com sua força de trabalho.

O fazendeiro compra as sementes e insumos e, no final da colheita, descontadas as suas despesas, divide a produção entre os meeiros, que frequentemente vendem sua parte para o fazendeiro. Segundo o contrato (no caso verbal), os camponeses devem entregar o pasto reformado, após a colheita.

Nesse caso, está embutida nitidamente a forma de renda denominada renda em produto, que, de acordo com Oliveira (1986),

[...] sob o ponto de vista econômico em nada altera a caracterização da renda em trabalho, que no caso está convertida em produto. Ou, por outras palavras, a renda em produto nada mais é que renda em trabalho

transformada em produto, uma vez que é a renda em trabalho a própria essência da renda da terra.

O fator intrigante é que o camponês acaba não dando conta de todo o trabalho e paga a alguns companheiros do acampamento, em forma de diárias.

Todas essas relações são complexas, pois há várias circunstâncias envolvidas. Em um primeiro momento, são camponeses acampados em barracos de lona reivindicando o acesso à terra (permanecendo somente à noite); em um segundo momento, são meeiros, porém só podem ficar na propriedade durante o dia; já em um terceiro momento, usam o trabalho acessório (assalariado) em momentos mais apurados do ciclo agrícola. Com o relato desse caso, no Estado mais rico do país, pode-se notar a complexidade das relações capitalistas de produção.

Portanto, o capital procura, de acordo com aspectos conjunturais e necessidades estruturais, criar e recriar relações não capitalistas de produção. Recria o latifúndio e o campesinato, ao mesmo tempo. O latifúndio, pelo fato de a área reivindicada pelos camponeses sem-terra não ser mais questionada e, mesmo que o fosse, os laudos técnicos apontariam produtividade; de outro lado, criando estratégias de sobrevivências camponesas até a conquista de uma solução definitiva, no caso, se transformarem em assentados.

Esse exemplo nos faz entender um pouco mais sobre o processo contraditório e desigual do desenvolvimento capitalista, no campo brasileiro.

Um debate que atualmente aquece os estudiosos da questão agrária, tanto no meio acadêmico, como no político – ou em ambos simultaneamente – remete-se à interpretação de duas visões de mundo diferenciadas: agricultura familiar x agricultura camponesa.

Os estudos referentes à conceituação da agricultura familiar vêm basicamente com a finalidade teórico-metodológica e política de desencadear um desenvolvimento linear do modo de produção na agricultura. O entendimento com

relação à agricultura camponesa é compreendido como um estágio para transformação em agricultura familiar. Para Abramovay (1995, p.143),

[...] os estudos com relação ao campesinato são inadequados para o caso de sociedades em que a agricultura familiar está mergulhada num ambiente em que se caracteriza pela força das instituições típicas do mundo capitalista. Onde para essa corrente: as dinâmicas familiares não têm o poder de se sobrepor aos contextos sócio-econômicos em que se inserem as explorações agrícolas.

É justamente neste ponto que entendo a diferenciação entre os dois conceitos. Para o camponês, a terra tem um sentido de reprodução do espaço e da vida familiar, um sentido de autonomia, autogestão e liberdade. É compreensível e lúcido perceber que, com as transformações históricas ocorridas no mundo, os camponeses também se metamorfosearam, só que em um outro sentido, pois, para o camponês, como descreve Ianni (1985, p.28),

[...] a terra é muito mais do que objeto e meio de produção. Para o camponês a terra é o seu lugar natural, de sempre, antigo. Terra e trabalho mesclam-se em seu modo de ser, viver, multiplicar-se, continuar pelas gerações futuras, reviver os antepassados próximos e remotos. A relação do camponês com a terra é transparente e mítica; a terra como momento primordial da natureza e do homem, da vida.¹⁰

Nos estudos interpretativos sobre a agricultura camponesa, o relacionamento do camponês com a terra possui um sentido, enquanto para a agricultura familiar, o produtor familiar negocia resultados.

Sobre esse assunto, gostaria de registrar a seguinte passagem, escrita por Oliveira (2001, p.263):

[...] é como se a dicotomia conceitual resolvesse, por meio de um sistema classificatório, a dinâmica das categorias sociais, pela qual o camponês dá lugar ao agricultor, ao pequeno produtor e, hoje, ao produtor familiar. Coisa que o camponês sempre foi; mas quando não se consegue compreender essa categoria em novos contextos, muda-se a sua definição para servir às estatísticas.¹¹

¹⁰ IANNI, O. Revoluções camponesas na América Latina. In: SANTOS, J. V. T. (Org.). **Revoluções Camponesas na América Latina**. São Paulo: Ícone; Campinas-SP: Editora da Unicamp, 1985, p. 15-45.

¹¹ OLIVEIRA, B. C. Tempo de travessia, tempo recriação: os camponeses na caminhada. **Estudos Avançados**. Dossiê Desenvolvimento Rural. São Paulo, vol.15, nº 43, p. 255-265, setembro/dezembro, 2001.

2.2 – Condicionantes histórico-geográficos das regulamentações fundiárias: privatização e concentração das terras

É difícil iniciar uma discussão sobre a concentração fundiária, no Brasil, sem remeter-se à própria formação do território brasileiro. Desde o período colonial até recentemente¹², a concentração de terras explica o porquê da não concretização de uma real Reforma Agrária, em nosso país.

A finalidade desta parte do trabalho é levantar pontos centrais sobre as normas jurídicas, no tocante às questões fundiárias no Brasil. Entende-se que ocorreram formas diferenciadas de intervenção do Estado, em momentos da história. Porém, a permanência na defesa do direito a propriedade e sua metamorfose em mercadoria esteve sempre presente.

Para isso, utilizaremos o trabalho de Moraes (1987), sobre uma proposta de periodização histórica da legislação fundiária brasileira, com algumas adaptações. Nesse texto, realizou uma avaliação entre o período de 1530 até as discussões iniciais do 1º Plano Nacional de Reforma Agrária, em 1985. Contudo, indicarei alguns pontos centrais da legislação, que possa ajudar na análise da pesquisa, pois as políticas governamentais direcionadas a essa questão estarão abordadas posteriormente. Como pode ser observado, na tabela 01, dividimos em nove períodos históricos a legislação fundiária brasileira. Cabe ressaltar que a utilização do termo **fundiária** é proposital, porque adoto uma concepção que diferencia os termos **agrário**, **fundiário** e **agrícola**¹³.

Moraes (1987) denominou essa periodização como o processo de privatização das terras do Estado, revelando o caráter privativo e individualista

¹² Segundo a FAO/1990, o Brasil foi considerado o segundo país do mundo em nível de concentração de propriedade da terra, só ficando atrás do Paraguai. Se levarmos em conta que grande parte dos proprietários rurais, nesse país, tem origem brasileira, somente nos resta nos considerarmos os primeiros no *ranking*.

¹³ Entendo os termos **agrário**, **fundiário** e **agrícola**, de forma diferenciada: **agrário** é o mais abrangente, pois engloba o fundiário e o agrícola, ou seja, todas as formas de relações sociais, de trabalho de produção, de organização etc.; **fundiário** remete-se à propriedade, à posse da terra, aos imóveis rurais, sua distribuição e configuração na formação territorial; é importante diferenciar o **agrícola**, que também faz parte do agrário, com uma orientação mais direcionada à questão dos preços, comercialização, créditos, financiamentos, enfim, questões mais técnicas e quantitativas.

presente na formação territorial brasileira. O primeiro período (1530 a 07/09/1822), principiou com a implementação das Datas e Concessões de Terras. As terras brasileiras foram distribuídas à nobreza portuguesa ou a quem proporcionasse serviços à Coroa, de acordo com a lei de 1375, de Portugal. Logo após, foi implantado o sistema das sesmarias, no qual tinham o direito de repartir e distribuir as parcelas de sua capitania a quem lhes interessasse, de preferência àqueles com o intuito de explorar seus recursos naturais.

O tamanho das áreas concedidas, no início desse processo, segundo Sodero (1972), podia chegar a aproximadamente 4 léguas por 4 léguas, perfazendo um total de 697 km² cada uma. Com o passar do tempo, a legislação tentou reduzi-las (sem eficácia), para 4 léguas por uma, três léguas por uma, até o tamanho de meia légua. Tal extensão revela que era praticamente impossível usufruir e/ou realizar algum tipo de controle sobre as terras concedidas.

Mesmo assim, a legislação do sistema sesmarial introduziu, no Brasil, o regime da obrigatoriedade e necessidade do aproveitamento produtivo das terras incultas e abandonadas, que deveriam ser adaptadas mais às necessidades do povoamento do que à própria agricultura no Reino de Portugal. Ainda que dando concessão a grande extensão de terras, o sistema sesmarial, ao menos teoricamente, exigia uma série de obrigações, cláusulas restritivas e atribuições de responsabilidade, que os concessionários deveriam assumir diante da Coroa Portuguesa. Fato que, obviamente, não foi realizado pelos concessionários.

Na visão de Moraes (1987), esse primeiro período de concessão de terras foi até 17 de julho de 1822, com a resolução que suspende tais ações. Assim:

Tabela 01 – PERIODIZAÇÃO HISTÓRICA DA LEGISLAÇÃO FUNDIÁRIA BRASILEIRA

Período	Norma jurídica	Intervenção do Estado na propriedade privada
1º 1530 17/7/1822º a	Datas e concessões da Coroa – origem no regime de Sesmaria de Portugal (1375) Posses – reconhecimento de direitos aos posseiros de terras (Alvará de 5/10/1795 e Resolução de 14/3/1822)	Desapropriação por utilidade pública, prévio ajuste de preço (decreto de 21/5/1821 do Príncipe Regente)
2º 18/07/1822 a 1850	Posse - Resolução de 17/7/1822 e vacância legal sobre novas concessões ou domínios Propriedade – competência do poder legislativo para “regular” a administração dos bens nacionais e decretar a sua “alienação” (item XV do art. 13, Constituição de 1824) Garantia absoluta do direito à propriedade (art. 179, Constituição 1824)	Desapropriação por exigência de uso e emprego da propriedade pelo bem público Indenização prévia do valor da propriedade (nº 22 do art 179, Constituição 1824) (omissão quanto à espécie de pagamento)
3º 1851 a 1891	Propriedade – aquisição por compra de terras à Coroa Legitimação de Posses e Concessões anteriormente havidas, com prazos e condições limitados (Lei nº 601/1850) Garantia absoluta do direito à propriedade (art. 179, Constituição 1824)	Idem às disposições anteriores
4º 1892 a 1930	Propriedade – aquisição sob 4 formas de titulação das terras devolutas dos Estados: compra, concessão gratuita, legitimação de posses e aforamento Garantia absoluta do direito à propriedade (art. 179, Constituição 1891)	Desapropriação por necessidade ou utilidade pública, indenização prévia (§ 17 do art. 72, Const. 1891)
5º 1930 a 1946	Propriedade – aquisição idem anterior Legitimação de posses – Novos dispositivos constitucionais – para brasileiros em área de 10 ha., ocupação por 10 anos sobre limites para venda de terra públicas em áreas superiores a 100.000 ha. (art.125 e 130, Constituição 1934 e arts. 148 e 153, Constituição 1937) Garantia absoluta do direito à propriedade (art.113, Const. 1934 e art. 122, Const. 1937) A Constituição de 1934 previa explicitamente que o direito de propriedade não poderia ser exercido contra o interesse social ou coletivo (nº 17 do art. 113)	Desapropriação por necessidade ou utilidade pública Indenização prévia e justa (§ 17 do art. 113, Const. 1934) Desapropriação por necessidade ou utilidade pública – indenização prévia (nº 14 do art. 122, Const. 1937) (omissão, em ambas as Constituições, quanto à espécie do pagamento)
6º 1946 a 1964	Propriedade – aquisição (idem forma anterior) Regularização de posses – preferência para aquisição de terras devolutas até 25 ha. (§ 1º do art.156, Const. 1946) Legitimação de posses – com área de 25 ha., ocupação por 10 anos (§ 3º art. 156 – Const. 1946); limites para venda ou concessão de terras públicas com áreas superiores a 10.000 ha. (§ 2º. Art. 156, Const. 1946). Garantia absoluta do direito à propriedade (art. 141, Const. 1946)	Desapropriação por necessidade ou utilidade pública e interesse social Indenização prévia e justa em dinheiro (§16 art. 141. Const. De 1946)
1965 a 1984	Regime militar	
7º 1985 a 1988	Propriedade – uniformização em nível de Lei Federal sobre alienação e concessão de terras para Reforma Agrária e Colonização (Emenda Constitucional nº 10/1964 e Estatuto da Terra/1964) Legitimação de Posses e preferência à aquisição: de até 100 ha. de terras públicas (art 164, Const. 1967 e art. 171, Const. 1969) Limites para alienação e concessão de terras públicas com área superior a 3.000 ha. (§ único art. 164, Const. 1967 e § único art 171, Const. 1969) Garantia absoluta do direito à propriedade, tendo como implícito o princípio de sua “função social” (art. 150 e item III do art. 157, Const. 1967 e art. 153, Const. 1969)	Desapropriação por necessidade ou utilidade pública e interesse social Indenização prévia e justa, em títulos especiais da dívida pública, com exata correção monetária (Emenda constitucional nº 10/1964 e § 1º do art 157, Const. 1967) Desapropriação por necessidade ou utilidade pública e interesse social Indenização prévia e justa, em títulos especiais da dívida pública, com exata correção monetária (A.I nº 9/1969 e art 161 da emenda constitucional nº 1969 e Const. 1969)
8º 1988 atualidade a	Propriedade - art 5 - Direito Fundamental. Insuscetíveis de desapropriação a pequena e média propriedade rural e a propriedade produtiva (art 185) Deve cumprir a função social (art. 186)	Desapropriação por interesse social imóvel que não cumpra função social Indenização prévia e justa em títulos da dívida agrária (art 184) Benfeitorias úteis e necessárias serão indenizadas em dinheiro Rito sumário para o processo judicial de desapropriação

Fonte: MORAES, S.H.N.G. (1987)

Org. adaptação: Feliciano, C. A. (2008)

[...] até a suspensão do Regime de Concessões e Data de Terras, que se dá pela Resolução de 17 de julho de 1822 (confirmada pela provisão de 23 de outubro de 1823), a forma jurídica da privatização de terras no Brasil, ainda que em organizações administrativas distintas, é a mesma e só traz benefícios à iniciativa privada portadora de capital e escravos sem que as sucessivas normas obrigacionais de efetiva ocupação e aproveitamento das terras, bem como da necessidade da medição, demarcação e confirmação das glebas concedidas, seja respeitadas. (1987, p. 12)

O segundo período que podemos distinguir, no ordenamento jurídico da questão fundiária brasileira, ocorreu durante 28 anos (1822-1850). Nesse momento, todas as concessões foram suspensas, não havendo nenhum tipo de legislação até 1850, com a Lei de Terras.

A formação de ocupação das terras deu-se, portanto, através do denominado regime da posse de terrenos devolutos. Esse período comportou dois tipos de posses no Brasil. A grande ocupação, proveniente tanto das concessões anteriores, assim como sua própria expansão, pelos grandes apossamentos (sesmarias que não tinham sido regularizadas); e também as pequenas posses, que surgiram com a ousadia de colonos ou imigrantes, os quais não tinham outra possibilidade de reprodução, senão pela ocupação acompanhada do cultivo e aproveitamento do solo.

Nesse período, não havia regras para ocupação e privatização, instalando-se o costume da posse. A ausência total do Estado fortaleceu os grandes proprietários, que, pelo uso da força e violência, em uma voraz gana por grandes áreas, dizimavam os povos indígenas e pequenos posseiros.

O terceiro período foi o marco do processo de mercantilização e concentração de terra e poder, estendendo-se até a proclamação da República (1850 a 1891). Em 1850, com a Lei de Terras, ficou estabelecido o acesso à terra somente para aqueles que tivessem dinheiro ou posses para adquiri-la. Essa medida já conjecturava o processo de “libertação” dos escravos. Dessa forma, libertou-se o escravo para escravizar o acesso à terra, impossibilitando que os trabalhadores negros/pobres tivessem também a possibilidade de algum benefício ou sobrevivência.

Martins (1994) ressalta que, nesse processo, a terra é transformada em mercadoria, assumindo um caráter de renda capitalizada e alterando as bases de ordem política e social, no Brasil:

[...] a propriedade fundiária constituída agora no principal instrumento de subjugação do trabalho, o oposto exatamente do período escravista, em que a forma de propriedade, o regime das sesmarias, era produto da escravidão e do tráfico negreiro. O monopólio de classe sobre o trabalhador escravo se transforma no monopólio de classe sobre a terra. O senhor de escravos se transforma em senhor de terras”¹⁴.

A partir desse momento, instalou-se em nosso país a propriedade privada da terra, sendo o latifúndio a característica de poder preponderante. Como o controle do poder se manifestava pelo acesso à terra, começam as disputas e conflitos, criando um aumento cada vez maior do processo de grilagem e especulação de terras, no território brasileiro.

Uma novidade advinda com a Lei de Terras foi a introdução, na legislação, do conceito de terras devolutas¹⁵ e a instituição do processo de discriminação de terras, que veremos mais detalhadamente, em capítulo posterior.

A Lei de Terras de 1850 redefiniu o regime de domínio das terras do Estado. A partir desse período, ficou assegurado definitivamente o direito à propriedade a quem quisesse ou não cultivar a terra, bastando apenas o poder aquisitivo para adquiri-la (MORAES, 1987).

O quarto período da história da legislação fundiária (1891 a 1930) começou com a mudança no regime imperial para república e com o fim da escravidão. Iniciou-se uma nova forma de Estado, através do federalismo e do regime presidencialista.

A característica principal desse período concerne ao processo de descentralização de competências legislativas do Estado. Com a Constituição de 1891, ficou transferido aos Estados da Federação o poder de atuar sobre as terras devolutas. Com isso, os Estados passaram a ter o controle para legislar, agora sobre suas terras (exceto sobre a faixa de fronteira e de marinha), além de fixar normas sobre as demais atividades, como, por exemplo, imigração e agricultura.

O poder dos grandes proprietários regionais cresce demasiadamente, nesse período. Foi a dominação das oligarquias locais, tendo na propriedade da terra sua base de sustentação e negociação.

¹⁴ MARTINS, J. S. **O poder do atraso**: ensaios de sociologia da história lenta. São Paulo: Hucitec, 1994.

¹⁵ Antes da Lei de Terras, segundo Junqueira (s/d), terras devolutas eram terras vagas; depois da lei, terras devolutas tornaram-se terras vagas e as ilegalmente ocupadas, que, justamente por isso, se consideram vagas.

De 1930 a 1946, pode-se considerar como o quinto período da legislação fundiária brasileira. Nesse momento, não houve grandes mudanças nas normas, relativamente à posse ou à propriedade da terra. Isso pode ser explicado pela ação mais expressiva de uma economia urbana e industrial, em substituição ao interesse político da economia agrária.

A conjuntura vivenciada nessa época, com a depressão econômica mundial, uma decadente estrutura administrativa com base na descentralização da Primeira República, acrescentando um impasse político institucional, propiciando a denominada Revolução de 30, acabaram mudando o direcionamento e o foco dos conflitos.

Na perspectiva de Moraes (1987), foram adotadas apenas algumas providências na legislação fundiária, como a legitimação de posses e a limitação da venda de terras públicas com áreas superiores a 10.000 hectares. As duas Constituições que vigoraram nesse período não inovaram na questão.

Como se frisou, no capítulo anterior, a Constituição de Weimar (alemã de 1919) interferiu em muitas outras cartas magnas pelo mundo capitalista ocidental. No Brasil, há marcas na Constituição de 1934, quando, pela primeira vez, foi inserido um artigo mencionando o direito de propriedade vinculado ao interesse social.¹⁶

Cabe ressaltar que, apesar de as legislações fundiárias terem sido escassas, nesse tempo, outras medidas com base na estrutura trabalhista, tanto na área urbana como na rural, alcançaram desempenhos até hoje encravados no país: a consolidação das leis trabalhistas (CLT), em 1943, e o Estatuto do Trabalhador Rural, em 1963.

As contradições e o poder atribuído aos proprietários de terras ficam evidentes no sexto período da legislação fundiária (1946 a 1964). Na verdade, a Constituição de 1946 avançou, condicionando a utilização da propriedade ao bem social, preconizando a desapropriação por interesse social, além de abrir a possibilidade de promover uma justa distribuição da propriedade, com oportunidades iguais a todos. Mas, contraditoriamente recuou, ao adotar uma medida de total e absoluta garantia do direito à propriedade, mediante indenização prévia, justa e paga na forma de dinheiro. Essa ação

¹⁶ O direito à propriedade não pode ser exercido contra o interesse social ou coletivo (Artigo 113 § 17, da Constituição de 1934).

fez com que houvesse intensa resistência da burguesia rural, na defesa desse direito legal, em Constituições posteriores.

Acredita-se que essa contradição do Estado e o posicionamento firme e resistente da oligarquia rural podem ser explicados pela intensa movimentação da sociedade, nesse período: as pressões dos movimentos camponeses, como as ligas camponesas, questionando as arcaicas estruturas fundiárias, somadas às insatisfações da classe de trabalhadores, o avanço dos ideais comunistas e os constantes projetos de lei sobre reforma agrária, apresentados no Congresso Nacional.

Para conter as ações de reivindicação da classe trabalhadora, especialmente no tocante à reforma agrária e à reordenação da estrutura fundiária, o Estado, em março de 1964, publicou um decreto que colocaria um fim nessa questão, mas que, na realidade, provocou o fim do próprio governo:

[...] é de interesse social, para fins de desapropriação, os leitos das ferrovias nacionais, e as terras beneficiadas ou recuperadas por investimentos exclusivos da União em obras de irrigação, drenagem, açudagem, atualmente inexplorados ou explorados contrariamente à função social da propriedade.¹⁷

Esse decreto federal nem chegou a ser implementado, mas foi revogado um mês depois, por outro decreto, na instauração do regime militar (o sétimo período histórico das legislações fundiárias no Brasil – 1964 a 1984).

Durante o regime militar, o apoio direto ao crescimento do latifúndio foi declarado e denominado como “processo de modernização da agricultura”. A base desse projeto, segundo Stédile (1997), foi estimular o desenvolvimento do capitalismo na agricultura brasileira, através da grande propriedade latifundiária vinculada a um processo de industrialização acelerada nas cidades, baseado nos investimentos de empresas multinacionais.

Com relação a esse sexto período, acrescentamos uma avaliação dos dados sobre o processo de concentração de terras e da estrutura fundiária, além de uma contextualização sobre as ações do Estado, sob sua forma totalitária.

Os dados sobre a estrutura fundiária brasileira demonstram esse fenômeno. Em 1966, a distribuição de terras em propriedades com mais de 1.000 hectares chegava a 45,1% sobre o total de terras, no Brasil. Essa porcentagem cresceu com o passar dos

¹⁷ Decreto nº 53.700, de 13 de março de 1946.

anos, demonstrando que o latifúndio está em total fase de expansão e concentração. Observa-se, na tabela 02, um crescimento entre os anos de 1972 até 1978 (época do regime militar), de 47% a 53%, respectivamente, chegando, em 1992, a um total de 55,2%, com propriedades maiores de 1.000 hectares. Até o próprio órgão do governo federal assumiu essa contradição existente na sociedade brasileira:

[...] em linhas gerais, a estrutura fundiária manteve-se quase inalterada: menos de 25% do universo dos imóveis cadastrados, representados pelo segmento dos grandes imóveis com área igual ou superior a mil hectares, continua detendo mais de 50% da área cadastrada.¹⁸

Tabela 02 - Evolução da estrutura fundiária – 1966/2003.
Porcentagem sobre o total das terras do Brasil

Distribuição das terras rurais	1966	1972	1978	1992	2003
Propriedades com menos de 100 hectares	20,49%	16,4%	13,5%	15,4%	20%
Propriedade com mais de 1000 hectares	45,1%	47,0%	53,3%	55,2%	43,7%

Fonte: INCRA (Evolução da Estrutura Fundiária – 1992)/ II PNRA, 2003.

Como já foi mencionado anteriormente, mais de 4,3 milhões de estabelecimentos rurais corresponderam, em 1995/96, a propriedades de até 100 hectares, enquanto cerca de 100 mil estabelecimentos se referem a imóveis acima de 500 hectares. Desdobrando-se esses dados do IBGE para a escala regional, podem-se vislumbrar os eixos de permanência mais comuns da agricultura camponesa e do latifúndio, mesmo tendo em vista, de antemão, que ambos estão presentes em todos os Estados brasileiros.

No Nordeste, aproximadamente 38% dos estabelecimentos possuíam até 100 hectares, seguindo-se a região Sul, com 19,2%, e Centro-Sudeste, com 16%. A partir da distribuição das unidades rurais existentes no Brasil, pode-se considerar que 88% advêm das pequenas, que são, em sua maioria absoluta, camponesas.

Com relação à presença da grande propriedade (acima de 2000 ha), pode-se interpretar que sua materialização está concentrada principalmente em duas regiões: Centro-Sudeste e Amazônia¹⁹. Cabe ressaltar o caso da região Centro-Sudeste, em que há

¹⁸ INCRA – Documento do governo federal sobre a questão fundiária no Brasil – 1997.

¹⁹ Essa divisão territorial foi baseada na interpretação adotada por Oliveira (2001): “A região Nordeste aqui considerada não inclui o Maranhão em decorrência de sua inclusão na Amazônia. Trata-se da necessidade de uma nova discussão sobre a divisão regional do Brasil”.

uma cizânia nos dados, como pode ser observado na Tabela 02. Os Estados de MG, MS e GO apresentam um número elevado de propriedades acima de 2000 ha. Entendo que é por esse eixo que estão se expandindo as grandes fazendas de cultivo de soja e algodão.

Porém, ainda continua sendo a Amazônia o refúgio das grandes propriedades de terras, no Brasil. Vamos fazer uma simples contabilidade: a partir dos dados elaborados pelo IBGE de 1995, há, na Amazônia, cerca de 8.922 estabelecimentos rurais com área acima de 2000 hectares. Se multiplicarmos esse número total de estabelecimentos por, **no mínimo**, 2000 hectares (por estabelecimento), chegamos a uma área abrangendo, **no mínimo**, 17.844.000 hectares. É muita terra para poucos proprietários. Enquanto isso, uma superfície de 70,5 milhões de hectares é ocupada por aproximadamente 3,7 milhões de estabelecimentos com origem camponesa.

Uma das explicações para essa desigualdade é dada pela própria história da ocupação do país, como já discutimos. Por exemplo, um dos pontos de enfrentamento dos movimentos sociais, na década de 60 (em especial as Ligas Camponesas), reivindicava a realização da Reforma Agrária, no Brasil. O presidente eleito na época, João Goulart, possuía uma proposta efetiva de Reforma Agrária, tanto que, em comício realizado em 1964, anunciou que enviaria para o Congresso uma Lei de Reforma Agrária. Essa lei tinha a finalidade de criar mecanismos para desapropriar as grandes propriedades mal utilizadas, que se localizavam a até 10 quilômetros de cada lado das rodovias federais. Essa proposta foi abandonada, quando o governo de João Goulart foi derrubado e instaurado o período do regime militar. Mais uma vez, as propostas ficaram perdidas nos encaminhamentos.

Como o debate e a reivindicação pela Reforma Agrária, no país, estavam em estado de ebulição, o governo militar adotou uma medida “drástica” para com os movimentos sociais. Empregou estudos realizados por uma instituição político-militar²⁰, pouco antes do golpe de 64, para elaborar e logo após aprovar o Estatuto da Terra. Esse documento, criado e acoplado ao IBRA (Instituto Brasileiro de Reforma Agrária), apesar

A Amazônia, neste trabalho, congrega os Estados que compõem a chamada Amazônia legal, ou seja, todos os Estados da região Norte mais o Maranhão e o Mato Grosso.

A região Centro-Sudeste é formada pelos Estados da região Sudeste, mais o Mato Grosso do Sul, Goiás e Distrito Federal. Não trabalho, portanto, com a região Centro-Oeste, em decorrência de sua quase impossível caracterização geográfica. A região Sul segue com os seus três Estados tradicionais.

²⁰ A instituição que realizou o estudo foi o IPES (Instituto de Pesquisa Econômico Social), tendo apoio da Aliança para o Progresso – programa criado pelos Estados Unidos para auxiliar os países latino-americanos, na tentativa de afastar prováveis manifestações e revoluções, como, por exemplo, a de Cuba.

de se constituir em um trabalho muito rico, teve apenas a finalidade de redirecionar o problema da Reforma Agrária para o âmbito estritamente econômico.

Tabela 03 - Estrutura Fundiária Brasil 1995/96
(número de estabelecimentos por área)

Amazônia					
Estados	Menos de 100 ha	100 a 500 ha	500 a 2000	Acima de 2000	Sem declaração
AC	17.609	5.281	742	156	-
AM	77.859	4.551	482	130	267
AP	2.048	1.036	140	51	74
MA	331.460	18.474	3.370	633	14.254
MT	46.877	19.423	7.959	4.490	14
PA	169.273	32.135	3.478	1.313	205
RO	45.598	13.980	1.398	377	2
RR	4.015	762	504	345	81
TO	19.897	16.024	5.589	1.427	1.976
Subtotal	714.636	111.666	23.662	8.922	16.873
Nordeste					
PI	190.141	14.138	2.274	445	1.113
CE	321.511	15.183	2.259	264	385
RN	84.313	5.365	1.131	167	400
PB	138.275	6.896	1.180	104	84
PE	248.341	8.679	1.340	123	147
AL	111.361	3.015	609	53	26
SE	95.884	2.764	382	28	716
BA	653.486	37.078	6.959	1400	203
Subtotal	1.843.312	93.118	16.134	2.584	3.074
Centro-Sudeste					
MG	415.924	67.785	10.987	1.562	419
ES	66.904	5.635	609	60	80
RJ	48.444	4.540	623	48	25
SP	184.512	27.666	4.872	710	256
MS	26.923	10.842	7.956	3.527	175
GO	67.599	32.068	10.085	2.012	27
DF	1.999	384	62	14	-
Subtotal	812.305	148.920	35.194	7.933	982
Sul					
PR	342.925	22.821	3.640	421	68
SC	194.498	7.314	1.269	156	110
RS	395.584	25.949	7.012	838	575
Subtotal	933.007	56.084	11.921	1.415	753
TOTAL	4.303.260	409.788	86.911	20.854	21.679

Org.: FELICIANO, C. A., 2002.

Fonte: IBGE, 1995.

O motivo de os militares não assumirem um caráter político-social da Reforma Agrária foi acreditar que grande parte dos problemas se resolveria com o progresso econômico. Nesse caso, foi o uso militar que se apropriou de uma tese balizada por estudiosos em acreditar que o fim do latifúndio e do problema agrário aconteceria através da transformação dos latifúndios em grandes empresas rurais. Por meio de incentivos

fiscais, conseguiram atrair as grandes empresas dos grandes centros comerciais, principalmente São Paulo, para, junto com os latifúndios, aumentar a produção e transformar o trabalho familiar camponês em trabalho assalariado.

Até certo ponto, os acontecimentos históricos revelaram que parte disso aconteceu, mas não como planejado. As grandes empresas estabeleceram-se principalmente na região amazônica com projetos de colonização, como foi previsto no Estatuto da Terra, mas se instalaram apenas para se apropriar dos incentivos e, a partir desse ponto, transformar a propriedade da terra em reserva de valor.

Ocorreu uma forte migração dos camponeses nordestinos (pois, no Nordeste, os conflitos por terra eram mais frequentes e polvorosos) para as regiões Norte e Centro-Oeste. Com essa atitude governamental, os conflitos acirram-se ainda mais com a disputa entre posseiros, madeireiros e indígenas pelo direito e pelo acesso à terra.

Nitidamente fracassados os projetos governamentais, restou apenas o “latifúndio modernizado”. Os tradicionais coronéis, que frequentemente surgiam na mídia, acabaram se modernizando e se transformando em grandes empresários rurais, conforme já foi relatado anteriormente, em Kageyama (1986), e como se verá a seguir, na Tabela 04, organizada pelos setores econômicos (VARELLA, 2006).

É por informações como essas apresentadas na Tabela 04 – que, para a grande maioria da sociedade brasileira, aparece como um escândalo, enquanto, para os camponeses, como a mais dura realidade vivida diariamente – que os movimentos sociais se renovam. É por um sentido justo que lutam pelo acesso à terra. É por isso que lutam, é por isso que morrem. Mas é também por isso que outros nascem. É por esse caminho contraditório que entendo o desenvolvimento do modo de produção capitalista, no campo brasileiro.

O nono período (1988 – atualidade) da legislação fundiária brasileira teve ainda mais retrocessos, no tocante à legislação. Sobre esse momento, resolvemos dedicar atenção especial no próximo item deste capítulo, por entendermos que suas ações são fundamentais para a compreensão dos determinantes legais sobre a questão fundiária brasileira.

Tabela 04 - Os Maiores Latifundiários do Brasil por áreas econômicas

Empresa	Capital	Área total (há)	Área utilizada	Assalariados rurais
Grupos industriais				
Manasa/Cief	Estrangeiro	4.160.658	51.222	657
Antunes/Caemi	Privado Nacional	2.240.456	391.536	8.579
Klabin	Privado Nacional	522.984	321.526	7.336
Votorantim	Privado Nacional	497.566	188.758	9.027
E.N.I	Estrangeiro	492.174	67.397	265
Ometto	Privado Nacional	438.715	183.525	12.155
Unicom	Misto: nacional e estrangeiro	405.000	800	14
Calcestruzzi	Estrangeiro	367.885	40.277	102
Comp. Vale Rio Doce		350.725	152.555	261
Belgo Mineira	Estrangeiro	288.333	202.185	65
Camargo Correa	Privado Nacional	202.144	54.910	247
Monteiro Aranha	Privado Nacional	190.202	4.274	64
Dedine	Privado Nacional	179.869	18.016	1.584
Andrade Gutierrez	Privado Nacional	167.565	38.854	1.882
Manesmann	Estrangeiro	138.431	92.249	0
Fischer	Privado Nacional	125.690	74.768	1.486
Mahas	Privado Nacional	119.972	37.061	191
Aracruz	Misto: Nacional e Estrangeiro	102.814	70.756	160
Subtotal		10.991.193	1.991.669	44.075
Grupos agropecuários				
Cotriguaçu	Privado Nacional	1.611.757	0	0
Moraes Mad	Privado Nacional	668.280	200.784	15
Ingeco	Privado Nacional	599.669	171.041	0
Agroind. Amapá		540.613	118.287	45
Madeiraira São João	Privado Nacional	392.967	0	0
Madeirex	Privado Nacional	391.071	0	61
Empreend. Amazônia	Privado Nacional	352.861	105.859	0
Cebrin	Privado Nacional	339.514	100.508	16
Vale R. Grande	Privado Nacional	318.338	147.265	25
Agrimar	Privado Nacional	301.100	9.242	725
Rio Cajari	Privado Nacional	278.705	0	0
Colon	Privado Nacional	278.600	0	0
Sinop	Privado Nacional	202.794	0	0
Subtotal		6.276.269	852.986	887
Grupos financeiros				
Aplub	Privado Nacional	2.779.073	900	330
Bradesco	Privado Nacional	893.224	335.689	2.843
Bamerindus	Privado Nacional	254.410	85.917	138
Bueno Vidigal	Privado Nacional	240.651	87.671	4.714
Denasa	Privado Nacional	156.083	307	22
BCN	Privado Nacional	143.865	76.674	108
Itamaraty	Privado Nacional	131.689	53.557	1.069
Safra	Privado Nacional	107.775	23.691	164
Itaú	Privado Nacional	106.597	61.303	454
Económico*	Privado Nacional	100.663	18.245	865
Multiplic	Privado Nacional	96.540	45.068	87
Nacional**	Privado Nacional	73.927	34.153	129
Bozano-Simonsen	Misto: Nacional e estrangeiro	114.043	52.086	3.441
Wall Somonsen	Misto: Nacional e estrangeiro	82.616	25.072	225
Credireal	Estatual	83.808	2.142	225
Subtotal		5.369.962	902.475	14.814
TOTAL		22.637.417	27.471.130	59.776

* O Banco Econômico foi adquirido pelo Banco Excel, de capital estrangeiro, em 1996.

** O Banco Nacional foi comprado pelo Unibanco, de capital nacional, em 1996.

Fonte: VARELLA, M. D. / Org. adaptado: FELICIANO, C. A., 2008.

2.3 - Os planos governamentais, a concentração de terras e a luta pela reforma agrária

2.3.1 - A política de Reforma Agrária na década de 80

A finalidade desta parte do trabalho é analisar quais e de que maneira foram implementadas e/ou propostas o que se pode chamar de “políticas de Reforma Agrária” como políticas de intervenção do Estado, a partir década de 80.

Para o entendimento sobre as políticas agrárias, na década de 80 e até mesmo as atuais, é fundamental conhecer um pouco das instituições, dos planos governamentais e seus respectivos papéis, na questão agrária brasileira.

Em 1985, após 21 anos de governo militar, com a posse de um presidente civil, mas eleito indiretamente, o Brasil entrou na chamada transição democrática. O vice-presidente José Sarney assumiu a presidência da “Nova República”, devido ao falecimento do então presidente eleito indiretamente, Tancredo Neves.

José Sarney assumiu todos os compromissos de Tancredo Neves referentes à questão agrária. Criou o MIRAD (Ministério da Reforma e do Desenvolvimento Agrário) e escolheu Nelson Ribeiro para ministro, ficando o INCRA a ele subordinado. O presidente do INCRA naquele momento foi José Gomes da Silva, agrônomo, um grande defensor de uma efetiva Reforma Agrária. Aliás, um dos autores do Estatuto da Terra.

Os indícios de que a Reforma Agrária seria colocada na pauta política daquele governo ficaram nítidos no IV Congresso da CONTAG (Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura). O presidente Sarney e o ministro compareceram a esse congresso²¹, apresentando uma proposta para a elaboração do 1º Plano Nacional de Reforma Agrária (PNRA) da “Nova República”.

O 1º Plano Nacional de Reforma Agrária ficou estruturado em duas partes: uma sobre os Pressupostos da Reforma Agrária e a segunda parte sobre a Reforma Agrária.

A primeira parte do plano debatia a necessidade da Reforma Agrária, seus princípios básicos como estratégia governamental, entre outros. A segunda parte, que tratava diretamente da Reforma Agrária, possuía quatro capítulos: 1- Objetivos e metas, 2 – Áreas prioritárias, 3 – Estratégia de Ação e 4 - Recursos e financiamentos.

²¹ Realizado entre 25 e 27 de maio de 1985.

A meta estabelecida pelo PNRA era assentar, no quadriênio 1985/1989, 1,4 milhão de famílias, nos seguintes períodos, conforme apresentado na Tabela 05.

Tabela 05 - Metas do 1º PNRA –1985/1989

Período	Famílias beneficiárias (mil)
1985 –1986	150
1987	300
1988	450
1989	500
Total	1.400

Fonte: PNRA, 1985.

As áreas prioritárias para o assentamento desse 1,4 milhão de famílias seriam definidas a partir de duas etapas complementares. A primeira, o número de famílias beneficiárias e a área necessária, e a segunda, a especificação de zonas geográficas que circunscrevessem as áreas de assentamento. Na proposta apresentada, a área necessária para o assentamento das famílias de trabalhadores rurais, no período de 1985/1989, era de 43.000.000 ha, sendo respectivamente as regiões Norte e Nordeste os principais eixos de atuação.

Os programas previstos no 1º Plano Nacional de Reforma Agrária da Nova República tinham as seguintes naturezas: Básico, Complementar e de Apoio, conforme a Tabela 06.

As medidas imediatas para 1985/1986 eram de nunca dar trégua ao latifúndio e solucionar rapidamente os conflitos agrários²². Outras medidas também foram levantadas, como ações necessárias e imediatas para o início do processo de Reforma Agrária, no Brasil.²³

O último capítulo da proposta de Reforma Agrária também criou muita polêmica. Tratava-se dos Recursos e Fontes de Financiamento. Os fundos para a distribuição de terra viriam da diminuição do preço pago pelas desapropriações aos proprietários de terra. O grupo de trabalho que coordenou a discussão sobre os custos estimou o valor básico do hectare em 60% da cotação média do mercado²⁴, mexendo radicalmente com latifundiários.

²² Na época, abrangia cerca de 950 áreas envolvendo 120 mil famílias (SILVA, 1987, p. 62).

²³ Mais detalhes, ver SILVA, José Gomes da. **Caindo Por terra** – crises da Reforma Agrária na Nova República. São Paulo: Busca Vida, 1987.

²⁴ Os economistas chegaram ao valor através dos critérios clássicos da perícia puramente mercadológica, aliada também à tendência de diminuição do preço da terra ante o anúncio da Reforma. (SILVA, 1987, p. 65).

**Tabela 06 - Programas previstos no
1º Plano Nacional de Reforma Agrária da Nova República.**

Natureza dos Programas	Denominação
Básico	- Assentamento de Trabalhadores Rurais
Complementar	- Regularização Fundiária - Colonização - Tributação da Terra
Apoio	- Cadastro Rural - Estudos e Pesquisas - Apoio Jurídico - Desenvolvimento de Recursos Humanos

Fonte: PNRA, 1985.

As reações e manifestações contra a proposta de Reforma Agrária foram imediatas. A Confederação Nacional da Agricultura (CNA), a Sociedade Rural Brasileira (SRB) e a Organização das Cooperativas Brasileiras (OCB) foram totalmente contra a proposta de Reforma Agrária, tanto que se uniram e organizaram um Congresso Brasileiro sobre a Reforma Agrária (ou sobre a melhor maneira de não concretizá-la), realizado em junho de 1985, em Brasília. Logo após o Congresso, foi criada a UDR – União Democrática Ruralista.

A UDR firma-se na época como um movimento dos latifundiários contra a implantação do Plano de Reforma Agrária, desde a maneira como foi proposta no Congresso da CONTAG, caracterizando-se ainda como uma força que usava da violência para conter as manifestações dos movimentos sociais que reivindicavam a democratização do acesso à terra.

A partir desse quadro, iniciaram-se as negociações e articulações para a elaboração final do Plano Nacional de Reforma Agrária. Os recuos da proposta original foram tamanhos, a ponto de regredir nas ações e propostas de uma Reforma Agrária. As lutas para a elaboração se travaram no Congresso, onde a bancada ruralista tinha peso e muito poder.

Após muitas alterações e doze versões²⁵, em outubro de 1985, o presidente José Sarney aprovou o 1º Plano Nacional de Reforma Agrária. A meta de assentar 1,4 milhão de famílias continuou no plano, mas mudanças radicais impossibilitaram sua efetivação.

Após a assinatura do decreto que aprovou o PNRA, o presidente do INCRA, José Gomes da Silva, demitiu-se. O ministro Nelson Ribeiro saiu do MIRAD, sendo

²⁵ SILVA, José Gomes da. **Caíndo Por terra** – crises da Reforma Agrária na Nova República. São Paulo: Busca Vida, 1987.

substituído por Dante de Oliveira e, logo após, por Marcos Freire, morto misteriosamente em um desastre aéreo, conforme Oliveira (1996):

[...] Marcos Freire que morreu em “acidente de avião próximo ao aeroporto de Carajás, Pará”, juntamente com outros dois diretores da cúpula do MIRAD, inclusive o então presidente do INCRA José Eduardo Raduam. O curioso é que o aeroporto de Carajás fica na região onde ocorre hoje o maior número de conflitos de terras com vítimas fatais. Carajás, no Sudoeste do Pará, era área, onde principalmente, entre 84/85, mais trabalhadores foram assassinados no campo.

O que restou de esperança no pós-PNRA para os trabalhadores rurais foi a Constituinte de 1988. Esse é o oitavo período da periodização das legislações fundiária brasileira. Espaço de muita luta política, o Congresso Nacional derrubou a expectativa de milhares de trabalhadores sem-terra. Salienta Oliveira (1996):

A “bancada ruralista” com apoio da UDR, praticamente venceu a batalha parlamentar, e a Constituição de 1988 passou a conter uma legislação menos abrangente que o próprio Estatuto da Terra... o latifúndio do país conseguiu incluir na Constituição o caráter insuscetível de desapropriação da propriedade produtiva e transferiu para a legislação complementar a fixação das normas para o cumprimento dos requisitos relativos a sua função social.

A carta constitucional, segundo a maioria dos estudiosos da questão agrária brasileira, representou o maior retrocesso político para a afirmação dos direitos da grande maioria da população, presente no campo brasileiro.

Ao considerar e inserir na Constituição (conforme o artigo 185, inciso II) a impossibilidade de desapropriação em “propriedades produtivas”, a realização da reforma agrária estava – pelo menos provisoriamente – muito longe de ser efetivada. Com essa intencional confusão estabelecida, a bancada ruralista no Congresso conseguiu alterar e dificultar os processos de desapropriações, uma vez que o termo **propriedade produtiva** abriu margem para várias interpretações, implicando dificuldades de ordem legal, agrônômica e operacional (GOMES DA SILVA, 1988).

Além desse absurdo, a Constituição de 1988 apresentou outros atrasos para o estabelecimento da Reforma Agrária. Segundo Gomes da Silva (1988), para a eficácia de uma legislação constitucional, com vistas à Reforma Agrária, há três processos-chave: como é feito o pagamento (título ou dinheiro), a rapidez com que o Estado se imite na posse (prévio ou posterior) e a definição do valor das terras desapropriadas (justo).

As discussões no Congresso chegaram à conclusão de que o processo de desapropriação deveria passar pelo pagamento prévio das indenizações, com preço justo,

sem definir critérios de fixação, diferentemente do Estatuto de 1964, que estabelecia o pagamento posterior das indenizações.

Ainda sobre o texto constitucional, a presença do artigo 186, que trata da função social da terra, trouxe elementos para muitas discussões. Primeiro, pelo fato de ele se opor e ser anulado quase que totalmente pelo artigo 185, que define que a “propriedade produtiva” é insuscetível de desapropriação para fins de reforma agrária, sem dar seu significado.

O artigo 186 da Constituição Federal prevê:

[...] a função social da propriedade é cumprida quando a propriedade rural atende simultaneamente, segundo critérios e graus de exigência estabelecidos em lei, aos seguintes requisitos:

I – aproveitamento adequado;

II – utilização adequada dos recursos naturais e preservação do meio ambiente;

III – observância das disposições que regulam as relações de trabalho;

IV – exploração que favoreça o bem estar dos proprietários e dos trabalhadores.

Pelo fato de a Constituição não ter sido regulamentada no artigo que versa sobre o não-cumprimento da função social da propriedade, abriu-se um precedente tamanho, por exemplo, para os proprietários que têm suas áreas ocupadas por camponeses sem-terra, concentrados em questionar os laudos de vistorias que indicam a produtividade das fazendas. Com esse tipo de questionamento, os processos de desapropriação podem perdurar por anos, até sua solução definitiva.

No final do mandato do presidente José Sarney, foi extinto o cargo de ministro da Reforma Agrária e, logo após, também o próprio MIRAD, recriando-se o INCRA, extinto por Jader Barbalho, em 1987, quando assumira o MIRAD.

Enfim, o PNRA foi um fracasso, a batalha no Congresso, uma derrota. Do número de 1,4 milhão de famílias previstas, apenas 69.778 foram assentadas. A proposta de desapropriar 43 milhões de hectares chegou ao número irrisório de três milhões de hectares, menos de 10% da área proposta no PNRA (INCRA, 1995).

Ao observar os projetos de Reforma Agrária distribuídos pelas regiões brasileiras, (Tabela 07), vê-se que o pouco do que foi realizado está concentrado na Região Amazônica.

Isso revela que, no Brasil, no período da “Nova República”, a política de “Reforma Agrária dedicou-se somente a regularizar e colonizar áreas de “fronteiras”. Das

36.782 famílias assentadas na Amazônia, 8.897 eram do Maranhão, em uma área (945.089) superior ao total desapropriado na região Centro-Sudeste (346.750) e Nordeste (555.774).

Na Amazônia, ocorreram 144 projetos de assentamentos, pelos quais foram desapropriados 2.655.951 hectares, para assentar 36.782 famílias. A região Nordeste vem em segundo lugar, com 156 projetos, em uma área de 555.774 hectares, abrangendo um total de 14.984 famílias. Em seguida, vem o Centro-Sudeste (10.417 famílias, em uma área de 346.750 ha) e Sul, com o assentamento de 7.595 famílias, abrangendo uma área de 157.318 hectares.

Analizando a concentração territorial dos assentamentos no Brasil, nesse período, com o auxílio do Mapa 01, verifica-se que os Estados do sul, mesmo tendo uma área e número de famílias inferiores aos da região amazônica, possuem uma forma de organização mais forte e, talvez, mais coesa, pois somente nos três Estados foram realizados 155 assentamentos rurais, reflexo sem dúvida do início das ações do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra.

Nos Estados da região amazônica, sua distribuição ficou dispersa. Somente a região do Bico do Papagaio (entre os Estados do Pará, Maranhão e Tocantins) é que apresenta uma concentração de assentamentos.²⁶ Isso pode ser explicado pelo fato de essa ser uma região com altos números de conflitos de terra e registro de assassinatos, no campo, forçando o Estado a realizar uma política concentrada de assentamentos rurais.

O Nordeste também apresentou uma grande mobilização dos camponeses, de sorte que foi a região onde houve o maior número de assentamentos implantados, no período da “Nova República”.

A década de 80 terminou da maneira como os latifundiários tanto almejavam, ou seja, sem mudanças eficazes, seja minimamente na legislação, seja nas políticas do governo.

Em 1989, a população brasileira, pela primeira vez após o golpe militar de 1964, participou de eleições diretas para a Presidência da República, tendo sido eleito o candidato Fernando Collor de Melo.

²⁶ Sobre a violência no campo, nessa região, ver SADER, M. R. T. **Espaço e luta no Bico do Papagaio**. Tese (Doutorado em Geografia), 1986. Departamento de Geografia, FFLCH – USP, São Paulo, 1986.

**Tabela 07 - Brasil: Assentamentos de Reforma Agrária
Governo José Sarney -1985/1989**

Regiões /UF	Nº de Assentamentos	Nº de Famílias	Área (ha)
Amazônia	144	36.782	2.655.951
AC	09	845	171.303
RO	16	6.546	269.537
AM	05	3.744	244.922
RR	0	0	0
AP	0	0	0
PA	24	7.561	484.783
TO	28	2.723	187.137
MT	33	6.466	353.180
MA	30	8.897	945.089
Nordeste	156	14.984	555.774
PI	06	356	9.525
CE	46	4.681	133.596
RN	18	1.298	42.890
PB	14	522	9.121
PE	25	896	17.428
AL	04	238	3.415
SE	06	468	10.466
BA	37	6.525	329.333
Centro-Sudeste	93	10.417	346.750
ES	06	341	4.583
MG	16	1.666	84.630
RJ	14	1.440	16.119
SP	24	2.157	50.533
GO	12	1.034	74.250
MS	21	3.779	116.635
Sul	155	7.595	157.318
PR	66	3.275	77.435
SC	45	2.124	37.592
RS	44	2.199	42.291
BRASIL	548	69.778	3.715.793

Fonte: INCRA 1995

Org.: FELICIANO.,C. A .1999.

(mapa 01)

No governo Collor, as propostas referentes à realização da Reforma Agrária basearam-se no Programa da Terra, apresentado somente em 1992. Esse programa continha a meta de assentar 400.000 famílias, nos quatro anos de governo. Funcionou mais como um retrocesso na questão da Reforma Agrária, em se comparando com a proposta do governo anterior de assentar 1,4 milhões de famílias. A estratégia traçada nesse programa constava de “uma integração dessas ações setorialmente e em diferentes esferas do Governo, a suficiência de recursos financeiros, a obtenção de áreas favoráveis a assentamento e a modernização do INCRA”²⁷.

A política do governo Collor, assim como de todos os anteriores, foi de apenas amenizar os conflitos agrários onde as disputas pela terra eram mais acirradas e explosivas.

A estratégia delineada na integração de diferentes esferas governamentais perde seu sentido com a própria política de desmantelamento das instituições e da administração pública do governo federal. Conforme Pinto (1995),

[...] este enfraquecimento institucional atinge o auge durante o governo Collor, quando quase toda a administração pública federal é submetida, de forma irresponsável e inconsequente, a um processo de desmantelamento e sucateamento, cujos reflexos estão presente até os dias de hoje. O INCRA foi fortemente atingido, com demissões e disponibilidades de servidores em larga escala e sem nenhum critério objetivo, além de contratos irregulares de obras e serviços, denunciados e apurados através de comissões de inquérito administrativo.

A não concretização de uma Reforma Agrária transpareceu quando o INCRA ficou novamente vinculado ao Ministério da Agricultura, ocupado tradicionalmente pelos grandes proprietários de terras. Para o cargo de Ministro da Agricultura, foi nomeado Antonio Cabrera, “oriundo de família de latifundiários e sabidamente cidadão ligado à UDR” (OLIVEIRA, 1996).

Em 1992, Fernando Collor saiu do governo, para não ser cassado pelo processo de *impeachment*, devido ao seu envolvimento com um grande esquema de corrupção. Assumiu o cargo seu vice, Itamar Franco.

²⁷ BRASIL, Programa da Terra. Brasília, 1992.

Durante sua rápida passagem pela presidência da República, Fernando Collor de Melo deixou um número pouco expressivo de projetos de assentamentos (300) e famílias beneficiárias desses projetos (cerca de 39.894 – o plano de ação, previsto no Programa da Terra, atenderia a 64.493), em uma área equivalente a aproximadamente 2.098.590 hectares (conforme Tabela 08).

**Tabela 08 - Brasil: Assentamentos de Reforma Agrária
Governo Fernando Collor - 1990/1992.**

Região/UF	Nº de Assentamentos	Nº de Famílias	Área (em ha.)
Amazônia	89	25.143	1.779.664
AC	05	851	57.429
RO	12	4.785	368.121
AM	05	2.076	216.592
RR	0	0	0
AP	0	0	0
PA	20	10.906	691.423
TO	18	1.324	56.404
MT	08	2.251	229.802
MA	21	3.950	159.893
Nordeste	83	5.489	163.620
PI	10	1.068	49.992
CE	19	845	29.844
RN	09	574	15.147
PB	03	121	1.463
PE	18	618	11.883
AL	04	222	2.753
SE	08	403	4.401
BA	12	1.638	48.137
Centro-Sudeste	58	4.736	92.954
ES	19	438	4.371
MG	08	583	22.108
RJ	03	400	2.961
SP	11	1.332	16.350
GO	11	344	12.317
MS	06	1.639	34.847
Sul	70	4.526	62.355
PR	38	2.760	44.111
SC	08	894	2.866
RS	24	872	15.378
BRASIL	300	39.894	2.098.590

Fonte: INCRA, 1995.

Org.: FELICIANO, C. A. 1999.

No Mapa 02, pode-se observar que das ações do governo federal, no período de 1990 a 1992, os assentamentos estão localizados no Sul do país (mais especificamente no Centro-Sul (Estado do Paraná) e no Nordeste (Estado do Ceará).

Um plano de ação para a Reforma agrária nem entrou efetivamente na pauta do governo de Itamar Franco. Havia previsto, em seus dois anos de mandato, assentar 20.000 famílias, em 1993, e mais 60.000, em 1994. Entretanto, regularizou apenas algumas áreas de conflitos; mas, mesmo sem uma política e meta de Reforma Agrária, Itamar Franco começou a travar um diálogo com os movimentos sociais existentes no campo, em especial o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST):

[...] a Lei nº 8.629, de 25/02/93, e a Lei Complementar nº 76, de 06/07/93, que passaram a estabelecer, respectivamente, a regulamentação dos dispositivos constitucionais relativos a Reforma Agrária e sobre o processo contraditório especial, de rito sumário, para o processo de desapropriação de imóveis rurais, por interesse social, para fins de Reforma Agrária no Brasil. (OLIVEIRA, 1996, p.104)

Na prática, o governo Itamar Franco pouco fez para o avanço da Reforma Agrária, no Brasil. Durante os anos de 1993 e 1994, implantou somente 70 projetos de assentamentos rurais, sendo que muitos desses poderiam ser considerados apenas como regularização fundiária ou a continuidade do processo vindo do período Collor. O número de famílias assentadas, de acordo com dados oficiais do INCRA, foi de 4.809 famílias, abrangendo uma área total de 156.996 hectares (Tabela 09)

Comparada à proposta inicial do governo Collor, realizou menos de 1% de sua própria meta, que foi de 6%, estando concentradas territorialmente na Amazônia e no Nordeste (respectivamente, 1.914 e 1.848 famílias).

As ações estatais desse período estiveram voltadas exclusivamente para alguns Estados, como pode ser observado no Mapa 03, como Paraíba, Piauí (onde quase se chegou perto de uma pequena ação governamental, movida pela pressão dos trabalhadores). Na maioria dos Estados brasileiros, porém, o número de assentamentos foi praticamente inexistente.

**Tabela 09 -Brasil: Assentamentos de Reforma Agrária
Governo Itamar Franco- 1993/1994.**

Região/UF	Nº de Assentamentos	Nº de Famílias	Área (em ha.)
Amazônia	11	1.914	88.590
AC	0	0	0
RO	04	931	43.003
AM	0	0	0
RR	0	0	0
AP	0	0	0
PA	06	909	43.098
TO	01	74	2.489
MT	0	0	0
MA	0	0	0
Nordeste	44	1.848	45.661
PI	10	428	21.867
CE	0	0	0
RN	11	683	17.376
PB	23	737	6.418
PE	0	0	0
AL	0	0	0
SE	0	0	0
BA	0	0	0
Centro-Sudeste	06	677	15.569
ES	01	7	81
MG	0	0	0
RJ	0	0	0
SP	0	0	0
GO	04	430	9.236
MS	01	240	6.252
Sul	09	370	7.176
PR	0	0	0
SC	03	77	1.771
RS	06	293	5.405
BRASIL	70	4.809	156.996

Fonte: INCRA, 1995.

Org.: FELICIANO, C. A., 1999.

Em 1994, novamente por meio do processo de eleição democrática pelo voto, Fernando Henrique Cardoso foi eleito Presidente da República.

Durante as campanhas eleitorais, sua proposta de Reforma Agrária continuava no mesmo direcionamento das políticas anteriores: solucionar os conflitos fundiários, oferecer crédito agrícola e assistência técnica. A novidade apareceu na defesa de uma política que não necessitasse de desapropriações de terras, para se realizar uma Reforma Agrária.

Essa proposta de realizar a reforma agrária sem desapropriar terras era o indicativo para se entender nitidamente as atuais propostas de implantação do Projeto Cédula da Terra, através do Banco da Terra, transformado, na atualidade, pelo Programa de Crédito Fundiário. Essas ideias já apresentam a direção da política de reforma agrária nesse primeiro mandato e, consecutivamente, no segundo período de governo.

Já como proposta de governo, Fernando Henrique Cardoso colocou a questão agrária da seguinte forma, conforme enfatiza Oliveira (1996):

A discussão, hoje, do tema segurança alimentar exige atenção especial para as questões relativas à democratização do acesso à terra. Todos os países capitalistas que desenvolveram mercados de consumo de massas, além de promoverem políticas de reforma agrária, privilegiaram a agricultura de base familiar, como estratégia na garantia do abastecimento e custos mais baixos, geração de empregos e aumento do salário real para trabalhadores de baixa renda.

Os conflitos agrários existentes no Brasil são conseqüência de uma situação histórica que as políticas públicas não foram capazes de reverter. São necessárias mudanças profundas, no campo. O governo Fernando Henrique vai enfrentar essa questão, com vontade política e decisão, dentro dos princípios da lei e da ordem. Com a meta de aumento substancial dos assentamentos a cada ano, o objetivo é atingir a cem mil famílias no último ano de seu governo. Essa é uma meta ao mesmo tempo modesta e audaciosa, já que os assentamentos nunca superaram a marca anual de 20.000 famílias.

Medidas adotadas

- executar a reforma agrária estabelecida pela constituição com paz e justiça;
- adotar uma política agrária realista e responsável, com o assentamento de quarenta mil famílias no primeiro ano; sessenta mil, no segundo ano; oitenta mil no terceiro ano e cem mil no quarto ano;
- apoiar os trabalhadores assentados para que possam plantar, colher e progredir;
 - executar, em articulação com os estados e municípios, as obras sociais e investimentos de infra-estrutura indispensáveis ao sucesso dos assentados, sobretudo na região Nordeste.

A medida de “executar uma reforma agrária estabelecida pela constituição com paz e justiça” entra em contradição, durante o governo de Fernando Henrique, em que dois massacres de trabalhadores rurais sem-terra aconteceram.

(mapa

02)

(mapa

03)

O primeiro massacre ocorreu em 15 de julho de 1995, no município de Corumbiara, Estado de Rondônia, quando 514 famílias de trabalhadores rurais sem-terra, ao ocupar uma área já declarada como improdutiva, resistiram a sair, após ordem de despejo expedida pelo juiz Glodner Pauletto, do Fórum de Colorado d'Oeste/RO. Sorrateiramente, as famílias foram atacadas de surpresa e violentamente, por uma tática planejada pelos policiais, com indícios do auxílio de “funcionários” do fazendeiro.

No final desse trágico conflito, dez pessoas morreram, 125 ficaram feridas, 9 desapareceram, 355 foram presas, 120 foram interrogadas e 74 indiciadas por desobediência e resistência.²⁸

O segundo massacre ocorrido no campo ficou registrado, na História, como símbolo internacional da Luta Camponesa, devido a sua repercussão pelo mundo: foi o massacre de Eldorado dos Carajás, no Estado do Pará. Em 17 abril de 1996, no município de Eldorado dos Carajás, 19 camponeses foram assassinados pela Polícia Militar do Pará.

Além dos 19 mortos, o conflito de Eldorado do Carajás alcançou um número de setenta e sete feridos, sendo sessenta e seis civis e onze policiais militares. As mortes dos camponeses não resultaram apenas do confronto em si. Segundo a perícia técnica inicial, perpetrar-se uma desmedida execução sumária, revelada por tiros de precisão, à queima roupa, por corpos retalhados a golpes de instrumentos cortantes (foices e facões dos próprios sem-terra), com esmagamentos de crânios e mutilações.²⁹

Esses dois episódios de extrema violência no campo ficarão marcados na memória, como referência de luta e resistência camponesa, assim como o governo de Fernando Henrique Cardoso também ficará caracterizado como o governo responsável pelo massacre mais violento do final do século XX.

Com relação às políticas de Reforma Agrária para conter os conflitos no campo, segundo dados do INCRA, em 1995 o governo assentou 49.184 famílias, chegando a um total de 2.284.76 hectares, (sendo 10.864 famílias na região Norte,

²⁸ Mais detalhes sobre o massacre de Corumbiara, ver OLIVEIRA (1996) e MESQUITA (2001).

²⁹ FELICIANO, C. A. (1997).

22.608 no Nordeste, 2.016 no Sul e 12.458 na região Centro-Oeste), como mostra a Tabela 10. Os números permitem realizar uma leitura, ou pelo menos tentam sinalizar que a reforma agrária finalmente sairia das palavras e dos documentos, uma vez que o governo tinha planejado, para 1995, o assentamento de quarenta mil famílias.

O que causou intriga derivou do fato de que, muitas vezes, o governo FHC ostentava e divulgava pela mídia os números de assentamentos de Reforma Agrária que não são os de fato. Eram consideradas como projetos de reforma agrária as ações de regularização fundiária, colonização, reassentamento de populações ribeirinhas etc. Valeu-se, na época, de uma espécie da “matemagia”, que deve ser mais bem investigada e denunciada.

**Tabela 10 - Brasil: Assentamentos de Reforma Agrária
Governo Fernando Henrique Cardoso – 1995/1998.**

Região/UF	Número de assentamentos	Número de famílias
Amazônia	832	169.551
AC	34	7.276
AM	07	1.571
AP	18	5.621
MA	236	37.644
MT	170	34.451
PA	196	53.665
RO	43	11.083
RR	24	8.261
TO	104	9.979
Nordeste	834	66.286
AL	27	2.541
BA	185	17.414
CE	195	13.420
PB	95	6.269
PE	96	6.786
PI	88	8.576
RN	106	8.506
SE	42	2.774
Centro –Sudeste	394	28.245
ES	21	1.661
GO	115	8.466
MG	113	6.541
MS	47	6.654
RJ	7	1.290
SP	91	3.633
Sul	212	12.308

PR	101	7.022
RS	73	3.477
SC	38	1.809
BRASIL	2.272	276.390

Fonte: INCRA, 2001.

Org. FELICIANO, C. A., 2001

Quando se depara com os Mapas 4 e 5, nota-se uma extrema concentração nas regiões do Nordeste (mais na faixa litorânea) e da Amazônia (no Maranhão e Pará), principalmente na região do Bico do Papagaio. Tradicionalmente, são as regiões onde o conflito de terra é mais tenso e onde o Estado se mostra mais ausente ou conivente. Se não houver uma intervenção mais eficaz do Estado, a violência ganha espaço, como já ficou demonstrado pela História e, mais recentemente, pelo massacre de Eldorado dos Carajás.

Das ações realizadas pelo governo federal e estadual, grande parte se deve à organização dos movimentos camponeses, para reivindicar a democratização do acesso à terra, prática construída e materializada através do processo de ocupação.

Sobre essa discussão, entrarei em detalhes nos próximos capítulos, devido a sua importância para o desenvolvimento desta pesquisa e compreensão da realidade agrária, na atualidade.

A política de assentamentos rurais, no segundo mandato do governo FHC, como mostra a Tabela 11, ficou concentrada na região da Amazônia, onde foram assentadas 56.566 famílias, em cerca de 451 projetos de Reforma Agrária. A segunda região que teve o envolvimento do governo federal, por meio de políticas de assentamentos, foi a região Nordeste, apresentando 24.395 famílias beneficiárias de projetos governamentais. Os Mapas 4 e 5 apresentam uma noção do número de famílias assentadas, desde 1995 até o ano de 2002.

Podemos observar que os Estados de Mato Grosso, Pará e Maranhão tiveram um número superior a 5.000 famílias assentadas, a cada ano. Em compensação, em alguns Estados não foi assentada nenhuma família em projetos de assentamento rural, como é o caso de São Paulo (1996), Amazonas (1995 e 1997), Espírito Santo (1995), Rio de Janeiro (1995) e Roraima (2000).

(mapa 04)

(mapa

05)

Cabe aqui ressaltar que, junto com os dados de número de assentamento rurais, estão também outros tipos de projetos, como o Projeto Cédula da Terra (PCT), o Projeto Casulo (PC), os Projetos Agro-Extrativistas (PAE) e Projeto Especial de Quilombolas (PEQ).

Da mesma forma, foram criados vários projetos que descaracterizam (do modo como foram propostos) uma real política de Reforma Agrária, no Brasil, como será discutido adiante.

**Tabela 11 -Brasil: Assentamentos de Reforma Agrária
Governo Fernando Henrique Cardoso – 1999/2002**

Região/UF	Número de assentamentos	Número de famílias
Amazônia	451	56.566
AC	7	745
AM	6	1.373
AP	5	906
MA	145	14.031
MT	78	14.323
PA	130	15.234
RO	34	6.497
RR	2	446
TO	44	3.011
Nordeste	554	24.395
AL	13	1.307
BA	78	5.132
CE	226	4.465
PB	35	2.444
PE	63	3.381
PI	35	2.990
RN	78	4.129
SE	26	1.247
Centro –Sudeste	231	16.206
ES	6	382
GO	61	4.482
MG	73	3.979
MS	27	3.281
RJ	5	385
SP	59	3.697
Sul	339	5.892
PR	82	3.121
RS	45	1.660
SC	212	1.111
BRASIL	1.575	103.059

Fonte: INCRA, 2001.

Org.: FELICIANO, C. A , 2002.

É por esse panorama que se configura e contextualiza a discussão sobre a Reforma Agrária, no país. Sendo conquistada aos poucos, pelas bordas, com muito sacrifício e perdas, por parte dos camponeses e camponesas que compõem e fazem questão de se mostrar como uma classe social de extrema importância, para o desenvolvimento econômico, social, político e cultural brasileiro.

2.3.2 - As políticas de tentativa de despolitização da questão agrária, em meados da década de 90

A partir da presidência de Fernando Henrique Cardoso, o Estado brasileiro iniciou um processo de tentativa de despolitização da questão agrária e da supressão do movimento camponês (em especial o MST), procurando ao máximo dirimir sua força enquanto classe presente na sociedade capitalista. O caminho estrategicamente adotado pelo governo federal transitou em torno de três espaços: judicial, institucional e midiático³⁰.

O espaço judicial cria, transita e vincula-se a toda forma de punição, extinção e repressão das ações adotadas pelo movimento camponês, que venham a infringir ou transgredir aquilo que está fundamentado nos ditames da lei. Esse espaço ocorre com a própria confusão e diversidade interpretativa que a Constituição Federal propicia, na implantação e formulação de leis complementares, medidas provisórias, regulamentos etc. Os seus agentes centrais de manutenção são sustentados por uma estrutura de poder que, em momentos determinados, apresenta-se local, regional e nacionalmente, envolvendo juízes, delegados, promotores, advogados, técnicos, preocupados na manutenção da “ordem estabelecida”.

O espaço institucional cria mecanismos de sustentação política, científica e ideológica para, de um lado, afirmar e apresentar as propostas e entendimento do governo, no tocante ao desenvolvimento do capitalismo na agricultura brasileira

³⁰Para mais detalhes, ver Feliciano, C. A. **Movimento Camponês rebelde: a Geografia da Reforma Agrária**, Dissertação (Mestrado em Geografia), USP, São Paulo, 2003.

e, de outro lado, explicitar o atraso das relações baseadas na reivindicação dos movimentos camponeses em lutar pela democratização do acesso à terra e em denunciar a viciosa estrutura agrária brasileira. As instituições internacionais, como FMI, BID, FAO, são os principais agentes que estabelecem e determinam orientações, sobretudo econômicas, para o desenvolvimento dos países que “forçosamente” estão presos a dívidas e empréstimos com os referidos órgãos.

Para garantir a implantação de medidas impositivas, estudiosos que também acreditam nessa via de desenvolvimento elaboram, com recursos principalmente do governo federal, pesquisas científicas para garantir e sustentar a aplicabilidade e viabilidade técnica de tais medidas. Essas ações são concretizadas em projetos como, por exemplo, Banco da Terra, Novo Mundo Rural, Rururbano, Casulo etc.

Para fechar o ciclo desse processo, o governo federal apoia, se utiliza e constrói com todo o engajamento o espaço midiático³¹. O entendimento sobre o espaço midiático passa pela construção, uso e divulgação de informações que, muitas vezes, são manipuladas para se chegar a uma ideia de mundo rural ideal. É pelo espaço midiático que as ações do espaço judicial e institucional ganham vitalidade e visibilidade. É por ele que, atualmente, basta preencher um cadastro e esperar para ser assentado ou formar uma associação e comprar a terra do proprietário latifundiário “comprometido” com a reforma agrária. Empregados pelo Estado, os meios de comunicação são os principais veículos de formação desse espaço.

Por outro lado, esse mesmo espaço serve para garantir a construção de imagens e vinculações depreciativas do movimento camponês, como o atraso do mundo rural, a violência, a desordem, suas irregularidades e fragilidades internas etc.

Os espaços de despolitização da luta camponesa geralmente ocorrem simultaneamente, mas, aparentemente, não sintonizam uma ação conjunta. É como se os “fatos” fossem construídos por si mesmos e não por pessoas e instituições com finalidade política bem delineada.

³¹ In: FELICIANO (2003). Nesse texto, trabalhamos com o termo **imaginativo**, mas, após algumas leituras, adotamos o entendimento de que as ações acontecem no espaço midiático.

2.3.2.1 - O espaço judicial

Na contramão dos privilégios adquiridos e transferidos pelo Estado aos grandes proprietários, estão as leis e ações que agora são interpretadas tecnicamente, fazendo-se prevalecer pelos princípios de ordem e justiça.

Pretendo fazer uma discussão a partir de dois aspectos: as medidas provisórias e portarias criadas pelo governo de FHC, de um lado, e a atuação do poder judiciário na questão agrária, de outro.

A ocupação de terra é atualmente a principal estratégia do movimento camponês, na luta pelo acesso à terra. Assim, os camponeses sem-terra pressionam o Estado a dar repostas imediatas para a resolução dos conflitos fundiários e implantar Projetos de Assentamentos Rurais, como foi defendido por Fernandes (2001). Sob esse aspecto o processo de Reforma Agrária está sendo construído e conquistado por esses camponeses, em especial pelo MST.

Obtendo uma leitura sobre a dinâmica dos movimentos e sua principal forma de atuação, o governo federal também estabeleceu estratégias de punição, cuja finalidade, na minha percepção, é de apenas desmobilizar e descredenciar uma luta política que vem sendo travada no campo e na cidade, como já foi salientado anteriormente.

O trabalho de Behring (2003) revela que, no Estado com características neoliberais, o Brasil foi sendo administrado via medidas provisórias:

Governar por decreto quase sempre passa a idéia de que o executivo está ocultando dos cidadãos e do legislativo, algumas razões que o levaram a preferir determinadas políticas [...] uma intervenção bastante apropriada, mas que, tudo indica, não recebeu a devida atenção da parte do então recém-eleito governo Cardoso. Isto porque houve a edição de 5.794 decretos-lei (estes, até 1988) e medidas provisórias entre 1985 e abril de 2001 no Brasil, sendo deste total 2.609 no primeiro governo Fernando Henrique Cardoso e 2.373 do início do segundo governo até abril de 2001, de forma que a única conclusão possível é a de que temos um déficit democrático enorme: um verdadeiro fosso entre governo, políticos e cidadãos, que vai na direção inversa das preocupações democráticas desse autor. (p.188).

Para tanto, o Ministro de Estado do Desenvolvimento Agrário, Raul Belens Jungmann Pinto, introduziu, pela Medida Provisória nº 2.109-49, de 27 de

fevereiro de 2001, os seguintes critérios para a realização de vistorias de imóveis rurais:

Art 1 – Fica proibida a realização de vistoria e avaliação dos imóveis rurais de domínio público ou particular que venham a ser objeto de esbulho possessório ou de invasão motivada por conflito agrário e fundiário de caráter coletivo.

§ 1º - Os imóveis rurais de que trata este artigo não poderão ser vistoriados e avaliados, pelo prazo de dois anos, prorrogáveis por igual período, em caso de reincidência, contado a partir da data da efetiva desocupação;

§ 2º Os processos administrativos que na data do esbulho ou da invasão estiverem em tramitação deverão ser sobrestados enquanto não cessada a ocupação;

Art. 2º - Os beneficiários assentados em projetos integrantes do Programa de Reforma Agrária que vierem, de qualquer modo, a participar de esbulho ou invasão de terras de domínio público ou privado, bem como de prédios públicos serão excluídos do programa.

Art. 3º Os dirigentes do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária – INCRA, darão cumprimento integral à presente portaria, sendo responsabilizados civil e administrativamente por ato omissivo ou comissivo.

Com essa medida provisória, ficou nítida a posição autoritária, inconstitucional e antidemocrática do governo federal, determinado a punir aqueles que realizem qualquer ato de contestação e reivindicação pelo acesso à terra. A partir desse momento, instalou-se um embate político extremamente desigual entre governo federal e movimento camponês.

Essa punição foi reforçada pela portaria do Presidente do INCRA, que explicita, com a publicação da Medida Provisória nº 2.109-48, as seguintes determinações:

Art 1º - Sujeitar-se-ão à sumária exclusão e eliminação de Programa de Reforma Agrária do Governo Federal **as pessoas que forem identificadas como participantes diretos ou indiretos de invasões ou esbulhos de imóveis rurais**, inclusive aqueles que estejam em fase de processos administrativos de vistoria ou avaliação para fins de reforma agrária, ou sendo objeto de processos judiciais de desapropriação em vias de imissão de posse ao Incra, bem assim as que participarem de invasões de prédios públicos e de ações de ameaça, seqüestro ou manutenção de

servidores públicos em cárcere privado, ou de quaisquer outros atos de violência.

Parágrafo único – A exclusão e a eliminação sumária de Programa de Reforma Agrária de Governo Federal aplicar-se-á, inclusive aos atuais beneficiários de lotes em Projetos de Assentamento e de Colonização do Incra e aos pretendentes inscritos e cadastrados para seleção de candidatos ao acesso à terra. (**grifos nossos**).

O INCRA, com essa portaria, contribuiu com as punições estabelecidas na Medida Provisória. Ampliou o leque de precedentes, como, por exemplo, participantes diretos e indiretos de “invasões”, ações de ameaças ou quaisquer outros atos de violência.

É diferente das informações relativas aos proprietários grileiros apresentadas pelo INCRA, em que não aparecem nomes ou qualquer tipo de identificação, como local, CPF etc.; aqui, o órgão federal expõe publicamente uma relação com nomes e CPF de pessoas que foram excluídas do processo de Reforma Agrária e de Projetos de Assentamentos Rurais, por participarem de ações como manifestações em órgãos públicos, ocupações de terras etc. São pesos, medidas e tratamentos diferenciados para cada classe da sociedade brasileira.

As perseguições e tentativas de incriminar e punir o movimento camponês também constituíram parte da estratégia assumida, mas não reconhecida, pelo governo FHC.

Segundo as organizações de trabalhadores rurais e seus apoios (CPT/DNTR/CUT/MST), de 1989 a 1994, o número de lideranças do MST que foram presas chega a um total de 571 pessoas. Um fato que repercutiu, internacionalmente, aconteceu no Pontal do Paranapanema/SP, em 21 de outubro de 1995, quando o juiz do município de Pirapozinho/SP decretou a prisão preventiva de quatro lideranças do MST: José Rainha Júnior, Deolinda Alves de Souza, Márcio Barreto e Laércio Barros, conforme relata Oliveira (1996):

Motivo alegado pela justiça: “são acusados de formação de quadrilha com objetivo de invadir terras na região”. Deolinda e Márcio foram presos e encarcerados no Carandiru em São Paulo, e só foram libertados no dia 16/11/95, depois de negado o pedido de liminar de habeas corpus pelo desembargador Dirceu de Mello do Tribunal da Justiça de São Paulo.

É por essas ações que entramos no segundo aspecto da punição pelo espaço judicial. O poder judiciário, até o momento, reservando-se raríssimas atuações, apresentou uma orientação política (apesar de advogar somente a neutralidade) que se aproxima dos interesses dos grandes proprietários rurais.

Fernandes (1997, p.37) denomina esse processo como **judiciarização da reforma agrária**. Tal processo ocorre em três dimensões: o uso indevido da ação possessória, a realização do despejo e o não desenvolvimento do processo discriminatório necessário para compreender a razão do conflito. Afirma que “a judiciarização da reforma agrária é explicitada na criminalização das ocupações de terra e no descaso do governo em solucionar o problema das famílias acampadas”.

A participação do poder judiciário na questão agrária geralmente ganha visibilidade para a sociedade, quando envolve o conflito direto pela posse da terra. Quando um grupo de camponeses sem-terra ocupa uma fazenda, imediatamente o juiz da comarca local é acionado pelo representante do proprietário, no caso, um advogado. Nos autos de decisão do poder judiciário, há uma relação temporal/espacial totalmente diferenciada: de um lado, baseada na garantia do direito de manutenção da propriedade de um fazendeiro e, de outro, na solução de um direito à vida, liberdade e igualdade, às vezes, de centenas de famílias. São fundamentos que estão desigual e contraditoriamente colocados na Constituição Brasileira.

As decisões judiciais majoritariamente prevalecem na manutenção do direito à propriedade e, assim, em todas as ações camponesas que lutam para modificar a estrutura agrária viciosa e vergonhosa da sociedade brasileira.

O argumento que sustenta a afirmação da neutralidade, nos processos que envolvem o conflito pela terra, é ilógico e tartufo. As leis, normas e regulamentos foram pensados para o bom relacionamento e convivência de uma determinada sociedade. Quando a realidade demonstra sua contradição, é porque há algo que precisa ser adequado às necessidades da população. Não enxergar essa necessidade não é ser neutro, mas, sim, conivente com as injustiças.

Segundo Goulart (s.d), um promotor público com uma visão mais ampla das relações sociais existentes,

[...] os litígios coletivos pela posse da terra rural são trabalhados, em regra, pelos operadores do direito à luz de princípios, normas e doutrinas jurídicas historicamente superadas. A visão setecentista dessa problemática ainda prepondera, transformando os tribunais brasileiros em espaços de negação da efetividade dos direitos sociais constitucionalmente previstos. [...]

O conflito coletivo pela posse da terra rural tem peculiaridades que não podem ser desprezadas. O tratamento processual desse tipo de causa não pode seguir rigidamente o modelo proposto pelo individualista Código de Processo Civil, projetado para compor conflitos de natureza interindividual.

O empenho em modificar a formação acadêmica, principalmente de novos juristas, magistrados, advogados e sua responsabilidade ao se deparar com uma questão social de cunho coletivo, como o conflito pela posse da terra, é mais um embate para a reestruturação do poder judiciário.

Na verdade, com a alteração da redação do art. 82, inc. III, do CPC, dada pela Lei nº 9415/96, está expressamente prevista a intervenção do Ministério Público nos processos que versam sobre conflitos fundiários (GOULART, s.d). Os promotores poderiam participar de todas as etapas do processo que envolve o conflito pela posse da terra, desde a análise do pedido de liminar de reintegração, pelo proprietário, até a solicitação de todos os meios necessários, justos e não violentos que garantam os princípios fundamentais do direito humano, no caso, de uma afirmativa em benefício do fazendeiro.

Com as brechas e contradições da estrutura capitalista, mais uma vez a classe camponesa vem somar, no questionamento das mazelas existentes, não só na questão fundiária, mas também em um dos pilares estruturais do Brasil: o poder judiciário.

2.3.2.2 - O espaço institucional

A compreensão do espaço institucional é essencial para a construção do processo de despolitização da luta camponesa, na ótica de uma contrarreforma agrária. Como já foi mencionado, esse espaço é sustentado por um conjunto de ações político-científico-ideológicas, as quais passam necessariamente por uma articulação entre governo, organismos internacionais e instituições de pesquisa.

A linha de comum acordo nessa articulação é sobre o lugar da agricultura familiar, no desenvolvimento do capitalismo na agricultura. Em todas as ações e projetos do governo de FHC, o uso do conceito **agricultura familiar/agricultor familiar** carrega consigo um universo de significados imbuídos de projeção rumo à modernidade. Essa interpretação teórica aposta que o camponês está passando por um processo de metamorfose para chegar a um agricultor familiar moderno, inserido fortemente nas relações de mercado e não dependente apenas da agricultura.

Alguns elementos sobre essa metamorfose ficaram nítidos em ações e pronunciamentos do governo, principalmente a partir do segundo mandato presidencial de Fernando Henrique Cardoso (1999-2002), quando os projetos e alguns indícios, já comentados anteriormente, começaram a ganhar peso. Em abril de 1997, dias antes da chegada de milhares de camponeses a Brasília, participantes da Marcha pela Reforma Agrária, os quais protestavam contra a impunidade no episódio do Massacre de Eldorado dos Carajás, o presidente, em nota oficial publicada nos jornais de maior circulação no país, deixou claro quais seriam os princípios norteadores na questão agrária para o futuro.

No texto intitulado “Reforma Agrária: o compromisso de todos”, o presidente da República ensaia quais seriam as diretrizes do governo, para o desenvolvimento do campo brasileiro. Os sete pontos de consenso³² em relação à reforma agrária foram estabelecidos:

³² Esse consenso foi extraído de uma reunião entre Ministros da Política Fundiária e da Agricultura, um representante dos proprietários rurais, dirigentes da CONTAG e do MST, além de Conselheiros do Programa

- uma política de desenvolvimento rural é necessária e deve incluir a reforma agrária, assim como o fortalecimento da agricultura familiar;
- o processo de reforma agrária exige a ação articulada dos diversos órgãos e dos três níveis de governo (federal, estadual e municipal), bem como dos poderes Executivo, Legislativo e Judiciário;
- a execução da reforma agrária precisa de procedimentos burocráticos mais ágeis e eficientes e do aumento da capacidade administrativa do governo;
- a realização da efetiva reforma agrária exige a alocação e a liberação oportuna dos recursos orçamentários e financeiros, para o cumprimento das metas fixadas pelo governo;
- a legislação agrária brasileira precisa ser atualizada e os processos jurídicos acelerados;
- o desenvolvimento sustentável dos assentamentos é condição imprescindível para o sucesso da reforma agrária;
- todo esse processo exige parcerias entre os diversos atores governamentais e não governamentais.

Para finalizar esse documento e contrariando alguns pontos, o governo deixou claro que o objetivo da questão agrária

[...] não deve ser necessariamente o aumento da produção agrícola, mas sim o de criar empregos produtivos e rentáveis, para milhares de brasileiros que buscam seu sustento no campo [...] A questão agrária não é, portanto, apenas econômica. Ela é, sobretudo, social e moral.

Por esse documento, entende-se que a questão agrária foi considerada pelo governo FHC como uma política de compensação social, levando a compreender que novamente se retirou o peso político e econômico da categoria dos produtores rurais, com base no trabalho familiar, ou seja, sublima-se o entendimento da existência de uma classe social camponesa. De fato, enquanto a compreensão da reforma agrária e do desenvolvimento da agricultura passar apenas pela necessidade de se cumprir uma demanda social, o problema agrário brasileiro dificilmente será resolvido.

De 1995 a 2001, o governo federal criou inúmeros projetos interessados em desvincular e fragmentar as ações políticas adotadas pelo movimento camponês. Por exemplo, enquanto os camponeses reivindicavam a reordenação da estrutura agrária brasileira, através das desapropriações de imóveis improdutivos, o governo federal instituía o mecanismo de compra e venda de terra como uma Reforma Agrária moderna. Ao mesmo tempo em que os camponeses se organizavam, por intermédio de ocupações e acampamentos, o governo federal criava o programa de Acesso Direto à Terra, via cadastro pelas agências dos Correios.

Essas ações não são apenas uma relação de causa e efeito entre movimento social e governo, contudo um embate político na sociedade brasileira, no qual as correlações de forças são desiguais e injustas, mas que, nem por isso, abalam o empenho do movimento camponês em lutar por condições essenciais e reais de um direito democrático.

Como pode ser visto, na Tabela 12, o governo federal (FHC) instituiu inúmeros projetos e ações destinados à inserção da agricultura familiar em uma realidade mais condizente com os anseios da modernidade, necessários ao atual modelo de desenvolvimento econômico.

Tabela 12- Projetos criados no Governo Fernando Henrique Cardoso – 1995/2002

Nome do Projeto	Finalidade
Projeto Lumiar	<ul style="list-style-type: none"> - Trata-se de um projeto de apoio à implementação do processo de desenvolvimento sustentável. - Objetiva viabilizar os assentamentos, tornando-os unidades de produção estruturadas e inseridas de forma competitiva no processo de produção, voltadas para o mercado e integradas à dinâmica do desenvolvimento municipal e regional. - Constituir equipes de assistência técnica e capacitação para orientar o desenvolvimento sustentado dos assentamentos. - Desenvolver metodologias e estratégias de ação com foco no desenvolvimento de uma assistência técnica adequada às necessidades dos assentamentos. - Introduzir tecnologias mais adequadas para o desenvolvimento da qualidade de vida dos assentamentos, dos processos produtivos e do acesso aos mercados. - Implantar e gerir sistemas de informações técnico-econômicas com mecanismos de comunicação adequados à cultura dos assentados. - Constituir um fundo de financiamento regular para os serviços de assistência

	técnica, capacitação e supervisão do desenvolvimento dos assentamentos.
Projeto Casulo	<ul style="list-style-type: none"> - Geração de emprego e renda na periferia dos núcleos urbanos. - Aproveitamento de áreas existentes no entorno dos núcleos urbanos. - Aproveitamento da mão-de-obra disponível na periferia dos núcleos urbanos. - Necessidade de integração competitiva da agricultura familiar ao processo de abertura dos mercados. - Necessidade de contribuir para o processo de descentralização das ações do poder público, através de parcerias entre prefeituras municipais, instituições governamentais e ONGs. - Importância da gestão participativa da assistência técnica e capacitação como fatores determinantes na viabilidade socioeconômica dos projetos.
Projeto Roda Viva	<ul style="list-style-type: none"> - Levar ao conhecimento dos assentados, o acervo nacional de tecnologia de produto e de processo voltados para a melhoria das condições de vida no meio rural; apoiá-los na escolha da mais adequada às suas necessidades e capacitá-los no exercício dessas tecnologias, identificando atividades geradoras de renda a partir delas. - Promover a integração de setores e de serviços, rompendo a uniformidade e padronização das ações demasiadas setoriais ou demasiadas globais que não chegam a atingir os problemas de cada assentamento e de cada família. - Facilitar o intercâmbio e a comunicação entre os assentados e práticas bem sucedidas que tenham um resultado em melhoria tangível das condições de vida em outras comunidades rurais, sobretudo no âmbito de experiências na própria região. - Conscientizar, mobilizar e capacitar as famílias assentadas para novas práticas de relacionamento com o meio ambiente, desenvolvendo e aplicando planos e projetos populares que visem a transformar o assentamento em um habitat ecológico. - Apoiar os assentados na criação de condições apropriadas às práticas esportivas e de lazer. - Criar condições para a expressão cultural entre os assentados, na busca de aprofundar sua própria identidade cultural.
Ouvidoria Nacional	Agrária
	- Criada em março de 1999, com o objetivo de prevenir e diminuir os conflitos agrários.
Pronera (Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária)	<ul style="list-style-type: none"> - Fortalecer a educação nos assentamentos de reforma agrária, utilizando metodologias específicas para o campo. - O sistema treina monitores nos assentamentos – por intermédio de universidades e outras instituições de ensino superior – para ministrarem alfabetização e escolarização de jovens e adultos assentados.
Conselho Nacional de Desenvolvimento Rural	<ul style="list-style-type: none"> - Criado em 06/10/1999, tem a finalidade articular, organizar e adequar políticas públicas para a reforma agrária e a agricultura familiar. - Deliberar sobre o Plano Nacional de Desenvolvimento Rural Sustentável (PNDRS), elaborado com base nos fundamentos dos Programas Nacional de Reforma Agrária, de Fortalecimento da Agricultura Familiar e do Banco da Terra. - É papel do CNDRS, também, aprovar anualmente o Plano de Safra da Agricultura Familiar. - orientar os Conselhos Estaduais e Municipais de Desenvolvimento Rural Sustentável no seu âmbito de atuação e que sejam pelo CNDRS reconhecidos.
Programa de Acesso Direto à Terra	- Baseia-se na inscrição via Cadastro pelo Correio do interessado em obter um lote de reforma agrária.
Programa de atendimento ao cidadão	<ul style="list-style-type: none"> - Facilitar o acesso do público aos serviços prestados pelo Ministério do Desenvolvimento Agrário/INCRA. - Faz parte do programa Atendimento ao cidadão, criado para garantir a

Contar”	modernização estrutural de serviços públicos.
Sala do Cidadão	- Salas instaladas nas superintendências regionais do INCRA para fornecer informações e prestar serviços rápidos.
Cartilha do Cidadão	- Uso pela internet para tirar dúvidas quanto aos projetos do governo federal.

Fonte: www.incra.gov.br (anos de 1999 e 2001)

Org.: FELICIANO, C. A., 2001.

2.3.2.3 - O espaço midiático

A elaboração do espaço midiático como integrante de um processo de despolitização da luta camponesa é concebido aqui como a propagação das ideias, pesquisas e ações governamentais para desarticular o alcance político que o movimento camponês, em especial o MST, começava a conquistar perante a sociedade, a partir do final do primeiro mandato de FHC.

A mídia³³ é o canal pelo qual o governo federal, seja por meio de pronunciamentos oficiais, seja via matérias e propagandas pagas, transmite elementos para a formação de opinião à população brasileira. Porém, como afirma Gohn (2000),

[...] trata-se de um poder que possui certas características que estão semi-ocultas, com regras próprias, podendo estabelecer articulações não visíveis, que poderá tanto democratizar a informação como escamoteá-la, ou distorcê-la.

As questões voltadas para o campo, na mídia, estiveram ligadas principalmente à agricultura de exportação, ao turismo, ao mundo selvagem e ecológico e às curiosidades do mundo rural etc. Dificilmente entravam em pauta questões contraditórias e conflitos existentes no modelo de desenvolvimento da agricultura, por exemplo. Portanto, o tema agrário somente começou a conquistar espaço com a própria luta dos camponeses em inovar em suas manifestações e estratégias. Mesmo assim, é sempre visto como atraso social, em contraposição à cidade, como núcleo das oportunidades e modernidade.

³³ Segundo Gohn (2000), “de uma forma geral podemos definir a mídia como um conjunto de instituições, negócios ou organizações que produz e transmite informações para determinados públicos – de audiência, leitores, grupos especializados. A mídia inclui jornais, rádio, estações de televisão (canais regulares e a cabo), magazines, boletins, mídia computadorizada “on line”, mídia interativa via computador, filmes e vídeos, e assim, por diante”.

Acredita-se que, principalmente com a grande mobilização e repercussão encampada pelo movimento camponês, em 1997, com a Marcha pela Reforma Agrária, Emprego e Justiça Social, é que surgiu uma pequena possibilidade de se mudar o enfoque das discussões sobre o campo brasileiro. Assuntos como conflitos rurais, latifúndios, reforma agrária voltaram a aparecer na mídia (mesmo que, muitas vezes, em uma abordagem preconceituosa). Com a marcha de 1997, os camponeses começaram a ter legitimidade popular e atração da mídia como uma reivindicação decorrente de uma necessidade social, real, de busca de condições para a fixação da população no campo, criando-se alternativas de emprego e renda e diminuindo-se a violência nas cidades (GOHN, 2000).

Todavia, justamente por causa dessa conquista dos camponeses, o governo federal começou uma campanha feroz sobre a nova política de desenvolvimento rural, em que as desapropriações de imóveis deixariam de ser o alvo principal da Reforma Agrária.

A partir de 1997 e logo depois, com a reeleição de Fernando Henrique Cardoso, iniciou-se uma campanha publicitária de descredenciamento e criminalização do movimento camponês organizado. Os projetos enumerados no espaço institucional aparecem em uma estratégia de *marketing* elaborada minuciosamente. Observando o orçamento do INCRA, entre 1995 e 1998, verifica-se que não houve destinação alguma para o setor de comunicação social e, em um único ano – 1998, este recebe um montante de 4,6 milhões de reais. Os recursos para elaboração de pesquisas que sustentam cientificamente seus projetos (NEAD) passaram de um montante de R\$ 49.542,90 (1995), R\$ 72.842,00 (1997) para R\$ 1.940.000,00 destinados a estudos e pesquisas agrárias, em 1998. É nesse ponto que se firmam e se articulam o espaço legal, institucional e midiático.

A estratégia principal foi mostrar à população brasileira a ineficácia de invadir fazendas, uma vez que o governo federal apresentava um programa de Acesso Direto à Terra. Esse programa consistia em preencher um pré-cadastro para possíveis beneficiários de Projetos de Reforma Agrária, disponível em

agências do Correio, e aguardar, em suas casas, a convocação para a entrega dos lotes rurais. Portanto, não seria mais preciso se organizar, formar acampamento e reivindicar: bastava aguardar em casa.

Paralelamente, começaram os projetos-piloto da Cédula da Terra, com o intuito de acelerar a entrada das famílias em projetos de assentamento, revelando a ineficácia e a burocracia dos processos de desapropriações. O mecanismo de compra e venda de terras aparece como símbolo da modernidade, em conjunto com o novo padrão de desenvolvimento rural.

Com tal intensificação massiva de informações e de projetos governamentais via mídia, o movimento camponês novamente começou a ser execrado por suas ações consideradas arcaicas, desnecessárias e propulsoras da violência. É justamente nesse período que as denúncias de corrupção, dentro do movimento, de autoritarismo, de desvio de verbas etc. recomeçam a ganhar destaque na mídia. Na perspectiva de Gohn (2000),

[...] a partir de maio de 1997 passaram a ser noticiadas sistematicamente informações sobre o distanciamento entre um discurso libertário emancipador dos oprimidos e as práticas internas de algumas lideranças, tidas como rígidas, fechadas e autoritárias, segundo depoimentos de muitos dos próprios assentados.

Ainda que demonstrando e denunciando a ineficácia e irregularidades das ações do governo, o movimento camponês perdeu o encanto obtido forçosamente na mídia. Com relação ao cadastro no programa de acesso direto à terra pelos Correios, todos os camponeses sem terra decidiram preencher tal formulário. Segundo o Ministério de Desenvolvimento Agrário (2001), cerca de 105 mil famílias foram pré-cadastradas. No Estado de São Paulo, esse número chegou a 25 mil famílias. Até hoje, não houve avanço algum nesse programa. As famílias estão em casa, aguardando seu lote ou acampadas, lutando por sua terra.

Somando-se a essa estratégia de tentativa de aniquilamento do movimento camponês e consolidação dos projetos do governo está a opção política e ideológica da mídia, que tradicionalmente está voltada aos mesmos interesses

daqueles que sempre detiveram o poder. Conforme Gohn (2000), na atualidade, deixaram de estar próximos para ser parte deles.

2.3.2.4 - A resistência camponesa

No item anterior, foram analisadas algumas políticas do Estado, principalmente em resposta (na maioria punitivas) às pressões dos movimentos sociais. Esta parte focaliza os movimentos sociais, relatando um pouco da violenta história da luta pela terra, no Brasil.

Para principiar essa discussão, gostaria de deixar evidenciados alguns pressupostos sobre meu entendimento com relação aos conceitos de movimento social. Foram realizadas leituras sobre o conceito, a formação, a estrutura, as formas de ações e as representações de movimento social, aprofundadas amplamente em Touraine (1973), Sader (1988) Grzybowski (1991) e Gohn (2000).

Com base na interpretação de leituras e na própria dinâmica do real, observada durante os fatos apresentados na feitura dessa pesquisa, concebo **movimento social** como um processo de mudança, o qual pode abranger mudanças no campo individual e coletivo, conjuntural e estrutural, dependendo necessariamente de sua força e organização. Estar em movimento é não estar parado. Parece óbvio, mas, na perspectiva das relações sociais e de luta de classes, estar parado muitas vezes pode significar estar paralisado com a situação envolvente e dominante

Os movimentos sociais nascem principalmente pela percepção da necessidade de mudança. Essa pode ser ou não conquistada, dependendo das correlações de forças estabelecidas e das formas de organização do grupo envolvido.

Uma das características presentes na história dos movimentos sociais, no campo brasileiro, é a violência. No Brasil, é um fator alarmante e sempre existiu

de maneira insofismável. Muitos já morreram, outros resistem bravamente. Todos estão sujeitos a sofrer qualquer tipo de violência, física ou não. Contudo, a história brasileira revela fatos que deixaram e deixam todos perplexos, pela tamanha brutalidade com que sucederam.

Os indígenas foram, com o processo de colonização, os primeiros a conhecer a violência e, nessa procura por novos espaços e principalmente riqueza, 5 milhões de índios foram dizimados. Nesse contato violento, iniciado com a sociedade europeia, foram reduzidos a cerca de 220 mil (OLIVEIRA, 1996). Distribuindo esse número até ano de 2008, chegaríamos a um total de 9.800 “mortes” de índios por ano. Pressionados pela construção capitalista do território, no Brasil, os indígenas foram adentrando pelos interiores do país.

Outro personagem dessa história de violência, que sofreu barbáries, foi o escravo negro. A luta contra a escravidão cresceu tanto, que dessa contradição do capitalismo surgiram os quilombos, terra da liberdade, do trabalho coletivo, do trabalho contrário às regras do jogo do capitalismo colonial e que, por isso, era alvo de destruição da elite. E, assim, os camponeses foram vítimas de ataque e destruição, por se voltarem contra a lei do capitalismo e a favor do trabalho comunitário, contra a ordem vigente e a favor da liberdade. Canudos (BA), Contestado (SC), Teófilo Otoni (MG), Revolta de Porecatu (PR), Trombas e Formoso (GO), Revoltas do Sudoeste do Paraná (1957), Santa Fé do Sul (SP), Ligas Camponesas, Fazenda Santa Elina, Corumbiara, Eldorado dos Carajás e outras. Foram lutas pelo direito à terra, pelo direito ao trabalho, pelo direito à vida.

Mesmo sofrendo ações violentas, por parte de fazendeiros, usineiros, pelo Estado, os camponeses não ficaram passivos, durante toda essa história. A ação e a organização desses trabalhadores do campo marcaram a resistência no território.

Desde o século XX, as lutas camponesas apenas confirmam a necessidade de uma redistribuição de terras e uma política agrícola justa. Com todo um histórico secular de concentração de terras, o movimento camponês vem acompanhando e se firmando como contradição e oposição a esse Estado geral (consciente disso, ou não).

Em meados da década de 50, surge um movimento que cresceu em escala nacional: as Ligas Camponesas³⁴.

As Ligas “eram consideradas do ponto de vista legal, como uma sociedade civil beneficente, de auxílio mútuo, cujos objetivos eram, primeiramente, a fundação de uma escola e a constituição de um fundo funerário [...] e secundariamente, a aquisição de implementos agrícolas e reivindicação de assistência técnica governamental”. (BASTOS, 1984, apud OLIVEIRA, 1996).

Elas nasceram da necessidade de organização, devido ao aumento do foro (arrendamento) pelos proprietários de terras na Zona da Mata, em Pernambuco. Fazendo com que essa manifestação contra a injustiça (de elevação de preços) e a favor da permanência nas terras (visto que muitos dos proprietários viviam na capital, de modo que muitas propriedades eram improdutivas) fosse considerada um direito de cidadania, os camponeses foram procurar apoio nos deputados, encontrando ajuda de Francisco Julião, do Partido Socialista (identificado posteriormente como líder do movimento).

Da maneira como as Ligas ganharam repercussão, em todo o país, e com o surgimento de várias associações agrícolas, o Partido Comunista do Brasil criou, em 1954, a União dos Lavradores e Trabalhadores Agrícolas do Brasil (ULTAB), na tentativa de unificação dessa luta.

No regime militar, repressão e violência foram tomadas como tão necessárias e imprescindíveis à implantação do “progresso” nacional, que a maioria das lideranças camponesas “foram desaparecidas”. Segundo dados da CPT/MIRAD/CONTAG, organizados por Oliveira (1996), de 1964 a 1984, o número de mortos no campo chegou a 874. A Amazônia (mais especificamente o Estado do Pará) ficou com quase metade do número de mortes, sendo considerada o centro da violência, no Brasil. Em seguida, vem a região Nordeste (263), Centro/Sudeste (164) e Sul (55) – (Gráfico 01).

³⁴ A origem dessa expressão surge de um movimento de horticultores da região de Recife, organizados pelo Partido Comunista do Brasil, durante sua legalidade, na década de 40 (OLIVEIRA, 1996).

Por intermédio dos grandes projetos governamentais, os militares, com a tática de suprimir e tirar de cena os conflitos que se manifestavam no Nordeste, acabavam estimulando os movimentos migratórios rumo à Amazônia.

Contraditoriamente, criavam-se também grandes projetos agropecuários (através da SUDAM – Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia), nos quais a presença do migrante camponês era dispensável, logo após a abertura das novas áreas. É claro que o choque foi inevitável. Grandes grileiros oficiais (empresários/banqueiros/industriais), em sua maioria do Centro/Sul, não tinham nenhuma proposta que pudesse contemplar o trabalho desses camponeses, a não ser o fato de contratar jagunços, para exterminar os próprios camponeses posseiros, índios e quem lá chegasse.

Gráfico 01

Mortos em conflitos no campo - Brasil - 1964 a 1984.

Fonte: CPT/MIRAD/CONTAG, in OLIVEIRA, 1996.
Org.: FELICIANO, C. A., 2008.

Nesse contexto, na década de 70, uma frente progressista da Igreja Católica (Teologia da Libertação) começou a intervir na questão da luta pela terra. Na verdade, a Igreja Católica passou a uma discussão profunda, em sua forma de agir perante a sociedade. Segundo Dom Tomás Balduino (2001), por volta de 1965, “a

igreja que vai ao mundo é também o mundo que irrompe dentro da igreja”. Em 1968, na Conferência de Medellín e, posteriormente, em Iquito, em 1971, iniciou-se um movimento dentro da Igreja Católica que possuía um entendimento diferente com relação às posturas reproduzidas, na época, de um modelo baseado na Igreja europeia. Há uma redefinição do seu papel quanto ao grupo trabalhador: “O pobre não é mais entendido como objeto de nossa ação caritativa. Pobre é sujeito, autor e destinatário de sua própria história”.

Foi no seio do movimento da Teologia da Libertação que se gestou o CIMI – Conselho Indigenista Missionário –, em 1972, e a CPT – Comissão Pastoral da Terra –, em 1975.

A Comissão Pastoral da Terra organizou e organiza, junto com os trabalhadores, caminhadas, protestos, etc. e, para além disso, iniciou um processo de construção de uma conscientização e sentido de identidade camponesa, na luta pela obtenção de seus direitos. Justamente, nesse período, instalou-se no campo o assassinato qualitativo. Foram padres, advogados, intelectuais, lideranças sindicais que clamaram, junto com os camponeses, por justiça, cidadania e Reforma Agrária. Vários são os episódios de violência: por exemplo, Padre Josimo, Padre Rodolfo Lunkenbein, Padre João Burnier, o advogado Eugênio Alberto Lyra Silva, e outros.³⁵

Com o processo de democratização no país, a partir de 1985, foram aniquilados mais camponeses do que nos governos militares (ver Gráfico 02). Com a proposta do 1º PNRA (Plano Nacional de Reforma Agrária) de assentar 1,4 milhão de famílias, a “Nova República” esqueceu de pedir autorização à tradicional elite agrária, que compunha (e compõe) uma parte significativa do Congresso Brasileiro. Uma amostra desse poder está vinculada à criação da UDR (União Democrática Ruralista).³⁶ Na reflexão feita pelo historiador Edécio Oliveira (2002) sobre a bancada ruralista no Congresso Nacional, este enfatiza que a UDR,

³⁵ Ver OLIVEIRA, A. U. **A geografia das lutas no campo**. 6. ed. São Paulo: Contexto, 1996 (Coleção Repensando a Geografia).

³⁶ Instituição voltada para os interesses dos grandes proprietários de terras, que usava todos os métodos possíveis para conservar o *status quo* vigente.

representada pelo deputado Ronaldo Caiado, teve um papel de total oposição à regulamentação dos artigos constitucionais que tratavam da Reforma Agrária:

No início o grupo ruralista não se distinguia da UDR e não eram mais que vinte parlamentares, mas que orquestrados constituíam um poder de articulação razoável. Esta frente só não mobilizou mais parlamentares devido ao caráter agressivo que o deputado Ronaldo Caiado (PFL/GO) imprimiu ao grupo. [...] Nas legislaturas 1990/94 e 1995/98, a bancada ruralista adotou formas diferenciadas de operacionalizar os seus interesses. Na primeira (90/94), sob influência da UDR mostrou-se truculenta e agressiva para com os adversários. O domínio dos pecuaristas, no interior do grupo, conduziu-o a uma situação de constante confronto. Na legislatura posterior (95/98), os ruralistas órfãos de uma liderança centralizadora optaram pela representação diversificada, ou seja, certos deputados se colocaram como porta-vozes e articuladores de setores específicos. Nesta legislatura (99/02), a operacionalização vai depender vai depender do comportamento de alguns líderes.

A bancada ruralista na Câmara dos Deputados realiza, em um emaranhado de relações, a construção e uso do espaço legal e institucional, discutido anteriormente. Primeiro, por articular benefícios a seus interesses e a segmentos politicamente atrelados, e, segundo, por ter trânsito livre nos mecanismos e programas criados pelo Estado.

Gráfico 02

Mortos em conflitos no campo - Brasil - 1985 a 2007

Fonte: CPT, 2008.

Org.: FELICIANO, C.A., 2008.

A década de 90 também revelou números assustadores com relação à violência no campo. Tanto no campo como na cidade, a violência se manifesta através das chacinas: Chacina da Candelária, do Carandiru, de Corumbiara, de Eldorado dos Carajás, dos Yanomami. Entendendo como chacina pelo menos três assassinatos em uma mesma data, a CPT (Comissão Pastoral da Terra) registrou 9 episódios, na década de 90³⁷. O número de mortes foi de 66 pessoas (inclusive menores de 18 anos) e, como marca da violência, a Região Amazônica mais uma vez está à frente, com 8 chacinas, totalizando 59 mortos.

O período governamental de José Sarney apresentou a maior concentração de mortes no campo, através de conflito por terras. Nesse momento político de elaboração do 1º Plano Nacional de Reforma Agrária e também da Constituinte de 1998, os camponeses foram massacrados violentamente. As regiões de maiores índices de assassinatos no campo estão concentradas principalmente na Amazônia, litoral brasileiro e norte de Minas Gerais, onde a concentração de terras, grilagem e coronelismo são igualmente evidentes.

Nos períodos do governo Collor e Itamar Franco, ocorreu nitidamente uma diminuição das mortes por conflito no campo, somente recrudescidas no período governamental de Fernando Henrique Cardoso, com um grande concentração de mortes na região do Bico de Papagaio, Rondônia e litoral nordestino. No governo Lula, pode-se verificar que as áreas de conflito ainda continuam sem resolução,

Essa é a face perversa do Brasil. Construindo e revelando essas contradições inerentes ao processo de produção e reprodução do capital.

Atualmente, os movimentos sociais no campo brasileiro têm origens diversificadas, mas com a mesma finalidade. A diversidade dos movimentos sociais deu-se com a entrada desses novos personagens em cena (SADER, 1988), principalmente a partir da década de 80, o que nos fez compreender que a formação do movimento camponês ocorreu em momentos históricos distintos.

A luta dos posseiros pelo acesso à terra liberta, de trabalho, que vem desde a década de quarenta, ressaltou o desejo do camponês em não proletarizar-se. Essa

³⁷ Setor de Documentação da CPT/Nacional – Abril/1996.

manifestação foi materializada por meio da migração rumo às fronteiras, em busca de sua condição de trabalhador-camponês. Todavia, foi com a formação da Comissão Pastoral da Terra, na década de 70, que esses camponeses até então desunidos passaram a vislumbrar novas possibilidades e resistências, concretizadas via “roças comunitárias”, construindo um processo coletivo de defesa da posse da terra (OLIVEIRA, 1996).

Uma outra frente de luta que entrou em cena foi a participação dos seringueiros da Amazônia, nas reservas extrativistas. No início da década de 80, os seringueiros da Amazônia, mais precisamente do Acre, iniciaram uma luta pela preservação da floresta, que estava intrinsecamente ligada à sua sobrevivência e subsistência. A estratégia de luta adotada pelos seringueiros configurou-se através dos empates. A reivindicação principal dos seringueiros da Amazônia é “a demarcação das áreas onde os povos da floresta possam viver da coleta dos frutos das matas e da terra mantida como propriedade da União e não transformada em propriedade privada e os seringueiros tenham o usufruto das áreas” (OLIVEIRA, 1996).

As reservas extrativistas localizam-se principalmente na região amazônica, mas o acúmulo de conhecimento e estratégias dessa luta principiam a se espacializar, quando comunidade de camponeses de outras regiões, como, por exemplo, do Vale de Ribeira/SP também manifestam interesse em formar reservas extrativistas na Mata Atlântica, como meio de sustento para sua família.

Marcando a diferencialidade das lutas e movimentos sociais, no campo, o movimento dos boias-frias surge na década de 80, com o próprio desenvolvimento do capitalismo baseado nas relações de produção e de trabalho, via assalariamento. Com a venda de sua força de trabalho para as empresas capitalistas, os trabalhadores assalariados (boias-frias), agora separados o local de trabalho (campo) e o lugar da moradia (cidade), partiram para uma luta contra a exploração, em busca de melhores condições de trabalho e ganhos salariais. Os partidos políticos e as centrais sindicais tiveram um importante papel, nessa conscientização dos trabalhadores assalariados rurais.

As greves aconteceram em várias regiões brasileiras (na zona da mata pernambucana e paraibana, no interior de São Paulo, no sul de Goiás, Triângulo Mineiro, norte do Paraná e Mato Grosso), justamente nas grandes áreas de cultura da laranja, cana-de-açúcar, café etc.

No Estado de São Paulo, as greves de maio de 1984, principalmente no município de Guariba, conquistaram um grande destaque em razão violência adotada pelos usineiros, pelos industriais, pelo Estado, somada à violência policial contra os grevistas. (OLIVEIRA, 1996).

Outro grupo que também merece ser mencionado é o Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB). Essa luta deu-se com a construção dos grandes complexos hidrelétricos, na década de 70, quando grandes áreas deveriam ser desapropriadas e os camponeses deveriam sair rapidamente do local de morada, deixando suas casas, terras e um conjunto de relações sociais e espaciais já estruturadas.

Com essa perda das relações de sobrevivências e de trabalho, a identidade desses camponeses ficou fragilizada, criando neles a necessidade de se organizarem na luta pelo reassentamento, por indenizações e “inclusive levando suas experiências para contribuir na organização de outros grupos antes da obra ser construída, de modo que estes passavam a ser sujeitos políticos, capazes de decidir sobre o destino de suas regiões e de suas vidas”. Com essa experiência e conhecimento acumulado, verificou-se também a formação de um outro movimento: o MOAB (Movimento dos Ameaçados pelas Barragens).

Apesar da grande concentração e formação dos novos movimentos sociais no campo, nas décadas de 70/80, como já foi salientado anteriormente, o movimento camponês foi/é construído e deve ser entendido por seus momentos históricos distintos, com suas particularidades e especificidades políticas, econômicas, sociais e espaciais. Compreender a luta pela terra e pela Reforma Agrária, no Brasil, é compreender antes de tudo a formação do território, pelas suas desigualdades e singularidades. Interpretar, discutir e entender como se dá essa configuração no território é um dos papéis fundamentais da Geografia.

É por isso que tratarei agora da formação de uma frente do movimento camponês com grande destaque, na atualidade: o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra (MST). Na verdade, o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra (MST) é considerado, por muitos intelectuais, tanto nacionais como estrangeiros, como o movimento social mais bem organizado, hoje em dia. Sua principal forma de pressão e estratégia de luta se concretiza nas ocupações de terras.

A origem do MST está estreitamente ligada às ações do já mencionado movimento de renovação da Igreja Católica, chamado Teologia da Libertação. Muitas das ações da Igreja já trilhavam por esse caminho, como é o caso das CEBs (Comunidades Eclesiais de Base), em 1973, e, posteriormente, com a criação da CPT (Comissão Pastoral da Terra), em 1975. Lutas localizadas aconteciam por todo o país, sobretudo no final da década de setenta.

A região Sul do Brasil foi o primeiro cenário de materialização do MST. Foi o espaço onde os camponeses decidiram unir-se para lutar pela terra. Uma luta travada a propósito da política de desenvolvimento agropecuário instaurada no regime militar.

Após a ocupação da gleba Macali em Ronda Alta, Rio Grande do Sul, novas formas de lutas também se repetiram no campo, principalmente nas regiões Sul e Sudeste. A igreja inserida como mediadora dos trabalhadores sem-terra começa a criar entre estes, uma necessidade de realizar trocas das experiências de luta.

A CPT organizou um encontro em Goiás para que esses trabalhadores pudessem relatar e trocar suas experiências de luta; dezesseis estados brasileiros estavam ali representados, sendo que os trabalhadores do Centro-Sul viram a necessidade de se reunir mais vezes. Até que em 1983, a partir de um encontro realizado em Chapecó/SC, criaram uma Coordenação Regional Provisória, composta pelos seguintes estados: RS, SC, PR, SP e MS. (FERNANDES, 1996).

A CPT registrou, no ano de 1985, cerca de quarenta e dois acampamentos de trabalhadores rurais sem terra, com mais de 10 mil famílias camponesas, como pode ser observado na Tabela 13. Nota-se que, no início, as ocupações de terras ficaram concentradas principalmente na região Sul do país. Foi justamente nesse ano que a estratégia de luta camponesa, por meio das ocupações

de terras, entrou no cenário agrário brasileiro. Ocupações e acampamentos surgem magistralmente, em diferentes regiões brasileiras.

Tabela 13 - Ocupações e acampamentos rurais no Brasil – 1985

Estado	Ocupações e acampamentos	Número de Famílias
Espírito Santo	01	372
Goiás	02	160
Maranhão	01	500
Mato Grosso do Sul	03	1174
Minas Gerais	02	38
Pernambuco	01	95
Paraná	13	3318
Rio Grande do Sul	02	2570
Rio de Janeiro	02	219
Sergipe	01	83
São Paulo	07	1805
Santa Catarina	07	500
Total	42	10.834

Fonte: CPT, 1986.

As necessidades de unificação da luta cresceram tanto que, no Encontro Nacional, realizado em Cascavel/PR, em 1984, foi criado o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra.

As linhas gerais do movimento foram elaboradas nesse Primeiro Encontro Nacional:

- Que a terra só esteja nas mãos de quem nela trabalha;
- Lutar por uma sociedade sem exploradores e sem explorados;
- Ser um movimento autônomo dentro do movimento sindical para conquistar a Reforma Agrária;
- Organizar os trabalhadores sem-terra na base;
- Estimular a participação dos trabalhadores rurais no sindicato e no partido político;
- Dedicar-se à formação de lideranças e construir uma direção política dos trabalhadores;
- Articular-se com os trabalhadores da cidade e da América Latina

Pelos princípios reproduzidos, o MST possui um caráter autônomo. Não é mencionado seu vínculo com as CPTs e CEBs, mas que pretende manter uma relação mais estreita com os sindicatos rurais e partidos políticos.

O próprio MST explica o porquê desses princípios formulados no Encontro:

Tomar a decisão de se constituir um movimento social, autônomo, de trabalhadores rurais, não só de trabalhadores rurais, mas de todos aqueles que quisessem lutar por terra, por reforma agrária e por mudanças sociais na sociedade brasileira, representava um amadurecimento político-ideológico, de compreender que a luta pela reforma agrária extrapola os limites do movimento sindical, que necessitava do apoio das igrejas mas não poderia ser um movimento confessional e que era necessário se constituir num amplo movimento social que fosse, ao mesmo tempo, popular, onde todos os que quisessem lutar seriam aceitos, homens, mulheres, jovens e adultos, crianças e anciãos, trabalhadores rurais, militantes sociais, agentes de pastoral sindicalistas, todos. Mas que mantivesse também um caráter sindical, para realizar lutas específicas de caráter corporativo, como é a luta por créditos, preços, etc. E também político, no sentido de recuperar que a luta pela reforma agrária é acima de tudo uma luta de classes contra o latifúndio e contra o Estado que o representa. (disponível em www.mst.org.br - 1999).

Esse caráter de não se prender a uma instituição, a um partido ou a um sindicato é que dá a especificidade de movimento social ao MST. O dinamismo e a espontaneidade são próprios desse conceito, de sorte que o MST consegue, apesar de muitas dificuldades organizativas encontradas, internas e externamente, conservar essas características.

No período de 1985 a 1989, o MST começou seu processo de territorialização pelo Brasil. O conceito de **territorialização** é concebido, segundo Fernandes (1996), como

[...] um processo de conquista de frações do território pelo MST e outros movimentos sociais [...] Nesse processo, a fração do território é conquistada na espacialização da luta, como resultado do trabalho de formação e organização do movimento. Assim, o território conquistado é trunfo e possibilidade de sua territorialização na espacialização da luta pela terra [...] a territorialização expressa concretamente o resultado das conquistas da luta e, ao mesmo tempo, apresenta novos desafios a superar.

No início da luta, o MST estava organizado em apenas 5 Estados, conforme já se frisou. Começou a se organizar nas regiões da Amazônia e Nordeste. Até 1989,

o Brasil já contava com 12 Estados organizados na luta pela terra, através do MST. Atualmente, ele está organizado em todos os Estados da federação.

A Comissão Pastoral da Terra, principalmente a partir de 1990, passou a uma sistematização dos dados sobre as ocupações de terras, no país. Baseado nesses dados, procuro demonstrar como aprenderam, construíram e espacializaram essa estratégia de luta camponesas, no Brasil, através de uma sequência dos Mapas 06, 07 e 08. Os mapas foram divididos em quatro períodos: Mapa 06 - 1990 a 1992, que compreende o período governamental de Fernando Collor de Mello, quando a maioria das ocupações com famílias acampadas estavam concentradas nas regiões Sul, Sudeste e litoral nordestino.

O Mapa 07 representa o número de famílias por município que participaram de ocupações de terras, no território brasileiro, no governo de Itamar Franco (1993-1994). A região do Pontal do Paranapanema/SP começa a aparecer como uma das áreas mais conflituosas do país, em razão da entrada do movimento camponês, questionando o processo de grilagem nas áreas devolutas e reivindicando o assentamento das famílias acampadas. Nesse período, as ocupações e o número de famílias acampadas nos Estados de Pernambuco, sul da Bahia e Mato Grosso do Sul começam a ter destaque.

Certamente, foi no período correspondente aos dois mandatos de Fernando Henrique Cardoso (1995 a 2002) que as ocupações de terras ganharam notoriedade. A representação cartográfica do Mapa 08 demonstra que a distribuição geográfica das famílias acampadas, no Brasil, foi gigantesca. Essa informação revela que o processo de luta via ocupações de terras desponta como a principal forma de lutas camponesas, na atualidade, pois foi nesse período que ocorreram os dois maiores massacres no campo brasileiro: Corumbiara/RO (1995) e Eldorado dos Carajás(1996). Também foi nesse período que a mobilização camponesa ganhou repercussão nacional e internacional, com as marchas pela reforma agrária etc.

De fato, foi por essa notoriedade que o governo começou um processo de tentativa de despolitização da luta camponesa, discutido anteriormente. Por isso, foi necessário criar medidas e propostas amplas e fantasiosas para conter e reprimir as

ocupações de terras que já se materializam em todos os Estados da federação brasileira, como pode ser observado no Mapa 08.

No período de 1995 a 2002, as regiões onde as ocupações de terras foram mais frequentes e o número de famílias bem maiores compreendem o Centro/Sudeste (em especial, Mato Grosso do Sul, São Paulo e Goiás), Sul, todo o litoral nordestino e a região no Bico do Papagaio (que compreende os Estados do Maranhão, Tocantins e Pará).

As estratégias de luta dos camponeses são as mais diversificadas. Elas são criadas pelos próprios trabalhadores, de acordo com suas próprias vontades e necessidades. Podem se diferenciar, conforme o modo de organização de cada Estado. As principais táticas são as ocupações de terra, caminhadas, marchas, ocupações de órgãos públicos etc.

Conquistando temporariamente um espaço na mídia com suas manifestações e, assim, dimensionando as discussões sobre a Reforma Agrária, o MST é frequentemente alvo de ataques políticos. O próprio governo federal e os donos de/da mídia tentam a todo custo desgastar a imagem do movimento, associando-o ao "vandalismo", à "baderna" e à "anarquia", como foi exposto anteriormente, na construção do espaço imaginativo como uma estratégia de despolitização da luta camponesa. A cobertura do episódio dos saques acontecidos no Nordeste, em 1998, foi um dos exemplos dessa estratégia de desmoralização perante a sociedade.

A mídia e o governo divulgaram e responsabilizaram o MST por incitar os saques ocorridos no Nordeste, devido à seca em meados de 1998. Foram manchetes nos principais veículos de circulação nacional.

Ressalta o geógrafo Aziz Ab'Saber (1998): "Os períodos de seca prolongadas acontecem no Nordeste em média de 12 em 12 anos, e o governo brasileiro sabe e sempre soube disso e nunca tomou uma decisão a respeito"³⁸.

Desde junho de 1997, institutos de meteorologia alertaram para as consequências do fenômeno El Niño. O Congresso Nacional estava informado

³⁸ A seca no Brasil – palestra proferida no Anfiteatro de História da FFLCH/USP – 18/08/98.

sobre a seca que aconteceria no ano posterior. Portanto, relacionar e responsabilizar pelos saques o MST foi uma atitude de desvio e despolitização do problema.

Dessa forma, os ataques diários ao MST fizeram parte de uma política adotada principalmente pelo governo FHC, com apoio da mídia, para deslocar a discussão sobre a Reforma Agrária brasileira.

O MST, com as ocupações de terra, ilegais diante da legislação brasileira³⁹, se choca com a política do Estado. A maneira que o Estado escolhe para redirecionar as discussões (ou melhor, a não discussão) é tentar abafar o movimento, pelo isolamento e pela manipulação de dados e informações.

Com o passar dos anos, acumulando experiências, o movimento camponês, no caso o MST, não conquistou apenas inimizades, porém colheu belos frutos de solidariedade e ideais bem semelhantes. Os movimentos sociais possuem suas formas de sociabilidade com outros segmentos da sociedade brasileira e setores internacionais. De fato, as formas de socialização da luta camponesa com outros segmentos foram estabelecidas, assim como foram sendo criadas necessidades de sobrevivência. Na atualidade, essa socialização da luta camponesa alcançou uma projeção nacional e mundial.

Na escala mundial, a articulação do movimento camponês brasileiro ocorreu principalmente através da Via Campesina. O conjunto de ideias e necessidades comuns aos movimentos camponeses do mundo ganharam visibilidade e unidade, a partir de um espaço de socialização política realizado no Brasil: o Fórum Social Mundial.

O Primeiro Fórum Social Mundial aconteceu entre os dias 25 e 30 de janeiro de 2001, e contou com representantes de 122 países, incluindo 3.700 delegados (desses, 1.502 eram estrangeiros) e mais 16.000 militantes. Esse Fórum teve a finalidade de dar continuidade aos protestos iniciados em Seattle, e há um Fórum Econômico realizado no mesmo dia em Davos, Suíça. Seu fundamento inicial foi de lutar pela construção de um outro mundo, contra as determinações dos grupos econômicos mundiais e a favor da inclusão social.

³⁹ O conceito de ocupação e suas diferenciadas interpretações serão trabalhados no capítulo seguinte.

(mapa 06)

(mapa 07)

(mapa 08)

Para se ter noção do alcance e necessidade de uma compreensão mais aprofundada sobre o papel do campesinato, no Brasil e no mundo, segue um trecho de um documento elaborado e assinado pelos 122 países participantes do Fórum Social Mundial:

Somos mulheres e homens, **camponeses e camponesas**, trabalhadores e trabalhadoras, profissionais, estudantes, desempregados, povos indígenas e negros vindos do sul e do norte, que temos o compromisso de lutar pelos direitos dos povos, a liberdade, a segurança, o emprego e a educação. Somos contra a hegemonia do capital, a destruição de nossas culturas, a monopolização do conhecimento e dos meios de comunicação de massas, a degradação da natureza e a deteriorização da qualidade de vida através das mãos de corporações transnacionais e das políticas antidemocráticas. A experiência da democracia participativa, como em Porto Alegre, mostra que alternativas concretas são possíveis. Reafirmamos a supremacia dos direitos humanos, ecológicos e sociais sobre as exigências dos capitais e dos investidores. (Chamamos todos os povos do mundo a se unirem a esta luta pela construção de um futuro melhor. 1º Fórum Social Mundial, janeiro de 2001, Porto Alegre – Brasil, grifo nosso).

Foi por intermédio da espacialização da luta camponesa, em nosso país, que o MST articulou sua participação nessa possibilidade de construção de um movimento camponês mundial, concretizado atualmente pela Via Campesina.

A Via Campesina é um movimento internacional que coordena organizações camponesas de pequenos e médios agricultores, de trabalhadores agrícolas, mulheres e comunidades indígenas da Ásia, África, América e Europa. É um movimento autônomo, pluralista, independente de denominações políticas, segundo informações extraídas de sua página na Internet. Hoje em dia, os movimentos e organizações membros da Via Campesina estão territorializados mundialmente.

A Via Campesina apresenta como frentes de atuação, em conjunto com seus movimentos-membros, as seguintes linhas:

- Articulação e o fortalecimento de suas organizações-membros;
- Incidir no centro de poder e decisão dos governos e organismos multilaterais, com o intuito de reorientar as políticas econômicas e agrícolas que afetam os pequenos e médios produtores;
- Fortalecer a participação das mulheres nos aspectos sociais, econômicos políticos e culturais;

- Formular propostas com relação a temas importantes como: Reforma Agrária, soberania alimentar, produção, comercialização, recursos genéticos, meio ambiente e gênero. (VIA CAMPESSINA, 2002).

Se atentarmos aos princípios gerais do MST, será possível notar semelhanças nas necessidades, origem e propostas de atuação.

O processo de socialização da luta camponesa ocorre em frações de tempo e espaços desiguais ao processo de despolitização do capital contra a luta camponesa. A velocidade do capital, aliada à estrutura do Estado sob pressão das oligarquias rurais, tenta despolitizar e descredenciar os movimentos sociais, velozmente. São nas suas contradições e brechas que o movimento camponês demonstra alguns indicadores da possibilidade de se construir um outro território.

2.3.3 - Práticas contestadoras dos movimentos agrários no início do século XXI

As ações e mobilizações materializadas, no campo brasileiro, podem ser entendidas como práticas com potencial transformador ou conservador de parcelas do território. Nesta parte da tese, procuro apresentar uma sistematização e análise dos dados coletados pela Comissão Pastoral da Terra, com relação às manifestações questionadoras com potencialidade transformadora, realizadas no campo brasileiro, ora por movimentos agrários organizados, ora por ações advindas de caráter, em princípio, espontâneo.

O período dos dados coletados abarca o início do século XXI, mais precisamente entre janeiro de 2001 e dezembro de 2007. Durante esse tempo, ocorreram mais de 4.300 manifestações contra uma opção de modelo de desenvolvimento econômico, político, social e cultural adotado pelo poder público brasileiro e disseminado pelos órgãos da mídia, que não é favorável sustentavelmente para a maioria da população brasileira. Foram aproximadamente 3.700.000 pessoas, entre camponeses, índios, assalariados rurais, sindicalistas, estudantes, professores simpatizantes e religiosos, os quais forjaram sua indignação

pelas ruas, estradas, rios, prédios públicos, em cada canto e brecha possível do território brasileiro.

Com isso, entendo que as ações principalmente dos movimentos agrários estão cada vez mais presentes na pauta política do país, justamente pela continuidade do descaso, desinteresse e ausência de coragem política do Estado, para tratar da questão.

Movimentos agrários são integrantes dos movimentos sociais que nascem principalmente pela percepção da necessidade de mudança, podendo ser ou não conquistada, dependendo das correlações de forças estabelecidas na luta de classes e das formas de organização do grupo envolvido. De acordo com Touraine (1981), “reconhece-se um movimento social porque ele fala ao mesmo tempo em nome do passado e em nome do futuro [...]”; para Grzybowski (1994), por sua vez,

a percepção de interesses comuns, no cotidiano, nas condições mais imediatas de trabalho e vida, percepção reproduzida a partir de e na oposição com outros interesses, de outros agentes sociais, a identidade em torno dos interesses comuns, as ações coletivas de resistência, etc. São um conjunto de condições necessárias dos movimentos. Só assim a tensão intrínseca às relações vira movimento.

Pelo fato de compreender que as ações aqui discutidas serão referentes às organizações do campo, mas com uma diversidade riquíssima, que poder estar além do campesinato, adoto a conceituação de **movimentos agrários**⁴⁰, uma vez que estão majoritariamente reivindicando condições de vida mais justas para uma parcela da população que tem o campo como sua morada e/ou trabalho.

A resposta às práticas dos movimentos agrários brasileiros é o uso da violência. Por estarem à busca de um espaço justo, o conflito sempre se faz presente, pelo fato de a ideia de justiça carregar uma concepção ideológica baseada

⁴⁰ Há, na Geografia, uma discussão realizada por Bernardo Mançano Fernandes e Martin, entre outros, que procuram entender as ações no campo por meio da conceituação de **movimento socioterritorial** e/ou **socioespacial**. Neste trabalho, procuro levantar algumas práticas e potencialidades de transformação e leitura da realidade, oriundas da organização do/no campo, sem me ater primordialmente a uma discussão de cunho essencialmente teórico.

na luta por interesses diferentes. A justiça, na ótica daqueles que a idealizaram institucionalmente, por ser supostamente abstrata, separa as boas das más condutas, os homens bons dos homens maus e, em decorrência, também suas práticas (AGUIAR, 1999). A partir dessa premissa, é necessária a construção e manutenção de uma ordem, mesmo que seja preciso o uso da força.

Como há outras concepções de justiça diferente de uma ideia dominante, as contestações adquirem o sabor da esperança e bandeira de luta, pois, acima das reivindicações primeiras, está inserida a possibilidade de (re)criação. Por serem práticas potencializadoras de transformação, são apontadas como práticas subversivas, contra as boas condutas e a ordem. Isso reflete expressões ideológicas de um pensamento conservador, o qual procura escamotear a manutenção de um poder, já que, instaurada a ordem, está preservado um conjunto de interesses que longe estão de ser abstratos.

As práticas dos movimentos agrários, no início do século XXI, estão voltadas, conforme já se frisou, ao questionamento pela preferência a implantação de modelos novos de desenvolvimento. A Comissão Pastoral da Terra realizou uma tipologia das práticas contestadoras verificadas no campo. Formatou essas ações entre tipos de reivindicação e tipos de manifestação. A primeira relaciona-se ao conteúdo da prática realizada, enquanto a segunda, à melhor forma de materializar essa reivindicação no espaço, como pode ser observada na síntese exposta na tabela 14.

A construção da tabela 14 seguiu o surgimento dos tipos de reivindicações por ordem de listagem apresentada pela CPT. Há informações que não puderam ser explicitadas, pelo fato de terem sido coletadas de forma abrangente, como, por exemplo: outros e todos. Em um segundo momento, quanto optei por fazer uma sistematização, a finalidade foi relacionar o tipo de reivindicação primeira e local, seguida para uma luta temática. Por exemplo, liberação de créditos, renegociação da dívida, seguro defeso, incentivos fiscais a um tema relacionado aos créditos; assim como reivindicação por assentamento, desapropriação no tema da Reforma Agrária.

Tabela 14
Tipos de reivindicações por movimentos agrários no início do Século XXI
(Brasil - 2001 a 2007)

	Tipo de reivindicações – contra/solicitando	1ª Sistematização – Temática	Sistematização Final – Políticas públicas
01	Barragens	Barragens	Contra implantação de um Modelo único de Desenvolvimento do campo
01	Monocultura	Monocultura	
03	Privatização das águas	Privatização Água	
04	Transgênicos	Transgênicos	
05	Revitalização do Rio São Francisco	TRFS	
06	Transposição Rio São Francisco	TRSF	
07	Outros	Outros	Outros
08	Cesta Básica	Cesta Básica	Políticas de combate à Fome e à Pobreza
09	Assistência Técnica	Assistência Técnica	Políticas de Desenvolvimento do campo
10	Liberação de crédito	Créditos	
11	Renegociação das dívidas		
12	Preços		
13	Incentivos Fiscais		
14	Seguro Safra		
15	Seguro Defeso		
16	Educação	Educação	
17	Infraestrutura	Infraestrutura	
18	Reassentamento	Reassentamento	Políticas de Reforma Agrária
19	Desapropriação	Reforma Agrária	
20	Assentamento		
21	Reforma Agrária		
22	Regularização Fundiária	Regularização	Políticas de Regularização Fundiária
23	Questões ambientais	Questão Ambiental	Políticas Ambientais
24	Desmatamento		
25	Demarcação de Terras Indígenas	Questão Indígena	Políticas para Populações tradicionais
26	Quilombos	Questão Quilombola	
27	Titulação de Área Quilombolas		
28	Indenização	Questões trabalhistas	Políticas trabalhistas
29	Seguridade Social		
30	Questões trabalhistas		
31	Direitos Humanos	Direitos Humanos	Políticas de Respeito aos Direitos Humanos
32	Cumprimento de acordos	Não cumprimento de acordos	
33	Combate a injustiça e violência	Violência e Injustiça	
34	Libertação de presos		
35	Impunidade		
36	Todos	Todos	Todos

Fonte: CPT, 2001 a 2007

Org. e Sistematização: FELICIANO, C.A.

Na sequência, o procedimento foi sobrepor essas temáticas reivindicadas a questões que fazem parte de uma ação ou ausência de uma política do Estado.

Ao final, pode-se verificar que as reivindicações dos movimentos agrários brasileiros, no início do século XXI, estão direcionadas a duas perspectivas. Uma, para a adoção de políticas de desenvolvimento do campo, baseadas na justiça para a

maioria da população: política de combate à pobreza e à fome, política de desenvolvimento do campo, política de reforma agrária, política de regularização de posses, políticas ambientais, políticas aos povos tradicionais, políticas de respeito aos direitos humanos; e outra, contra a adoção de um modelo de desenvolvimento que privilegia interesses de uma restrita parte da população e, em muitos casos, apenas de empresas transnacionais: contra a implantação de barragens, a transposição do rio São Francisco, a privatização das águas, plantio com organismos geneticamente modificados etc.

As formas encontradas pelos movimentos agrários para externalizar à sociedade suas reivindicações são diversas e criativas. O tipo de reivindicação pode definir de antemão qual a melhor maneira de contestar e sensibilizar tanto a população, como a mídia e o Estado. Por exemplo, aconteceram 102 ocupações em agências bancárias, no país, no período correspondente. As reivindicações principais foram por uma política de crédito, pela renegociação das dívidas etc. A ligação tipo de reivindicação/tipo de manifestação é direta e objetiva. Ou seja, ocupar estrategicamente aquele órgão e/ou segmento que está “barrando” pode abrir as portas.

Porém, há tipos de manifestações que são mais originais e emblemáticos, para escapar de artifícios jurídicos ou administrativos que determinem sua ineficácia. Por exemplo, greve de fome, vigílias, jejum, celebrações religiosas, cerco/abraço a órgãos públicos etc. Ou seja, ocupar em uma perspectiva simbólica de sensibilizar uma luta, que, muitas vezes, é interpretada como passível de ações radicais e desordeiras.

Também há práticas contestadoras que concentram um potencial de transformação nas reivindicações pela necessidade de políticas/ações imediatas. Por exemplo, foram contabilizados 26 saques e 5 tentativas de saques, no Brasil. São manifestações suscitadas pela necessidade imediata de sobrevivência ou indignação. Neves (1994) enfatiza: “No Nordeste Brasileiro, os saques, as tentativas de saques e as invasões de pequenas cidades no interior constituíram-se como as principais e

mais frequentes manifestações de ação direta dos camponeses em épocas de seca, desde a década de 1930”.

Uma pesquisa feita em 1994 sobre o movimento dos saques, no Estado de Pernambuco, com trabalhadores que deles participaram, constatou que 63% dos entrevistados relaciona o saque com o objetivo primeiro de matar a fome. Em seguida, 29,7% veem o saque como uma forma de protesto, para forçar a criação de programas emergenciais de trabalho e distribuição de cestas básicas⁴¹. Ou seja, as práticas concretizadas nessa forma podem representar a ocupação pela penúria e perspectiva de luta para sobreviver.

No início do século vigente, realizaram-se 20 formas diferenciadas de práticas contestadoras a uma ordem estabelecida, no tocante às relações sociais e de luta de classes no campo, como se pode observar, na Tabela 15. Algumas formas encontradas pelos movimentos agrários, por serem semelhantes, foram agrupadas em apenas um tipo mais representativo da ação. Por exemplo, no tipo de manifestação denominada marchas/caminhadas, há Romarias da Terra, Marcha das Margaridas, dos Sem Terrinhas etc. A finalidade desse agrupamento foi entender a característica principal e marcante da manifestação.

Tabela 15
Tipos recorrentes de manifestações materializadas
por movimentos agrários, no início do Século XXI
(Brasil - 2001 a 2007)

Acampamentos	Audiências	Panfletagem
Ocupação de prédios públicos	Concentrações públicas	Vigília
Ocupação de prédios privados	Retenção de veículos	Celebrações religiosas
Ocupação de agências bancárias	Interdições	Greve de fome/jejum
Tentativa de ocupação	Bloqueios	Barqueatas
Tentativa de saques	Cerco a construções	Marchas/caminhadas
Saques	Queimas	

Fonte: CPT, 2001 a 2007.
Org.: FELICIANO, 2008.

⁴¹ ZANDRÉ, A. *Às claras para todo mundo ver*. O movimento dos saques em Pernambuco na seca de 1990-1993. Dissertação (Mestrado), UFPE, Recife, 1997.

Pode-se notar, na Tabela 15, que as formas encontradas pelos movimentos agrários e concretizadas pelas suas práticas estão concentradas em uma ocupação estritamente ligada à luta por um espaço político: *ocupar para parar* (ocupação de prédios, agências bancárias, acampamentos em praças, em frente a órgãos públicos), *parar para ocupar* (bloqueios de estradas, interdição, retenção) e *andar para parar e ocupar* (marchas/caminhadas, barquetatas).

Há um mosaico de possibilidades, e sua riqueza está justamente nessa diversidade. Deveríamos observar um pouco mais sobre o equilíbrio do meio natural, onde a diversidade é o ponto alto de uma reprodução.

Atitudes de violência, repressão, coercitivas e/ou criminalizantes são as respostas dadas por uma estrutura conservadora e mantenedora de um modo dominante, o qual procura criar mitos e ordens com a finalidade de banir manifestações diferentes e/ou opostas a um outro conceito de justiça, de produção, de ocupação do território e de relações sociais, que não seja apenas pela reprodução de grupos de poder.

Com isso, é possível salientar que as práticas contestadoras dos movimentos agrários, com potencial transformador, frequentemente vêm seguidas de uma reação conservadora. Numerosas vezes, a imagem de uma manifestação, uma marcha ou bloqueio de estrada é transmitida como uma ação perturbadora da ordem, atrapalhando o desenvolvimento daqueles que têm que trabalhar e não podem ser prejudicados com tal ação. É recorrente o discurso de que “ninguém é contra as manifestações, desde que não atrapalhe a rotina daquelas que tem o direito de trabalhar”. É a reprodução de um discurso que insere uma rivalidade àqueles que muitas vezes podem estar na mesma situação.

Aguiar (1991, p. 50), em seu livro *O que é Justiça*, uma abordagem dialética, tem uma passagem em que procura entender esse mecanismo: “[...] as minorias dominantes reproduzem a opressão por meio da ideologia espalhada por todos os meios formais e informais existentes, no sentido de chegar ao máximo da eficácia

que é a de o oprimido falar e agir como o opressor, embora continue oprimido e, o que é mais grave, que o oprimido seja agente de opressão contra um seu igual”.

Por isso, ações dos movimentos agrários são e devem ser incômodas. Com essas práticas, podemos repensar e construir novos conhecimentos. De acordo com Oliveira (1979), “escrever sobre a prática pressupõe a sua compreensão. Pressupõe a compreensão de que o conhecimento resulta da prática social, ou seja, é produto da produção e da luta de classes”. Essas práticas contestadoras são incômodas, pois possuem o potencial do pensar, que pode ser transformador ou conversador, assim como também pode criar ações desobedientes perifericamente, mas conservadoras, na sua centralidade.

Reações às manifestações podem aparecer com o uso da violência, como foi o caso do massacre em Eldorado dos Carajás, em que, ao realizar uma manifestação na estrada, um grupo de camponeses sem terra foi encurralado pela Polícia Militar do Pará, resultando na morte de 17 pessoas. Ou, como no Pontal do Paranapanema, quando, em outubro do ano passado, camponeses sem terra ligados ao MST ocuparam um escritório da Fundação ITESP, em Presidente Prudente, para reivindicar a aceleração no processo de arrecadação de áreas devolutas, sendo recebidos à força pela Polícia Militar do Governo do PSDB de José Serra, a qual os retirou do local, terminando e um ferido na mão, por projétil de borracha.

Há também reações não visíveis, como o preconceito pelo fato de ser sem terra, índio, negro. Igualmente, por se ouvir, nas manifestações e em algumas análises científicas sobre suas ações, que são baderneiros, arruaceiros ou que as questões que estão reivindicando perderam seu momento e/ou oportunidade histórica de serem realizadas.

Grande parte das distorções propagandeadas sobre o caráter radical e subversivo das ações dos movimentos agrários é difundida pela grande mídia. A mídia, quando cobre tais acontecimentos, mantém uma posição muito distante da imparcialidade; pelo contrário, como aconteceu na cobertura sobre a manifestação

das cerca de duas mil camponesas, na ocupação da fazenda Barba Negra, de propriedade da Aracruz Celulose, em Barra do Ribeiro (RS), em 2006. A finalidade do protesto, segundo o manifesto da Via Campesina, era contra “o deserto verde (enormes plantações de eucalipto, acácia e pinus para celulose), pois onde este avança a biodiversidade é destruída, os solos deterioram, os rios secam, sem contar a enorme poluição gerada pelas fábricas de celulose que contaminam o ar, as águas e ameaçam a saúde humana” (MANIFESTO da Via Campesina).

Além do aspecto ambiental, questionado pelas camponesas, há também denúncias de acordos econômicos envolvidos nesse processo. Ainda conforme o manifesto da Via Campesina:

Aracruz é a empresa do agronegócio que mais recebeu dinheiro público. São quase R\$ 2 bilhões recebidos nos últimos 3 anos. No entanto, uma empresa como a Aracruz gera apenas um emprego a cada 185 hectares plantados, enquanto a pequena propriedade gera um emprego por hectare.

Em momento algum ficaram claras, nas edições jornalísticas, as razões pautadas na manifestação. Assim como também não apareceu em outros fatos, como a manifestação dos camponeses organizados pelo MLST (Movimento de Libertação dos Trabalhadores Sem Terra), no Congresso Nacional, ou o bloqueio de rodovias pelo indígenas que lutam pela demarcação do seu território.

Todavia, por trás de tudo isso há uma razão central para entender esse comportamento da mídia com respeito aos movimentos agrários. De acordo com Gohn (2000, p.20),

a mídia tem retratado os movimentos segundo certos parâmetros político-ideológicos dados pela rede de relações a que está articulada. Os interesses políticos e econômicos formatam as considerações e as análises que configuram a apresentação das informações, detonando um processo onde a notícia é construída como mensagem para formar uma opinião pública sobre o acontecimento, junto ao público consumidor, e não para informar este mesmo público.

Nesses episódios, fica subentendido que, assim como grande parte dos movimentos agrários luta através de práticas coletivas, construídas historicamente, por um outro modelo de desenvolvimento, há também uma outra corrente ideológica/política regrada e materializada pelo mercado/consumo, onde o conflito é inevitável. Os aliados desse processo conservador possuem um instrumento de poder moderno: a informação e a rapidez de sua circulação, em que

a mídia cria e divulga novas utopias, não mais político-sociais, mas tecnológicas, onde o grande paradigma estruturador das formas de elaboração da realidade é o mercado. A instância econômica passa a ser o grande elemento configurador da visão de mundo das pessoas e não mais a política. (GOHN, 2000, p. 20).

Com isso, para compreender as ações dos movimentos agrários, é necessário aumentar a escala de análise conjuntural. No Brasil, como já foi escrito anteriormente, ocorreram mais de 4.300 manifestações, agregando quase 4 milhões de pessoas, entre crianças, idosos, homens e mulheres. A materialização dessa configuração no território brasileiro possui igualmente suas especificidades. Por exemplo, a prática de saques consiste em ações realizadas tradicionalmente na região Nordeste, embora possam também ocorrer em outras regiões. Do mesmo modo, 50% das ocupações em agências bancárias foram feitas na região Centro/Sul do país. Essa informação pode pressupor uma avaliação de que uma das grandes preocupações dos movimentos agrários, nessa região, está voltada para a luta pela permanência na terra e por um modelo econômico que beneficie a pequena produção.

Na Tabela 16, pode ser observada uma sistematização das práticas contestadoras dos movimentos agrários, distribuídas por tipos de manifestações por cada unidade da federação e suas grandes regiões.

Nota-se que as principais formas de manifestação dos movimentos agrários brasileiros, no começo do século XXI,¹ foram as concentrações e manifestações em espaços públicos. Mais de 1.400 atos, paradas, gritos, levantes, protestos, comemorações – os quais tiveram a finalidade de agregar, sobretudo em espaços

públicos, uma concentração de pessoas para debater, esclarecer, reivindicar e conscientizar outras, que estão de passagem, sobre questões que direta ou indiretamente afetam ou podem afetar a vida de grande parte da população. Conforme pode ser observado, essa prática aconteceu em todos os Estados da federação, com uma média de concentração, por protesto, a cada dois dias. Ou seja, no início deste século, dia sim, dia não, ocorre uma prática contestadora, na forma de concentração em locais públicos. Realizando uma média da somatória de todas as ações e pessoas envolvidas nesses sete anos de dados coletados, chega-se à constatação de que foram realizadas quase duas manifestações por dia, em todo o território nacional, com aproximadamente 1.200 pessoas por prática.

Já na Tabela 17, pode-se conferir qual o número de práticas, de pessoas envolvidas por ano e por unidade federativa. Percebe-se que há oscilações quanto ao número de ações e envolvidos, durante o período, mas um crescimento no número de manifestações. Em 2001, foram 504 práticas contestadoras, com a participação de 460.747 pessoas, seguidas consecutivamente dos anos de 2002, 2003, 2004, 2005, 2006 e 2007, com 385, 456, 718, 687, 688 e 899 manifestações, respectivamente.

Tabela 16 - Práticas contestadoras dos movimentos agrários no início do século XXI – Brasil(2001 a 2007)																				
Região /UF	Acamp.	Audiências	Barqueatas	Bloqueio	Cerco a construç.	Greve de fome/ Jejum	Manifestações em concentrações	Ocupação de prédios privados	Ocupação de prédios públicos	Ocupação de agências bancárias	Panfletag	Retenção de veículos	Saques	Vigília	Celebr. religiosas	Tentativa de Ocupação	Tentativa de saques	Marchas/ caminhada	Queima	Interdições
Centro Oeste																				
DF	9	1	0	9	1	1	59	0	25	0	0	0	0	1	0	0	0	11	0	0
GO	8	1	0	14	0	1	51	6	31	0	0	0	0	1	0	0	0	26	0	0
MS	5	0	0	100	0	0	47	3	36	6	0	0	1	1	1	0	0	4	0	0
MT	21	0	0	87	0	0	49	2	54	2	1	0	2	5	1	0	0	9	0	1
Subt.	43	2	0	210	1	2	206	11	146	8	1	0	3	8	2	0	0	50	0	1
Nordeste																				
AL	30	0	0	152	0	3	84	5	58	12	0	0	11	3	0	1	2	11	0	0
BA	15	0	0	36	0	1	85	7	73	4	0	1	0	3	3	1	0	24	1	0
CE	14	0	0	10	0	1	54	0	27	2	0	1	0	0	1	0	0	20	0	0
MA	3	0	0	10	0	0	48	1	29	0	0	0	0	0	1	0	0	8	0	0
PB	6	0	0	35	0	0	41	1	51	0	0	0	0	0	0	0	0	16	0	0
PE	16	1	1	115	0	2	96	12	128	11	0	0	5	0	2	0	1	20	0	0
PI	3	1	0	4	0	0	26	0	11	0	0	0	0	0	0	1	0	11	0	0
RN	3	0	0	24	0	0	21	0	4	0	0	0	0	0	0	0	0	1	0	0
SE	0	0	0	9	0	0	18	1	2	5	0	0	3	2	0	0	0	4	0	0
Subt.	90	2	1	395	0	7	473	27	383	34	0	2	19	8	7	3	3	115	1	0
Norte																				
AC	2	0	0	3	0	0	12	0	4	1	0	0	0	0	0	0	0	2	0	0
AM	0	0	0	2	0	0	13	0	9	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
AP	0	0	0		0	0	6	0	0	0	0	0	0	0	1	0	0	1	0	0
PA	30	0	0	70	0	0	81	6	61	5	0	0	0	2	13	0	0	19	0	1
RO	4	0	0	18	0	0	44	0	34	8	0	0	0	3	0	0	0	12	0	2
RR	2	1	0	3	0	0	4	0	6	0	0	0	0	0	0	0	0	4	0	0
TO	9	0	0	4	0	0	11	0	4	0	0	0	0	0	0	0	0	7	0	0
Subt.	47	1	0	100	0	0	171	6	118	14	0	0	0	5	14	0	0	43	0	3
Sudeste																				
ES	5	0	0	6	0	0	30	0	16	0	0	0	0	0	0	0	0	9	0	1
MG	12	2	2	22	0	2	97	15	30	3	0	0	1	5	3	0	0	36	0	0
RJ	2	0	0	9	0	1	39	0	14	2	0	0	0	1	2	0	0	15	0	0
SP	15	0	0	39	0	0	61	1	47	9	0	0	2	4	2	0	0	35	0	1
Subt.	34	2	2	76	0	3	227	16	107	14	0	0	3	10	7	0	0	95	0	2
Sul																				
PR	32	0	0	24	0	0	80	3	85	2	0	0	1	2	2	0	0	21	0	0
RS	22	1	0	121	0	3	209	17	52	30	0	0	0	4	0	0	0	59	0	1
SC	15	0	0	31	0	0	67	13	22	0	0	0	0	3	0	0	0	19	0	0
Subt.	69	1	0	176	0	3	356	33	159	32	0	0	1	9	2	0	0	99	0	1
TOTAL	283	8	3	957	1	15	1.437	93	913	102	1	2	26	40	32	3	3	400	1	7

Fonte: CPT, 2001 a 2007 . Sistematização e Organização: FELICIANO, 2008

Tabela 17 – Distribuição temporal/territorial das práticas contestadoras dos movimentos agrários no início do século XXI

Região/UF	2001		2002		2003		2004		2005		2006		2007		total - 2001 a 2007	
Centro Oeste	Manif.	Fam.	Manif.	Fam.	Manif.	Fam.	Manif.	Fam.	Manif.	Fam.	Manif.	Fam.	Manif.	Fam.	Manif.	Fam.
DF	11	11.200	6	8.290	9	5.970	24	21.289	20	16.075	19	9.913	28	66.095	117	138.832
GO	16	20.843	12	22.200	19	17.050	30	15.500	16	15.870	21	15.430	29	14.075	143	120.968
MS	26	25.780	19	9.203	18	5.648	33	23.450	62	12.759	30	7.485	16	5.322	204	89.647
MT	28	10.971	29	21.520	65	60.827	38	19.028	36	12.030	17	9.090	22	8.114	235	141.580
Subtotal	81	68.794	66	61.213	111	89.495	125	79.267	134	56.734	87	41.918	95	93.606	699	491.027
Nordeste																
AL	18	14.580	58	2.870	48	26.005	51	21.882	72	42.021	62	43.700	64	43.775	373	194.833
BA	18	39.400	15	20.500	18	12.452	45	31.962	54	30.403	52	29.782	53	46.750	255	211.249
CE	10	33.621	13	15.250	7	1.400	24	20.900	16	17.700	23	13.478	37	74.585	130	176.934
MA	18	4.135	7	17.227	7	2.287	16	6.343	24	8.118	11	12.900	17	8.055	100	59.065
PB	17	18.432	13	21.945	12	7.140	18	23.938	17	19.360	41	31.185	33	18.980	151	140.980
PE	55	26.390	25	14.383	51	18.065	62	28.189	38	16.639	78	27.365	101	76.100	410	207.131
PI	5	2.630	6	7.435	6	4.954	12	11.633	11	3.680	7	1.980	10	8.470	57	40.782
RN	6	1.400	2	150	4	2.090	4	890	8	3.520	11	5.950	19	5.646	54	19.646
SE	10	15.170	1	0	7	20.630	7	5.000	3	9.400	6	16.960	10	13.190	44	80.350
Subtotal	157	155.758	140	99.760	160	95.023	239	150.737	243	150.841	291	183.300	344	295.551	1.574	1.130.970
Norte																
AC	3	900	3	2.760	6	3.195	4	654	2	300	3	446	3	8.330	24	16.585
AM	3	260	10	2.320	0	0	1	90	6	940	3	1.787	0	1.350	23	6.747
AP	3	241	4	500	0	0	0	0	1	0	0	0	0	0	8	741
PA	22	47.004	15	36.574	22	22.400	45	27.387	64	36.803	65	25.190	55	27.040	288	222.398
RO	24	24.380	16	6.510	9	6.400	20	20.358	15	8.600	23	6.424	18	15.570	125	88.242
RR	3	180	0	0	0	0	2	900	8	1.180	2	305	5	1.150	20	3.715
TO	8	3.900	3	1.750	2	1.200	6	3.310	3	1.500	7	5.145	6	1.260	35	18.065
Subtotal	66	76.865	51	50.414	39	33.195	78	52.699	99	49.323	103	39.297	87	54.700	523	356.493
Sudeste																
ES	6	2.250	5	4.100	4	2.900	9	4.730	6	1.260	18	8.160	19	6.200	63	29.600
MG	36	31.640	17	25.670	18	25.830	55	35.190	34	16.506	25	16.963	44	33.270	229	185.069
RJ	7	2.100	5	4.430	6	3.250	19	3.940	16	3.712	14	2.385	20	3.460	87	23.277
SP	21	7.730	20	10.880	22	21.220	33	27.117	22	40.270	35	11.959	63	34.150	216	153.326
Subtotal	70	43.720	47	45.080	50	53.200	116	70.977	78	61.748	92	39.467	146	77.080	595	391.272
Sul																
PR	23	47.720	9	35.720	12	43.690	44	52.810	47	43.993	42	51.022	76	34.196	253	309.151
RS	80	37.550	66	75.920	56	62.290	84	65.495	53	47.620	62	63.965	118	61.646	519	414.486
SC	27	30.340	6	5.500	28	37.800	32	29.443	33	17.300	11	7.510	33	12.250	170	140.143
Subtotal	130	115.610	81	117.140	96	143.780	160	147.748	133	108.913	115	122.497	227	108.092	942	863.780
TOTAL	504	460.747	385	373.607	456	414.693	718	501.428	687	427.559	688	426.479	899	629.029	4.333	3.233.542

Fonte: CPT, 2001 a 2007 . Sistematização e Organização: FELICIANO, 2008

2.3.4 - O medo continua: a falta de coragem não realiza a Reforma Agrária

Foi acreditando na possibilidade de mudança que a maioria da população brasileira elegeu, em 2002, para a presidência da República, Luís Inácio Lula da Silva, do Partido dos Trabalhadores. Um presidente do Partido dos Trabalhadores, de origem pobre no sertão nordestino, com uma tradição original de proximidade com a classe trabalhadora e humilde do país. Foi nesse momento que todos optaram pela mudança, quando *“a esperança venceu o medo”*.

Em seu discurso no Congresso Nacional (01/01/2003), o atual presidente do Brasil levou para a agenda nacional a questão da Reforma Agrária:

[...] será também imprescindível fazer uma reforma agrária pacífica, organizada e planejada. Vamos garantir acesso à terra para quem quer trabalhar, não apenas por uma questão de justiça social, mas para que os campos do Brasil, produzam mais e tragam alimentos para a mesa de todos nós, tragam trigo, tragam soja, tragam farinha, tragam frutos, tragam nosso feijão com arroz.

Para que o homem do campo recupere sua dignidade sabendo que, ao se levantar com o nascer do sol, cada movimento de sua enxada ou de seu trator irá contribuir para o bem-estar dos brasileiros do campo e da cidade, vamos incrementar também a agricultura familiar, o cooperativismo, as formas de economia solidária.

Elas são perfeitamente compatíveis com o nosso vigoroso apoio à pecuária e à agricultura empresarial, à agroindústria e ao agronegócio, são, na verdade, complementares tanto na dimensão econômica quanto social. Temos de nos orgulhar de todos esses bens que produzimos e comercializamos.

A reforma Agrária será feita em terras ociosas, nos milhões de hectares hoje disponíveis para a chegada de famílias e de sementes, que brotarão viçosas com linhas de crédito e assistência técnica e científica. Faremos isso sem afetar de modo algum as terras que produzem, porque as terras produtivas se justificam por si mesmas e serão estimuladas a produzir sempre mais, a exemplo da gigantesca montanha de grãos que colhemos a cada ano.

Podia-ser prever, pelo discurso, que não haveria grandes mudanças nos tipos de propostas com relação à reforma agrária. Acredita-se que o diferencial seria na postura política com relação a essas propostas. Por exemplo, a maioria dos presidentes brasileiros também era a favor de uma reforma agrária pacífica, organizada e planejada. Ninguém foi contrário a esse posicionamento. Mas o

discurso nunca foi coerente com as práticas adotadas nas políticas públicas, com o assassinato de milhares de camponeses, no Brasil.

A partir da trajetória e compromissos do Partido dos Trabalhadores, a classe trabalhadora, esperançosa, esperava que as questões sociais fossem tratadas com mais desenvoltura, por esse governo.

Logo que o presidente Lula assumiu, teve apoio dos movimentos sociais. Estrategicamente, para conter os ânimos dos camponeses sem terra, foi criada uma comissão para realizar o II Plano Nacional de Reforma Agrária⁴².

Ressalta Plínio de Arruda Sampaio:

A Reforma Agrária do governo Lula teria que ser forte o suficiente para reduzir o grau de concentração da terra, incorporando à sociedade parcela significativa da população excluída ou em vias de exclusão. A obtenção da cidadania e a participação no processo produtivo seriam conseqüências da política agrária. Esta característica fundamental de inserção dos excluídos estancaria os efeitos da política agrária anterior. (2005, p. 07).

A história novamente revelou o poder acumulado dos detentores do imaculado direito à propriedade. Assim como no I Plano Nacional de Reforma Agrária, elaborado pelo José Gomes da Silva, outras intenções rondaram e ofuscaram o potencial do plano elaborado pela equipe de Plínio de Arruda Sampaio, sendo oficialmente apresentado um outro plano.

Dessa maneira, a história se repetiu, podendo-se comparar os trechos de uma entrevista de José Gomes da Silva sobre episódio semelhante, ocorrido há 23 anos:

Isto é – O que aconteceu entre maio e outubro para o plano ser alterado?

José Gomes – O presidente José Sarney sugeriu várias alterações. No geral, contribuindo para esclarecer pontos e conceitos. Tais propostas foram bem aceitas pelo ministério e pelo INCRA, e achamos que elas aperfeiçoariam o plano inicial. Nos últimos dois dias antes da assinatura do decreto é que começaram a aparecer sugestões de alterações que, realmente, desfiguravam o projeto inicial.

⁴² A equipe técnica, sob o comando de Plínio de Arruda Sampaio, era composta pelos professores Ariovaldo Umbelino de Oliveira, Bernardo Mançano Fernandes, Fernando Gaiger da Silveira, Guilherme Costa Delgado, José Juliano de Carvalho Filho, Leonilde Sérvulo de Medeiros, Pedro Ramos e Sérgio Pereira Leite. Além desses, contou também com a participação de funcionários do Ministério de Desenvolvimento Agrária, INCRA e membros dos movimentos sociais.

Isto é – O governo teria elaborado um outro plano, à revelia do Ministério da Reforma e do Desenvolvimento Agrário (Mirad) e do INCRA?

José Gomes - O Conselho de Segurança Nacional, auxiliado por funcionário do INCRA da Velha República, entre eles o Cláudio Ribeiro, que foi meu antecessor, elaborou o Plano Nacional de Desenvolvimento Rural que acabou sendo aprovado na íntegra e sancionada junto com o 1º PNRA. E o pior é que, nos mandamentos lidos pelo presidente Sarney, ele subordina a reforma agrária a esse plano de desenvolvimento, o qual propõe uma série de procedimentos burocráticos. Por exemplo, sua sujeição a uma troika de ministros – Planejamento, Agricultura e Reforma Agrária.

Isto é – O ministro e o senhor só souberam desse plano dois antes da assinatura do decreto de Sarney?

José Gomes – Poucos dias antes. Esse plano tinha sido denunciado pelo Plínio de Arruda Sampaio (PT-SP). Se chamava Ponderi. Nós só conhecemos seu conteúdo depois de pronto. Não participamos de sua elaboração. Quando o ministro Bayma Denys, chefe do Gabinete Militar da Presidência da República, foi inquirido pelo deputado Sampaio sobre a origem do documento, respondeu que tinha elaborado a pedido do próprio Mirad, no momento em que pediram contribuições a sociedade. A bem da verdade, essa “contribuição” pesou bastante, e ele foi aprovado.

Isto é – O senhor atribui a derrubada da sua versão de reforma agrária apenas a vontade do governo? Ou acredita na existência de forças que impulsionaram tal vontade?

José Gomes – Houve uma força, a dos fazendeiros paulistas. Eles não temiam pelas suas propriedades de São Paulo. Essas, razoavelmente produtivas, não poderiam ser desapropriadas pelo INCRA. Tinham muito receio, porém, pelo destino das fazendas que mantêm fora do Estado. Os fazendeiros paulistas têm, no conjunto, terras cujas somadas equivale a duas vezes a superfície do Estado, 24 milhões de hectares. E usam essas terras, espalhadas por todo Brasil, unicamente para especular.

(Entrevista concedida à revista **Isto é** de 15/01/1986).

Pode-se observar, pelo trecho, que o plano – por ser ousado e propor mudanças na estrutura agrária – foi aniquilado pela burguesia agrária, principalmente paulista. A promessa do governo, em período de redemocratização, criou muita expectativa por parte dos movimentos sociais, que, durante dez meses, apoiou e trabalhou em conjunto para sua proposta.

Não diferente, o II Plano Nacional de Reforma Agrária, proposto por Plínio de Arruda Sampaio, fora entregue dez meses depois do início do governo Lula e também foi substituído por outra versão, como relata Oliveira (2007):

1 - Há no governo Lula em disputa duas concepções de Reforma Agrária. Uma delas vem da Secretaria Agrária do PT, que vê a reforma agrária como política compensatória auxiliar ao Programa Fome Zero. A outra é aquela dos movimentos sociais, que vêem a reforma agrária como política de desenvolvimento econômico, social e político visando a soberania alimentar do país. Por isso a pressão para formação da equipe de Plínio de Arruda Sampaio em 2003, para elaboração do II PNRA.

2 – A derrota do Plano do Plínio em sua plena elaboração. Em primeiro lugar, a derrota iniciou-se com a demissão do presidente do Incra Marcelo Rezende e equipe. Esta demissão significou a exclusão dos movimentos sociais da Via Campesina na representação política no MDA/INCRA. Como consequência, o pólo sindical representado pela CONTAG, CUT Rural, FETRAF etc. se tornou hegemônico, e consequentemente, venceu a estratégia da divisão de forças que lutam pela reforma agrária. Em segundo lugar, a derrota da meta de um milhão de famílias assentadas, e a hegemonia da concepção da reforma agrária como política social compensatória, e a vitória da “reforma agrária de qualidade”, ou a prática da não reforma agrária. **Também, como consequência, um grupo do MDA elaborou outro documento que foi transformado no documento atual do II PNRA.** Cabe assinalar também o recuo dos movimentos sociais da Via Campesina na aceitação do status quo, representados pelas derrotas sucessivas no segundo semestre de 2003. (OLIVEIRA, 2007, p. 174, **grifos nossos**).

Portanto, a conjuntura em que se iniciou o governo Lula, na disputa por interesses, revela-se como a continuidade de um projeto assumido desde o governo anterior.

Sinteticamente, a proposta elaborada pela equipe de Plínio de Arruda Sampaio estimava um potencial de seis milhões de famílias, que poderiam ser público-alvo de ação governamental. A demanda emergencial, composta apenas por famílias acampadas, era de aproximadamente 180 mil. Por conta disso, nesse plano, foi estabelecida a meta de assentar um milhão de famílias, no período de 2004-2007. Na tabela 18, podem-se verificar as propostas apresentadas, em comparação ao plano aprovado e adotado pelo governo Lula.

Conforme os dados da tabela 18, as questões centrais, como o número de novas famílias assentadas e empregos diretos nas áreas reformadas são díspares. Enquanto a proposta, que nem chegou a ser inicial, era de 1 milhão de famílias assentadas, o número proposto pelo governo foi de 400 mil famílias, enquanto a geração de empregos nessas áreas cai de 2.500.000 para 2.075.000.

Tabela 18
Principais Metas dos Planos de Reforma Agrária

PLANO PLÍNIO (proposto – 2004 a 2007)	PLANO LULA (adotado – 2003 a 2006)
<p>Meta 1 – Dotar 1.000.000 de famílias de trabalhadores pobres do campo com uma área de terra suficiente para obter, com seu trabalho, uma renda compatível com uma existência digna;</p> <p>Meta 2 – Assegurar às famílias beneficiárias das ações de reforma agrária e dos agricultores familiares uma renda mensal equivalente a três e meio salários mínimos, composta pela renda monetária e valor de autoconsumo;</p> <p>Meta 3 – Criar 2.500.000 postos de trabalhos permanentes no setor reformado;</p> <p>Meta 4 – Consolidar os assentamentos de reforma agrária já constituídos, mas que ainda não atingiram a meta de renda fixada para os novos assentamentos;</p> <p>Meta 5 – Regularizar os quilombos;</p> <p>Meta 6 – Regularizar a situação dos agricultores ribeirinhos desalojados para a construção das barragens;</p> <p>Meta 7 – Reassentar, fora do perímetro das áreas indígenas, posseiros com posses de até 50 há, atualmente estabelecidos naquelas áreas;</p> <p>Meta 8 – Efetuar o levantamento georeferenciado do território nacional, a fim de sanear definitivamente os títulos de propriedade de terras do país;</p> <p>Meta 9 – Atender aos assentados e aos agricultores familiares das áreas de reordenamento fundiário e desenvolvimento territorial com assistência técnica, extensão rural e capacitação;</p> <p>Meta 10 – Levar, por meio de Plano Safra, o crédito agrícola e a garantia de preços mínimos aos assentados e agricultores familiares.</p>	<p>Meta 1 – Assentar 400 mil famílias;</p> <p>Meta 2 – Regularizar as posses de 500 mil famílias com posses;</p> <p>Meta 3 – Beneficiar 150 mil famílias através do crédito fundiário;</p> <p>Meta 4 – Recuperar a capacidade produtiva e a viabilidade econômica dos atuais assentamentos;</p> <p>Meta 5 – Criar 2.075.000 novos postos permanentes de trabalho no setor reformado;</p> <p>Meta 6 – Implementar cadastramento georeferenciado do território nacional e regularização de 2,2 milhões de imóveis rurais;</p> <p>Meta 7 – Reconhecer, demarcar e titular áreas de comunidades quilombolas;</p> <p>Meta 8 – Garantir o reassentamento dos ocupantes não índios de áreas indígenas;</p> <p>Meta 9 – Promover a igualdade de gênero na Reforma Agrária;</p> <p>Meta 10 – Garantir assistência técnica e extensão rural, capacitação, crédito e políticas de comercialização a todas as famílias das áreas reformadas;</p> <p>Meta 11 – Universalizar o direito à educação, à cultura e à seguridade social nas áreas reformadas.</p>

O plano adotado pelo governo Lula, em 2003, previa o assentamento de 400 mil famílias, no período de quatro anos. O discurso veiculado, na época, remetia à necessidade de moralização dos assentamentos de reforma agrária, dando preferência mais à qualidade dos projetos implantados do que essencialmente à questão numérica. Aliás, essa sempre foi uma questão extremamente rebatida pelo governo, com relação aos projetos criados pelos seus antecessores, com muita denúncia de duplicidade e “maquiagem” dos dados.

O discurso da qualidade, apregoado pelo governo, logo caiu em desuso e a necessidade de quantificar as ações realizadas tornou-se comum, como todos os seus antecessores. Nos diversos trabalhos realizados por Oliveira (2007; 2008) e nas denúncias pela mídia, pode-se acompanhar a chamada farsa do número da reforma agrária do Governo Lula.

Os números propalados como os maiores de toda a história da reforma agrária não passaram de uma compilação, sobreposição e invenção do número real de beneficiários assentados. Vejamos esta passagem, conforme a **Folha de S. Paulo**, sobre ao assunto:

[...] dos 243 mil trabalhadores que o governo diz ter assentado de 2003 a 2005 (os dados não incluem 2006), mais da metade, 127 mil (52%), está relacionada a projetos criados durante a gestão de Lula. Dessa parcela, 56,3 mil (44%) correspondem a assentamentos estaduais ou reservas extrativistas. Os 48% restantes – cerca de 115 mil assentamentos – foram criados em governo passados.

Pelo menos 2.121 pessoas “assentadas” pelo governo Lula se encontravam em projetos criados ainda na ditadura militar. Nos anos 70, 10.425 estavam nos projetos de João Figueiredo (1979-1985) e de José Sarney (1985-1990). Outros 73.093 nos anos 90; e 29.156, nos três últimos anos do mandato de Fernando Henrique Cardoso (1995-2002). (OLIVEIRA, 2007, p. 170).

O governo Lula, que era a esperança da classe trabalhadora e dos movimentos sociais, virou “mais um”, na lista de espera dos camponeses. O Estado está realizando uma política extremamente tímida de implantação de projetos de assentamentos rurais, como uma maneira apenas de compensação social.

As mesmas questões que vêm desde os governos Sarney, Collor, Itamar Franco e Fernando Henrique Cardoso se mantêm, nos dias de hoje. As ocupações continuam espacializadas por todo o território nacional. De acordo com os dados da CPT, os conflitos diminuíram, mas também não deixaram de existir, assim como permanecem os conflitos mais graves, envolvendo assassinatos, despejos, ameaças, prisões de lideranças, além da presença nefasta de trabalhadores em condições análogas à escravidão.

Os números de assentamentos criados configuram igualmente em uma fraude. Olhando atentamente as tabelas divulgadas pelo MDA/INCRA e disponíveis

na internet, através da Diretoria de Obtenção de terras e implantação de assentamentos (relatório de 04/10/2007), verifica-se a sobreposição de novos assentamentos criados, porém obtidos em anos e décadas anteriores ao governo Lula. Vejamos alguns exemplos:

Projeto de Assentamento	Município	Estado	Data de Obtenção de terra	Data de Criação de Assentamentos Novos
PA Belém	Paudalho	PA	12/09/1984	16/11/2005
PA Taperussu	São Domingo do Capim	PA	05/02/1979	23/10/2003
PA Riachão	Granja	CE	25/03/1985	17/07/2004
PA Fazenda Normandia	Japeri	RJ	25/11/1960	16/07/2003
PA Olho d'Água do Turi	Pedro Rosário	MA	10/07/1982	10/07/2006
PA Santa Helena	Santa Luzia	MA	23/03/1995	13/12/2004
PA Catingueira	Zé Doca	MA	02/12/1982	30/10/2006
PA Rio dos Cocos	Nova Nazaré	MT	26/09/1986	12/04/2007

Fonte: MDA/INCRA.DT/SIPRA, 2008.

Org.: FELICIANO, 2008

Os projetos citados anteriormente estão sendo contabilizados pelo Estado como criados na gestão atual, apesar de existirem desde sua data de obtenção. Tanto é que nas próprias tabelas os projetos são avaliados por sua fase de implantação.⁴³ Há assentamentos que foram criados recentemente, contudo, estão considerados consolidados. Por exemplo, o PA Alambari, no município de Sidrolândia (MT), obtido em 26/12/2005 através da compra, pôde, em 27/12/2005, passar da fase 00 (pré-projeto) para a fase 04 (em instalação), em apenas um dia. Ou, ainda, uma área obtida em 29/03/1971, onde foi criado o PDS (Projeto de Desenvolvimento Sustentável) Anapu I, no Pará, em 05/10/2004, já está em sua fase 04.

No governo Lula, pelos dados do Mapa 09, os assentamentos estão localizados principalmente nas áreas norte do Brasil, reforçando a tese de Oliveira (2007), de que “a política do Governo LULA está marcada por dois princípios: não fazê-la nas áreas de domínio do agronegócio e fazê-la nas áreas onde ela possa ‘ajudar’ o agronegócio”.

⁴³ As fases são: 00 - em obtenção; 01 - pré-projeto de assentamento; 02 - assentamento em criação, 03 - assentamento criado; 04 - assentamento em instalação; 05 - assentamento em estruturação; 06 - assentamento em consolidação, 07 - assentamento consolidado.

(mapa

09)

Em comparação ao processo de tentativa de despolitização praticado pelo governo Fernando Henrique Cardoso, pode-se considerar que, mesmo sutilmente, ela não deixou de existir. As medidas provisórias, criadas no governo FHC, de penalização por se ocupar uma fazenda não foram revogadas; a criminalização de lideranças ainda é frequente. Há lideranças no Pontal do Paranapanema, como Edi Ronam, que está há quatro anos com a prisão decretada, vivendo escondido e foragido entre os pastos e a plantação de cana-de-açúcar, por participar da organização de ocupações de terras; ainda há juízes que solicitam reintegrações de posses e exigem, a pedido de fazendeiros, que o grupo fique a uma distância determinada (10, 15 e 30 quilômetros) e, em caso de desobediência, pode ser detido. Enfim, para os camponeses, a esperança ainda continua.

No ano de 2003, foi criada uma Comissão Parlamentar Mista, conhecida como CPMI da Terra, com o “objetivo” de realizar amplo diagnóstico sobre a estrutura fundiária brasileira, os processos de reforma agrária e urbana, os movimentos sociais de trabalhadores e de proprietários de terras e a identificação de caminhos para a solução dos problemas que envolvem o tema.

A estratégia se motivou pelo interesse de uma classe dominante no Congresso. A intenção sempre será pela defesa da maioria da população, o bem-estar, a paz com vias a pleno desenvolvimento da cidadania. Estava-se configurando a intenção de se descobrir se os movimentos sociais eram financiados pelo governo, se recebiam dinheiro de ONGs e qual a melhor forma de conhecer seu funcionamento e organização. No fundo, a finalidade era desmoralizar as ações dos movimentos sociais, que frequentemente eram denunciados pela mídia por desvio de recursos públicos e sonegação, pelo fato de não constituírem uma pessoa jurídica.

O Instituto de Estudos Socioeconômicos (INESC) realizou, em outubro de 2007, uma investigação intitulada: “Bancada Ruralista: o maior grupo de interesse

no Congresso Nacional”⁴⁴. Esse trabalho chegou a conclusões interessantes, como, por exemplo, sobre o episódio da CPMI da Terra:

Não era inusitada a visita de lideranças ruralistas aos gabinetes dos senadores nos momentos de votação ou de encaminhamentos de projetos de interesse da bancada. Essa relação estreitou-se por ocasião da Comissão Parlamentar Mista de Inquérito sobre a questão da terra (CPMI da Terra), quando foi aprovado o relatório do deputado Lupion (DEM/PR), que criminalizava os movimentos sociais, em detrimento do texto do relator titular da CPMI deputado João Alfredo (PSOL/CE).

Isso revela o poder e a influência da bancada que acabou aprovando um relatório do Deputado Abelardo Lupion, em detrimento do relatório apresentado por seu relator. A bancada ruralista se recusou a discutir ou a negociar o texto elaborado pelo Deputado João Alfredo. De acordo com a bancada, a única negociação era aprovar o voto em separado do deputado Abelardo Lupion.

Sauer (2006) resumiu muito bem a que veio e como se configurou a CPMI da Terra:

A CPMI da Terra se configurou em um espaço aberto de uma luta ideológica, explicitando claramente a lógica e as intenções conservadoras que dominam o cenário do Congresso Nacional. Apesar de ter pedido, ao longo de dois anos, o seu lugar como ferramenta privilegiada de crítica e disputa política da oposição com o atual governo, os representantes do agronegócio mantiveram uma atuação acirrada e reacionária a qualquer proposta voltada para a solução dos conflitos agrários.

Ao rejeitar um parecer substancial, consentâneo com a realidade fundiária e que apresenta propostas para agilizar a reforma agrária, a maioria dos integrantes da CPMI da Terra fez opção por não contribuir para a garantia dos direitos humanos dos trabalhadores em luta pela terra no campo e na cidade. Por outro lado, ao aprovar o relatório paralelo, essa mesma maioria escolheu o caminho da absolutização do direito de propriedade e da responsabilização das vítimas pela violência no campo. A aprovação de um relatório com carga de reacionismo comprova que a Bancada Ruralista continua sendo um dos grupos de interesses com maior força no Congresso Nacional. (SAUER, 2006, p. 64).

Como já discuti anteriormente, terra e poder andam juntos. Tudo isso, aliado à participação na estrutura do Estado, reafirma ainda mais essa realidade. No ano de 2006, com a eleição para o Senado da ex-deputada, ex-líder da UDR e presidente da

⁴⁴ Para classificar os parlamentares da atual legislatura (2007/2010), como ruralistas o INESC utilizou a declaração de cada deputado sobre suas fontes de rendas. Foi considerado como membro potencial da bancada ruralista o deputado que declarou, entre suas principais fontes de renda, alguma agrícola.

Federação da Agricultura do Tocantins, Kátia Abreu, a bancada ruralista está se mobilizando cada vez mais na luta pelos seus interesses. Senadores simpatizantes antes da chegada da senadora não se agrupavam explicitamente, na defesa desses assuntos. Segundo Vigna (2007), no relatório do INESC, “com a chegada da senadora, o grupo estabeleceu uma de suas lideranças como ponto focal de suas atividades no Senado Federal”.

Geograficamente, a bancada ruralista é composta por ao menos um representante de cada Estado, preservando sempre seus interesses em todo o território nacional. Dos 116 representantes dessa bancada, 55 são parlamentares representantes da região Sul/Sudeste, seguidos do Nordeste (30), Norte (21) e Centro-Oeste (10). Com isso, confirma-se a tese já anunciada por José Gomes da Silva, de que o grande entrave da Reforma Agrária está nas regiões mais ricas. Segue na tabela 19 uma lista da configuração geográfica da bancada ruralista, na legislatura de 2007/2011.

Configura-se ainda a privatização das terras do Estado e o poder absoluto do direito à propriedade, no Brasil, ainda que não juridicamente. A resistência camponesa também acompanha, de uma forma mais cruel, essa realidade histórica. Por isso, compreende-se, nesta pesquisa, que o desenvolvimento do campo ocorre de maneira desigual e contraditória. Com os camponeses, aprende-se muito sobre formas e estratégias de luta, ouvindo o lado não-oficial da reforma agrária e da luta pela terra. Pelo Estado, pode-se compreender que é um mecanismo com muita potencialidade, mas moldável de acordo com a conjuntura e a relação de forças na luta de classes. Quanto aos “proprietários” da propriedade e não da terra, devemos aprender com a história, por meio desta passagem de José Gomes da Silva:

[...] a palavra negociável é incompatível com a reforma. A reforma não pode implicar negócio, que é uma transação capitalista, um acordo entre partes, ela é um processo impositivo. Não chega a ser confiscatório, mas é impositivo. O poder público não vai perguntar se você quer pagar Imposto de Renda. Ele impõe uma lei, impõe uma taxaço. Não vai chegar na Fiesp e perguntar se o Sr. Luis Eulálio quer pagar o imposto de Renda. O governo não pode, ao tentar fazer a reforma [agrária], chegar no Fábio Meireles e perguntar se ele quer ceder terras. (Entrevista cedida para revista **Senhor**, de 11/02/1986).

Por conseguinte, deve-se aprender com a história: para fazer Reforma Agrária, com proprietário não se negocia.

Tabela 19 - Bancada ruralista no Congresso Nacional – legislatura – 2007/2011

Deputado(a)	Partido	Estado
AMAZÔNIA		
Davi Alcolumbre	PFR	AP
Pedro Henry	PP	MT
Homero Pereira	PPS	MT
Welinton Fagundes	PR	MT
Lira Maia	DEM	PA
Giovani Queiroz	PDT	PA
Asdrúbal Bentes	PMDB	PA
Camilo Cola	PMDB	PA
Jader Barbalho	PMDB	PA
Gerson Perez	PP	PA
Nilson Pinto	PSDB	PA
Wandenkolk Gonçalves	PSDB	PA
Marinha Raupp	PMDB	RO
Moreira Mendes	PPS	RO
Ernandes Amorim	PTB	RO
Francisco Rodrigues	DEM	RR
Edio Lopes	PMDB	RR
Luciano Castro	PR	RR
João Oliveira	DEM	TO
Moises Avelino	PMDB	TO
Osvaldo Reis	PMDB	TO
Vicente Alves	PR	TO
Lázaro Botelho	PTB	TO
Subtotal	23	
CENTRO-SUDESTE		
Ronaldo Caiado	DEM	GO
Leandro Vilela	PMDB	GO
Marcelo Melo	PMDB	GO
Pedro Chaves	PMDB	GO
Roberto Balestra	PP	GO
Sandro Mabel	PR	GO
Carlos Alberto Leréia	PSDB	GO
Leonardo Vilela	PSDB	GO
Tatico	PTB	GO
Carlos Melles	DEM	MG
Edmar Moreira	DEM	MG
Marcos Montes	DEM	MG
Mário Heringer	PDT	MG
Fernando Diniz	PMDB	MG
João Magalhães	PMDB	MG
Mauro Lopes	PMDB	MG
Paulo Piau	PMDB	MG
Saraiva Felipe	PMDB	MG
Luiz Fernando Faria	PP	MG
Humberto Souto	PPS	MG
Aelton Freitas	PR	MG
José Santana de Vasconcelos	PR	MG
Paulo Abi-Ackel	PSDB	MG
Lael Varella	PTB	MG
Dagoberto Nogueira	PDT	MS
Nelson Trad	PMDB	MS
Waldemiro Moka	PMDB	MS
Geraldo Resende	PPS	MS
Waldir Neves	PSDB	MS
Leonardo Picciani	PMDB	RJ
Suely	PR	RJ
Silvio Lopes	PSDB	RJ
Milton Monti	DEM	SP
Nelson Marquzezelli	PP	SP
Vadão Gomes	PP	SP
Valdemar Costa Neto	PR	SP
Antonio Carlos Mendes Thame	PSDB	SP
Antonio Carlos Pannunzio	PSDB	SP
Duarte Nogueira	PSDB	SP

Subtotal	39	
NORDESTE		
Olavo Calheiros	PMDB	AL
Benedito Lira	PP	AL
Bonifácio Andrade	PSDB	AL
Fábio Souto	DEM	BA
Félix Mendonça	DEM	BA
Fernando de Fabinho	DEM	BA
Jorge Khoury	DEM	BA
José Carlos Aleluia	DEM	BA
Jusmari de Oliveira	DEM	BA
Geddel Vieira Lima	PMDB	BA
Veloso	PMDB	BA
Aníbal Gomes	PMDB	CE
Eunício Oliveira	PMDB	CE
Mauro Benevides	PMDB	CE
Romolu Gouveia	PSDB	PB
Roberto Magalhães	DEM	PE
Raul Jungmann	PPS	PE
Inocêncio Oliveira	PR	PE
Gonzaga Patriota	PSB	PE
José Múcio Monteiro	PTB	PE
Mussa Demes	DEM	PI
Ciro Nogueira	PP	PI
Paes Landim	PTB	PI
Sandra Rosado	PSB	RN
Jerônimo Reis	DEM	SE
Subtotal	25	
SUL		
Abelardo Lupion	DEM	PR
Eduardo Sciarra	DEM	PR
Luiz Carlos Setim	DEM	PR
Hermes Parciannelo	PMDB	PR
Max Rosenamann	PMDB	PR
Moacir Micheletto	PMDB	PR
Odílio Balbinotti	PMDB	PR
Dilceu Sperafico	PP	PR
Nelson Meurer	PP	PR
Ricardo Barros	PP	PR
César Silvestre	PPS	PR
Airton Roveda	PR	PR
Chico da Princesa	PR	PR
Giacobo	PR	PR
Alfredo Kaefer	PSDB	PR
Luiz Carlos Hauhy	PSDB	PR
Ônix Lorenzoni	DEM	RS
Darcísio Perondi	PMDB	RS
Afonso Hamn	PP	RS
Luiz Carlos Heinze	PP	RS
Renato Molling	PP	RS
Cláudio Diaz	PSDB	RS
Gervásio Silva	DEM	SC
Paulo Bornhausen	DEM	SC
Edinho Bez	PMDB	SC
João Matos	PMDB	SC
João Piazzolatti	PP	SC
Valdir Colatto	PP	SC
Zonta	PP	SC
Subtotal	29	
Total	116	

Fonte: INESC, 2007

Organização: FELICIANO, C. A., 2008

Capítulo 03

ESTADO, PROPRIEDADE DA TERRA E LUTA DE CLASSES NO PONTAL DO PARANAPANEMA

3.1 – Desconstruindo mitos: concentração fundiária, relações de trabalho e produção no campo paulista

*[...] tuas idéias não correspondem aos fatos,
eu vejo o futuro repetir o passado
eu vejo um museu de grandes novidades.⁴⁵*

Escrever sobre a reforma agrária no Estado de São Paulo é assumir que o Estado mais rico e industrializado da federação, também não resolveu as questões voltadas à distribuição de terras. É discutir por consequência sua incapacidade de gerar a distribuição de riqueza, renda e poder, na sociedade paulista.

Há pesquisas que indicam e muitas vezes orientam o poder público no sentido de que a discussão sobre reordenamento agrário não se aplique ao caso paulista. Os argumentos são de que as transformações ocorridas na estrutura econômica ao longo dos séculos inseriram o estado como a unidade da federação que tem mantido o maior PIB ao longo do tempo; que possui um dos maiores índices do PIB agrícola, com agricultura mais diversificada e como um alto grau de desenvolvimento tecnológico; além de uma participação gigantesca nas exportações, no que se refere aos produtos agrícolas e agroindustriais. Além disso, segundo dados do IBGE, a maioria da população reside nas cidades, restando menos de 5% vivendo no campo.

⁴⁵ In: CAZUZA. 20 Músicas do século XX: Polygram, 1988, CD1, faixa 05 (“O tempo não pára”)

Com base nesses indicadores, tem sido defendida a tese de que a questão agrária não se apresenta ao Estado de São Paulo e que a concentração da propriedade da terra nunca foi um obstáculo ao desenvolvimento paulista.

Isso revela um profundo desconhecimento dos dados relativos à estrutura fundiária do Estado, ou então, uma aceitação consciente ou inconsciente da distorção que se faz na análise dos mesmos.

O crescimento extraordinário da economia paulista não foi compartilhado por toda população, pelos trabalhadores, que de fato geraram essa riqueza. O aumento da produção e renda ficou concentrado nas mãos daqueles que detêm os meios de produção. No caso da agricultura, naqueles que controlam o poder da propriedade privada, muitas vezes objeto de grilagem.

Para se ter uma prévia de que a presença da grande propriedade já chamava atenção, Caio Prado Jr. escreveu um artigo na Revista Geografia, fazendo retrospecto mostrando que o sistema de colonização implantado no Brasil não propiciou condições favoráveis ao desenvolvimento da pequena propriedade. Mas, ao contrário, as fazendas do latifúndio escravocrata voltado aos produtos tropicais para os mercados europeus foi que encontrou ambiente propício.

Essa estrutura fundiária de caráter concentrador multiplicou-se por todo país, inclusive no Estado de São Paulo, como escreveu Caio Prado: “através do Império a da república até nossos dias”.

Oliveira (2005) realizou um levantamento procurando mostrar os mitos que se têm produzido no Brasil, para “continuar garantindo 132 milhões de hectares de terras concentradas em mãos de pouco mais de 32 mil latifundiários” (p.47). A pesquisa, realizada a partir de dados do Cadastro Rural do INCRA e também do Censo Agropecuário do IBGE, apresentou a desconstrução dos seguintes mitos propagados como tentativa de escamotear a reprodução da concentração de terra e de renda: as grandes unidades são as que mais geram empregos no campo; são as

maiores consumidoras de tratores, máquinas e implementos agrícolas; são quem produz no campo e as maiores geradoras de renda.⁴⁶

Com a finalidade de expor a discussão na escala de uma unidade federativa – São Paulo – mais rica do país, observa-se que o discurso da modernização, produtividade e eficiência das grandes unidades de produção é contraditório à realidade. Para isso, foi realizado neste trabalho um levantamento sobre os seguintes indicadores: estrutura fundiária, condição dos produtores, distribuição do volume e valor da produção, da tecnologia, da utilização das terras, da renda no campo paulista, utilizando os dados do Censo Agropecuário do IBGE, 1995/1996.

De acordo com o censo agropecuário de 1995/96, quase 92% do número de estabelecimentos rurais paulistas são provenientes de unidade até 200 hectares, ou seja, mais de 200 mil, enquanto 0,3% são das grandes unidades.⁴⁷ As informações apresentadas na tabela 22 sobre síntese da estrutura fundiária paulista revelam que, na verdade, são as pequenas unidades de produção que ocuparam o maior número de estabelecimentos do campo paulista durante todo o processo de sua história. Porém, são as mesmas que possuem a menor área ocupada em hectares, ratificando a tese de que o desenvolvimento do capitalismo na agricultura ocorre de forma desigual e contraditória.

Entretanto, as grandes unidades representam em média 0,3% do total dos estabelecimentos, mas ocupam uma área de aproximadamente 18%. No censo agropecuário de 1995, apenas 710 estabelecimentos ocupavam uma área de 547 mil hectares, enquanto 65.303 estabelecimentos ocupavam pouco mais de 300 mil hectares.

⁴⁶ OLIVEIRA, A. U. Contradições no campo paulista. In: CARVALHO, H. M. (Org.) **O campesinato no século XXI**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2005.

⁴⁷ Como parâmetro para o estudo, adotamos a referência elaborada pelo INCRA, segundo a Lei nº 8.629, de 25/02/1993, regulamentando os dispositivos constitucionais relativos à Reforma Agrária. Como a avaliação é feita por módulos fiscais, e estes variam por região, estado município, adotamos a seguinte classificação: **pequenas unidades de produção** (estabelecimentos agropecuários com menos de 200 hectares), **média unidade de produção** (estabelecimentos 200 a menos de 2000 hectares) e **grande unidade de produção** (acima de 2000 hectares).

A área média de uma pequena unidade de produção no Estado de São Paulo desde 1950 é de aproximadamente 30 hectares. As unidades classificadas como médias apresentam uma área média de cerca de 500 hectares, e as grandes 4.000 hectares.

Desse modo, o campo paulista possui o maior número de estabelecimentos pequenos, com menor área, e mesmo assim gera 31% a mais de empregos do que as grandes unidades.

A forma como a estrutura fundiária se apresenta territorialmente no estado paulista está fortemente ligada à própria formação histórica de ocupação. De acordo com Censo Agropecuário, 41,7% dos estabelecimentos acima de 2000 hectares estão concentrados na região oeste do Estado, ocupando uma área de aproximadamente 1 milhão de hectares, ou 37,7% do total. Na tabela 20, apresenta a relação número de estabelecimentos por estratos de áreas nas mesorregiões do Estado.

Tabela 20
Estrutura fundiária do Estado de São Paulo – por mesorregiões

Mesorregião Estado de São Paulo	Pequena		Média		Grande	
	% Nº	% área (ha)	% Nº	% área (ha)	% Nº	% área (ha)
Araçatuba	6,1	7	8,5	9,1	10	9
Araraquara	3	3,5	3,6	3,5	5	6
Assis	6	6,6	7,1	6,8	4	3,5
Bauru	6,5	8,1	12	13,2	14,5	18
Campinas	8,5	6,6	5,3	4,8	3,5	4
Itapetininga	9,6	7,5	6,5	6,5	10	10,5
Litoral Sul	3	2,3	2,2	2,5	2,5	3
Macro Metropolitana	6,5	3,6	2,5	2,2	2,1	2
Marília	2,7	3	4,5	4,6	3,5	2,2
Metropolitana	1,7	0,7	0,3	0,2	1	0,1
Piracicaba	3,7	4	3	2,8	4	3,5
Presidente Prudente	11,2	10	11,1	12,7	17,1	15
Ribeirão Preto	9	12	13,7	13,3	12,7	13
São José do Rio Preto	18	19,5	14,7	13,4	7,1	8
Vale do Paraíba	4,5	5,6	5	4,4	3	2,2
Total	100	100	100	100	100	100

Fonte: Censo Agropecuário, IBGE 1995/1996. Feliciano, C. A. (org)

Em outros termos, a estrutura fundiária paulista também possui índices de concentração. Há também outro fator, como fora mostrado na tabela sobre os maiores latifúndios do Brasil, as maiores concentrações de terras são provenientes de grupos financeiros e industriais. A maioria dos grupos apresentados se compõe de empresas do Centro-Sul e majoritariamente do Estado de São Paulo, como, por exemplo, Bradesco e Itaú, que somam aproximadamente quase 1 milhão de hectares.

Tabela 21 - Estrutura fundiária paulista – 1995/1996

Grupos de área (total há)	Nº estabelecimentos	%	Área total	%	Área média (ha)
menos de 10	65.303	30	307646	1,8	5
10 a menos de 100	119.209	54,7	4116864	23,7	34,5
100 a menos de 1.000	31.162	14,3	8188570	47,1	262,7
1.000 a menos de 10.000	2.050	0,9	4209098	24,3	2053,2
10.000 e mais	36	0,1	547027	3,1	15195,1
Total	217.760	100	17369205	100	80

Fonte: Censo Agropecuário, IBGE 1995/1996.

Org.: Feliciano, C. A, 2009

Tabela 22 - Síntese da estrutura fundiária paulista – 1950/1996.

	1950		1960		1970		1975		1980		1985		1995	
	% N°	% área	% N°	% área	% N°	% área	% N°	% área	% N°	% área	% N°	% área	% N°	% área
Pequena (-) de 200 ha	62,5	36	94,7	39	94,3	40,6	93	38	93	38,2	93,2	39,5	92,2	38,6
Média 200 a 2.000 ha	7	41,6	5	41,7	5,5	42,2	6,5	44	6,7	45	6,5	44,3	7,5	44,8
Grande 2.000 há e mais	0,5	22,4	0,3	19,3	0,2	17,2	0,5	18	0,3	16,8	0,3	16,2	0,3	16,6

Fonte: Censo Agropecuário, IBGE 1995/1996.

Org.: Feliciano, C. A, 2009

Geralmente, a concentração de terras, no caso do Estado mais rico da federação, é justificada pela maior geração de empregos no campo. Novamente, a realidade apresenta elementos que derrubam esse discurso. De acordo com Censo Agropecuário de 1995, apresentados na Tabela 23, 48 % dos assalariados rurais são contratados pelas pequenas unidades de produção, enquanto apenas 17% possuíam vínculos empregatícios com as grandes unidades. Mesmo os assalariados

temporários, que poderiam ser maiores nas grandes produções, geram apenas 6,6 % do total de empregos no campo.

Tabela 23 - Estado de São Paulo – Pessoal ocupado no campo – 1995/1996

Pessoal ocupado	Pequena		Média		Grande	
	Nº	%	Nº	%	Nº	%
	675.405	72	148272	20	73146	8
Familiar	408.799	93	27701	6,5	1797	0,5
Assalariado total	200.752	48	145218	35	69952	17
Assalariado permanente	153.917	45	124979	36	64905	19
Assalariado temporário	46.835	65,2	20239	28,2	4747	6,6
Parceiro	23.376	88,2	3017	11,3	94	0,5
Outra condição	24.478	71,7	8336	24,5	1303	3,8

Fonte: Censo Agropecuário, IBGE 1995/1996.

Org.: Feliciano, C. A, 2009

No caso de outras formas de trabalho, como, por exemplo, a parceira, as pequenas unidades geram 88%, enquanto as grandes 0,5%. Outro aspecto que deve ser levado em conta refere-se à massiva participação do trabalho familiar na agricultura paulista. Isso se fundamenta ao observar que nos estabelecimentos com menos de 200 hectares quase 50% não possuíam trabalhador contratado. A participação do trabalho familiar preponderando na ocupação do campo, como o mostra os dados, indica a potencialidade política da classe camponesa.

Defensores do discurso da eficiência da grande unidade de produção buscam argumentos para justificar a ausência de trabalhadores contratados. No caso do campo paulista, o subterfúgio é o discurso da mecanização das atividades e a presença constante de recursos tecnológicos, que substituíram o trabalho manual pelo mecanizado, diminuindo assim a necessidade de contratação de mão de obra.

No âmbito da mecanização, percebe-se que os efeitos da tecnologia sob o uso de tratores não ficam sob controle das grandes unidades, como pode ser visto na tabela 24. As pequenas unidades de produção, de acordo com o censo agropecuário de 1995/96, obtiveram cerca 71,3 % do consumo produtivo de tratores enquanto as grandes na passaram de 5% do total. Mesmo no item referente às classes de

potência dos tratores, que estende de -10CV até tratores com + de CV, as menores unidades superam as maiores, como pode ser observado abaixo.

Tabela 24 - Estado de São Paulo – Distribuição da tecnologia – Tratores – 1995/1996

	Nº Total de Tratores	%nº tratores total	% nº tratores -10CV	%nº tratores 10CV a - 20CV	%nº tratores 20CV a - 50CV	%nº tratores 50CV a - 100CV	%nº tratores 100 CV a mais
Pequena	121.651	71,3	86	84,5	84	71	46,5
Média	40.582	23,8	13,2	14,5	14,5	25	38
Grande	8.320	4,9	0,8	1	1,5	4	15,5
Total %	-----	100	100	100	100	100	100
Total Nº	170.573	-----	4.384	7.467	3.4874	100.997	22.831

Fonte: Censo Agropecuário, IBGE 1995/1996.

Org.: Feliciano, C. A, 2009

Assim, a construção de um discurso justificando a não contratação de trabalho (permanente ou temporário) devido ao emprego da mecanização não é suficiente para explicar a realidade, até mesmo no campo paulista. O que acontece é a desigualdade na distribuição da tecnologia.

De acordo com Oliveira (2005), no Brasil,

é evidente que embora as pequenas unidades detenham o maior percentual da tecnologia em tratores, máquinas e veículos, a sua presença está longe de aparecer bem distribuída entre os diferentes estabelecimentos...apenas 11% do total de estabelecimentos possuíam tratores. Entre as pequenas unidades com menos de 10 hectares somente 2% delas tinham esse bem. Quanto à distribuição dos tratores pelos estabelecimentos, encontra-se um trator para cada 37 estabelecimentos com área inferior 10 hectares. Entre as pequenas (até 200 ha.) a média é de um trator para cada nove. Nas médias unidades de produção a relação é de um trator para cada estabelecimento. Nas grandes unidades, relação média é de 3 tratores por estabelecimento, chegando naqueles com mais de 10.000 hectares a 6 tratores por estabelecimento. Estes dados mostram a desigual distribuição também desse bem. (2005, p. 55).

Contrariamente ao apresentado no âmbito nacional, onde apenas 11% do total dos estabelecimentos possuíam tratores, no Estado de São Paulo 78% declararam seu uso. A desigualdade apresenta-se na distribuição dessas tecnologias. Nas unidades com até 10 hectares, apenas 9% declararam possuir esse bem, enquanto 48% das grandes unidades declaram seu uso. Reportando esses dados para

a distribuição do número de tratores em relação ao número total de estabelecimentos, tem-se a seguinte distribuição: um trator para cada 4 estabelecimentos com menos de 10 hectares, e quanto à distribuição por estrato de área 1 trator por cada pequena unidade (até 200 ha.), dois tratores para médias (200 a 2000 ha) e as grandes 11 tratores por unidade. Esse índice de concentração pode chegar a 34 tratores para cada unidade acima de 10.000 hectares.

Outra variável que vale a pena apontar é o índice desigual na obtenção de financiamentos (tabela 25). Apesar de apenas 6,7 % do total dos estabelecimentos obterem financiamentos, as grandes unidades sob óptica da transformação dos latifúndios em grandes empresas rurais, do denominado agronegócio, receberam parcelas médias de 206 mil reais, sendo as pequenas 15 mil reais. Em termos gerais, a maior parcela dos financiamentos obtidos foram para médias unidades, 39,5%, seguido das pequenas, 34,5 e depois as grandes, com 26 %. Se dividíssemos esse montante entre os pequenos estabelecimentos, cada um receberia aproximadamente mil reais, enquanto os grandes receberiam 274 mil cada um.

Tabela 25 - Estado de São Paulo – Financiamentos obtidos

Grupos de área total (hectares)	% de produtores que obtiveram em relação ao nº total de estabelecimentos por área total	Participação % do nº de estabelecimentos sobre o total do valor	Parcela média em R\$ obtida por estabelecimento
Pequena	6,5	34,5	15.208,00
Média	11,6	39,5	139.460,00
Grande	11,5	26	206.597,00
Total	6,7	100	39.000,00

Fonte: Censo Agropecuário, IBGE 1995/1996

Org.: Feliciano, C. A, 2009

Portanto, as grandes unidades concentram a distribuição de terras, de tratores por unidades, gerando poucos empregos, e mesmo assim recebem maiores parcelas de financiamentos. Com isso, podemos considerar que a propriedade privada da terra no Estado de São Paulo não difere da característica apresentada no Brasil. Isso por que as grandes unidades não estão voltadas à produção, mas sim a propósito da

especulação e a reserva patrimonial e de valor, escamoteando sua principal característica – a improdutividade.

Outro argumento para maquiar o caráter rentista da grande propriedade privada da terra, no Brasil, é de que as grandes unidades são as responsáveis pela produção no campo. Novamente faz-se necessário desconstruir esse discurso. A melhor forma de esclarecer é através dos próprios dados quanto ao uso da terra e a produção.

No Estado de São Paulo, o uso da terra, de acordo com censo agropecuário de 1995/1996, está distribuído da seguinte forma: 54,5% pelas pastagens, seguidos com 33% pela lavoura (permanentes e temporárias), com um total de cerca de 5 milhões de hectares, e respectivamente 11,7% e 0,9% pelas matas/florestas e áreas ocupadas com terras produtivas não utilizadas.

Com relação à participação por estratos de áreas, temos a composição apresentada pela tabela 26

Tabela 26 - Estado de São Paulo – Utilização das terras

Estrato de área	% Lavouras	% Pastagens	% Matas e Florestas	% Improdutivas
Pequena	41,1	40	23,1	38,1
Média	40	48,5	43,2	36,6
Grande	18,9	11,5	33,7	25,3
Total	100	100	100	100

Fonte: Censo Agropecuário, IBGE 1995/1996
Org.: Feliciano, C. A, 2009

As pequenas e médias unidades são as que mais utilizam as terras para lavoura e pastagens. Portanto, em área ocupada, as grandes unidades utilizam em média apenas 17% do total para produção. No tocante ao desmembramento da utilização por lavouras, temos culturas permanentes e temporárias. Em ambos os casos a pequena unidade produção é infinitamente superior às grandes áreas, com relação ao volume e ao valor, como veremos a seguir nas tabelas 27, 28, 29, 30 e

31, respectivamente sobre distribuição dos plantéis, distribuição do volume da produção (lavoura temporária e lavoura permanente), distribuição no volume de produção na extração vegetal e distribuição do volume da produção na silvicultura.

Tabela 27 - Estado de São Paulo – Distribuição dos plantéis

Rebanho	Pequena %		Média %		Grande %	
	SP	Brasil	SP	Brasil	SP	Brasil
Bovinos	46,5	37,7	44	40,5	9,5	21,8
Bubalinos (búfalos)	24,5	24,6	66,6	44,5	8,9	30,9
Eqüinos	63,8	59,2	31,5	31,3	4,7	9,5
Asininos	52,6	87,1	39	11,3	8,4	1,6
Muare	72,5	63	22,7	25,3	4,8	11,7
Caprinos	74,2	78,1	21,3	19,2	4,5	2,5
Coelhos	94	93,1	5,2	6,4	0,8	0,5
Suíños	81	87,1	18,4	11	0,6	1,7
Ovinos	55,6	55,5	39,8	35,7	4,6	8,8
Aves	86,7	87,7	13	11,5	0,3	0,8

Fonte: Censo Agropecuário, IBGE 1995/1996. Feliciano ,
Org.: Feliciano, C. A, 2009 e Oliveira, A.U (2005)

Na tabela 27 sobre a distribuição dos rebanhos, nota-se que a tendência paulista é acompanhar a característica apresentada no Brasil, sendo que a pequena unidade aparece sempre com índices ainda maiores. Nem mesmo o rebanho de bovinos, um dos pontos centrais “propagandeados” pelas grandes unidades paulistas, para conseguir financiamento, investimentos e créditos perante os órgãos financeiros, principalmente, no interior paulista, são de seu domínio. Cerca de 46% do rebanho de bovinos, de acordo com censo agropecuário, são maiores nas pequenas unidades. Novamente, como destaca Oliveira (2005), “embora a área ocupada seja maior nos latifúndios, a terra não é posta para produzir. Ela fica com a função de patrimônio, ou seja, a terra é retida apenas como reserva de valor” (p. 61).

O mesmo acontece para o volume da produção, tanto nas lavouras temporárias, quanto nas permanentes. (tabela 28) No Estado de São Paulo, a pequena unidade é a mais produtiva em todas as lavouras de algodão (65%), arroz (61%), batata inglesa (64%), feijão (57,8%), mandioca (87,2%), milho em grão (55,8%), soja (51,6%), tomate (78,8) e trigo em 34,5%, perdendo apenas para

unidade média (55,6). Nem mesmo as *commodities* de soja e milho produzidas pelos latifundiários superaram a produção das pequenas unidades.

Tabela 28 - Estado de São Paulo – Distribuição do volume da produção – Lavouras temporárias.

Produtos	Pequena	Média	Grande
Algodão (herbáceo)	65,1	33,6	1,3
Arroz (em casca)	61,2	35,7	3,1
Batata inglesa (1ª, 2ª e 3ª safras)	64,3	33,2	2,5
Cana-de-açúcar	20,8	47,2	32
Feijão (1ª, 2ª e 3ª safras)	57,8	37,8	4,4
Fumo em folha	100	0	0
Mandioca	87,2	12,7	0,1
Milho em grão	55,8	38,7	5,5
Soja em grão	51,6	42,5	5,9
Tomate	78,8	21,1	0,1
Trigo em grão	34,5	55,6	9,9

Fonte: Censo Agropecuário, IBGE 1995/1996.

Org.: Feliciano, C. A, 2009

Nas lavouras permanentes, a única cultura que as grandes unidades produziram mais, em relação às pequenas, foi na lavoura de maçã (78,1%) e cacau (amêndoas) com 50%, como pode ser observado na tabela 29.

Tabela 29 - Estado de São Paulo – Distribuição do volume da produção – Lavouras permanentes

Produtos	Pequena	Média	Grande
Ágave (fibra)	100	0	0
Algodão (arbóreo)	100	0	0
Banana	73,3	26	0,7
Cacau (amêndoas)	44,6	5,4	50
Café (em coco)	59	39,4	1,6
Chá-da-índia	44,4	55,6	0
Coco-da-baía	80,1	19	0,9
Laranja	48,2	40,3	11,5
Maçã	21,9	0	78,1
Mamão	98,9	1	0,1
Uva (para mesa)	98,8	1	0,2
Uva (para vinho)	98,8	1,2	0
Maracujá	90,7	7,7	1,6
Goiaba	94,3	5,6	0,1

Fonte: Censo Agropecuário, IBGE 1995/1996.

Org.: Feliciano, C. A, 2009

Quando se trata de exploração para produção de extração vegetal, no Estado de São, apresentam-se os principais produtos: borracha, carvão vegetal, lenha, madeiras em toras e bambu (tabela 30). Em consonância com os dados anteriormente já discutidos, boa parte da produção também advém da pequena unidade, porém unicamente na produção de madeiras em toras, os latifundiários recebem destaque, com 58% da produção.

Tabela 30 - Estado de São Paulo – Distribuição do volume de produção – Extração vegetal.

Produtos	Pequena		Média		Grande	
	SP	Brasil	SP	Brasil	SP	Brasil
Borracha (coagulada)	97	60,1	3	20,5	0	19,4
Carvão vegetal	76	50,3	16	27,1	8	13,6
Lenha	52,5	86,9	46,4	26,5	1,1	6,1
Madeiras em toras	1,3	49,7	40,7	26,5	58	23,8
Bambu	21		79		0	

Fonte: Censo Agropecuário, IBGE 1995/1996.

Org.: Feliciano, C. A, 2009 e Oliveira, A. U. (2005)

Pode-se pensar que o “sucesso” nessa área da produção vegetal expresso tanto na silvicultura (madeiras em toras e madeiras para papel), como também em parte da extração vegetal (madeiras em toras), está atrelado às políticas de incentivos fiscais criados na década de 70 pelos governos militares. Esse fato apresenta-se semelhante aos dados em escala nacional, onde a produção chegou a 73%. (Tabela 31)

Tabela 31 - Estado de São Paulo – Distribuição do volume de produção – silvicultura.

Produto	Pequena		Média		Grande	
	SP	Brasil	SP	Brasil	SP	Brasil
Carvão vegetal	38,5	11,2	55	18,1	6,5	67,8
Madeiras em tora	7,2	10,0	40,8	34,8	52	55,1
Madeiras em papel	11,4	8,3	17,5	18,6	71,1	73,1

Fonte: Censo Agropecuário, IBGE 1995/1996.

Org.: Feliciano, C. A, 2009 e Oliveira, A. U. (2005)

Alguns produtos que necessariamente estão presentes em boa parte da dieta brasileira, como o leite, carne, arroz e feijão, além de produtos oriundos da horticultura, são majoritariamente produzidos pelos pequenos estabelecimentos rurais. Ou seja, são as pequenas unidades, provindas do trabalho camponês, que levam os alimentos para a mesa da população paulista.

Pode-se, com isso, pensar então que as unidades camponesas distribuídas territorialmente pelo Estado são exclusivamente as maiores produtoras de alimentos em apenas 30% de toda área. Portanto, a discussão referente à desconcentração da propriedade privada da terra em poder das grandes unidades, no Estado mais rico e influente da federação, é pertinente e fundamental para uma distribuição de riqueza e renda.

O aumento da distribuição de renda no campo está vinculado a uma maior distribuição de terras. De acordo com dados do Censo Agropecuário, na tabela 32, sobre o valor de produção animal e vegetal, verifica-se que as pequenas unidades possuem uma participação maior na geração de renda tanto na escala nacional (56,8%) como estadual (49,7%). A única produção que gera mais renda nas grandes unidades é a silvicultura, razões pelas quais já fora mencionado.

Tabela 32 - Brasil e São Paulo – Distribuição do valor da produção

Setor	Participação % total geral		Partic.	Pequena		Média		Grande	
	SP	Brasil		SP	Brasil	SP	Brasil	SP	Brasil
Total Geral	100	100	100	49,7	56,8	35	29,6	15,3	13,6
Total da Produção Animal	28,5	39,4	100	64,1	60,4	30,4	28,6	5,5	11,2
Animal de grande porte	16,2	25,2	100	49,7	46,4	40,8	37,2	9,5	16,4
Animal de médio porte	1	3,8	100	71,3	85,5	27,9	12,9	0,8	1,6
Pequenos animais e aves	11,3	10,4	100	84,3	84,8	15,5	13,6	0,2	1,5
Total da Produção Vegetal	71,4	60,6	100	44	53,6	36,8	31,2	19,2	15,2
Lavouras permanentes	18,2	12,6	100	63,7	70,5	30,5	24,3	5,8	5,2
Lavouras temporárias	48,3	42,1	100	34,5	49,2	41,2	33,8	24,3	16,7
Horticultura e floricultura	2,9	2	100	97,2	94,7	2,7	4,1	0,1	1,2
Silvicultura	2	2,3	100	16,6	16,8	35,6	23,4	47,8	59,8
Extração vegetal	0,1	1,6	100	42,6	67,7	39,2	17,9	18,2	11,3

Fonte: Censo Agropecuário, IBGE 1995/1996.

Org.: Feliciano, C. A, 2009 e Oliveira, A. U. (2005)

Para finalizar a avaliação sobre a estrutura fundiária paulista, cabe frisar que até na distribuição das receitas totais as pequenas unidades superam os latifúndios. Enquanto os latifúndios ficaram com um percentual bem menor (17%), as pequenas unidades chegaram a 47,6% do total de receita, como pode ser comprovado na tabela 33. Os mesmos dados inseridos na escala nacional projetam os estabelecimentos com menos de 200 hectares, para 53,5% das receitas totais geradas no campo.

Portanto, as pequenas unidades camponesas, apesar de estarem em áreas bem menores, estão em maior número, contratam mais, produzem mais e distribuem mais renda e alimentos para a população paulista e brasileira. Por outro lado, temos seu contraditório, os grandes proprietários impedindo-as de cumprir sua função, que é produzir.

**Tabela 33 - Estado de São Paulo – Distribuição da renda líquida total
(R\$ 1.000,00)**

Itens	Total	%	%	Pequena	%	Média	%	Grande	%
Receitas totais	8.665.507	100	100	4132056	47,6	3049339	35,2	1481874	17,1
Despesas totais	6.134.950	70,8	100	2686493	43,4	2108898	34	1388738	22,6
Renda líquida total	2.530.557	29,2	100	1445563	57,1	940441	37,1	93136	3,7

Fonte: Censo Agropecuário, IBGE 1995/1996. Feliciano, C. A. (org)

Por conta de tudo que o que foi levantado anteriormente, faz se necessária a realização e efetivação de uma política agrária eficiente. Todavia, historicamente, sabe-se que a concentração de terras no Brasil sempre esteve acompanhada de violência no campo. No caso de São Paulo, esse cenário também não foi distinto.

É a partir dessa lógica contraditória do desenvolvimento do capitalismo no campo que pretendemos discutir sobre as políticas e tentativas de intervenção estatal no Estado mais rico do Brasil, com índices altos de concentração de terras e poder.

Portanto, iniciamos uma síntese sobre dois momentos centrais na luta pela reforma agrária, na tentativa de intervenção do Estado, como, por exemplo, na lei de revisão agrária de 1964, o plano de valorização das terras públicas nos anos 80, e os acordos com os fazendeiros no Pontal, em meados da década de 90. Em seguida,

focaremos em uma reflexão sobre o processo de apropriação indevida das terras do Estado na região do Pontal do Paranapanema, a atuação do Estado paulista na retomada de áreas públicas, através de acordos com os fazendeiros-grileiros.

3.2 – Antecedentes históricos das tentativas de intervenção do Estado na questão agrária paulista

A finalidade desse item é apresentar uma discussão sobre as tentativas de atuação do Estado, no âmbito das políticas agrárias e fundiárias, no território paulista. Porém, compreendemos que se faz necessário distinguir as atribuições e competências de cada esfera de governo que compõe o Estado, para assim definirmos seu campo de atuação.

De acordo com a Constituição de 1988, compete à União realizar a reforma agrária no país, através da desapropriação de terras que não estejam cumprindo sua função social (artigo 184). Às unidades federativas cabe a atuação em áreas públicas estaduais ou devolutas, estabelecido desde a elaboração da Constituição de 1891. Com isso, o ato de redistribuição de terras através de projetos de reforma agrária é atribuição legal da União.

Portanto, no Estado de São Paulo, coube à União a implementação de políticas públicas que visam ao acesso a terras pelas seguintes vias: colonização, desapropriação ou de compra de terras, como é o caso de programas como Crédito Fundiário, antigo Banco da Terra.

A competência legal das unidades federativas seria então atuarem em áreas públicas ou devolutas que não compreendessem faixas da Marinha e faixas de fronteira. Com a Constituição Federal de 1891, cada Estado ficou responsável por regular, por meio de Constituição própria, ou legislação específica, o problema da terra.

Foi nesse momento que, segundo Silva (2008, p. 268), “o governo federal absteve-se, na prática de implementar um política de ocupação das terras devolutas

e deixou-as nas mãos dos governos estaduais, em atendimento aos anseios das oligarquias regionais.” Porém, ainda de acordo com Silva (2008, p. 269),

a intervenção legislativa dos estados nessa matéria não se deu, entretanto, imediatamente. A situação complicada e conturbada dos primeiros anos de República e, seguramente também, a falta de pressa dos políticos em regulamentar um assunto em que poderosos interesses privados estavam em jogo adiaram a adoção de medidas.

Com esses dois parâmetros estabelecidos, é possível entendermos os limites e, muitas vezes, as justificativas de cada órgão ao submeter questões que estão sob atribuição legal de cada instância governamental.

A seguir, procuramos indicar as principais ações do governo federal e estadual na ótica de tentar administrar os conflitos agrários sempre presentes durante o processo de ocupação territorial no Brasil, tendo como limites de análise o Estado de São Paulo. As políticas públicas voltadas especificamente para o Pontal do Paranapanema serão discutidas posteriormente.

Cabe ressaltar que procuramos apresentar somente ações que envolvem a questão da resolução ou amenização dos conflitos agrários, resultado do embate das classes sociais existentes no campo paulista. Portanto, a reflexão estará pautada na luta pelo acesso e/ou permanência na terra (no caso dos camponeses) e a resistência dos grandes proprietários/grileiros na manutenção de uma ordem vigente.

3.2.1 - As ações do governo federal

A primeira ação do governo federal na tentativa de conter um grave conflito de terra no Estado de São Paulo aconteceu na década de 60 do século XX, na fazenda Rebojo, município de Estrela do Norte.

A disputa estava configurada no embate entre prováveis pequenos proprietários, mas que não possuíam o título de propriedade, de um lado, e parceiros, meeiros, arrendatários de outro.

Na ocasião, um suposto proprietário da fazenda, chamado João Diniz Alvim, utilizava da mão de obra tanto dos “pequenos proprietários”, como dos posseiros e

parceiros, com a finalidade de legitimar sua posse ilegal e, além disso, conseguir acumular renda pelo trabalho das famílias.

Após o uso do trabalho camponês para abrir a fazenda e de certa forma legitimar a grilagem, João Diniz entrou com pedido de liminar de reintegração de posse para despejar as famílias da sua propriedade.

Barbosa (1990, p. 54):

Diante da ordem de despejo, os pequenos “proprietários” juntam-se aos meeiros, parceiros e arrendatários e organizam um movimento de resistência para não saírem da área.

Com a organização dos diferentes tipos de condição camponesa (parceiros, meeiros, arrendatários e “pequenos proprietários”), conseguem contratar um advogado, e a questão do conflito desloca-se para o gabinete da presidência (na época, governo João Goulart). Após exposição do conflito estabelecido e da situação de confronto entre as partes, o governo resolve, logo em seguida, através do Decreto federal nº 53830, declarar a área como interesse social, para fins de reforma agrária.⁴⁸

Mesmo após a publicação do decreto federal, criando o Projeto de Colonização Rebojo, o conflito continuou a existir por quase 10 anos. Segundo Antonio (1990, p. 39),

[...] a luta dos camponeses, no território denominado Gleba Rebojo, não foi pela Reforma Agrária, foi pela posse da terra com a impossibilidade de reconciliação; foi de origem espontânea e não política. Essa luta não nasceu marcada por um processo, histórico, que estabeleça unidade entre os diversos e dispersos confrontos nacionais. A luta foi uma reação dos camponeses contra a violência dos grileiros e latifundiários.

⁴⁸ “De acordo com Instituto Brasileiro de Reforma Agrária, a Fazenda Rebojo era objeto de tensão social, em virtude de invasão de “grileiros” e contínuos conflitos sobre a posse e “domínio” de terras na Alta Sorocabana, Sudoeste Paulista. Em razão disso, ao tempo da extinta SUPRA, iniciou-se o processo de desapropriação, e a fazenda Rebojo foi considerada de interesse social para fins de desapropriação pelo Decreto nº 53830, de março de 1964. Em dezembro de 1964 o IBRA se emitiu na posse da área, efetuou novos levantamentos nas medidas da área e promoveu retificações através do decreto nº 60570 de abril de 1967. Em fins de 1968 o IBRA concluiu a elaboração do projeto físico, demarcação das parcelas rurais, obras de infra-estrutura, seleção de 133 camponeses. Em 1971 foram abertas oito novas parcelas e em julho de 1974, mais duas foram anexadas, totalizando 143 parcelas agrícolas. A área média das parcelas é de 18,36 hectares, sendo que as 143 parcelas ocupam, hoje, uma área de 3.185,68 hectares dos 3.337,74 hectares existentes no projeto” (ANTONIO, 1990 p.53).

O conflito na fazenda ficou ainda estabelecido, pois os “pequenos proprietários”, que através da união com os parceiros, meeiros e arrendatários para expulsar um grande grileiro, não queriam mais dividir a área conquistada junto com estes.

Justamente nesse período, que durou 10 anos, o conflito agravou-se com a extinção do SUPRA, que havia iniciado o processo e estabelecido de que a área seria dividida com todos os envolvidos na luta. Já com o novo órgão estatal criado, o IBRA, e até seu entendimento do processo, muitas famílias foram despejadas, pois se recusavam aceitar a entrada daqueles que ajudaram na disputa inicial.

Esse episódio de conflito marcou a forma como o Estado viria atuar até hoje nas políticas de reforma agrária. Atuação pautada apenas na resolução pontual de um conflito que ficou institucionalizado, e não no processo de grilagem ocorrida em toda região. Ao estudar o caso da Fazenda Rebojo, Antonio salienta:

O Estado, quando intervém, com desapropriações para fins de Reforma Agrária, cria a pequena propriedade rural, ao mesmo tempo em que institucionaliza o conflito, num mecanismo contraditório. A desapropriação da Fazenda Rebojo deve ser entendida, também, como institucionalização do conflito e não ocorreu por vontade do Estado; ela foi fruto de luta e mobilização reivindicatória dos camponeses. E se o Estado, a partir de 1968, através de seus órgãos, auxiliou o Projeto foi mais para eliminar as tensões e não para viabilizá-lo.(1990, p.40).

Essa foi a primeira intervenção do Estado sob a instância do governo federal a atuar no Estado de São Paulo. Naquele período, a denominação de projetos de assentamentos rurais ainda não estava gestada, tanto que pode-se notar sua configuração através de Projeto Integrado de Colonização Rebojo.

Na atualidade, as famílias assentadas não recebem nenhum tipo de assistência técnica e social do Estado, sendo que o Projeto de Colonização possui uma configuração nos moldes de um bairro rural.⁴⁹

A próxima intervenção do governo federal vem apenas com os conflitos de terras na região de Andradina, com o caso da Fazenda Primavera, já na década de 80. Casos semelhantes à Fazenda Primavera, em Andradina, aconteciam na Fazenda Pirituba, no município de Itapeva, em Sumaré e no Pontal do Paranapanema,

⁴⁹ A respeito de estudos sobre a Fazenda Rebojo, ver: Antonio (1988, 1990), Barbosa (1990).

respeitando suas particularidades de luta e foco de ação. Nesse período entre 1970/1980 e 1985/1986, a luta pela terra foi articulada principalmente pela CPT, a partir de então, os trabalhadores foram conquistando a sua emancipação e a consolidação do MST no Estado, e a partir de 1986/1987, o MST se espacializou por quase todo o Estado de São Paulo (FERNANDES, 1996, p. 134).

O governo federal foi assumindo uma ação de contenção de problemas pontuais através de uma política de assentamento rurais. Os problemas apareceram porque o movimento camponês organizado denunciou à sociedade informações que o Estado até então desconhecia ou se omitia. Para Dulley (1995, p.38), “a importância do sistema de informação para intervenção do Estado pode ser verificada pelo simples fato de que, para o Estado, a inexistência da informação corresponde a não existência do problema.”

Por conta das denúncias do movimento camponês organizado, o Estado procurou resolver problemas pontuais, mas não a questão central que permeia toda uma estrutura agrária. Entender e resolver a estrutura agrária requer assumir uma postura no conflito de classes com interesses opostos, por isso o Estado administra os conflitos de acordo com conjuntura que lhe favoreça. Ainda segundo Dulley (1995, p. 39),

[...] é característico também da intervenção estatal, que geralmente a mesma se dê muito mais em relação a problemas do que a conflitos, ou seja, o Estado procura muito mais tentar resolver um problema, sem tocar no conflito que está por trás dele. E isto por que a solução de problemas permite a solução para todos, enquanto os conflitos não.

Outra intervenção do governo federal que, em princípio, tomou um grande fôlego foi com aprovação do Plano Nacional de Reforma Agrária e seu desdobramento no Plano Regional de Reforma Agrária, no início do período de redemocratização, no Brasil.

De acordo com o anteprojeto do Plano Regional de Reforma Agrária – PRRA (1986),

[...] o Estado de São Paulo poderá acelerar ainda mais o dinamismo e a modernização de sua agricultura, atendendo plenamente aos objetivos fixados pelo Plano Nacional de Reforma Agrária: ampliação da oferta de alimentos, geração de novos empregos, redução do êxodo rural, aumento dos benefícios sociais decorrentes dos investimentos públicos e promoção da paz social.⁵⁰

No projeto elaborado, ficou patente a denúncia de que no Estado de São Paulo, naquela conjuntura, boa parte de 4,4 milhões hectares de terras de boa qualidade abrigavam apenas pastagens, ultra-extensivas e, segundo relatório,

[...] nas quais a atividade criatória mal serve para disfarçar o objetivo especulativo do sistema. Trata-se, muitas vezes, de terras estocadas como reserva de valor e mantidas em estado de semi-ociosidade. [...] Verifica-se, portanto, que boa parte das terras aptas à agricultura do Estado de São Paulo não está cumprindo a função social da terra. Ao invés de buscar os resultados do uso racional da terra, muitos proprietários visam apenas, ou principalmente, a valorização fundiária que decorre de grandes obras públicas ou do influxo indireto de outras atividades da iniciativa privada. Mantendo terras inativas ou mal aproveitadas, esses proprietários vedam o acesso a terra dos trabalhadores rurais ao meio de que necessitam para viver e produzir, dificultando o progresso do Estado e da Nação. Assim, aplicação do Plano Nacional de Reforma Agrária no Estado de São Paulo é tão necessária quanto oportuna. Desta forma, a agricultura paulista poderá acelerar ainda mais seu dinamismo atendendo, ao mesmo tempo, os princípios da justiça social e o direito a cidadania do trabalhador rural.(1985, p.7).

Essa passagem deixou claro o posicionamento da equipe e do órgão estatal que elaborou o projeto. Porém, também demarcou oposição à classe dos grandes proprietários, que logo em seguida se mobilizou para barrar as metas principais do PNRA, como já mencionado em capítulos anteriores.

A meta estipulada para o PRRA no Estado de São Paulo foi de 106.900 famílias assentadas até o ano de 1989.⁵¹ Na época, estimava-se que o público beneficiário em potencial de ações de reforma agrária no Estado de São Paulo chegaria a 336 mil. Os denominados “focos de conflitos” provinham de litígios pela terra, por acampamento e movimentos reivindicatórios.

⁵⁰ MIRAD/INCRA – Anteprojeto do Plano Regional de Reforma Agrária – PRRA para 1986. Diretoria Regional de São Paulo, 1985.

⁵¹ Parte dessa meta, que seria atingida para o ano de 1986, referia-se ao assentamento de 11.400 famílias. Considerando-se que cada família assentada ocuparia em média de três pessoas, o cumprimento da meta significaria a geração de 34.200 novos postos de trabalho no setor agrícola, somente no ano de 1986.

De acordo com levantamento do INCRA regional, na época, os “focos de tensão” estavam localizados nas regiões Sudeste e Oeste do Estado de São Paulo, respectivamente na Microrregião homogênea da Baixada do Ribeira e na região denominada Pontal do Paranapanema, onde “ a presença de litígios pela posse da terra está intimamente associada à morosidade no julgamento das ações discriminatórias, em curso há mais de 30 anos.”

Considerando isso, o Plano regional pautado pelo PNRA estabeleceu três níveis de delimitação para atuação do governo federal: áreas regionais prioritárias para fins de planejamento; áreas de ação para fins operacionais (curto prazo) e zonas prioritárias para fins de desapropriação.

As áreas regionais prioritárias foram delimitadas da seguinte forma:

- ARP – OESTE, formada pelas Divisões Regionais Agrícolas de São José do Rio Preto, Araçatuba, Presidente Prudente, Marília e Bauru.
- ARP-SUDESTE – formada pelas Divisões Regionais Agrícolas de Sorocaba e Litoral.

O projeto estabeleceu também como Áreas de Ação, somente para o ano de 1986, seis perímetros no interior das áreas regionais:

- AA-1 – Cuiabá, Marabá Paulista, Mirante do Paranapanema, Piquerobi, Presidente Bernardes, Presidente Epitácio, Presidente Venceslau, Sandovalina, Santo Anastácio, Teodoro Sampaio;
- AA-2 – Andradina, Castilho, Guaraçai, Itapura, Mirandópolis, Muritinga do Sul, Nova Independência, Pereira Barreto, Sud Menucci;
- AA-3 – Avandava, Barbosa, Birigui, Buritama, Coroados, Glicério, José Bonifácio, Penápolis, Planalto, Promissão;
- AA-4 – Cardoso, Estrela d'Oeste, Fernandópolis, Guarani d'Oeste, Indaporã, Jales, Mira Estrela, Orinduva, Paulo de Faria, Pontes Gestal, Populina, Riolândia, Turmalina.

- AA-5 – Águas de Santa Bárbara, Angatuba, Arandu, Avaré, Buri, Capão Bonito, Cerqueira César, Guapiara, Guareí, Itaberá, Itaí, Itapetininga, Itararé, Paranapanema, Ribeirão Branco, São Miguel Arcanjo;
- AA-6 – Apiaí, Barra do Turvo, Cananeia, Eldorado, Iguape, Iporanga, Itariri, Jacupiranga, Juquiá, Miracatu, Pariquera-açu, Pedro de Toledo, Registro, Ribeira, Sete Barras, Tapiraí.

As zonas prioritárias para fins de desapropriação seriam fixadas por decretos do Poder Executivo à medida que fossem identificados os imóveis ou grupo de imóveis que, além de contrariarem o Estatuto da Terra e sua legislação, tenham sido considerados necessários à execução do plano regional.

O processo de execução da reforma agrária proposto no Plano Regional teria a estratégia para atuar nos seguintes programas:

Programa básico: (Assentamento de Trabalhadores Rurais) – A desapropriação por interesse social das terras que não cumprissem o preceito constitucional da função social da propriedade e pela utilização de terras públicas disponíveis em regiões providas de infra-estrutura.

Programa complementar: (Regularização Fundiária) – Essa medida deveria ser redirecionada de maneira a consolidar prioridade à Reforma Agrária. No Estado de São Paulo, nesse período, vinha ocorrendo no Vale do Ribeira ações do governo estadual através da SUDELPA, com a finalidade de execução de procedimentos para discriminação e arrecadação de terras, que visavam sua imediata adjudicação, legitimação, ou incorporação ao patrimônio público estadual, para a realização de assentamentos onde fosse conveniente. A proposta foi de trabalhar via convênio entre SUDELPA e INCRA.

Apesar de todo detalhamento das propostas de ações para o Estado de São Paulo, a classe dos grandes proprietários, ao perceber que o direito de propriedade tornou-se alvo de questionamentos, dificultou a concretização dessas metas ao pressionar o Estado para “suprimir a definição das ‘áreas prioritárias’ e as ‘áreas de

ação’ quando da aprovação do PRRA, com a centralização na Presidência da República do poder de decisão sobre as áreas a serem desapropriadas.” (MALUF,1988).

Com a estratégia de resistência da classe dos grandes proprietários rurais, a atuação do INCRA, no Estado de São Paulo, ficou restrita à desapropriação e ao assentamento de poucas famílias, em se comparando ao estipulado no plano original.

No período de 1985 a 1989, no governo de José Sarney, somados aos Projetos de Assentamentos do governo estadual, foram criados apenas 24 assentamentos rurais, agregando cerca de 2.157 famílias em uma área pouco maior que 50 mil hectares (Tabela 34). Ou seja, pouco mais de 01% do total de terras que estariam previstas no plano regional de reforma agrária. Com relação ao número de famílias, alcançou apenas 2% do total de público com potencial beneficiário de Projetos de Reforma Agrária. Detalhando as informações somente para o âmbito da atuação federal, apenas 1,5 % da meta prevista foi realizada no Estado, em uma área que abrangeria apenas 0,8% do total que se pretendia alterar na estrutura agrária.

Tabela 34
**São Paulo - Projetos de Assentamentos realizados no Governo Sarney – 1985 a 1989
(governo federal)**

Município	Denominação	Área (hectares)	Nº famílias	Ano	Forma de obtenção
Andradina	Faz. Primavera	9.845	343	1981	Desapropriação
Avaré	Santa Adelaide	702	27	1988	Desapropriação
Birigui	São José I	1.182	48	1988	Desapropriação
Guaraçai	São José II	878	39	1988	Desapropriação
Guaraçai	Aroeira	873	40	1987	Desapropriação
Marabá Paulista	Areia Branca	1.879	87	1988	Desapropriação
Mogi das Cruzes	Itapeti	86	24	1986	Desapropriação
Mirandópolis	Esmeralda	2.096	85	1987	Desapropriação
Promissão	Faz Reunidas	7.138	623	1988	Desapropriação
Sete Barras	Valformoso	7402	280	1987	Regularização
Teodoro Sampaio	Água Sumida	4211	115	1988	Desapropriação
Turmalina	Santa Rita	765	37	1987	Desapropriação
	12 projetos	37.057	1.748		

Fonte: INCRA/MST, 1995.
Org.: Feliciano, C. A. 2009.

Assim como no restante do país, as ações realizadas pelo governo federal no Estado de São Paulo foram pontuais e de acordo com a pressão do movimento camponês.

Durante a década de 90 do século XX, houve a primeira eleição direta para presidente do Brasil. Porém, no âmbito das lutas camponesas, no cenário político, houve esfriamento obtido pelas “derrotas”, primeiro no PNRA e logo em seguida nos debates fomentados na elaboração da nova Constituição.

No Programa da Terra apresentado pelo governo Fernando Collor de Mello, não havia um detalhamento, assim como o PNRA, mas a meta para todo o Brasil era assentar 400 mil famílias em 4 anos.

A atuação principal seria resolver o problema das famílias em áreas de tensão social. De acordo com a CPT, durante o período de 1990 a 1992, somente no Estado de São Paulo ocorreram 15 ocupações de terras, concentrando um número aproximado de 5.400 famílias de trabalhadores rurais sem-terra.

Como não se previu uma meta para o Estado de São Paulo, no final de seu mandato foram implantados apenas 03 projetos de Assentamentos Rurais, obtidos na forma de desapropriação para fins de reforma agrária: no município de Andradina (Faz. Timboré), em uma área de 3.934, com 174 famílias; município de Araraquara (Faz. Bela Vista do Chibarro), assentando 164 famílias, em uma área de 3.427 hectares; e, para finalizar a gestão do Governo Collor no Estado, Assentamento Rio Paraná, no município de Castilho, onde 81 famílias conquistaram o acesso a uma fração de 2.165 hectares do território capitalista.

Durante o mandato do governo Itamar Franco (1993/1995), não foi criado nenhum projeto de assentamento rural no Estado de São Paulo, apesar das grandes mobilizações camponesas. Entre os anos de 1993 e 1994, o número de ocupações chegou a total de 19, e um número de 8.950 famílias, de acordo com levantamento da Comissão Pastoral da Terra.

Os enfrentamentos do movimento camponês com o governo de Fernando Henrique Cardoso foram significativos para avançar o processo de luta e formação, principalmente do MST, no Brasil, como tratei em capítulos anteriores.

No Estado de São Paulo não foi diferente. O salto nos números de ocupações e famílias acampadas foi extremamente significativo. Enquanto, no período anterior ocorreram 19 ocupações, somente no primeiro mandato (1995 a 1998) ocorreram 177, com um número de 26.979 famílias organizadas e acampadas pelo território paulista.

O contexto vivido naquele momento acabou desenvolvendo o crescimento e fortalecimento do movimento camponês no Brasil. Nos anos de 1995 e 1997 ocorreram dois massacres contra trabalhadores rurais sem terra no confronto com PM de Rondônia e Pará, fazendo com que a opinião pública nacional e internacional voltasse atenção para a questão agrária brasileira.

Nesse período, também, o MST conseguiu espacializar suas ações por todos os Estados da Federação, na nova forma de luta, através da ocupação de terras e acampamentos rurais⁵²(Fernandes, 1999).

Nesse período, o embate político dos movimentos sociais foi em torno da luta contra os processos de privatização de órgãos estatais alavancados com o Governo de Fernando Henrique Cardoso. Porém, foi nesse momento o ápice do questionamento sobre a propriedade privada da terra, que mesmo não tendo sido esquecida, recuou com a derrota na Constituinte.

Como relação aos questionamentos, a classe dos grandes proprietários de terras novamente se rearticulou, através da criação da União Democrática Ruralista, especialmente no Pontal do Paranapanema.

O Estado, cedendo novamente às pressões da classe e bancada ruralista no congresso, articulou uma série de ações para tentar criminalizar, enfraquecer e desarticular a luta política travada pelos camponeses. Além da pressão da classe ruralista, o Estado também, ao contrair dividendos em organismos mundiais (FMI, BID, Banco Mundial), devia apresentar respostas aos problemas sociais que repercutiam internacionalmente.

⁵² Para mais detalhes a respeito, ver FERNANDES, B. M. **Contribuição ao estudo do campesinato brasileiro**. Formação e territorialização do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra 1979 - 1999. Tese. FFLCH, USP, 1999. 326p.

Como já tratamos anteriormente, foram criadas medidas para despolitizar a questão agrária no Brasil, nas esferas de espaço judicial (com a criminalização das ocupações), institucional (com propostas de projetos de reforma agrária diferenciados, como Banco da Terra, Novo Mundo Rural, Projeto Casulo, Rururbano, cadastro por correio⁵³), e midiático (divulgação de imagens de denúncias contra lideranças, e o atraso político ao se fazer a reforma agrária em moldes tradicionais).

Em São Paulo, dois desses espaços conseguiram se perpetuar com bastante vigor, justamente por ser cenário e aglutinação de grande parte das lideranças do movimento camponês no Brasil, em especial o MST. O primeiro foi o espaço judicial, com as perseguições e prisões de lideranças no Estado de São Paulo, assim como a inúmeras ordens de despejo, e as punições adotadas pela medida provisória nº 2.109-49 de 27 de fevereiro de 2001.⁵⁴

O outro espaço bem difundido no Estado foi o midiático. Com a difusão de medidas pela mídia sobre alternativas de projetos, além da divulgação massiva sobre um cadastro, que poderia ser realizado pelo correio para obtenção de terras, (dispensando assim o ato de ocupar), de certa forma tentou desmobilizar o movimento camponês.

Recentemente o governo do estado também elaborou uma proposta de cadastro eletrônico, que de fato procura desmobilizar a organização dos movimentos na forma de acampamentos. Com esse novo cadastro eletrônico, qualquer família ou interessado pode agendar nos escritórios da Fundação Itesp sem a necessidade de acampar, bastando aguardar a arrecadação de novas áreas.

Por outro lado, em determinado momento político houve uma resistência do governo do Estado paulista - nesse caso, a Fundação ITESP que teve um papel importante -, em não aderir a outros projetos institucionais criados pelo governo federal, como tentativa de deslocar a atenção para as desapropriações e/ou arrecadação de terras.

⁵³ O cadastro realizado pelos correios em nenhum momento foi utilizado pelo governo como indicativo de público potencial da Reforma Agrária. Até onde se sabe nenhuma pessoa que realizou o cadastro pelo Correio, recebeu uma parcela de terra.

⁵⁴ A medida provisória tratava de uma série de punições aos grupos que ocupassem as fazendas.

Por exemplo, o projeto Banco da Terra (hoje Crédito Fundiário) em momento algum, desde o período em que foi apresentado, o governo do Estado paulista aderiu. Isso porque a Fundação ITESP, através de argumentos técnicos, apresentou sua inviabilidade para o Estado de São Paulo.

Em texto apresentado pela Diretora da Fundação ITESP, em 1999, esta relata o seu posicionamento e, conseqüentemente, do órgão responsável pela política agrária e fundiária do Estado:

[...] em resumo, um público sem terra, descapitalizado, desorganizado ou sem base sólida de organização, negociando diretamente com fazendeiro, comprando terra fraca ou em quantidade insuficiente para compor um módulo, assumindo um débito solidário pela terra, sem a garantia de execução de um projeto de exploração associado, e com condições de financiamento que inviabilizam o pagamento. Para que se possa sustentar uma proposta de Banco da Terra, sem o receio de condenar à inadimplência as famílias que a ele recorram, algumas alterações imediatas são necessárias: utilização da equivalência – produto plena para o financiamento, rebate também no principal, como permite a lei; público diferenciado daquele da reforma agrária, com capitalização inicial mínima; garantia de crédito para investimento e custeio associado ao projeto de exploração proposto; negociação com parâmetros de preço e tamanho da terra; exigência de vida ativa mínima do grupo candidato ao crédito e, de toda forma, não utilização do débito solidário[...] enfim, é quase preciso reescrever a proposta. Portanto, não, o Banco da Terra, tal como está, não poderá dar certo. (ANDRADE, 1999, p. 48).

Ao ter um posicionamento claro sobre as dificuldades e problemas dessa proposta de política pública, o governo paulista, através da Fundação ITESP, não realizou convênios para sua concretização. Com isso, sem o apoio político e logístico⁵⁵, pouquíssimos projetos foram efetivados no Estado, naquele período.

Entretanto, com a reestruturação interna na Secretaria de Justiça, assim como na coordenação da Fundação ITESP, esse cenário começou a ser alterado a partir de 2002. A partir desse período foram realizados convênios entre a Fundação ITESP e MDA para ações conjuntas, visando a implementação de projetos do Banco da Terra (hoje Crédito Fundiário), como uma política complementar de Reforma Agrária.

⁵⁵ Contava-se que, com o apoio do governo do Estado, através da fundação ITESP, as propostas do Banco da Terra seriam como modelo para o restante do país, devido à estrutura física e humana de que a fundação dispunha, na época.

Esse projeto preliminarmente criado com o projeto Cédula da Terra, também denominado pelos movimentos camponeses como um programa de “Reforma Agrária de Mercado”, foi estabelecido a partir de um acordo entre o Governo Federal e o Banco Mundial, em 1997. O programa contou com R\$ 150 milhões, dos quais R\$ 90 milhões provindos do Banco Mundial. O projeto consistia em financiar a compra de terras diretamente a pequenos proprietários com áreas de tamanho inferior ao módulo familiar e a trabalhadores assalariados, meeiros ou parceiros.

O embrião do Cédula da Terra partiu do Projeto São José, sobre a Reforma Agrária Solidária, implantado pelo governo do Ceará, servindo de Estado piloto para experimentação e para posterior implantação em outros Estados brasileiros.

Foram implantados Projetos Pilotos nos Estados do Ceará, Bahia, Minas Gerais, Maranhão e Pernambuco. Segundo o INCRA, suas bases e condições para o acesso à terra são as seguintes:

O Banco da Terra, ou Fundo de Terras e da Reforma Agrária, acabou sucedendo e ampliando o Projeto Cédula da Terra pelo Brasil. Criado pela Lei Complementar nº 93 de 4 de fevereiro de 1998, “tem a finalidade de financiar programas de reordenação fundiária e de assentamento rural”⁵⁶.

Antes mesmo de entrar na discussão sobre os entraves desse projeto e sua aplicabilidade no Brasil, há uma questão que precede todos os argumentos: o sentido da terra como mercadoria e sua irracionalidade no processo de produção capitalista.

Essa irracionalidade apresenta-se, primeiro, pelo fato de a terra (bem natural) não ser produto das ações e do trabalho humano e, portanto, não pode ser considerada capital. E, segundo, pelo fato de ser considerada reserva de valor, acaba transformando-se em uma renda capitalizada, sem mesmo ter necessidade de produzir. É por essa ótica que se pode entender a permanência dos grandes latifúndios improdutivos no Brasil e a grande dificuldade de avançar os projetos do modelo de Reforma Agrária. De fato, segundo Oliveira (1986),

⁵⁶ Conforme Artigo 1º da Lei de criação e regulamentação/Lei Complementar nº 93.

[...] a terra não gera lucro, como faz o capital, mas sim renda. Sob o modo capitalista de produção o preço da terra é, portanto, renda capitalizada e não capital [...] e que, portanto, a terra no Brasil adquiriu o caráter de reserva de valor, ou seja, a terra é apropriada apenas com fins especulativos e não para produzir.

Há vários campos da ciência que estudam os mecanismos de intervenção estatal no mercado de terras. Estudos de economistas como de Reydon (1998), Plata (2000) e Jaramillo (1998) indicam o mecanismo de compra e venda de terras com a finalidade de acelerar a distribuição de terras, ao mesmo tempo em que reduz o preço da terra.

A tese é que o problema fundiário no Brasil advém de sua apropriação concentrada e sua utilização como garantia e ampliação de riquezas. Uma informação significativa tem a ver com os diferentes segmentos da sociedade interessados, que demandam terras com essa finalidade.⁵⁷ Para demonstrar a amplitude do problema, apresentam as dificuldades encontradas no processo de desapropriação, estabelecidos a partir da Constituição de 1988, tornando o processo mais longo e inviável.

Partindo desses princípios, estabelecem uma defesa da intervenção estatal no mercado de terras. Conforme Reydon e Plata (2000, p.86), os principais argumentos que sustentariam essa substituição da desapropriação de terras pela compra e venda são os seguintes:

- maior grau de liberdade dos favorecidos ao permitir-lhes escolher a terra que desejam e negociar seu preço;
- evitar ampliar o confronto com os grandes proprietários de terras;
- a pressão nacional pela terra. (Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra);
- a aquisição da terra via compra garante a eficiência. Dado que a terra passa a ser de sua propriedade o beneficiado se preocupa por trabalhá-la adequadamente e investirá nela.
- Oferece maiores garantias para os proprietários na medida em que as operações de compra/venda serão realizadas ao preço de mercado e avaliadas pela instituição que sustenta economicamente a demanda;

⁵⁷ Segundo estudos realizados por Reydon (1992), no caso de São Paulo, para o ano de 1985, entre os proprietários de mais de 2.000 ha., 25% pertencem a grupos econômicos. Destes, 37% pertencem a grupos do setor de serviços e, entre estes do setor de serviços, 80% pertencem a empresas do ramo financeiro.

- a supressão da intervenção da agência estatal no processo de seleção e negociação das terras eliminando a burocracia;
- a redução dos custos administrativos que permite a transferência de funções das agências governamentais ao setor privado, especialmente nas áreas de preparação de projetos e assistência técnica aos beneficiários.

Porém, há linhas de pesquisa e estudos que fazem outra abordagem sobre essa política. De acordo com Ramos Silva (2008), que estudou as políticas de reforma agrária e a reforma agrária de mercado, tendo como referência o Estado do Sergipe,

[...] na reforma agrária de mercado, o capitalismo é a todo momento conduzido e convencido por agentes externos à sua condição. Não há espaço para uma reflexão sistematizada e profunda sobre suas realidades. A motivação é apenas para encontrar uma coleção de seres humanos que não estejam “com o nome sujo na praça” para tomar um empréstimo no banco e comprar uma terra qualquer, que muitas vezes a escolha é induzida pelo articulador da própria associação de trabalhadores..... Nesse caso, a perspectiva de implantação da reforma agrária sem conflitos como propõe o Banco Mundial, impede e/ou dificulta a construção da consciência da classe que permanece na maioria dos casos latente. (RAMOS SILVA, 2008, p.387).

Ainda nessa perspectiva, encarando a política de crédito fundiário como contra-reforma agrária, para Oliveira (2005),

[...] pode-se reafirmar com segurança que a política de reforma agrária de mercado que o Estado brasileiro, em parceria com o Banco Mundial, adotou entre os anos de 1996 e 2004 foi uma contra-reforma agrária. Essa política distorceu e reprimiu a reforma agrária realizada pelos camponeses, com apoio de entidades e movimentos sociais envolvidos na luta pela terra e pela reforma agrária. Isto ocorreu, primeiro, pelo fato de que, para não realizar a reforma agrária no país, o governo delegou ao mercado a decisão sobre o acesso a terra. Segundo, por manter o pacto com a elite agrária, os proprietários de terras rentistas foram convidados a vender suas terras a preço de mercado. Terceiro, por ter reprimido a ação política dos movimentos sociais na luta pela reforma agrária. (OLIVEIRA, 2005, p.364).

É visível, nesse projeto, que o governo Federal pretende substituir a realização da Reforma Agrária pelo mecanismo do mercado de terras. A

desapropriação de terras como medida punitiva ao latifúndio e às propriedades improdutivas acaba sendo abandonada e/ou deixada para segundo plano.

No Estado de São Paulo, segundo dados do MDA/SRA e Fundação ITESP, no período de 2001 a 2003, a coordenação do Banco da Terra ficou a cargo da Força Sindical, sendo executado por consórcios municipais. Nesse período, foram aprovados 94 projetos, com 2.151 famílias atendidas. O total de hectares comprados por R\$ 63.736.009,45 foi de 15.672 hectares. Somente o preço pago pela terra foi de aproximadamente R\$ 54.202.736 reais, e o restante foi aplicado em investimento nos projetos.

No período de 2005 a 2008, várias entidades fazem parte de uma composição para a aprovação de novos projetos, entre elas: Fundação ITESP, MDA, FETAESP, FAF, FERAESP e consórcios municipais.

Segue na tabela 35 os números de famílias, hectares e valores envolvidos nesse programa.

Tabela 35
Programa Nacional de Crédito Fundiário – São Paulo –
Famílias em projetos aprovados - 2005 a 2008

Ano	Nº de Famílias	Total Hectares	R\$ Terra	R\$ Investimento	R\$ Total	Valor médio do ha contratado
2005	5	23,63	150.000	28.000	183.000	6.637,00
2006	60	321,21	1.990.000	281.000	2.362.000	6.196,00
2007	136	582,64	4.680.000	404.000	5.433.000	8.027,00
2008*	8	58,3	245.000	51.000	319.000	4.202,00
Total	209	985,78	7.065.000	764.000	8.297.000	6.265,00

Fonte:MDA/SRA/ITESP, 2008

Org.: Feliciano, 2009

Durante todo o processo de implementação, no Estado de São Paulo, cerca de 107famílaís foram excluídas do programa e outras 468 substituídas. De acordo com

informações do MDA/ITESP, as causas da exclusão foram: falta de perfil, desistência, abandono do lote, mudança de município, falecimento etc.

Há também 698 projetos que não foram aprovados pela comissão técnica do programa, pelas principais razões: desistência do proprietário, problemas no cadastro dos beneficiários, falta perfil dos beneficiários, preço de venda proposto maior do que o mercado e imóvel inadequado para agricultura.

Com isso, a Fundação ITESP (governo estadual), em convênio firmado com o MDA/SRA (governo federal), tornou-se nesse momento um dos responsáveis na composição da unidade técnica estadual (UTE), deslocando funcionários e estrutura física e móvel para o desenvolvimento das ações. Com isso, o estado paulista aderiu à política de reforma agrária através de mercado proposto pelo Banco Mundial ao Estado brasileiro.

O projeto de crédito fundiário iniciado no governo de Fernando Henrique Cardoso, primeiro como Cédula da Terra, depois como Banco da Terra, teve adesão do governo Lula, justamente pelo fato de ser uma política do Banco Mundial para os países em desenvolvimento. Esse fator preponderante fez com que não houvesse rupturas na sua continuidade, mesmo em governos distintos. Houve apenas a recriação do mesmo, com outra terminologia.

O projeto que começou no governo FHC como tentativa de desmobilização e despolitização da luta camponesa não fez com que as ocupações findassem. No período do governo FHC, houve uma média de 6.000 famílias acampadas por ano entre 1995 a 2002. Como se pode ver na tabela 36, na comparação entre famílias acampadas e assentadas durante os mandatos do governo FHC, apenas 10% do público em potencial conquistaram o acesso à terra, no campo paulista.

Com a entrada no governo federal de um presidente com origem e apoio popular, no ano de 2003, o movimento camponês projetou uma expectativa de atuação voltada para as famílias que aguardavam ações concretas do governo federal.

No plano elaborado pela equipe do economista Plínio de Arruda Sampaio, havia um público de beneficiários em potencial de aproximadamente 68.283⁵⁸ interessados em obter acesso à terra, no Estado paulista. O público de famílias acampadas estimava-se em 10.276.

Tabela 36

**São Paulo - Relação famílias acampadas x famílias assentadas
Governo FHC (em projetos via desapropriação de terras)**

1º mandato (1995 a 1998)			1º mandato (1999 a 2002)		
Nº famílias acampadas	Nº famílias assentadas	Hectares desapropriados	Nº famílias acampadas	Nº famílias assentadas	Hectares desapropriados
12.333	1.529	31.175,11	16.298	608	12.755,29

Fonte: INCRA/ ITESP, 2007

Org. : Feliciano, 2009.

Nesse projeto, foram apresentadas detalhadamente as formas de obtenção e estrutura agrária no Brasil. De acordo com as estatísticas cadastrais no INCRA, há um total de 12.263 imóveis grandes no referido Estado, abrangendo uma área de 8.821.907 hectares. Nessa categoria, 3.885 imóveis foram considerados improdutivos, com uma extensão de 2.558.453 hectares. Sem contar que nesse número ainda estão as áreas públicas federais (3.786 há⁵⁹) e devolutas, com a estimativa de 990.771 hectares.

As metas dessa proposta para o Estado de São Paulo apresentada ao governo, porém não acolhida pelo governo federal, era de assentar 77.600 famílias entre os anos de 2004 a 2007. A meta de criação de assentamento em todo Brasil para esse mesmo período, II Plano Nacional de Reforma Agrária, aprovado pelo governo, foi de 400.000 famílias, enquanto o projeto elaborado pela equipe de Plínio foi de 1.000.000 famílias.

⁵⁸ Cadastro realizado pelo Correio. Informação SIPRA/INCRA; mais a respeito, ver Proposta de Plano Nacional de Reforma Agrária

⁵⁹ Terras de instituições financeiras – Banco do Brasil (2.158 imóveis sem uso e 488 imóveis mutuários) e BASA, com 1.140 hectares.

Mesmo assim, o governo federal divulgou que está cumprindo e superando as metas prometidas.

No Estado de São Paulo, apesar de grande parte das ações camponesas concentrarem-se na região do Pontal do Paranapanema, houve uma grande movimentação e também deslocamento de famílias para a região norte, central e noroeste desse Estado.

Um indicativo foi a mudança de orientação política no governo estadual que diminuiu o processo de arrecadação de terras devolutas no Pontal e, por outro, a expectativa de grande atuação do governo federal.

Em se comparando aos governos anteriores, foram realizadas mais ações de desapropriação de terras. Porém, cabe ressaltar uma preocupação, que é latente, ao se observar os dados referentes à quantidade de hectares arrecadados e ao tamanho do lote, que foge dos módulos rurais⁶⁰ necessários ao sustento de uma família. Por exemplo, foi criado um assentamento no município de João Ramalho (região do Pontal do Paranapanema), chamado Boa Esperança, em que 22 famílias foram assentadas em uma área de aproximadamente, 54,9 hectares. Ou seja, cada família recebeu 1,8 ha. onde o módulo rural mínimo para sobrevivência econômica de uma família gira em torno de 12 a 18 hectares. Assim como esse projeto há outros semelhantes distribuídos pelo campo paulista.

Tabela 37
São Paulo - Relação famílias acampadas x famílias assentadas
Governo LULA (em projetos via desapropriação de terras)

1º mandato (2003 a 2006)			1º mandato (2007 a 2009)		
Nº famílias acampadas	Nº famílias assentadas	Hectares Desapropriados	Nº famílias acampadas	Nº famílias assentadas	Hectares desapropriados
11.045	1.721	35.423,43	4.942	1.669	19.070,81

Fonte: INCRA/ ITESP 2009
Org. : Feliciano, 2009.

⁶⁰ De acordo com o Estatuto da Terra, módulo rural é a área fixada para um imóvel rural que direta e pessoalmente explorado pelo agricultor e sua família lhes absorva toda a força de trabalho, garantindo-lhes a subsistência e progresso social e econômico, com área máxima fixada para cada região e tipo de exploração, e eventualmente, trabalhando com ajuda de terceiros. Lei nº4.504 de 30/11/94 – artigo 4º, inciso II e III.

Outro caso também é o chamado PDS Emergencial Bom Jesus, em Iepê, onde 37 famílias foram assentadas em 68 hectares, cabendo a cada uma 1,8 hectares. Em Teodoro Sampaio, o recém criado assentamento Dona Carmem também foi implantado nesses moldes, onde o lote com maior extensão chega a 5 hectares.

O PDS da Barra, ou denominado pelos camponeses de Mário Lago, em Ribeirão Preto, possui também essa característica. Foram desapropriados 1.548 hectares, de acordo com dados do INCRA, em 04/10/2007, sendo que a capacidade de famílias para serem assentadas seria de 232. Com a obtenção de dados atualizados em 15/06/2009, a mesma informação sobre capacidade alterou para 468 famílias. Ou seja, o número praticamente dobrou em relação ao potencial suportável na fazenda.⁶¹

Portanto, cabe uma reflexão sobre o tipo de política pública que vem sendo adotada pelo governo federal. Para conter a pressão do movimento camponês, o Estado arrecada áreas com pequena extensão e propõe às famílias sem-terra (acampadas há anos) a possibilidade de acesso rápido à terra, com o condicionante de aceitarem lotes com tamanhos bem menores. Com a lógica da necessidade imediata, grande parte das famílias aceitam a proposta. Com isso, o governo federal garante a divulgação, para a sociedade, do cumprimento das metas apresentadas no II Plano Nacional de Reforma Agrária.

Nesse processo cabe ressaltar sobre a ausência de crítica ou então anuência dos movimentos sociais ao permitirem a criação de assentamentos rurais onde o lote para as famílias são menores que os módulos fiscais rurais necessários a sobrevivência.

Todavia, novamente o Estado atua apenas para a resolução de problemas pontuais, com a expectativa de que não possam se transformar em futuros conflitos. Seja na forma de desapropriação ou de compra de terras através de crédito fundiário, a questão da reforma agrária permanece intacta. A luta contra a propriedade privada da terra, e o caráter de rentista que esta garante aos grandes

⁶¹ Nesse caso, cada família recebeu, em média, 3,3 hectares.

proprietários, é tratada pelo Estado apenas como um mecanismo de mercado, para resolução de tensões sociais.

3.2.2 - Ações do governo estadual

Uma das primeiras discussões governamentais envolvendo a redistribuição de terras e alteração da estrutura agrária aconteceu no Estado de São Paulo através da Lei de Revisão Agrária, aprovada na década de 60 pelo Governo Carvalho Pinto. Trata-se do projeto de política agrária mais antigo do Estado de São Paulo.

A Lei nº 5994 de 30 de dezembro de 1960, também denominada “Lei de Revisão Agrária”, estabeleceu que deveriam ser assentadas de 500 a 1000 famílias de agricultores sem terra por ano, em terra pública ou privada, que de acordo com estudos realizados tenham sido definidas como sendo subutilizadas.

A proposta era norteadas pelas seguintes proposições:

- dar sentido social ao Imposto Territorial Rural
- Criação da lei de taxaço progressiva das terras do Estado e permitir a isenço do pequeno proprietário;
- Com os recursos arrecadados através do Imposto Territorial Rural, o Estado facilitaria a aquisiço da propriedade rural aos que quisessem explorá-la por conta própria como pequenos proprietários.
- Promover, através da taxaço progressiva, o incentivo ao aumento da produço nas áreas improdutivas. Equilibrar as condições de abastecimento em detrimento das áreas destinadas a especulaço e contribuir para a criaço em todo Estado de verdadeiros núcleos irradiadores da “mais moderna técnica agronômica”.

Essas áreas seriam adquiridas através de compra por parte do governo do Estado. A forma de arrecadaço seria através do recolhimento do Imposto Territorial Rural que, de acordo com a Lei, seria cobrado em função do tamanho e

da produtividade da terra. Portanto, quanto maior a área da propriedade e menor a produção, maior seria o imposto cobrado.

Na ocasião, foram adquiridas e destinadas para a implantação da Lei de Revisão Agrária cinco áreas. São elas: a fazenda Santa Helena, no município de Marília; a Fazenda Capivari, em Campinas; a Fazenda Pouso Alegre, em Jaú; a Fazenda Jacilândia, em Meridiano e a Fazenda Pirituba, no município de Itapeva (BOMBARDI, 2005).

O momento histórico do surgimento da Lei de Revisão Agrária esteve pautado por dois fatores importantes: primeiro, o contexto geopolítico mundial que estava no auge da Guerra Fria, sobretudo nos planos norte-americanos para conter o comunismo; segundo, no Brasil, na década de 50, a forte ação dos movimentos sociais no campo, como, por exemplo, a atuação das Ligas Camponesas e sua abrangência em escala nacional e no Estado de São Paulo, principalmente através do movimento dos arrendatários, no município de Santa Fé do Sul, denominado Movimento do Arranca Capim (BOMBARDI, 2005).

Em 1959, Carvalho Pinto foi eleito, pelo Partido Democrata Cristão, governador do Estado de São Paulo (1959 a 1962). Tinha sido ex-secretário da Fazenda de Jânio Quadros, sucedendo-o, portanto. Logo após sua posse, montou um grupo para elaboração de um Plano de Ação Governamental, para traçar as diretrizes, metas e formas de como atingi-las.

No âmbito do campo, nomeou como Secretário da Agricultura, José Bonifácio Coutinho Nogueira, cujo posicionamento estava centrado em abordar as discussões sobre a reforma agrária como um instrumento técnico de superação para o subdesenvolvimento.

Foi elaborado um Plano de Ação, que estava pautado no investimento em três setores: “Expansão Agrícola e Industrialização”, com 27,2% dos recursos; “Melhorias das Condições do Homem no Campo”, com 30,7%, e o terceiro era o de “Infraestrutura”, com 42% dos investimentos. A partir desse plano, criou-se uma comissão para realizar um estudo sobre a melhor utilização das terras do Estado.

Entre os jovens recém-formados que participaram da elaboração estava José Gomes da Silva, patrono da Fundação do Instituto de Terras do Estado de São Paulo.

Foi essa comissão que elaborou a proposta de Lei de Revisão Agrária e, após muitas discussões tanto na Assembleia Legislativa como com a sociedade em geral, foi aprovada em 30 de dezembro de 1960. A própria titulação “Lei de Revisão Agrária”, e não “Lei de Reforma Agrária”, demonstrou na época o cuidado do governo em evitar um embate mais forte com setores que se opunham à criação da lei. A estratégia foi adotar uma postura mais ligada à ideia de desenvolvimento do que transformação social (Bombardi, 2005).

A discussão da Reforma Agrária apareceu, nessa época, justamente como uma forma de conter as ações dos movimentos sociais no campo e a possibilidade de uma expansão do comunismo no território paulista, uma vez que, no mesmo ano de início do governo Carvalho Pinto, em Cuba, Fidel Castro toma o poder, e assim o comunismo começava a ganhar espaço na América Latina. Bombardi (2005) revela os fatores preponderantes para formulação e implantação da Lei foram:

[...] a primeira era o entendimento da necessidade de modernizar a agricultura, para que a indústria seguisse desenvolvendo-se; a segunda, que me parece central e decisiva na mudança de direção com relação a Lei, que foram os conflitos no campo em São Paulo, e a terceira, que evidentemente estava atrelada às anteriores, era o pacto político-econômico do Brasil, e particularmente do Estado de São Paulo, com países desenvolvidos, diretamente com os Estados Unidos. Esse pacto, que envolvia empréstimos junto ao BID (Banco Interamericano de Reconstrução e Desenvolvimento), estava também assentado na realização de mudanças sociais básicas, para frear os possíveis processos revolucionários.

Foi nesse cenário mundial que o governo do Estado de São Paulo implantou a Lei nº 5994 de 30 de dezembro de 1960. Os estudos e experiências realizadas em sua implantação tornaram-se referência nacional, pois grande parte da equipe que elaborou a lei (entre eles, José Gomes da Silva) foi convidada pelo governo federal para estruturar e compor a equipe de elaboração do Estatuto da Terra, criado em 1964.

Com a criação da lei, em 1959, houve uma grande oposição de setores conservadores e sua oposição foi gigantesca. Além das alterações no Projeto de lei, feitas pelos deputados na Assembleia Legislativa, sua continuidade ficou extremamente impossibilitada por uma ação do Congresso Nacional. Foi realizada uma emenda à Constituição de 1946, tirando o recurso do Imposto Territorial Rural (que seria usado para auxiliar na aquisição e aplicação da Lei de Revisão Agrária), da esfera estadual, e transferindo-o para gestão municipal.

Com essa ação, a execução da Lei de Revisão Agrária ficou inviabilizada e o Estado de São Paulo conseguiu apenas adquirir e destinar 5 áreas para implantação dos projetos, isto nos municípios de Marília, Campinas, Jaú, Meridiano e Itapeva.

Após um longo período sem qualquer ação do governo estadual, no tocante à questão agrária, na década de 80 (governo Paulo Egydio Martins), iniciou o projeto de reassentamento de famílias de posseiros na Lagoa São Paulo, município de Presidente Epitácio, como abordaremos adiante, no capítulo sobre as políticas públicas para o Pontal do Paranapanema.

Esse reassentamento foi realizado pela CESP e fez parte de um programa de amenização dos impactos socioeconômicos provocados pela construção de suas barragens, sendo concluído no governo Paulo Maluf (1983). Todavia, a intervenção da CESP na região foi precedida por uma história de disputa pela terra, com extrema violência.

No contexto político de redemocratização do Brasil, no início dos anos de 1980, André Franco Montoro, eleito governador do Estado de São Paulo, identificou possibilidades nas pressões das lutas e manifestações dos movimentos sociais no campo. Ao assumir o governo, herdou também questões fundiárias não resolvidas, a contento, por seus antecessores.

A política idealizada levou em consideração alguns aspectos. São eles: as limitadas possibilidades de intervenção do governo estadual na reformulação da estrutura fundiária; a total desatualização da legislação agrária estadual; a falta de estrutura administrativa e instrumentos operacionais para qualquer intervenção no

campo fundiário; e a “consciência” de que o governo democrático de São Paulo deveria dar o exemplo na questão da Reforma Agrária, com a utilização das terras ociosas, ou indevidamente aproveitadas, para o assentamento de trabalhadores rurais (São Paulo, 1987). Além disso, Medeiros (1999) enfatiza:

As transformações nos sistemas produtivos e nas tradicionais relações de trabalho e dominação no interior das grandes propriedades fundiárias são indispensáveis para a compreensão desse processo. A decadência do cultivo do café no anos 70 e 80, e mesmo antes disso, seguido de sua substituição pela pecuária semi-extensiva, provocou um reordenamento da estrutura demográfica e ocupacional no meio rural paulista, trazendo novos elementos para o questionamento da distribuição fundiária. (MEDEIROS, 1990 p.74).

A partir de todos esses fatores, além da continuidade de conflitos por terras e a pressão dos movimentos sociais no campo, o governo Franco Montoro desenvolveu uma política de assentamentos rurais. Foi o primeiro governo estadual - após anos de repressão à liberdade política – que, atendendo à pressão dos movimentos sociais, implantou 15 projetos de assentamentos rurais no Estado de São Paulo e mais 6 projetos complementares.

Para tal realização, foi necessário atualizar a legislação agrária estadual, que não sofria alterações desde a Lei de Revisão Agrária, do governo Carvalho Pinto, na década de 60. Logo no início do governo, tendo José Gomes da Silva como Secretário da Agricultura, foi criada a Coordenadoria Sócio-Econômica da Secretaria da Agricultura e Abastecimento, o Instituto de Assuntos Fundiários (ex Assistência Técnica de Revisão Agrária, e que hoje vem a ser A Fundação ITESP) e o Instituto de Cooperativismo e Associativismo (ex-departamento de cooperativismo). Tais organizações tiveram a atribuição de realizar um levantamento e inventário dos bens imóveis rurais do Estado, além de formular um aparato jurídico que permitisse o governo do Estado desenvolver sua política fundiária, que seria baseada em duas diretrizes principais: a) o programa de assentamento de trabalhadores rurais, e b) o processo de regularização fundiária.

Com isso, duas leis foram criadas após dois anos de governo Montoro e que destinavam regulamentar sua atuação fundiária: a **Lei nº 4.925, de 19/12/1985**,

sobre alienação de terras públicas à rurícolas que as ocupem a as explorem; e a **Lei 4.957, de 30/12/1985**, que dispõe sobre planos públicos de valorização e aproveitamento dos recursos fundiários do Estado.

Como pode ser observado a seguir, a lei sobre alienação de terras públicas destinava-se a regularizar e titular, por via da compra e venda, todo agricultor que estivesse cultivando há mais de três anos em lote inferior a três módulos rurais, visando assim a amenizar os conflitos existentes pela posse, principalmente no Vale do Ribeira e no Pontal do Paranapanema.

LEI N. 4.925 - DE 19 DE DEZEMBRO DE 1985

Dispõe sobre a alienação de terras públicas estaduais a rurícolas que as ocupem e explorem, e dá outras providências

O Governador do Estado de São Paulo.

Faço saber que a Assembléia Legislativa decreta e eu promulgo a seguinte Lei:

Art. 1º - Fica a Fazenda do Estado autorizada a alienar por venda um lote até o limite máximo de 3 (três) módulos rurais a cada rurícola que, individualmente ou com sua família, venha ocupando e explorando, por mais de 3 (três) anos ininterruptos anteriores à promulgação desta Lei, imóvel rural incorporado ao patrimônio público estadual integrante de áreas de colonização abrangidas pelo Decreto n. 5.824, de 3 de fevereiro de 1933, e pela Lei n. 5.994(1), de 30 de dezembro de 1960.

Art. 2º - Os interessados, no prazo improrrogável de 180 (cento e oitenta) dias, contados da regulamentação desta Lei, deverão requerer à autoridade competente os benefícios do artigo anterior, com proposta de compra do lote e comprovação:

I - do atendimento dos requisitos do artigo 1º, por meio de documento firmados por 3 (três) técnicos em agricultura, de nível superior, sendo, no mínimo, um deles da Secretaria de Agricultura e Abastecimento, que possibilite, inclusive, a constatação de que o interessado tem sua morada no imóvel e a previsão, em face das peculiaridades da região, de seu sustento mínimo indispensável e de seus dependentes econômicos;

II - da área do imóvel, com planta e memorial descritivo, que possibilitem o seu registro imobiliário individual.

Art. 3º - O preço do lote, que não tenha sido anteriormente fixado, será igual ao valor da terra nua lançado pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária - INCRA no exercício anterior à apresentação do requerimento a que alude o "caput" do artigo 2º.

§ 1º - O pretendente do lote terá o prazo de 180 (cento e oitenta) dias, contado do deferimento do requerimento, para efetuar o pagamento do preço.

§ 2º - O prazo de pagamento prescrito no parágrafo anterior poderá ser prorrogado, justificadamente, no máximo 3 (três) vezes, no total de 1 (um) ano e 6 (seis) meses, caso em que o preço será igual ao valor da terra nua fixado pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária - INCRA vigente na data do pagamento.

§ 3º - Provada a incapacidade financeira do adquirente para efetuar o resgate nos prazos, previstos nos parágrafos anteriores, o pagamento poderá ser parcelado em até 5

(cinco) anos, reajustando-se o preço inicial de acordo com os índices de correção monetária do período.

§ 4º - O adquirente responderá pelos impostos, taxas e emolumentos relativos ao registro imobiliário.

Art. 4º - Ficam excluídos da abrangência desta Lei os seguintes imóveis:

I - os de preservação permanente ou de uso legalmente limitado;

II - os litigiosos;

III - os inexploráveis;

IV - os próprios estaduais com afetação diversa ou de interesse da Administração.

§ 1º - Nas proibições deste artigo não estão compreendidas as áreas com restrições ao uso agrícola, desde que não ultrapassem 50% (cinquenta por cento) do total de cada lote e atendam os requisitos desta Lei.

§ 2º - Os adquirentes dos lotes serão responsáveis pela manutenção de suas reservas florestais obrigatórias e deverão observar as restrições de uso do imóvel, nos termos da legislação vigente.

Art. 5º - É vedada a alienação prevista no artigo 1º desta Lei a funcionários e servidores públicos, seus cônjuges e filhos, bem como a proprietários, posseiros ou ocupantes de qualquer outro imóvel rural.

Art. 6º - Terá preferência à aquisição de que trata esta Lei aquele que tenha compromisso de compra firmado anteriormente com o Estado.

Parágrafo único. Os compromissários-compradores de lotes do Estado, que tenham seus títulos provisórios deferidos por outros estatutos legais, desde que quitados os seus débitos, poderão beneficiar-se desta Lei.

Art. 7º - O Estado adotará providências para que revertam ao seu patrimônio as áreas tituladas em desacordo com a legislação vigente.

Parágrafo único. As situações que possam ser regularizadas nos termos desta Lei convalidarão a outorga precedente, com a expedição de título definitivo de propriedade.

Art. 8º - No processo administrativo de discriminação de terras será adotada a legislação federal vigente, no que couber.

Art. 9º - Nos processos discriminatórios de terras, judiciais ou administrativos, bem como nos processos de legitimação ou de regularização de posses em terras devolutas, fica a Fazenda do Estado autorizada a transigir e a celebrar acordos, a fim de prevenir demandas ou extinguir as pendentes.

Art. 10 - O Estado poderá adotar a Lei Federal n. 6.969 (2), de 10 de dezembro de 1981, que dispõe sobre o usucapião de imóveis rurais compreendidos em terras devolutas estaduais, no que couber.

Art. 11 - O Estado observará o limite de 100 (cem) hectares nas legitimações de posses em terras devolutas.

Art. 12 - O Poder Executivo, no prazo de 60 (sessenta) dias, regulamentará esta Lei.

Art. 13 - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Franco Montoro - Governador do Estado.

Apoiada nessa lei, o governo iniciou a tentativa de regularização de posse da terra de cerca de 500 famílias, beneficiadas por antigos projetos de colonização em

áreas do Vale do Ribeira, do litoral e do interior do Estado. Dando continuidade, com a ação da SUDELPA (Superintendência de Desenvolvimento do Litoral Paulista), também iniciou o processo de regularização fundiária de aproximadamente 5.500 famílias no Vale do Ribeira, sendo que 1295 foram atendidas através de agilização nas ações discriminatórias, demarcação das terras devolutas, identificação de posse e titulação dos posseiros.

Pode-se verificar também através do artigo 9º da lei 4.925 que é possível a discriminação de terras através de duas vias, judicial e administrativa. Historicamente o Estado vem adotando a política de transferir ao poder judiciário tal atribuição. Ao Estado quando julgado uma área ou realizado o acordo, custear as benfeitorias das áreas julgadas como bem próprio.

Sobre a política de assentamento rurais, cunhados através da lei 4.957, pode-se verificar que estava orientado para dois objetivos: 1) promover a efetiva exploração agropecuária ou florestal de terras ociosas, sub-aproveitadas ou aproveitadas inadequadamente (somente referente a imóveis rurais de propriedade ou administração do estado); e 2) criar oportunidade de trabalho e de progresso social e econômico de trabalhadores rurais sem terra ou com terras insuficientes para a garantia da subsistência.

LEI Nº 4.957 DE 30 DE DEZEMBRO DE 1985

Dispõe sobre planos públicos de valorização e aproveitamento dos recursos fundiários
O Governador do Estado de São Paulo.

Faço saber que a Assembléia Legislativa decreta e eu promulgo a seguinte Lei:

Art. 1º - O Estado desenvolverá planos públicos de valorização e aproveitamento de seus recursos fundiários, para:

I - promover a efetiva exploração agropecuária ou florestal de terras, que se encontrem ociosas, subaproveitadas ou aproveitadas inadequadamente;

II - criar oportunidades de trabalho e de progresso social e econômico a trabalhadores rurais sem terras ou com terras insuficientes para a garantia de sua subsistência.

§ 1º - A destinação dos recursos fundiários prevista nesta Lei operar-se-á independentemente de qualquer manifestação do órgão ou entidade que administre ou detenha o imóvel rural correspondente, exceto quanto às informações técnicas cadastrais sobre sua exploração e aproveitamento.

§ 2º - Para os fins desta Lei, consideram-se recursos fundiários os imóveis rurais a qualquer tempo incorporados ao patrimônio das entidades da Administração Direta e Indireta do Estado,

excluídas as áreas de preservação permanente, as de uso legalmente limitado e as efetivamente utilizadas em programas de pesquisa, experimentação, demonstração e fomento.

Art. 2º - Os planos públicos, a que se refere o artigo anterior, deverão:

I - abranger exclusivamente as terras, que, por sua aptidão, ensejem a criação de empresa agropecuária ou florestal rentável, capaz de operar segundo padrões tecnológicos apropriados;

II - propiciar o aumento da produção agrícola e proporcionar ocupação estável, renda adequada e meios de desenvolvimento cultural e social a seus beneficiários;

III - assegurar a plena participação dos trabalhadores rurais, reunidos em sociedades civis de tipo associativo ou cooperativas, em todas as fases de sua elaboração e de sua execução.

Art. 3º - Os planos públicos, de que trata esta Lei, serão desenvolvidos em duas etapas distintas e sucessivas:

I - Etapa Experimental;

II - Etapa Definitiva.

Art. 4º - A Etapa Experimental, tendo por objetivo preparar, capacitar e adaptar trabalhadores rurais para a exploração racional e econômica de terras, obedecerá os seguintes momentos:

I - planejamento;

II - seleção de beneficiários;

III - outorga de permissão de uso de terras.

Art. 5º - (Vetado).

Art. 6º - O planejamento será formulado para cada imóvel individualizadamente considerado, em 2 (duas) fases:

I - elaboração de anteprojeto técnico, com definição de diretrizes básicas, pelo Instituto de Assuntos Fundiários da Coordenadoria Sócio-Econômica da Secretaria de Agricultura e Abastecimento;

II - detalhamento do projeto conseqüente, com a contribuição dos beneficiários selecionados.

Art. 7º - A seleção dos beneficiários, com base no anteprojeto técnico, será classificatória e exclusiva de grupos de trabalhadores rurais, obedecendo a procedimento público, realizado no município em que se localize preponderantemente o imóvel, por Comissão composta dos seguintes membros:

I - 1 (um) representante do Instituto de Assuntos Fundiários, que será seu Presidente;

II - 1 (um) representante da Procuradoria-Geral do Estado;

III - 1 (um) representante da Prefeitura Municipal;

IV - 1 (um) representante da Câmara Municipal;

V - 1 (um) Engenheiro Agrônomo, designado pela Divisão Regional Agrícola da Coordenadoria de Assistência Técnica Integral da Secretaria de Agricultura e Abastecimento;

VI - 1 (um) representante da categoria dos trabalhadores rurais indicado pela FETAESP;

VII - 2 (dois) representantes da sociedade civil, escolhidos pelos anteriores.

Art. 8º - A outorga de permissão de uso do imóvel, pelo prazo de até 5 (cinco) anos, contemplará o grupo de trabalhadores rurais selecionado, constando do respectivo termo:

I - o prazo, o preço e a periodicidade do pagamento da permissão, se onerosa;

II - a obrigatoriedade da exploração racional, direta, pessoal ou familiar, da terra pelos permissionários;

III - os encargos eventualmente assumidos pelos permissionários solidariamente responsáveis pelo respectivo cumprimento.

Art. 9º - A Etapa Definitiva terá lugar mediante:

I - avaliação do projeto cumprido durante a Etapa Experimental;

II - análise da proposta dos beneficiários;

III - outorga de concessão de uso de terras.

Art. 10 - A avaliação do projeto cumprido durante a Etapa Experimental será feita por meio de laudo técnico da Secretaria de Agricultura e Abastecimento, comprobatório:

I - da exploração racional, direta, pessoal ou familiar da terra;

II - da moradia dos beneficiários na localidade;

III - do cumprimento de todos os deveres assumidos durante a etapa anterior.

Art. 11 - A proposta dos beneficiários deverá conter a forma preconizada para a concessão do uso das terras:

I - em parcelas individuais;

II - em forma de exploração de tipo coletivo, através de cooperativa da produção; ou

III - em forma de exploração mista.

Art. 12 - A concessão do uso de terras se fará por meio de contrato de que constarão, obrigatoriamente, além de outras que foram estabelecidas pelas partes, cláusulas definidoras:

I - da exploração das terras, direta, pessoal ou familiar, sob pena de sua reversão ao outorgante;

II - da residência dos beneficiários na localidade de situação das terras;

III - do pagamento do preço ajustado para a concessão, sob pena de resolução do respectivo contrato;

IV - da indivisibilidade e da intransferibilidade das terras, a qualquer título, sem autorização prévia e expressa do outorgante.

Art. 13 - Para atender a situações emergentes de calamidade pública, de grande oferta de mão-de-obra ou de elevada demanda de produção agrícola, poderão ser elaborados planos provisórios de aproveitamento e valorização dos recursos fundiários do Estado, com duração máxima de 3 (três) anos, executando-se por meio de autorização administrativa, unilateral, discricionária e precária, de uso de terras pelos respectivos beneficiários, dispensada a observância dos momentos, etapas e fases previstas nos artigos anteriores.

Art. 14 - A elaboração e o desenvolvimento dos planos públicos de que trata esta Lei ficarão a cargo do Instituto de Assuntos Fundiários, da Coordenadoria Sócio-Econômica da Secretaria de Agricultura e Abastecimento, e da Procuradoria do Patrimônio Imobiliário da Procuradoria-Geral do Estado, nos limites das atribuições conferidas pelo artigo 17 da Lei Complementar nº 93(1), de 28 de maio de 1974.

Art. 15 - O Poder Executivo regulamentará a aplicação desta Lei no prazo de 60 (sessenta) dias contados de sua publicação.

Art. 16 - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Franco Montoro - Governador do Estado.

Essa lei nº 4.957, editada no governo de Franco Montoro, foi e ainda é a diretriz utilizada por todos os sucessores, no que se refere principalmente a partir do artigo 7º, que trata da seleção dos futuros beneficiários a projetos de assentamentos realizados em terras públicas ou arrecadas através de acordos com proprietários de terras.

Com relação à primeira diretriz da lei sobre os Planos Públicos de Valorização de Terras Públicas (PVTP), o Estado, através do decreto estadual 21.003 de 20 de junho de 1983, realizou um levantamento dos imóveis públicos sob a coordenação do Instituto de Assuntos Fundiários (AIF). A finalidade do estudo era racionalizar o uso de imóveis rurais de propriedade ou sob administração do Estado paulista, que encontrassem ociosos, subaproveitados ou aproveitados inadequadamente e assim oferecer, segundo o plano, oportunidade de trabalho e progresso econômico e social às famílias de trabalhadores sem terra (Panzutti, 1990).

Como na ocasião não havia um cadastro organizado, na maioria dos órgãos públicos, não constaram todos os imóveis da administração estadual. Foram coletadas informações de 1.197 propriedades da administração direta e indireta, distribuídos em 295 municípios do Estado, totalizando 324 imóveis maiores que 50 ha., abrangendo uma área de 937.482 hectares. Segue tabela 38 sobre a distribuição da área e dos imóveis públicos rurais, por região.

De acordo com levantamento realizado pelo governo do Estado, dos 1.197 imóveis pertencentes à administração, 21 não foram declarados o tamanho da área, 874 declararam o tamanho ser inferior a 50 ha. e outros 302 imóveis acima de 50 ha.

Tabela 38
Distribuição da Área e dos Imóveis Públicos Rurais por região –
São Paulo (1984)

Região	Área		Imóveis	
	hectares	%	Número	%
São Paulo	16.144	5,69	18	8,91
Vale do Paraíba	15.189	5,35	16	7,92
Campinas	22.833	8,05	42	20,79
Bauru	11.145	3,93	13	6,43
Araçatuba	2.051	0,72	7	3,46
Marília	13.847	4,88	16	7,92
Sorocaba	114.417	40,34	40	19,80
Ribeirão Preto	45.649	16,09	33	16,33
São José do Rio Preto	2.362	0,83	8	3,96
Presidente Prudente	39.942	14,08	9	4,45
Total	283.579	100	202	100

Fonte: Bira ET alli, s.n.t .Obs. Não inclui o litoral paulista.

A estratificação desse levantamento ficou sintetizado da seguinte forma:

Tabela 39 - Imóveis públicos por classes de área

Classe de área	Número de estabelecimentos	Área Total (ha)
Sem declaração	21	-
0 a 1	401	112,54
1 a 10	300	1.161,31
10 a 50	173	4.053,17
50 a 200	143	15.150,61
200 a 500	63	20.009,98
Acima de 500	96	896.994,38
Total	1.197	937.481,99

Fonte: Bira ET alli, s.n.t

Na distribuição dos imóveis por estrato de área, verificou-se que a maior concentração de estabelecimentos deu-se nas faixas de até 10 hectares, registrando-se menos número de estabelecimentos acima de 50. Porém, quando analisado o tamanho da área, essa concentração se inverte.

Após o primeiro levantamento dos imóveis, eliminaram-se aqueles com área inferior a 50 hectares, evidenciando assim os estratos maiores, assim como foram

logo em seguida eliminadas as áreas destinadas à preservação ambiental, situadas no litoral paulista.

Com base nesse levantamento, foram desenvolvidos projetos de assentamento em que o governo franqueava o acesso à terra a cerca de 1291 famílias, reassentando 788; regularizando a situação de 654 parceleiros de antigas colonizações, iniciando processo de ações discriminatórias e de legitimação em aproximadamente 870 mil hectares, no Pontal do Paranapanema e Vale do Ribeira.

Segundo Panzutti (1990, p.116), realizando uma avaliação sobre as políticas públicas do governo Franco Montoro,

[...] a política fundiária do governo do Estado concretizou-se através dos assentamentos, revelando-se descontínua, tímida e conflituosa. Atentando para os objetivos do governo para agricultura, verifica-se que estes se colocam com uma certa “autonomia” sem relação à política federal, ao não considerar sua dependência intrínseca daquele [...] o governo estadual se aparelhou jurídico-burocraticamente através de um conjunto de leis e de uma Secretaria de Estado, porém, não implementou o programa de fato. A atuação do governo estadual, na política fundiária ficou reduzida à atuação do IAF, mas tarde Secretaria Especial de Assuntos Fundiários (SEAF), e alguns poucos colaboradores isolados em alguns órgãos públicos. (p 116).

Cabe salientar, porém, que, segundo documentos oficiais, houve também mudança de postura, discurso e entendimento do governo sobre as lutas sociais organizadas pelos movimentos no campo, atuando mais como um mediador dos conflitos, como segue o trecho extraído de um documento da Secretaria Executiva de Assuntos Fundiários (que substituiu a Coordenadoria Socioeconômica da Secretaria da Agricultura e Abastecimento):

A importância da ação do Estado está não apenas no fato dos assentamentos se realizarem em terras públicas, utilizadas inadequadamente, mas em dar solução a problemas públicos, agindo como elemento organizador, mediador e incentivador, permitindo que estes assentamentos resultem em benefícios sociais e econômicos para toda população.⁶²

⁶² Secretaria Executiva de Assuntos Fundiários. Assentamentos em terras públicas estaduais. São Paulo, jul/1986.

Na época, havia, no Estado, segundo dados da SEAF, aproximadamente 100 pontos de conflitos pela posse da terra e também acampamentos rurais. Com relação ao número de famílias em relação à posse pela terra, calculava-se em torno de 1700 famílias, e outras 2.900 em acampamento rurais distribuídos geograficamente pelo território paulista. Para acompanhar esses conflitos, principalmente no Vale do Ribeira e litoral, foi criado, através da SUDELPA, o Grupo da Terra, atendendo as famílias em áreas de conflitos.

No final do governo Montoro, foram implantados em mais de 37 mil hectares de terras públicas, 15 assentamentos rurais com aproximadamente 2 mil famílias de trabalhadores sem terra, que, de acordo com a SEAF, produziram até a safra de 1985/1986 (em 20 mil hectares arrecadados), mais de 25 mil toneladas de arroz, feijão, mandioca, milho, algodão, amendoim, mamona, sorgo, soja, além de hortigranjeiros e animais de pequeno porte.

Os projetos de Assentamentos Rurais mais antigos do Estado de São Paulo - hoje referências nacionais na forma de organização, produção e desenvolvimento -, como a Lagoa São Paulo, em Presidente Epitácio, a Gleba XV em Rosana, o PA Sumaré, os PAs Pirituba II, nas áreas I, II e III, município de Itapeva, foram cenário da luta e formação dos movimentos sociais no campo paulista, principalmente o MST.

Apesar de o projeto de reassentamento Lagoa São Paulo (devido à construção da barragem) ter iniciado em 1979, na gestão Paulo Egydio, o governo Montoro, retomou o projeto que, na época, foi coordenado pela CESP, em uma área de 2.834 ha. , onde foram reassentadas 552 famílias.

Os projetos de Assentamentos na gestão do Governo Franco Montoro foram realizados nos seguintes municípios (incluindo reassentamento): Euclides da Cunha, Presidente Epitácio, Araras, Motuca, Promissão, Castilho, Sumaré, Rosana, Itapeva, Itaberá, Pereira Barreto, Casa Branca, Araraquara, Andradina, Porto Feliz (tabela 40).

Tabela 40
São Paulo – Ações do Governo Montoro – 1983 a 1986

Município	Denominação	Proprietário	Início	Origem	Área	Famílias
Projetos de Assentamentos						
Motuca	Monte Alegre 1	FEPASA	Jul/1985	Ocupação	726	49
Motuca	Monte Alegre 2	FEPASA	Out/1985	Ocupação	857	62
Araraquara	Monte Alegre 3	FEPASA	Ago/1986	Planejado	1.099	76
Motuca	Monte Alegre 4	FEPASA	Nov/1986	Ocupação	679	49
Araras	Araras 1	FEPASA	Ago/1984	Planejado	82,73	6
Araras	Araras 2	FEPASA	Ago/1984	Planejado	208,99	14
Casa Branca	Casa Branca	Codasp	Set/1985	Planejado	583	24
Euclides/Rosana	Gleba XV	Particular	Mar/1984	Ocupação	13.310	571
Itapeva	Pirituba II área I	Faz do Estado	Mai/1984	Ocupação	2.511	107
Itaberá	Pirituba II área II	Faz. do Estado	Mai/1984	Ocupação	1341	56
Itaberá	PiritubaII Área III	Faz. do Estado	Dez/1986	Ocupação	2142	73
Porto Feliz	Porto Feliz 1	Codasp	Dez/1985	Ocupação	1090	83
Promissão	Promissaozinha	Cesp	Out/1984	Ocupação	132	8
Sumaré	Sumaré 1	FEPASA	Fev/1984	Ocupação	237,58	26
Sumaré	Sumaré 2	FEPASA	Ago/1985	Ocupação	179,59	39
Total					25.178	1.243
Outros projetos						
Capão Bonito	Capão Bonito	Prefeitura	Ago/1986	Ocupação	110	20
Ilha Solteira	Ilha Solteira	Cesp	Nov/1984	Planejado	902	89
Itapetininga	Itapetininga	SEAF	Fev/1987	Ocupação	918	22
Jupia	Jupia	Cesp	Out/1983	Planejado	990	107
Pres. Eptácio	Lagoa São Paulo	Cesp	Abr/1983	Planejado	8.247	552
Rosana	Rosana	Faz. do Estado	Out/1986	Planejado	2.582	126
	3 Irmãos 1	Cesp	Set/1985	Ocupação	97	21
	3 Irmãos 2	Cesp	Set/1985	Ocupação	136	11
Total					13.982	948

Fonte: Barbosa, M.V.1990 e ITESP/2009.

Org.: Feliciano, C. A. 2009.

Também foram implantadas as roças familiares. Eram lotes econômicos, em média de 0,51ha. por famílias de terras exploradas por desempregados ou subempregados nas periferias das cidades onde os trabalhadores não residiam na área. Os projetos tinham a supervisão da CESP. Na ocasião foram implantados no município de Ilha Solteira e Angatuba, em um total de 239 ha., e 466 famílias envolvidas no projeto.

Nesse período, a política pública estava centrada na implantação dos projetos de Assentamentos Rurais. As experiências e metodologias adotadas pela IAF (precursor do ITESP), subordinado a SEAF, eram referências tanto para outros

Estados como para o próprio governo federal que, na época, elaborava o 1 PNRA (Plano Nacional de Reforma Agrária) e contou com a participação de Jose Gomes da Silva em sua composição.

A metodologia para a implantação dos assentamentos deveria ser desenvolvida ao longo de 04 anos de experiência no campo, e englobava: a) a elaboração do projeto de assentamento; b) a seleção dos assentados; c) a administração da implantação da infraestrutura e d) a organização da produção durante o período aproximado de 5 anos, considerado de amadurecimento.

Essa metodologia teve como objetivo básico do assentamento, para o governo do Estado, a produção de alimentos com justiça social.

Portanto, o Estado, em um contexto nacional de abertura política, de crescimento dos movimentos sociais, forçosamente abriu a possibilidade de reconstrução para as diversas frentes de lutas sociais; no caso estudado, de (re)criação do campesinato, pela luta do movimento dos trabalhadores rurais sem-terra, posseiros etc.

Também é importante enfatizar que algumas iniciativas governamentais, mesmo que de forma parcial, permitiram um avanço de uma política fundiária para o Estado, mesmo com a resistência de outros órgãos dentro do governo. Em 1983, através do decreto estadual 20.938 de 30/05.83, foi criado o IAF (Instituto de Assuntos Fundiários), Ex-Assistência Técnica de Revisão Agrária, e o IAC (Instituto de Associativismo e Cooperativismo), ambos vinculados à Coordenadoria Sócio-econômica da Secretaria da Agricultura e Abastecimento. Com a criação da Secretaria de Executiva de Assuntos Fundiários (SEAF), em 1986, grande parte desses trabalhos deixaram reportar-se à Coordenadoria da SAA.

O Estado, mesmo criando todo um aparato técnico burocrático para implementar uma melhor distribuição da propriedade fundiária, enfrentou dificuldades internas tanto no que tange à instrumentalização dos aparelhos do Estado, pela falta de experiência, quanto no controle da máquina administrativa da SAA, que não possuía afinidade alguma com este tipo de problema. (BARBOSA, 1990).

Em uma outra esfera governamental, que esteve vinculada à Secretaria de Justiça, a PPI (Procuradoria do Patrimônio Imobiliário) iniciou, nesse mesmo ano, o levantamento dos imóveis rurais ligados à administração centralizada e descentralizadas do Estado. Esse levantamento gerou o cadastro dos imóveis públicos, que logo em seguida foram apresentados no plano de valorização das terras.

Assim como no governo Carvalho Pinto, que propôs alternativas para conter ações do movimento camponês e sofreram inúmeras resistências da elite agrária, o governo Montoro, mesmo, não atingindo diretamente a propriedade privada da terra com um plano de atuação em imóveis públicos, abalou as relações de poder ao inserir alianças políticas para a realização de plano de governo.⁶³

Ao mesmo tempo em que avançou nas alianças com setores mais progressistas, contraditoriamente colocou a execução de seu plano fundiário a cargo da Secretaria de Agricultura, moldada administrativa/politicamente com uma tradição extremamente conservadora.⁶⁴

Após os planos de valorização das terras públicas no governo de Andre Franco Montoro, não ocorreram mudanças significativas na atuação do poder público até entrada do governo Mário Covas, em 1995.

Durante o Governo Orestes Quécia (1987 a 1990), não houve avanços na política agrária paulista. As ações realizadas foram majoritariamente sob a administração do governo federal, provindas da luta dos trabalhadores rurais e das metas apontadas no Plano Regional de Reforma Agrária.

Foram implantados 2 assentamentos em terras sob domínio da esfera pública estadual. Um realizado no município de Itapetininga, com o assentamento de 18 famílias em uma área de aproximadamente 485 hectares, e outro, no município de Euclides da Cunha, com o assentamento de 51 famílias, na Fazenda Santa Rita do Pontal.

⁶³ Entre estas, assumiu compromisso com o presidente da Federação dos Trabalhadores Rurais Roberto Horiguti, do movimento sindical dos trabalhadores rurais em São Paulo.

⁶⁴ Grande parte dos Secretários de Agricultura foram pessoas ligadas à produção agrícola, sendo que alguns até mesmo foram ocupantes de cargos de direção em órgãos de classe, como a Sociedade Rural Brasileira e Federal da Agricultura do Estado de São Paulo, e outros, pelo fato de serem fazendeiros, ainda que tivessem outra ocupação profissional, seja como advogado, médico, político ou agrônomo (DULLEY, 1995).

Quando o Governo Fleury inicia o mandato, em 1991, o processo de luta camponesa começado no governo Montoro, com as ocupações e os assentamentos de Sumaré, somam-se a para formar as bases do MST em todo Estado. No Pontal do Paranapanema, 35 famílias que vieram do processo de luta da Gleba XV também se organizam e conquistam a fazenda Tucano, em 1991, e outras 65 são assentadas em 865 hectares da Fazenda Santa Rosa, também município de Euclides da Cunha.

Com o processo denominado territorialização e espacialização do MST (Fernandes, 1996) sendo construído, várias fazendas das regiões transformam-se em centro de questionamento, seja por sua improdutividade, má administração ou por imprecisão na dominialidade. Com isso, o governo Fleury acaba seu mandato realizando, através de pressão do movimento camponês, a implantação de 5 assentamentos rurais, nos seguintes municípios: Itapeva e Itaberá (Fazenda Pirituba II, área 4 e 5), com 90 famílias; Euclides da Cunha (Fazenda Tucano e Fazenda Santa Rosa), respectivamente com 35 e 65 famílias; e 1 assentamento no município de Motuca, dando continuidade ao processo de conquista da Fazenda Monte Alegre, com o assentamento de 34 famílias.

No ano de 1995, quando o Governo Mário Covas assume a administração do Estado paulista, não havia qualquer plano elaborado para questão agrária e fundiária, nem mesmo em sua campanha. Segundo o ex-Secretário de Justiça e da Defesa da Cidadania, Belisário Santos Júnior (1998),

[...] durante a campanha eleitoral, a reforma agrária foi um tema que não esteve presente em nenhuma das campanhas, nenhuma das candidaturas enfrentou o tema da reforma agrária, mas a comissão de justiça do então candidato, Mario Covas, foi procurada pelo pessoal do ITESP que elevou a dimensão do problema, até antecipando a minha indicação como secretário, que não era algo nem certo, nem comentado... O Estado de São Paulo, para uma grande parte da elite pensante, estaria com seus problemas agrários e fundiários completamente resolvidos, a imagem que se passava para as pessoas que não estavam ligadas à questão da terra é que esse era um tema resolvido. Então, foi com alguma estranheza que eu verifiquei a existência principalmente do problema das terras devolutas e da regularização fundiária. (Arquivos do ITESP, entrevista concedida em 14/01/1998).

Ao admitir que o governo recém-assumido não elaborou uma proposta para o setor agrário, presumia-se que grande parte das ações novamente viriam atreladas às mobilizações camponesas que indicariam os caminhos e mazelas da estrutura agrária paulista.

Assim como em todas as experiências anteriores, novamente a organização política dos camponeses conduziria a reforma agrária paulista, identificando as áreas a serem disputadas e os órgãos do Estado responsáveis pela busca de alternativas para suprir as demandas apresentas.

Nesse contexto, em 1995, havia no campo paulista 10 acampamentos rurais, sendo que 3.284 famílias reafirmavam uma nova forma de luta através das ocupações, como podem ser observados na tabela 41.

Tabela 41
Ocupações Estado de São Paulo - 1º ano gestão Mario Covas – 1995

Município	Org/Movimento	Número de famílias
Colômbia	CUT/STR	40
Araras	Independente	46
Guarantã	MST	130
Iaras	MST	300
Iaras	MST	198
Itapeva/Itaberá	MST	150
Mirante do Paranapanema	MST	1800
Sandovalina	MST	10
Sandovalina	MST	10
Rosana	MSTR-CGT/Sind. Rural	600
Total		3.284

Fonte: Fernandes (1996) ITESP (2002)

Org.:Feliciano,C. A (2009)

O órgão público responsável pela política agrária e fundiária no Estado era o Instituto de Terras do Estado de São Paulo, hoje Fundação ITESP. O processo de construção desse instituto caminhou paralelamente aos passos das ações camponesas, sendo inúmeras vezes confundidas até mesmo por outras secretarias como órgão representante dessa classe.

A relação Estado e movimento camponês esteve pautada, a partir principalmente do governo Mário Covas, pela atuação desse órgão público. As políticas e os planos de atuação do Estado paulista foram elaborados por esse órgão, criado em lei para esse fim.

Diante disso, as ações iniciadas no governo Mário Covas, em 1995, precedendo a gestão Geraldo Alckmin e a atual administração, de José Serra (todos vinculados partidariamente ao PSDB) estiveram pautadas majoritariamente de duas ações centrais: programa de arrecadação de terras devolutas para implantação de assentamentos rurais na região do Pontal do Paranapanema, e por outro lado, nas ações de regularização fundiária na região do Vale do Ribeira.

Como o foco da tese versa sobre a ação do Estado no conflito de classes na região do Pontal, abordaremos as políticas elaboradas e adotadas pelo PSDB, durante os 14 anos no poder, em capítulo posterior.

Porém, antes de iniciar as discussões sobre o processo de ocupação no Pontal do Paranapanema e luta do movimento camponês para a retomada das áreas griladas, inserimos uma discussão sobre outro processo de luta dentro da administração estatal.

Trataremos sobre as transformações históricas das políticas agrárias públicas que deixaram de ser controladas formalmente pelas classes mais conservadoras, como é o caso da Secretaria de Agricultura, e passaram a ser administradas pela Secretaria de Justiça e da Defesa da Cidadania, evidenciando o jogo de conflito de classe e contradições do Estado Moderno.

3.2.3 - Da Agricultura à Justiça: a construção de um órgão público diferenciado

A Fundação ITESP foi criada através da lei nº 10.207, de 8 de janeiro de 1999. Entretanto, as bases que deram origem à sua formação foram gestadas com a criação da Assessoria de Revisão Agrária (ARA), em 1961, na gestão do governo Carvalho Pinto, vinculada à Secretaria da Agricultura e do Abastecimento.

A afirmação feita é baseada nos argumentos de Dulley (1995), sobre os momentos históricos em que os trabalhadores do campo são minimamente “ouvidos” pelo Estado :

[...] na história da secretaria da Agricultura de São Paulo, jamais foram ouvidos quaisquer setores das classes dominadas em relação aos rumos da política agrária. Os trabalhadores rurais, nos 50 anos coberto pela pesquisa [autor citado estudou a história da secretaria da agricultura em São Paulo entre 1980-1990], não tiveram a menor participação ou mínima influência sobre qualquer decisão da Secretaria da Agricultura. O trabalhador, desde os primórdios do órgão até os dias atuais, sempre foi considerado objeto e não como sujeito no processo de produção agrícola. A bem da verdade, deve ser dito, que o único período de governo estadual em que o trabalhador rural foi visto em toda sua dimensão de ser humano, e não apenas como um incômodo, mas indispensável fator de produção, foi no governo Carvalho Pinto.[...] no esquema de formulação de políticas agrárias paulistas partiu-se, tradicionalmente, do pressuposto básico de que aos trabalhadores cabe apenas trabalhar e a Secretaria da Agricultura zelar para que a sua oferta no mercado seja suficiente e a preço baixo. E, caso isso não seja possível, estudar e propor formas de substituí-los parcialmente por máquinas. (DULLEY, 1990, p.120).

Além do argumento proposto anteriormente, cabe também afirmar que a equipe composta para elaborar a Lei de Revisão Agrária era comprometida com a ideia de desenvolvimento do país. De acordo com Bombardi (2004, p.84), “era composta, sua maioria, por jovens que faziam parte da elite paulista e que simultaneamente acreditavam na possibilidade de desenvolvimento do país, independência em relação ao primeiro mundo”.⁶⁵

Após a articulação da classe ruralista em oposição à execução da Lei de Revisão Agrária, que conseguiu pressionar o Estado a alterar a arrecadação do ITR para os municípios, a ARA perdeu seu poder político e somente voltou a aparecer em 1978, sendo denominada de ATRA (Assessoria Técnica de Revisão Agrária), no governo de Paulo Egydio Martins.

Na história da Secretaria da Agricultura, que iniciou suas atividades em 1891, essa pasta foi responsável pela área da agricultura, indústria, comércio e obras

⁶⁵ Em trecho de entrevista concedida a Bombardi (1990), Plínio de Arruda Sampaio comenta sobre a composição do grupo, estando entre eles José Gomes da Silva, patrono da Fundação ITESP. Sobre José Gomes da Silva, Plínio comenta: “José Gomes da Silva era um fazendeiro riquíssimo também, mas era um progressista, eles eram conservadores progressistas. José Gomes evoluiu para uma posição de esquerda... O José Gomes foi para o IBRA convidado pelo Castelo Branco, aí brigou lá e foi embora.”

públicas. No transcorrer do desenvolvimento do capitalismo, foi sendo paulatinamente desmembrada e limitada em suas atividades, mas sem perder influência na defesa dos interesses de classe e de frações de classe.

Tanto isso se manteve que, mesmo ficando esvaziada politicamente em detrimento à expansão e aos problemas decorrentes do processo de urbanização, em momento algum, certos limites foram desrespeitados ou abalados. Entre eles podemos citar a manutenção da estrutura agrária, a contribuição para a reprodução do capital e da hierarquia social, a capacidade de aumentar o trabalho excedente na agricultura e, conseqüentemente, o número de trabalhadores assalariados (DULLEY, 1990).

Até 1965, questões centrais das unidades da federação eram resolvidas e discutidas em sua própria esfera legislativa, desde que não ferissem alguns dispositivos constitucionais. Se até nesse momento o governo estadual se omitiu⁶⁶ com relação à adoção de políticas públicas que visassem a alteração da estrutura fundiária, com a elaboração do Estatuto da Terra, transferindo toda a atribuição da reforma agrária para a União, consolidou ainda mais seu posicionamento.

Por conta dessa redefinição de atribuições, esse argumento político/ideológico ainda é utilizado na atualidade, pelo governo estadual ao se posicionar sobre os fracassos de algumas ações ou conflitos com os movimentos sociais. O discurso preponderante é que a política agrária observada pelos princípios legais não é de sua responsabilidade, sendo esta apenas um colaborador dos órgãos federais.

No período em que o caráter autoritário do Estado fez-se presente, segundo Dulley (1990, p. 122), as pressões de grupos de interesses, como “fazendeiros individualmente ou em associações rurais foram reduzidos, neutralizados ou simplesmente ignorados, gerando inclusive os denominados “tecnocratas”, tão criticados pelos agricultores”.

Com o processo de redemocratização e o início do Governo Franco Montoro, as funções desempenhadas pela ATRA, ficaram sob a recém-criada Coordenadoria

⁶⁶ Tendo como exceção os projetos de colonização e a experiência da revisão agrária.

Socioeconômica, com a denominação de Instituto de Assuntos Fundiários (IAF). Ainda subordinado à Secretaria de Agricultura, teve a finalidade institucional de organizar os pequenos produtores, apoiar o sindicalismo e o uso social da terra.

A Secretaria da Agricultura, que tinha até então, sob seu controle os principais elementos que compunham o processo produtivo agrícola, ou seja, mão de obra, sementes, mudas, pesquisa agropecuária e assistência técnica, passa, com a centralização federal sobre grande parte das decisões tanto agrária como agrícola, a ter um papel limitado politicamente. Isso, segundo Dulley (1990, p.133), porque

[...] nesse período intensificou-se no processo produtivo a participação e a importância de fatores alheios ao seu controle [da secretaria da agricultura], como os preços mínimos, o crédito rural, o confisco cambial, o tabelamento de preços, as leis trabalhistas para o campo, a ação do complexo agroindustrial produtor de insumos modernos e processador de matéria-prima.

O compromisso assumido com setores do Movimento Sindical de Trabalhadores Rurais ficou materializado com a composição da equipe da Secretaria da Agricultura e Abastecimento⁶⁷. Logo em seguida, após estudo para levantamento de imóveis públicos, foram promulgadas as leis estaduais de grande importância para a política agrária: a lei 4.925 e a 4.957, que dispõem sobre o aproveitamento e valorização dos recursos fundiários do Estado e sua destinação para a reforma agrária, através de implantação de projetos de assentamentos rurais.

De acordo com Andrade (2006, p.105),

[...] nesse período [governo Franco Montoro], além da criação do IAF, ocorre a instalação dos primeiros assentamentos estaduais, o ajuizamento da primeira ação discriminatória desde a década de 1930, e a promulgação das duas leis, sendo esse conjunto de providências definidor da atuação da política agrária paulista daí em diante.

Com isso, a luta do movimento camponês por acesso à terra e por melhores condições de sobrevivência no campo conquistou um setor específico, dentro do

⁶⁷ Entre outros, ficaram José Gomes da Silva, como secretario titular da pasta, e José Eli da Viegas. Ambos, na época, membros da ABRA – Associação Brasileira de Reforma Agrária. De acordo com Barbosa (1990), eles possuíam peso político no interior do PMDB e articularam o próprio programa agrário de Franco Montoro.

Estado. O IAF foi criado como um órgão dentro da Secretaria da Agricultura, que reunia militantes da reforma agrária, abrindo espaço na sua base para atuação de jovens egressos do movimento estudantil (ANDRADE, 2006).

A partir de então, o perfil diferenciado dos profissionais, de caráter técnico, político e ideológico mais semelhante aos dos movimentos sociais, quebrou a lógica histórica construída com e pelos grandes proprietários de terras, dentro da própria Secretaria de Agricultura.

Essa contradição interna do Estado é o que faz entender a discussão abordada por Lefebvre (1972) na diferenciação entre “homens do Estado” e “homens de Estado”. Segundo o autor,

[...] **hombre de Estado**, es un hombre que actua políticamente, se dentro del marco de um determinado Estado, sea para modificar esse marco institucional. Pero um **hombre de Estado** no es necesariamente um **hombre del Estado**. Considero que hay dos espécies de hombres políticos: los hombres del Estado e los hombres de Estado, así como hay dos espécies de sábios, dos espécies de economistas, de sociólogos o de historiadores. Están quienes aceptan al Estado existente como un dato central de la realidad, como um dato de las ciências sociales, y que piensan en función de esse dato y en función del mismo plantean todos los problemas relativos al conocimiento de la sociedad, a las ciências y la misma realidad. Y hay outra espécie de sábios: los que de una manera directa o indirecta ponen en cuestión las instituciones existentes, y que parten de un estudio científico de la realidad, de la vida y de la práctica social para plantear el problema del Estado, lo que entraña una crítica del Estado existente. (LEFEBREVE, 1972, p.62-63) grifos do autor.

A partir dessa conjuntura, construía-se as bases para um novo *agente de Estado*, compromissado com a realidade e com a questão agrária e as lutas sociais no campo paulista.

Justamente pelo fato de demonstrarem apoio à luta dos trabalhadores, os órgãos ligados ao IAF e os que o sucederam sempre estiveram marcados por fragilidades. Seja na sua própria existência, sendo transformados estruturalmente através de constantes decretos, seja na sua capacidade estrutural, com poucos recursos e corpo funcional.

O principal problema era estar vinculado a uma secretaria que, historicamente, sempre esteve entregue aos representantes da classe proprietária rural. Após a saída de José Gomes da Silva da Secretaria da Agricultura, que

encampava uma briga política dentro do governo, houve um distanciamento da pasta com relação aos assuntos agrários.

Com a criação da Secretaria Executiva de Assuntos Fundiários (SEAF), em 1986, se desvinculando da Coordenadoria Socioeconômica da SAA, ponderava-se na época que teria a autonomia pelo fato de estar ligada diretamente ao governador. A questão é que foi criada no final do governo Franco Montoro e, com isso, não havia mais tempo nem conjuntura política para se executar a política de Reforma Agrária.

O governo Orestes Quércia, em 1987, elevou a Secretaria Extraordinária (SEAF) à condição de Secretaria de Estado de Assuntos Fundiários (SAF)⁶⁸, aparelhando o Estado e criando um Grupo Executivo de Ação Fundiária (GEAF), para coordenar as atuações das Secretarias de Estado nas áreas de conflitos e legitimação de posses, envolvendo as Secretarias de Planejamento, Meio Ambiente, da Justiça e a Procuradoria Geral do Estado.

Na “*dança das siglas*”, o IAF passou a ser o Departamento de Assessoramento Fundiário (DAF), e o GEAF tornou-se o Departamento de Regularização Fundiária (DRF).

Depois de tudo isso, o governo Quércia extinguiu⁶⁹ a SAF (Secretaria de Assuntos Fundiários), em 1988, acirrando ainda mais a diferença entre os setores de regularização fundiária (DRF) e assentamentos rurais (DAF) no Estado, separando-os e transferindo novamente para a Secretaria da Agricultura a responsabilidade de tratar dos assuntos sobre assentamentos rurais (DAF), com o nome de Departamento de Assuntos Fundiários⁷⁰, e para a Secretaria da Justiça⁷¹, via Procuradoria Geral do Estado, as questões relativas à regularização fundiária. Historicamente, ambas com forte influência dos grandes proprietários de terras.

Durante todo o governo Quércia, apesar das mobilizações do movimento camponês, no âmbito estatal, a questão agrária passa quase despercebida e, segundo Andrade (2006), em uma “*situação de sobrevivência intestina, quase clandestina*”.

⁶⁸ Decreto Estadual nº 27.863, de 04/12/1987.

⁶⁹ Decreto Estadual nº 29.355, de 14/12/1988.

⁷⁰ Decreto Estadual nº 29.622, de 02/02/1989.

⁷¹ Decreto Estadual nº 29.466, de 29/12/1988.

Somente no início do governo Fleury, após promessa de campanha do PMDB, na região do Pontal (Mauro Bragato), foi realizada uma aliança entre movimento social e PMDB para iniciar o processo de reunificação dos dois departamentos (DRF e DAF), através do decreto estadual 33.133 de 15 de março de 1991.

Com a publicação do decreto estadual, houve a alteração do nome da Secretaria de Justiça para Secretaria da Justiça e da Defesa da Cidadania, criando o Instituto de Terras do Estado de São Paulo, vinculando a essa via a Procuradoria Geral do Estado e reunindo novamente o DRF e o DAF. O decreto estadual atribuía ao recém-criado Instituto a responsabilidade pela execução da política agrária, com enfoque mais voltado à regularização fundiária.

Nesse novo arranjo institucional do Estado, também foram criados dois novos centros que estavam subordinados à coordenação do ITESP: em 1991 o Centro de Solução dos Conflitos Fundiários (CSFC), e no final do ano de 1994 o Centro de Capacitação Técnico-Agrária (CCTA), para trabalhadores rurais e atendimento às comunidades de quilombos.

Durante o período do Governo Fleury, o recém-criado Instituto de Terras, o atendimento às lideranças tanto do movimento camponês como de políticos locais era extremamente pontual, restringindo-se à região do Pontal do Paranapanema. Nesse ínterim, de acordo com Andrade (2006), aconteceram muitos investimentos em estruturação e inovações administrativas dentro do órgão de terras. Entre eles, o processo de unificação na contratação de profissionais, assim como sua ampliação, que passou a ser feito pelo BANESER⁷².

Esse investimento estrutural e profissional gerou inúmeros descontentamentos de lideranças ruralistas, principalmente no Pontal do Paranapanema, pois, segundo depoimento de ex-presidente do Sindicato Rural de Presidente Prudente, os funcionários que tratavam com o sem terra eram mais bem remunerados que os funcionários da Secretaria da Agricultura, o que para um representante da classe era um absurdo:

⁷² Banespa S.A Serviços Técnicos e Administrativos. Empresa vinculada ao Banespa, utilizada pelo Governo Fleury para a contratação de mão de obra terceirizada, sem a necessidade de licitação e concurso público.

[...] eu tive um bate boca com o secretário Belisário, na época. Disse que o governo Mário Covas era um governo incoerente, Porque vocês acabaram com o Baneser, porque disseram que era um cabide de emprego, no entanto criou outro: O ITESP. O governo do Estado deveria aproveitar a estrutura física e técnica da Secretaria da Agricultura, mas criou outro corpo técnico, criando um conflito, pagando mais que o pessoal da Secretaria da Agricultura. Eu acho isso um contra-senso, um absurdo! (ex-Presidente do Sindicato Rural de Presidente Prudente).

Na realidade, esse pensamento exposto pelo ex-presidente do Sindicato manifestou que o Estado estava em disputa, em uma relação de força, pois se sabia que se o ITESP estivesse vinculado à Secretaria, sua possibilidade de atuação seria mínima.

Com a entrada do governo Mário Covas, em 1995, como já foi discutido anteriormente, não havia qualquer programa específico para a questão agrária. Foi novamente o ímpeto militante dos *agentes de Estado* que apresentou a questão ao novo secretário de Justiça e da Defesa da Cidadania, assim como as grandes manifestações do MST, que estava se fortalecendo em todo país, mais especificamente na região do Pontal do Paranapanema.

Porém, administrativamente, a funcionalidade do Instituto de Terras estava extremamente frágil, com relação às contratações dos funcionários. Na criação, o corpo técnico do instituto foi contratado pelo BANESER.

No início do Governo Mário Covas, foram extintos os contratos com o BANESER, devido a denúncias de fraudes, especialmente em relação à contratação de funcionários fantasmas e a ausência de processos licitatórios na contratação de mão de obra terceirizada. Essa medida deixou cerca de 90% do quadro funcional do Instituto desempregado e a perspectiva de que a questão agrária não seria levada a diante, no governo.

O fato da atuação diferenciada do órgão público, com grande parte dos funcionários comprometidos com a questão da reforma agrária, obteve retorno na forma de apoio para sua manutenção, através principalmente do movimento camponês,

De acordo com o ex- Secretário de Justiça e da Defesa da Cidadania, de 1995 a 2000, a situação era a seguinte:

A principal idéia, de início, era de manutenção do ITESP. Então, a primeira grande preocupação, que foi imediatamente assimilada, era a necessidade de manter o ITESP e por uma decisão do governo anterior do ITESP dependia de um contrato que se extinguia no dia 31 de janeiro de 1995. A urgência era essa. Essa urgência foi revelada também na primeira visita que nós recebemos aqui na Secretaria da Justiça, que foi exatamente de um grupo Sem Terra. Para meu espanto, ali na primeira reunião com os Sem Terras, como na primeira reunião com os prefeitos, a primeira reivindicação não foi algo para o Movimento, algo para a cooperativa e nem foi algo para os municípios, mas foi para que mantivesse o ITESP. Então, eu conheci o ITESP nesse pleito que veio dos prefeitos e da população do Vale do Ribeira, das famílias de Sem Terra e de assentados no Pontal do Paranapanema, pedindo a manutenção do ITESP. (Belisário dos Santos Jr.- arquivos do ITESP, 14/01/1998, grifos nossos).

Pode-se dizer que a conjunção de dois fatores foi fundamental para implementação da política de assentamentos rurais no Estado de São Paulo: as lutas e ações do movimento camponês e o perfil diferenciado dos “*homens de Estado*”.

A construção e materialização da Fundação Instituto de Terras⁷³ foram sustentadas essencialmente através da luta pela reforma agrária, materializada com o reaparecimento político do movimento camponês no cenário paulista e, por outro lado, pela composição de um corpo técnico estatal com traços de militância sucedidos historicamente.

Esses dois fatores já haviam sido apresentados por Valverde como elementos essenciais para realização da uma efetiva reforma Agrária no país, quando escreveu a seguinte passagem:

[...] se se deseja levar a cabo uma reforma agrária democrática e pacífica, é claro que as opiniões de dois grupos terão de ser ouvidas e respeitadas, na medida do possível: a dos técnicos e a dos camponeses da região, (VALVERDE, 1985, p.261).

Tanto a atuação da Fundação ITESP, como órgão público diferenciado, como as ascensões do movimento camponês em escala nacional e mundial tiveram a região do Pontal do Paranapanema como espaço de luta central para sua (re)criação.

⁷³ Criação da Fundação de Terras do Estado de São Paulo, através da lei ° 10.207 de 08 de janeiro de 1999, sendo regulamentada pelo Decreto 44.294 de 04 de outubro de 2000.

Diante disso, nos capítulos seguintes abordaremos a questão da (re)tomada das terras do Pontal do Paranapanema, diante da grilagem de terras, da lutas de classes e a administração dos conflitos pelo Estado.

Capítulo 04

O PROCESSO DE CONSTRUÇÃO DA QUESTÃO AGRÁRIA NO PONTAL DO PARANAPANEMA

4.1 – Violência, desmatamento e grilagem de terras: da destruição dos territórios indígenas à construção de uma região de conflitos agrários

*“em terra de grileiro,
manda quem pode mais
e obedece quem tem juízo.”⁷⁴*

Terrenos desconhecidos. Assim era denominada a região oeste do Estado de São Paulo, no século XIX e início do século XX. Na atualidade, podemos entender o extremo sudoeste do Estado como uma fração do território capitalista disputada por classes distintas de uma mesma sociedade⁷⁵, em um movimento contínuo e contraditório de apropriação e expropriação de formas de vida e reproduções.

Um exemplo são os territórios indígenas, que em todo o processo de ocupação do oeste paulista foram destruídos, para serem construídas as bases de uma sociedade fundamentada no modo capitalista de produção.

De acordo com Cobra (1923), Leite (1981), Davim(2006), os principais grupos indígenas existentes no período pré-colonial e colonial foram quatro: os Oti ou Falso Xavante, os Caiuá-Guarani, os Kaiapó e os Kaingang (Coroados⁷⁶), o grupo indígena mais numeroso na região.

⁷⁴ Trecho de depoimento relato de Paulo Silveira da Cunha, filho de ocupantes antigos na região. Ver mais em: Moroni, B. G - História de Presidente Epitácio (2002).

⁷⁵ Entendo que a sociedade capitalista é composta das seguintes classes sociais: proletariado, burguesia e os proprietários de terras.

⁷⁶ Segundo Davim (2006), acredita-se que o nome “Coroados” foi dado a esses índios por serem um dos poucos grupos autóctones a se utilizarem de cocares no momento da batalha.

Segundo a descrição dos povos e sua distribuição territorial de acordo com levantamento realizado por Cobra (1923):

Entre as tribus habitantes da região, sobresahia a dos Coroados. A dos Oity, índios dos serrados e capões, haviam desaparecido exterminados pelos outros. Chavantes e Cayuas, duas outras, do vale do Paranapanema, não eram tão hostis, fosse por índole, fosse por m resto de catechese que lhe ficara das antigas reduções dos jesuítas, nas margens do grande Rio. O coroados, não, vivendo nos vales do Peixe, do Feio e do Tiete, jamais conheceram as vestes de um padre: era verdadeiramente selvagem. (1923, p.3).

A luta travada entre os povos indígenas e não indígenas na região foi de extrema violência, assim como todo o processo de desenvolvido no Brasil. Para a ocupação do território sob ordem capitalista era necessária a destruição de outro território. No Estado de São Paulo, a história mostra que esse processo não foi diferente. Segundo Cobra (1923), os embates iniciais foram com os povoadores mineiros, os primeiros a chegarem à porção oeste mais conhecida.

Ao mesmo tempo em que em ocorria a destruição de um território (índigena), havia a disputa entre posseiros, o processo de grilagem de terras e o início da construção de outro território (capitalista).

Segundo Cobra (1923), data de 1865 o primeiro embate entre os novos ocupantes mineiros e os povos indígenas na região, já com a formação dos povoados. Antes disso, a presença de “estranhos” em seus territórios era permitida desde que não apresentassem indícios de permanência prolongada, somente de passagem. Os ataques, como forma de luta indígena em defesa do território, eram realizados principalmente contra aqueles que levantassem ranchos ou abrissem roças em suas áreas de domínio.

Um dia, a uma reprimenda, acompanhada de castigo corporal, applicado aos importunos, por serem muito mexedores no trem de cozinha, nos mantimentos e nas armas dos mineiros, elles se levantaram e, passado algum tempo, atacaram os companheiros de Theodoro tanto no “Taquaral” como no “Santa Rosa”, os quaes se viram obrigados a combater em defesa da vida.

O sangue correu, molhando aquella terra, pela primeira vez.

Accendeu-se alli a lucta, três vezes secular, entre colonizadores e habitantes das selvas do Brasil. (COBRA, 1923, p.47).

A partir de então, o processo de aniquilamento dos povos indígenas foi brutal, desproporcional, consentido e autorizado pela sociedade como necessário ao desenvolvimento e progresso da província de São Paulo.

Episódios marcantes, praticados principalmente pelas *dadas*⁷⁷ ficaram registrados na história. Segue um trecho dos massacres que costumeiramente eram realizados nos desbravamentos do sertão:

Destarte, o chefe dos sertanejos [chefe da dada], que pela pratica já conhecia os hábitos dos contrários, aguardava certos dias da semana para chegar ás vizinhanças da moradas deste, precisamente na ocasião em que organisam suas danças guerreiras e religiosas, durante as quaes tomam uma bebida, por elles mesmo fabricada. Depois de dançarem toda a noite e beberem muito, de fadiga e de embriaguez, entregam-se a profundo sonno.

O capitão dos atacantes, que aguarda essas noites, tem certeza de quando se realisa o fandango pela ronda organizada; se essa não notou presença de selvagens longe da aldeia – indício certo de que nesta estão elles concentrados – de noite ordena a marcha e vae se aproximando.

É alta madrugada. Dentro dos ranchos todos dormem. O chefe distribue seus homens em redor, manda preparar as armas, e espera até que haja luz. Ao raiar do dia grita: upa! upa! upa! algumas vezes. Os que estão dentro despertam, saem em grupos e a medida que se apresentam, vão cahindo, feridos mortalmente, a tiros.

Em seguida, os sitiante penetram nas habitações e encontrando-se com as índias, a umas aprisionam, a outras matam, bem como aos indiosinhos, aos quaes – conta-se – que chegavam a levantar do chão ou da cama, atirál-os para o ar e espetal-os em ponta de facas; outras vezes tomal-os pelos pés e dar com a cabecinhas nos paus, partindo-as. As índias grávidas, rasgavam-lhes o ventre e depois de finda a carneficina, amontoavam os cadáveres sobre os quaes lançavam fogo bem como aos ranchos. A estes, variando de táctica, de quando em vez, nem sempre punham fogo; deixavam-nos de pé e deitavam substancias venenosas nos utensílios de cozinha e nos alimentos alli guardados, para que fosse victimado no comer algum que por ventura sobrevivesse.

Feito isso, retiravam-se com os prisioneiros, geralmente só mulheres e um ou outro rapazinho, que o chefe conduzia para a fazenda na situação de semi-escravizados. (COBRA, 1923, p.143).

Assim foi a destruição do território indígena, que “*deu passagem*”, após muita resistência, ao denominado processo de civilização ocidental moderna. Vimos nesse trecho citado que foi preciso conhecer a lógica de organização interna de uma sociedade, “*conhecer os seus contrários*”, para, então, em seus momentos de -

⁷⁷ Expedições realizadas com a finalidade de executar populações indígenas, indistintamente. Um dos chefes de expedições mais famosos foi o Cel. Francisco Sanches de Figueiredo. Ele liderou contra os indígenas, através de longo período, conseguindo expropriá-los das matas da margem direita do Paranapanema e de grande parte da Bacia do Peixe.

entendido como - fragilidade, “*as danças guerreiras e religiosas*”, promover o ataque, “*distribuindo os homens em redor, preparando as armas, e esperando até que haja luz*”, e destruí-los “*lançando fogo*” ou “*escravizando-os*”.

A forma de organização dos povos indígenas, denominada por Luxemburg (1985) como um tipo de organização de economia natural, destinava-se somente ao suprimento das necessidades da comunidade local. Com isso, a economia natural inseriu no conflito barreiras ao capitalismo e a sua acumulação.

Não tendo condições de existir sem os meios de produção, sem a mão de obra e a demanda de mais-produto, o capitalismo procura sempre destruir a economia natural sob todas as suas formas históricas com as quais venha se deparar. (LUXEMBURG, 1985, p. 253).

No caso da questão indígena brasileira, as tentativas de sua incorporação não obtiveram êxito. A resistência indígena sempre foi de embate, pois o território é entendido como pertencimento e reprodução da vida. Diante disso, podemos entender o processo de luta dos povos indígenas. “Só pode pertencer a um território quem nele vive e quem nele construiu sua identidade com aquela fração do mundo. Fora disso é saque. Ou seja, é a tomada do território do outro” (OLIVEIRA, 2008).

Com a criação do SPI (Serviço de Proteção ao Índio), em 1910, surgiram as propostas de pacificação e integração, pois tinha como objetivo fixar os índios em determinada porção de terra. Para a maioria dos povos, isso seria o fim das atividades de caça e coleta, tendo somente a prática agrícola como via de subsistência. Segundo Davim (2006), a “pacificação” Kaingang ocorreu em 1912 e sua efetivação foi realizada pelos próprios funcionários do SPI, juntamente com os índios Kaingang originários do Paraná e do Estado de São Paulo.

No Estado de São Paulo, centenas de milhares de índios tiveram suas terras saqueadas. Hoje segundo dados da FUNAI, a população indígena em São Paulo é de 2.479, vivendo em cerca de aproximadamente 14.300 hectares.

A configuração territorial dos povos indígenas no Estado de São Paulo ficou restrita a determinadas porções de terras, delimitadas e institucionalizadas por não-índios, nas chamadas Terras Indígenas, como podemos observar na tabela 42.

Mesmo o Estado reconhecendo o direito originário dos povos indígenas, a luta pela demarcação de suas terras também no Estado de São Paulo se faz presente. Como podemos ver na tabela 42, há áreas em que ainda não foram realizadas as demarcações, e outras estão em vias desse processo.

Tabela 42
Terras indígenas no Estado de São Paulo – 2009

Município	Terras Indígenas	Grupo	População	Hectares	Situação Fundiária
Avaí	<u>Arariba</u>	Terena e Guarani	585	1.930	Demarcada
Ubatuba	<u>Boa Vista Sertao do Promirim</u>	Guarani	129	906	Demarcada
São Paulo	<u>Guarani da Barragem</u>	Guarani	250	26	Demarcada
Mongaguá	<u>Guarani do Aguapeu</u>	Guarani	48	4.372	Homologada Em processo de registro*
Braúna	<u>Icatu</u>	Terena e Kaingang	99	301	Homologada Em processo de registro*
Cananéia	<u>Ilha do Cardoso</u>	Mbya	----	----	a identificar
Mongaguá	<u>Itaoca</u>	Mbya	103	533	Em demarcação
Sao Paulo	<u>Jaragua</u>	Guarani	30	1,7	Demarcada
Iguape	<u>Jureia</u>	Guarani Mbya **	-----	----	----
Sao Paulo	<u>Krukutu</u>	Guarani	60	26	Demarcada
Peruíbe	<u>Peruíbe</u>	Guarani	517	480	Demarcada
Peruíbe	<u>Piacaguera</u>	Guarani Nhandeva**	----	----	----
Sao Sebastião e Santos	<u>Ribeirao Silveira</u> ***	Guarani	259	948	Demarcada
Itanhaem, São Paulo e Sao Vicente	<u>Rio Branco Itanhaem</u>	Guarani	64	2.856	Demarcada
Cananeia	<u>Rio Branquinho de Cananeia</u>	Guarani M'Bya	52	----	a identificar
Itariri	<u>Serra do Itatins</u>	Guarani	94	1.212	Demarcada
Tupã	<u>Vanuire</u>	Kaingang	189	708	Homologada em processo de Registro*
Total			2.479	14.301,7	

Fonte: FUNAI, 2009 – consulta a o site: www.funai.gov.br em 31 de julho de 2009.
Org.: Feliciano, C. A, 2009.

* As áreas já foram demarcadas e homologadas, porém estão em processo de Registro no CRI/SPU.

** Não informações no site sobre as áreas.

*** Algumas famílias Guarani encontram-se residindo fora da área demarcada e reivindicam a ampliação dos limites da terra indígena.

Na região Oeste do Estado há apenas uma área de terra indígena, que abriga o grupo Kaingang, localizada no município de Tupã, na Aldeia Vanuire, com a população 189 índios. De acordo com Borelli (1984),

[...] a desarticulação interna dos Kaingang paulistas foi rápida e violenta. Os contatos mais constantes e hostis dataram dos primeiros anos deste século e já em 1912 o grupo estava pacificado e vivendo em reservas. De acordo com dados oficiais, anteriormente aos contatos com as frentes colonizadoras, a população Kaingang no Estado de São Paulo estava estimada em aproximadamente 1.200 índios. (BORELLI, 1984, p.81).

Pressupõe-se que os dados oficiais não corresponderiam à realidade, pois o massacre da população foi bem maior, chegando a dezenas de milhares (Cobra, 1923). Com isso, uma parte do capítulo do processo de ocupação do Pontal do Paranapanema, foi sendo escrito. Com o sangue derramado em uma luta desigual, com “o branco usando armas de fogo que o inimigo não possui”, em combates que não “duravam mais de meia hora”, e as “balas dizimavam os que vêm de arco e flecha para a luta” (COBRA, 1930).

A justificativa para tal intento era tornarem-se realmente senhores daquelas terras que o “*registro*” lhes atribuía, consentindo ou não os donos “*primitivos*”.

Quando se perguntava, na época, sobre o registro ou escritura das terras no momento de negociações, costumeiramente dizia-se: “*a escritura sou eu*”. Isso se dá pelo fato de a ocupação efetiva da região oeste somente ter ocorrido com a abertura da Estrada de Ferro Sorocabana, no início do século XX.

Antes da construção da linha férrea, iniciada em 1889, na Vila de Botucatu, e estendida até as barrancas do rio Paraná, em Presidente Epitácio, décadas foram dedicadas ao aperfeiçoamento de técnicas e estratégias de grilagem de terras, fazendo com que a região do Pontal do Paranapanema se configurasse até a atualidade em um emaranhado de títulos e escrituras sem nenhum amparo legal.

A razão advém das contradições do processo de constituição da propriedade privada da terra no Brasil. Com a primeira Lei de Terras instituída no Brasil, a partir de 1850 o regime territorial que predominava (com a concessão de sesmarias pela

Coroa Imperial, para quem tivesse condições de cultivá-las) foi substituído pelo mecanismo de compra e venda.

A seguir pode ser observada a primeira medida adotada pelo Estado, no Império, criando critérios e condições legais para o processo de privatização das terras no Brasil.

LEI Nº 601, DE 18 DE SETEMBRO DE 1850

Dispõe sobre as terras devolutas no Império, e acerca das que são possuídas por título de sesmária sem preenchimento das condições legais, bem como por simples título de posse mansa e pacífica: determina que, medidas e demarcadas as primeiras, sejam elas cedidas a título oneroso, assim para empresas particulares, como para o estabelecimento de colônias de nacionais e de estrangeiros, autorizado o Governo a promover a colonização estrangeira na forma que a lei declara.

D. Pedro II, por graça de Deus e Unânime Aclamação dos Povos, Imperador Constitucional e Defensor Perpétuo do Brasil: Fazemos saber a todos os Nossos Súditos, que a Assembléia Geral Decretou, e Nós Queremos a Lei seguinte:

Art. 1º. Ficam proibidas as aquisições de terras devolutas por outro título que não seja o de compra.

Excetuam-se as terras situadas nos limites do Império com países estrangeiros em uma zona de 10 léguas, as quais poderão ser concedidas gratuitamente.

Art. 2º. Os que se apossarem de terras devolutas ou de alheias, e nelas derribarem matos, ou lhes puserem fogo, serão obrigados a despejo, com perda de benfeitorias, e demais sofrerão a pena de dois a seis meses de prisão e multa de 100\$000, além da satisfação do dano causado. Esta pena, porém, não terá lugar nos atos possessórios entre heréus confinantes.

Parágrafo único: Os Juízes de Direito nas correições que fizerem na forma das leis e regulamentos, investigarão se as autoridades a quem compete o conhecimento destes delitos põem todo o cuidado em processá-los e puni-los, e farão efetiva a sua responsabilidade, impondo no caso de simples negligência a multa de 50\$000 a 200\$000.

Art. 3º. São terras devolutas:

§ 1º As que não se acharem aplicadas a algum uso público nacional, provincial, ou municipal.

§ 2º As que não se acharem no domínio particular por qualquer título legítimo, nem forem havidas por sesmarias e outras concessões do Governo Geral ou Provincial, não incursas em comisso por falta de cumprimento das condições de medição, confirmação e cultura.

§ 3º As que não se acharem dadas por sesmarias, ou outras concessões do Governo, que, apesar de incursas em comisso, forem revalidadas por esta Lei.

§ 4º As que não se acharem ocupadas por posses, que, apesar de não se fundarem em título legal, forem legitimadas por esta lei.

Art. 4º Serão revalidadas as sesmarias, ou outras concessões de Governo Geral ou Provincial, que se acharem cultivadas, ou com princípios de cultura, e morada habitual do respectivo sesmeiro ou concessionário, ou de quem os represente, embora não tenha sido cumprida qualquer das outras condições, com que foram concedidas.

Art. 5º Serão legitimadas as posses mansas e pacíficas, adquiridas por ocupação primária, ou havidas do primeiro ocupante, que se acharem cultivadas, ou com princípio de cultura e morada habitual do respectivo posseiro ou de quem o represente, guardadas as regras seguintes:

§ 1º Cada posse em terras de cultura, ou em campos de criação, compreenderá, além do terreno aproveitado ou do necessário para pastagem dos animais que tiver posseiro, outro tanta mais de terreno devoluto que houver contíguo, contanto que em nenhum caso a extensão total da posse exceda a de uma sesmaria para cultura ou criação, igual às últimas concedidas na mesma comarca ou na mais vizinha.

§ 2º As posses em circunstâncias de serem legitimadas, que se acharem em sesmarias ou outras concessões do Governo, não incursas em comisso ou revalidadas por esta Lei, só darão direito à indenização pelas benfeitorias.

Excetua-se desta regra o caso de verificar-se a favor da posse qualquer das seguintes hipóteses: 1º., o ter sido declarada boa por sentença passada em julgado entre os sesmeiros ou concessionários e os posseiros; 2º., ter sido estabelecida antes da medição da sesmaria ou concessão, e não perturbada por cinco anos; 3º., ter sido estabelecida depois da dita medição, e não perturbada por 10 anos.

3º Dada a exceção do parágrafo antecedente, os posseiros gozarão do favor que lhes assegura o § 1º., competindo ao respectivo sesmeiro ou concessionário ficar com o terreno que sobrar da divisão feita entre os ditos posseiros, ou considerar-se também posseiro para entrar em rateio igual com eles.

§ 4º Os campos de uso comum dos moradores de uma ou mais freguesias, municípios ou comarcas serão conservados em toda a extensão de suas divisas, e continuarão aprestar o mesmo uso, conforme a prática atual, enquanto por lei não se dispuser o contrário.

Art. 6º Não se haverá por princípio de cultura para a revalidação das sesmarias ou outras concessões do Governo, nem para a legitimação de qualquer posse, os simples roçados, derribadas ou queimas de matos ou campos, levantamentos de ranchos e outros atos de semelhante natureza, não sendo acompanhados da cultura efetiva e morada habitual exigidas no artigo antecedente.

Art. 7º O Governo marcará os prazos dentro dos quais deverão ser medidas as terras adquiridas por posses ou por sesmarias, ou outras concessões, que estejam por medir, assim como designará e instruirá as pessoas que devam fazer a medição, atendendo às circunstâncias de cada Província, Comarca e Município, e podendo prorrogar os prazos marcados, quando o julgar conveniente, por medida geral que compreenda todos os possuidores da mesma Província, Comarca e Município, onde a prorrogação convier.

Art. 8º Os possuidores que deixarem de proceder à medição nos prazos marcados pelo Governo serão reputados caídos em comisso, e perderão por isso o direito que tenham a ser preenchidos das terras concedidas por seus títulos, ou por favor da presente Lei,

conservando-o somente para serem mantidos na posse do terreno que ocuparem com efetiva cultura, havendo-se por devoluto o que se achar inculto.

Art. 9º Não obstante os prazos que forem marcados, o Governo mandará proceder à medição das terras devolutas, respeitando-se no ato da medição os limites das concessões e posses que se acharem nas circunstâncias dos arts. 4º e 5º.

Qualquer oposição que haja da parte dos possuidores não impedirá a medição; mas, ultimada esta, se continuará vista aos opoentes para deduzirem seus embargos em termo breve.

As questões judiciárias entre os mesmos possuidores não impedirão tampouco as diligências tendentes à execução da presente Lei.

Art. 10. O Governo proverá o modo prático de extremar o domínio público do particular, segundo as regras acima estabelecidas, incumbindo a sua execução as autoridades que julgar mais convenientes, ou a comissários especiais, os quais procederão administrativamente, fazendo decidir por árbitros as questões e dúvidas de fato, e dando de suas próprias decisões recurso para o Presidente da Província, do qual o haverá também para o Governo.

Art. 11. Os posseiros serão obrigados a tirar títulos dos terrenos que lhes ficarem pertencendo por efeito desta Lei, e sem eles não poderão hipotecar os mesmos terrenos, nem aliená-los por qualquer modo.

Estes títulos serão passados pelas Repartições provinciais que o Governo designar, pagando-se 3\$000 de direitos de Chancelaria pelo terreno que não exceder de um quadrado de 300 braças por lado, e outro tanto por cada igual quadrado que de mais contiver a posse; e além disso 4\$000 de feito, sem mais emolumentos ou selo.

Art.12. O Governo reservará das terras devolutas as que julgar necessárias: 1º., para a colonização dos indígenas; 2º., para a fundação de povoações, abertura de estradas, e quaisquer outras servidões, e assento de estabelecimentos públicos; 3º., para a construção naval.

Art. 13. O mesmo Governo fará organizar por freguesias o registro das terras possuídas, sobre as declarações feitas pelos respectivos possuidores, impondo multas e penas àqueles que deixarem de fazer nos prazos marcados as ditas declarações, ou as fizerem inexatas.

§ 1º A medição e divisão serão feitas, quando o permitirem as circunstâncias locais, por linhas que corram de norte a sul, conforme o verdadeiro meridiano, e por outras que as cortem em ângulos retos, de maneira que formem lotes ou quadrados de 500 braças por lado demarcadas convenientemente.

§ 2º Assim esses lotes, como as sobras de terras, em que se não puder verificar a divisão acima indicada, serão vendidos separadamente sobre o preço mínimo, fixado antecipadamente e pago à vista, de meio real, um real, real e meio, e dois réis, por braça quadrada, segundo for a qualidade e situação dos mesmos lotes e sobras.

§ 3º A venda fora da hasta pública será feita pelo preço que se ajustar, nunca abaixo do mínimo fixado, segundo a qualidade e situação dos respectivos lotes e sobras, ante o Tribunal do Tesouro Público, com assistência do Chefe da Repartição Geral das Terras, na Província do Rio de Janeiro, e ante as Tesourarias, com assistência de um delegado do dito Chefe, e com aprovação do respectivo Presidente, nas outras Províncias do Império.

Art. 15. Os possuidores de terra de cultura e criação, qualquer que seja o título de sua aquisição, terão preferência na compra das terras devolutas que lhes forem contíguas, com

tanto que mostrem pelo estado da sua lavoura ou criação que tem os meios necessários para aproveitá-las.

Art. 16. As terras devolutas que se venderem ficarão sempre sujeitas aos ônus seguintes:

§ 1º Ceder o terreno preciso para estradas públicas de uma povoação a outra, ou algum porto de embarque, salvo o direito de indenização das benfeitorias e do terreno ocupado.

§ 2º Dar servidão gratuita aos vizinhos quando lhes for indispensável para saírem a uma estrada pública, povoação ou porto de embarque, e com indenização quando lhes for proveitosa por encurtamento de um quarto ou mais de caminho.

§ 3º Consentir a tirada de águas desaproveitadas e a passagem delas, precedendo a indenização das benfeitorias e terreno ocupado.

§ 4º Sujeitar às disposições das leis respectivas quaisquer minas que se descobrirem nas mesmas terras.

Art. 17 Os estrangeiros que comprarem terras, e nelas se estabelecerem, ou vierem à sua custa exercer qualquer indústria no país, serão naturalizados, querendo, depois de dois anos de residência pela forma por que o foram os da colônia do S. Leopoldo, e ficarão isentos do serviço militar, menos do da Guarda Nacional dentro do Município.

Art. 18 O Governo fica autorizado a mandar vir anualmente à custa do Tesouro certo número de colonos livres para serem empregados, pelo tempo que for marcado, em estabelecimentos agrícolas, ou nos trabalhos dirigidos pela Administração Pública, ou na formação de colônias nos lugares em que estas mais convierem; tomando antecipadamente as medidas necessárias para que tais colonos achem emprego logo que desembarcarem.

Aos colonos assim importados são aplicáveis as disposições do artigo antecedente.

Art. 19 O produto dos direitos de Chancelaria e da venda das terras, de que tratam os arts. 11 e 14, será exclusivamente aplicado: 1º., à ulterior medição das terras devolutas, e 2º., à importação de colonos livres, conforme o artigo precedente.

Art. 20 Enquanto o referido produto não for suficiente para as despesas a que é destinado, o Governo exigirá anualmente os créditos necessários para as mesmas despesas, às quais aplicará desde já as sobras que existirem dos créditos anteriormente dados a favor da colonização, e mais a soma de 200:000\$000.

Art. 21 Fica o Governo autorizado a estabelecer, com o necessário regulamento, uma Repartição especial que se denominará – Repartição Geral das Terras Públicas – e será encarregada de dirigir a medição, divisão e descrição das terras devolutas e sua conservação, de fiscalizar a venda e distribuição delas, e de promover a colonização nacional e estrangeira.

Art. 22 O Governo fica autorizado igualmente a impor, nos regulamentos que fizer para a execução da presente Lei, penas de prisão até três meses, e de multa até 200\$000.

Art. 23 Ficam derogadas todas as disposições em contrário.

Mandamos, portanto, a todas as autoridades, a quem o conhecimento e execução da referida Lei pertencer, que a cumpram, e façam cumprir e guardar tão inteiramente, como nela se contém. O Secretário de Estado dos Negócios do Império a faça imprimir, publicar

e correr. Dada no Palácio do Rio de Janeiro aos 18 dias do mês de setembro de 1850, 29º da Independência e do Império.

Imperador com rubrica e guarda. (grifos nossos)

O primeiro parágrafo da lei já demonstra qual a forma de obtenção de terras no país, assim como o que é proibido: “fica proibido as aquisições de terras devolutas por outro título que não o seja pela compra.”

Os artigos grifados na lei remetem a questões centrais para entendimento da apropriação indevida de terras públicas. Os artigos 3º, 12º e 21º tratam respectivamente sobre o conceito do que são terras devolutas, qual a destinação do governo para tais áreas e, por fim, a promoção da demarcação e colonização nacional ou estrangeira.

Os pontos centrais dessa lei foram: a proibição de doações de terras devolutas, exceto as situadas nas zonas de dez léguas (66km) limítrofes com países estrangeiros; a conceituação de terras devolutas, conceito que até a atualidade é utilizado pelo governo paulista; a discriminação de terras devolutas; o registro das ocupações, que depois foi chamado de registro paroquial.

No momento de sua criação, havia um acordo criado pela elite agrária nesse período que era de continuar com a monocultura agro-exportadora no país. Para isso era necessário readequar o problema da mão de obra surgida com a extinção do tráfico negreiro. Convenientemente, a Lei de Terras foi implantada no país no mesmo ano do fim do tráfico negreiro. Sua finalidade era, em primeira instância, incentivar a imigração “espontânea”. Esta lei pretendia que as pessoas que tivessem com posses ou sesmarias, regularizassem suas áreas, realizando seu **registro**. Com essa alteração, as terras passariam a domínios particulares e, conseqüentemente, o Estado saberia que as terras que sobrassem seriam suas, ou seja, as terras devolutas. A partir daí essas terras em domínio do Estado seriam vendidas em pequenos lotes para imigrantes que desejassem se estabelecer no país como pequenos agricultores.

Mas não somente o imigrante foi valorizado como mão de obra; diversas discussões foram travadas sobre a utilização do trabalhador nacional: negros libertos, brancos pobres e índios. A política de aldeamentos, que visava a catequização e civilização indígena, é baseada nesse ideário do período, ou seja, de valorização da mão de obra do índio, principalmente nas regiões em que a ocupação de seu território avançava, além disso, o

confinamento em locais pequenos (aldeamentos) deixava livre seu vasto território para os invasores. (RODRIGUES, 2004, p.4).

O Pontal do Paranapanema, ainda denominado sertão de terrenos desconhecidos, passou por várias tentativas desse reconhecimento de registros de terras perante o Estado, mas sem eficácia, pois a origem dos títulos sempre foi questionada por conter no seu processo de constituição razões não explicadas e de caráter duvidoso. Foram vários os episódios, desde a falsificação de papéis e até mesmo assinatura, tendo como protagonistas os mineiros José Teodoro de Souza, João da Silveira e Francisco de Paula Marques.

Segundo Leite (1981), o mineiro José Teodoro de Souza foi o primeiro a declarar a um vigário da Vila de Botucatu, em 1856, que possuía terras nessa região desde 1847. Com o apoio e orientação de seu conterrâneo, o capitão Tito de Mello⁷⁸, em 1954, avançou pelo sertão até onde seu *“arrojo e coragem comportassem”*. A estratégia adotada foi realizar um reconhecimento preliminar da área, (mesmo que não fosse em toda) e colher referências geográficas que o habilitassem a descrever minimamente as divisas com segurança, no caso de ser questionado.

Realizada a jornada, este voltou para Vila de Botucatu com o intento de declarar suas posses. Mesmo assim ficou receoso, pois faria uma declaração de posse depois de 1850, o que proibia tal legislação, que não fosse através de compra e venda.

Porém, novamente sob orientação de seu conterrâneo Tito de Mello, conseguiu registrar sua posse, em 31 de maio de 1956. O artifício impetrado foi uma brecha nas disposições da Lei nº 601, incluídas no decreto estadual nº 1.318 de 30 de janeiro de 1954.

Segundo o artigo 91 do referido decreto, todos os possuidores de terras, qualquer que fosse o seu título, deveriam registrá-las dentro dos prazos concedidos; sendo estes: 1º prazo (2 anos), 2º prazo (01 ano) e 3º prazo (seis meses).

⁷⁸ Conhecedor das leis que orientou José Teodoro de Souza a buscar “brechas” no sentido de fazer a posse e registrá-la, sem ser preciso sair das leis.

Com isso, contrariando os princípios de tempo e o espaço⁷⁹, José Teodoro de Souza declarou uma porção de terras que estariam sob seu domínio desde 1847 nos seguintes termos:

Sou senhor de umas terras de cultura no lugar denominado Rio Turvo, districto desta Villa de Botucatu e suas divisas são as seguintes: Principiando esta divisa no barranco do Rio Turvo, barra do Correguinho da Porteira, divisando com herdeiros e meeira de José Alves de Lima, e cercando as vertente com quem direito for até encontrar terras de José Cunha de tal até atravessar o Rio Pardo, por outro lado até o espigão que divide as vertentes do Paranapanema, pelo espigão fora com quem direito for até cair no mesmo barranco do Paranapanema, por este abaixo até frontear a barra do rio Tibagy, e aqui cercando as vertentes desta água que se acha dentro deste circulo até encontrar-se com terras de Francisco de Souza Ramos, daqui descendo até o barranco do São João, por elle abaixo até a sua barra no Turvo, por este acima até encontrar a barra do `Correguinho da Porteira` donde foi principio e finda desta divisa. Cujas terras assim divisadas e confrontadas as possuo por posses mansas e pacíficas que fiz no ano de 1847 e nellas tenho morada habitual até o presente. Por José Theodoro de Souza, Francisco das Chagas Motta. Apresentado aos 31 de maio de 1856. Vigário Modesto Marques Teixeira. (COBRA, 1923, p.24).

Tal estratégia não lhe atribuiu o domínio, mas abriu a possibilidade de recorrer aos futuros processos de legitimação. Essa estratégia costumeira é até hoje utilizada pelos fazendeiros irregulares no Pontal do Paranapanema, onde estes, por influência de classe ou interesse, são de alguma forma avisados das ações e procedimentos planejados pelo Estado, mas ainda sem divulgação ou conhecimento público.

José Teodoro de Souza seguiu a cartilha estabelecida de Lei de Terras de 1850. Apresentou confrontantes de suas posses, demonstrando que no mesmo período outros posseiros também se estabeleceram na região. Pois isso legitimaria sua posse, uma vez que cada confrontante declarasse ao pároco que eram respectivos vizinhos, seria uma prova de sua moradia habitual, de forma “mansa e pacífica”. Nesse momento, José Teodoro de Souza fez um registro na paróquia da

⁷⁹ Segundo consta em Cobra (1923), “é positivamente certo que Teodoro, quando deixou a sua província natal á procura de terras, o século dezenove havia vencido sua primeira metade. Não temos dados precisos para fixar dia, mês e ano em que se deu sua partida para São Paulo; mas podemos afirmar que foi quando já estava em vigor a lei citada e antes de 1856. Ele se aproveitou do espaço de tempo que decorreu entre a promulgação da lei e seu regulamento – de 1850 a 1854 – e do prazo maior que ia até 1856 para o registro das posses.”

Vila de Botucatu, com o vigário Modesto Marques Teixeira, declarando como sua a área da “Fazenda Rio do Peixe ou Boa Esperança do Água Pehy”. Após isso, declarando sua posse, arregimentou várias pessoas para estabelecer o povoamento, vendendo lotes de “sua propriedade”.

A dificuldade era grande para arregimentar “*pessoas de famílias*” para povoarem sua propriedade. As informações sobre a precariedade do título, por esta se localizar em terras devolutas, assim como a possibilidade de confronto com os “*selvagens*”, dificultou o interesse dos paulistas na ocupação da área. Por conta disso, Teodoro de Souza voltou para sua província natal a fim de divulgar aos conterrâneos as terras conquistadas e, assim, convencê-los a migrarem.

Muitos conterrâneos de José Teodoro de Souza, vislumbrando a possibilidade de ganho em novas terras, assim como criando subterfúgios de esvaziamento de contingente na Guerra do Paraguai⁸⁰, migraram para as terras do oeste paulista.

Segundo Abreu (1972, p. 20):

José Teodoro de Souza foi alienando **as sortes de terra** em que dividiu sua gleba. Seu critério foi começar vendendo as terras próximas do Rio Turvo e depois as que viessem mais além, progressivamente, de maneira que não ficassem grandes espaços livres ilhando moradores. Eram vendidas as aguadas, terras compreendidas entre duas linhas de morros, correspondendo a uma pequena bacia hidrográfica. A água era o elemento indispensável a toda propriedade.

A venda das terras, ou melhor, a renda que ela pudesse ofertar era negociada por José Teodoro de Souza por diferentes formas. Muitas eram negociadas por armas, animais, sal e até escravos, em troca de um ribeirão ou uma “aguada”. Mineiros da província e outras próximas adquiriram terras sem mesmo nunca terem saído de Minas, mandando muito tempo depois seus filhos para conferirem a posse adquirida. Como José Teodoro de Souza necessitava de mantimentos e estrutura para realizar o povoamento, negociava terras em troca de qualquer tipo de

⁸⁰ “Em 1864, o Presidente da República do Paraguai, Solano Lopes, julgou-se bastante preparado e forte para conquistar e dominar o Brasil e todos os povos das repúblicas do Prata... Grande parte do povo mineiro participou efetivamente, porém houve, entre os mineiros, naquela época, indivíduos que procederam de modo diverso. O grande número dos que faltaram ao dever, constitui-se dos rudes habitantes do campo, que não sabiam ler e escrever” (COBRA, 1923, p. 42).

mercadoria. Assim, ficou famosa a história de uma troca de terras por um escravo, exímio tocador do cateretê:

O acaso veio ao encontro dos desejos de Theodoro. Estando elle em Minas assistiu, certa vez, a cateretê em que um preto, apellidado de “Carioca”, escravo do dono da casa onde dançou, tocou viola admiravelmente, durante toda a noite, sem se fatigar, imprimindo vida e animação ao divertimento. José Theodoro, enthusiasinou-se com habilidade do violeiro e deliberou compra-lo. Como não possuía dinheiro na ocasião, propoz dar o ribeirão da “Borda do Campo” em troca do escravo com o instrumento, o que foi aceito. Na escriptura não declarou que dava terra a troco de gente: vendedor e comprador ajustaram o preço de cada um dos objetos, figurando o escravo como dinheiro recebido. E o “carioca” jamais desmentiu a fama que conquistara. (COBRA, 1923, p.34).

Quando José Teodoro de Souza voltou para Vila de Botucatu, e formou em suas terras o povoado de São José dos Campos Novos do Paranapanema. Com ele vieram para o Paranapanema, além de sua mulher e filhos, o cunhado (João da Silva Oliveira), os genros e os irmãos.

Além de José Teodoro de Souza, outros dois mineiros com relações de parentesco com ele fizeram as primeiras grandes posses: João da Silva Oliveira e Francisco de Paula. O primeiro era cunhado de José Teodoro de Souza, e o único da família que sabia ler e escrever. Tornou-se o secretário e procurador de Teodoro, constituindo amplos poderes nas negociações de terras. O segundo, Francisco de Paula Marques era casado com a filha do primeiro casamento de Teodoro, a senhora Maria Theodora de Souza. Os dois, juntos com João Antonio de Moraes fizeram inúmeros acordos e vendas de terras, como, por exemplo, no ano de 1877, quando estavam no alto de um espigão que separa o Vale do Paranapanema e o Vale do Peixe e combinaram que João Antonio de Moraes venderia aquelas terras ligeiramente e às pressas do alto do morro, a Francisco de Paula de Moraes, pois tinham receio de entrar nas matas e serem atacados pelos índios Coroados. Por fim, este tentou anos depois legitimá-las, solicitando pessoalmente ao Imperador D Pedro II, mas sem intento.

Podemos verificar que, tanto no processo de declaração das posses de José Teodoro de Souza, como os sucessores, a questão do *controle do tempo* foi

fundamental. Essa corrida tinha uma razão de ser. Após a lei de 1850, o temor dos “primeiros ocupantes” era de que o governo, de alguma forma, enviasse às províncias comissões/expedições para conferir a veracidade dos documentos e/ou da ocupação, de acordo com o artigo 21:

Art. 21 Fica o Governo autorizado a estabelecer, com o necessário regulamento, uma Repartição especial que se denominará – Repartição Geral das Terras Públicas – e será encarregada de dirigir a medição, divisão e descrição das terras devolutas e sua conservação, de fiscalizar a venda e distribuição delas, e de promover a colonização nacional e estrangeira.

Por isso, dizia-se muito na época que as pessoas adquiriam uma “*sorte de terras*”. O termo dado à conjuntura, na época, podia ser entendido no mínimo por três aspectos: primeiro, era um *aspecto de medida de área* guiada principalmente pelas “aguadas” (terras compreendidas entre duas linhas de morros, que podia ser correspondida a uma pequena bacia hidrográfica); segundo, no *aspecto legal* de se ter a sorte de conseguir legitimar as posses perante o Estado, pois era de conhecimento inegável a compreensão de que se tratavam de terras devolutas; e terceiro, *aspecto figurado* por conseguir sobreviver aos ataques dos “selvagens”, em terras isoladas do sertão, quase sem remédios, sal e pólvora.

O registro realizado nas paróquias, denominado Registro Paroquial ou Registro do Vigário, para os grandes posseiros, era uma forma de iniciar a legitimação das terras que haviam sido griladas. Porém, o caráter ambíguo, sempre presente na constituição da legislação brasileira, permitia outras interpretações que não entendiam os registros paroquiais ou do vigário como documentos legais para a comprovação do direito à propriedade privada da terra. Segundo Messias (1964),

[...] o registro paroquial foi apenas uma simples tentativa de obter o governo do império a relação sistemática de todos os possuidores de terras no país. Não teve a intenção de cadastro, nem de outro objetivo que não fosse o simples conhecimento estatístico das terras na propriedade ou na posse privada, conhecimento este de alcance prático manifesto.

Mesmo compreendendo a existência do debate de doutrinas jurídicas sobre sua potencialidade, entendemos que os documentos de registro paroquial tiveram na

história brasileira um papel fundamental à constituição da propriedade privada. Esses documentos declarados as paróquias católicas eram o único tipo de controle do governo sobre as posses, no Brasil. O governo imperial, nos processos de legitimação de posses, em grande parte baseava-se primeiro no levantamento realizado nas paróquias, para depois solicitar aos ocupantes as documentações e comprovações que, sob óptica do Estado e de outra interpretação jurídica, era fundamental:

Art. 5º Serão legitimadas as posses mansas e pacíficas, adquiridas por ocupação primária, ou havidas do primeiro ocupante, que se acharem cultivadas, ou com princípio de cultura e morada habitual do respectivo posseiro ou de quem o represente. (Lei 601 de 1850).

A grande falha do Registro Paroquial esteve no fato de ter estipulado uma cobrança de emolumento para sua efetivação⁸¹, o que levou os “ocupantes” a economizarem no número de palavras em suas declarações e, depois, no entendimento de que o pagamento seria convertido na titularidade.

Portanto, pode-se verificar pelas passagens já discutidas e pelas preocupações dos primeiros posseiros do oeste paulista que apenas a declaração não validava o domínio de uma área. Porém, era o primeiro passo sua constituição.

A dualidade na lei de 1850 e a demora do governo em criar as comissões para checagem das legalidades das posses eram de conhecimento da população, ou de parte de dela. Aqueles que compraram “sortes de terras” de José Teodoro de Souza, na época já falecido⁸², em inúmeras vezes viam-se angustiados e duvidosos sobre a validade destas.

Somente após 30 anos da publicação da lei de 1850 que começaram aparecer, no interior paulista, as primeiras comissões nomeadas pelo governo da província para iniciar o processo de discriminação de terras.

⁸¹ Eram cobrados dois reais por letra.

⁸² “Faleceu em Abril de 1875, com setenta anos. Morreu pobre, quase sem nenhuma posse. A terra de que se apossara, quase toda foi vendida. O pouco que ficou valia quase nada. Já no inventário que se procedeu por falecimento de sua primeira mulher, Francisca Leite da Silva, não houve quilhões para ninguém: foi negativo” (COBRA, 1923, p.57).

Foi um período de intensa agitação [ano de 1880] em toda região sertaneja. Os adquirentes de imóveis, com direitos oriundos dos posseiros, alimentavam suas dúvidas sobre as validades das compras e tinham motivos para isso, em face da lei que, evidentemente, nem a posse de Theodoro validava [...] As escrituras outorgadas pelos primeiros ocupantes eram tidas como documentos que prestavam, apenas, para a prova de ocupação que os interessados procuravam constatar, acrescentando a de cultura efetiva e morada habitual, ficando assim nos termos do direito.[...] Começada em 1880 a fase da legalização das “ocupações”, nunca mais houve sossego no lar do sertanejos. Os comissários citavam os interessados para apresentarem títulos a fim de conferir com a lei 601 e seu regulamento e poder despachar as pretensão de cada um, segundo merecessem.

Havia larga margem para o arbítrio na apreciação de cada caso e os legitimantes, por isso mesmo, ficavam a mercê dos funcionários encarregado do serviço, sobretudo no ponto referente a cultura efetiva e morada habitual. (COBRA,1930. p.90).

Todavia, tal medida do governo não conteve ação de grilagem de terras devolutas. Construíram inúmeras estratégias para conseguir burlar a leis e os ‘olhares’ dos funcionários que compunham as comissões. Muitos, para facilitar a legitimação que desejava, repartiam as terras e vendiam em diversos talhos de terrenos, reduzindo o volume, para que os comissários do governo não desconfiassem; outros, por ameaças ou por encomenda, eram “convidados” a prestarem depoimento, dizendo saber de tudo sobre a ocupação ou não saber de nada, de acordo com a vontade do “freguês”.

Foi nessa época, também, que a denominação grilos e grileiros surgiu, segundo relato dos sertanejos ao Cobra (1923):

Ao leitor vamos contar qual o processo pelos falsificadores adotado no preparo dessas vendas fictícias, inflamadas no sertão e conhecidas como grilos.

Inventaram eles uma fórmula original de redação, para o teor do documento, procurando empregar linguagem que mais rústica parecesse. Com muitas habilidades, descreviam os limites do imóvel, tirando-lhe o nome de outrora, se acaso tivesse, batizando-o na ocasião, caso contrário, com aquele que melhor lhe afigurasse, inspirando-se em acidentes naturais ou fatos, alguns até ridículos, ocorridos nos dias em que estiveram examinando a futura presa.

O papel era escolhido com cuidado, bem como a tinta e estampilha; deveriam ser coesos da data que no documento se lançava, a qual retroagia a ponto de coincidir com os tempos dos posseiros e, mas precisamente, com o período decorrido de 1856 a 1864. Não podia

ultrapassar daqui, porquanto dessa data em diante, levava-se a transcrição o título de domínio. Não era fácil, antes quase impossível, obter-se antedata nos livros do cartório de hipotecas e seus anexos, ainda mesmo sendo cúmplice o oficial.

O material necessário, é bem de ver, devia ter aparência do mesmo que se usava nos tempos idos que fingia: papel azul claro, sem pauta, comum no foro e nos cartórios; estampilhas com a esfinge do Imperador D. Pedro II, quando inda moço, emissões antigas com grande empenho procuradas, bem como o talão de siza, a custo, a princípio, encontrados.

A sorte, porém, favoreceu aos fabricantes. Descobriram em poder de uma ex-tabelião e ex-agente fiscal, que exercera os dois cargos, em vizinha localidade, fórmulas em branco, impressas com as armas imperiais e as datas contatando o exercício financeiro para o qual eram destinadas; judicialmente com aquelas encontraram antigas estampilhas ainda não utilizadas.

A porta desse ex-funcionário ia bater os falsificadores que, por alto preço, adquiriam as peças indispensáveis à compra de terras que inventavam fazer aos manes de Teodoro. O velho agente soube tirar partido da situação e conseguiu alta cotação para a mercadoria preciosa que em seus arquivos escondia.

[...] lançado os papéis dizeres bem semelhante em todas as falsificações (que poucas variantes apresentam em cada documento, por isso que são consagrados) mais o selo e a data, escritos por um entendido na feitura do instrumento, intervinham, finalmente, dois indivíduos assinando, um a rogo dos vendedores⁸³ e outro, do comprador, e duas testemunhas.

[...] concluído esse trabalho procuravam tabelião que fosse amigo ou ao menos fosse discreto e lhe apresentavam a escritura para que transcrevesse no livro de notas. Com a certidão e o original voltavam para a casa e os metiam no fundo da caixa. Entravam, em seguida, no imóvel, começavam a roçar e cultivar como se fossem donos verdadeiros e punham-se de guarda aos acontecimentos ou a algum alarme que porventura se desse, denunciando o fato.

[...] gente séria e não vozeira do lugar deu a esses instrumentos de aquisição de propriedade o sugestivo apelido de grilo e de grileiros aos seus autores. O leitor, por certo, há de saber que semelhança existe entre o inseto, que nos incomoda tanto com o ruído estridente que sabemos, e uma escritura de compra e venda por instrumento particular falsificado.

Explica-se por dois modos.

Dizem os homens do sertão que o autor de uma dessas falcatruas desejando, certa vez, mostrar a seus amigos a escritura que trazia bem guardada no fundo da caixa, conduziu-os ao interior da casa. Abrindo o velho traste, dentro do qual se encontrava o documento, ao afastar de cima deste as roupas e outros objetos, nas mãos lhe salta e vem a ele, ligeirinho, de par com a escritura, o grilo que junto a mesma se achava. É muito freqüente, nas caixas velhas e mesmo novas, penetrar o bicho e esconder-se ali.

E do fato de estarem juntos – inseto e documentos e bem ocultos – aparecendo um quando o outro igualmente se mostrou, foi que se originou a denominação, á primeira vista sem fundamento.

Afirmam outros, porém, que o apelido veio da semelhança que existe entre os falsificadores, a sua obra e os tais animaizinhos, esperto, que

⁸³ Os documentos sempre continham como vendedores José Teodoro de Souza e sua esposa Francisca Leite de Souza. Aproveitava da situação em que ambos eram analfabetos.

escapam com incrível rapidez das mãos que os prenderam; tentando-se, de novo, apanhá-los outras vez fogem, dando saltos e tentas mais quantas forem as tentativas, até que desanimam o seu perseguidor.

Assim é com o produto do artifício que homônimo veio a ser do inseto fugidio, em sentido figurado, já que se vê, e com seus autores. Pelo cuidado que se punha no fazê-lo, muitas vezes escapava ao exame cuidadoso e as vistas experimentadas pelos peritos, dos juizes, dos advogados, e de muita gente mais; ninguém conseguia, embora se esforçando, fazer o corpo de delito e prender o grileiro na malha da justiça. (COBRA, 1923, p.102-106).

Entre 1880 e 1890, foram legitimados somente oito imóveis na posse de José Teodoro de Souza, cinco na posse de João da Silva Oliveira e uma na posse de Francisco de Paula Moraes.

Na posse de Theodoro foram as seguintes: Fazenda Chico Tenente, São Bartholomeu, Fazenda da Serra, Queixadas (também denominada Boa Esperança), Dourado – margem esquerda, a margem esquerda do Capivara, uma sorte de terras atribuída a Martins Silva; Fazenda Anhumas (do Capivara) e as propriedades de Antonio Joaquim Melchior.

Na posse de João da Silva : Jaguaretê, Estiva, e Fazenda João Eduardo, aquela à esquerda, e esta à direita, Faz. Laranja Doce, em cuja barra se legitimou também uma outra sorte cuja denominação ignoramos; Fazenda Anhumas (a dos Medeiros e Custódio Vencio).

Na posse de Francisco de Paula Moraes , a Fazenda Monte Alvão (parte que ficou apenas à posse, pois que foi pelos herdeiros do posseiro incluídas no inventário).

A área conhecida hoje do Pontal do Paranapanema seria integrante de uma antiga posse de terras denominada Fazenda Pirapó-SantoAnastácio. Porém, a história de sua constituição demonstra ligação com uma outra posse, contígua ao norte, à Fazenda Boa Esperança do Aguapei (José Teodoro de Souza).

O registro da Fazenda Pirapó-SantoAnastácio foi declarado por Antonio Gouveia, também no ano de 1856, (assim como José Teodoro de Souza⁸⁴), através

⁸⁴ Segundo consta no termo de posse, a área pertencente à Fazenda do Rio do Peixe ou Boa Esperança do Aguapei era bem maior do que a Fazenda Santo Anastácio. Originava na barrancas do Rio do Turvo, cujas nascentes estão nos municípios de Agudos e Bauru.

do frei Pacífico de Montefalco, na paróquia de São João Baptista do Rio Verde (hoje Itaporanga). O registro contava que possuía a posse desde 1848.

Como se vê, a partir dos grandes posseiros/grileiros começou o conflito dominial no Pontal do Paranapanema (ver Mapa 10). Ambos os senhores citados trataram, como já foi dito, de realizar o registro paroquial e, em seguida, parcelar, vender, trocar ao máximo essas terras, não permitindo saber de fato quem comprou de boa ou má fé.

Leite, recuperando dados históricos, analisou as transferências de terras até serem consideradas imprestáveis:

Em abril de 1861, Gouveia vende sua posse, em escritura lavrada em Pirassununga, a Joaquim Alves Lima. Com seu falecimento, assume a Pirapó-Santo Anastácio o filho João Evangelista de Lima [...] este último personagem foi o primeiro da cadeia, a tentar legitimar sua posse, o que ocorreu em 1886. Porém, o fez com tamanha inabilidade e com “tantas nulidades na parte jurídica quanto erros da parte técnica” que Prudente de Moraes, Governador de São Paulo na época, após ouvir o juiz Comissário das Comarcas de Lençóis e Botucatu, em longo parecer, concluiu por considerar “imprestável e nula a medição. Era 22 de setembro de 1890. [...]

E nem poderia ser de outra forma, em se considerando que num dos documentos anexados à petição de João Evangelista, consta uma estranha planta em que o Rio Paranapanema cruza o rio Paraná e segue Mato Grosso adentro. (1981, p. 40).

O mesmo resultado de imprestabilidade do documento também foi designada à fazenda Boa Esperança de Aguapei. Em 1902, o sucessor de Francisco de Paula Moraes (que era genro de José Teodoro de Souza), o coronel José Rodrigues Tucunduva, também recorreu solicitando a legitimação das terras. A Procuradoria do Patrimônio Imobiliário, olhando os documentos, reconheceu apenas os que se referiam ao curso superior do Rio do Peixe. Com isso, no início do século XX, grande parte dos títulos da área denominada Pontal do Paranapanema fora declarada nula e imprestável.

Mapa 10

A tomada das terras públicas: Origem da grilagem no Pontal.

Legenda:

- Fazenda Pirapó-Santo Anastácio
- Fazenda Três Ilhas, Ilha Grande ou Baixios de Santo Anastácio
- Fazenda Cuiabá
- Fazenda Ribeirão Claro - Montalvão
- Reserva Morro do Diabo

Fonte: ITESP, 2008.
Elaboração e org.: FELICIANO, C.A. 2009

Outra estratégia criada pelos grileiros foi as permutas de terras que embaralhava ainda mais a cadeia dominial na região. O agrimensor Manoel Pereira Goulart, por exemplo, requereu ao governador a legitimação de uma posse denominada Fazenda Aguapei e Boa Esperança, alegando que esta lhe pertencia desde 1850 e nela residia, plantando café e cana-de-açúcar, em harmonia, de modo pacífico, com sua esposa e filhos⁸⁵. Porém, o pedido fora negado pelo Visconde de Parnayba, que considerou sobre este e todos os outros documentos apresentados “*nulidade e falsidade das peças apresentadas e actos apresentados*”.

A tentativa de permuta foi realizada entre Manoel Goulart (Faz. Boa Esperança do Aguapei) e João Evangelista (Faz. Pirapó-Santo Anastácio), no ano de 1890. Mesmo com a contestação inicial de familiares de João Evangelista e depois suspensão após acordo, fora julgada nula a ação de um ato que ambos não possuíam.

A artimanha criada por Manoel Goulart, na época, para “*esquentar*” os papéis de “*suas terras*” foi enviar, no ano de 1891, ao Ministério da Agricultura uma solicitação para alocar imigrantes em *sua fazenda Pirapó-Santo Anastácio*. Como a política adota pelo governo federal era atrair grandes levas de imigrantes, a resposta encaminhada pelo órgão federal ao grileiro foi através do Aviso nº24:

Em resposta ao vosso ofício nº332, de 17 do corrente, remeto-vos para fins convenientes os inclusos papéis, relativo ao contrato de Manoel Pereira Goulart, para localização de imigrantes em **sua fazenda no estado de São Paulo**, convindo que providencias para que esse contrato seja executado, visto terem sido preenchidas as formalidades. (apud LEITE, 1981, p.44, (**grifos nossos**).

Segundo Leite (1981), a partir de atos semelhantes a esses,

surgiram centenas de grilos na Pirapó-Santo Anastácio de aventureiros ricos e pobres. Esses muitos, aqueles reduzidos em numero. Todos, contudo, aventureiros” [...]” porém para grande parte da população paulista e mineira da época, as terras, no entanto, continuavam devolutas. Uns, porque opunham dúvidas ao título de Manoel Pereira Goulart, a maioria por ignorância.

⁸⁵ Segundo Abreu (1972), a declaração de Manoel Goulart é falsa, pois o mineiro se transferiu para o município de Campos Novos de Paranapanema, no começo do ano de 1888.

Foi somente na década de 1930 que o poder judiciário de São Paulo constatou, através de laudos periciais, que a assinatura do Frei Pacífico de Monte Falco, tomada por Antonio Gouveia, foi falsificada. Portanto, além do registro de origem da Fazenda Pirapó-Santo Anastácio possuir vícios, também foi instrumento de um crime. A partir desse momento, as terras dificilmente eram consideradas de domínio particular, e essa grande extensão de terras passou a ser de fato conhecida como região de terras devolutas, mas sem juridicamente o Estado as reconhecer como tal e, assim, tomassem efetivamente como suas.

De acordo com Silva (2008), as duas primeiras intervenções do Estado na questão da propriedade da terra estiveram ligadas paralelamente aos dois momentos de ocupação econômica, com a monocultura agroexportadora do café.

Em paralelo à primeira expansão do café, no período de 1888 a 1898,⁸⁶ o Estado elaborou, em 1895, através do Congresso, a lei nº323 de 22/06 de 1895, contendo critérios e disposições rigorosas sobre a questão das terras devolutas, guiadas pela Lei de 1850.

Essa medida estabelecida por leis, constituída em esferas governamentais distintas, visava à valorização da terra. Porém, de acordo com Silva (2008), com um diferencial:

A valorização da terra, que era um dos objetivos da lei de 1850, acabou ocorrendo, mas por um efeito perverso desta. Não foi a venda das terras devolutas que provocou a valorização, mas a grilagem, isto é, a venda de terras devolutas por particulares que se apropriaram ilegalmente delas. A marcha da ocupação territorial ia incorporando novas terras ao patrimônio privado e as vendas de terras se multiplicavam, complicando, assim, ainda mais a já confusa situação da propriedade territorial. (SILVA, 2008, p.308).

A medida legal estabelecida pelo Estado de São Paulo era muito rigorosa, pois seguia os princípios estabelecidos da Lei de Terras de 1850. Entretanto, com a promulgação da primeira Constituição da República Brasileira, transferindo a competência de atuação das terras devolutas aos Estados, houve um arrefecimento

⁸⁶ Segundo Monbeig (1984), correspondeu às regiões da Mogiana (Amparo, Serra Negra, Itapira, Espírito Santo do Pinhal, São João da Boa Vista, até Ribeirão Preto e Batatais), com algumas entradas na região central (Itu, Campinas, Ibatiba, entre outras) e na região da Alta Sorocabana (Botucatu, especificamente). Nesse período, a produção de café triplicou.

da lei estadual de 1895, devido à pressão da classe dos grandes proprietários de terras.

Após três anos da sua promulgação, foi criada a lei nº 545 de 02/08/1898. Com critérios mais brandos, a legalização de terras devolutas movidas por ato de grilagem tornou-se menos difícil, pois suas novas características assim permitiam: a) a legitimação automática (independentemente do processo de legitimação) das posses que tivessem um título de domínio anterior a 1878 e das terras que estivessem na posse particular, com morada habitual e cultura efetiva desde 1868; e outro ponto, a legitimação (com instrução ao processo) das posses de primeira ocupação estabelecidas até a promulgação da lei de 22 de junho de 1895.

Como parte da regulamentação da lei, foi criado dois anos depois o Registro Público das Terras. Nessa primeira tentativa de intervenção do Estado, que também exigia que registrasse as terras devolutas, este não cumpriu sua obrigação, principalmente por falta de conhecimento de quantidade e localização.

O mesmo não aconteceu com os posseiros e grileiros paulistas, que viram nessa brecha conquistada na legislação a possibilidade de legitimar aquilo que ocuparam ilegalmente. A grande mudança era o tempo ganho de 14 anos, pois, com a nova lei, podiam falsificar os títulos com data de 1878 e não 1854, como determinava a lei de 1850.

O avanço do café valorizou as terras, trazendo consigo relações capitalistas e não capitalistas de produção para grande parte do Estado. Com esse avanço diferente de outros Estados fez com que o registro fosse levado mais a sério (Silva, 2008).

O argumento até hoje utilizado pelos grandes proprietários de terras do Pontal do Paranapanema é de que o Estado perdeu várias oportunidades de retomar suas terras. Silva (2008, p.310) também reafirma esse argumento ao escrever que

[...] o Estado, perdeu, em todo caso, a oportunidade de pôr um fim e, sobretudo, na grilagem das terras devolutas, ao não tomar conhecimento das informações contidas nos Registro de Público de Terras. O fato de ter desobedecido ele próprio ao regulamento que inventara, tornou-se alvo fácil nos processos jurídicos que mais tarde (depois de 1930) tentou mover contra os invasores de terras devolutas.

As medidas manifestadas pela lei caíam em descrédito perante os posseiros/grileiros, pois tinham sempre apoio político local ou regional para continuarem suas ações. Assim, a perpetuação do poder coronelista se fortalecia diante das tentativas de intervenção do Estado.

Outro momento de tentativa de atuação do governo estadual na questão da propriedade da terra aconteceu concomitante à segunda arrancada do café, logo após a Primeira Guerra Mundial. De acordo com Monbeig (1984), os cafezais estendiam-se para o interior do Estado, em direção a Uberaba (em Minas), e as regiões de Rio Preto, Araçatuba, Marília, Salto etc. Era o momento também da construção da linha férrea que partia de Bauru com destino ao Mato Grosso.

O processo de ocupação econômica do território paulista foi moldando a atuação do Estado, no sentido de administrar as possibilidades de conflitos de terras que surgiam, fruto da confusão dominial das terras que se apresentava.

No ano de 1921, foi promulgada a lei nº 1.844. Proposta no governo de Washington Luiz, foi regulamentada por decreto somente um ano após, com a finalidade de legalizar os posseiros irregulares. Segundo a lei, poderia tirar títulos de terras os seguintes sujeitos: a) posseiros que estivessem ocupando terras até um ano antes da entrada em vigor da referida lei de 1821; b) todos aqueles que possuíssem um título, mesmo que ilegítimo, antes da lei; e o terceiro ponto, todos que tivessem obtido uma decisão judicial que os favorecesse.

Na contra marcha dos princípios promulgados pela lei de 1850, a esfera estadual, de 1921 autorizou a concessão gratuita de terras devolutas, abrindo possibilidade de legalizar todas as terras, no período de 1895 a 1921.

Mesmo assim, grande parte dos posseiros e grileiros do Pontal do Paranapanema, sabendo das fragilidades abrigadas nos títulos, e das brechas para sua legitimação, não os levava ao fim. Isso porque a terra, como bem natural, foi transformada em propriedade e, nesse processo - sustentado pela violência, desmatamento e grilagem -, como potencialidade de auferir renda e poder.

As tentativas e “brechas” forjadas pelo Estado, no início de século XX, através de leis, decretos e processos administrativos de discriminação de terras,

eram mais para legitimá-las em benefício do desenvolvimento capitalista do que para a resolução de conflitos sobre seu apossamento.

Portanto, nem os povos indígenas, tampouco o intenso processo de desmatamento, foram empecilhos para o desenvolvimento do capitalista na região.

O governo do Estado de São Paulo, sem conseguir controlar e/ou legalizar o processo de ocupação desenfreada e ilegal em áreas devolutas, necessitava indicar outras razões que desvirtuassem a discussão sobre a questão da propriedade privada da terra.

A criação das reservas florestais no Estado de São Paulo, pelo governador Fernando Costa, foi uma tentativa de conter, em princípio, o desmatamento desenvolvido pela frente pioneira e as disputas constante de terras entre os grileiros, nas últimas áreas de florestas do Planalto Ocidental. Porém, era também uma tentativa de responder ao resultado das ações discriminatórias que julgaram como devolutas as áreas do 1º e 2º Perímetros de Presidente Venceslau.

No ano de 1941, foi criado o Parque Estadual do Pontal do Paranapanema, sendo destinado à conservação da flora e fauna e o estabelecimento de florestas protetoras. Com essa ação, o Estado calculava que ações de irregularidades em áreas devolutas fossem reprimidas. Tanto que, no ano seguinte, em 06 de novembro de 1942, outra reserva foi criada, denominada Reserva Lagoa São Paulo, localizada no município de Presidente Venceslau. Somadas a essa, no ano subsequente criou-se, em uma área de aproximadamente 100.000 alqueires, a grande Reserva do Pontal do Paranapanema.

Essas ações foram propostas com a finalidade de transferir o caráter devoluto das terras para a questão ambiental, porém isso não impediu o avanço das negociações de terras e o processo de grilagem em terras.

A venda de terras em “*áreas de reserva*”, ficou proibida, assim como eram proibidas no século anterior as “*áreas devolutas*”. Assim como no século XIX não se conteve tais ações, no seguinte se propagaria, em tamanho e intensidade maior, tanto que muitas cidades do Pontal do Paranapanema foram criadas para legitimar a grilagem (Barbosa, 1990).

O governador Adhemar de Barros possuía extrema ligação com o poder político na região, uma vez que quase todos os prefeitos se filiaram ao Partido Social Progressista. Em troca de apoio, durante a sua gestão, de 1947 a 1951, as áreas reservadas por lei foram invadidas e negociadas.

Vários golpes foram aplicados pelos grileiros para driblar a ocupação de “*áreas de reserva do Estado*”. O mais conhecido foi o “Golpe da Arrematação”.

O acordo realizado entre grileiros na região contou com amplo esquema de corrupção envolvendo autoridades fiscais, promotores e juiz da comarca de Presidente Venceslau, prefeitos e ex-prefeito e familiares do governador Adhemar de Barros⁸⁷. Todos com interesses diretos ou indiretos nas benesses que a legitimação da grilagem lhes proporcionaria.

O golpe, segundo Santos (2001),

foi organizado por um movimento inusitado, do qual participaram também alguns políticos interessados em terras do Pontal do Paranapanema. Argumentava-se que a Reserva Florestal do “Morro do Diabo” poderia se tornar solo produtivo, se nela fossem instaladas milhares de famílias, extinguindo-se o decreto que criou.

O primeiro passo do golpe foi solicitar ao governador que sucedeu Adhemar de Barros (Lucas Nogueira Garcez), através de um memorial, a redução das áreas de reserva. A resposta do Estado foi que o “problema do Pontal deve ser o de criar novas reservas florestais e não se desfazer das já existentes” Com isso, novamente não houve a legalização dos títulos.

Com o grupo composto principalmente por pessoas influentes de Presidente Venceslau, o golpe contra áreas devolutas foi aplicado. Depois de formalmente solicitado e negado pelo poder público, a redução da área de reserva, a finalidade era obter pela própria justiça sua legitimação.

A estratégia foi levar algumas “propriedades” a leilão público, por falta de recolhimento de impostos (ITR e SISA). Com isso, a justiça mandou penhorar 15

⁸⁷ Segundo Leite (1981), o irmão do governador, Antonio Emídio de Barros Filho, possuía terras em áreas de reserva. Entre os políticos que possuíam terras, podemos citar: os Mellão Nogueira, Antonio Silva (Prefeito de Assis na época), Enio Pepino (prefeito de Presidente Venceslau), João Batista Tolosa (Prefeito de Santo Anastácio), João Gonçalves Foz (ex-prefeito de Presidente Prudente).

terrenos, todos pequenos (de 5 a 50 alqueires), e levá-los a leilão. O juiz acata a decisão de forma emergencial e manda publicar os editais. Assim relata Leite (1981) sobre o procedimento:

A 30 de março, com a presença da maioria dos citados na penhora, ou seus representantes legais, e dos arrematantes, foi feito o leilão.

Assim, um terreno de 5 alqueires, penhorado por falta de pagamento regular de imposto territorial no valor de Cr\$ 462,00, adquirido a Cr\$ 200,00 o alqueire em 1950 fora arrematado por Cr\$ 50.000,00. O terreno mais caro, de 50 alqueires, com débito fiscal de Cr\$ 15.050,00 fora arrematado por Cr\$ 500.000,00.

Os 15 terrenos juntos perfaziam um total de 465 alqueires e custariam ao arrematantes Cr\$ 3.927.700,00 a um preço médio de Cr\$ 8.500,00 cada alqueire.

Os arrematantes foram Galileu Mendes Amado, Ovídio Miranda Brito e Gerson Prata, todos representados pelo primeiro que fez o pagamento em dois cheques: um para o Estado, para saldar os compromissos fiscais, no valor de Cr\$ 126.205,50, e outro aos “réus” com a importância restante.

Causou estranheza no meio forense a rapidez com que as etapas várias do golpe foram vencidas. Deste modo, no dia 31 de março, todos os executados já haviam levantado o dinheiro que lhes cabia nos Bancos da cidade e, no mesmo dia, o juiz de Direito da Comarca homologava o resultado da hasta pública, expedindo mandado de entrega dos lotes arrematados, isto é, antes que a sentença homologatória houvesse transitado e julgado.

Estabeleceu-se uma curiosa situação em que o Estado mandava penhorar terras que eram suas a fim de cobrar impostos atrasados sobre essas mesmas terras.

O engenhoso golpe, que resultaria na passagem da área reservada do Morro do Diabo para mãos de particulares, seria inclusive como justificativa para a liquidação das reservas da Lagoa São Paulo e do Pontal.

Tomados de surpresa ante os documentos que os novos donos de glebas portavam, a Polícia Federal e o Instituto Florestal nada podiam fazer contra as derrubadas e as retiradas das madeiras.

Por um prazo de cerca de 40 dias, o “golpe de arrematação” parecia haver dado resultado.

Como o controle das informações e poder na região estavam sob o comando de prefeitos e ex-prefeitos em uma política coronelista, muitas informações sobre o Pontal do Paranapanema não eram de conhecimento público da sociedade.

Ao tomarem conhecimento do assunto, os Jornais A Folha da Manhã e o Estado de São Paulo iniciaram uma série de reportagens denunciando as ações de grilagem de terras e desmatamento em áreas de reservas. Algumas notícias sobre

invasão de reserva, o golpe de arrematação e desdobramentos foram manchetes entre 1954 e 1956. Vejamos algumas:

Num estado de florestas assume aspectos dramáticos a história da grande reserva do Pontal do Paranapanema⁸⁸;

Manifesto o descaso das autoridades florestais pela preservação da reserva da Lagoa São Paulo⁸⁹;

Dócil instrumento de forças políticas e econômicas, o Estado não preservou uma floresta de 102 mil alqueires⁹⁰;

O Estado nunca defendeu a reserva do 13º Perímetro e só fez ceder terreno ante a investida de particulares⁹¹;

A área do 10º perímetro, já em 1940, se achava totalmente na posse de particulares⁹²;

A história de um título de terras que se confunde com a história da colonização da alta sorocabana⁹³;

Enquanto os órgãos jurídicos e florestais reagiam com lentidão, posseiros operavam com rapidez contra as reservas de presidente Venceslau⁹⁴;

Impõe-se ampla investigação para o escândalo das reservas florestais⁹⁵;

Não se admite que o Golpe da Arrematação contra a reserva florestal se tenha dado sem a cumplicidade de funcionários⁹⁶;

Confirma-se que a própria fazenda estadual possibilitou a arrematação de terras pertencentes à reserva Florestal⁹⁷;

Calcula-se seja grande o número de particulares dentro da reserva florestal do 1º e 2º Perímetro⁹⁸;

Em 1957, um golpe primário⁹⁹;

Justiça legaliza o extermínio das reservas florestais do Pontal.¹⁰⁰

⁸⁸ **Folha da Manhã**, 09 de maio de 1954.

⁸⁹ **Folha da Manhã**, 07 de maio de 1954.

⁹⁰ **Folha da Manhã**, 12 de maio de 1954.

⁹¹ **Folha da Manhã**, 15 de maio de 1954.

⁹² **Folha da Manhã**, 21 de maio de 1954.

⁹³ **Folha da Manhã**, 04 de fevereiro de 1956.

⁹⁴ **Folha da Manhã**, 30 de abril de 1954

⁹⁵ **Folha da Manhã**, 05 de maio de 1954

⁹⁶ **Folha da Manhã**, 02 de maio de 1954.

⁹⁷ **Folha da Manhã**, 28 de abril de 1954.

⁹⁸ **Estado de S. Paulo**, 26 de maio de 1954.

⁹⁹ **Estado de S. Paulo**, 03 de setembro de 1969

¹⁰⁰ **Estado de S. Paulo**, 31 de março de 1957.

Com isso, desde a década de 50 do século XX, a questão da grilagem das terras devolutas, assim como as invasões nas mesmas, (agora transformadas em áreas de reserva) deixaram de ser assunto restrito ao âmbito local e regional e ganharam repercussão e conhecimento público de grande parte da sociedade.

As denúncias do “golpe da arrematação” pela mídia levaram o governo de Garcez, em seu último ano de mandato, a adotar algumas medidas de âmbito administrativo: aquisição de veículos para agilizar o processo de fiscalização do Serviço Florestal e da Polícia Federal; a instauração de processo administrativo para apurar o envolvimento de servidores públicos no golpe da arrematação; e a impugnação do loteamento do 13º perímetro, que hoje encontra-se a cidade de Rosana.

Quando Jânio Quadros assumiu o governo do Estado de São Paulo, em 1955, o processo administrativo instaurado no ano anterior concluiu o envolvimento de funcionários públicos no golpe. Entre eles, estava o ex-secretário da Agricultura do Estado na gestão anterior, por liberar a particulares o uso de parte da área do Morro do Diabo. Segundo Barbosa (1990), também demitiu Fadul Zahar (fiscal de rendas de Presidente Venceslau) e suspendeu, por 90 dias, Raul Cardoso de Melo Tucunduva (procurador chefe da Procuradoria do Patrimônio Imobiliário).

Além de medidas que visavam elucidar o episódio do “*golpe contra as áreas de reserva*”, o governo de Jânio Quadros adotou outras políticas para conter a invasão das terras públicas no Pontal do Paranapanema¹⁰¹. Entre outras que tiveram efeito apenas momentâneo, o governador autorizou a suspensão de financiamentos agrícolas e pecuários por parte do Banco do Estado de São Paulo a todas as “fazendas” que localizassem no 10º e 13º perímetros (Barbosa, 1990).

A reação da classe dos grandes proprietários foi imediata ao tentarem, via Assembleia Legislativa, a instalação de uma CPI para investigar supostas denúncias de abuso de poder e violência praticada pela polícia florestas na região. Ocorreram também vários episódios de incêndios na área de reserva.

¹⁰¹ Outra medida foi a entrada com ação de discriminação de terras, através da Procuradoria do 13º Perímetro,, que, em razão de seu desmembramento, havia sido paralisado.

Findado o governo de Jânio Quadros, iniciou-se em 1959 a gestão de Carvalho Pinto (antigo Secretário de Fazenda de Jânio). O governo manteve-se distante de uma intervenção que buscasse resolver a questão agrária no Pontal, porém adotou medidas para desacelerar as pressões da classe latifundiária, reabrindo a possibilidade de financiamento e créditos com o Banco do Estado e levando *a pouco vapor* a construção do ramal de Dourado da estrada de Ferro Sorocabana.

Com a volta de Adhemar de Barros ao governo do Estado paulista, em 1962, o clima de tensão entre fazendeiros/grileiros e Estado deixou de existir. Vejamos as mediadas adotadas que privilegiaram ou beneficiaram direta ou indiretamente os “proprietários” do Pontal: o ramal de Dourado recebeu novas verbas; o número de fiscais florestais ficou reduzido; as serrarias voltaram a todo vapor; os vagões-gôndolas que foram proibidos no governo de Jânio Quadros voltaram a compor os cargueiros da ferrovia; os loteamentos que daria origem à cidade de Rosana¹⁰², que havia sido impugnado, foram todos vendidos pela imobiliária Camargo Correa; e novamente as ações discriminatórias foram esquecidas (Barbosa, 1990).

A partir do final do governo Adhemar de Barros, com a expansão e ocupação ilegal das terras públicas por particulares e empresas, o Pontal começou a ser observado pelo Estado como uma região carente de desenvolvimento. O governo de Roberto Costa de Abreu Sodré, na década de 70 do século passado, elaborou um plano de integração econômica do Pontal do Paranapanema.¹⁰³ Dentre suas metas estavam o financiamento de linhas de créditos, principalmente a pecuária e lavoura, a construção de estradas e escolas.

Cabe ressaltar que o governador tinha interesse em particular na região, pois possuía no antigo 13º Perímetro uma área de aproximadamente 5.714 hectares. Algumas áreas (hoje espólio) são até hoje questionadas pelo movimento camponês, na região.

¹⁰² Aproveitando-se de influência com políticos e servidores do Estado, a empreiteira Camargo Correa obtinha muitas informações privilegiadas, que favoreciam o surgimento de loteamentos e a criação de novas cidades. Rosana (nome de uma das filhas de Sebastião Camargo), por exemplo, foi construída em uma gleba de 6.050, em que seria o ponto final dos trilhos da estrada de ferro.

¹⁰³ Os planos para/de desenvolvimento para o Pontal do Paranapanema discutirei nos capítulos seguintes.

Leite (1981) relata que, a partir desse período, além do argumento de levar desenvolvimento à região, os projetos econômicos valorizariam ainda mais as terras na região:

[...] em 1978, os técnicos da Secretaria de Economia e Planejamento publicam o Programa para o Desenvolvimento do Pontal do Paranapanema. Antes mesmo de ser divulgado, a CESP e o Proálcool já haviam iniciado as obras de seus grandes projetos hidrelétricos e de álcool combustível no Pontal [...] as terras ganharão novos preços e as matas, porventura existentes nas fazendas, estarão correndo sério risco, pois aquela cultura [cana-de-açúcar] deverá ocupar justamente os terrenos cobertos por elas, considerados mais férteis. (LEITE, 1981, p.239).

Com o redirecionamento das ações governamentais para o Pontal do Paranapanema, a questão da retomada das terras devolutas deixa de ser a questão central, sendo substituída por grandes projetos de desenvolvimento. Nesse processo, as terras devolutas griladas “transformam-se” em “terras particulares”, assim como os “grandes grileiros” em “proprietários”. Todavia, os pequenos posseiros nos futuros camponeses sem-terra.

4.2 - Tentativas governamentais para implementação de políticas públicas para desenvolvimento do Pontal do Paranapanema.

O Pontal do Paranapanema apesar de ser conhecido como uma *região*, de fato, no âmbito estatal, administrativo, nunca foi assim delimitada.

Em todas as definições, redefinições e propostas apresentadas no sentido de uma política regional, o município de Presidente Prudente foi compreendido como a “*porta de entrada*” do Pontal do Paranapanema, apesar de muitos defenderem sua exclusão. Porém, o Pontal do Paranapanema manteve-se sempre como uma região subordinada a Presidente Prudente.

A denominação ou delimitação de uma região vão além de limites físicos e/ou administrativos, assim como há diversas delimitações. Porém, faz-se necessário, para o tratamento com dados e informações, adotar uma delimitação para o Pontal do Paranapanema. Portanto, trataremos tanto no plano das ações

desenvolvidas pelo Estado, como no trabalho cartográfico, a área pertencente à 10ª Administrativa de Presidente Prudente.

Antes dos primeiros estudos de origem institucional sobre uma estruturação regional para o Estado paulista, as referências às regiões eram relacionadas ao processo histórico de ocupação ou por setores específicos (educação, saúde etc). Tais referências eram fundamentadas principalmente no desenvolvimento do sistema ferroviário, orientando as frentes de ocupação e o assentamento populacional. Nesse processo, as regiões não eram delimitadas de forma rígida ou precisa. Segundo Zanh (1995), “apenas indicavam grandes áreas de ocupação e sua origem ferroviária: Bragantina, Mogiana, Araraquarense, Alta Araraquarense, Noroeste Paulista, Alta Paulista, Sorocabana, Alta Sorocabana.”

Somente no ano de 1968 efetivou-se, com uma forte participação de professores do Departamento de Geografia da Universidade de São Paulo, uma regionalização do território estadual para fins políticos e administrativos, com a instituição das primeiras Regiões Administrativas. A finalidade dessa regionalização era uma tentativa de descentralizar as ações governamentais e propor uma integração entre o Estado e município. Porém, segundo Alvim (1996, p.252), em São Paulo,

[...] o planejamento regional efetivou-se apenas na década de 70, quando o Estado percebeu sua importância enquanto instrumento de administração, ação e controle, uma vez que os desequilíbrios regionais nesta ocasião já eram preocupantes.

Nos moldes do Plano Nacional de Desenvolvimento, o governo do Estado paulista realizou, em 1973, através de órgãos vinculados à Secretaria de Economia e Planejamento, os primeiros diagnósticos regionais, que tinham como finalidade sistematizar um conjunto de informações e dados socioeconômicos de cada região administrativa, e indicar seus problemas e potenciais. A proposta central não era apenas descentralização das ações públicas, mas principalmente de orientar com esses diagnósticos as possibilidades de investimentos ao capital privado.

Nesse contexto, a 10ª Região Administrativa do Estado (Presidente Prudente) foi destacada para a elaboração do diagnóstico. O argumento principal foi atribuído às grandes disparidades de crescimento em comparação a outras regiões. De um modo geral, segundo diagnóstico,

[...] os principais problemas constatados foram: saldo migratório negativo; falta de oportunidade de empregos na área urbana; grandes unidades fundiárias com aproveitamento extensivo, voltado a pastagens; invasões de terras rurais; desmatamento intensivo das áreas verdes; retração das atividades terciárias e intensificação do trabalho volante. A boa condição que a região oferecia para a navegação fluvial através do Rio Paraná eram ressaltadas como fatores positivos, (ALVIM, 1996, p.268).

No diagnóstico da 10ª Administrativa, as hipóteses levantadas que explicariam as evasões demográficas na região estavam relacionadas “*ao deslocamento da cultura do café para outros Estados e a intensificação do setor pecuário, que se caracteriza como uma extensiva e poupadora de mão de obra*” (Alvim, 1996, p.288). Portanto, deve-se refletir que já era prática da apropriação nessa época existente no Pontal e que chega até atualidade, o predomínio das grandes pastagens. Este era o indicador e o elemento determinante para evasão demográfica e conseqüentemente de investimentos para a região.

Com a primeira grande crise do petróleo, no ano de 1973, os projetos de desenvolvimento foram abalados pelo contexto mundial que se apresentava. Com isso, o governo brasileiro, que vivenciava o regime militar, elaborou o II PND (1975 -1979), com a finalidade de superar a crise internacional. Entre as medidas adotadas, previa-se o processo de desconcentração industrial principalmente do eixo Rio-São Paulo e os grandes projetos modernização da agricultura.

O Estado de São Paulo, novamente seguindo as determinações econômicas e políticas, elaborou “*A Política de Desenvolvimento Urbano e Regional*” (PDUR), com o discurso de descentralizar as atividades da Grande São Paulo em direção ao interior.

A proposta desse plano elaborado em 1976, de divisão do território paulista, foi realizada pela Secretaria de Economia e Planejamento do Estado. Seus objetivos

básicos eram: ¹⁰⁴recuperar a qualidade de vida da Região Metropolitana de São Paulo, e diminuir as diferenças de oportunidades e desenvolvimento entre as diversas regiões do Estado.

A estratégia de divisão territorial foi baseada no enquadramento de quatro áreas de atuação política: Área de Recuperação da Qualidade de Vida; Área de Controle; Área de Dinamização; e Área de Promoção.

O Pontal do Paranapanema e o Vale do Ribeira foram enquadrados como Áreas de Promoção. Até hoje essas duas regiões são identificadas como “*regiões problema do Estado*”¹⁰⁵. Eram caracterizadas como área de urbanização incipiente e estrutura produtiva frágil. Propunha-se para essas regiões a dinamização dos setores secundários e terciários relacionados com atividades “agropastoris” e turísticas.

Constituiu parte integrante dessa política a formulação de planos/programas¹⁰⁶ que deveriam ser elaborados ainda durante a década de 70. Entre eles, havia o Programa para o desenvolvimento do Pontal do Paranapanema. Curioso fato é que em nenhum momento esse programa abordou a questão da situação fundiária, os conflitos de terras e o grande estoque de terras devolutas na região.

A explicação dessa ausência do conflito na região esteve envolvida nitidamente como parte da política de ação em conjunto com o governo federal. Segundo a política de desenvolvimento regional, a região do Pontal do Paranapanema apresentou uma grande potencialidade agrícola para o plantio de cana-de-açúcar e mandioca. Legitimando assim a expansão e adoção ao Programa Nacional do Alcool, como aconteceu principalmente no município de Teodoro Sampaio.

¹⁰⁴ SÃO PAULO (Estado). **Política de Desenvolvimento Urbano e Regional**. São Paulo, SEP/IPEA – CNPU, 1976, n.p.

¹⁰⁵ Justamente essas duas regiões são as que possuem um longo processo de indefinição dominial e grilagem de terras.

¹⁰⁶ Os programas eram: Programa Cidades Médias; Política de Descentralização e Desenvolvimento Industrial; Sistema Estadual de Mão de Obra – SEMO; Programa Cidades Pequenas; Programa das Estâncias Hidro-Minerais, Climáticas, Balneárias, e Áreas de Interesse Turístico; Programa para o Pontal do Paranapanema; Plano Estadual de Habitação; Programa de Preservação do Patrimônio Ambiental e Urbano.

Além do Pró-álcool, no final da década de 70, o governo do Estado, através da CESP, planejou e iniciou as obras das Usinas Hidrelétricas de Porto Primavera, Rosana e Taquaruçu.

A construção dessas hidrelétricas fez parte de planos setoriais do governo. Porém, não houve uma preocupação com o término das obras no Pontal, que culminaria com o alagamento de enorme porção de terras, desapropriando muitas famílias e transformando outras (desempregadas com o término da obra) em público potencial, que originou a formação do MST na região.

Em escala federal, com o fracasso de algumas ações e a nova crise do petróleo, o governo brasileiro elaborou o III PND, fornecendo apenas orientações gerais para o desenvolvimento nacional. No entanto, no Estado de São Paulo, a partir de 1979 até a entrada do governo democrático, a ausência de políticas de planejamento regional ficou evidente.

Somente com o governo Montoro, nos anos 80, foi formulado um novo modelo de estruturação regional, criando as chamadas Regiões de Governo. De acordo com Zahn (1995),

[...] esse novo modelo enfatizava-se a necessidade de repensar o conceito de Região Administrativa de modo a obter uma congruência cada vez maior entre Região Natural (formadas pelos municípios que possuem uma identidade comum baseada na frequência de relações econômicas, sociais, culturais e políticas) e a Região Administrativa (definida pela jurisdição territorial dos diferentes órgãos de governo estadual).

As propostas de integração das ações não foram “*bem recebidas*” dentro da própria estrutura estatal, fazendo surgir políticas “*clientelistas*”, que atendiam apenas a reivindicações de interesses de classe, além do fato de que o orçamento foi direcionado de forma setorial e não regional. Com isso, a ideia de planejamento regional novamente foi abolida.

No ano de 1986, foi realizada, por técnicos do Escritório Regional de Presidente Prudente, uma ação integrada para o fortalecimento Econômico Social da Região da Alta Sorocabana.

O objetivo da ação foi fortalecer a economia dos municípios da Alta Sorocabana, reduzir progressivamente os níveis de pobreza e preparar a região para receber e se adaptar aos impactos positivos e negativos dos futuros complexo hidroviário Tietê-Paraná e término da construção das usinas hidrelétricas de Porto Primavera, Rosana e Taquaruçu.

Os projetos apresentados foram de cunho setorial, como Projeto Saúde, Projeto Educação, Projeto de Melhoria da Rede Rodoviária e Projeto de Desenvolvimento Agrícola¹⁰⁷, porém apenas algumas questões emergências foram adotadas.

Outra tentativa de atuação do Estado foi a elaboração do Plano para o Desenvolvimento Econômico e Social do Pontal do Paranapanema (entre o período de 1989 a 1992) pela Secretaria de Planejamento e Gestão do Estado de São Paulo. Esse plano foi aprovado no último ano da gestão de Luiz Antonio Fleury, porém nunca publicado.

As bases para elaboração do plano estavam ligadas à criação do Conselho para o Desenvolvimento do Pontal do Paranapanema (CODESPAR), criado pelo decreto 30.621, de 26 de Outubro de 1989. A finalidade desse conselho foi incentivar o desenvolvimento econômico e social do Pontal e suas atribuições eram: definir diretrizes para ação dos órgãos oficiais; elaborar programa de ação para o desenvolvimento do Pontal; apontar origens, a captação e destinação de recursos (humanos, naturais e financeiros); fixar objetivos e metas para o crescimento da região.

Nesse ínterim, a Constituição estadual de 1989 determinava a criação de um Fundo de Desenvolvimento Econômico e Social do Pontal do Paranapanema (FUNDESPAR), sendo efetivado somente em 1991, através da lei n º 7.523.

¹⁰⁷ “Constava do documento sobre Projeto de Desenvolvimento Agrícola: estímulo de plantio de culturas permanentes; instalação de Estação Experimental de Zootecnia em Santo Anastácio (hoje essa área está ocupada por famílias de trabalhadores rurais sem terra e ao lado, por depósito de lixo); instalação de Horto Florestal em Presidente Prudente; implantação de Centro Tecnológico no pólo regional para agilizar diagnósticos e planejamento de agroindústrias passíveis de serem instaladas; instalação de Centro de Treinamento e Desenvolvimento Rural no pólo regional; instalação de armazéns coletores em Teodoro Sampaio, Rancharia, Presidente Venceslau, Mirante do Paranapanema e Santo Anastácio para atender os pequenos e médios proprietários rurais; instalação de escritório e cooperativismo e associativismo em Presidente Prudente com o objetivo de organizar os proprietários, bem como a comercialização de seus produtos” (ALVIM, 1996, p. 297).

O plano desenvolvido pelo CODESPAR¹⁰⁸ elaborou uma estratégia de atuação que visava integrar diversos organismos governamentais, com o objetivo de “inserir a região, de forma abrangente e efetiva na dinâmica de desenvolvimento socioeconômico estadual” (SÃO PAULO, 1992, p.5).

Com isso, outro diagnóstico da região foi elaborado pelos órgãos envolvidos¹⁰⁹, apresentando propostas de atuação e prioridades de médio e longo prazo, sendo o prazo vislumbrado para o ano de 2001.

As finalidades do plano foram:

- Fortalecimento e consolidação da estrutura produtiva da região e sua inserção na dinâmica estadual, nacional e internacional;
- Consolidação e aproveitamento do potencial regional em harmonia com o meio ambiente;
- Rompimento dos níveis de pobreza e melhoria do padrão de vida da população regional;
- Inovação no relacionamento entre governo, o setor privado e a comunidade regional (SÃO PAULO, 1992, p.12).

As diretrizes que pautariam as ações estavam baseadas na Política de Natureza Econômica; Espacial; Social; Institucional e Ambiental. Para análise do trabalho, apresentamos a seguir apenas as diretrizes de duas políticas que mencionaram a questão agrária e os conflitos sociais no Pontal : Política de Natureza Social e Política de Natureza Institucional.

Política de Natureza Social

Diretrizes:

- maximizar o aproveitamento de mão de obra disponível;
- viabilizar a qualidade de prestação de serviços comunitários;
- viabilizar o acesso das famílias ao aproveitamento dos equipamentos coletivos e a habitação;
- melhorar as condições técnicas da produção agropecuária e rever as relações de trabalho, em especial os casos de arrendamento e parceria;
- **reduzir as tensões e conflitos.**

¹⁰⁸ Vinculado à Secretaria de Planejamento e Gestão, e administrado pelo BANESPA, foi criado como forma de assegurar recursos para implementação do Plano.

¹⁰⁹ Os órgãos envolvidos foram: Secretaria da Agricultura e do Abastecimento, Secretaria da Cultura, Secretaria de Energia e Saneamento, Secretaria do Esporte e Turismo, Secretaria da Fazenda, Secretaria do Governo, Secretaria de Infra-Estrutura, Secretaria da Justiça e da Defesa da Cidadania, Secretaria do Meio Ambiente, Secretaria do Menor, Secretaria da Promoção Social e Secretaria da Saúde.

Política de Natureza Institucional

Diretrizes:

- promover a regularização fundiária do Pontal;

- incentivar a parceria público-privada e, no limite, a privatização dos setores tradicionalmente de competência governamental, mas com suficiente apelo ao setor privado;
- agilizar a municipalização de serviços estaduais, inclusive com tratamento inter-municipal;
- integrar as intervenções governamentais dos diversos setores de ações e níveis de poder; e
- sensibilizar a comunidade, inclusive grupos de interesse formadores de opinião, para os problemas/soluções regionais. **(grifos nossos)**

Os grifos realizados na passagem foram para indicar dois eixos que até então não haviam sido tratados de forma sistematizada em planos de atuação do Estado. Mesmo assim, a questão agrária no plano ficou resumida a um caráter de problema social e institucional.

Segundo o relatório apresentado, uma das principais causas que afetam o desenvolvimento regional era a indefinição do domínio das terras. Essa questão, segundo constava no relatório, “é geradora de total insegurança, por um lado interferindo em decisões de investimentos privados, e por outro contribuindo para o acirramento dos conflitos agrários, motivados pela grande presença de latifúndios pouco explorados e um grande contingente de sem-terra.”

Apesar de todo detalhamento e envolvimento de várias secretárias de governo na sua elaboração, o plano não se concretizou e a região, novamente, passou por uma imobilidade estatal.

Somente na gestão de Mário Covas, o governo do Estado novamente se posicionou sobre as questões regionais. Foi elaborada uma proposta¹¹⁰ diferenciada de divisão do Estado em 22 regiões, que até hoje não se encontra aprovada na Secretaria de Economia e Planejamento. A proposta, criada em 1995, em conjunto com técnicos da Secretaria de Economia e Planejamento e a Fundação de Pesquisa

¹¹⁰ Apresentadas no relatório “Proposta para Divisão do Estado em Regiões Sócio-Ambientais e sua Gestão (FUPAM, 1995). Inclusive professores do Departamento de Geografia da Universidade de São Paulo participaram da elaboração dessa proposta.

Ambiental da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da USP delineava-se pelos seguintes princípios:

- a regionalização deverá ser definida tendo como objetivo a descentralização na tomada de decisões, isto é, o governo do Estado optará por estruturas políticas de caráter regional;
- deverão ser implantadas a integração setorial, a integração interinstitucional sobre os espaços e deverão ser definidas políticas estratégicas;
- as entidades regionais de nível estadual deverão ser efetivamente representativas;
- a solução dos problemas regionais deve orientar-se pelo significado do desenvolvimento sustentável, e isto pressupõe o exercício de uma democracia participativa.

A delimitação das regiões levará em conta, além de aspectos econômicos, as questões ambientais (especialmente os recursos hídricos), consideradas como relevantes na estruturação do espaço regional. Segundo Alvim (1996, p.39),

[...] ao contrário das propostas de regionalização discutidas e implantadas anteriormente, esta nova proposta considera o espaço regional não apenas raio de ação de um pólo mais desenvolvido, cujo desenvolvimento econômico influencia toda a área, e sim a região enquanto parte de meio ambiente cujos problemas e potencialidades precisam de um planejamento conjunto dos vários municípios que a compõem, objetivando principalmente, a melhoria da qualidade de vida dos habitantes.

A questão agrária que sempre foi inexistente ou quando muito “*esquecida*” nos programas de planejamento regional, tornou-se uma das ações centrais do Estado, em meados da década de 90, na gestão do governador Mário Covas.

A partir das pressões dos movimentos sociais, em especial do MST, o governo estadual, em 1995, realizou um diagnóstico da situação econômica, social e jurídica, e posteriormente, um Plano de Ação para o Pontal, como seguintes objetivos estratégicos:

- Reintrodução de formas mais eficientes e sustentáveis de produção agropecuária, através da promoção de projetos de assentamentos;
- Reinserção do Pontal do Paranapanema enquanto região de importância econômica, através de regularização fundiária e eliminação das incertezas dominiais, com a otimização de seu mercado local e regional;
- Recuperação ambiental de áreas hoje degradadas pela exploração extensiva, através da recomposição florestal de áreas de preservação

permanente e de Reserva Legal Obrigatória (protegidas por lei) nos assentamentos;

- Distensão social, gerando um clima propício para um novo ciclo de desenvolvimento na região e promovendo a convivência harmoniosa das terras regularizadas.

A proposta do plano previa seu desenvolvimento de 3 etapas: A primeira fase se detinha sobre a Arrecadação e Áreas devolutas e Assentamento, a segunda foram os acordos nas áreas ainda não discriminadas, e a terceira fase a edição de uma Lei de Terras.

Na primeira fase foram propostas e desenvolvidas ações, conforme o plano de ação:

- - Identificação e cadastramento de todas as famílias acampadas, para seleção;
- - Identificação de todas as propriedades julgadas devolutas com área superior a 500 ha., e a realização de vistorias expeditas para levantamento das benfeitorias;
- - Reivindicação de tutela antecipada de 30% dessas propriedades, por acordo ou medida liminar judicial, para a promoção de assentamentos provisórios, até a arrecadação total das áreas;
- - Integração de outros órgãos governamentais para viabilizar o assentamento provisório das famílias nas áreas tuteladas;
- Realização de acordos com os detentores dos imóveis, com recursos repassados pelo INCRA para a indenização das benfeitorias, sendo 70% em Títulos da Dívida Agrária e 30% em moeda corrente;
- Realização dos assentamentos definitivos;
- Aplicação da política de assentamentos do ITESP e integração com outras Secretarias de Estado para implantação e consolidação dos projetos.

Com relação à segunda fase, foram realizadas, com base no Decreto Estadual, 42.041/94. Sua finalidade foi que o Estado estabelecesse acordos com os possuidores de grandes fazendas que estavam nas ações discriminatórias, fazendo com que estes cedessem e assim teriam o restante regularizado em seu nome, evitando assim desgaste jurídico e econômico decorrentes dessa ação.

Como veremos no capítulo seguinte, esse foi o momento em que o Estado implantou o maior número de assentamentos rurais em toda sua história, encarando como sua responsabilidade a destinação das terras devolutas, e administrando os inúmeros conflitos de interesses das duas classes envolvidas na disputa por terras, na região.

Nos governos seguintes, não foram elaborados nenhum plano de ação regional para o Pontal do Paranapanema, diferentemente do que estava já proposto desde o governo Covas. Com isso, entendemos que a política agrária para o Pontal na esfera governamental foi desenhada há 14 anos, pelo governo do PSDB.

Na tentativa de concretizar a última etapa do Plano de Ação para o Pontal do Paranapanema, o governo Alckmin promulgou, em dezembro de 2003, a lei 11.600 que visava regularizar áreas devolutas até 500 hectares, existentes na 10ª Região Administrativa do Estado.

Entretanto, essa tentativa abriu novamente uma possibilidade histórica de os fazendeiros-grileiros regularizarem as terras devolutas, porém novamente não foi aderida pela classe. Desde sua criação, nenhuma solicitação realizada foi levada adiante pelos próprios ocupantes. Sobre esse episódio, o ex presidente do Sindicato Rural de Presidente Prudente, que acompanhou grande parte dos acordos entre Estado e fazendeiros, afirma:

Um dia teve uma reunião na prefeitura de Presidente Prudente, na gestão do Mauro Bragato. Veio o secretário da justiça, o Belisário. Ele me convidou para participar e na reunião disse que queria criar um Conselho de Ações Fundiárias no Pontal. E depois de muita discussão, esse conselho não vingou, nem foi criado. Na hora de ele ir pra São Paulo, falou: 'Ishi, em nome do governo do Estado, nós vamos criar uma lei para regularizar até 500 hectares'. Eu falei: 'Ótimo! estamos esperando!' Só que o governo Covas morreu, assumiu o Alckmin e nada da lei ser criada. Aí, quando estava terminando a gestão do Alckmin, ele veio para uma audiência pública em Prudente e eu cobreí o governador: 'Olha, o governo Covas havia assumido um compromisso de criar uma lei e nada foi feito.' Inclusive o Belisário estava saindo da Secretaria da Justiça. Eu falei: 'Olha Belisário, você assumiu um compromisso público que o Estado iria criar uma lei para regularizar até 500 hectares... o Covas morreu e você está saindo, e daí?' Ele falou: 'Não, está sendo elaborado o projeto.' Aí quando eu cobreí publicamente ao governador, o Jonas (coordenador do ITESP na época) levantou e entregou ao governador o projeto. Terminando a reunião, eu falei: 'Pô, Jonas, você deu uma de esperto né! Você entregou apenas um maço de papel.' Ele falou: 'Você quer uma cópia?' Bom, de fato, no fim, a assembléia aprovou a lei. Só que aprovou, mas não houve adesão do pessoal! (entrevista concedida em julho 2009)

O motivo pelo qual os fazendeiros não aderiram ao projeto de regularização foi pelo fato de que assumiriam politicamente/publicamente o caráter de apropriação indevida, como pode ser observado na passagem a seguir:

Bom, o negócio é o seguinte: o cara aderindo, ele confessa que as terras são devolutas. Então, tinha que mudar isso! Não teve nenhuma conversa antes, por isso não tinha adesão. Então não foi o sucesso essa lei. **A gente até tentou mudar alguma, via o deputado Bragato,** pra ver se tinha adesão. E no dia do lançamento dessa lei, que teve uma solenidade no Palácio....eu fui e....uma senhora de Ribeirão Preto....uma Junqueira, foi a primeira a solicitar. Depois, o pessoal analisou as coisas e ficou preocupado, pois tinha que pagar também. Naquele período, a pecuária tava em crise, a gente tava passando por problema de seca na região, a gente não tinha dinheiro. Por isso não vingou! (entrevista concedida em julho 2009) **(grifos nossos)**

No governo José Serra, até o momento, não ocorreu nenhuma política de planejamento regional, muito menos setorial, como planos ou programas de ação para o Pontal do Paranapanema. Há aquelas que apenas dão continuidade aos processos iniciados no governo Mário Covas, em 1995.

A única diferença é que, nesse momento, o governo tenta, via projeto lei 578, de 2007, apresentado à Assembleia, a regularização de áreas acima de 500 hectares. Se aprovado o projeto de lei, o Estado, governado pelo PSDB desde 1995, efetiva as três fases de seu plano de ação, regularizando inúmeras práticas ilegais de grilagem de terras, como já foram apresentadas anteriormente. Novamente, a posição do ex-presidente do Sindicato é veemente quanto a sua aplicabilidade:

Depois que o Serra assumiu o governo do Estado, disse [pelo deputado Mauro Bragato] que mandaria um projeto de lei para regularizar áreas acima de 500 hectares. Eu falei: Mauro [deputado estadual], isso não vai dar em nada! Pois, na minha opinião, nenhum governo quer resolver. Se quiser, resolve tudo na canetada. [...] Naqueles momentos passados, não tinha movimento sem terra, nem José Rainha, e a gente achava que não fazer acordo com o Estado ia dar em nada. Só que hoje existe movimento sem terra, pra perturbar a gente. (entrevista concedida em julho 2009)

Conforme foi demonstrado, pode-se indagar que ações do Estado que visem ao desenvolvimento do Pontal somente terão viabilidade e possibilidade de

aplicabilidade quando o processo de ocupação baseado na grilagem de terras for assumido em seus programas.

Não são os sem-terras e a presença das ocupações que impedem o desenvolvimento do Pontal. O conflito apenas materializa um processo de luta de classes que, obstinadamente, foi sufocado pela classe mais influente, no exercício de seu domínio de manter uma forma de apropriação e uso do território extremamente concentrada e ilegal.

O desenvolvimento da região não foi impedido pelo que se indicou como problema, nem mesmo desenvolvimento é sinônimo apenas de crescimento ou vice e versa. Todavia, desenvolvimento é o modo pelo qual os homens transformam territorialmente a organização da sociedade. Como tratou Florestan Fernandes (2008, p.46), desenvolvimento pode ser entendido como:

[...] a forma histórica pela qual os homens lutam, socialmente, pelo destino do mundo em que vivem, com os ideais correspondentes de organização da vida humana e de domínio ativo crescente sobre os fatores de desequilíbrio da sociedade de classes. Daí resulta o sentido objetivo, peculiar desse processo, que se apresenta de modo variável, mas universal, como um valor social, tanto no comportamento de indivíduos quanto nos movimentos sociais.

Além das formas de atuação do Estado, no campo administrativo e legislativo, a instância judiciária teve e ainda tem um papel fundamental para o entendimento da questão agrária no Pontal do Paranapanema.

Desde as primeiras ações de discriminação de terras, feitas por juízes comissionados no final do século XIX até atualidade, não se teve uma definição e consenso jurídico do Estado sobre essas terras. Tal ação/omissão, como veremos a seguir, propiciou ainda mais a disputa entre as classes sociais na luta pela apropriação/manutenção/expropriação de parcelas do território capitalista que possam ser controladas e tecidas de acordo com ideais inerentes à classe da qual pertence.

Capítulo 05

O PONTAL EM DISPUTA: A LUTA DE CLASSES SOB A ORDEM ADMINISTRATIVA E JURÍDICA

A ignorância sobre o traçado dos rios motivou, no entanto, o surgimento da maior parte das questões de terras levadas aos fóruns da região
(LEITE, 1981, p. 32).

O uso e o domínio das terras no Pontal do Paranapanema, desde sua ocupação, sempre esteve em disputa, como já discutimos. Em primeiro momento, no embate entre os povos indígenas e os primeiros desbravadores/grileiros; logo depois, na disputa entre pequenos e grandes posseiros e grileiros loteadores, para transformá-las em sua propriedade; depois, nas tentativas de intervenção estatal, procurando retomar suas terras e destiná-las como áreas de preservação; e mais recentemente, na disputa entre fazendeiros (ocupantes grileiros) e camponeses sem terra.

Na epígrafe citada, Leite nos dá uma pista de que o desconhecimento geográfico, tanto do Estado, como da sociedade em geral, foi o grande propulsor da grilagem de terras no Pontal Paranapanema. O fato de as terras terem sido delimitadas e registradas apenas pelo relato gerou inúmeras disputas jurídicas que se obtemperam há tempos atuais.

Porém, o processo histórico de ocupação nos revela que o embate está entre projetos de ocupação e uso da terra. Dois modos que possuem ideais e projetos de produção e reprodução diferenciados. Cada qual agindo de uma maneira, que sob seu ponto de vista é o mais correto e justo.

A discussão sobre o que é correto ou não tem a ver com o conceito de Justiça. Esta, porém, abarca inúmeros significados e interpretações que estão sempre às voltas, entre duas posições em conflito: uma justiça comprometida com a manutenção, e outra justiça no sentido da transformação. Nas palavras de Aguiar,

[...] falar-se em justiça é falar-se em manutenção e fortalecimento da ordem constituída e, ao mesmo tempo, em destruição da ordem constituída. Significa operar com esse conceito por vias meramente formais ou marcá-lo com afirmação materiais que se tornem o norte para uma ação que conteste esse fundamento meramente formal. (AGUIAR, 1999, p.25).

Essas oposições em conflitos são materializações da luta de classes que o discurso da imparcialidade ou neutralidade do poder judiciário não consegue sustentar. Por ser ideológica, a ideia de justiça traduz e reproduz normatizações que interessam àqueles grupos que, no determinado momento histórico, detêm o poder de elaborá-las para, assim, manter suas relações de poder.

O Estado imperial, ao formular a lei de Terras de 1850, visava, além de outros fatores¹¹¹, uma tentativa de intervenção do poder público de retomar as terras de seu domínio que estavam começando ser “perdidas” pela ocupação “indisciplinada”, sob a iniciativa privada. O interesse era em criar um ordenamento jurídico da propriedade da terra que estivesse sob seu controle.

Com isso, a questão da terra transformada em mercadoria e, concomitantemente, propriedade privada da terra entrou para as normas de controle que o poder vigente elaborou para sua manutenção.

Porém, como ficou patente na história da ocupação do Pontal do Paranapanema, não houve controle do Estado que barrasse o processo de grilagem das terras públicas.

As normas estabelecidas na lei de terras de 1850 também obrigavam ao próprio Estado a formalização e identificação de seus bens patrimoniais.. Por exemplo, com a criação de uma repartição Geral das Terras Públicas, conforme o artigo 21:

Art. 21 Fica o Governo autorizado a estabelecer, com o necessário regulamento, uma Repartição especial que se denominará – Repartição Geral das Terras Públicas – e será encarregada de dirigir a medição, divisão e descrição das terras devolutas e sua conservação, de fiscalizar a venda e distribuição delas, e de promover a colonização nacional e estrangeira.

¹¹¹ Como já fora discutido anteriormente, as motivações maiores da adoção da lei estavam nos desdobramento da cessão do tráfico de escravos e a perspectiva de estimular a emigração estrangeira.

Como nesse contexto a agitação no campo foi frequente, era grande a possibilidade de perder oportunidades de negócios com o controle oficial das terras sendo transferido para o Estado. Somado a outros fatores, mesmo assim, a venda e grilagem indiscriminada das terras devolutas/públicas não deixou de ocorrer. Primeiro, pelo enorme emaranhado de formas de apropriação com registros propositalmente “genéricos”¹¹², doações etc, e, segundo, pela demora do Estado em inserir seus agentes nas ações de discriminação, demarcação e legitimação.

Segundo relato de Cobra (1923), a morosidade do Estado, após o início das primeiras ações de discriminação e levantamentos das posses requeridas, levou-o ao descrédito perante a comunidade e ao aumento do processo de grilagem:

Durante 10 anos - 1880 a 1890 – meia tonelada de papeis saiu do Paranapanema e não mais voltou.
[...] todo mundo afluiu ao Cartório de Hipotecas. Em seis meses, dos livros constava tudo. Depois, o silêncio voltou a pesar por dez anos em cima de meia tonelada de papéis sem que estes se pronunciassem aos funcionários encarregados. (COBRA, 1923, p.92).

Somente para se ter dimensão da sobreposição de títulos e a grilagem de terras na região, entre os anos 1890 a 1904 foram alienados mais de 12 mil imóveis oriundos da fazenda Pirapó-Santo Anastácio (CLEPS, 1990).

Nesse período, os agentes do Estado responsáveis pela discriminação das terras eram “funcionários” do próprio governo. As ações realizadas eram apenas de cunho administrativo, e a influência do poder local e regional influenciava muito o andamento dos processos (Silva, 2008).

Apesar de muito se falar sobre terras devolutas na região, desde o início de meados do século XIX, no campo jurídico, seu entendimento ainda é objeto de inúmeras discussões. Com isso, tal fator é responsável pela gama de contestações e interpretações em processos administrativos e jurídicos.

¹¹² Ligia Osório Silva (2008), apresenta uma discussão em que duas linhas de interpretações jurídicas se opõem com relação ao registro das terras. Há juristas que entendem que o registro paroquial dever ser aceito como uma prova de domínio dos particulares sobre as terras devolutas. Porém uma outra corrente interpreta que o levantamento realizado pelo Império tinha a finalidade de cadastro, mas sim o simples conhecimento estatístico das terras das terras.

Pela lei de Terras de 1850, as terras devolutas eram definidas por exclusão.

Vejamos:

§ 1º As que não se acharem aplicadas a algum uso público nacional, provincial, ou municipal.

§ 2º As que não se acharem no domínio particular por qualquer título legítimo, nem forem havidas por sesmarias e outras concessões do Governo Geral ou Provincial, não incursas em comisso por falta de cumprimento das condições de medição, confirmação e cultura.

§ 3º As que não se acharem dadas por sesmarias, ou outras concessões do Governo, que, apesar de incursas em comisso, forem revalidadas por esta Lei.

§ 4º As que não se acharem ocupadas por posses, que, apesar de não se fundarem em título legal, forem legitimadas por esta lei. (grifos nossos).

Como não houve uma definição do conceito de devoluto, as interpretações que daí decorreram buscaram criar explicações para a aplicação da lei. No sentido etimológico, entende-se devoluta como:

[...] um vazio, desocupado e ainda outros significados usualmente ao termo se emprestam – “uma casa devoluta a que não se acha habitada – vaca ou égua devoluta, a que não teve cria. E por aí a fora”. Em dicionários encontra-se, sobre a palavra devoluto:

Do latim: devolutus, propriamente rolado de um lugar para outro; no latim medieval, devolvere passou a significar pedir transferência para si de um benefício, vaga, SEM DONO. (LOPES,1940).

Ou ainda:

Devoluto, adj. (do lat. ´devolutos´, PP. de ´devolvire´). Adquirido por devolução, quando o inferior ou coletor ordinário não confere, e se devolve ao superior o direito de conferir; ´benefício devoluto´, § que se passa ao senhor superior, donde procedeu: ´o feudo ficou devoluto ao império: o ducado devoluto do imperador. § Vazio, desocupado, sem dono (por abandonado, pedido por crimes etc); herdades que na ilha ficaram devolutas com a fugida dos Mouros...§ ´Casa devoluta´: a que não se acha habitada; a que não tem inquilino.§ Égua devoluta, vaca devoluta: a que não teve cria, e descansou este ano...§ ´Terra devoluta´; não cultivada.¹¹³

¹¹³ Souza, João Bosco M. Revista de Direito Agrário nº 11, Brasília:INCRA, 1986, p.14, citando Lacerda, in Tratado das Terras no Brasil, 1960, v.I, p.29)

O sentido etimológico de devoluta pode causar inúmeros problemas de significação sobre o uso da terra.

Juristas como Clovis Bevilacqua (apud Paulo Torminn Borges¹¹⁴) as propõem como terras desocupadas, “sem dono”. Porém, uma das conceituações mais utilizadas foi elaborada por Junqueira (1964):

[...] terras devolutas são as que não estão incorporadas ao patrimônio público, como próprios, ou aplicadas ao uso público, nem constituem objeto de domínio ou de posse particular, manifestada esta em cultura efetiva e morada habitual. (JUNQUEIRA, 1964).

Sobre esse período, em estudos publicados por José de Souza Martins, Estado abriu mão do controle do território, dando início a consolidação o processo de grilagem no Brasil.

Entretanto, entendemos que Junqueira fez apenas uma interpretação da lei. Não criou uma definição. A própria legislação já dizia isso, com outras palavras. Portanto, faz se necessário um estudo da legislação para tal intento.

Por outro lado, assumindo uma postura política sobre o uso e destinação das terras, Guglielmi (1996), definiu que *“terra devoluta é, necessariamente uma terra pública. Seja por que nunca ingressou no domínio particular, seja por que, pretensamente obtendo essa condição acabara voltando a essa condição.”*

Com essa definição podemos entender, adicionando ao caráter etimológico de *terras devolvidas*, a que *se devolve ao superior o direito de conferir, e pedir transferência para si*. São terras públicas que por lei precisam ser devolvidas e retomadas pelo Estado.

Marques (1996) percorreu um caminho interpretativo da evolução desse conceito:

É notória a divergência conceitual adotada para as terras devolutas ao tempo do Império e da posterior República. Por primeiro, entendia-se como terras ermas, sem aproveitamento, desocupadas, ou ainda, aquelas devolvidas à coroa Portuguesa, pela ocorrência do comisso, isto é, aquelas objeto de sesmarias cujas obrigações assumidas pelo sesmeiro não eram, no todo ou em parte, cumpridas. Já no período republicano, a idéia de terreno abandonado, sem ocupação, cedeu lugar à concepção de que, mesmo ocupadas, as terras se consideravam devolutas”. (apud BARHUM, 2003).

¹¹⁴ Borges, P.T – Institutos Básicos do Direito Agrário. Ed. Saraiva, 4 ed. 1984. São Paulo, p.70)

Por isso, entendia-se que há necessidade de discriminar as terras do bem público do privado. Apesar de não conceituadas expressamente nos textos constitucionais, as terras devolutas sempre apresentaram ligação com o bem público.¹¹⁵ Portanto, terras devolutas são efetivamente terras públicas.

De acordo com o ITESP (1988, p.37), órgão público estadual responsável pela elaboração dos trabalhos técnicos que incidem na propositura de ações discriminatórias, no Estado de São Paulo, terras devolutas é:

espécie de terra pública, visto que á aquela que em nenhum momento integrou o patrimônio particular, **ainda que esteja irregularmente em posse de particulares....**Aliás, diga-se para argumentar, a palavra devoluta, dentro de sua semântica, inclui o conceito de terra devolvida ou a **ser devolvida ao Estado. (grifos nossos).**

O reconhecimento por parte de órgão estatal de que terras devolutas são uma *espécie de terra pública* e ocupada *irregularmente* demonstra claramente um posicionamento perante o processo de grilagem ocorrida na região do Pontal, justificando uma ação do Estado para *serem retomadas*.

Porém, é justo mencionar que a lei 601, de 1850, foi a primeira a tratar, como já vimos, sobre a discriminação de terras no Brasil. Entraves e dificuldades por ela mesma criados (medição e demarcação) tornaram inoperante sua execução. Porém, ela permanece como uma norma definidora e referência de todas as leis estaduais. Dois requisitos que iniciaram na lei de 1850 e seguem até atualmente para a legitimação da ocupação são: a *cultura efetiva e morada habitual*, ou seja, características essenciais da ocupação feita pelos posseiros e “tomadas” pelos grileiros.¹¹⁶

A contradição está presente no fato de que a legítima ocupação somente seria reconhecida através da posse. Por isso, há o entendimento de que os posseiros são

¹¹⁵ Constituição: art 20. São Bens da União: II as terras devolutas indispensáveis à fronteira. [...] art 26. Incluem-se entre os bens dos Estados: IV – as terras devolutas não compreendidas entre as da União.

¹¹⁶ Outro artigo propositalmente “esquecido” da lei de terras de 1850, trata-se do crime cometido aos que se apossarem indevidamente de das terras devolutas, cf. art 2.

[...] produtos das próprias contradições do capital. A funcionalidade da sua existência se desenvolve porque está inserido em relações dominadas pelo capital e não porque esteja nos caçulos do capitalista. A mesma sociedade que dele se beneficia o quer destruir. A expansão do capital se faz preferencialmente sobre terras ocupadas por posseiros, através da expropriação.” (MARTINS, 1981, p,116).

Denominada *frente de expansão*, a ação dos posseiros no processo de ocupação e seu deslocamento pelo território “abriram áreas” para a expansão da sociedade nacional não índia, sobre os territórios tribais. E a *cultura efetiva e morada habitual* construídas pelos posseiros na abertura das matas foram *apropriadas* e utilizadas, por necessidade de respaldo legal, pela denominada *frente pioneira*, como elementos para requererem sua legitimação.

É por isso que entendemos a presença incômoda dos posseiros, que lutam diariamente para a construção do conceito de terra, de trabalho, em uma autêntica subversão do regime de propriedade privada capitalista (Oliveira, 1981).

Os posseiros chegaram depois dos povos indígenas, e antes do Estado, na ocupação territorial brasileira. Contraditoriamente, o interesse do Estado em dar um sentido produtivo às terras devolutas sem com isso inseri-las no conceito de terras públicas esteve compatibilizado com a formação e o avanço do desenvolvimento capitalista.

Somente na 1ª constituição da recente República, com a transferência de responsabilidade aos Estados-membros, começaram efetivamente as tentativas de discriminação das terras.

O Estado paulista foi um dos pioneiros na elaboração da legislação e de políticas sobre regularização da propriedade da terra (Silva, 2008).

Durante longo tempo encontramos quatro tipos definidos de ações discriminatórias de terras, como veremos a seguir: administrativa, impropriamente mista, propriamente mista e judicial (Barhum, 2003).

5.1 - Instrumentos jurídicos para separar as terras públicas daquelas sob o domínio privado.

5.1.2 - Discriminação administrativa

Historicamente, a discriminação de terras teve origem com o processo administrativo, conforme art, 10 da lei de 1850:

O governo proverá o modo prático de extremar o domínio público do particular, segundo as regras acima estabelecidas. Incumbendo a sua execução às autoridades que julgar mais convenientes, ou a comissários especiais, os quais procederão administrativamente, fazendo decidir por árbitros as questões e dúvidas de fato, e dando de suas decisões recurso para o Presidente da Província, do qual o haverá também para o governo.

Durante todo o período da lei imperial 601 e do seu decreto 1318, que a regulamentava, as terras públicas devolutas foram identificadas e dimensionadas mediante processo administrativo. A partir da Constituição de 1891, o processo administrativo revestiu-se de ilegitimidade.

[...] tanto o processo discriminatório administrativo previsto nas legislações estaduais, mormente a paulista, quanto o processo discriminatório administrativo disciplinado nos artigos 19 a 31 do Decreto-Lei Federal nº 9.760 de 05/11/1946, para identificação e dimensionamento de terras devolutas federais, assim como o processo discriminatório administrativo previsto no artigo 11 da Lei Federal nº 4.504 (Estatuto da Terra) de 30/11/1964, que restabeleceu os artigos 19 a 31, do Decreto-Lei Federal 9.760/46, já mencionado, e principalmente o processo discriminatório preconizado pelos artigos 2º e 17, da Lei Federal nº 6.383, de 07/12/1976, ainda em vigência, **são ilegítimos**. (BARHUM, 2003, p.56, **grifos nossos**).

A discriminação administrativa era aquela feita entre o poder público e os “*particulares*” interessados, que culminava (de acordo com cada caso) no reconhecimento do domínio particular e, conseqüentemente, na legitimação do título.

O roteiro para discriminação administrativa, regulamentada pelo decreto nº 1318 de 1854, era o seguinte: o “proprietário” requeria a medição de terras, o Juiz Comissionário verificava se existia cultura efetiva e morada habitual. Caso o

ocupante os tivesse, mesmo sem o título, sua ocupação seria respeitada e sua posse legitimada. Assim, somente após tal verificação, o agrimensor assinava, após medição e demarcação, a planta do imóvel, e o Juiz Comissionário remetia os autos para o Presidente da Província. Com isso, esse determinava a expedição do título de domínio ao interessado.

Como o processo de grilagem na região oeste do Estado de São Paulo, era frequente e de conhecimento notório que muitos pedidos eram negados pelos Juízes Comissários (por ausência de cultura efetiva e morada habitual). Naquele momento, a ação de caráter administrativo foi questionada por parte das oligarquias rurais envolvidas direta ou indiretamente no processo de tentativa de legitimação.

O entendimento era que as ações discriminatórias de cunho administrativo tinham um alcance limitado. Não havendo acordo entre os interesses do Estado e os interesses do particular, a solução seria resolvida via judicial, pois este não poderia excluir qualquer violação do direito individual que não concordasse com uma conclusão administrativa daquele que era autor e parte envolvida, ou seja, o próprio Estado.

Mesmo observando que o processo administrativo é o meio mais rápido de se apurar e discriminar as terras, ele é criticado por doutrinadores quanto a sua eficácia, justamente pela tradição jurídica em atribuir a função judicante exclusiva do Poder Judiciário. Segundo Morato¹¹⁷ (1945), “por ser ele da órbita de funcionários que não pertencem ao quadro da judicatura e aos quais falece de competência para dirimir contendas e firmar decisões com autoridade de coisa julgada” (MORATO, 1945, p.631).

Nesse caso, vale lembrar que integrantes do Poder Judiciário também são funcionários do Estado, e não estão imunes ao processo de corrupção e no envolvimento de atos ilícitos, muito menos alcançam graus de neutralidade frente a uma questão que envolve relações de poder.

Outro fator levantado por Barhum (2003) é de que o nosso sistema registral de imóveis inadmite o cancelamento de registro pela via meramente administrativa.

¹¹⁷ MORATO, Francisco – **Miscelânea Jurídica**. São Paulo: Saraiva, 1945, vol II, p.631.

O cancelamento da matrícula de um imóvel poder ser efetivado quando: a) por decisão judicial, b) se, em virtude de alienações parciais, o imóvel for inteiramente transferido a outros proprietários; c) pela fusão.

Diante dos pontos levantados, o autor afirma que “apenas com a propositura de ação discriminatória poderá ser obtido o reconhecimento da natureza devoluta das terras discriminadas, seja pela força do acordo firmado, seja por força de decisão julgando procedente a ação enfocada” (BARHUM, 2003, p.59).

5.1.3 - Discriminação impropriamente mista

Com o decreto nº 734 de 05 de janeiro de 1900, coube a hipótese de discriminação de terras feita por uma comissão de agrimensores e engenheiros, nomeados pelo Presidente do Estado.

Depois de realizados os trabalhos técnicos, os agrimensores homologavam a discriminatória. Não havia nesse período a possibilidade de intervenção judicial para questionar o mérito da ação. Dentre os recursos aceitos, tratavam apenas de questionamentos ligados à questão de limites e divisórias entre as terras devolutas e particulares.

O próprio decreto previa, através de seu artigo nº 142, que o processo administrativo discriminatório não poderia ser suspenso por uma eventual discussão judicial das terras. Ou seja, nesse momento, a decisão foi somente de domínio da administração pública.

5.1.4 - Discriminação propriamente mista

O poder exclusivo da administração pública, nas ações de discriminação de terras, que previa o decreto nº 734 de 1900, perdurou até o ano de 1921. Com a elaboração da Lei nº 1.844 de 27 de dezembro de 1921, regulamentada pelo decreto nº 3.501 de 31 de agosto de 1922, as ações tinham uma ação conjunta entre administração pública e Poder Judiciário.

A discriminação das terras era feita por uma comissão de engenheiros e agrimensores, nomeados pelo presidente do Estado. Após o trabalho de levantamento de títulos e dados testemunhais, os autos eram encaminhados ao Juiz de Direito da Comarca, que despachava os deferimentos e indeferimento dos títulos, assim como os casos de recursos por confrontação de limites.

Segundo Barhum (2003),

[...] realizada a demarcação e assinado o prazo para a manifestação dos interessados, voltavam os autos ao juiz de Direito, que determinava, se fosse o caso, retificações ou se não houvesse reclamações ou se estas fossem improcedentes, homologava a discriminação, condenando os confiantes ao pagamento das custas. (BARHUM, 2003, p.60).

Após o término dos trabalhos e da homologação, a destinação das terras poderia: ficar reservada, alienada gratuita ou onerosamente, ou ainda concedida gratuitamente, e até mesmo legitimada em favor dos ocupantes.

Com o argumento de que o assunto não havia sido julgado pelo crivo do Poder Judiciário em sua totalidade, esse tipo de ação perdurou até o ano de 1931, com a elaboração do decreto estadual nº 5.133, definindo a necessidade de ser analisada judicialmente.

5.1.5 - Discriminação judicial

A discriminação de terras via judicial começou a vigorar, no Estado de São Paulo, com a publicação do decreto estadual nº 5.133 de 23 de julho de 1931.

Com a constituição desse decreto, todas as ações para discriminar e demarcar as terras devolutas no território paulista seriam auferidas apenas por órgão jurisdicional. O trâmite ou as normas que estabelecerão o processo (disciplina processual) deviriam estar em consonância com o estatuto de processo estadual vigente (código civil).

Essa medida se confirmou com o Decreto estadual nº 6.473, de maio de 1934, disciplinando a via judicial como o único modo de discriminar as terras públicas das particulares.

Novamente, outro decreto, 11 anos depois, estabeleceu o retorno da discriminação administrativa (conhecida como amigável) e, caso não ocorresse consenso, poderia recorrer à via judicial.¹¹⁸ Ou seja, inúmeras eram as possibilidades criadas em leis e decretos para discriminar as terras, porém, contraditoriamente, sua ineficácia ficava notória com os processos de grilagem de terras e desmatamento das áreas de reservas, principalmente no Pontal do Paranapanema.

Essa norma vigorou até o advento da Lei Federal nº 3.081, de 22 de Dezembro de 1956, que institucionalizou a discriminação de terras com via exclusivamente judicial em três fases distintas, com o rito processual acompanhado pelo Código Cível: a) a fase da convocação/citação dos terceiros interessados; b) a fase contenciosa, na qual se processam a contestação, a produção de provas, a instrução e, assim, a publicação da sentença; e c) a fase demarcatória, de caráter administrativo para o conhecimento físico da área discriminada.

Na década de 70, o caráter administrativo da discriminatória voltou à tona como uma opção perante o longo processo judicial, que se arrastava há décadas, para ser findado.

Seguem as regras vigentes para instauração de um processo discriminatório de terras devolutas. Na esfera estadual temos, pelo decreto estadual 14.916 de 06 de agosto de 1945 e, em seguida, a lei federal nº 6.383 de 07 de dezembro de 1976, em que os Estados devem estar em consonância com esta.

LEI Nº 6.383, DE 7 DE DEZEMBRO DE 1976

Dispõe sobre o Processo Discriminatório de Terras Devolutas da União, e dá outras Providências.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA:

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

CAPÍTULO I

¹¹⁸ Decreto estadual nº 14.916, de 06 de agosto de 1945.

Das Disposições Preliminares

Artigo 1º - O processo discriminatório das terras devolutas da União será regulado por esta Lei.

Parágrafo único - O processo discriminatório será administrativo ou judicial.

CAPÍTULO II

Do Processo Administrativo

Artigo 2º - O processo discriminatório administrativo será instaurado por Comissões Especiais constituídas de três membros, a saber: um bacharel em direito do Serviço Jurídico do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária - INCRA, que a presidirá; um engenheiro agrônomo e um outro funcionário que exercerá as funções de secretário.

§ 1º - As Comissões Especiais serão criadas por ato do presidente do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária - INCRA, e terão jurisdição e sede estabelecidas no respectivo ato de criação, ficando os seus presidentes investidos de poderes de representação da União, para promover o processo discriminatório administrativo previsto nesta Lei.

§ 2º - O Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária - INCRA, no prazo de 30 (trinta) dias após a vigência desta Lei, baixará Instruções Normativas, dispondo, inclusive, sobre o apoio administrativo às Comissões Especiais.

Artigo 3º - A Comissão Especial instruirá inicialmente o processo com memorial descritivo da área, no qual constará:

I - o perímetro com suas características e confinância, certa ou aproximada, aproveitando, em princípio, os acidentes naturais;

II - a indicação de registro da transcrição das propriedades;

III - o rol das ocupações conhecidas;

IV - o esboço circunstanciado da gleba a ser discriminada ou seu levantamento aerofotogramétrico;

V - outras informações de interesse.

Artigo 4º - O presidente da Comissão Especial convocará os interessados para apresentarem, no prazo de 60 (sessenta) dias e em local a ser fixado no edital de convocação, seus títulos, documentos, informações de interesse e, se for o caso, testemunhas.

§ 1º - Consideram-se de interesse as informações relativas à origem e sequência dos títulos, localização, valor estimado e área certa ou aproximada das terras de quem se julgar legítimo proprietário ou ocupante; suas confrontações e nome dos confrontantes; natureza, qualidade e valor das benfeitorias; culturas e criações nelas existentes; financiamento e ônus incidentes sobre o imóvel e comprovantes de impostos pagos, se houver.

§ 2º - O edital de convocação conterá a delimitação perimétrica da área a ser discriminada com suas características e será dirigido, nominalmente, a todos os interessados, proprietários, ocupantes, confinantes certos e respectivos cônjuges, bem como aos demais interessados incertos ou desconhecidos.

§ 3º - O edital deverá ter a maior divulgação possível, observado o seguinte procedimento:

a) afixação em lugar público na sede dos municípios e distritos, onde se situar a área nele indicada;

b) publicação simultânea, por duas vezes, no Diário Oficial da União, nos órgãos oficiais do Estado ou Território Federal e na imprensa local, onde houver, com intervalo mínimo de 8 (oito) e máximo de 15 (quinze) dias entre a primeira e a segunda.

§ 4º - O prazo de apresentação dos interessados será contado a partir da segunda publicação no Diário Oficial da União.

Artido 5º - A Comissão Especial autuará e processará a documentação recebida de cada interessado, em separado, de modo a ficar bem caracterizado o domínio ou a ocupação com suas respectivas confrontações.

§ 1º - Quando se apresentarem dois ou mais interessados no mesmo imóvel, ou parte dele, a Comissão Especial procederá à apensação dos processos.

§ 2º - Serão tomadas por termo as declarações dos interessados e, se for o caso, os depoimentos de testemunhas previamente arroladas.

Artigo 6º - Constituído o processo, deverá ser realizada, desde logo, obrigatoriamente, a vistoria para identificação dos imóveis e, se forem necessárias, outras diligências.

Artigo 7º - Encerrado o prazo estabelecido no edital de convocação, o presidente da Comissão Especial, dentro de 30 (trinta) dias improrrogáveis, deverá pronunciar-se sobre as alegações, títulos de domínio, documentos dos interessados e boa-fé das ocupações, mandando lavrar os respectivos termos.

Artigo 8º - Reconhecida a existência de dúvida sobre a legitimidade do título, o presidente da Comissão Especial reduzirá a termo as irregularidades encontradas, encaminhando-o à Procuradoria do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária - INCRA, para propositura da ação competente.

Artigo 9º - Encontradas ocupações, legitimáveis ou não, serão lavrados os respectivos termos de identificação, que serão encaminhados ao órgão competente do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária - INCRA, para as providências cabíveis.

Artigo 10 - Serão notificados, por ofício, os interessados e seus cônjuges para, no prazo não inferior a 8 (oito) nem superior a 30 (trinta) dias, a contar da juntada ao processo do recibo de notificação, celebrarem com a União os termos cabíveis.

Artigo 11 - Celebrado, em cada caso, o termo que couber, o presidente da Comissão Especial designará agrimensor para, em dia e hora avençados com os interessados, iniciar o levantamento geodésico e topográfico das terras objeto de discriminação, ao fim da qual determinará a demarcação das terras devolutas, bem como, se for o caso, das retificações objeto de acordo.

§ 1º - Aos interessados será permitido indicar um perito para colaborar com o agrimensor designado.

§ 2º - A designação do perito, a que se refere o parágrafo anterior, deverá ser feita até a véspera do dia fixado para início do levantamento geodésico e topográfico.

Artigo 12 - Concluídos os trabalhos demarcatórios, o presidente da Comissão Especial mandará lavrar o termo de encerramento da discriminação administrativa, do qual constarão, obrigatoriamente:

I - o mapa detalhado da área discriminada;

II - o rol de terras devolutas apuradas, com suas respectivas confrontações;

III - a descrição dos acordos realizados;

IV - a relação das áreas com titulação transcrita no Registro de Imóveis, cujos presumidos proprietários ou ocupantes não atenderam ao edital de convocação ou à notificação (artigos 4º e 10 desta Lei);

V - o rol das ocupações legitimáveis;

VI - o rol das propriedades reconhecidas; e

VII - a relação dos imóveis cujos títulos suscitaram dúvidas.

Artigo 13 - Encerrado o processo discriminatório, o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária - INCRA providenciará o registro, em nome da União, das terras devolutas discriminadas, definidas em lei, como bens da União.

Parágrafo único. Caberá ao oficial do Registro de Imóveis proceder à matrícula e ao registro da área devoluta discriminada em nome da União.

Artigo 14 - O não-atendimento ao edital de convocação ou à notificação (artigos 4º e 10 da presente Lei) estabelece a presunção de discordância e acarretará imediata propositura da ação judicial prevista no art. 19, II.

Parágrafo único. Os presumíveis proprietários e ocupantes, nas condições do presente artigo, não terão acesso ao crédito oficial ou aos benefícios de incentivos fiscais, bem como terão cancelados os respectivos cadastros rurais junto ao órgão competente.

Artigo 15 - O presidente da Comissão Especial comunicará a instauração do processo discriminatório administrativo a todos os oficiais de Registro de Imóveis da jurisdição.

Artigo 16 - Uma vez instaurado o processo discriminatório administrativo, o oficial do Registro de Imóveis não efetuará matrícula, registro, inscrição ou averbação estranhas à discriminação, relativamente aos imóveis situados, total ou parcialmente, dentro da área discriminada, sem que desses atos tome prévio conhecimento o presidente da Comissão Especial.

Parágrafo único. Contra os atos praticados com infração do disposto no presente artigo, o presidente da Comissão Especial solicitará que a Procuradoria do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária – INCRA utilize os instrumentos previstos no Código de Processo Civil, incorrendo o oficial do Registro de Imóveis infrator nas penas do crime de prevaricação.

Artigo 17 - Os particulares não pagam custas no processo administrativo, salvo para serviços de demarcação e diligências a seu exclusivo interesse.

CAPÍTULO III

Do Processo Judicial

Artigo 18 - O Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária - INCRA fica investido de poderes de representação da União, para promover a discriminação judicial das terras devolutas da União.

Artigo 19 - O processo discriminatório judicial será promovido:

I - quando o processo discriminatório administrativo for dispensado ou interrompido por presumida ineficácia;

II - contra aqueles que não atenderem ao edital de convocação ou à notificação (artigos 4º e 10 da presente Lei); e

III - quando configurada a hipótese do art. 25 desta Lei.

Parágrafo único. Compete à Justiça Federal processar e julgar o processo discriminatório judicial regulado nesta Lei.

Artigo 20 - No processo discriminatório judicial será observado o procedimento sumaríssimo de que trata o Código de Processo Civil.

§ 1º - A petição inicial será instruída com o memorial descritivo da área, de que trata o art. 3º desta Lei.

§ 2º - A citação será feita por edital, observados os prazos e condições estabelecidos no art. 4º desta Lei.

Artigo 21 - Da sentença proferida caberá apelação somente no efeito devolutivo, facultada a execução provisória.

Artigo 22 - A demarcação da área será procedida, ainda que em execução provisória da sentença, valendo esta, para efeitos de registro, como título de propriedade.

Parágrafo único. Na demarcação observar-se-á, no que couber, o procedimento prescrito nos artigos 959 a 966 do Código de Processo Civil.

Artigo 23 - O processo discriminatório judicial tem caráter preferencial e prejudicial em relação às ações em andamento, referentes a domínio ou posse de imóveis situados, no todo ou em parte, na área discriminada, determinando o imediato deslocamento da competência para a Justiça Federal.

Parágrafo único. Nas ações em que a União não for parte, dar-se-á, para os efeitos previstos neste artigo, a sua intervenção.

CAPÍTULO IV

Das Disposições Gerais e Finais

Artigo 24 - Iniciado o processo discriminatório, não poderão alterar-se quaisquer divisas na área discriminada, sendo defesa a derrubada da cobertura vegetal, a construção de cercas e transferências de benfeitorias a qualquer título, sem assentimento do representante da União.

Artigo 25 - A infração ao disposto no artigo anterior constituirá atentado, cabendo a aplicação das medidas cautelares previstas no Código de Processo Civil.

Artigo 26 - No processo discriminatório judicial os vencidos pagarão as custas a que houverem dado causa e participarão pro rata das despesas da demarcação, considerada a extensão da linha ou linhas de confrontação com as áreas públicas.

Artigo 27 - O processo discriminatório previsto nesta Lei aplicar-se-á, no que couber, às terras devolutas estaduais, observado o seguinte:

I - na instância administrativa, por intermédio de órgão estadual específico, ou através do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária - INCRA, mediante convênio;

II - na instância judicial, na conformidade do que dispuser a Lei de Organização Judiciária local.

Artigo 28 - Sempre que se apurar, através de pesquisa nos registros públicos, a inexistência de domínio particular em áreas rurais declaradas indispensáveis à segurança e ao desenvolvimento nacionais, a União, desde logo, as arrecadará mediante ato do presidente do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária - INCRA, do qual constará:

I - a circunscrição judiciária ou administrativa em que está situado o imóvel, conforme o critério adotado pela legislação local;

II - a eventual denominação, as características e confrontações do imóvel.

§ 1º - A autoridade que promover a pesquisa, para fins deste artigo, instruirá o processo de arrecadação com certidão negativa comprobatória da inexistência de domínio particular, expedida pelo Cartório de Registro de Imóveis, certidões do Serviço do Patrimônio da União e do órgão estadual competente que comprovem não haver contestação ou reclamação administrativa promovida por terceiros, quanto ao domínio e posse do imóvel.

§ 2º - As certidões negativas mencionadas neste artigo consignarão expressamente a sua finalidade.

Artigo 29 - O ocupante de terras públicas, que as tenha tornado produtivas com o seu trabalho e o de sua família, fará jus à legitimação da posse de área contínua até 100 (cem) hectares, desde que preencha os seguintes requisitos:

I - não seja proprietário de imóvel rural;

II - comprove a morada permanente e cultura efetiva, pelo prazo mínimo de 1 (um) ano.

§ 1º - A legitimação da posse de que trata o presente artigo consistirá no fornecimento de uma Licença de Ocupação, pelo prazo mínimo de mais 4 (quatro) anos, findo o qual o ocupante terá a preferência para aquisição do lote, pelo valor histórico da terra nua, satisfeitos os requisitos de morada permanente e cultura efetiva e comprovada a sua capacidade para desenvolver a área ocupada.

§ 2º - Aos portadores de Licenças de Ocupação, concedidas na forma da legislação anterior, será assegurada a preferência para aquisição de área até 100 (cem) hectares, nas condições do parágrafo anterior, e, o que exceder esse limite, pelo valor atual da terra nua.

§ 3º - A Licença de Ocupação será intransferível inter vivos e inegociável, não podendo ser objeto de penhora e arresto.

Artigo 30 - A Licença de Ocupação dará acesso aos financiamentos concedidos pelas instituições financeiras integrantes do Sistema Nacional de Crédito Rural.

§ 1º - As obrigações assumidas pelo detentor de Licença de Ocupação serão garantidas pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária - INCRA.

§ 2º - Ocorrendo inadimplência do favorecido, o Instituto Nacional de colonização e Reforma Agrária - INCRA cancelará a Licença de Ocupação e providenciará a alienação do imóvel, na forma da lei, a fim de ressarcir-se do que houver assegurado.

Artigo 31 - A União poderá, por necessidade ou utilidade pública, em qualquer tempo que necessitar do imóvel, cancelar a Licença de Ocupação e imitir-se na posse do mesmo, promovendo, sumariamente, a sua desocupação no prazo de 180 (cento e oitenta) dias.

§ 1º - As benfeitorias existentes serão indenizadas pela importância fixada através de avaliação pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária - INCRA, considerados os valores declarados para fins de cadastro.

§ 2º - Caso o interessado se recuse a receber o valor estipulado, o mesmo será depositado em juízo.

§ 3º - O portador da Licença de Ocupação, na hipótese prevista no presente artigo, fará jus, se o desejar, à instalação em outra gleba da União, assegurada a indenização, de que trata o § 1º deste artigo, e computados os prazos de morada habitual e cultura efetiva da antiga ocupação.

Artigo 32 - Não se aplica aos imóveis rurais o disposto nos artigos 19 a 31, 127 a 133, 139, 140 e 159 a 174 do Decreto-Lei nº 9.760, de 5 de setembro de 1946.

Artigo 33 - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, aplicando-se, desde logo, aos processos pendentes.

Artigo 34 - Revogam-se a Lei nº 3.081, de 22 de dezembro de 1956, e as demais disposições em contrário.

Brasília, 7 de dezembro de 1976; 155º da Independência e 88º da República.

ERNESTO GEISEL

Armando Falcão

Alysson Paulinelli

Hugo de Andrade Abreu

DECRETO ESTADUAL Nº 14.916 - DE 6 DE AGOSTO DE 1945

Dispõe sobre terras devolutas e dá outras providências

O Interventor Federal no Estado de São Paulo, na conformidade do disposto no artigo 5º do decreto-lei nº 1.202, de 8 de abril de 1939, e devidamente autorizado pelo senhor Presidente da República.

CAPÍTULO I

Das Terras Devolutas e Reservadas

Artigo 1º - São terras devolutas as que passaram para o domínio patrimonial do Estado na conformidade do art. 64 da Constituição Federal de 24 de fevereiro de 1891 e não se incorporam no domínio particular em nenhum dos casos do artigo seguinte.

Artigo 2º - O Estado reconhece e declara como terras do domínio particular, independentemente de legitimação ou revalidação;

- a) as adquiridas de acordo com a lei nº 601, de 18 de setembro de 1850, decreto nº 1.318, de 30 de janeiro de 1854 e outras leis, decretos e concessões de caráter federal;
- b) as alienadas, concedidas ou como tais reconhecidas pelo Estado;
- c) as assim declaradas por sentença judicial com força da coisa julgada;
- d) as que na data em que entrar em vigor este decreto se acharem em posse continua e incontestada, com justo título e boa fé, por termo não menor de vinte anos;
- e) as que na data em que entrar em vigor este decreto-lei se acharem em posse pacífica e ininterrupta por trinta anos, independentemente de justo título e boa fé.
- f) as tuteladas por sentença declaratória, nos termos do art. 148 da Constituição Federal de 10 de novembro de 1937.

Parágrafo único - A posse a que o Estado condiciona sua liberalidade não pode constituir latifúndio e depende do efetivo aproveitamento e moradia do possuidor ou de quem o represente.

Artigo 3º - Das terras devolutas consideram-se reservadas:

- a) as necessárias a obras de defesa nacional;
- b) as necessárias à alimentação, conservação e proteção de mananciais e rios;
- c) as necessárias à conservação da flora e fauna do Estado;
- d) as em que existirem quedas d'água, jazidas ou minas, com áreas adjacentes indispensáveis ao seu aproveitamento, pesquisa e lavra;
- e) as necessárias e logradouros públicos, à fundação e incremento de povoações, a parques florestais, à construção de estradas de ferro, rodovias e campos de aviação e, em geral, a outros fins de necessidade ou utilidade pública.

Parágrafo único - A reserva será declarada e determinada, caso a caso, por lei do governo.

Artigo 4º - O raio de círculo das terras devolutas transferidas pelo art. 124 da lei estadual nº 2.484 de 16 de dezembro de 1935 aos municípios e adjacentes às povoações que lhes servem de sede, fica aumentado de oito para doze quilômetros no município da Capital e uniformizado em oito quilômetros nos municípios do interior, medidos da Praça da Sé para aquele, do centro das sedes para estes, determinado por decretos-lei municipais.

§ 1º - Relativamente a estas terras são obrigados os municípios a obedecer "mutatis mutandis", as regras do presente decreto-lei sobre a discriminação, legitimação e justificação de posse, alienação, arrendamento e expedição de títulos, guardando as provisões regulamentares que expedirem e fixando as taxas ou preços que melhor lhes aprover.

§ 2º - Entre as transferidas à Capital compreendem-se as que por-ventura circundavam num raio de seis quilômetros o extinto município de Santo Amaro, cujo centro será determinado por competente decreto-lei.

§ 3º - Ficam sujeitas aos dispositivos das letras "d" e "e" do art. 2º apenas as terras devolutas ora acrescentadas às anteriormente transferidas aos municípios pelo art. 124 da lei estadual nº 2.484, de 1935.

Artigo 5º - Para os fins da letra "c" do art. 3º o Governo mandará discriminar e demarcar desde logo duas glébas, onde serão absolutamente proibidas a caça, a pesca fluvial e lacustre, a cultura e derrubada de matas, uma com a área aproximada de 37.156 hectares e 68 ares, no distrito de paz de Presidente Epitácio, município e comarca de Presidente Venceslau, gléba esta que é a que reserva e descreve o decreto nº 12.279, de 29 de outubro de 1941 (*), outra com a área aproximada de 126.000 hectares, nos municípios de Iporanga, Xiririca, Jacupiranga e Cananéia, confrontando quanto possível e conveniente, ao Norte pela poligonal que parte das cabeceiras do córrego Funil, afluente da margem direita do rio Ribeira do município Iporanga até o rio Branco, tributário do rio Itapitangui, no município de Cananéia, defrontando com terras dos municípios de Iporanga, Xiririca, Jacupiranga e Cananéia; ao Sul pela poligonal que divide os municípios de Iporanga, Jacupiranga e Cananéia com o Estado do Paraná, desde o rio Pardinho, tributário do rio Pardo, no município de Iporanga, até um ponto do rio Varadouro, no município de Cananéia; a Leste pela poligonal que parte da Serra do Nhunguara até o rio Varadouro, confinando com terras dos municípios de Xiririca, Jacupiranga e Cananéia; a Oeste pela poligonal que parte do córrego Funil até o rio Pardinho, ambos do município de Iporanga, extremando com terras desse município e com o Estado do Paraná.

Parágrafo único - Se para compor estas área for de mister desapropriar propriedades particulares encravadas em terras devolutas ou a elas adjacentes, fica o Governo autorizado a fazê-lo na forma de direito, podendo satisfazer o preço a dinheiro ou por permuta, caso com esta concordem os interessados.

CAPÍTULO II

Da discriminação das terras devolutas

Artigo 6º - Incumbe à Procuradoria do Patrimônio Imobiliário e Cadastro do Estado promover, em nome da Fazenda do Estado, a discriminação das terras devolutas, a fim de descrevê-las, medí-las e extremá-las das do domínio particular.

Artigo 7º - O processo discriminatório só se refere a terras devolutas. Quanto às outras terras públicas, quando indevidamente ocupadas, invadidas, turbadas na posse, ameaçadas de perigos ou confundidas nas limitações, cabem os remédios de direito comum.

Artigo 8º - Desdobra-se em duas fases ou instâncias o processo discriminatório, uma administrativa ou amigável outra judicial, recorrendo a Fazenda à segunda, relativamente àqueles contra quem não houver surtido ou não puder surtir efeito a primeira.

Parágrafo único - Será facultativa a fase administrativa nas discriminatórias intentadas pelos municípios e dispensar-se-á nas requeridas pelo Estado, quando, relativamente a estas, se verificar ser todo ou em grande parte ineficaz pela incapacidade, ausência ou conhecida oposição da totalidade ou maior número dos interessados.

Artigo 9º - Os princípios processuais prescritos neste decreto-lei regem igualmente a discriminação das terras devolutas adjudicadas aos municípios nos termos do art. 4º.

§ 1º - Na Capital o processo será dirigido e os serviços topográficos executados pelas repartições competentes da Prefeitura.

§ 2º - No interior dirigirão o processo e executarão a discriminação os advogados e funcionários das Prefeituras, sendo-lhes lícito contratar pessoal estranho ao seu quadro para uns e outros serviço.

CAPÍTULO III

Da discriminação administrativa

Artigo 10 - Procederá à abertura da instância administrativa o estudo e reconhecimento prévio da área discriminada, por engenheiro ou agrimensor da Procuradoria do Patrimônio Imobiliário e Cadastro do Estado, que apresentará relatório ou memorial descritivo:

a) do perímetro com característica e continência certa ou aproximada;

- b) das propriedades e posses nele localizadas ou a êle confinantes, com os nomes e residências dos respectivos proprietários e possuidores;
- c) das criações benfeitorias e culturas encontradas assim como de qualquer manifestação evidente de posse de terras;
- d) de um esboço (croquis), circunstanciado quanto possível;
- e) de outras quaisquer informações interessantes.

Artigo 11 - Com o memorial e documentos que porventura o instruírem, o Departamento Jurídico da Procuradoria do Patrimônio Imobiliário e Cadastro do Estado, por um de seus advogados para isso destacado, iniciará o processo, convocando os interessados para em dia, hora e lugar, designados com prazo antecedente não menor de trinta dias, se instalarem os trabalhos de discriminação e apresentarem as partes seus títulos, documentos e informações que lhe possam interessar.

§ 1º - O processo discriminatório correrá na sede da situação da área discriminada ou de sua maior parte.

§ 2º - A convocação ou citação será feita aos proprietários, possuidores, confinantes, a todos os interessados em geral, inclusive a mulheres casadas, por editais e, além disso, cautelariamente, por cartas àqueles cujos nomes constarem do memorial do engenheiro.

§ 3º - Os editais serão afixados em lugares públicos nas sedes dos municípios e distritos de paz publicados duas vezes no "Diário Oficial" do Estado e uma imprensa local, onde houver.

Artigo 12 - No dia, hora e lugar aprazados, o advogado, acompanhado do agrimensor autor do memorial, do escrivão e de outros funcionários da Procuradoria do Patrimônio Imobiliário e Cadastro do Estado que forem necessários, abrirá a diligência, dará por instalados os trabalhos e mandará fazer pelo escrivão a chamada dos interessados, procedendo-se a seguir ao recebimento, exame e conferência dos memoriais, requerimentos, informações, títulos e documentos apresentados pelos mesmos, bem como o arrolamento das testemunhas informantes e indicação de um ou dois peritos que os citados porventura queiram eleger por maioria de votos, para acompanhar e esclarecer o agrimensor nos trabalhos topográficos.

§ 1º - Com os documentos, pedidos e informações, deverão os interessados, sempre que lhes for possível e tanto quanto o for, prestar esclarecimentos, por escrito ou verbalmente, para serem reduzidos a têrmos pelo escrivão acerca da origem e seqüência de seus títulos ou posse da localização, valor estimado e área certa ou aproximada das terras de que se julgarem legítimos senhores ou possuidores, de suas confrontações, dos nomes dos confrontantes, da natureza, qualidade, quantidade e valor das benfeitorias, culturas e criações nelas existentes e o montante do imposto territorial porventura pago.

§ 2º - As testemunhas oferecidas podem ser ouvidas desde logo e seus depoimentos tomados por escrito, como elementos instrutivos do direito dos interessados.

§ 3º - A diligência se prolongará por tantos dias quantos de mister, lavrando-se diariamente auto do que se passar, com assinatura dos presentes.

§ 4º - Ultimados os trabalhos desta diligência, serão designados dia e hora para a seguinte, ficando as partes presentes e reveis, convocados para ela sem mais intimação.

§ 5º - Entre as duas diligências mediará intervalo e vinte a quarenta dias, durante o qual a Procuradoria do Patrimônio Imobiliário e Cadastro do Estado estudará os autos, habilitando-se a pronunciar sobre as alegações, documentos e direitos dos interessados.

Artigo 13 - A segunda diligência instalar-se-á com as formalidades da primeira, tendo por objeto a audiência dos interessados de lado a lado, de acôrdo que entre eles se firmar sobre a propriedade e posses que forem reconhecidas, a registro dos que são excluídos do processo por não haverem chegado a acôrdo ou serem reveis, e a designação do ponto de partida dos trabalhos topográficos; o que tudo se assentará em autos circunstanciados, com assinatura dos interessados presentes.

Artigo 14 - Em seguida o agrimensor acompanhado de seus auxiliares procederá aos trabalhos geodésicos e topográficos de levantamento da planta geral das terras, sua situação

quanto a divisão administrativa e judiciária do Estado, sua discriminação, medição e demarcação, separando-as do Estado das dos particulares.

§ 1º - O levantamento técnico se fará com instrumentos de precisão, orientada a planta segundo o meridiano do lugar e determinada a declinação da agulha magnética.

§ 2º - A planta deve ser minuciosa quanto possível, assinalando as correntes de água com seu valor mecânico, a conformação ortográfica aproximativa dos terrenos, as construções existentes, os quinhões de cada um, com as respectivas áreas e situação na divisão administrativa e judiciária do Estado, valor, cercas, muros, tapumes, limites ou marcos divisórios, vias de comunicação e, por meio de cores convencionais, as culturas, campos, matas, capoeiras, cerrados, catingas e brejos.

§ 3º - A planta será acompanhada de relatório, que descreverá circunstanciadamente a indicações daquela, as propriedades culturais, mineralógicas, pastoris e industriais do solo, a qualidade e quantidade das várias áreas de vegetação diversa, a distância dos povoados, pontos de embarques e vias de comunicação.

§ 4º - Os peritos nomeados e as partes que quiserem poderão acompanhar os trabalhos topográficos.

§ 5º - Se durante estes surgirem dúvidas que interrompam ou embarcem as operações, o agrimensor as submeterá à Procuradoria do Patrimônio Imobiliário e Cadastro do Estado para que as resolva com a parte interessada, ouvindo os peritos e testemunhas, se preciso.

Artigo 15 - Tornar-se-á nos autos termo à parte para cada um dos interessados, assinado pelos representantes da Procuradoria do Patrimônio Imobiliário e Cadastro do Estado, contendo a descrição precisa das linhas e marcos divisórios, culturas e outras especificações constantes da planta geral e relatório do agrimensor.

Artigo 16 - Findos os trabalhos, de tudo se lavrará auto solene circunstanciado, em que as partes de lado a lado reconheçam e aceitem, em todos os seus atos, dizeres e operações, a discriminação feita.

O auto fará menção expressa de cada um dos termos a que alude o artigo antecedente e será assinado por todos os interessados, fazendo-o em nome da Procuradoria do Patrimônio Imobiliário e Cadastro do Estado e da Fazenda do Estado, o advogado do processo, o agrimensor e seus auxiliares de campo.

Artigo 17 - A discriminação amigável não confere direito algum contra terceiros, senão contra o Estado e aqueles que forem partes no feito.

Artigo 18 - É lícito ao interessado tirar na Procuradoria do Patrimônio Imobiliário e Cadastro do Estado, para seu título, instrumento de discriminação em forma de carta de sentença, contendo o termo e auto solene a que aludem dos arts. 15 e 16.

Tal carta, assinada pelo Secretário da Justiça e Negócios do Interior e Procurador, terá força orgânica de instrumento público e conterá todos os requisitos necessários para transcrições e averbações nos Registros Públicos.

Artigo 19 - Os particulares não pagam custas no processo discriminatório administrativo, salvo pelas diligências a seu exclusivo interesse e pela expedição das cartas de discriminação, para as quais as taxas serão as do Regimento de Custas Judiciais.

Parágrafo único - Serão fornecidas gratuitamente as certidões necessárias à instrução do processo e as cartas de discriminação requeridas pelos possuidores de áreas consideradas diminutas, cujo valor declarado não seja superior a Cr\$ 5.000,00, a critério da Procuradoria do Patrimônio Imobiliário e Cadastro do Estado.

CAPÍTULO IV

Da Discriminação Judicial

Artigo 20 - Contra aqueles que discordarem em qualquer termo da instância administrativa ou por qualquer motivo não entrarem em composição amigável abrirá à Fazenda do Estado a instância judicial contenciosa.

Artigo 21 - Correrá o processo de discriminação perante o Juízo Civil da situação da área discriminada ou de sua parte maior.

§ 1º - Nas comarcas onde houver Juízo Privativo dos Feitos da Fazenda do Estado, observar-se-á o que a respeito dispuser a lei de organização judiciária.

§ 2º - Na comarcas de mais de uma vara, será o processo sujeito a distribuição.

Artigo 22 - Na petição inicial, a Procuradoria do Patrimônio Imobiliário e Cadastro do Estado requererá a citação dos proprietários, possuidores, confiantes e em geral de todos os interessados, para acompanharem o processo de discriminação até o final, exibindo seus títulos de propriedade ou prestando minuciosas informações sobre suas posses ou ocupações, ainda que sem títulos documentários.

Parágrafo único - A petição será instruída com o relatório a que alude o artigo 10.

Artigo 23 - A citação inicial compreenderá todos os atos do processo discriminatório, inclusive os de execução, e será feita na pessoa dos interessados domiciliados na comarca ou na pessoa de seus representantes legais.

Parágrafo único - É de rigor a citação da mulher casada.

Artigo 24 - Os interessados residentes fora da comarca da situação do perímetro discriminando, embora, em lugar certo e sabido, bem como os desconhecidos, os incertos e os residentes em lugar ignorado, incerto ou inacessível, serão citados por editais com o prazo de sessenta dias, publicados duas vezes no "Diário Oficial" do Estado e uma na folha local, se houver, e afixados na sede do Juízo da discriminação.

§ 1º - Contar-se-á da primeira publicação no "Diário Oficial" do Estado o termo de sessenta dias.

§ 2º - Aos autos juntar-se-ão exemplares do "Diário Oficial" do Estado e do jornal local, que houverem publicado os editais.

§ 3º - Juntar-se-á igualmente o certificado de afixação dos editais no lugar do costume.

Artigo 25 - Entregue em cartório o mandado de citação pessoal devidamente cumprido e findo o prazo da citação edital, terão os interessados o prazo comum de vinte dias para as providências do artigo seguinte.

Artigo 26 - Com os títulos, documentos e informações, deverão os interessados oferecer esclarecimentos por escrito, tão minuciosos quanto possíveis, acerca da origem e seqüência de seus títulos, posses e ocupação, da localização, valor estimado e área certa ou aproximada das terras de que se julgar legítimos senhores ou possuidores de suas confrontações, dos nomes dos confrontantes, da natureza, qualidade e valor das benfeitorias, culturas e criações existentes, bem como a declaração sobre o montante do imposto territorial que o declarante e seus antecessores houverem pago, juntando-se os documentos comprobatórios.

Artigo 27 - organizados os autos, tê-los-á com vista por sessenta dias a Procuradoria do Patrimônio Imobiliário e Cadastro do Estado para manifestar-se em memorial minucioso sobre os documentos, informações e pretensões dos interessados, bem como sobre o direito do Estado às terras que não forem do domínio particular, nos termos do artigo 2º deste decreto-lei.

Parágrafo único - O Juiz poderá prorrogar, mediante requerimento do Patrimônio Imobiliário e Cadastro do Estado, o prazo de que trata este artigo no máximo por mais sessenta dias.

Artigo 28 - No memorial, depois de requerer a exclusão das áreas que houver reconhecido como do domínio particular, na forma do artigo antecedente, pedirá a Procuradoria do Patrimônio Imobiliário e Cadastro do Estado a discriminação das remanescentes como devolutas, indicando:

I - os característicos das áreas apontadas como devolutas;

II - a relação das que estiverem ocupadas ou forem disputadas, os nomes dos ocupantes ou pretendentes, e o pedido para que sejam afinal compelidos a largá-las ou a regularizar sua situação dominial;

III - o pedido conclusivo para que se declarem do domínio do Estado todas as áreas ou terras que por nenhum título se transmitiram ao domínio particular e que se enquadram na categoria de devolutas;

IV - a descrição minuciosa dos limites que devam ser demarcados para extremar as áreas devolutas abrangidas pelo perímetro em discriminação;

V - os nomes dos confrontantes e indicação das respectivas residências;

VI - a declaração ou estimativa do valor da causa;

VII - o pedido de abono, "pro-rata", das custas e despesas da causa.

Artigo 29 - No memorial pedir-se-á a produção das provas juntamente com as perícias necessárias à demonstração do alegado pela Fazenda.

Artigo 30 - Devolvidos os autos a cartório, dar-se-á por edital com prazo de trinta dias conhecimento do memorial aos interessados para que possam, querendo, concordar com as conclusões da Procuradoria do Patrimônio Imobiliário e Cadastro do Estado, requerer a regularização de suas posses ou sanar quaisquer omissões que hajam cometido na defesa de seus direitos.

O edital será publicado uma vez no diário Oficial do Estado e na Imprensa local, se houver.

Artigo 31 - Concluídos os autos, o Juiz tomando conhecimento do memorial da Procuradoria do Patrimônio Imobiliário e Cadastro do Estado excluirá as áreas por esta reconhecidas como do domínio particular operações discriminatórias o agrimensor, dois peritos da confiança dele Juiz e os suplentes daquele e deste.

§ 1º - O agrimensor e seu suplente, serão propostos pela Procuradoria do Patrimônio Imobiliário e Cadastro do Estado e não de ser obrigatoriamente engenheiros pertencentes ao seu quadro efetivo, ficando-lhe facultado contratar auxiliares para os trabalhos de campo.

§ 2º - Poderão as partes, por maioria de votos, indicar, ao Juiz, assistente técnico de sua confiança ao agrimensor.

Artigo 32 - Em seguida terão as partes o prazo comum de vinte dias para contestação, a contar da publicação no Diário Oficial do Estado do despacho a que se refere o artigo precedente despacho que também será publicado, ademais, na imprensa local, se houver.

Artigo 33 - Se nenhum interessado contestar o pedido, o Juiz julgará de plano procedente a ação.

Parágrafo único - Havendo contestação, a causa tomará o curso ordinário e o Juiz proferirá o despacho saneador.

Artigo 34 - No despacho saneador procederá o Juiz na forma do art. 294 do Código do Processo Civil, a saber:

I - decidirá sobre a legitimidade das partes e da sua representação, determinando as providências porventura necessárias para regularizá-la;

II - mandará ouvir, se necessário, a Fazenda, quando na contestação, reconhecido o fato em que o Estado se fundou, outro se lhe opuser, extintivo ou modificativo do pedido;

III - pronunciará as nulidades insanáveis ou mandará suprir as sanáveis bem como as irregularidades;

IV - determinará exame, vistorias e quaisquer outras diligências probatórias, tendentes à instrução do alegado não podendo os peritos ou suplentes de tais diligências, que serão designados pelo Juiz pertencer por qualquer título a que se refere o § 1º do art. 31.

Artigo 35 - Se não houver sido requerida prova alguma ou findo o prazo para sua produção, mandará o Juiz que se proceda à audiência de instrução e julgamento na forma do Código do Processo Civil.

Artigo 36 - Proferida a sentença e dela intimados os interessados, iniciar-se-á a despeito de qualquer recurso, o levantamento e demarcação do perímetro geral, bem como das áreas devolutas e das particulares, contestes e incontestes; para o que requererá a Procuradoria do Patrimônio Imobiliário e Cadastro do Estado ou qualquer dos interessados, designação de dia, hora e lugar para começo das operações técnicas da discriminação, notificadas as partes presentes ou representadas, o agrimensor e os peritos.

§ 1º - O recurso da sentença será o que determinar o Código do Processo Civil para decisões análogas.

§ 2º - O recurso subirá ao juízo "ad quem" nos autos suplementares, que se organizarão como no processo ordinário.

§ 3º - Serão desde logo avaliadas na forma de direito as benfeitorias indenizáveis dos interessados que forem excluídos ou de terceiros, reconhecidos de boa-fé pela sentença (Código do Processo Civil, art. 996, parágrafo único).

Artigo 37 - Em seguida, o agrimensor, acompanhado de seus auxiliares, procederá aos trabalhos geodésicos e topográficos de levantamento de planta geral das terras, sua situação quanto à divisão administrativa e judiciária do Estado, sua discriminação, medição e demarcação, separando as do Estado das dos particulares.

§ 1º - O levantamento técnico se fará com instrumentos de precisão, orientada a planta segundo o meridiano do lugar e determinada a declinação da agulha magnética.

§ 2º - Na demarcação do perímetro geral e das glébas dos particulares atenderá o agrimensor à sentença, títulos, posses, marcos, rumos, vestígios encontrados, fama da vizinhança, informações de testemunhas e antigos conhecedores do lugar e a outros elementos que coligir.

Artigo 38 - Organizará o agrimensor a planta geral com os requisitos técnicos, instruindo-a com minucioso memorial donde constem necessariamente o levantamento e a descrição de todas as glébas dos particulares e terras devolutas abarcados pelo perímetro.

Para execução desses trabalhos, o Juiz marcará prazo prorrogará a seu prudente arbítrio.

Artigo 39 - A planta, que será autenticada pelo Juiz, agrimensor e peritos, deverá ser tão minuciosa, quanto possível assinalando as correntes d'água com seu valor mecânico, a conformação ortográfica aproximativa dos terrenos, as construções existentes, os quinhões de cada um, com as respectivas áreas e situação na divisão administrativa e judiciária do Estado, vales, cerca, muros, tapumes, limites ou marcos divisórios, vias de comunicação e, por meio de cores convencionais, as culturas, campos, matas, capoeiras, cerrados, caatingas e brejos.

Artigo 40 - O relatório ou memorial descreverá circunstanciadamente indicações da Planta, as propriedades culturais, mineralógicas, pastoris e industriais do solo, a qualidade e quantidade das várias áreas de vegetação diversa, a distância dos povoados, pontos de embarque e vias de comunicação.

Artigo 41 - Se durante os trabalhos técnicos da discriminação surgirem dúvidas que reclamem a deliberação do Juiz, a este as submeterá o agrimensor a fim de que as resolva, ouvidos os peritos, se preciso.

Parágrafo único - O Juiz ouvirá o agrimensor ou os peritos, quando qualquer interessado alegar falta que deva ser corrigida.

Artigo 42 - As escalas das plantas serão de 1/200 para áreas até 1.000 ms.2 (um mil metros quadrados), de 1/500 para as de 1.001 ms.2 (um mil e um metros quadrados) a 10.000 ms.2 (dez mil metros quadrados); de 1/1.000 para as de 10.001 ms.2 (dez mil e um metros quadrados) a 50.000 ms.2 (cinquenta mil metros quadrados) de 1.2.000 para as de 50.001 ms.2 (cinquenta mil e um metros quadrados) a 250.000 4.000.000 (quatro milhões de metros quadrados); de 1/10.000 para as de 250.000 ms.2 (duzentos e cinquenta mil e um metros quadrados) a 4.000.000 (quatro milhões de metros quadrados); de 1/10.000 para as de mais de 4.000.000 ms.2 (quatro milhões de metros quadrados).

Artigo 43 - À planta anexar-se-ão o memorial descritivo e as cadernetas das operações de campo, autenticadas pelo agrimensor.

Artigo 44 - Concluídas as operações técnicas de discriminação, assinará o Juiz o prazo comum de dez dias aos interessados e outro igual à Fazenda do Estado, para sucessivamente falarem sobre o feito.

Artigo 45 - A seguir, subirão, os autos à conclusão a fim do Juiz homologar a discriminação e declarar judicialmente ao domínio do Estado as terras devolutas e incorporadas aos particulares respectivamente as do domínio particular, ordenando antes as diligências ou reivindicações que lhe parecerem necessárias para sua sentença homologatória.

Parágrafo único - Será meramente devolutivo, o recurso que por direito couber contra a sentença homologatória.

Artigo 46 - As custas do primeiro estágio da causa serão julgadas pela parte vencida; as do estágio das operações executivas, topográficas e geodésicas sê-lo-ão pela Fazenda do Estado e pelos particulares "pro-rata", na proporção da área dos respectivos domínios.

Artigo 47 - Constituirá atentado, que o Juiz coibirá mediante simples monitorio, o ato da parte que, no decurso do processo, dilatar a área de seus domínios ou ocupações, assim como o do terceiro que se intruzar no imóvel discriminado.

Artigo 48 - As áreas disputadas pelos que houverem recorrido da sentença a que alude o art. 36, serão discriminadas com as demais, descritas no relatório do agrimensor e assinaladas na planta em cores específicas a fim de que, julgados os recursos, se atribuam ao Estado ou aos particulares conforme o caso, mediante simples juntada aos autos da decisão superior, despacho do juiz mandando cumprí-la e anotação do agrimensor na planta.

Parágrafo único - Terão os recorrentes direitos de continuar a intervir nos atos discriminatórios e deverão ser para eles intimados até decisão final dos respectivos recursos.

CAPÍTULO V

Da legitimação de posse

Artigo 49 - Proferia sentença homologatória a que se refere o art. 45, iniciará a Procuradoria do Patrimônio Imobiliário e Cadastro do Estado a execução, sem embargo de Qualquer recurso, requerendo preliminarmente ao Juiz da causa a intimação dos possuidores de áreas reconhecidas ou julgadas devolutas e legitimarem suas posses, caso o queiram e o Governo consinta-lhes fazê-lo mediante pagamento das custas que porventura estiverem devendo e recolhimento aos cofres do Estado, dentro em sessenta dias, taxa de legitimação.

Parágrafo único - O termo de sessenta dias começará a correr da data em que entra em cartório a avaliação da área possuída..

Artigo 50 - Declarar-se-ão no requerimento aqueles a quem o Governo recusa legitimação. Dentro em dez dias da intimação os possuidores que quiserem e puderem legitimar suas posses fá-lo-ão saber mediante comunicação autêntica ao Juiz da causa ou à Procuradoria do Patrimônio Imobiliário e Cadastro do Estado.

Artigo 51 - Consistirá a taxa de legitimação em percentagem sobre a avaliação, que será feita por perito residente no foro "rei sitae", nomeado pelo Juiz.

O perito não terá direito a emolumentos superiores aos cifrados no Regimento de Custas Judiciais.

Artigo 52 - A avaliação recairá exclusivamente sobre o valor do solo, excluído o das benfeitorias, culturas, animais, acessórios e pertencentes do legitimante.

Artigo 53 - A taxa será de 5% (cinco por cento) em relação às posses tituladas de menos de 20 (vinte) e mais de 10 (dez) anos, de 10% (dez por cento) as tituladas de menos de 10 (dez) anos, 20% (vinte por cento) e 15% (quinze por cento) para as não tituladas respectivamente de menos de 15 (quinze) anos ou menos de 30 (trinta) e mais de 15 (quinze).

Artigo 54 - Recolhidas aos cofres públicos as custas porventura devidas, as da avaliação e a taxa de legitimação, expedirá a Procuradoria do Patrimônio Imobiliário e Cadastro do Estado o título de legitimação, pelo que pagará o legitimante apenas o selo devido.

§ 1º - O título será confeccionado em forma de carta de sentença, com todos os característicos e individuais da propriedade a que se refere, segundo modelo oficial.

§ 2º - Deverá ser registrado em livro a isso destinado pela Procuradoria do Patrimônio Imobiliário e Cadastro do Estado, averbando-se ao lado em coluna própria, a publicação no "Diário Oficial" do Estado e a transcrição que do respectivo título se fizer no Registro Geral de Imóveis da Comarca da situação das terras, segundo o artigo subsequente.

Artigo 55 - Será o título transcrito no competente Registro Geral de Imóveis, feita no "Diário Oficial" do Estado a publicação ordenada na lei federal.

§ 1º - O Oficial do Registro remeterá à Procuradoria do Patrimônio Imobiliário e Cadastro do Estado uma certidão em relatório da transcrição feita a fim de ser junta aos autos.

§ 2º - Incorrerá na multa de Cr\$ 200,00 (duzentos cruzeiros) a Cr\$ 1.000,00 (um mil cruzeiros), aplicada pelo Secretário da Justiça e Negócios do Interior, o Oficial que não fizer a transcrição ou remessa dentro em trinta dias do recebimento do título.

Artigo 56 - Contra os que não fizerem a legitimação no prazo legal, promoverá a Procuradoria do Patrimônio Imobiliário e Cadastro do Estado e execução da sentença por mandado de imissão de posse.

Artigo 57 - Providenciará a procuradoria do Patrimônio Imobiliário e Cadastro do Estado a transcrição, no competente Registro Geral de Imóveis, das terras sôbre que versar a execução, assim como de todas declaradas no domínio do Estado e a êle incorporadas; para o que se habilitará com carta de sentença, aparelhada no estilo do direito comum.

Artigo 58 - Aos brasileiros natos ou naturalizados, possuidores de áreas consideradas diminutas pelo Govêrno do Estado e não maiores de vinte e cinco hectares lavrados, com títulos externamente perfeitos de aquisições de boa fé, é lícito requerer ao Estado conceder expedição de título de domínio, sem taxa ou com taxa inferior à da tabela oficial.

Artigo 59 - É facultado ao Governo negar legitimação, quando assim entender de justiça ou do interêsse público, cumprindo-lhe indenizar as benfeitorias feitas de boa fé.

CAPÍTULO VI

Da Justificação de Posse

Artigo 60 - Aos interessados que se acharem nas condições das letras "d", e "f", do art. 2º será facultada a justificação administrativa de suas posses, perante a Procuradoria do patrimônio Imobiliário e Cadastro do Estado, a fim de se forrarem as possíveis inquietações da parte do Govêrno do Estado e a incômodos de pleitos em tela judicial.

Artigo 61 - As justificações só têm eficácia nas relações dos justificantes com o Estado e não obstem, ainda em caso de malogro, ao uso dos remédios que porventura lhes caibam e à dedução de seus direitos em Juízo, na forma e medida da legislação civil.

Artigo 62 - O requerimento de justificação será dirigido ao Procurador, indicando o nome, nacionalidade, estado civil e residência do requerente e de seu representante no local da posse, se o tiver; a data da posse e os documentos que possam determinar a época do seu início e continuidade; a situação das terras e indicação da área certa ou aproximada, assim como a natureza das benfeitorias, culturas e criações que houver, com o valor real ou aproximado de uma e outras a descrição dos limites da posse com indicação de todos os confrontos e suas residências, o rol de testemunhas e documentos que acaso corroborem o alegado.

Artigo 63 - Recebido, protocolado e autuado o requerimento com os documentos que o instruírem serão os autos distribuídos a uma das Subprocuradorias, que designará o advogado para tomar conhecimento do pedido e dirigir o processo.

Parágrafo único - Se o pedido não se achar em forma, ordenará o subprocurador ao requerente que complete as omissões que contiver; se se achar em forma ou for sanado das omissões, admiti-los a processo.

Artigo 64 - Do pedido dar-se-á então conhecimento a terceiros, por aviso público três vezes dentro de trinta dias no "Diário Oficial" do Estado e duas vezes, com intervalo de quinze dias, no jornal da comarca onde estiverem as terras se houver, pagas as respectivas despesas pelo requerente.

Artigo 65 - Poderão contestar o pedido, terceiros por êle prejudicados, dentro de vinte dias, depois de findo o prazo edital.

Parágrafo único - A contestação mencionará o nome e residência do contestante, motivos de sua oposição e provas em que se fundar. Apresentada a contestação ou findo o prazo para ela marcado o subprocurador requisitará da Diretoria Técnica um dos seus auxiliares para em face dos autos proceder a uma vistoria sumária da área objeto da justificação e prestar todas as informações que interessem ao despacho do pedido.

Artigo 66 - Realizada a vistoria, serão as partes admitidas, uma após outra, a inquirir suas testemunhas cujos depoimentos serão reduzidos a escrito em forma breve pelo escrivão que servir no processo.

Artigo 67 - Terminadas as inquirições, serão os autos encaminhados com parecer da subprocuradoria, ao procurador, para decidir o caso de acordo com as provas colhidas e com outras que possam determinar "ex-officio".

Artigo 68 - Da decisão do Procurador cabe ao Subprocurador e às partes recurso voluntário para o Secretário da Justiça e Negócios do Interior dentro do prazo de quinze dias da ciência dada aos interessados pessoalmente ou por carta registrada.

Artigo 69 - Julgada procedente a justificação e transitando em julgado a decisão, expedirá a Procuradoria do Patrimônio Imobiliário e Cadastro do Estado em favor do justificante título recognitivo de seu domínio; título que será devidamente formalizado como o de legitimação.

Artigo 70 - Carregar-se-ão às partes interessadas as custas e despesas feitas, salvas as de justificações com assento no art. 148 da Constituição Federal que serão gratuitas, quando julgadas procedentes.

A contagem se fará pelo Regimento das Custas Judiciais.

CAPÍTULO VII

Da alienação onerosa e gratuita das terras devolutas do arrendamento

Artigo 71 - Fora dos casos expresse em lei, não poderão as terras devolutas ser transferidas ou concedidas senão a título oneroso.

Artigo 72 - Ao Governo é dada de modo geral, além da faculdade a que se refere o art. 58 a de conceder gratuitamente lotes de terras devolutas discriminadas não maiores de vinte e cinco hectares lavrados aos respectivos ocupantes, desde que brasileiros natos ou naturalizados, reconhecidamente pobres, com cultura efetiva e moradia habitual na localidade.

Nenhuma concessão, onerosa ou gratuita, se fará a sindicato, empresa ou sociedade estrangeira, bem como a estrangeiros não domiciliados na localidade, sem autorização prévia do Governo Federal.

Artigo 73 - Sempre que se houver de fazer venda ou arrendamento de terras devolutas, por deliberação direta do Governo ou a requerimento de parte, procederá ao ato concorrência pública, anunciada por editais afixados na sede do distrito de paz e impressos uma vez no "Diário Oficial" do Estado e em jornal local, onde houver, com prazo de trinta dias.

§ 1º - Os editais consignarão a área das terras, o preço e cláusulas com que deva ser expedido um ou outro ato.

§ 2º - O preço será fixado mediante avaliação por dois funcionários da Procuradoria do Patrimônio Imobiliário e Cadastro do Estado, à vista de ordem do Governo ou solicitação prévia do pretendente, nela incluindo-se as despesas da determinação da área.

Artigo 74 - As propostas devem ser acompanhadas do certificado do depósito no Tesouro do Estado de 10% (dez por cento) do preço do lote, a título de caução..

§ 1º - Não se aceitarão propostas inferiores à avaliação sendo preferida a de maior preço..

§ 2º - Em igualdade de oferta de preço, guardar-se-á a seguinte ordem de preferência:

- a) a do que tiver cultura ou benfeitoria no local;
- b) a do que não fôr proprietário rural;
- c) entre os que não forem proprietários rurais, a do que a sorte designar;
- d) entre os proprietários rurais, a do que tiver propriedade mais propínqua com cultura;
- e) entre os proprietários não vizinhos, a do que a sorte eleger.

Artigo 75 - Reserva-se o Governo a faculdade de não aceitar as propostas ou de mudar de deliberação, devolvendo então as cauções antecipadas.

Artigo 76 - Nas vendas e concessões, será de rigor o critério do parcelamento razoável da propriedade imóvel, visando ao bom aproveitamento das terras e ao impedimento de formação de latifúndios.

Artigo 77 - As vendas, concessões e arrendamentos não podem exceder de trezentos hectares de terras de matas, próprias para cultura, e de quinhentos em terras de campo, cerrados ou catingas adequadas à pecuária.

Parágrafo único - O preço anual do arrendamento nunca será menor de 5% (cinco por cento) sobre a avaliação nem o prazo maior de 10 (dez) anos.

Artigo 78 - As vendas, concessões e arrendamentos serão de deliberação do Chefe de governo devendo opinar a Procuradoria sobre cada caso.

Parágrafo único - Na Procuradoria do Patrimônio Imobiliário e Cadastro do Estado funcionará um Subprocurador designado em cada caso pelo Procurador, tanto para responder às ordens do governo quando para dirigir o processo em todos os seus termos.

Artigo 79 - As propostas serão abertas pelo subprocurador em sessão pública, no dia e hora do edital, lavrando-se ata minuciosa do que houver ocorrido, com assinatura da autoridade dos interessados presentes e de duas testemunhas; depois do que o subprocurador se pronunciará dentro de cinco dias sobre a proposta em condições de ser aceita, remetendo os papéis ao Procurador com um relatório sobre o processo e regularidade da concessão.

Artigo 80 - Aprovada a concorrência pelo Procurador e declarada qual a proposta aceita, será o proponente convidado a exhibir dentro em trinta dias a respectiva importância. Do despacho do Procurador poderão recorrer suspensivamente os interessados para o Secretário da Justiça e Negócios do Interior.

Será de cinco dias o prazo para o despacho do Procurador e de outro para o recurso dos interessados.

Artigo 81 - Recolhida ao Tesouro a quantia exibida assim como as despesas feitas, lavrar-se-á em livro próprio auto formalizado da venda, concessão ou arrendamento, do qual se dará ao interessado traslado original que lhe sirva para todos os efeitos legais.

Parágrafo único - A não exibição dentro do prazo de trinta dias e de um suplementar de dez implicará a caducidade da proposta preferida e a perda caução antecipada, transferindo-se a preferência em escala descendente para a proposta imediatamente inferior até consumir-se o ato dentro do preço da avaliação.

Artigo 82 - Fica facultado à Procuradoria do Patrimônio Imobiliário e Cadastro do Estado promover, quando convier e assim lho autorizar o Governo, a venda por prestações de pequenos lotes mediante contrato de compromisso, de acordo com o decreto nº 5.824 de 3 de fevereiro de 1933.

Parágrafo único - O preço mínimo para essas vendas será calculado pelo critério do art. 74, parágrafo 2º, acrescido de 1% (dez por cento).

CAPÍTULO VIII

Da expedição de títulos das terras devolutas e de Registro Cadastral da Propriedade Pública

Artigo 83 - Todos os títulos de alienação, concessão, legitimação, justificação e arrendamento de terras devolutas serão assinados pelo Chefe de Governo do Estado, devendo conter os nomes dos interessados, áreas, confrontações, datas, termos e modos dos atos, característicos e individualizações necessárias para o Registro e transcrição bem como nota da licença do Presidente da República ou Governo Federal, se de mister para o ato.

Serão formalizados segundo modelo oficial aprovado pela Secretaria da Justiça e Negócios do Interior e acompanhados de planta e memorial descritivo da respectiva área.

Parágrafo único - Quando de necessidade para o ato licença do Presidente da República ou Governo Federal, não se fará expedição de título ou recolhimento de qualquer taxa ou emolumento ao Tesouro, antes que ela seja dada.

Artigo 84 - Todos os títulos de transmissão devem ser transcritos ou averbados no Registro de Imóveis.

Artigo 85 - Feita que seja a transcrição ou averbação, o oficial do Registro deverá remeter um extrato dela à Procuradoria do Patrimônio Imobiliário e Cadastro do Estado, para o arquivamento e registro em seu Cadastro.

§ 1º - Igual remessa, na mesma forma e para o mesmo fim, deverá fazer das transcrições em geral de imóveis em que fôr transmitente ou adquirente a Fazenda do Estado.

§ 2º - O oficial relapso incorrerá na pena do art. 55, § 2º.

§ 3º - As atribuições cadastrais da Procuradoria do Patrimônio Imobiliário e Cadastro do Estado versam sobre as terras devolutas e, em geral, sobre a propriedade territorial do Patrimônio do Estado.

CAPÍTULO IX

Das Disposições Gerais

Artigo 86 - Cabe à Procuradoria do Patrimônio Imobiliário e Cadastro do Estado a vigilância, guarda e defesa das terras devolutas e em geral do patrimônio territorial do Estado, lançando mão das ações possessórias e petições que para isso depara a legislação civil e processual.

Parágrafo único - No caso de turbacão ou esbulho poderá usar do desforço incontinenti, "ordine juris servato".

Artigo 87 - Cabe-lhe igualmente, na esfera de suas atribuições e quanto lhe permitir o direito envidar esforços em prol da obra social de mortalização dos títulos de domínio e preservar a propriedade contra os embustes e perigos dos documentos falsos.

Artigo 88 - São isentos de emolumentos os traslados ou certidões dos documentos dos particulares, existentes em autos de discriminação, requeridos pelos próprios interessados para substituir os originais.

Artigo 89 - Em todos os processos termos e atos judiciais e administrativos em que intervier a Procuradoria do Patrimônio Imobiliário e Cadastro do Estado, seus funcionários não poderão perceber emolumentos, custas, percentagens ou quaisquer proventos além dos vencimentos de seus cargos, das gratificações por serviços extraordinários e das diárias ou despesas de estada e transporte expressas em lei.

Artigo 90 - Fica substituído o art. 2º do decreto nº 10.351, de 21 de junho de 1939 pelo seguinte:

Incumbe à Procuradoria do Patrimônio Imobiliário e Cadastro do Estado:

§ 1º - Defender a Fazenda do Estado, em juízo e fora do de juízo, em tudo que disser respeito ao seu patrimônio imobiliário rios e águas de seu domínio, respeitadas as disposições do Código de Águas e de outras leis federais que regem a matéria.

§ 2º - Intervir em todas as ações que interessarem ao mesmo patrimônio.

§ 3º - Promover os processos de discriminação de terras devolutas.

§ 4º - Interpor e processar os recursos nas causas que lhe estiverem sujeitas, acompanhando-as em todos os atos, termos, incidentes e instâncias.

§ 5º - Alienar, conceder e arrendar bens imóveis do domínio patrimonial do Estado quando legalmente autorizada.

§ 6º - Inventariar e cadastrar os imóveis do Estado, na conformidade do que dispõe o presente decreto-lei.

§ 7º - Receber das Procuradorias Judicial e Fiscal do Estado certidões ou traslados autênticos de todos os títulos de alienação ou aquisição de imóveis em que figurar a Fazenda do Estado.

§ 8º - Velar pela guarda, conservação e defesa do patrimônio imobiliário do Estado, podendo para isso requisitar informações e elementos de outras repartições públicas.

§ 9º - Responder a consultas que diretamente lhe sejam feitas por outras repartições com referência ao mesmo patrimônio.

§ 10 - Conhecer dos pedidos de legitimação e de justificação, de posse e processá-lo na forma da lei.

§ 11 - Aplicar quando de manifesta conveniência, mediante aprovação do Governo do Estado e licença das autoridades federais, o processo de levantamento aerofotogramétrico para discriminação das terras devolutas e cadastragem do patrimônio imobiliário do Estado".

Artigo 91 - Aplicam-se nos casos omissos as disposições concernentes aos casos análogos ou expressas na legislação civil, e, não as havendo, os princípios gerais de direito.

Artigo 92 - Ficam expressamente revogados o decreto nº 6.473, de 30 de maio de 1934, lei nº 2.258, de 10 de janeiro de 1936, lei nº 2.908 de 19 de janeiro de 1937 (*), decreto nº

9.461, de 9 de setembro de 1938 (*), decreto nº 10.724, de 27 de novembro de 1939, decreto-lei nº 11.096, de 20 de maio de 1940 (*), e, em geral, todos decretos, leis, decretos-leis e disposições contrário.

Artigo 93 - Ficam sujeitas ao presente decreto -lei as causas pendentes em geral, respeitados os atos e termos consumados assim como aqueles que deles forem consequências imediata e natural.

Artigo 94 - Este decreto entrará em vigor noventa (90) dias depois de sua publicação.

São essas as normas que regem o processo de discriminação de terras devolutas. A mais antiga, o decreto estadual nº 14.916 foi criado em 1945, quando o Estado paulista ainda possuía o interventor Fernando Costa. A mais “recente”, lei nº 6.383 de 07 de dezembro de 1976 fora promulgada pelo governo Ernesto Geisel, em 1976. Como se vê, há mais de 64 anos o governo estadual se utiliza dos mesmos meios para separar suas terras das particulares. Faz-se urgente, portanto, uma revisão e atualização dos erros e falhas desse processo, para torná-lo mais célere e eficaz.

Podemos notar a gama de detalhes a que se chega para tentar dirimir dúvidas quanto ao domínio das terras. Não é de se estranhar que proporcione inúmeras interpretações e brechas para entrada de recursos, para prolongar sua conclusão.

A entrada do processo administrativo pela lei federal abriu uma possibilidade que, historicamente, se comprovou como bom para o Estado, pela agilidade e, melhor ainda, para os proprietários que podem ganhar tempo, questionando-a no âmbito judicial. Por conta disso, o governo estadual (de acordo com seus interesses), ajuizou as ações de discriminação de terras.

Para a instrução do processo discriminatório, tanto pela via administrativa, como judicial, devem ser obrigatórias as seguintes fases: citatória, contenciosa e demarcatória, conforme as regras codificadas do processo civil.

5.1.5.1 - Fase citatória

Esse é o momento em que o Estado indica quais são os imóveis e os pretensos proprietários que estão ocupando terras com indícios de devolutividade. É

a decisão política de citar publicamente a existência de ocupação irregular, seja de boa ou de má fé.

Após a elaboração de um relatório técnico/jurídico administrativo, indicando que determinada região possui indícios de terras devolutas, o Poder Público, via Procuradoria, pode entrar junto à Fazenda do Estado de São Paulo com uma ação discriminatória. Essa fase é apontada como percurso prévio, onde os trabalhos técnicos elaborados pelo ITESP, são acrescentados ao documento da Procuradoria denominado de propositura da ação.

São necessárias a seguintes providências, de acordo com Carvalho (2004):

- - croqui do perímetro a ser trabalhado;
- - plantas e/ou croquis dos perímetros confrontantes;
- - lançar nas fotos aéreas o croqui do perímetro, fechando as divisas dos mesmos com base nos perímetros confrontantes, respeitando-se as divisas dos perímetros já discriminados;
- - consultar todo material cartográfico disponível sobre a região, observando-se as divisas territoriais de distritos e municípios, círculos municipais, estradas e rodovias públicas, restrições ambientais, limites dos terrenos de marinhas etc;
- - em se tratando de perímetro no qual houve desistência ou improcedência da ação, preliminarmente, coletar os elementos fundamentais do processo anterior, observando os motivos pelos quais a Fazenda do Estado desistiu da ação, o despacho referente à desistência ou a sentença que julgou a improcedência;

Com esses dados são procedidas às seguintes atividades:

- **técnicas** (cadastro da malha fundiária do perímetro, coleta de documentos e elaboração de over-lay preliminar)
- **jurídicas** (análise dos documentos apresentados, busca em cartórios dos documentos a cada imóvel, retroagindo, a aproximadamente 1916, elaboração de cadeias sucessórias dos imóveis, elaboração do rol de ocupantes com base nos documentos apresentados).

Essa documentação que acompanha a peça inicial é denominada de *percurso prévio*. Após instruída judicialmente, recebida e autuada a petição inicial, passa-se à citação por edital, convocando todos os interessados a contestarem o pedido inicial proposto pela Fazenda do Estado que, necessariamente indica as áreas a serem declaradas como devolutas.

Recebida toda documentação, se inicia a chamada *fase citatória*, em que todos os interessados na ação são convocados, via edital, para contestarem o pedido inicial formulado pela Fazenda do Estado. Nesse caso, o Estado já abriu a primeira brecha de uma série de contestação e recursos impetrados pelos ocupantes. Todo o trabalho de um órgão público em buscar áreas com indícios de serem devolutas pode ser questionado, mesmo antes de entrar com uma ação.

5.1.5.2 - Fase contenciosa

A segunda fase é a contenciosa. É o momento em que passados os prazos dos editais com relação à entrada da petição, a Fazenda do Estado indica quais são as terras a serem declaradas como de domínio público pelo Poder Judiciário. Nesse momento, os ocupantes dos imóveis questionados tentam provar que as áreas são de domínio particular. É o momento da discussão do mérito da ação. Findando essa fase, definem-se, através de sentença judicial, quais são as terras de domínios públicos, bem como aquelas de domínio particular. A partir daí, decorrem todos os recursos, réplicas, trélicas e outros artifícios jurídicos para se estender a sentença, valendo ainda recorrer, em 1ª, 2ª e 3ª instâncias e esferas do Poder Judiciários, como mostra quadro síntese, referente às fases do processo de ação discriminatória.

5.1.5.3 - Fase demarcatória

Logo após a sentença, procede-se, mas ainda sem a necessidade desta ter sido transitada e julgada, à terceira fase, que é o processo de ação demarcatória. Nesse procedimento, delimita-se física e efetivamente onde se materializa o espaço resultante da sentença, ou seja, a separação física das terras declaradas como devolutas daquelas de domínio particular. Para de fato se expedir uma carta demarcatória, é necessária uma sentença judicial definitiva. Além do que os interessados podem indicar profissionais e técnicos para acompanhar o trabalho de demarcação.

Quadro síntese dos processos jurídicos para separar as terras públicas das privadas

Fases da Ação Discriminatória: 1 - Elaboração de relatório técnico/jurídico pela Fundação Itesp, demonstrando os indícios que o imóvel é devoluto, sendo: 1.1. Cadeia Dominial (cópia de todas matrículas e transcrições referentes ao imóvel; 1.1.2. Filiação dos documentos até a origem; 1.1.3. Planta e memorial descritivo 2 - Encaminhamento do relatório à Procuradoria Regional de Pres. Prudente 3 - Propositura da Ação Discriminatória pela Procuradoria		
Primeira Instância 3.1. Petição inicial; 3.2. Citação por edital; 3.3. Contestação; 3.4. Réplica; 3.5. Tréplica; 3.6. Sentença	Segunda Instância 3.7. Apelação; 3.8. Contra razões de apelação; 3.9. Remessa ao Tribunal; 3.10. Distribuição no Tribunal; 3.11. Relator; 3.12. Julgamento;	Instâncias Superiores 3.13. Recurso; 3.14. Especial – S.T.J.; 3.15. Extraordinário – S.T.F. 3.16. Trânsito em julgado; 3.17. Retorno à origem;
Ação Demarcatória Visa demarcar de forma precisa as terras devolutas, com possibilidade dos interessados em indicar assistente técnico. 1 Efetuar o levantamento do Perímetro; Homologação da demarcação pelo Juízo; Expedição de Carta de Sentença da Demarcatória para registro junto ao S.R.I. ; 2 - Registro da Carta de Sentença no Serviço de Registro de Imóveis da área em nome da Fazenda do Estado de São Paulo.		

Fonte: ITESP, 2007

Org.: Feliciano, 2008

5.2 - A natureza de uma ação discriminatória

No Estado de São Paulo, durante todo o processo de ação discriminatória, quem de fato assume a defesa dessa ação é a Procuradoria Geral do Estado, tendo como autora a Fazenda do Estado. Portanto, a entrada de uma ação é estritamente política.

Uma vez que há entendimento por uma parte do governo estadual de que não há necessidade em entrar com uma ação para discriminar o que é devoluto do particular, pode-se muito bem propor outras ações, como, por exemplo, apenas regularizar quem já está ocupando as terras ou legitimar posses. Entende-se que essa é uma postura casada com uma ideologia de que não há mais necessidade de

questionar esses títulos, mas sim regularizá-los, em prol do desenvolvimento regional. Discurso este dominante entre a classe dos ruralistas, no Pontal do Paranapanema.

A ação discriminatória tem por finalidade inserir uma discussão sobre o domínio das terras. Em sua finalização, apenas declara que aquelas áreas roladas no processo são de domínio particular ou estatal.

A sentença de uma ação não cria um domínio, apenas confirma algo preexistente mas indevidamente ocupado, ou então confirma a ocupação atual. Nas discussões jurídicas, o que prevalece é o entendimento de que a sentença de uma ação não cria um novo direito, apenas afasta a incerteza em decorrência da autoridade jurisdicional, impondo sua força e declarando como certo aquilo que juridicamente estava incerto.

Segundo Barhum (2003),

[...] a doutrina e a jurisprudência dominantes, consagram que a ação discriminatória tem natureza declaratória dúplice, porquanto na decisão a ser proferida ou será reconhecido o caráter devoluto das terras ou será definitivamente confirmada a dominialidade privada. (BARHUM, 2003, p.72).

Como foi demonstrado, a predominância da doutrina é consagrar a ação discriminatória como um ato declaratório, de reconhecimento. Porém, há juristas que a entendem de forma diferenciada, adotando um posicionamento político, de enfrentamento, no caráter discriminatório.

[...] divergindo da maioria, ousamos asseverar, ao inverso, que ambas são declarações declaratórias condenatórias, com boa carga de constitutividade, contendo, em seu bojo, a força de reivindicar. São, portanto, ações declaratórias constitutivas condenatórias.

Ou então:

[...] a discriminatória é também ação condenatória: reconhece o domínio ao vencedor e condena o vencido a entregar as terras, indevidamente possuídas e individualizadas pela ação. (BORGES, 1998, apud BARHUM, 2003, p.74).

Isso nos leva a considerar que não há um consenso sobre a conotação que uma sentença sobre a ação discriminatória pode desencadear. Oportunamente, ela

pode ser apenas declaratória ou então declaratória com um caráter condenatório. Nesse caso, o julgamento sobre o domínio das terras ocupadas através de um processo de grilagem, envolvendo atuação de agentes do Estado, não deveria ser apenas uma ação declaratória sob preexistência ou não do domínio.

O Estado, coberto da legitimidade atribuída às forças judiciais, ao declarar em sentença apenas que as terras são de seu domínio, não atribui penalidade àquele que a tomou indevidamente. Esta ação tenta mascarar a existência do poder e controle de uma classe social que há mais de um século se beneficiou de um bem público.

Contribuindo para embaraçar ainda mais essa questão, há também contradições sobre a atribuição de órgãos do Estado sobre o encaminhamento e a competência de uma ação discriminatória. Segundo Castilho¹¹⁹ (1998, p.151),

[...] a Procuradoria do Estado, hoje, postula judicialmente para promover a execução da política fundiária definida pelo ITESP. Desde 1991, deixou de ser órgão de decisão da política de terras do Estado. A PGE – assim como as demais secretarias – vincula-se à política estipulada pelo Instituto, tendo uma atuação apenas subsidiária neste campo funcional (Mas contraditoriamente, o referido decreto nº 33.706/91, que organiza o ITESP, determina que cabe a esta coordenadoria “atuar subsidiariamente a PGE” – art 2º, V. Nem sempre a lei corresponde aos fatos).

Nesse contexto, cabe, então, à Fundação ITESP realizar os procedimentos técnicos, jurídicos e administrativos (cadastro e levantamentos topográficos, análise da origem dominial dos imóveis, ações discriminatórias judiciais, demarcações, planos de legitimação de posses, entre outras). Porém, a definição e delimitação de qual área será impetrada ação de discriminatória¹²⁰ cabe à Fazenda Pública do Estado.

Portanto, a política agrária e fundiária do Estado, de acordo com a lei, é definida pela Fundação ITESP. Este indica os imóveis ou áreas com indícios de pertencerem ao domínio público para a Procuradoria Geral do Estado. Esta

¹¹⁹ Procurador do Estado de São Paulo. Ex-Chefe da Procuradoria Regional de Presidente Prudente.

¹²⁰ Atualmente o procedimento da ação discriminatória é regulado pela Lei nº 6.383/76. As normas disciplinando o processo discriminatório das terras da União também são aplicadas aos Estados membros, por conta do seu artigo 27.

acompanha todo o processo jurídico, todavia, a ação para ser proposta depende exclusivamente de um posicionamento político do Estado em adotar ou não o enfrentamento com parte de uma classe social que se apropriou ilegalmente das terras públicas.

A razão de qualquer ação discriminatória é uma das formas de questionamento sob a configuração de uma ocupação de determinada área ou região. É uma das poucas materializações do conflito entre Estado (autor) como mantenedor dos bens públicos em oposição aos fazendeiros (réus) invasores destes.

As partes, em uma ação, têm de um lado a União (INCRA), no caso de terras federais, e os Estado, no caso das estaduais (Institutos de Terras); e, de outro, todos os outros interessados, proprietários, ocupantes, confinantes certos e respectivos cônjuges, além dos interessados incertos ou desconhecidos.

Durante todo o processo, são os fazendeiros que têm que provar que a origem daquela ocupação não possui vícios. A defesa realizada pode ser tanto no questionamento, através das preliminares processuais, quanto no mérito da questão. Este último, dificilmente, é abordado com profundidade nas defesas. Os fazendeiros-réus adotam as duas posturas, para estender ao máximo a finalização da sentença.

Nas preliminares processuais, as alegações de defesa estão dispostas como forma de contestação da ação, a partir do artigo nº 300 e nº 301 incisos I a VIII e X: inexistência ou nulidade da ação; incompetência absoluta; inépcia da inicial; perempção; litispendência; coisa julgada; conexão; incapacidade da parte, defeito de representação ou falta de autorização; e carência de ação (Barhum, 2003).

São inúmeras as formas de questionamento realizadas pela defesa dos fazendeiros-réus, nas ações discriminatória do Pontal do Paranapanema, desde os preliminares processuais até defesa do mérito da questão.

5.3 - Desconstruindo os principais argumentos de defesas dos grileiros (fazendeiros-réus)

5.3.1 - Ilegitimidade do autor da ação

O argumento principal é que o Estado não pode se utilizar da ação pelo fato de as terras estarem localizadas em raio municipal ou distrital. Portanto, caberia ao Município a titularidade da ação. Este argumento da ilegitimidade está forjado com a pretensão de extinguir o processo, sem o julgamento do mérito, baseado no art. 267, inciso VI do Código de Processo Civil.

A transferência das terras que o Estado fez aos municípios que compõem parte das terras devolutas estaduais só tem sentido com a efetivação de uma ação de discriminação de terras a cargo do próprio Estado. A questão é que o Estado não pode transferir suas terras à administração municipal se ainda não fez a separação entre público e privado. Para que essas terras integrem o patrimônio municipal, há necessidade do processo discriminatório. Depois disso, o Estado concede o título ao município, que, após lavrado em registro, passam a integrar como bens patrimoniais de domínio municipal¹²¹.

Geralmente, o que vem ocorrendo no Pontal do Paranapanema, quando uma ação discriminatória com sentença transitada e julgada é declarada como devoluta, são as seguintes possibilidades: ao se transferir aos municípios os títulos de domínio da área que lhe compete, estes tem autonomia para destiná-los a investimentos e construções de moradia, regularização ou legitimação fundiária ou projetos de assentamento.

Um exemplo é o caso do 11º de Mirante do Paranapanema, em que todo o perímetro foi julgado devoluto. Nas áreas fora do raio de 8 quilômetros, por força de ação do movimento camponês, o Estado realizou diversos assentamentos rurais.

¹²¹ Com a lei nº 16 de 13/11/1891, o Estado transferiu às municipalidades, para a formação das vilas e povoados, “as terras devolutas adjacentes às povoações com mais de mil almas em raio de círculo de seis quilômetros, a partir da praça central” conforme seu artigo 28§1º. Em 1945, esse raio foi aumentado, passando a 12 km medidos da praça da Sé na capital, e 8 km nos centros dos demais municípios. Com a lei orgânica dos municípios, pelo decreto Lei de 31/12/1969, também integrou ao patrimônio dos municípios as terras devolutas localizadas em um raio de 6k contados do ponto central de seus distritos.

Dentro dos oito quilômetros, o movimento questionou o papel do poder público municipal e este, em parceria com o Estado, transferiu uma parte dessas áreas para implantação de assentamento rural, no PA Asa Branca, localizado a 6 quilômetros da sede municipal.

Já em outros municípios, como, por exemplo, Pirapozinho, a opção do poder público foi a regularização das posses e entrega de títulos tanto na área rural como urbana.

O argumento da defesa também não se sustenta, pois a União e os Estados, por força de lei maior (constitucional), são os únicos titulares das terras devolutas e como tal têm toda a legitimidade para promover a ação discriminatória. Não basta que a lei atribua ao municípios parcelas das terras devolutas, como no caso da última lei orgânica dos Municípios, é preciso e necessário que essa concessão se materialize em título, que apenas o processo discriminatório pode fornecer.

Além disso, a própria lei de discriminação de terras (nº 6.383/76) retira dos municípios o direito de promover o processo discriminatório:

Artigo 27 - O processo discriminatório previsto nesta Lei aplicar-se-á, no que couber, às terras devolutas estaduais, observado o seguinte:

I - na instância administrativa, por intermédio de órgão estadual específico, ou através do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária - INCRA, mediante convênio;

II - na instância judicial, na conformidade do que dispuser a Lei de Organização Judiciária local.

Portanto, os municípios não têm legitimidade da pretensão¹²², por impossibilidade jurídica do pedido.

Na realidade, argumentos como esses aparecem nos processos de ação discriminatória do Pontal do Paranapanema, e são apenas medidas protelatórias, com objetivo de questionar os preliminares do processo e não o mérito.

¹²² Art.3º do Código Processo Civil.

5.3.2 - Impropriedade da ação discriminatória

O argumento central desse questionamento é de que o Estado, ao afirmar na ação de discriminatória que os títulos de domínio existentes na área são nulos, estaria agindo de forma imprópria para requerê-los.

O procedimento seguindo desse discurso seria a adoção de uma ação que primeiro cancelasse os títulos, já que, segundo o Estado, as terras são de seu domínio. Portanto, não há o que discriminar ou separar. Por essa razão, a ação é imprópria, devendo o processo ser extinto.

A lei de Discriminação de Terras Devolutas é a única opção destinada especificamente à anulação dos títulos particulares. Segundo Barhum (2003, p.143),

[...] para que uma cadeia dominial particular seja reconhecida como nula e ineficaz, por vício do título originário, basta que o Poder Público promova a competente ação discriminatória. A evidência, não necessita o ente público promover o cancelamento dos registros, antes da propositura da ação discriminatória.

O cancelamento dos títulos de domínios registrados é intrínseco à própria ação discriminatória. Não faz sentido entrar com uma ação anulatória para depois discriminar as terras. O resultado de uma cancela a outra, assim como a sentença de uma discriminatória, anula automaticamente o domínio irregular.

Em análise a um instrumento de apelação relativo à discriminatória do 14º Perímetro de Teodoro Sampaio, o E. Primeiro Tribunal de Alçada Civil ofereceu o seguinte parecer:

Ocorre que, com o advento da Lei 6.383/76, tornou-se desnecessário o cancelamento prévio dos títulos dos registros, pois a decisão que concluir pela existência de terras devolutas, tanto no plano administrativo, quanto judicial, implicará no registro da área em nome da União ou do Estado....Quer dizer, na discriminatória está contida implicitamente a anulatória aludida. (apud BARHUM, 2003, p.143).

A defesa imputada vem no sentido de questionar o procedimento adotado pelo Estado. Porém ela mesma mantém a contradição, ao solicitar que o próprio cancele os títulos. É uma defesa perigosa, pois subliminarmente dão indícios da

grilagem efetuada na região. Por outro lado, é uma maneira de trabalhar com o tempo, pois somente terminando uma ação (anulatória) é que se poderia propor a discriminatória.

5.3.3 - O processo administrativo como antecedente necessário para uma ação judicial

Não há muita argumentação que sustente esse pedido de extinção do processo. Segundo os advogados dos fazendeiros-réus, a própria lei *sugere* que se inicie na justiça, após esgotada a possibilidade no âmbito administrativo.

Como isso, solicitam que primeiro seja realizada a ação discriminatória administrativa, antes da judicial.

O artigo 19 da Lei 6.383/1976 determina que “o processo discriminatório judicial será promovido”:

I - quando o processo discriminatório administrativo *for dispensado ou interrompido por presumida ineficácia*.

No argumento de defesa, ao assumir o interesse em iniciar a ação discriminatória em âmbito judicial, o Estado está agindo de forma unilateral, pois deveria passar por todo o processo administrativo para depois comprovar sua ineficácia.

O termo *presumida ineficácia*, nos argumentos, não quer dizer que deve deixar de fazê-lo apenas por uma opção.

Por outro lado, o próprio artigo relata que não é necessário esgotar o processo administrativo para iniciar em juízo.

O Estado, ao entrar com uma ação de discriminação de terras devolutas de forma judicial, deixa claro que tem certeza, após trabalho técnico de toda cadeia dominial, de que há vícios nos títulos, o que faz entender a ineficácia de uma ação no âmbito administrativo, pois, findada a ação, certamente os réus questionarão em

juízo. Por isso, *presume-se* que a ação discriminatória em âmbito administrativa seja *ineficaz*.

Tal ação tem eficácia no caso de acordo entre Estado e “particulares”, reconhecendo este possuidor de uma área devoluta. Essa atitude foi o que respaldou os acordos no Pontal do Paranapanema, a partir de meados da década de 90 do século passado, como veremos em capítulos seguintes.

Sabendo das atitudes adotadas, historicamente, pelos grileiros em protelar ao máximo as ações de ações discriminatórias, o Estado, assumindo oportunamente uma disputa judicial, opera de forma coerente com a administração pública. Ameniza o impacto nos gastos de financeiro e de pessoal, além do tempo despendido por duas ações.

Portanto, a ocorrência de várias contestações, verificada historicamente nos autos, confirma a presunção de plena ineficiência de um processo administrativo no caso concreto. Ou seja, as próprias tentativas e argumentos de defesa dos grileiros em “*ganhar tempo*” servem para sua própria desconstrução.

Com isso, a discussão do mérito, que é a questão principal, perde espaço para artifícios jurídicos apenas protelatórios.

5.3.4 - A citação de todos os antecessores do grilo

Um dos mais frequentes e inacreditáveis argumentos de defesa dos fazendeiros-réus é a ausência de formação do denominado litisconsórcio necessário. Isso vem a ser o seguinte: argumentam que todos os antecessores dos fazendeiros-réus deveriam ser citados, e seus respectivos registros, e dado a estes o direito de defesa nos processo de discriminatório. Isso porque, com a possibilidade de ter os títulos nulos, também sentirão efeitos da sentença.

O argumento apresentado está sustentado pelo artigo 47 do Código Civil, segundo o qual, será necessário o litisconsórcio sempre que, pela natureza da relação jurídica, o juiz tiver que decidir o pedido de forma idêntica para todos os

litigantes. Ao decidir sobre a nulidade de um título, toda a cadeia dominial da área citada também será invalidada.

No caso do Pontal do Paranapanema, uma ação provida pelo Estado, com o pedido implícito de cancelamento dos registros formadores da cadeia dominial dos imóveis discriminados, também invalidará todos os títulos que se originaram dos registros.

Por conta desse fato, argumentam que se configurará um pólo passivo na relação processual e que essa ação somente terá validade no caso da não formação do litisconsórcio necessário unitário, caracterizando ilegitimidade.

Na defesa, solicitam a citação de todas as pessoas que participaram ou então são sucessoras daqueles que tiveram envolvimento na cadeia dominial, e que, por conseguinte, poderão ser afetadas com um possível cancelamento.

Aceitando essa medida, o juiz determina ao autor (no caso, a Fazenda do Estado) promover a citação de todos aqueles que necessariamente estão envolvidos na cadeia dominial, sob pena de exclusão do processo, caso não seja concretizado.

Supondo a aceitação desse disparate, por exemplo, o Estado, ao realizar o processo de ação discriminatória de uma área em que origem dominial do título provém da Fazenda Pirapó-Santo Anastácio, teria a obrigação de convocar todos que tiveram seus títulos iniciados nessa transação, diretamente ou indiretamente, na formação de outras cadeias que a sucederam. Tornando com isso sua aplicabilidade extremamente onerosa e praticamente inviável.

Como a ação discriminatória das terras devolutas é regida pela lei nº 6.383/1976, nela está garantida a citação de todos os envolvidos, fazendo cair por terra a argumentação jurídica dos fazendeiros-réus.

Vejamos, de acordo como §2 parágrafo do art. 4º, § 2º:

O edital de convocação conterá a delimitação perimétrica da área a ser discriminada com suas características e será dirigido, nominalmente, a todos os interess*ados, proprietários, ocupantes, confinantes certos e respectivos cônjuges, bem como aos demais interessados incertos ou desconhecidos. (grifos nossos).

Está bem claro que aqueles que fazem parte de ou tiveram alguma ligação na cadeia dominial estão respeitados na ação, quando *inseridos como interessados incertos ou desconhecidos*.

Nesse caso, o Estado está apresentando, em forma pública, o edital de citação e abrindo a possibilidade de defesa àqueles que, apresentando os títulos, sustentem sua ocupação como legítima.

Também é incabível o argumento de atribuir ao Estado a citação de pessoas que adquiriam títulos de origem de uma área, mas, após essa aquisição construíram outra cadeia dominial. Isso porque, ficam transparentes na abertura do processo quais são as áreas objetos de discriminação e, além disso, quais os nomes dos fazendeiros-réus.

Os efeitos de uma sentença estão limitados às partes envolvidas. Como uma ação discriminatória é proposta contra aquele, possui uma titulação dominial, por exclusão, somente os fazendeiros-réus, confrontantes ou os que participaram do processo serão alcançados pela decisão judicial.

Na sentença, é declarada que as terras são devolutas, assim como serão indicados nominalmente somente os títulos e fazendeiros-réus envolvidos. Sendo assim, somente estes são atingidos pelo resultado.

Por fim, com uma artimanha tacanha de tentar extinguir o processo discriminatório das terras no Pontal do Paranapanema, os fazendeiros-réus, novamente, escamoteiam pelos meandros da lei a questão principal a ser debatida: o processo de grilagem das terras.

5.3.5 - O argumento do usucapião

Outro contra senso por parte da defesa dos fazendeiros-réus nas ações é que, utilizando de uma interpretação jurídica de que terras devolutas são usucapíveis, as solicitam para fim de reconhecer a dominial idade privada dos imóveis.

Isto argumentam sustentados na Súmula 340 do Supremo Tribunal Federal – STF, que o admitiu até o Código Civil Brasileiro, de 1916. Assim, segundo essa

interpretação, quem até 31 de dezembro de 1916 tivesse completado o tempo de ocupação mansa e pacífica de quarenta anos poderia ocorrer a preceito aquisitivo.

Prevaleceu até 1931 a concepção de que as terras devolutas eram passíveis de usucapião. Como o decreto federal nº19.294, assinado pelo Governo Vargas, reconheceu as concessões de terras processadas pelo regime anterior, mas definiu a partir de data publicada do decreto a necessidade de transcrição de terras como ato fundamental para a validade dos títulos de terras.

Com relação a esses argumentos, apenas dois pontos desconstroem essa interpretação presente nos autos das ações discriminatórias: primeiro, reconhecem que as áreas são públicas e desejam torná-las de domínio privado; segundo, a Constituição de 1988 foi taxativa na impossibilidade de usucapião de terra pública de qualquer natureza, conforme o seguinte artigo:

Art. 91 – Aquele que não sendo proprietário de imóvel rural ou urbano, possua como seu, por cinco anos ininterruptos, sem oposição, área terra, em zona rural, não superior a cinquenta hectares, tornando-a produtiva por seu trabalho ou de sua família, tendo nela sua moradia, adquirir-lhe-á a propriedade.

Parágrafo único – os imóveis públicos não serão adquiridos por usucapião. (grifos nossos)

Ou seja, a possibilidade de legalizar a grilagem através do artifício do usucapião é negada aos fazendeiros-réus por duas vezes. Primeiro, porque são terras públicas e, segundo, se fossem de ocupação legítima, não conseguiriam o usucapião, pois de longe as áreas são inferiores a 50 hectares e, muito além disso, longe de conflitos, questionando a posse mansa e pacífica.

5.3.6 - O registro como argumento de legitimação da grilagem

Na maioria das ações de defesa em ações discriminatórias de terras, está sempre presente o artigo 859 do Código Civil, onde: *“presume -se pertencer o direito real à pessoa em cujo nome se inscreveu, ou transcreveu”*. Com esse artigo, abriu-se a brecha esperada pelos fazendeiros-réus de que lhes são asseguradas por

lei as propriedades privadas das terras, uma vez que a titulação dominial existente está em seus nomes.

A sustentação do argumento é de que, enquanto não houver outra ação precedida de decisão judicial específica para anulação do título, prevalecerá o que está garantido no ato de registro. A presunção contida no código é apresentada pelos fazendeiros-réus como uma forma absoluta do direito de propriedade.

Com isso, enfatizam que, enquanto o Estado não cancelar os registros via processo judicial, a área não pode ser objeto de ação discriminatória, e solicitam a extinção do processo nos termos do art.267.IV, do Código Processo Civil.

Outros argumentos também são levantados para sustentar o registro como uma forma de legitimação da grilagem: as ocupações foram de boa-fé, com os títulos exemplarmente transcritos; os cartórios (prestadores de serviço público) deram ingresso aos títulos no sistema registral; o Estado admitiu sucessivos registros imobiliários e sempre exigiu em cada transação o pagamento de respectivo imposto, mesmo nas sucessões hereditárias (BARHUM, 2003).

Como já foi mencionado, a ação discriminatória é a mais apropriada para o cancelamento da titulação particular. Portanto, não cabe entrar com uma ação de anulação do título. O que necessita para retomar as terras é outro processo, denominado ação reivindicatória, que veremos adiante.

A ação discriminatória tem como finalidade atacar a legitimidade e autenticidade do título e não do que está constando nos seus escritos. A forma de transcrição ou registro do título não tem força suficiente para extinguir uma ação estatal. Frequentemente, é apresentada como defesa dos fazendeiros-réus a comparação do sistema de registro germânico com o brasileiro. Nesse primeiro citado, somente o registro já é compreendido como prova cabal do domínio. Diferentemente, no Brasil, o registro tem status de presunção relativa de propriedade e reserva de valor patrimonial, uma vez que o Estado não tem controle sobre o registro, pois a prática da grilagem, em inúmeras vezes, está ligada a esquemas de corrupção vinculados a órgãos públicos e cartórios.

No Pontal do Paranapanema, como já demonstramos, agrimensores, peritos judiciais, cartorários e até mesmo juízes estiveram envolvidos no processo de grilagem de terras e também nas ações judiciais para discriminatórias.

Na disputa judicial valia de tudo; a compra do juiz, dos agrimensores e dos funcionários de cartórios. Em desespero (os grileiros) recorriam até ao assassinato. (ABREU, 1972, p.27).

No Brasil, quando se declara a nulidade do registro, isso não representa a desconstituição do direito de propriedade. Vejamos o caso do Pontal do Paranapanema, mesmo com as inúmeras ações discriminatórias tendo sido julgadas como devolutas, na década de 40 e 50, e em momento algum o direito de propriedade foi retirado dos grileiros. Portanto, o caso brasileiro é bem distinto do alemão.

Por fim, o fato de os fazendeiros-réus terem o registro, juridicamente, revela um ato de segurança nas transações envolvendo imóveis, e não a tomada da propriedade privada como direito absoluto. Porém, o uso desse documento (registro) garante inúmeras benesses, entre elas, de utilizar como reserva patrimonial, em caso de financiamentos, hipotecas, empréstimos, concessões em pedidos de reintegração de posse, além de garantir relações de poder e privilégios da escala local e nacional.

5.3.7 - Questionar a formação de uma jurisprudência sobre as terras devolutas no Pontal

Outro argumento utilizado na defesa da “grilagem” das terras no Pontal cai sob a própria confirmação judicial de sua dominialidade forjada. São as contestações denominadas que tentam derrubar as “provas emprestadas de outros processos”.

Como é recorrente, na região, vários perímetros foram transitados e julgados como devolutos. Nas sentenças, estão manifestadas as provas e os meios que levaram o juiz a decidir pelo vício do título de origem e a anulação da cadeia dominial.

Essas sentenças são utilizadas como provas da irregularidade, em outras ações discriminatórias, com áreas ou formas de ocupação semelhantes. As sentenças e acórdãos proferidos em outras ações, além de serem documentos já passados pelo crivo judicial, são elementos de fonte que podem subsidiar um convencimento do juiz. A isto entendemos mais do que provas, e sim como formação de uma verdadeira jurisprudência.

A alegação de defesa dos fazendeiros-réus está balizada no argumento que não se pode utilizar decisões proferidas em outras ações discriminatórias, pois fogem ao princípio do contraditório. Ou seja, sua formulação não foi acompanhada pelos fazendeiros-réus.

A desconstrução desse argumento está pautada primeiro pela garantia legal de seu uso, conforme consta no art.322 do Código Civil. O referido artigo estabelece que a prova emprestada é aquela produzida em processo distinto, mas dotada de relevância em face do atual. Quer dizer, é de conhecimento da sociedade que o processo de ocupação do Pontal do Paranapanema foi recheado de irregularidades e incertezas dominiais. Se uma determinada sentença produziu elementos que demonstraram esse fato, é absolutamente idôneo seu uso em uma região ou área com características similares.

O fato de que os fazendeiros-réus não acompanharam a formação dessas provas não se justifica, pois, ao serem inseridas no processo, são públicas, e estes, como partes envolvidas no processo, têm pleno acesso a esses documentos, para questioná-los no processo vigente.

Outras argumentações discorrem pelo caminho de que os juízes podem ser *convencidos* a arbitrar baseados nessas provas. Ora, os juízes têm livre arbítrio para a condução do processo, mas isso não é um poder absoluto, pois a lei os condiciona a demonstrar, nas sentenças, quais os elementos apresentados que o levaram a adotar tal julgamento. Como na maioria dos casos das ações discriminatórias do Pontal do Paranapanema os fazendeiros-réus não conseguem produzir provas que afastem a invalidade de seus títulos, a utilização de sentenças já

julgadas é o meio que estes se utilizam para manifestar a fragilidade jurídica da cadeia dominial que está sendo analisada.

A liberdade concedida ao juiz na apreciação das provas não significa arbítrio. Para evitar que este surja, a parte final do artigo 131 (CPC) impõe ao juiz indicar na sentenças, os motivos que lhe formaram o convencimento [...] Isto é, o juiz está obrigado a dar “a explicação de como se convenceu da existência, ou inexistência, dos fatos em que se baseia a sentença”. (BARBI, apud BARHUM, 2003, p.170).

Portanto, fortalecemos a ideia de que, no Pontal do Paranapanema, o uso das sentenças como prova cabal da devolutividade daquelas terras deveria ser usado como jurisprudência consensual, nos processos vigentes.

O processo de ocupação na região é praticamente idêntico: os títulos que deram origem à cadeia dominial são, em sua maioria, os mesmos: Fazenda Pirapó-Santo Anastácio; assim como os fatos que levaram o Estado ao questionamento, também, a grilagem.

Há justificativa de que as provas já produzidas sobre a grilagem das terras, no Pontal do Paranapanema, não podem ser utilizadas como elementos no processo discriminatório. Esse argumento, além de ser apenas um artifício de retardamento da decisão, expõe a fragilidade dos fazendeiros-réus em comprovar a ocupação legítima naquele território.

5.3.8 - A prescrição da ação

Frequente nos discursos dos fazendeiros-réus na região, o uso da prescrição de uma ação é uma tentativa de desmoralizar a ação do Estado perante a sociedade e, assim, continuar no domínio das terras.

O argumento jurídico é da ineficácia do Estado em assumir as terras já julgadas devolutas e do longo tempo de ausência de ação, que permitem que esta seja prescrita.

É fato que o Estado há muito deveria ter atuado imediatamente ao trânsito e julgamento as ações. A inércia, nesse caso, esteve a favor da proliferação da grilagem das terras. Porém, após julgada a ação discriminatória é imprescritível.

A ação, como já tratamos, não procura reivindicar aquela área, mas sim declarar se é ou não devoluta. A retomada faz parte de outra ação que envolve jogo de interesse e relações de poder. Naquele momento em que fora julgada, cabe apenas ao Estado saber se são ou não bens do poder público. A destinação a que lhe cabe é outra briga jurídica.

Mesmo estabelecendo a certeza no mundo jurídico, na realidade, a incerteza prevalece, pois o título e domínio ainda continuam com os fazendeiros. Com isso, a disputa entre o movimento camponês e os fazendeiros pelo domínio das terras se constituiu na região.

Grande parte das ações discriminatórias julgadas na década de 50 como terras devolutas passara incólume nas mãos dos fazendeiros, por décadas. Somente com denúncia provinda da ação organizada dos camponeses é que o Estado retomou o processo de discussão, para sua retomada.

Em momento algum uma ação julgando as terras como bens do Estado foi prescrita. Isso porque, segundo o artigo 75 do CPC, o fato de a área discriminada não ser requerida como usucapição fica ainda mais afastada a hipótese de prescrição da ação, pois *bens públicos são imprescritíveis*.

Contrapondo-se a esse argumento, o Estado tem justificativa legal de, a qualquer tempo, buscar reconhecer o caráter público de uma área que se encontra ocupada indevidamente.

5.3.9 - Ocupação por boa fé

Entendemos que a principal defesa para tentar legitimar o caráter privativo das terras, no Pontal do Paranapanema, é o argumento da ocupação por boa fé. Com isso, o fazendeiro-réu, ao não apresentar provas para afastar a invalidade do seu título, apela sobre o desconhecimento da origem irregular da cadeia sucessória.

O princípio da boa fé está presente em quase todas as defesas dos fazendeiros-réus. Porém, essa matéria é recentemente discutida por parte da doutrina jurídica, estando voltada para o direito privado e não público (Barhum, 2003).

As manifestações utilizadas nas ações de discriminação de terras apontam para a ocupação por boa fé, seguindo as teorias da aparência jurídica, da teoria do ato próprio e a suppressio.

A defesa da ocupação por boa fé baseada na teoria da aparência jurídica está contida no direito germânico (a Gewere). Segundo Barhum (2003, p.177),

[...] é utilizada como um direito de fato, exercido com poder puramente físico sobre a coisa (é o caso da Gewere do espoliador), ora como poder de fato conexo como direito a ele correspondente (a Gewere do possuidor), ora independentemente de qualquer poder físico (como a Gewere do herdeiro, ou a do titular de domínio eminente em contraposição à do vassalo), aparentando o domínio pleno sobre a coisa, em face de terceiros.

Com base nessa argumentação, os juristas alemães desenvolveram a teoria da aparência do direito, ou teoria da aparência jurídica, segundo a qual a *posse da coisa* exprime que um direito de fato é exercitado.

A partir de uma aparência legal da coisa feita, o direito a ela fica estabelecido, surgindo os proprietários aparentes, o sócio aparente ou outro tipo de configuração que transmitam uma realidade aparente.

O argumento utilizado pelos advogados dos fazendeiros-réus, baseado na teoria da aparência jurídica, é de que, concretamente, as escrituras públicas dos fazendeiros foram lavradas, transcritas e matriculadas durante décadas pelo poder público, de forma direta ou indireta. Nesse meio tempo, não ocorreu nenhuma contestação que impedisse a comercialização dos imóveis.

Sustentam que muitas “pessoas de bem”, como médicos, juízes, advogados, entre outras pessoas esclarecidas, acreditaram na aparência legal da aquisição do título respaldado por aparelhos do Estado. Com isso, foram induzidos ao erro, assim

como inúmeras outras o fizeram, constituindo o imbróglio dominial hoje questionado pelo próprio Estado.

Essa situação, de acordo com suas contestações, é de responsabilidade do próprio Estado, ao criar a aparência legítima da propriedade privada, na região. O direito de fato estaria consumado, mesmo que no mundo jurídico haja incertezas. D'Amellio assim explica a essência da teoria do direito aparente:

No mundo jurídico, o estado de fato nem sempre corresponde ao estado de direito; mas o estado de direito de fato, muitas vezes, e por considerações de ordem diversa, merece o mesmo respeito que os estado de direito e, e determinadas condições e em atenção a determinadas pessoas, gera conseqüências em nada diferentes daquelas que deveriam do correspondente estado de direito. Um desses casos é a aparência do direito. Existem, na verdade, situações gerais nas quais quem, razoavelmente, teve confiança em uma dada manifestação jurídica e se comportou coerentemente com tal manifestação, tem direito de contar com ela, mesmo se a manifestação não corresponde à realidade. (D'AMELLIO, 1991, p.714).

Outro fator exemplifica o entendimento que a propriedade privada da terra é constituída como uma forma de reserva de valor patrimonial. Argumenta que, no comércio jurídico e nas negociações, os títulos hoje questionados sempre foram objeto de garantia hipotecária, tanto por instituições públicas como privadas, comprovando assim a veracidade e legitimidade de sua aquisição.

Outro fundamento utilizado como sustentáculo para reivindicar o direito ao reconhecimento das terras como privadas nas ações discriminatórias *é a teoria do ato próprio*. Nela consiste demonstrar a contradição do Estado e sua incoerência durante todo o processo histórico, mesmo sabendo das irregularidades dominiais. Demonstra que ora permitia e sustentava essa ocupação, ora era omissa nos casos que deveria coibir tal prática. Alega, ainda, ser contraditório o comportamento de esquecer todo o passado de omissão, adotando uma atitude comportamental e exemplar de decidir retomar as terras, denominando aquelas que a ocuparam como grileiros.

A terceira manifestação que sustenta a defesa da ocupação pela boa fé, o *suppressio*, ou caducidade. Isto é, há mais de cinquenta anos o Estado iniciou a

discriminação em alguns perímetros, mas não o concluiu, abandonando a ação ou paralisando, sem fundamentos legais. Reza o argumento que esse fato permitiu a propagação, uma infindável quantidade de títulos cercados pela certeza do domínio, uma vez que o Estado abandonou a ação discriminatória.

Não caberia, no momento, o Estado retomar as ações, uma vez que muitos seriam prejudicados em função da letargia da ação. Em outro contexto, é o argumento semelhante à teoria que explica que já se passou o momento histórico ideal para realização da reforma agrária.

Enfim, as três manifestações que subsidiam a apelação sobre a boa fé dos fazendeiros-réus, apesar de serem aceitas por muitos magistrados, também não sustentam a discussão que uma ação discriminatória se propõe: o mérito.

Ou seja, o Estado, ao entrar com uma ação muito tempo após suas próprias normas, estabelece os critérios, admite o erro histórico cometido. Porém, a certeza de seus questionamentos sobre a existência de terras devolutas não é superada por provas convincentes de que, naquela região, a ocupação e o registro dos títulos tenham advindo de maneira que sustente sua legitimidade.

Os princípios da boa fé não se aplicam a uma ação discriminatória das terras, pois o que está em decisão é a existência ou não de terras devolutas. Tanto a teoria da aparência jurídica como as outras citadas pretendem tornar natural e eficaz o direito a terceiros de um ato originariamente forjado de forma desigual.

Também devemos ressaltar, novamente, que está previsto no Código Processo Civil a garantia da imprescritibilidade do direito do poder público em questionar a qualquer momento a titularidade do que julga ser seu patrimônio.

Para findar esse assunto sobre a ocupação de boa ou má fé, é bom lembrar que sabe-se, publicamente, que desde o início do século XX as terras do extremo oeste paulista não apresentavam confiabilidade.

Sobre isso, além do que já elencamos em capítulos anteriores, reforçamos, como Monbeig:

[...] enfim, é preciso confessar que a Alta Sorocabana não tinha boa reputação. Ninguém ignorava que os títulos de propriedade eram mais duvidosos ali do que em qualquer outra região. Era pouco tentador ao agricultor arriscar-se em uma região que parecia mai fértil em produzir

demandas do que os cafeeiros. Conhecia mal essa região afastada, inicialmente invadida por mineiros, que a fizeram conhecida como área de criação. Ela interessou mais ao loteadores do que aos fazendeiros. (MONBEIG, 1984, p. 203).

A alegação dos fazendeiros-reús de que aquisição do imóvel foi de boa fé por desconhecimento dos vícios que a cadeia dominial acumulava é totalmente contestável. Inúmeras manchetes em meio jornalístico impresso também alertavam sobre os danos ao se adquirir terras na região¹²³. Primeiro, por serem atos de grilagem e, segundo, por fazerem parte de um decreto estadual que as incluía como áreas de reserva. Tanto de uma forma como outra, o Estado sempre foi o *donos* *de* *direito* das áreas do denominado Pontal do Paranapanema.

Por tanto, de boa fé pode até ter ocorrido apenas na transação imobiliária entre comprador e vendedor. Porém, essa ação não a reverte automaticamente na transformação de terras devolutas em propriedade privada.

Como tratamos até agora, esses foram os argumentos mais recorrentes dos fazendeiros-réus, nos processos de ação discriminatória das terras no Pontal do Paranapanema.

A seguir, discutiremos a delimitação de uma porção territorial (perímetros) como um parâmetro geográfico estabelecido pelo Poder Judiciário, com a finalidade de julgar a presença ou não de terras devolutas.

5.4 - A construção de um espaço jurídico de atuação: um mosaico de possibilidades

A região do Pontal do Paranapanema, adotada neste trabalho, como a 10ª Região Administrativa do Estado de São Paulo, é constituída de 53 municípios, que ocupam 23.952 km² ou 9,6 % do território paulista.

¹²³ O Estado nunca defendeu a reserva do 13º Perímetro. Só fez ceder terreno ante a investida de particulares. Jornal **Folha da Manhã**, 15 de maio de 1954.

“Não compre terras em reserva florestal”. Jornal **Folha da Manhã**, 28 de abril de 1954.

Enquanto os órgãos jurídicos e florestais reagiam com lentidão, posseiros operavam com rapidez contra as reservas de Presidente Venceslau. Jornal **Folha da Manhã**, 30 de Abril de 1954.

O Estado, no início do século XX, ao propor realizar as ações discriminatórias na região, para extirpar as terras devolutas das particulares, necessitava delimitar áreas de atuação em que as ações seriam alcançadas. Essa área delimitada foi definida por perímetros.

Os perímetros foram definidos e delimitados por elementos geográficos que pudessem ser visualizados da maneira mais fácil possível:

[...] era tão difícil encontrar os limites de um domínio [...] Não é muito fácil dar com pontos de partida para balizar o perímetro de uma propriedade, que ainda estivesse recoberta de mata cerrada. (MONBEIG, 1984, p. 145).

Apesar de *retalhada* inúmeras vezes, no papel, de fato o que existia no Pontal eram as florestas fechadas que apareciam em mapas oficiais como “terrenos desconhecidos”. Por conta desse desconhecimento e por motivos estratégicos, o governo do Estado designou à Comissão Geográfica e Geológica o levantamento do Rio Paraná e seus afluentes da margem esquerda.

A partir desse levantamento e de outros que o sucederam, por anos, foi criada uma comissão de técnica para delimitar essas áreas em perímetros, onde cada juiz de comarca ficaria responsável por um ou mais perímetros.

De acordo com Denari (1998), perímetro é “uma divisão geográfica do ponto de vista jurídico-administrativo da 10ª administrativa do Estado, a qual pertence o Pontal do Paranapanema. Está dividida em 34 perímetros”. (ver mapa 11)

Hoje, a Procuradoria Geral do Estado não usa mais esse expediente de criar novos perímetros, uma vez que as ações discriminatórias existentes foram agrupadas na forma de blocos de interesse. Na passagem que segue, em entrevista com um funcionário do ITESP, responsável por acompanhar o andamento das ações, podemos perceber historicamente o motivo da mudança de atuação.

Hoje a procuradoria não usa mais desse expediente de perímetro. É uma medida administrativa que se fazia na época em que tudo isso era mata. Onde tem perímetro era por que não dava pra entrar. Não tinha GPS, era teodolito na época, ou correntão que falavam. Isso começou na década de 20. As confrontações e delimitações de perímetros era o rio ou espigão

divisor de água. Então era uma serra...ou monte, que divide ou um rio de maior expressão, eram referências. Eles viam seja por picadas na mata ou mesmo por avião que não dava pra fazer um traçado reto. O que faziam? Denominavam isso por perímetro. Então os perímetros eram pela forma do relevo natural daquela área. Ou espigão divisor ou rio.

Tudo isso pertencia e tinha responsabilidade pela comarca Botucatu, depois a de Boituva era a responsável. Depois quando abriam as vilas, os distritos, foram criando os municípios e aos poucos formam estabelecidas as comarcas. Não são todos os municípios que possuem comarca. Para um município ter uma comarca necessitava um número x de habitantes. O perímetro foi criado para a PPI visualizar o tamanho dele, era pelo que se podia medir pelos recursos naturais...pelos acidentes geográficos daquela área. O que eram: espigão divisor de águas, rios divisão de estados.

Não houve mais interesse do Estado em criar outros perímetros. Mantém-se os mesmos, mas não tem novos. Se eventualmente hoje houver interesses do Estado de discriminar uma área tem que analisar o tamanho de cada município.

O que vale hoje é a lógica dos blocos é a seguinte. Não interessava entrar com ação em todo o perímetro, por que ou no meio tem pequenos sitiantes, ou está no círculo municipal, por que a maioria são áreas com menos de 500 ha. (Advogado, funcionário da Fundação Itesp – entrevista concedida em 2009).

No trecho transcrito, podemos verificar que o Estado criou uma configuração territorial, o “perímetro”, baseado em elementos naturais para assim desvendar e atuar no sentido de averiguar, em toda aquela porção, em um longo processo judicial, a veracidade ou não dos títulos apresentados, se eles correspondiam ou não a realidade.

Mesmo com a expansão do desenvolvimento capitalista e a criação das cidades, a configuração territorial se mantinha apenas como referência de atuação. O Estado, já dotado de recursos humanos e tecnológicos mais avançados, delimita dentro dessas grandes áreas o que lhe interessa examinar, que são as ações discriminatórias em blocos.

A divisão territorial de um perímetro independe dos limites municipais. Um perímetro pode abranger terras de um ou mais municípios, porque as fazendas também estão inseridas em mais de um município.

Na tabela 43, podemos verificar o desmembramento dos perímetros pelas comarcas e municípios.

Mapa 11

Pontal do Paranapanema em Perímetros

Tabela 43 - Perímetros da 10ª região administrativa do Estado de São Paulo

Perímetro	Abrangência territorial		
	Comarca	Municípios	Distritos
1º Teodoro Sampaio	Teodoro Sampaio	Teodoro Sampaio	
2º Teodoro Sampaio	Teodoro Sampaio	Teodoro Sampaio	
14º Teodoro Sampaio	Teodoro Sampaio	Teodoro Sampaio /Euclides da Cunha/Rosana	
15º Teodoro Sampaio	Teodoro Sampaio	Teodoro Sampaio /Euclides da Cunha /Rosana	
11º Mirante do Paranapanema	Mirante do Paranapanema.	Mirante do Paranapanema.	Costa Machado /Cuiabá Paulista
12º Mirante do Paranapanema	Mirante do Paranapanema	Mirante do Paranapanema/Presidente Bernardes	Costa Machado/Nova Pátria
13º Mirante do Paranapanema.	Mirante do Paranapanema.	Mirante do Paranapanema/Teodoro Sampaio	
1º Presidente Prudente	Presidente Prudente	Presidente Prudente	
2º Presidente Prudente	Presidente Prudente	Presidente Prudente/Regente Feijó/Álvares Machado	
3º Presidente Prudente	Presidente Prudente	Pirapozinho/Anhumas/Regente Feijó/Álvares Machado	Coronel Goulart
4º Presidente Prudente	Presidente Prudente	Presidente Bernardes/Álvares Machado/Tarabai/Pirapozinho	Nova Pátria/Coronel Goulart
5º Presidente Prudente	Presidente Prudente	Pirapozinho/Álvares Machado	Coronel Goulart
8º Presidente Prudente	Presidente Prudente	Sandovalina/Presidente Bernardes	
6º Rancharia	Rancharia	Iepê /Nantes	
10º Presidente Bernardes	Presidente Bernardes	Presidente Bernardes/Álvares Machado	
21º Presidente Bernardes	Presidente Bernardes	Presidente Bernardes	Nova Pátria

14° Santo Anastácio	Santo Anastácio	Presidente Venceslau/Piquerobi	
19° Santo Anastácio	Santo Anastácio	Santo Anastácio/Piquerobi /Ribeirão dos Índios	
20° Santo Anastácio	Santo Anastácio	Santo Anastácio/Piquerobi	
22° Santo Anastácio	Santo Anastácio	Santo Anastácio/Mirante do Paranapanema./Marabá Paulista Piquerobi/Presidente Bernardes	Costa Machado
3° Presidente Venceslau	Presidente Venceslau	Presidente Venceslau/Caiuá/Pres. Epitácio/Marabá Paulista.	
4° Presidente Venceslau	Presidente Venceslau	Presidente Venceslau/Caiuá	
11° Presidente Venceslau	Presidente Venceslau	Presidente Venceslau	
12° Presidente Venceslau	Presidente Venceslau	Marabá Paulista/Caiuá/Presidente Epitácio/Mirante do Paranapanema.	
16° Presidente Venceslau	Presidente Venceslau	Teodoro Sampaio/Presidente Epitácio/Marabá Paulista	
10° Presidente Epitácio	Presidente Epitácio	Presidente Venceslau/Presidente Epitácio/Caiuá	Campinal
1° Dracena	Dracena	Dracena	
5° Dracena	Dracena	Ouro Verde	
6° Dracena	Dracena	Dracena/Ouro Verde	
7° Dracena	Dracena	Panorama	
18° Dracena	Dracena	Dracena/Junqueirópolis/Irapuru	Jaciporã/Jamaica
2° Tupi Paulista	Tupi Paulista	Tupi Paulista/Santa Mercedes/Paulicéia	Guaraciba D'Oeste
9° Pacaembu	Pacaembu	Pacaembu/Irapuru/Flora Rica	
Gleba Caiuá Veados	Presidente Epitácio	Presidente Venceslau/Caiuá/Presidente Epitácio	

Fonte: PGE, 2008 – Procuradoria Geral do Estado. Org.: Feliciano, C.A 2009

Como veremos a seguir, cada perímetro possui uma situação jurídica própria. Muitos foram julgados devolutos, outros particulares, assim como parte foi legitimada, enquanto outras transformadas em assentamentos.

A situação jurídica de um perímetro depende essencialmente da conjuntura e das relações de forças das classes sociais distintas, perante o Estado. Durante o governo de Adhemar de Barros, por exemplo, a ação da classe dos grandes proprietários caracterizou-se no sentido de pressionar o Estado a tomar uma atitude, por estes terem seus títulos questionados na justiça:

As discriminatórias do Pontal começaram na década de 30, a primeira sentença saiu em 1947, eles recorreram e a sentença definitiva foi em 1957. Mandaram baixar os autos confirmando a sentença dizendo que eram devolutas. Vieram as ordens de Santo Anastácio para cancelar as matrículas e registrar em nome do Estado. Nessa época era governo do Adhemar de Barros ele tinha relações na Alta Sorocabana com os seus cumpadres de voto, de eleição encabrestada que chegaram para ele e disseram: escuta cumpadre que negócio é esse, o juiz está querendo cancelar o registro das minhas terras. Que negócio é esse você não manda mais nisso aqui não! Ele falou é assim é? Daqui há pouco pura e simplesmente foram engavetadas os pedidos. Nos cartórios de registro de imóveis os pedidos foram engavetados, e o juiz não foi atrás pra ver se foram cumpridas as ordens. (Advogado, funcionário da Fundação Itesp).

Ou seja, naquele momento histórico, não havia manifestações de outro tipo que não fossem para reivindicar a área, a fim de legitimá-la ou destiná-la à preservação ambiental. Nesse momento, ao ceder às pressões por interesse de classe, o Estado entregou aos grileiros grande parte do Pontal, mesmo sabendo judicialmente que as terras eram públicas.

Pior ainda foi não tomar atitude judicial ou administrativa alguma, fazendo com que a aparência da ineficácia do Estado se fortalecesse ainda mais. Vale a pena destacar o trecho da entrevista: “[...] pura e simplesmente foram engavetadas os pedidos [de anulação dos registros]. Nos cartórios de registro de imóveis, os pedidos foram engavetados, e o juiz não foi atrás pra ver se foram cumpridas as ordens”.

Outras circunstâncias também contribuíram para compor esse propositalmente confuso mosaico das terras, no Pontal. São fazendas localizadas em

perímetros julgados devolutos, as quais foram legalizadas como particulares, independentemente de seu tamanho.

Somados a isso, ficam expostos a luta de classes e o posicionamento do Estado, portanto, quando o movimento camponês organizado se fortalece e também reivindica um outro tipo de destinação para aquelas áreas públicas, que não a regularização, mas a implantação de projetos de assentamento rurais.

Para você ter uma idéia o 11º perímetro de Mirante foi julgado devoluto. Com a ação do movimento social pressionando o Estado, o município de Mirante hoje não tem uma única fazenda sequer com mais de 500 hectares. Todas as áreas maiores de 500 são assentamentos hoje. Por isso é o reduto do maior número de assentados do Brasil, se não for do mundo! (Advogado, funcionário da Fundação Itesp).

Nesse momento, a ação do campesinato organizado reivindicou o acesso à terra pública que havia sido grilada e, com decisão judicial, foi comprovada a dominialidade em favor do Estado.

Por conseguinte, o Estado, no Pontal do Paranapanema, destinou as terras com ações julgadas como devolutas de maneira distinta, conforme o contexto econômico, político e social. Isso expressa a existência de um conflito de interesses de classes, que ora se aproxima, ora se distancia do poder atribuído ao Estado.

Adiante, veremos a situação jurídica das terras, em cada um dos 34 perímetros citados, bem como qual o resultado da materialização da luta de classes, seja pela retomada das terras públicas e transformadas em frações camponesas, em território capitalista, seja pela permanência do exercício de um poder construído em cima da grilagem.

5.5 - Ordenamento jurídico das terras no Pontal do Paranapanema

As terras do Pontal do Paranapanema, na atualidade¹²⁴, possuem as seguintes configurações judiciais: terras discriminadas, terras em processo de discriminação e terras sem discriminação.

¹²⁴ As informações contidas sobre as ações discriminatórias estão atualizadas até o ano de 2007.

Na primeira, temos os perímetros que foram julgados como devolutos e/ou particulares, assim como aqueles julgados devolutos mas parcialmente legitimados (parte está sob domínio do Estado, e parte sob o controle dos fazendeiros-grileiros).

Na segunda característica, temos as terras que se encontram em processo de discriminação judicial para identificar e/ou separar os títulos de domínio de origem pública da privada. Enquadram-se também nesta última aquelas em que o Estado não iniciou ou suspendeu e/ou paralisou as ações por algum motivo.

Com o objetivo de análise, realizamos uma divisão seguindo as características citadas anteriormente, contendo inclusive o enquadramento dos 34 perímetros distribuídos no Pontal do Paranapanema:

Terras discriminadas

- Terras devolutas legalizadas integralmente para o domínio privado;
- Terras devolutas legalizadas parcialmente para o domínio privado
- Terras devolutas ainda sem destinação legal;
- Terras devolutas retomadas: destinadas a assentamentos rurais e preservação ambiental;

Terras não discriminadas

- Terras indefinidas legalmente;
- Terras em disputa judicial: ações discriminatórias por blocos de interesse;

5.5.1 - Terras discriminadas: relações de poder determinando a destinação das terras

As terras compostas com essas características são aquelas em que o Estado, em algum momento histórico, realizou o processo judicial ou administrativo para identificar e separar aquelas áreas que possuíam incerteza no âmbito legal.

Foram, em sua maioria, as ações discriminatórias iniciadas na década de 1930, em virtude da transferência legal sob as terras devolutas, imputadas pela carta constituinte brasileira ao governo paulista, desde o século passado.

A somatória total da área correspondente a cada perímetro com ações transitadas e julgadas no Pontal do Paranapanema é de aproximadamente 596.098 hectares. Ou seja, 50,4% das terras do Pontal possuem uma certeza jurídica,

enquanto o restante, 49,6% das terras, são títulos questionados tanto pelo poder judicial como pelos movimentos camponeses. Há um “empate” na luta pelo domínio jurídico das terras, no Pontal do Paranapanema. Enquanto metade encontra-se em princípio definida, outra parte é questionável. Entretanto, é desigual a forma de domínio estabelecida na prática. Apesar da maior parte ser julgada devoluta, contraditoriamente, essa parte está sob o controle privado.

Cabe salientar que, inseridas nessa porcentagem, encontram-se áreas urbanas municipais, incluindo seus distritos, uma vez que toda cadeia dominial é analisada em um processo discriminatório. Com isso, podemos afirmar que uma grande parte das cidades, no Pontal do Paranapanema, foi criada em áreas com títulos de origem fruto do processo de grilagem. Porém, como o resultado de algumas ações judiciais findou em meados da década de 50, o processo de constituição da propriedade privada da terra já estava consolidado.

Essa é a grande questão que perpassa todo o Pontal do Paranapanema: a destinação das terras devolutas em seu processo histórico.

Definir judicialmente a certeza sobre o domínio legal das terras não corresponde à transferência automática de domínio de fato. Durante o processo de ocupação da região, como já discutimos, o Estado assumiu posturas diferenciadas sobre a destinação das terras devolutas dos perímetros julgados.

A destinação das terras adotadas pelo Estado, seja formal ou informalmente, impulsionou um questionamento legítimo do movimento camponês, ao denunciar ações que envolvem a justa, ou não, ocupação daquele território e consequentemente seu usufruto. Por exemplo, dos 50,4% das terras julgadas, 85% tem-se a certeza de serem terras cujo título de origem possui vícios que anulariam todas as transações sucessórias. Em outras palavras, 507.831 hectares de terras foram grilados, são devolutos. Porém, grande parte dessas áreas griladas foi legalizada integral ou parcialmente pelo poder público.

5.5.1.2 - Terras devolutas integralmente legalizadas para o domínio privado

De acordo com dados da Procuradoria Geral do Estado, as posses de dois perímetros foi integralmente legitimada pelo governo do Estado de São Paulo ou pelo poder municipal: o 6º perímetro de Rancharia e o 21º perímetro de Presidente Bernardes.

Denominado como antigo Perímetro de Paraguaçu Paulista, o 6º de Rancharia, com uma área aproximada de 5.930, localizada no município de Nantes, foi objeto de ação discriminatória iniciada em 29 de setembro de 1933. O imóvel Pedra Redonda, ou Coroados, teve a sentença julgada dois anos após sua entrada perante o juízo da Comarca de Paraguaçu Paulista, dando causa ao Estado, como terras devolutas. Porém, a sentença demarcatória foi proferida no ano de 1941, pelo juiz Dr. Francisco de Souza Nogueira, da comarca de Presidente Prudente.

A Procuradoria do Patrimônio Imobiliária legitimou administrativamente as posses griladas aos ocupantes, destinando legalmente as terras como propriedade privada.

O 21º Perímetro de Presidente Bernardes, que compreende uma área de 1.968 hectares, teve ação julgada como terras devolutas em processo iniciado em 1938, findando somente no ano de 1941, com a sentença proferida pelo Juiz da Comarca de Santo Anastácio (na época pertencente a essa comarca e não Pres. Bernardes), Dr. Joaquim Bandeira de Mello.

Como toda a área julgada devoluta integra o raio de 06 quilômetros do distrito de Presidente Bernardes, denominado Nova Pátria, o governo paulista não interferiu na questão, deixando à Prefeitura Municipal de Presidente Bernardes a competência de legitimar os ocupantes de forma administrativa.

Com relação as terras denominadas devolutas municipais, o governo do Estado de São Paulo, a partir do Decreto Lei-Complementar nº 9 de 31 de dezembro de 1969, definiu no Artigo 60:

Pertencem ao patrimônio municipal as terras devolutas que se localizem dentro do raio de oito quilômetros contados do ponto central da sede do Município, e de doze, contados da Praça da Sé do Município de São Paulo.

Parágrafo único - Integram, igualmente, o patrimônio municipal, as terras devolutas localizadas dentro do raio de seis quilômetros, contados do ponto central dos distritos

Nesse caso, todo um distrito que está assentado em terras cujo registro é originário do grilo Pirapó-Santo Anastácio, que, após reconhecimento oficial pelo poder judiciário, foi repassado à esfera municipal, como prevê o decreto Lei-complementar nº 9 de 31 de dezembro de 1969.

Tabela 44
Perímetros com terras devolutas integralmente legalizadas
(sem destinação direta pelo Estado)

Perímetro	Tamanho (hectares)	Início ação discriminatória	Sentença definitiva	Terras devolutas		Início Legitimação
				Estadual	Municipal	
6º Rancharia (Nantes)	5.930	1933	1935	5.930	-	1957
21º Presidente Bernardes	1.968	1938	1941	-	1.968	1958

Fonte: Procuradoria Geral do Estado e Fundação Itesp, 2008.
Org.: FELICIANO, C.A.

5.5.1.3 - Terras devolutas legalizadas parcialmente: o conflito conquistando frações do território

Além dos perímetros legitimados integralmente, há também uma gama de terras devolutas que estão parcialmente legalizadas. Ou seja, são discriminadamente devolutas, mas o Estado, em algum momento histórico, seja por vontade política ou então por interesse de classe, legitimou pedidos realizados pelos ocupantes. Por outro lado, também destinou frações desse território - devido a mobilizações do movimento camponês - para a implantação de projetos de assentamentos rurais.

As áreas legitimadas geralmente são pequenas, de até 100 hectares, e não compensaria ao Estado retomá-las para outra destinação. Mas, mesmo assim, há exceções que foram legalizadas, como podemos observar no relato:

Em Tupi Paulista o perímetro [2ºTP] foi parcialmente legitimado. Isso quer dizer que o perímetro foi julgado devoluto mas o fazendeiro foi no

governo da época e o governo regularizou. E que naquela época na havia o decreto 28.389 que regularizava a área toda. Por exemplo, fazia um pedido para Procuradoria do Estado, dizendo: reconheço que as terras devolutas e estou na posse mansa e pacífica mais de 5 anos produzindo e tal e tal..... O Estado regularizava. Pra você ter uma idéia uma fazenda ao lado da Santa Rita em Tupi que era dos mesmos donos, uma foi regularizada e outra não por que não pediram.

Nós (ITESP) fizemos o levantamento e descobrimos isso. Aí o fazendeiro fez acordo e virou assentamento.

Mas não era assim de qualquer jeito, tinha critérios para regularizar: tinha que ser produtiva e os donos morarem no local pelo tempo mínimo de 5 anos.

Outras áreas também foram transformadas em particular da mesma forma. A família dos Platzeck em 4º Venceslau por exemplo, que são áreas grandes pra caramba!! De mais de 5 mil alqueires! Hoje são tudo particular apesar de terem sido julgada devoluta. Pediram regularização e o Estado deu o título de domínio. Hoje não se pode mais questionar a questão do título.

Olha, qualquer uma que pedia, ele [Estado] concedia.... por que o **boom** dos movimentos foi recentemente bem depois, na década de 80. A maioria dessas áreas foram legitimadas na década de 60 e 70, máximo 7, pelo decreto 28. 389 era gratuito. Hoje dá-se título de domínio até 100, e até 500 naquele esquema da lei 11.600 que é oneroso. (Advogado, agente de Estado).

Os 1º, 5º, 6º e 7º Dracena, 9º Pacaembu, 5º, 14º Santo Anastácio se enquadram nessa categoria. São áreas julgadas devolutas, mas que não foram totalmente legitimadas em nome dos fazendeiros. Nesses perímetros, não houve por parte do Estado uma destinação das terras devolutas, seja através de projetos de assentamentos rurais, seja por outra forma de uso de um bem público.

Segundo dados da Fundação ITESP, são áreas inferiores a 500 hectares, sendo que aquelas ainda não regularizadas podem agora se efetivar com a lei estadual 11.600/03 e pelo decreto estadual nº 48.539, de março de 2004. De acordo com seu teor, são terras em princípio, inaptas à implantação de projetos de assentamentos rurais, conforma seu artigo 1º:

Artigo 1º - Em áreas de terras devolutas estaduais não superiores a 500ha (quinhentos hectares), situadas nos Municípios da 10ª Região Administrativa do Estado, inaptas à implantação de projetos de assentamentos fundiários, cujas posses não sejam passíveis de legitimação ou outorga de permissão de uso, poder-se-á aplicar o instituto da regularização de posse, na forma e condições estabelecidas nesta lei.

A ação do 1º Perímetro de Dracena, iniciada em 1937, julgou as terras como devolutas, sendo este parcialmente legitimado somente em 1968, conforme as solicitações dos ocupantes. Muitos ainda não foram oficialmente legalizados. O tamanho do perímetro julgado é correspondente a 4.189 hectares. Destes, 2.900 hectares foram legitimados, de sorte que foram expedidos títulos de domínio aos ocupantes pela Procuradoria do Patrimônio Imobiliário. O restante das terras, por estarem inseridas dentro de círculo com raio de 8 km, depende de uma ação conjunta entre os dois poderes públicos, para começarem o processo de legitimação.¹²⁵

O caso dos perímetros 5º, 6º e 7º de Dracena é semelhante ao 1º perímetro. Foram julgados devolutos, em determinado momento, apresentando uma parte legitimada (a que corresponde a terras devolutas estaduais) e outra ainda sem uma destinação, estando sob o uso e controle privado. Na tabela 45 podemos observar o início, o término e a quantidade das áreas legitimadas.

Tabela 45
Perímetros com terras devolutas parcialmente legalizadas
(sem destinação das áreas pelo Estado)

Perímetro	Tamanho (hectares)	Início ação discriminatória	Data sentença definitiva	Terras devolutas		Início Legitimação **
				Estadual	Municipal	
1º Dracena	4.189	1937	*	2.900,05	1.289	1965
5º Dracena	19.234	1939	*	13.264	5.979	1968
6º Dracena	14.554	1935	*	10.233,25	4.320,75	1959
7º Dracena	32.159,75	1941	*	26.283,30	5.8673,46	1986
9º Pacaembu	42.351	1939	*	7.222,00	35.129	1964
14º Santo Anastácio	9.855,62	1938	1941	7.114,22	2.741	1958

* não consta a data da sentença definitiva.

** foram legitimadas apenas terras devolutas estaduais.

Fonte: Procuradoria Geral do Estado e Fundação Itesp, 2008.

Org.: Feliciano, C.A, 2009

Até a formação dos movimentos camponeses, na região do Pontal do Paranapanema, a destinação das terras julgadas devolutas eram duas: legitimação

¹²⁵ Na legislação, existe uma possibilidade de convênio entre Estado e o Município, para discriminação de terras devolutas municipais. No Estado de São Paulo, essa espécie de convênio está prevista e regulada pelo decreto nº 50.369, de 13 de setembro de 1968. Porém há interpretações jurídicas divergentes, pois de acordo com a lei discriminatória somente a União e Estados membros pode instaurar ação discriminatória.

das “posses” e implantação de área de preservação ambiental. Não havia outra forma de utilização cogitada para a região. Foram as ações camponesas, somadas a um conjunto de elementos estruturais, que permitiram possibilidade de outra destinação das terras públicas.

Conforme Plínio de Arruda Sampaio, mesmo com o conhecimento da grilagem, o Estado, no contexto histórico após a confirmação de algumas sentenças judiciais proclamando as terras como devolutas, não via outra finalidade senão para áreas de preservação ambiental:

Eu trabalhei no governo Carvalho Pinto no período de 1958 a 1962. Fui o coordenador do plano de ação do governo. O que corresponderia hoje ao secretário de planejamento. No governo do Janio Quadros, anterior ao Carvalho Pinto, mas do qual o Carvalho Pinto fazia parte, o Janio fez uma série de ações para manter a reserva do Pontal. Se você pegar uma mapa daquele tempo você vê que a ponta que faz um triângulo, era inteirinho de reserva. No governo Carvalho Pinto nós ficamos sabendo que estavam entrando lá. Então o Carvalho Pinto pôs um batalhão da força pública para segurar a reserva. Eu fui com ele e sobrevoamos a região no dia da instalação do batalhão. Era tudo mata mesmo. A nossa ação foi uma ação de preservação policial. Enquanto nós ficamos lá, ninguém entrou. Nós tentamos segurar como reserva, mas veio depois da gente o Adhemar (governador Adhemar de Barros), que loteou tudo aquilo pra grandes políticos, pra grandes fazendeiros. Os “Junqueira” se meteram lá também, o Sodré também tinha terra.

Nós não fizemos nenhum trabalho lá de reforma agrária, nada disso. Lá era pra ser reserva .

Havia algumas glebas julgadas e outras não! mas de toda maneira a idéia foi fechar isso! Enquanto não julgarmos tudo, não deixar mexer

Não teve que eu saiba nenhum protesto ou coisa parecida tipo UDR, nem existia [...] naquele momento os ares eram outros, o país estava numa fase progressista. (entrevista concedida em 07/07/2009)

Justamente com o questionamento dos movimentos camponeses expondo uma situação de conflito, o Estado procurou, além de legalizar áreas para os fazendeiros, destiná-las a projetos de assentamentos rurais. Por conta disso, podemos encontrar, em um mesmo perímetro, um ordenamento territorial em que parte das terras devolutas está legalizada e sob o domínio dos fazendeiros, ao passo que parte se encontra sob o domínio dos camponeses, tutelado ao Estado.

Os perímetros julgados como devolutos, mas parcialmente legalizados e sob o controle dos fazendeiros e dos camponeses, são: 3º e 4º Perímetro de Presidente Venceslau, GCV – Gleba Cuiabá-Veado, 4º Perímetro de Presidente Prudente, 12º

Perímetro de Mirante do Paranapanema, 11º Perímetro de Mirante do Paranapanema, 19º Perímetro de Santo Anastácio, 10º Perímetro de Presidente Epitácio e 2º Perímetro de Tupi Paulista.

Tabela 46
Perímetros com terras devolutas parcialmente legalizadas
 (com destinação das áreas pelo Estado)

Perímetro	Tamanho (hectares)	Início ação discriminatória	Data sentença definitiva	Terras devolutas		Início Legitimação	Início Projetos Assent.
				Estadual	Municipal		
3º Presidente Venceslau	25.559	1933	1941	18.193	7.366	1958	1996
4º Presidente Venceslau	34.846,90	1944	1944	34.846,90	-	1959	1996
Gleba Cuiabá Veado	50.834	1921	1922	16.744	33.910	1967	1998
4º Perímetro de Presidente Prudente	23.389	1932	1941	10.009	13.380,85	1961	1996
11º Mirante do Paranapanema	66.528,22	1938	1947	41.489,41	25.068,81	1964	1995
12º Mirante do Paranapanema	16.641,55	1938	1941	11.643,55	4.998,00	1958	1996
19º Santo Anastácio	31.361,71	1939	1946	15.808,44	5.173,43	1965	1996
10º Presidente Epitácio	44.410,51	1937	1941	30.061,73	7.967	1959	1980
2º Tupi Paulista	61.483,20	1937	1943	35.225,01	26.259,19	1959	1996

Fonte: Procuradoria Geral do Estado e Fundação Itesp, 2008.
 Org.: FELICIANO, C.A.

5.5.1.3.1 - 3º Perímetro de Presidente Venceslau

Esse perímetro foi delimitado com uma área de aproximadamente 25.559 hectares, englobando parte dos municípios de Presidente Venceslau, Caiuá, Presidente Epitácio e Marabá Paulista. (cf.mapa 12)

A ação discriminatória foi ajuizada em 1º de fevereiro de 1933, no governo de Waldomiro Lima. A sentença, declarando todas as terras do perímetro como devolutas, foi proferida pelo juiz Dr. Adolpho Pires Galvão, em 06 de setembro de 1941, tendo a carta da sentença transcrita sob o nº 6.515, no registro Imobiliário de Presidente Venceslau.

Mapa 12
Divisão Territorial - 3º Perímetro de Presidente Venceslau

A Procuradoria do Patrimônio Imobiliário iniciou os processos de legitimação de posse em 1958. Do total da área correspondida, 18.193 hectares constavam fora do raio municipal, portanto são terras devolutas estaduais, enquanto 7.366 estão sob o domínio legal, do poder público municipal de Presidente Venceslau, Caiuá e Presidente Epitácio.

A configuração territorial, nesse perímetro, está distribuída em grande parte sob o controle dos fazendeiros, com 96% das terras, restando aos camponeses 4% , ou 1.040 hectares.

Nesse caso, o governo do Estado paulista atuou na forma de acordo com o proprietário em área superior a 500 hectares, como previa o Plano de Ação do Pontal do Paranapanema, no governo Mário Covas. Como a área já estava julgada como devoluta e havia uma ação dos camponeses pressionando o Estado para retomada das terras e formação de projetos de assentamento, o governo entrou com uma ação reivindicatória, em 1996, para retomada judicial.

Porém, para atender uma demanda social, o Estado, através de uma medida jurídica denominada tutela antecipada, conseguiu reaver uma parte da área (30%), para o assentamento de 17 famílias de trabalhadores rurais sem terra que estavam acampados na fazenda, enquanto a ação reivindicatória ainda continua em andamento. Esse assentamento, denominado Santa Maria, foi fruto de uma luta realizada através das ocupações de terras.

Quanto à disputa judicial que acontece hoje, entre Estado x “fazendeiros-réus, Hélio Dante Negrão está questionando sobre o quanto será pago pelas benfeitorias da fazenda. Nessa ação não se discute mais o mérito, mas sim o valor.

Em 15 de maio de 2000, ação foi julgada procedente, em favor do Estado, “condenando” este ao pagamento pelas benfeitorias realizadas na fazenda, no valor de R\$ 3.026.150,61, conforme laudo indicado por perito judicial. O fazendeiro-réu apelou para outra instância, questionando a sentença do juiz da 1ª instância. O pedido foi aceito em 2007 e encaminhado para o Tribunal de Justiça para avaliar a validade do recurso, encontrando-se ainda sem definição. O fazendeiro perdeu a ação e, mesmo assim, ainda continua com domínio e controle de uma área de 1838 hectares. O Estado, por retomar terras que são suas, tem que pagar um montante de mais de 3 milhões de reais em benfeitorias¹²⁶, fora aquelas já pagas pelos 30% da tutela antecipada.

Há duas ações reivindicatória em andamento, nesse perímetro. A primeira, com o processo Nº 122/96, foi concedida a tutela antecipada como mencionamos anteriormente, porém há outra ação com o processo Nº 1.253/2003, iniciado também em 2003, que ainda não foi julgado em primeira instância. Somadas as duas áreas reivindicadas têm-se um total de 3.389 hectares que dependem apenas de

¹²⁶ Esse valor, atualizado no mês de julho de 2006, já corresponde ao total de R\$ 4.315 por ha.; somado ao tamanho da área, chega-se ao valor de R\$ 7.930.970,00.

uma decisão judicial sobre o valor a ser pago pelo Estado para retomá-las e assim propor uma destinação. Caso o interesse do Estado seja pelo assentamento de famílias trabalhadores rurais sem terras, é possível implantar um projeto para mais de 150 famílias em lotes com área aproximada de 16 hectares. Cabe ao movimento camponês ficar atento e pressionar o Estado em função de seus interesses.

Somado ao citado, nesse perímetro há então dois projetos de assentamento rurais: PA Santa Maria (Presidente Venceslau) e PA Porto Velho (Presidente Epitácio).

O projeto denominado Porto Velho, no município de Presidente Epitácio, possui atualmente 65 famílias assentadas, em uma área de 1.363 ha. Esse assentamento foi conquistado pela luta dos trabalhadores rurais sem terra iniciada em novembro de 1997, pelas famílias organizadas pelo MAST, oriundas do acampamento Júlio Barbosa. A área, apesar de estar inserida em um perímetro julgado como devoluto, foi concedida a legitimação pelo Estado paulista. Portanto, a retomada das terras para o controle dos camponeses foi realizada via desapropriação (INCRA), em 2001, após quatro anos de acampamento.

O Estado, via governo federal, desapropriou a fazenda, pagando as benfeitorias “úteis e necessárias” para a fazendeira Therezinha Medeiros Penachin. De qualquer forma, seja pelo governo federal, ou estadual, o Estado interveio com a função de sanear um ponto de conflito social. Por outro lado, permitiu a possibilidade de (re) produção tanto dos camponeses quanto dos fazendeiros, pois, com a indenização recebida, poderão repor sua propriedade em outra região ou em qualquer outro setor da produção.

No gráfico 03 podemos observar o ordenamento territorial construído nas terras julgadas como devolutas no 3º perímetro de Presidente Venceslau.

O controle desse perímetro está sob o comando dos fazendeiros ocupando aproximadamente 80% das terras que foram julgadas com devolutas, desde 1941.

O Estado procurou legalizar a posse de algumas áreas, e outras ainda são consideradas de domínio público, porém com uso privado. Outras 13% estão em disputa judicial, não pela discussão do domínio, mas sim por quanto os fazendeiros querem para devolver as terras para o Estado. Por fim, 7,5% das terras estão sob o

controle dos camponeses, conquistados após inúmeras ações para retomada das áreas públicas.

O projeto de assentamento rural Santa Maria, localizado nos 30% da referida fazenda, encontra-se, hoje, cercado de plantio de cana-de-açúcar, sendo vizinho da usina e destilaria Decasa

Gráfico 03

Fonte: Procuradoria Geral do Estado e Fundação Itesp, 2007.
Org.: FELICIANO, C.A.

Mesmo cercados pela expansão do capital através da monopolização do território, 16,91% da produção do assentamento estão voltados para a produção vegetal (mandioca, algodão, mamona etc.) e 83,09% destinado à produção leiteira. (ITESP, 2009, sobre safra/2004/2005).

O que antes era uma área imensa de pasto está dividido entre 17 lotes – centro comunitário, duas igrejas, posto de saúde, além de ter aumentada a área de reserva para 32% para o assentamento.

5.5.1.3.2 - 4º Perímetro de Presidente Venceslau

Em 27 de julho de 1944, o Poder Judiciário julgou como devolutos os 34.846,90 hectares de terras que compõem o 4º Perímetro de Presidente Venceslau. Abrangendo parte dos municípios de Presidente Venceslau e Caiuá, essa ação foi demarcada e homologada em 1958 e transcrita sob o nº 7.892, no cartório imobiliário de Presidente Venceslau. Segundo essa transcrição, foram atingidas como terras devolutas 27 matrículas existentes no perímetro. Ou seja, mais de 34.800 hectares estavam concentrados entre 27 ocupantes irregulares.

Ajuizados inicialmente na Comarca de Santo Anastácio, os autos posteriormente foram redistribuídos para a Comarca de Presidente Venceslau, onde o Juiz Dr. Joaquim Bandeira de Mello proferia a sentença.

Mapa 13
Divisão Territorial - 4º Perímetro de Presidente Venceslau

Os processos de legitimação das posses foram iniciados no ano de 1959, pela Procuradoria do Patrimônio Imobiliário. Como o perímetro não está sobreposto aos círculos municipais e distritais, todas as terras foram consideradas devolutas estaduais. Cinquenta e um pedidos de legitimação foram concedidos, portanto, 12.679 hectares foram legalizados pelo Estado aos particulares ocupantes.

Em todo o perímetro há 7 projetos de assentamento rurais, instalados em uma área de 13.230,58 hectares de terras. São eles: PA Tupancireta, PA Radar, PA Primavera I e II, PA Maturi, PA São Camilo, PA Nossa Senhora das Graças.¹²⁷ Assim, 37% das terras inclusas no perímetro estão sob o controle dos camponeses, como mostra o gráfico 04

Gráfico 04

**Ordenamento jurídico territorial
4º Perímetro de Presidente Venceslau**

Fonte: Procuradoria Geral do Estado e Fundação Itesp, 2007.
Org.: FELICIANO, C.A.

Todos os assentamentos localizados nesse perímetro são assistidos pelo governo estadual, uma vez que as terras são públicas, conforme ação julgada e transitada.

¹²⁷ Os PAS São Camilo, em Presidente Venceslau, e Nossa Senhora das Graças foram arrecadados recentemente, portanto não obtivemos informação referente aos laudos e acordo. No caso do PA Nossa Senhora das Graças, ainda está em processo de seleção das famílias.

A luta pelo acesso e retomada dessas áreas para o uso do trabalho camponês não foi diferente das formas criadas pelos movimentos sociais em todo o Brasil. A partir das três principais ações do movimento camponês sem terra (ocupação, acampamento e manifestações públicas), o Estado assumiu uma postura de parcial enfrentamento com os fazendeiros, ao levantar a possibilidade de retomar as áreas.

A reação da classe latifundiária não tardou a aparecer com o ressurgimento da UDR, no Pontal do Paranapanema, na década de 90. Porém, os fazendeiros já não possuíam o argumento de que as terras eram particulares e iniciaram uma bateria de acordos administrativos com o Estado.

Todos os assentamentos hoje existentes no 4º perímetro de Presidente Venceslau foram retomados mediante acordos entre fazendeiros e o Estado. Os acordos consistiam em indenizar as benfeitorias existentes nos imóveis, com recursos repassados pelo Convênio entre ITESP e INCRA, sendo 30% em dinheiro e 70% em Títulos da Dívida Agrária, resgatáveis em 05 (cinco) anos, com o primeiro resgate em 02 (dois) anos após o lançamento dos mesmos.

Os Assentamentos Primavera I, Primavera II, Radar e Tupanciretã em Presidente Venceslau e Maturi, no município de Caiuá, foram objetos de acordo nos anos de 1997 e 1998, e a justificativa principal para a retomada das áreas pelo Estado esteve pautada pela resolução do conflito:

[...] constituindo enormes acampamentos à beira de rodovias, os trabalhadores rurais sem terra promovem ocupações em fazendas improdutivas ou de baixa produtividade, já julgadas devolutas, causando grande impacto político, com repercussão nacional e amplamente divulgados pela imprensa.

[...] com a presente negociação proposta, finalmente se vislumbra uma solução para o conflito que se arrasta por décadas na região, da qual faz parte a Fazenda Radar.

[...] a pobreza característica do Pontal do Paranapanema encontra a reforma Agrária uma das alternativas mais palpáveis de ser minimizada, e o estado está diante de amplas possibilidade de realizá-las.¹²⁸

O conflito de fato estava estabelecido, pois todas foram objetos de ocupação dos movimentos sociais, entre eles especialmente o MST e MAST. As áreas das

¹²⁸ Processo/ITESP 483 - Proposta de acordo entre a Fundação ITESP e os detentores do imóvel denominado Fazenda Radar, localizada no 4º perímetro de Presidente Venceslau.

fazendas chegavam a um total de 11.010 hectares, sendo então assentadas 404 famílias. Os valores acordados entre o Estado e os 4¹²⁹ fazendeiros chegaram a R\$ 9.381.773,11, como pode ser observado na tabela 47.

O valor pago pelo Estado no pagamento das benfeitorias das fazendas chegou a atingir 208% acima do valor calculado pelo laudo oficial elaborado por técnicos da Fundação ITESP. Somando todas as fazendas negociadas no perímetro entre os anos 1997 e 1998, o Estado pagou por 11.010 hectares uma quantia 117% maior do que o próprio Estado, via órgão responsável pela política agrária e fundiária, tinha estabelecido.

Tabela 47
Acordos realizados entre Estado e fazendeiros no
4º Perímetro de Presidente Venceslau.
(anos de 1997 e 1998)

Nome do Imóvel / Assentamento	Área arrecadada Há	Nº famílias	Valor Laudo Itesp	Valor laudo fazendeiro	Valor do Acordo	Diferença de valores VI / VA	Tempo (efetivação do acordo)	Ano
Fazenda Primavera I e II	3074,00	124	1.569.309,00	5.076.689,00	2.068.000,00	+ 31,7%	09 meses	1998
Fazenda Maturi	4.522,55	172	1.253.853,00	5.595.519,00	3.870.465,00	+ 208 %	11 meses	1997
Fazenda Radar	550,34	29	449.197,00	1.263.023,00	643.650,00	+ 43,2%	11 meses	1997
Tupancireta	2.863,25	78	1.044.314,00	5.008.255,00	2.800.000,00	+ 168%	16 meses	1997
Total	11010,14	404	4.316.673,00	16.943.486,00	9.382.115,00	+117 %		

VI – Valor Laudo Itesp – Valor Acordo.

Fonte: Procuradoria Geral do Estado e Fundação Itesp, 2008

Org.: FELICIANO, 2009.

Como esse acordo não envolveu uma sentença judicial, o Estado justifica que ainda teve uma economia relativa nos cofres públicos, pois seguindo o valor estipulado por sentença¹³⁰, poder-se-ia chegar a um montante de R\$ 18.329.681 hectares, ou 324,62% a mais do que o laudo estabelecido pela Fundação ITESP.

¹²⁹ São 4 fazendeiros, pois as fazendas Primavera I e II eram ocupadas pelo mesmo fazendeiro.

¹³⁰ As referências adotadas pela Fundação ITESP para o limite de preço dos acordos são pautadas pelos valores estipulados nas sentenças judiciais, principalmente das Fazendas São Bento, Alvorada e Santana.

5.5.1.3.3 - Perímetro Gleba Caiuá-Veado

Ação discriminatória ajuizada no ano de 1921, na comarca de Assis. A sentença foi apresentada no dia 10 de outubro de 1922, pelo Dr. Alcides de Almeida Ferrari, como terras devolutas, as conhecidas “terras dos Valles dos Ribeirões Cayauá e Veado”.

Quase toda a área de 50.834, julgada devoluta, está inserida dentro dos círculos de raio de 8km dos municípios de Presidente Epitácio, Caiuá e Presidente Venceslau. Uma grande parte foi legitimada pelo Poder Executivo de Presidente Venceslau (antiga sede da comarca dos outros municípios, na época).

Mapa 14
Divisão Territorial - Perímetro Gleba Caiuá/Veado

Porém, tal assertiva não impediu que as ações dos movimentos camponeses atuassem nessas terras, pois mais de 16 mil hectares foram julgados como devolutos e fora do círculo municipal.

Nesse perímetro, há 7 projetos de assentamentos rurais, sendo três deles concretizados via processo de desapropriação pelo governo federal (PA Porto Velho, PA Lagoinha e PA Engenho) e o restante via acordo com os fazendeiros e ITESP, com recursos da União. Todavia, todos passaram pelo processo de luta organizada pelos movimentos camponeses via ocupação de terras.

Tabela 48
Acordos realizados entre Estado e fazendeiros no
Perímetro da Gleba Cuiabá -Veado
(anos de 1998 a 2002)

Nome do Imóvel / Assentamento	Área arrecadada Há	Nº Famílias	Valor Laudo Itesp	Valor laudo fazendeiro	Valor do acordo	Diferença de valores VI / VA	Tempo (efetivação do acordo)	Ano acordo	Ano início PA
Santa Rita	533,3	21	172.574,00	828.754,00	440.000,00	+155%	04 meses	1998	1998
Santa Angelina	530	23	398.987,59	606.113,31	510.000,00	+ 27,8%	19 meses	2000	2002
Vista Alegre	532	22	385.391,97	663.096,64	510.000,00	+ 32,3%	19 meses	2000	2002
Malu	477,27	24	305.887,08	-	682.885,04	+123,24%	22 meses	2002	2003
Total	2072,57	90	1.262.840,64	2.097.963,95*	2.142.885,04				

* resultado parcial

VI- Valor Laudo Itesp – Valor Acordo.

Fonte: Procuradoria Geral do Estado e Fundação Itesp, 2008

Org.: FELICIANO, 2009.

Tabela 49
Assentamento via desapropriação – INCRA

Nome Imóvel/Assentamento	Área arrecadada (ha)	Nº Famílias	Data de desapropriação	Data início do PA
Engenho	480,10	29	*	10/2001
Porto Velho	1.492,88	87	12/03/1998	10/11/1998
Lagoinha	2.105,52	153	20/06/1997	06/04/1998

* não consta a data de desapropriação

Fonte: MDA/INCRA, 2007

Org.: FELICIANO, 2009.

As ocupações que deram origem aos assentamentos nesse perímetro começaram em 29 de novembro de 1997, quando um grupo de famílias procedentes do município de Caiuá, organizadas pelo MAST, ocupou a fazenda Natal, localizada dentro do círculo municipal, portanto, terras devolutas municipais.

A área de aproximadamente 750 ha. foi ocupada diversas vezes. Após a segunda ocupação, as famílias tentaram novamente efetivar a ação, porém foram repelidas à bala por cerca de 12 homens armados, que, segundo os acampados, estavam a mando do fazendeiro Armando Alves.

A prefeitura municipal de Caiuá entrou, em 1998, com ação reivindicatória (processo nº 435/98) para retomar as terras e realizar acordo com o INCRA para a realização de assentamento. Porém, está há anos paralisada. Em primeira instância (2000), foi julgada improcedente, sob o argumento baseado na Lei Municipal nº 926, segundo a qual as terras devolutas do círculo municipal de Caiuá foram todas, automaticamente, legitimadas durante a vigência da Lei que foi posteriormente revogada. A ação encontra-se no Tribunal de Justiça desde 26 de novembro de 2000, quando o Procurador Jurídico da Prefeitura interpôs recurso de apelação da sentença.

Segundo relato dos acampados, na época, mudou-se a destinação dessa área, com acordo realizado entre os herdeiros da fazenda e prefeitura, doando parte da fazenda ao poder municipal, com a finalidade de implantar um frigorífico.

Por conta das constantes ameaças e demora, as famílias foram desanimando e formando outros acampamentos em áreas devolutas estaduais. Com isso, 20 famílias, também oriundas do MAST, formaram acampamentos na fazenda Santa Rita (1998), cerca de 72 ocuparam a Fazenda Malu (1999), 112 a fazenda São Francisco (1998). Boa parte das fazendas estavam em negociação entre o fazendeiro e os proprietários, originando assim os assentamentos apresentados.

Porém, a luta continuava, já que novas fazendas apareciam também em outros perímetros, como as fazendas São Camilo e Figueira, entre outras.

O conflito nessa área foi intenso. Na fazenda Malu, por exemplo, julgada como devoluta, mas em domínio do particular (Maria de Loudes Calazans), ocorreram 8 ocupações, e as famílias sofreram sucessivas reintegrações de posse. Disparos com armas de fogo por parte de “seguranças” da Fazenda Figueira, ao lado da fazenda Malu, eram constantes. A imprensa local foi avisada, assim como inúmeros boletins de ocorrência foram registrados, mas sem encaminhamento pelo poder público.

Em 1999, aconteceu um confronto na Fazenda Vista Alegre, deixando 9 feridos, quando os trabalhadores sem-terra tentaram ocupar a fazenda e foram recebidos “à bala” por seguranças da fazenda.

Portanto, os acordos e os valores foram negociados a qualquer preço, apresentados em razão da constante pressão criada tanto pelas ocupações como pelas reações dos latifundiários. Novamente, a existência de um confronto direto entre fazendeiros e sem terra determinou a ação estatal para a resolução de um ponto de conflito.

Mesmo com intensa luta dos camponeses pelo o acesso às terras julgadas devolutas, 86,6% estão sob o controle dos fazendeiros, no regime jurídico da propriedade privada da terra, como pode ser observado no gráfico 05.

Aproximadamente 6 mil hectares estão sob o controle do trabalho familiar em terras cuja titularidade e administração jurídica são de competência do governo Estadual (ITESP) e governo Federal (INCRA). Apenas 1,3% estão em disputa na ação reivindicatória protelada pela prefeitura municipal de Caiuá, mas sem grandes perspectivas de serem destinadas a projeto de assentamento rural, se não houver uma pressão dos movimentos camponeses. Pois, como relatamos, há interesses dos herdeiros em negociar com a prefeitura para a instalação de uma unidade frigorífica.

Gráfico 05

100% = 50.834 hectares

Fonte: Procuradoria Geral do Estado e Fundação Itesp, 2007.

Org.: FELICIANO, C.A.

5.5.1.3.4 - 4º Perímetro de Presidente Prudente

As terras que compõem o 4º Perímetro de Presidente Prudente somam o total de 23.389 hectares de parte dos municípios de Presidente Prudente, Álvares Machado, Tarabaí e Pirapozinho.

A ação discriminatória para julgar a titularidade das terras e separar as devolutas das particulares teve seu início no ano de 1932. A sentença proferida pelo juiz Dr. Francisco de Souza Nogueira, da Comarca de Presidente Prudente, declarou que todas as terras desse perímetro eram devolutas. Essa sentença foi confirmada, em 1941, pelo Tribunal de Justiça, após apelação (nº 12.769) dos fazendeiros-reús da ação.

A transcrição do memorial descritivo dessas áreas está localizada nos seguintes Cartórios de Registro Imobiliário: 1ª Circunscrição de Presidente Prudente, com o nº 36.561; 2ª Circunscrição de Presidente Prudente, com nº 21.850, e com o nº 2.500, no Registro Imobiliário da Comarca de Presidente Bernardes.

As áreas acima de 500 hectares desse perímetro foram arrecadas pelo governo do Estado de São Paulo, para a implantação de projetos de assentamentos rurais.

Outra parte, passível de legitimação, mas de domínio do Estado, estão em processo de legitimação desde o ano de 1961, sem ainda ter findado.

As terras desse perímetro estão localizadas bem próximo à área central da região, que é município de Presidente Prudente, talvez o motivo que explique a diferença entre os laudos realizados pela Fundação ITESP, os valores apresentados pelo fazendeiros e o acordo final. Vejamos, na tabela 50, a Fazenda Palu, que obteve um acréscimo de 673,31% do valor estipulado pelo órgão responsável pela política agrária e fundiária do Estado.

A contradição está no fato de que o mesmo órgão aceitou um acordo fora dos parâmetros até mesmo de um acordo comercial. Ficou extremamente vantajoso negociar terras com o Estado. Como uma mercadoria, a terra nessa região dificilmente seria negociada nesses termos, pois qualquer outro interessado teria conhecimento do caráter precário do título. Porém, o Estado não aproveita desse elemento para ditar os acordos.

Mapa 15

Divisão Territorial - 4º Perímetro de Presidente Prudente

Segundo relato de advogado, funcionário da Fundação Itesp, que acompanha os processos, os fazendeiros vêm o Estado como um excelente comprador:

No início [dos acordos] eles [fazendeiros] não vinham de jeito nenhum. Por conta das invasões, houve o desinteresse em investimento no Pontal. Então, sem interesse e investimento, os fazendeiros começaram a

esmorecer com a produção, então eles começaram a procurar o Estado, porque tentavam vender pra particular e ninguém comprava.

Então, em outra fase, voltavam para negociar com o Estado. No período de 2003 em diante, Porto Maria etc. O Benedito Carlos Mano, porque eles queriam investir no Mato Grosso, tinham visto que o Sandoval [fazendeiro da São Bento, que negociou em juízo com o Estado] tinha ganhado muito de dinheiro. Eles tentaram vender pra particular e não conseguiam, aí eles procuraram o ITESP pra negociar. Não conseguia com mais ninguém

Áreas de Carlos Mano, no 15 ° Perímetro – Porto Maria, Santa Kátia, Nova Esperança..., mas 4 fazendas vendeu tudo para o Estado.

Porque o Estado estava “fazendo acordo” com essa compra nos mesmo termos da compra comercial, as terras com essa invasão baixou. Melhor, não baixou, deixou de subir em relação a outras regiões do Estado. Aqui manteve o preço, estagnou. Porque ninguém queria comprar terra no Pontal pra sem terra invadir. (Advogado, funcionário da Fundação Itesp – entrevista concedida em julho 2009 – **grifos nossos**)

Tabela 50
Acordos realizados entre Estado e fazendeiros no
4º Perímetro de Presidente Prudente
(anos de 1998 a 2002)

Nome do Imóvel/ Assentamento	Área arrecadada Há	Nº Famílias	Valor Laudo Itesp	Valor Laudo Fazendeiro	Valor do acordo	Diferença de valores VI/VA	Tempo (efetivação do acordo)	Ano acordo	Ano início PA
Faz Palu	1.243,85	44	142.245,46	2.033.736,76	1.100.000,00	+673,31%	06 meses	1997	1997
Faz. São Jorge (PA Florestan Fernandes)	1.116,61	55	764.547,00	2.508.000,00	1.322.286,12	+73%	03 meses	1998	1998
Faz. Quatro Irmãs	385,98	15	398.230,00	919.862,50	440.000,00	+10,4%	05 meses	1998	1998
Faz. Santo Antonio	611,60	24	426.518,61	1.358.942,00	763.276	+79%	1 ano	1996	1998
Total	2.972,05	138	9.66994,07	4786804,50	3625.562,12	+275%			

* não encontrado laudo de vistoria.

VI: Valor Laudo ITESP – VA – Valor do Acordo

Fonte: Procuradoria Geral do Estado e Fundação Itesp, 2008

Org.: FELICIANO, 2009.

A própria ação de questionamento dos movimentos sociais fez com que o Estado ficasse subordinado ao preço da terra estipulado pelos fazendeiros. Quanto mais ações aconteciam nas fazendas, mais os fazendeiros aumentavam os valores nas negociações. Com isso, auferiam uma possibilidade de renda ainda maior e inexistente até então, que podemos denominar em princípio de renda por iniquidade.

Esse tipo de renda sobre o valor da propriedade, geralmente, torna-se visível nas negociações, quando os fazendeiros se queixam dos problemas decorrentes das sucessivas ocupações pelas quais sua propriedade é contemplada: despesas com reintegrações de posse, advogados, conserto de cercas, perda de cabeças de gado, contratação de seguranças, entre outros.

Apesar de nunca expostos nas propostas e laudos de avaliação, são frequentemente usados como apelos e argumentos nas negociações, espelhando fatores de injustiça perante ações criminosas dos movimentos, ao *invadirem* suas propriedades. Quanto maior o número de ocupações, mais elementos são alegados nas negociações com o Estado.

O Estado, por sua vez, ficou pressionado tanto no lado dos movimentos (ao ser acusado de omissão, diante das questões sociais e responsabilizado por eventual tragédia), como no lado dos fazendeiros (que têm juridicamente o livre arbítrio para negociar ou não, com o preço que lhes for conveniente, mesmo a área tendo sido julgada devoluta, mas ainda em processo de ação reivindicatória, a qual pode levar décadas), fazendo-o aceitar preços absurdos e incoerentes com seu próprio laudo de avaliação.

A localização dos assentamentos, nesse perímetro, é bem estratégica quanto a fluxo da produção e também de proximidade dos municípios de Mirante do Paranapanema, Pirapozinho e Presidente Prudente. Os assentamentos estão praticamente ao lado da rodovia estadual SP-272, na altura do km 26.

Ao todo, quatro projetos de assentamento foram implantados nesse perímetro, sendo todos eles pertencentes ao município de Presidente Bernardes. Todas as fazendas, no início, foram pontos de conflitos, seguidos de reintegrações, ameaças de jagunços dos fazendeiros. Hoje, ainda há vários acampamentos reivindicando as áreas já julgadas como devolutas, mas que os fazendeiros estão a todo custo protelando com recursos e apelações para ações reivindicatórias movidas pelo Estado.

Duas fazendas que, somadas, chegam a aproximadamente 1 mil e 500 hectares, são as Fazendas São Luiz (960,13 ha.) e a Fazenda Guarani (960 ha). A primeira está ocupada indevidamente pela família do atual secretário de Obras do

Município de Presidente Prudente, José Carlos Dias. Ela foi ocupada mais de 22 vezes pelos movimentos camponeses, desde 1999.

A ação reivindicatória da Fazenda São Luiz (processo nº 350/96) foi movida pelo Estado contra Marta Machado Dias Gomes e Luiz Alberto Machado Dias, em 27 de junho de 1996. No ano de 2005, foi julgada em primeira instância favorável ao Estado, mediante o pagamento das benfeitorias. Atualmente, encontra-se em fase de perícia judicial para a valoração das benfeitorias existentes na fazenda.

Ainda está em julgamento, na primeira instância, a ação reivindicatória (processo nº 102/2004) da Fazenda Guarani, também inserida dentro do perímetro devoluto e acima de 500 hectares, requerida pelo Estado, desde 05 de fevereiro de 2004.

Nesse caso, a fazenda é administrada pela Agropecuária CLMZ Ltda., cujos donos, provenientes da Itália, apenas deixam a propriedade arrendada. O MST já realizou inúmeras ocupações e manifestações, nessa fazenda. Segundo o relato dos acampados, o proprietário tem interesse em negociar, mas é de certa convencido pelo arrendatário (Nelson Riga Vitale)¹³¹ a resistir às negociações, apresentando um preço muito elevado, de sorte que o Estado até o momento não acenou com possibilidade de compra.

Em meio a esses quase 23 mil e quinhentos hectares, apenas 12% foram retomados por meio da ação dos movimentos camponeses, forçando o Estado a destiná-las para implantação de assentamentos rurais, enquanto 81% estão sob o controle dos fazendeiros, em áreas que em princípio não ultrapassam os 500 hectares¹³² (gráfico 06)

Somada aos 6% já ganhos pelo Estado, uma vez que na ação reivindicatória se discute apenas o valor a ser indenizado, a área de domínio sob o controle do

¹³¹ Nelson Riga Vitale, que pratica o arrendamento da área, é empresário do ramo de curtume, na cidade de Presidente Prudente. Iniciou um ensaio de atuar na vida pública como candidato a Prefeito de Presidente Prudente, nas eleições de 2008, porém seu nome não foi indicado, pois sua personalidade com ações agressivas tanto nas relações pessoais, trabalhistas e ambientais (sua empresa de curtimento de couro possui inúmeras multas referentes ao descumprimento de normas ambientais) o imputaram. Os acampados relatam que ele, de fato, está segurando a negociação, já que o contrato de arrendamento está encerrado, mas o proprietário possui dívidas para com o arrendatário.

¹³² Segundo informação do ITESP, foi realizado levantamento de todos os perímetros devolutos, para indicar quais áreas acima de 500 hectares são passíveis de negociação. Porém, isso não descarta a possibilidade de fracionamento da propriedade entre a família ou terceiros, para efeito de burlar ações contestatórias, tanto do Estado como dos movimentos.

trabalho familiar aumentaria para 18%. Mesmo que idealizando o fim das ações contestatórias na região, em relação à titularidade, outro aspecto também pode ser objeto de denúncia e observação: o aspecto produtivo ou o cumprimento de todos os itens do artigo relativo à função social da terra, previstos na Constituição brasileira.

Gráfico 06

Fonte: Procuradoria Geral do Estado e Fundação Itesp, 2007.
Org.: FELICIANO, C.A.

5.5.1.3.5 - 11º Perímetro de Mirante do Paranapanema (antigo Santo Anastácio)

As ações dos movimentos camponeses, conquistando frações do território capitalista, podem ser entendidas pelo processo de territorialização da luta pela terra:

[...] nesse processo, a fração do território é conquistado na espacialização da luta, como resultado do trabalho de formação e organização do movimento. Assim, o território conquistado é frunfo e possibilidade da territorialização na espacialização da luta pela terra [...] a territorialização expressa concretamente o resultado das conquistas da luta e, ao mesmo tempo, apresenta novos desafios a superar. (FERNANDES, 2006, p. 242).

Especificamente no 11º Perímetro, a ação da luta camponesa transformou a territorialização em evidência nacional e mundial. O número de terras conquistadas,

em 26 assentamentos rurais implantados nesse perímetro, é fruto de uma mesma luta, que trouxe o Pontal do Paranapanema para o cenário político como uma região concentradora da luta camponesa, no Brasil. São cerca de 30 mil hectares, em área contínua, controlados por mais de 1.100 famílias camponesas.

Mapa 16
Divisão Territorial - 11º Perímetro Mirante do Paranapanema

Essa expressão de conquista da terra não foi apenas no âmbito dos movimentos camponeses. Agentes de Estado que também estiveram efetivamente no centro das ações de retomada das terras sentem-se partícipes desse momento histórico, ao relatar com orgulho esse feito:

Pra você ter uma idéia o 11º perímetro de Mirante que já foi julgado devoluto. O município de Mirante não tem uma única fazenda com mais

de 500 hectares. Todas as áreas maiores de 500 hectares são assentamentos hoje. Por isso é o reduto do maior número de assentados do Brasil, se não for do mundo! (Advogado, funcionário da Fundação ITESP).

Mas, curiosamente, as áreas do 11º perímetro foram julgadas de domínio particular do grileiro Labieno da Costa Machado (hoje nome dedicado a um distrito de Mirante do Paranapanema) no ano de 1947, pelo Juiz Dr. Carlos Dias. Somente na Segunda Câmara do Tribunal de Justiça, em 16 de dezembro de 1947, a decisão foi reformada e declaradas como devolutas todas as terras do referido perímetro.

As ocupações de terras, nesse perímetro, começaram em 1991, com os acampamentos na Fazenda São Bento e Santa Clara. Porém, a trajetória tinha principiado desde as ocupações que formaram o assentamento Gleba XV de Novembro. Todavia, a partir de 1990, com a primeira ocupação do MST na região¹³³, a expansão da luta tomou outras proporções.

Apesar de conhecimento regional, o MST tornou público para toda a sociedade a questão das terras devolutas, no Pontal do Paranapanema. Para isso, utilizou a estratégia das ocupações de terras e formação de acampamentos rurais.

Andrade (2006) apresenta, em entrevista com uma das lideranças mais antigas do Pontal do Paranapanema, o processo de conhecimento do grande estoque de terras devolutas na região e a mudança de ação para o 11º Perímetro:

A gente foi descobrindo, juntamente com pessoas do próprio órgão do Instituto de Terras que era empenhada na reforma agrária, que o lugar mais avançado na lei, na justiça e que tinha sido julgado o 11º Perímetro em Mirante do Paranapanema. Foi por isso que nós mudemo o rumo. Saímos do município de Rosana e entremo no Município de Mirante devido ao 11º Perímetro, com 66 mil hectares de terras. A gente acreditava que ali era mais fácil o movimento avançar, que nos outros que a discriminatória ainda estava enrolada em segunda instância. Isso foi o motivo de nós mudar o rumo da luta pra Mirante aqui no Pontal . (Bil, liderança do MST, assentado na Gleba XV de Novembro).

Percebe-se que o Movimento camponês centrou suas ações principalmente nesse perímetro. A justificativa apresentada de que era o *lugar mais avançado na lei*

¹³³ De acordo, com Fernandes, “o MST realizou sua primeira ocupação na região do Pontal do Paranapanema, no dia 14 de julho de 1990. Nesse dia, setecentas famílias ocuparam a fazenda Nova Pontal no distrito de Rosana, município de Teodoro Sampaio” (1996, p. 162).

não pode ser tomada como questão principal, pois todos os perímetros já haviam sido transitados e julgados como devolutos.

Entendemos que luta expressiva e massiva, na retomada das terras no 11º perímetro, foi uma decisão política, forjada conjuntamente tanto por agentes de Estado, envolvidos com a questão, como pelo movimento camponês, uma vez que a liderança ressalta que “a gente foi descobrindo, juntamente com pessoas do próprio órgão do Instituto de Terras”.

Os camponeses estavam aprendendo o andamento processual, mas o Estado tinha pleno conhecimento de que outros perímetros também apresentavam a mesma característica jurídica.

Inserido como um campo de visibilidade política da luta pela terra no Pontal, o 11º Perímetro passou por sucessivas ocupações, reintegrações de posse e confrontos. O caso da Fazenda São Bento é uma referência da luta camponesa:

[...] na São Bento foi onde a gente enfrentou mais tiro, foi na fazenda São Bento mesmo, onde o fazendeiro não queria perder aquela...e nem vender as áreas. Então, onde tinha mais conflito mesmo foi na São Bento, de tiroteio contra nós. Na São Bento, nós entrava e eles vinha com bala ou então era na justiça. Então teve 23 liminar de despejo pra nós, o maior conflito foi na São Bento mesmo.” (Bil, liderança do MST, assentado na Gleba XV de Novembro - apud ANDRADE, 2006, p. 56).

Assim como a São Bento se tornou memória da luta camponesa no Pontal, passou a figurar igualmente como parâmetro do Estado, nos acordos futuros com os fazendeiros.

[...] um dos parâmetros para se analisar a viabilidade econômica dos acordos encontra-se na análise do processo da Fazenda São Bento. Cabe esclarecer, em primeiro lugar, que o valor pautado no acordo da fazenda São Bento não foi calculado na perícia judicial, como pode ser verificado nos autos da ação. Na verdade, a perícia judicial indicou um valor 56% superior ao que foi pago...Já se havia então, constituído um precedente, portanto, em que o acordo foi mais vantajoso do que o valor atribuído pela perícia judicial. Se o Estado pagasse o valor da perícia, gastaria hoje mais de R\$ 26 milhões, sendo que o acordo corrigido somaria hoje (2007) aproximadamente R\$ milhões.

Nos acordos realizados no Pontal, o governo do estado cede em sua pretensão de pagar apenas os valores dos laudos do ITESP e os fazendeiros cedem em sua pretensão de receber os valores por eles levantados. Não obstante, todos os acordos são firmados dentro dos princípios de eficiência, economicidade e legalidade. Todos os acordos,

sem exceção, trazem vantagens à sociedade e ao Estado, seja pelo ponto de vista social ou econômico. (ITESP, 2007 – documentos – **grifos nossos**).

Em todos os processos administrativos de acordo, os valores dos laudos do ITESP, assim como os laudos dos fazendeiros, são comparados aos estipulados pela sentença judicial, como justificativa da efetivação do acordo:

Caso não se efetive o presente acordo, o Estado prosseguirá reivindicando a posse da Fazenda Água Limpa II pela via judicial. Como precedente, valores pagos judicialmente a título de indenização pelas benfeitorias da fazenda São Bento, em Mirante do Paranapanema, na ordem de R\$ 1.664,80/há constituem certa jurisprudência, o que faz supor que, no caso de se prosseguir com as demandas judiciais e definição de valores por perícia, ao final há riscos do estado ter que arcar com valores bem acima dos efetivamente acordados.¹³⁴

Nesse sentido, podemos entender a diferença acumulada e conquistada pelos fazendeiros, nas negociações que permeiam, mais como uma relação de compra e venda com o Estado do que como um processo indenizatório de benfeitorias.

Para retomar as terras do 11º Perímetro de Mirante do Paranapanema, o Estado pagou aos fazendeiros o montante de R\$ 29.881.318,27. Além disso, pagou 203% a mais que o valor estipulado no laudo técnico elaborado por técnicos do próprio Estado, cedendo assim aos interesses de uma classe que, em momento algum, foi penalizada pela ação depredatória que provocou em um bem público.

Oliveira (1995) faz uma denúncia acerca das dívidas dos fazendeiros-grileiros do Pontal:

Atualmente, o preço do arrendamento do hectare de terra na região custa em média R\$ 80,00 (US\$ 83). Os fazendeiros-grileiros do Pontal devem ao estado, apenas por 37 anos (1958/1995) mais de R\$ 2.960,00 (US\$ 3.083,00) por hectare ou mais de 1.480.000.000,00 (US\$ 1.541,667,000,00) se levarmos em conta apenas 500.000 há da região, ou então, um total de R\$ 2.397.600,00,00 (US\$ 2,497,500,00) se adotarmos a tese do atual secretário de justiça Belisário dos Santos Jr, segundo a qual 90 % das terras do Pontal são Devolutas. Isso sem contar os juros que a nosso juízo, poderiam ser baseados nas taxas internacionais, mais ou menos 5% ao ano, e que daria um total de mais de 100% elevando a dívida para no mínimo R\$ 5.920,00 (US\$ 6,165.00) por hectare. Assim, a dívida total passaria no caso da metade das terras, para perto de 3 bilhões de reais (mais de 3 bilhões de dólares) e no segundo caso para perto de 5 bilhões de reais (mais de 5 bilhões de dólares). Este cálculo não leva em conta ainda, a madeira retirada com o desmatamento que estes

¹³⁴ Justificativa econômica para consolidação do acordo. Processo nº 463/2000 – proposta de acordo entre a Fundação ITESP e os detentores do imóvel Fazenda Água Limpa II, localizada no município de Presidente Bernardes. Em todos os processos consultados, essa é uma das justificativas apresentadas como suporte econômico da negociação.

fazendeiros-grileiros fizeram na reserva florestal daquela região. Este custo certamente aumentaria muito mais suas dívidas frente ao Estado, além de terem que pagar criminalmente, pois, desmataram uma área onde o desmatamento era proibido.

Ao que tudo indica está havendo no Pontal uma inversão dos princípios jurídicos, pois os réus estão se passando por vítimas. (OLIVEIRA, 1995, p. 12).

Tabela 51
Acordos realizados entre Estado e fazendeiros no 11º Mirante do Paranapanema
(anos de 1995 a 2005)

Nome do Imóvel/ Assentamento	Área arrecadada Há	Nº Fam	Valor Laudo Itesp	Valor laudo Fazendeiro	Valor do Acordo	Diferença de valores	Tempo (efetivação do acordo)	Ano acordo	Ano início PA
Alvorada	565,43	21	131.783	-	350.000,00	+165,58%	1 mês	1996	1997
Arco Íris	2.606,79	105	1.194.976	4.828.512,95	2.354.535,00	+97,06%	11 meses	1995	1995
Canaã	1.223,74	55	430.031,89	3.506.001,70	1.107.000,00	+157,42%	11 meses	1995	1995
Estrela Dalva	784,50	31	-	-	1.329.574,79*			1995	1995
Flor Roxa	953,67	39	382.932,90	1.615.121,33	592.800,00	+54,8%	0	1995	1995
Haroldina	1.964,89	71	786.207,75	4.020.836,37	1.771.659,00	+125%	11 meses	1995	1995
King Meat	1.134,50	46	444.405,89	-	1.021.373,00	+129,8%	14 meses	1995	1995
Lua Nova	375	17	136.075,00	728.202,00	315.000,00	+131,48%	0	1996	1996
Marco II	242,96	9	106.423,00	256.498,39	215.000,00	+102%	0	1996	1997
Nossa Senhora Aparecida	175,03	9	102.435,00	-	177.000,00	+72,79%	02 meses	1997	1997
Novo Horizonte	1.540,59	57	696.030,00	-	1.415.118,50	+103,3%	03 meses	1995	1996
Pontal (Santa Rosa 2)	232	13	415.450	-	1.600.000	+285,1%	0	1996	1996
Repouso (S. Antonio II)	515,05	21	178.990,00	1.120.000,00	500.000,00	+179,3%	04 meses	1999	2000
Santa Apolônia	2.657,54	104	786.207,75	4.177.590,60	1.924.321,69	+144,7%	11 meses	1996	1996
Santa Carmem	1.043,01	37	422.140,49	-	1.131.000,00	+168%	11 meses	1996	1995
Santa Cristina	837,90	35	395.368,36	1.835.248,15	715.000,00	+80,8%	1 mês	1996	1996
Santa Cruz	294,03	17	**	**	**	**	**	**	1995
Santa Isabel I	1.460,20	46	504.266,46	-	1.533.212,30	+204%	0	2000	2000
Santa Lúcia	597,27	24	382.932,90	1.272.620,90	592.800,00	+54,8%	2 meses	1996	1996
Santa Rosa I	692	24	180.692	778.598,75	315.000,00	+74,3%	1 mês	1996	1996
Santana	648,64	29	1.042.303,60	-	1.518.000,00	+45,6%	06	2002	2002
Santo Antonio	517,99	25	458.135,29	-	2.650.000,00	+478,3%	06 meses	2004	2005
Santo Antonio I	532	17	121.174,00	565.740,00	436.500,00	+260,2%	03 meses	1996	1996
São Bento	5.190	182	-	-	5.400.000,00#			1995	1995
Vale dos Sonhos	617,94	23	281.706,00	1.006.232,00	564.881,50	+100,5%	03 meses	1996	1997
Washington Luis	343,24	16	268.635,51	403.912,82	351.542,49	+30,8%	02	1996	1996
Total	26.792,24	1.073	9.849.303	26.115.115,96 ***	29.881.318,27	+203%			

* valor estipulado por sentença judicial. - ** sem informação - # - dado retirado de Fernandes, 1996.

*** parcial

Fonte: Procuradoria Geral do Estado e Fundação Itesp, 2008

Org.: FELICIANO, 2009.

Ao mesmo tempo em que o Estado implanta projetos de assentamentos rurais para atender às pressões dos movimentos camponeses, contraditoriamente também permite a reprodução dos latifundiários, pagando preços altíssimos por terras que oficialmente são do patrimônio público.

Assim, toda a sociedade paga pela acumulação de renda que a terra de caráter público auferiu indevidamente para os fazendeiros-grileiros, durante décadas. Além disso, sua reprodução fica garantida, ao inserir o capital produzido em outros setores da produção ou na compra de terras, maiores e baratas, em outras regiões do país.

Outro fator que podemos observar, na tabela 51, é que o Estado também ficou refém dos fazendeiros, ao efetivar em pouco tempo acordos administrativos. Há casos em que o acordo aconteceu no mesmo mês em que foi feita a vistoria, chamando a atenção o fato de que a diferença de valor entre o “*que se pede, do que se paga*” é totalmente discrepante.

Evidentemente, o Estado considerou o próprio conflito como uma justificativa plausível para efetivação dos acordos para as grandes mobilizações do movimento camponês, em especial do MST, naquele período. A iminência de um conflito de grandes proporções era uma das preocupações do governo Mário Covas, pois os casos dos massacres de Corumbiara e Eldorado dos Carajás levaram a opinião pública e a mídia a ficarem atentas para essas questões.

A atuação do Estado, nesse perímetro, em razão da intensa pressão do movimento camponês sem terra, conseguiu retomar legalmente parte dos bens que foram julgados como seu domínio, desde o ano de 1947, e destiná-los para a implantação de projetos de assentamentos rurais.

A configuração territorial, que era predominantemente controlada pelos fazendeiros, a partir de 1995, foi alterada. Hoje, cerca de 40% das terras desse perímetro estão sob o uso camponês. (gráfico 07)

Gráfico 07

**Ordenamento jurídico territorial
11º Perímetro de Mirante do Paranapanema**

Fonte: Procuradoria Geral do Estado e Fundação Itesp, 2008
Org.: FELICIANO, 2009.

Mais de 40% de uma grande parcela do território capitalista, onde as relações de poder e domínio estavam sob o controle, centralização e enriquecimento ilícito de 24 famílias, transformaram-se em mais de mil unidades camponesas, redesenhando a geografia da região e concretizando as viabilidades e possibilidades oriundas da desconcentração da estrutura fundiária.

No entanto, cabe ressaltar que ainda 56,% estão sob o controle de fazendeiros-grileiros, com áreas não tão grandes que pudessem ser objeto de reivindicação do governo paulista, por uma determinação jurídica. Outrossim, não sabemos se de fato o restante é formado de propriedades médias ou resulta de estratégias de fragmentação das grandes propriedades, com titulares diferentes, porém ligados por laços de família ou de classe.

5.5.1.3.6 - 12º Perímetro de Mirante do Paranapanema

Mapa 17
Divisão Territorial - 12º Perímetro de Mirante do Paranapanema

A ação discriminatória do 12º perímetro de Mirante do Paranapanema (antigo Santo Anastácio) teve seu início em 1º de dezembro de 1938. O julgamento da ação durou quatro anos, sendo declaradas pelo juiz Dr. Joaquim Bandeira de Mello como terras devolutas.

A Procuradoria do Patrimônio Imobiliário instaurou processo administrativo de legitimação de posse (até 100 ha.), expedindo títulos aos ocupantes em quase

todos os 16.641 hectares que compõem o 12º Perímetro. Por seu turno, as áreas maiores de 500 hectares foram arrecadadas para a implantação de projetos de assentamento rurais.

As terras que compõem o perímetro são partes dos municípios de Mirante do Paranapanema e Presidente Bernardes. O domínio de uso da terra é majoritariamente controlado por particulares, apesar de as terras terem sido declaradas devolutas. (gráfico 08) O restante, 22% ou 3.772 hectares, é bem localizado, margeando a rodovia estadual SP-272, sentido Mirante do Paranapanema-Pirapozinho.

Gráfico 08

Fonte: Procuradoria Geral do Estado e Fundação Itesp, 2008
Org.: FELICIANO, 2009.

Deve-se frisar que 46% das áreas retomadas são compostas, na atualidade, por reserva florestal e Áreas de Proteção Ambiental. Assim, o discurso muitas vezes frequente de que os camponeses e o processo de reforma agrária constituem um desencadeamento de ações que ferem o ambiente, desmatando as áreas de reservas, não é verídico para esse caso. Antes da implantação dos projetos de assentamentos rurais, a somatória das áreas de reservas existentes nas propriedades arrecadadas era de aproximadamente 22%. Ou seja, os proprietários usavam dos recursos naturais

nos limites estabelecidos por lei. Com a implantação dos assentamentos, esse percentual subiu para 46% entre áreas de reservas e APP, de sorte que a unidade homem-natureza sempre esteve presente, nas relações camponesas e no uso do solo.

O uso que a comunidade faz dos recursos naturais lidam de forma correta com o ambiente; por outro lado, possibilita igualmente uma espécie de aumento na renda familiar, por exemplo, com atividades ligadas ao turismo rural.

As maneiras encontradas pelas famílias camponesas, nesse perímetro, não são práticas depredatórias e de extrema exploração dos recursos. Como pode ser constatado, na foto a seguir, o uso exploratório da fazenda, antes do assentamento, voltava-se praticamente para a cultura da cana-de-açúcar, em todas as brechas possíveis de plantio.

Foto: Área de cana cercada por reservas. Fazenda Água Limpa.
Fonte: Laudo de Vistoria, ITESP, 1996

5.5.1.3.7 - 19º Perímetro de Santo Anastácio

O juiz José Leal de Mascarenhas recebeu, em 30 de agosto de 1939, pelo cartório do 1º Ofício de Santo Anastácio, o pedido inicial do processo de ação discriminatória de uma porção de terras de aproximadamente 31.361,71 hectares. Essa ação previu julgar o 19º Perímetro de Santo Anastácio, que englobava terras dos municípios de Santo Anastácio (com o então distrito, hoje município de Ribeirão dos Índios) e Piquerobi.

Essa ação constituiu um feito inédito, por julgar como devoluta apenas uma parte, considerando outra de domínio particular. A sentença, proferida em 25 de novembro de 1946, pelo juiz Carlos Dias, julgou procedente a ação, em parte, “para considerar devolutas as terras do 19º Perímetro, excluindo as que pertencerem ao imóvel Ribeirão Claro e as do Núcleo Colonial Lins de Vasconcelos”.

Mapa 18
Divisão Territorial - 19º Perímetro de Santo Anastácio

Cerca de 10.479 hectares foram considerados de domínio particular, por pertencerem à cadeia dominial do imóvel Ribeirão Claro. O fator instigante é que o limite da área devoluta para a particular é estabelecido com a linha férrea que cruza o município. As terras devolutas estão localizadas dentro do imóvel “particular”.

A área julgada como devoluta corresponde a um total de 20.981,87 hectares, sendo, desse montante, 75% de domínio estadual e 25% localizadas no círculo municipal, em um raio de oito quilômetros da praça central. Em 1965, a Procuradoria do Patrimônio Imobiliário instaurou um processo de legitimação de posses, expedindo vários títulos de domínio aos ocupantes da área declarada devoluta.

Diferentemente de outros perímetros, a formação dos assentamentos não passou pelo processo de luta e resistência vinculado a movimentos sociais. Enfatiza Mazzini:

[...] diferente de outras regiões, o processo inicial foi deflagrado com a convivência e articulação do poder local, no final do primeiro mandato do prefeito José Adivaldo Moreno Giacomelli, que participou ativamente do processo de seleção das famílias assentadas.

O fato de um movimento de luta pela terra, não ter organizado o processo inicial de ocupação da fazenda é interessante. Após várias reuniões realizadas na Câmara Municipal com o Prefeito e a comissão de seleção formada a partir de orientações de técnicos da Fundação ITESP, com membros da sociedade civil, houve o esclarecimento de que havia três fazendas sendo negociadas naquele município para implantação de assentamentos rurais...temendo que a área fosse ocupada pelos movimentos sociais de luta pela terra que atuavam fortemente na região naquela época, algumas famílias foram orientadas a irem acampar nas fazendas em negociação. Foram chamados a participar destas reuniões principalmente arrendatários, meeiros, bóias-frias conhecidos na cidade por desenvolverem tais funções. Procedeu-se o cadastro e sendo negociadas as áreas, as famílias se dirigiram para os assentamentos. (MAZZINI, 2007, p. 166).

Nessa perspectiva, podemos verificar que a iniciativa de constituir o assentamento passou nitidamente por interesses do poder público municipal e estadual, antes que os movimentos tomassem a frente, nas reivindicações.

Hoje, o 19º perímetro de Santo Anastácio possui quatro projetos de assentamentos rurais, com uma área total de 3.477,88, onde moram e trabalham, em princípio, 124 famílias camponesas. (Tabela 52)

O argumento apresentado pelo Estado, justificando os valores dos acordos, em razão da situação de conflito, nesse caso não se enquadra. A maioria das fazendas negociadas teve um índice percentual acima de 150% com respeito aos valores sugeridos pelo próprio ITESP.

Com isso, configura-se uma relação de subordinação do Estado aos interesses dos fazendeiros-grileiros. Esse momento teria sido uma oportunidade de negociação do Estado, em que a pressão dos movimentos não fizesse parte dos argumentos apresentados para aumentar ainda mais o preço desejado pelos fazendeiros. Apenas uma fazenda foi negociada com a diferença percentual de apenas um dígito.

Tabela 52
Acordos realizados entre Estado e fazendeiros no 19º Perímetro de Santo Anastácio
(anos de 1996 e 1997)

Nome do Imóvel/ PA	Área arrecadada Há	Nº Fam.	Valor Laudo Itesp	Valor Laudo Fazendeiro	Valor do Acordo	Diferença de valores VI /VA	Tempo (efetivação do acordo)	Ano acordo	Ano início PA
São José da Lagoa	1.026,37	29	334.484,00	1.292.600,00	845.100,00	+152%	18 meses	1996	1997
Santo Antonio da Lagoa	968,03	29	320.069,39	1.413.760,39	810.000,00	+153%	07 meses	1996	1996
Santa Rita	600,96	26	227.116,00	1.319.000,00	600.000,00	+164%	17 meses	1996	1997
Yapinary	852,52	40	588.796,50	1.532.446,40	640.237,00	+8,7%	03 meses	1996	1996
Total	3.477,88	124	1.470.465,89	5.557.806,79	2.895.337,00	96,8%			

VI: Valor Laudo Itesp - VA: Valor do Acordo
Fonte: Procuradoria Geral do Estado e Fundação Itesp, 2008.
Org.: FELICIANO, 2009.

Observa-se também, pela tabela 52, que quanto maior o tempo de negociação, nesse caso do 19º de Santo Anastácio, maior a diferença acumulada entre o laudo e o acordo.

Gráfico 09

Fonte: Procuradoria Geral do Estado e Fundação Itesp, 2008
Org.: FELICIANO, 2009

Nesse íterim, não há mais ações judiciais que pudessem se converter em mais áreas para o domínio dos camponeses, como pode ser observado no gráfico 09. Contudo, 55,9% do território do 19º perímetro de Santo Anastácio estão sob o controle da propriedade privada da terra, por definição judicial, os quais, somados àquelas que estão ou foram legitimadas, mesmo sendo devolutas, resultam em um total de 89% de todas as terras.

As ações de contestações a respeito da titularidade, na conjuntura atual, não teriam mais respaldo legal; todavia, podem ser inclusas na discussão acerca da função social da terra.

5.5.1.3.8 - 2º Perímetro de Tupi Paulista (antigo Presidente Venceslau)

A ação discriminatória, iniciada em meados da década de 30 do século XX, teve o julgamento findado em 1943. Mesmo sendo o segundo maior perímetro onde as terras foram julgadas como devolutas, nele foi realizada a implantação de somente um projeto de assentamento rural, em consequência da retomada pela

titularidade. O restante dos assentamentos foi conquistado pelos camponeses através das ocupações e das negociações por desapropriação ou compra, via CRA.¹³⁵

A justificativa da Procuradoria do Patrimônio Imobiliário e da Fundação ITESP é que, assim que começaram os processos de legitimação, no ano de 1959, quase todos os ocupantes solicitaram a regularização de suas posses, mesmo que estas tivessem áreas superiores a 500 hectares. Assim, o Estado expediu parcialmente títulos de domínio aos ocupantes do perímetro.

Mapa 19
Divisão Territorial - 2º Perímetro de Tupi Paulista

¹³⁵ Para mais detalhes a respeito, ver FELICIANO, C. A. Os assentados de “Paulicéia”. in: **Movimento Camponês rebelde e a reforma agrária no Brasil**. São Paulo: Contexto, 2006, p. 171-174.

Cabe reforçar a prática comum dessa política com o trecho já transcrito, sobre a questão das legitimações em outros contextos históricos:

[...] o perímetro [2ºTP] foi parcialmente legitimado. Isso quer dizer que o perímetro foi julgado devoluto mas o fazendeiro foi no governo da época e o governo regularizou. E que naquela época na havia o decreto 28.389 que regularizava a área toda. Por exemplo, fazia um pedido para Procuradoria do Estado, dizendo: reconheço que as terras devolutas e estou na posse mansa e pacífica mais de 5 anos produzindo e tal e tal.... O Estado regularizava. **Pra você ter uma idéia uma fazenda ao lado da Santa Rita em Tupi que era dos mesmos donos, uma foi regularizada e outra não por que não pediram.** **Nós (ITESP) fizemos o levantamento e descobrimos isso. Ai o fazendeiro fez acordo e virou assentamento.** (Advogado – funcionário da Fundação ITESP, **grifos nossos**).

Contudo, o assentamento realizado pelo governo estadual (PA Santa Rita) também não foi feito a partir da pressão dos movimentos camponeses, especificamente. A maioria das famílias era de arrendatários na região de Junqueirópolis, Dracena, os quais, por intermédio do poder público municipal, entraram no projeto de assentamento rural, sem a necessidade de realizar ocupações e acampamentos.

Tabela 53
Acordo realizado entre Estado e fazendeiros no 2º Perímetro de Tupi Paulista
(ano de 1997)

Nome do Imóvel/PA	Área arrecadada Há	Nº Fam.	Valor laudo Itesp	Valor Laudo Fazendeiro	Valor do acordo	Diferença de valores VI/VL	Tempo (efetivação do acordo)	Ano acordo	Ano início PA
Santa Rita	749,55	31	400.057,00	1.030.295,92	750.000,00	+ 87,4%	01 mês	1997	1997

VI: Valor Laudo Itesp - VA: Valor do Acordo
Fonte: Procuradoria Geral do Estado e Fundação Itesp, 2008.
Org.: FELICIANO, 2009.

Tabela 54
Assentamentos via desapropriação ou compra – INCRA

Nome Imóvel/Assentamento	Área arrecadada (ha)	Nº Famílias	Data de desapropriação/obtenção	Data início do PA
PA Fazenda Buritis	2.209,50	56	04/12/2002	04/12/2001
PA Fazenda Santo Antonio	332,35	30	30/01/2002	03/05/2002
PA Fazenda Regência	709,06	33	30/01/2002	03/05/2002
Total	3.250, 91	119		

Fonte: MDA/INCRA, 2007
Org.: FELICIANO, 2009.

O ordenamento jurídico das terras do 2º Perímetro de Tupi Paulista apresenta uma configuração em que 35.221 hectares são terras cujo domínio legal de direito seria do Estado, enquanto 26.259,19 hectares seriam formados por terras devolutas, em área municipal.

Quanto às áreas do Estado não legitimadas e acima de 500 hectares, foram retomados apenas 749 hectares para implantação de projetos de assentamentos rurais. Outros 3.250 hectares estão igualmente sob o domínio dos camponeses, porém em assentamentos administrados pela União.

Gráfico 10

Fonte: Procuradoria Geral do Estado e Fundação Itesp, 2008
Org.: FELICIANO, 2009

No 2º Perímetro de Tupi Paulista, 93,5 % das terras julgadas devolutas estão sob o controle de particulares, com ocupação comprovadamente ligada à grilagem. Todavia, os movimentos camponeses continuam reivindicando o acesso à terra, agora sob a argumentação do descumprimento das normas que regem a função social da terra.

Atualmente, em terras município de Pauliceia, as quais compõem o referido perímetro, há quatro acampamentos rurais, agregando mais de 160 famílias organizadas por sindicatos rurais da região, contando com o apoio da CONTAG.

Dois acampamentos estão reivindicando a Fazenda Bandeirantes e outros dois, a Fazenda Buritis. Essa área toda, segundo os acampados, seria inundada para a formação do lago de uma hidrelétrica. Entretanto, a área foi desapropriada e paga ao proprietário, mas não ocorreu o preenchimento de toda a área prevista, de sorte que as famílias a ocuparam, para reivindicar a implantação do assentamento.

O conflito reside no fato de que o antigo proprietário, o qual teve a área desapropriada, se diz dono natural das terras e realiza inúmeras reintegrações de posse contra as famílias. Segundo estas, a CESP e o INCRA estão em negociação, para obter a área para fins de reforma agrária.

Por conseguinte, as ações contestatórias dos movimentos camponeses continuam acirradas, em uma região cujo controle e poder político que os grileiros exercem sobre estas demonstram sua face de crueldade e impunidade, como o episódio citado.

5.5.1.3.9 - 10º Perímetro de Presidente Epitácio (Antigo Presidente Venceslau)

O 10º Perímetro de Presidente Epitácio é composto de aproximadamente 44.410,51 hectares de terras dos municípios de Presidente Epitácio, Caiuá e Presidente Venceslau.

O processo de ação discriminatória teve seu início em 25 de agosto de 1935, perante a Comarca de Santo Anastácio. Em 03 de novembro de 1941, todas as terras do perímetro foram julgadas como devolutas, com o aval do Dr. Adolpho Pires Galvão, juiz da Comarca de Presidente Venceslau.

Atualmente, 20% das terras estão sob o domínio de famílias camponesas, sendo que a maioria delas (548) vive e trabalha no Projeto de Reassentamento realizado pelo CESP, denominado Lagoa São Paulo. Outras 72 famílias estão assentadas no projeto Luis Moraes Neto (antiga fazenda São Francisco), área desapropriada pelo INCRA, no ano de 2001.

A materialização desses 20%, como pode ser notado no gráfico 11, foi conquistada depois de inúmeros conflitos violentos, deflagrados na década de 20 do século passado (ANTONIO, 1990).

Mesmo ela tendo sido julgada como devoluta, o processo de ocupação dessa área foi totalmente irregular. As terras desse perímetro têm origem dominial da antiga Gleba Caiuá-Veado, cujo processo de grilagem das terras fora comprovado. Porém, anos antes da confirmação da sentença judicial, milhares de famílias de origem estrangeira, como alemães, húngaros e japoneses, foram ocupando as terras, a partir de 1924, via projetos de “colonização” da Companhia Mendes Campos .

Mapa 20
Divisão Territorial - 10º Presidente Epitácio

Após a área ser transitada e julgada como devoluta, o então governador Fernando Costa criou, em 1942, a segunda reserva florestal da região: a Reserva Florestal São Paulo. Na sequência, o Estado não conseguiu retirar os ocupantes irregulares, seja por interesse político, seja por ineficácia estrutural.

De acordo com Monbeig (1984), na década de 1930, já havia duzentas famílias de ilhéus e ribeirinhos, que praticavam uma agricultura de subsistência, com lavouras temporárias de milho, arroz e feijão, complementadas pela pesca:

Esses camponeses viviam à margem do desenvolvimento desse sudoeste paulista que apresentava-se com derrubadas de mata, construção de ferrovia, colonização de terras, com imigrantes europeus e asiáticos e com lavouras de café. (ANTONIO, 1990, p. 44).

Gráfico 11

100% = 44.410,51 hectares

Fonte: Procuradoria Geral do Estado e Fundação Itesp, 2008
Org.: FELICIANO, 2009

O conflito maior, nessa região, que deu origem ao projeto de reassentamento Lagoa São Paulo, deveu-se à ocupação irregular realizada por José da Conceição Gonçalves, conhecido como Zé Dico. Ao se apossar de uma área de mais de 10 mil hectares, dizendo-se dono daquele território, constrói uma sede e delimita a então chamada Fazenda Bandeirantes, no município de Presidente Epitácio.

Segundo Kalil (1984), ao tomar as áreas da reserva lagoa São Paulo, Zé Dico impõe à força sua lei, obrigando os camponeses a abrirem a mata e a se submeterem ao latifundiário-grileiro, com o pagamento de renda pelo uso das terras. Originou-se, desse modo, a luta das famílias camponesas pela terra.

Como era de conhecimento notório, no que concerne à divulgação de que as terras eram devolutas, os camponeses foram “avisados” por funcionários do Estado sobre a grilagem e que estariam pagando renda a um falso proprietário.

De acordo com Kalil (1984), com a expansão das terras pelo grileiro, na área de reserva, o conflito com camponeses-posseiros tornava-se mais latente. Inúmeros confrontos com mortes e incêndios nas roças, subornos, processos judiciais eram comuns, no período de 1964 a 1967.

Após o assassinato do grileiro, seu herdeiro moveu uma ação contra o Estado e conseguiu provar a posse mansa e pacífica, na área da Fazenda Bandeirantes. Nesse ínterim, o governo Abreu Sodré tentava começar um processo de legitimação das posses, entregando permissão de uso aos camponeses, com a finalidade de encontrar uma solução para o impasse.

Com a decisão judicial a favor do grileiro, inúmeras ações foram desencadeadas na justiça, algumas dando ganho de causa aos grileiros e outras aos camponeses-posseiros, aumentando ainda mais a instabilidade e a insegurança na região.

O impasse fora resolvido com a intervenção da CESP, pois grande parte da reserva seria inundada pelo reservatório da Usina Hidrelétrica de Porto Primavera. A estratégia foi indenizar as fazendas envolvidas no conflito e reassentar as famílias camponesas, em outra área, surgindo assim, no início da década de 80, o Projeto de Reassentamento Populacional Rural Lagoa São Paulo, conhecido atualmente com Gleba Lagoa São Paulo (ANTONIO, 1990).

Quanto ao outro assentamento localizado no perímetro, denominado Luis Moraes Neto¹³⁶, tem-se a informação de que a primeira ocupação na fazenda aconteceu em 10 de fevereiro de 1998, por cerca de 50 famílias de filhos de assentados da Gleba Lagoa São Paulo, oriundas da agrovila 3 e do distrito de Campinal. As famílias eram vinculadas ao então Movimento Terra Brasil, que depois se fundiu ao MAST.¹³⁷

¹³⁶ O nome do PA foi indicado pelas famílias em homenagem ao Superintendente do INCRA/SP, falecido às vésperas do início do projeto. Segundo as famílias, foi uma pessoa que ajudou muito o avanço das negociações.

¹³⁷ Para mais detalhes a respeito das fusões e dissidências dos movimentos camponeses, ver Feliciano (2006).

A ocupação da fazenda pelas famílias objetivava que o Estado, através do ITESP realizasse a retomada das terras julgadas como devolutas. Contudo, o proprietário Francisco Pantalena ingressou na justiça para comprovar que, mesmo sendo julgadas devolutas, as terras teriam sido legitimadas.

Após inúmeras ocupações, reintegrações de posse, negociações com o ITESP, o proprietário consegue comprovar a legitimidade da área e a atribuição das negociações fica a cargo do INCRA. Em 18 de setembro de 2000, é realizada vistoria de avaliação das benfeitorias na Fazenda São Francisco e, um ano depois, é assinado o decreto de desapropriação da fazenda. Passada a fase de interposição de recursos dos fazendeiros, contestando o valor das benfeitorias, o INCRA concretiza a posse, em 10 de novembro de 2002.

Como não obtivemos acesso aos laudos de vistoria do processo de indenização das benfeitorias, efetivado pelo governo federal, não pudemos realizar uma avaliação no sentido de verificar as diferenças entre as partes. O mesmo caso se remete às indenizações das fazendas na área de reserva da Lagoa São Paulo, pela CESP.

5.5.1.4 - Perímetros devolutos não legalizados

Os perímetros que compõem essa característica são os 2º, 3º e 5º Perímetros de Presidente Prudente. Aproximadamente 32.400 hectares foram julgados devolutos, porém, mesmo ocupadas, as terras ainda não passaram por processo de legitimação das posses ou não receberam uma destinação estabelecida pelo Estado.

Conforme a Procuradoria Geral do Estado e a Fundação ITESP, todas as terras são compostas de pequenas glebas, portanto, cabíveis para os processos de legitimação.

Esses perímetros são formados por terras hoje vinculadas aos municípios de Presidente Prudente, Anhumas, Pirapozinho, Regente Feijó e Álvares Machado. São terras extremamente valorizadas, por se localizarem próximas à rodovia e ao grande centro comercial da região: o município de Presidente Prudente. Todas as áreas possuem vínculo dominial com a Fazenda Pirapó-Santo Anastácio; portanto, são

objetos de grilagem, de modo que as cidades citadas foram construídas sobre um processo fraudulento.

Mapa 21
Divisão Territorial - 12º Perímetro de Mirante do Paranapanem

De acordo com Barbosa, “a criação das cidades [refere-se ao Pontal] era uma forma encontrada pelos possuidores de títulos duvidosos para atrair moradores para suas terras e com isso justificar o seu interesse social pelas mesmas” (1990, p. 100).

Não há, nesses perímetros, qualquer outra destinação das terras devolutas que não a apropriação indevida por particulares. O Estado não desenvolveu nenhum projeto ou política pública, nas referidas áreas, transformando automaticamente terras públicas em propriedade privada.

Mapa 22
Divisão Territorial - 3º Perímetro de Presidente Prudente

Entretanto, como podemos observar, na tabela 55, são poucas as áreas em que legalmente o Estado poderia atuar, pois a maioria delas se localizam em um raio de oito quilômetros dos municípios, sendo, por conseguinte, de atribuição do poder local. A destinação das terras devolutas, nesse perímetro, cabe ao poder municipal, podendo o Estado atuar a partir de convênio, a fim de realizar legitimação das posses ou direcioná-las para outros fins, de acordo com os interesses sociais ou individuais.

Por exemplo, no caso do 12º Perímetro de Mirante do Paranapanema, o movimento camponês atuou no sentido de pressionar a esfera municipal a instalar um projeto de Assentamento Rural (PA Asa Branca), naquelas áreas, ou seja, uma destinação diferenciada com uso social e não particular.

Mapa 23
Divisão Territorial - 5º Perímetro de Presidente Prudente

Tabela 55
Perímetros com terras devolutas sem legalização
 (sem destinação das áreas pelo Estado)

Perímetro	Tamanho (hectares)	Início ação discriminatória	Data sentença definitiva	Terras devolutas		Início Legitimação
				Estadual	Municipal	
2º Presidente Prudente	12.474,00	1931	04/04/1942	4.989,00	7.485,00	a iniciar
3º Presidente Prudente	10.570,00	1932	21/03/1942	2.000,00	8.570,00	a iniciar
5º Presidente Prudente	9.423,00	1933	24/04/1943	1.560,38	7.862,62	a iniciar
	32.467,00			8.549,38	23.917,62	

Fonte: Procuradoria Geral do Estado e Fundação Itesp, 2008.
 Org.: FELICIANO, C.A.

Assim, nas terras que compete a cada domínio (tanto federal, como estadual), o que prevalecerá de fato depende de uma opção política do Estado, mediante as relações de poder e da luta de classes, na disputa por aquela fração do território.

5.5.1.5 - Perímetros devolutos legalizados com destinação ambiental

As terras do extremo Oeste paulista e da Alta Sorocabana, julgadas como devolutas, tiveram inicialmente uma destinação ambiental. O Estado, no início da década de 40, com o interventor federal em São Paulo, Fernando Costa, criou três reservas florestais na região: Morro do Diabo, Lagoa São Paulo e a chamada Grande Reserva, que, juntas, somavam 321.785 hectares, como pode ser observado na tabela 55

Tabela 55
Terras devolutas destinadas a Reservas Florestais no Pontal do Paranapanema

Reserva	Área (hectares)	Fundamento legal
Morro do Diabo	37.156 (original) 33.845 (atual)	Decreto Lei nº 12.279/91 Decreto Lei nº 25.342/86 (Parque Estadual)
Lagoa São Paulo	13.343 (original)	Decreto Lei nº 13.049/42
Grande Reserva	271.286 (original)	Decreto Lei nº 13.075/42
	Total: 321.785	

Fonte: Castilho, 1998.

Org.: FELICIANO, 2009

Conforme já discutimos em capítulos anteriores, as áreas destinadas às reservas foram griladas, desmatadas em quase toda sua extensão. Somente os 1º e 2º Perímetros de Teodoro Sampaio, de fato, tiveram as terras devolutas mantidas como áreas de preservação, em razão de sua transformação em Parque Estadual.

Porém, ainda que as áreas tenham sofrido investidas por processo constante de desmatamento, os decretos estaduais que as criaram nunca foram revogados. Com isso, legalmente, se os decretos ainda estão em vigor, todas as atividades produtivas se tornariam proibidas.

Uma ação civil pública, instaurada pela Justiça de Presidente Venceslau, em 1992, reconheceu que o Decreto Lei nº 13.075/42, que criou a Grande Reserva, está em pleno vigor, já que, segundo um de seus argumentos, “a lei não se revoga pelo desuso”. Portanto, o uso das terras, seja pelo Estado, seja por particulares, constitui ação que contraria as próprias regras, uma vez que sua destinação já estaria estabelecida.

José Roberto Fernandes Castilho, ex-Procurador do Estado e Chefe da Procuradoria Regional de Presidente Prudente, é enfático, na seguinte passagem:

Ora, se o decreto-lei está idealmente em vigor, atividades fundamentais à exploração pecuária – a principal função econômica da região – como limpeza de pasto sujo, escoamento de madeira morta etc., ficam proibidas. Mas nem o particular respeita a proibição – o que desgasta a autoridade pública – e nem mesmo o Estado o faz, haja vista, por exemplo, que a citada Gleba XV de Novembro fica totalmente dentro da Grande Reserva, assim como cidades, vilas, rodovias etc. No que tange ao Pontal, o Poder Público ao longo dos anos vem sistematicamente se desviando do comando contido no art.203 da Constituição Estadual (que reitera dispositivo da Constituição Federal e Código Federal). Esta norma reclassifica as terras devolutas – de bens dominiais elas se tornam bens do patrimônio indisponível quando “ inseridas em unidades de preservação ou necessárias à proteção dos ecossistemas naturais. (CASTILHO, 1998, p.158).

Todavia, o processo de desmatamento está feito e, mesmo assim, o Estado, ao efetuar os acordos com os fazendeiros-grileiros, na retomada das terras devolutas, pagou valores considerados por estes como justos, pela abertura da área e a formação da pastagem . Quer dizer, o Estado indenizou os fazendeiros pela prática de crime ambiental, como veremos em capítulos posteriores.

Nesse sentido, dos mais de 300 mil hectares de terras julgadas como devolutas, no Pontal do Paranapanema, em 67 anos de exploração majoritariamente feita por particulares, restaram apenas 37.156,68 hectares protegidos ambientalmente. Ou seja, 88,5% da cobertura vegetal foram desmatados para o enriquecimento e a acumulação de renda ilícita dos fazendeiros-grileiros.

5.5.1.6 -Perímetros julgados como particulares

Os perímetros julgados como particulares são “ilhas privadas” rodeadas por terras devolutas. Tanto o 13º Perímetro de Mirante do Paranapanema, como o 20º Perímetro de Santo Anastácio, foram declarados como terras de domínio particular.

O 20º Perímetro de Santo Anastácio corresponde a uma porção de terras vinculadas aos municípios de Piquerobi e Santo Anastácio. São 55.220 hectares julgados como particulares, na ação discriminatória iniciada em 1939.

De acordo com o acórdão prolatado pela primeira Câmara Civil do Tribunal de Justiça, a ação foi julgada procedente, em parte “para considerar devolutas apenas a terras do Imóvel Pirapó-Santo Anastácio nos trechos em que foram abrangidos pelo 20º Perímetro” e em parte “para declarar particulares as terras que constituem a chamada Fazenda Ribeirão Claro-Montalvão”¹³⁸

A área, mesmo tendo vínculo de origem com a Fazenda Pirapó-Santo Anastácio, teve sua regularização efetivada e, com isso, no julgamento, foi considerada como particular:

Essa fazenda Montalvão – é do lado de Santo Anastácio e Bernardes, do lado direito da linha. Ela pega parte do 20º de Anastácio que foi julgado particular, que é a fazenda Montalvão e do lado de cá que não é fazenda Montalvão foi julgada devoluta. Então o 20 perímetro a ação foi julgada parcialmente procedente. Deu ganho de causa para quem era dono e tinha títulos de origem da fazenda Montalvão e a outra parte com devoluta, onde virou assentamento (Ypinari e outros). É uma confusão essas decisões. [...] Essa Montalvão ficou provada que realmente era particular. Na época com decreto/lei Morato, o próprio governo reconheceu como particular. Mas as outras, mesmo julgadas particulares tem a mesma origem da Pirapó-Santo Anastácio. (Advogado, funcionário da Fundação ITESP – entrevista concedida em julho de 2009).

¹³⁸ Ação discriminatória nº 8.531/39.

Mapa 24
Divisão Territorial - 13º Perímetro de Mirante do Paranapanema

A fazenda Cuiabá, que corresponde ao 13º Perímetro de Mirante do Paranapanema, teve uma decisão semelhante, porém, os motivos alegados pelos fazendeiros-réus, mesmo tendo como origem na cadeia dominial da Pirapó-Santo Anastácio, foram suficientemente aceitos para declará-las como particulares:

Essa fazenda Cuiabá, que foi julgada particular tem a mesma origem da Pirapó-Santo Anastácio. Mas o juiz que decidiu achou que não. Isso é cabeça de juiz! Analisou e achou particular todo o perímetro. A alegação principal era que o título era antigo, que estavam produzindo e tal. Houve a ineficácia do Estado, por que o Teodoro de Souza tentou regularizar e o Estado não autorizou, mas também não tomou conta de tudo da área depois. Foi pro tribunal e foi julgado como legítima [...] mas é a mesma origem dos documentos.

Mapa 25
Divisão Territorial - 20º Perímetro de Santo Anastácio

Entramos aqui nas alegações da defesa, que não comprovaram que o título era de domínio particular, distanciando-se do mérito da ação, para cair na discussão da boa fé e da prescrição da ação.

Como discutimos anteriormente, uma das alegações de defesa dos fazendeiros-réus é a prescrição da ação, ou seja, o argumento jurídico é da ineficácia do Estado em assumir as terras já julgadas devolutas, de modo que, pelo longo tempo de ausência de ação, esta pode ser prescrita. Quer dizer, “houve a ineficácia do Estado, porque Teodoro de Souza tentou regularizar e o Estado não autorizou, mas também não tomou conta de tudo da área depois.”

O outro argumento usado foi o da ocupação por boa fé. Conforme os advogados dos fazendeiros-réus, concretamente, as escrituras públicas dos

fazendeiros foram lavradas, transcritas e matriculadas durante décadas, pelo poder público, de forma direta ou indireta. Nesse meio tempo, não ocorreu nenhuma contestação que impedisse a comercialização dos imóveis. Portanto, “o título era antigo, que estavam produzindo”, caracterizando o princípio de boa fé.

Como vimos, também, nenhum dos dois argumentos se sustenta, visto que a discussão e a razão de ser de uma ação discriminatória é julgar somente a procedência ou não do título, a existência ou não de terras devolutas, naquele perímetro.

Com isso, o Poder Judiciário, baseado em razões que fogem ao mérito de uma ação discriminatória, declarou e legalizou mais de 120 mil hectares de terras para particulares.

A luta pela terra, nesses perímetros, a partir dessa decisão, extinguiu a possibilidade de retomada, por meio de uma intervenção direta do Estado. A luta deve ser baseada na discussão da função social da terra, em que os princípios da produtividade, da observância das leis trabalhistas e da questão ambiental devem ser respeitados amplamente.

Apenas no 13º Perímetro de Mirante do Paranapanema há um projeto de assentamento rural. O PA Roseli Nunes (Fazenda Nhancá) foi fruto de uma luta dos camponeses vinculados principalmente ao MST, desde 2001, no acampamento formado na fazenda São João, município de Teodoro Sampaio.

Em 07 de setembro de 2001, um grupo de 60 famílias ocupou a Fazenda Nhancá, com o objetivo de acelerar o processo de negociação entre Estado e fazendeiros. Apesar de estar localizada em perímetro julgado particular, a família Junqueira Vilela possuía, além dessa fazenda, outras áreas no 15º perímetro, declarado como devolutas em primeira instância, tendo feito uma proposta de troca com o governo.

Baseado no decreto estadual nº 42.041, de 1 de agosto de 1997, que dispunha sobre os acordos para arrecadação de terras em processo de discriminação, foi realizada uma permuta entre as Fazendas Rio Alegre e Rancho Alegre (perímetro julgado em primeira instância como devoluto) pela fazenda Nhancá (perímetro particular).

O acordo foi ajustado, em termos muito favoráveis aos proprietários. Os fazendeiros entregaram a área localizada em perímetro particular e, em troca, o Estado regularizou suas fazendas no perímetro em que ação estava desfavorável a eles, retirando as propriedades da referida ação. A vantagem realizado fora que a área cedida parao Estado possui uma grande parte de reserva e proteção ambiental, enquanto a outra era totalmente aberta e plana.

O projeto de assentamento foi iniciado em fevereiro de 2003, porém, apenas 49% da área destinada ao parcelamento, na forma de lotes, pois a outra parte ficou restrita ao uso, já que eram áreas de reserva e de proteção permanente. A vantagem do fazendeiro ficou materializada e garantida. Na área legalizada, o fazendeiro-grileiro ficou com apenas 2% de área ocupada com matas, sendo o restante disponível para produção.

5.5.2 - Terras em processo de discriminação: disputa jurídica e política por parcelas do território

Enquanto 50,4% das terras do Pontal do Paranapanema possuem uma certeza dominial, cerca de 478.125, hectares estão em disputa, tanto na Justiça, como na luta diária entre os movimentos camponeses e os fazendeiros-réus.

Há dois tipos de procedimentos de atuação em curso, para julgamento das ações discriminatórias. Primeiro, aqueles vinculados à investigação de todos os títulos de um determinado perímetro. São as ações discriminatórias do 14º e 15º Perímetros de Teodoro Sampaio.

No outro caso, são as ações discriminatórias ajuizadas por blocos de interesse. Ou seja, o Estado não questiona mais todas as terras do perímetro, mas sim algumas, de acordo com o interesse ou pela “certeza” da nulidade dos títulos. Nesse particular, enquadram-se algumas fazendas dos seguintes perímetros: 8º Presidente Prudente, 10º Presidente Bernardes, 12º de Presidente Venceslau, 16º de Presidente Venceslau e 22º Perímetro de Santo Anastácio. A lógica adotada pelo Estado, para formação de blocos de interesse nos perímetros, foi pela inclusão na ação apenas de fazendas acima de 500 hectares.

A análise de uma ação com todo o tipo de tamanho de áreas envolvidas poderia estender o julgamento da ação:

Não interessava entrar com ação em todo o perímetro, por que no meio tem pequenos sitiantes, está inserido no círculo municipal, ou por que a maioria são áreas com menos de 500 ha. Então entraram com ação em todas acima de 500. (Advogado – funcionário da Fundação ITESP – entrevista concedida em julho 2009).

Nesse momento, o Estado passou a definir claramente que as propriedades abaixo de 500 hectares seriam de alguma forma “regularizadas”, como previa o Plano de Ação para o Pontal do Paranapanema, elaborado no governo Mário Covas.

No trecho segue, o ex-Secretário de Justiça e da Defesa da Cidadania afirma que esse limite foi estabelecido por consenso.

Nesse período do primeiro semestre de 95, na verdade nós estávamos montando um quebra-cabeça. Nós assumimos um governo sem uma idéia pré-concebida do que iríamos enfrentar, sem um plano de ação efetivo. Nós começamos um processo de levantamento de informação junto ao ITESP, aos seus funcionários, aos diretores que nós havíamos nomeado, começamos a fazer esse levantamento patrocinando reuniões com fazendeiros, com o movimento social e com as lideranças políticas. Nessas reuniões começaram a aparecer alguns pontos consensuais por exemplo, que abaixo de 500 hectares não deveria ser tocado, acima de 500 hectares nós iríamos tocar, nós fomos somando diversas informações, dados e com isso nós fomos respondendo algumas perguntas que fazíamos, que o gabinete fazia para o ITESP. Quantas famílias nós precisamos assentar? Aonde nós vamos assentar? De que forma nós vamos assentar? Em que prazo nós vamos assentar?” (ex-Secretário de Justiça e da Defesa da Cidadania, Edson Vismona – arquivos ITESP, 14/01/1998).

Porém, antes de entrarmos na discussão sobre as ações por bloco, apresentamos a seguir uma análise sobre o andamento dos processos de ação discriminatória, nos dois últimos perímetros questionados na sua totalidade

5.5.2.1 - Todas as terras do 14º Perímetro de Teodoro Sampaio

Mapa 26
Divisão Territorial - 14º Perímetro de Teodoro Sampaio

A petição inicial da ação discriminatória nº 777/85 foi feita em 30 de outubro de 1985, pelos procuradores do Estado, Zelmo Denari e Sérgio Nogueira Barhum, a partir do principal argumento:

Por todo o exposto [fazem um relato da grilagem na região], resultando provada a existência de terras públicas no perímetro discriminando, por isso que os títulos de domínio dos ocupantes nominados e inominados se filiam à mesma origem e se caracterizam como frações da Fazenda Pirapó-Santo Anastácio – a presente ação discriminatória deve ser julgada procedente para o efeito de serem declaradas como devolutas, sem sua

integralidade, as terras compreendidas na área contida no incluso memorial descritivo, expedindo-se, afinal, com fundamento no artigo 31 da lei nº6.383/76 – contra todos os ocupantes cujas posses, a critério da administração não forem legitimadas – o competente mandado de imissão de posse, para o efeito de desocupação das glebas devolutas no prazo de 180 (cento e oitenta) dias.”¹³⁹

Com isso, o Estado procurou, um ano após a implantação do Projeto de Assentamento da Gleba XV de Novembro, retomar (via ação discriminatória judicial) as terras cujos títulos provêm de uma cadeia dominial com indícios de fraude. Os acordos realizados com parte dos fazendeiros, para a formação da gleba, excluíram qualquer possibilidade de contestação do restante das áreas, na ação discriminatória

Em 30 de junho de 1992, foi proferida a sentença pelo juiz da Comarca de Teodoro Sampaio, declarando devolutas as terras do 14º Perímetro.

Na sentença arrolada, os motivos alegados pelos fazendeiros-réus na defesa não foram suficientes para que o juiz se sentisse confortável para assumi-las como particulares. Assim, teve a seguinte manifestação:

[...] julgo não ser possível o reconhecimento as validades dos títulos apresentados. Eles não possuem lastro suficiente para fazer frente ao direito da autora [Fazenda do Estado] em ver discriminada a área. As terras ocupadas pelos contestantes devem ser reconhecidas como públicas.¹⁴⁰ (1991, p. 39).

Essa ação discriminatória foi reformada no Tribunal de Justiça do Estado, dando ganho de causa aos particulares, em 14/07/2007. Atualmente, o Estado entrou com apelação e o processo está encontra em fase de recurso às instâncias superiores.

O 14º Perímetro possui uma área de aproximadamente 87.846 hectares de terras, nos municípios de Euclides da Cunha e Rosana. As fazendas envolvidas na ação discriminatória figuram na tabela 56.

¹³⁹ Petição inicial da ação discriminatória do 14º Perímetro de Teodoro Sampaio.

¹⁴⁰ Sentença proferida pelo Juiz Antonio de Almeida Sampaio. Processo 777/85.

Tabela 56 - 14º de Teodoro Sampaio
Áreas em disputa judicial entre Estado e fazendeiros

Fazendas localizadas no município de Euclides da Cunha Paulista		
Santa Kátia	1.290,00	Devoluto 1º Instância
São José	1.471,00	
Santa Cecília	2.015,00	Devoluto em 2º Instância
Sta. Rosa I	713,14	
Amália II	847,00	Aguardando recurso instância superior
Ponte Branca	916,64	
Subtotal	7.252,78	
Fazendas localizadas nos município de Rosana		
Monte Cristo	522,00	Devoluto 1º Instância Devoluto em 2º Instância Aguardando recurso instância superior
Junqueira II	867,00	
Itaporã I	1.163,00	
Nova Esperança	525,00	
Bananeira	549,00	
Primavera	549,09	
São Francisco	561,81	
Faz. Sta. Rita do Pontal	945,83	
Santa Maria II	1.073,01	
Santa Rosa II	1.076,34	
Santa Marina	1.127,16	
Santana	1.434,30	
Porto Maria	1.751,83	
Junqueira I	2.477,00	
Santa Rita	2.780,00	
Nova Veneza	8.592,00	
(Distrito de Primavera)	532,00	
(Aeroporto)	39,00	
Sem Denominação	900,00	
Santa Maria	2.283,00	
Subtotal	27.996,54	
Total áreas acima de 500 hectares		35.249,32
Total em ações discriminatórias		60.885,13
Total retomadas para assentamentos		29.949,37
Desistência da ação		19.585,86
Total do Perímetro (hectares)		87.846,00

Fonte: Itesp, 2007
Org.: FELICIANO, 2009

Como pode ser observado na tabela, aproximadamente 37 mil hectares estão concentrados em 27 propriedades; contudo, isso não quer dizer que haja “donos”

diferenciados. Vários integrantes da família Junqueira, por exemplo, possuem terras que estão no mesmo perímetro. Mesmo divididos entre os aparentes 27 proprietários, em média caberia a cada um o domínio de 1.370 hectares. A despeito, encontram-se, por exemplo, áreas como a da fazenda Nova Veneza, que chegam a 8.592 hectares.

No âmbito judicial, pode-se dizer que há um empate na luta jurídica pelo domínio das terras do 14º Perímetro. Somente com aceitação do recurso de apelação, proferido pela Fazenda do Estado, a ação pode ser encaminhada para julgamento no Supremo Tribunal Federal.

Na realidade, o ordenamento territorial do 14º Perímetro está composto de uma configuração onde 64,6% das terras estão sob o controle dos fazendeiros, sendo que apenas 23% estão de fato regularizados, em razão da negociação concretizada no governo de Franco Montoro (Mapa 26) Os outros 41% estão em disputa judicial, todavia, a renda da terra fica garantida aos fazendeiros-grileiros, até o fim da ação discriminatória e, em seguida, no transcorrer da ação reivindicatória.

Segundo os dados do gráfico seguinte, os camponeses conquistaram o domínio de aproximadamente 35% das terras do 14º Perímetro de Teodoro Sampaio.

A luta pela conquista dessa fração do território teve início com a formação da Gleba XV de Novembro, no início dos anos 80 do século passado, e continua até hoje, com os acampamentos localizados dentro da própria Gleba XV¹⁴¹ e no município de Euclides da Cunha.

¹⁴¹ As famílias acampadas na área comunitária do setor I do PA Gleba XV de Novembro são oriundas dos Acampamentos do MST, MAST e agregados, que não entraram no processo de seleção do assentamento Porto Maria. Esse grupo de 14 famílias são filhos dos assentados da gleba, que constituíram família, tornando-se os lotes dos pais insuficientes para a sobrevivência de mais famílias. Essa é uma realidade presente em quase todo o PA Gleba XV, por ser o assentamento mais antigo e os filhos terem crescido: agora, veem na luta pelo acesso à terra, uma forma de reprodução da família camponesa.

Mapa 27

TERRITÓRIO EM DISPUTA

14º Perímetro de Teodoro Sampaio

Gráfico 12

Ordenamento jurídico territorial - 14º Perímetro de Teodoro Sampaio

100% = 87.846 hectares

Fonte: Procuradoria Geral do Estado e Fundação Itesp, 2008

Org.: FELICIANO, 2009

Os assentamentos localizados nesse perímetro são majoritariamente administrados pelo governo estadual, por meio de assistência técnica prestada pela Fundação ITESP. Porém, há também um assentamento criado pelo governo federal, conforme podemos perceber, na tabela 57.

Tabela 57
Projetos de Assentamentos Rurais no 14º de Teodoro Sampaio

Projeto de Assentamento	Município	Nº de fam.	Área Total (ha)	Ano
Gleba XV de Novembro	E. da Cunha /Rosana	571	13.310,76	1984
Santa Rita do Pontal	Euclides da Cunha	51	805,37	1990
Santa Rosa	Euclides da Cunha	65	865,67	1992
Porto Maria	Rosana	41	1.064,98	2008
Porto Letícia	Euclides da Cunha	36	707,00	1997
Santa Tereza	Euclides da Cunha		1.330,00	2009
Bonanza	Rosana	31	574,79	1998
Nova do Pontal	Rosana	123	2.816,09	1998
Guaná Mirim	Euclides da Cunha	34	812,13	2002
Governo estadual	TOTAL	952	21.920,59	
Projetos de Assentamento Rurais implantados pelo Governo Federal				
Projeto de Assentamento	Município	Nº de fam.	Área Total (ha)	Ano
Nova Esperança I e II	Euclides da Cunha	98	2.028,78	2000
Governo Federal	TOTAL	98	2.028,78	

Fonte: ITESP, 2009/ INCRA, 2009.Org.: FELICIANO, 2009.

Os acordos realizados nesse perímetro, mesmo sem ter ação discriminatória transitada e julgada, devem-se à conjunção dos seguintes fatores: a presença constante dos movimentos camponeses ocupando inúmeras vezes as fazendas, a dificuldade em encontrar interessados em negociar as terras e as facilidades de negociação com o Estado, tornando-o o melhor comprador de terras da região.

É possível notar, de acordo com a tabela 58, que há fazendas, como a Porto Maria (da família Mano), que alcançaram uma diferença de 304% do valor do laudo elaborado pela Fundação ITESP. Chega-se ao absurdo de ser negociada 68% acima do próprio valor estabelecido pelo fazendeiro-grileiro, comprovando o poder político que a renda dessas terras lhe proporcionou, durante mais de 60 anos.

Tabela 58
Acordos realizados entre Estado e fazendeiros no
14º Perímetro de Teodoro Sampaio
(ano de 1996 a 2009)

Nome do Imóvel/ PA	Área arrecadada Há	Nº Fam.	Valor laudo Itesp	Valor Laudo fazendeiro	Valor do acordo	Diferença de valores VI /VL	Tempo (efetivação do acordo)	Ano acordo	Ano início PA
Porto Letícia	707,00	36	293.026,00	293.026,00	742.241,00	+153%	1 mês	1996	1997
Bonanza	574,79	31	495.328,47	876.048,40	1.030.000,00	+60,35	2 meses	1998	1998
Nova do Pontal *	2.816,09	123							
Guaná Mirim	812,13	34	594.839,73	-	1.090.000,00	+83,24%	1 mês	2000	2002
Porto Maria	1.064,98	41	1.504.297,77	4.192.214,05	6.086.000,00	+304%	01 mês	2004	2008
Santa Tereza	1.330,00	46	**	**	**	**	**	2006	2009
			2.887.491,97	5.361.288,40	8.948.241,00	+209,8			

* Realizado via Decreto 42.041, mediante permuta

** sem informação

VI: Valor Laudo Itesp - VA: Valor do Acordo

Fonte: Procuradoria Geral do Estado e Fundação Itesp, 2008.

Org.: FELICIANO, 2009.

5.5.2.2 -Todas as terras do 15º Perímetro de Teodoro Sampaio (antigo Presidente Venceslau)

As terras que compõem o 15º Perímetro de Teodoro Sampaio localizam-se nos municípios de Teodoro Sampaio, Euclides da Cunha Paulista e Rosana (cf. mapa. A área do perímetro corresponde ao total aproximado de 99.846 hectares¹⁴². Inicialmente, teve ação discriminatória ajuizada no ano de 1958, na comarca de Presidente Venceslau. Em 1972, a ação foi redistribuída para a Comarca de Mirante do Paranapanema, onde tem curso até hoje.

Mapa 28
Divisão Territorial - 15º Perímetro de Teodoro Sampaio

¹⁴² Embora o memorial descritivo que acompanhou a inicial ação discriminatória tenha auferido a área de 92.680, há, no levantamento realizado pela Fundação ITESP, via digitalização em carta IGC 1:50.000, 98.072,64. A diferença encontrada, de 5.301 hectares, deve-se a fato de que o memorial descritivo, juntado à inicial da ação data de 1957, não se sabendo ao certo qual o procedimento adotado, no levantamento da área.

Em 22 de setembro de 1981, o processo foi considerado extinto, sem julgamento do mérito, pelo Dr. Fernando Aparecido Spagnuolo. No entanto, a Fazenda do Estado entrou com recurso, para retomar e reformar a sentença de primeira instância, conseguindo retomar o processo, que teve encaminhamento e julgamento do mérito.

Após 38 anos de trâmites, a ação foi julgada procedente em sentença com mais de 150 laudas, escritas pelo Dr. Vito José Guglielmi, em 20 de dezembro de 1996. Com isso, todas as terras do 15º Perímetro de Teodoro Sampaio foram consideradas devolutas em primeira instância.

Segue a passagem da sentença proferida pelo juiz Vito José Guglielmi, sobre a insustentabilidade dos argumentos de defesa apresentados pelos fazendeiros-réus, contextualizando desde a questão da formação da propriedade da terra até a alegação da ocupação por usucapião, de boa fé.

- 1 - A origem da propriedade brasileira remonta, a rigor, a sistema precedente até mesmo à formação do estado português;
- 2 - O sesmarialismo – decorrente da introdução do regime capitania – instituto no Brasil dissociou-se daquele existente em Portugal, de tal sorte que, na quase totalidade das cartas respectivas não tem o condão de gerar direito real em favor do particular, e contribuiu – fundamentalmente – para a distorção fundiária que hoje se verifica;
- 3 - As cartas de sesmarias ou registros paróquias (nem os que lhe sejam filiados) não são títulos que mereçam ingresso no sistema tabular, sugestivos, quando muito, de simples posse de seu titular;
- 4 - Só é admissível a prescritibilidade de bens públicos se anterior – na melhor das hipóteses – até a vigência do decreto 22.785 de 31 de maio de 1933, e se tratar de posse qualificada (ressalvado o usucapião especial);
- 5 - A discriminação é modo originário de aquisição da propriedade, daí porque dispensa o prévio cancelamento dos registros porventura existentes em favor dos particulares;
- 6 - Procedente a ação, a ordem de cancelamento deve necessariamente ser determinada pelo juízo discriminador, relativamente aos imóveis incertos em áreas que reconheceu de domínio público;
- 7 - Por fim, a existência de imóvel escrito por força de usucapião ou desapropriação em favor da mesma pessoa jurídica de direito não é impeditiva do ajuizamento da ação discriminatória, resultando apenas efeito de ordem indenizatória. (Ação discriminatória processo nº 078/72 – declarada em 1996, p.122-123).

Portanto,

Julgo procedente a presente ação discriminatória **para declarar devoluta – e portanto, pertencente ao domínio da autora** [Fazenda do Estado] **toda a área que compõe o 15º Perímetro de Presidente Venceslau** [hoje 15º Teodoro Sampaio], com exceção feita apenas em relação àquelas área que a Fazenda, por força de transação anterior homologada, renunciou ao direito de discriminar, e que expressamente estão consignadas no corpo da decisão. (Ação discriminatória processo nº 078/72 – declarada em 1996, p. 122-123 – **grifos nossos**).

Em 1999, os fazendeiros-réus entram com recurso e, em 2003, novamente as terras são julgadas como devolutas, estando atualmente em fase de recurso em instâncias superiores. Desde 05/03/2008, o processo encontra-se com a Ministra do Supremo Tribunal Federal, Eliana Calmon, para conclusão.

Dos 98.846 hectares existentes no perímetro, 62.201,45 hectares são áreas questionadas na ação discriminatória. Na estrutura fundiária desses hectares em disputa judicial, 78% são áreas superiores a 1.000 hectares, conforme pode ser notado na tabela seguinte.

Os dados apresentados na tabela 59 relacionam-se apenas às áreas com ação discriminatória em andamento. Uma parte das áreas foi arrecadada para projetos de assentamentos via acordo com os fazendeiros, sendo que as concessões do Estado seriam regularizar o restante da área, retirar da ação discriminatória e assumir o compromisso de não mais questioná-las.

Tabela 59
Estrutura fundiária do 15º perímetro de Teodoro Sampaio

Grupos de área	Número de imóveis	Área total
Menores de 500 há	*	3.193,55
500 a 1000 hectares	14	10.322,80
Acima de 1000 hectares	25	48.685,10
Total	39	62.201,45

Fonte: Itesp, 2008

Org.: FELICIANO, 2009.

O ex-Presidente do Sindicato Rural de Presidente Prudente comenta esse momento, afirmando que foi uma condição imposta pelos fazendeiros, para ceder a área ao Estado:

[...] uma das primeiras pessoas que fez acordo foi o desembargador Donaldo Armelim. Ele tem propriedade no Pontal e ele concordou em ceder 25%, com o compromisso de o Estado legalizar o restante. Inclusive no acordo dele, fez constar uma cláusula que no futuro o governo do estado vier fazer acordo com percentual menor do que ele fez, fica com direito de ser ressarcido pelo Estado. (ex-Presidente do Sindicato Rural de Presidente Prudente – entrevista concedida em junho 2009).

Os acordos realizados entre Estado e fazendeiros, nesse perímetro, principiaram nos anos de 1996, quando os movimentos camponeses ocuparam quase todas as áreas acima de 500 hectares, com sentenças declarando-as como devolutas.

Hoje, existem 16 projetos de assentamentos rurais, no 15º Perímetro, com uma área de 2.143,19 hectares, localizados em sua maioria no município de Teodoro Sampaio, como pode ser constatado, na tabela 60. Em troca da realização do acordo para implantação do assentamento, 13.815,96 hectares foram legalizados para o domínio privado.

Não há, nesse perímetro, projetos de assentamento efetivados pelo governo federal. Há apenas um projeto de reassentamento da CESP, no ano de 1986, denominado Rosanela, onde 129 famílias estão sobrevivendo sem qualquer tipo de assistência técnica, em uma área de 2.686 hectares.¹⁴³

O fato de o perímetro ter sido julgado em primeira instância como devoluto fez com que uma série de ocupações ocorresse nas fazendas, principalmente nas acima de 500 hectares, inseridas e questionadas na ação discriminatória.

Segundo dados da Fundação ITESP, as ocupações das Fazendas Porto Letícia, Santa Maria, Santa Tereza, Ribeirão Bonito, Santa Zélia e outras localizadas tanto no 14º como 15º perímetros de Teodoro Sampaio, estavam concentradas pelas ações do acampamento Água Branca. Eram cerca de 150

¹⁴³ Para mais detalhes a respeito, ver MENDES, N. Usinas Hidrelétricas e seus impactos: os aspectos socioambientais e econômicos do reassentamento rural Rosana/Euclides da Cunha Paulista. Dissertação de Mestrado, 2005, UNESP/Presidente Prudente.

famílias organizadas pelo MST, provindas de outras ocupações/acampamentos que reivindicavam as fazendas listadas nas ações discriminatórias, para que o Estado negociasse com os fazendeiros.

Tabela 60
Acordos realizados entre Estado e fazendeiros no 15º Perímetro de Teodoro Sampaio
(ano de 1991 a 2006)

Nome do Imóvel/ PA	Área arrecadada Há	Nº Fam.	Valor laudo Itesp	Valor Laudo Fazendeiro	Valor do acordo	Diferença de valores VI /VL	Tempo (efetivação do acordo)	Ano acordo	Ano início PA
Remanescente Gleba XV*	112,00	*	*	*	*	*	*	*	*
Santa Zélia	2.728,40	104	2.255.56,37	3.271.269,86	2.455.560,00	+8,8%	07 meses	1998	1999
Alcídia da Gata	459,80	101	278.745,00	685.350,80	2.144.340,00	+108,6%	01 mês	1998	1998
Santa Terezinha da Alcídia	834,90	26	495.328,47	876.048,40	730.000,00	+47,3%	02 meses	1998	1998
Santa Cruz da Alcídia	712,56	25	214.260,06	710.677,00	648.437,79	+202,64%	01 mês	1999	2000
São Pedro da Alcídia	2.217,50	96	1.777.305,00	*	2.600.000,00		01 mês	2000	2003
Porto Alcídia	1.647,76	60	838.674,00	*	1.550.000,00	+84,8%	04 meses	1997	1997
Vô Tonico	549,72	22	377.674,00	722.894,30	480.000,00	+27,22%	05 meses	1998	1998
Água Branca I	630,00	29	237.530,00	886.614,12	520.000,00	+118,9%	02 meses	1998	1998
Ribeirão Bonito	4.205,20	196	1.619.722,00	6.571.385,00	3.370.060,60	+108%	03 meses	1997	1997
Tucano*	653,40	35	*	*	*	*	*	*	1991
Rancho Grande	2.522,75	101	1.027.992,00	3.952.143,80	2.144.340,00	+108%	02 meses	1998	1998
Córrego Azul	226,71	9	*	*	*	*	*	*	1997
Santa Edwiges	684,92	25	690.072,79	2.808.206,85	1.600.000,00	+131%	1 mês	2002	2003
Rancho Alto**	1295,58	50							1996
Santo Expedito	661,96	30	882.260,25	2.508.000,00	3.727.807,00	+322,5%	07 meses	2005	2006
Total	20.143,19	909	8.439.563,57	22992590,13	21.970.545,39	+250,2%#			

*sem informação. ** Realizado via Decreto 42.041, mediante permuta com a fazenda Nhancá.

deve-se considerar como dado parcial, devido à inexistência de alguns valores.

VI: Valor Laudo Itesp - VA: Valor do Acordo.

Fonte: Procuradoria Geral do Estado e Fundação Itesp, 2008.

Org.: FELICIANO, 2009.

A luta que estava sendo travada no âmbito do Judiciário, entre Estado e fazendeiro, foi convertida, na prática, na luta entre camponeses sem-terra e fazendeiros. O Estado via-se forçado a procurar os fazendeiros para negociação, em virtude da pressão dos movimentos. Por outro lado, também tinha que respeitar tanto a manifestação de não interesse, na negociação pelos fazendeiros, como garantir todo o respaldo necessário, uma vez que, sem ter sido o processo transitado e julgado, os fazendeiros eram os legítimos proprietários da terra.

Com isso, inúmeras ações de reintegração de posse eram concedidas, lideranças eram perseguidas, assim como se acirravam os conflitos, com a resistência criada pelos fazendeiros.

Nesses episódios, o Secretário de Justiça, na época, relatou que os movimentos compreendiam que o Estado estava sendo conivente com as ações dos fazendeiros e do Poder Judiciário, ao conceder as liminares de reintegrações de posse, assim como ao ordenar as prisões das lideranças no Pontal:

[...] desde o início das ações no Pontal, se fez confusão entre o poder judiciário e o governo do Estado, que dizer, o Governo do Estado arcando com o ônus de uma decisão isolada do Poder Judiciário, que nós não havíamos pedido e também não tínhamos por que afrontar. (Belisário dos Santos Júnior – ex-Secretário de Justiça e da Defesa da Cidadania – 14/01/1998, arquivos do ITESP).

Com essa luta incessante, os movimentos conquistaram áreas que até então estavam sob o domínio dos fazendeiros, demonstrando que não é necessário esperar o término de toda o trâmite judicial, pois os fazendeiros sabem, mas não admitem, que as terras que ocupam há anos possui uma origem vinculada ao processo de grilagem. Alguns resistem para esperar o término das ações, enquanto outros negociam com o Estado. Isso pode nos dar elementos de que não há um consenso dentro da própria classe, quanto a esse assunto.

Em entrevista com o ex-Presidente do Sindicato Rural de Presidente Prudente, ficaram evidentes as contradições existentes no interior da classe:

Eu fui até ofendido por proprietários! [...] a primeira vez que eu sentei pra conversar com o José Rainha, eu fui ofendido por um proprietário. Ele me ligou dizendo: como é que você senta com bandido para negociar?

Você não expressa o pensamento dos proprietários do Pontal, seu presidente de bosta! Eu fui ofendido, quando estava procurando solucionar interesse deles e não dos sem-terra! Queria resolver sem conflito, sem confronto!

Mas, a divisão de posicionamento e formas de atuação da classe ruralista esteve nítida, no Pontal. De acordo com um ex-Secretário de Justiça e da Defesa da Cidadania, houve um “racha” dentro da classe, e o Estado aproveitou para convencer os proprietários a negociar as terras:

[...] na segunda fase do Plano do Pontal, nós enfrentamos resistência, aí já praticamente com o formato da UDR. Nós jamais recusamos o debate com a UDR. E, quando eu falo nós, falo ITESP, sempre na linha de frente. Eu nunca tive a veleidade de decidir uma questão sem ouvir o ITESP, se ouvir democraticamente as pessoas do ITESP, que é uma lição que se estabeleceu entre nós. Mas daí a UDR já havia realmente se instalado à toda, e ainda naquela indefinição do MST, se apoiava o governo, ou se resistia ao governo. A UDR se instalou, ainda na primeira fase do Plano criando um grande pânico entre os fazendeiros, os fazendeiros não sabiam se vinham para o governo ou se não vinham para o governo, o mesmo problema que havia tido o MST, os fazendeiros tiveram. **Só que os fazendeiros no final vieram para o governo porque os acordos foram celebrados**, 40 acordos, praticamente quase todos foram celebrados, as indenizações começaram a ser pagas e isso marcou o final de 96 e 97. A UDR perdeu um pouco de força, mas de qualquer forma, os fazendeiros não tinham claramente configurado, ou não quiseram configurar, uma linha organizada de resistência à UDR. Havia vozes isoladas, havia pessoas isoladas, mas como organização, eles não quiseram resistir à UDR, **eles preferiram conviver** e na realidade a palavra lá no Pontal, o tom da conversa era dado pela UDR que participava das reuniões também, sempre participou, nós nunca brecamos isso..... a **UDR nunca teve argumentos para resistir e ficou na sua linguagem de falácias e aos poucos, o seu poder foi abrando**. (Belisário dos Santos Júnior – ex-secretário de Justiça e da Defesa da Cidadania – 14/01/1998, arquivos do ITESP – **grifos nossos**).

Ambos os trechos citados apresentam uma questão importante para o debate, que são as fragilidades da classe ruralista com respeito ao debate sobre as terras do Pontal do Paranapanema. Vimos que o sindicato rural pretendeu realizar as negociações, porque não compensava viver em um clima de tensão. Por outro lado, a UDR era contra algumas ações do Estado, mas, como disse o ex-secretário, a “UDR nunca teve argumentos para resistir”. Com isso, a própria classe ruralista afirmou politicamente que, de fato, os títulos têm vícios de origem e o Estado está com a “razão” ao questioná-los. Evidentemente, isso nunca será explicitado

publicamente por nenhum proprietário ou entidade de classe. Afirmar isso é declarar que “suas terras” foram tomadas irregularmente.

Ao mencionar que os fazendeiros preferiram conviver com a situação, relatou a compreensão de que o problema está evidente e precisava, de alguma forma, ser resolvido. Na opinião do ex-Presidente do Sindicato Rural, os sem-terra são como uma “praga” existente na agricultura e, por isso, tem-se que conviver com ela:

Uma vez eu fui convidado a participar de um programa na TV Fronteira, sobre um debate sobre produtos homeopáticos para combater a mosca do chifre. Aí eu falei o seguinte: a pecuária passou por três fases: primeiro foi a cigarrinha que apareceu na nossa região, não teve como combater a cigarrinha, passamos a conviver com ela; depois a mosca do chifre, também não teve como combater; e por último, o movimento sem-terra... veio nós temos que conviver com eles... rapaz fui tão criticado depois! De fato, a gente tem que conviver mesmo... isso não acaba!

No 14º Perímetro, ficou materializado claramente tanto o embate político como o jurídico, nas disputas pelo domínio legal das terras. Os movimentos sociais, ao seu tempo, têm a opção de denunciar ações construídas de maneira injusta, historicamente, para reivindicar que o Estado repare os erros cometidos por sua omissão, ineficiência e até mesmo conivência com esse passado. Já os fazendeiros têm a opção de negociar, no momento presente, ou protelam durante anos até o final da ação discriminatória e depois reivindicatória.

O resultado desse embate entre classes, tendo o Estado, ora como observador/passivo, ora como agente mediador do conflito (ANDRADE, 2006), está concretizado nas transformações recentes do território.

Um domínio que estava reservado para pouquíssimas famílias foi fragmentado para mais de 900 famílias.

Realizando uma leitura do gráfico 13, observa-se que o domínio dos fazendeiros está representado pela cor azul. Entre este, há uma diferença de tonalidade, que concebe dois tipos de domínio utilizado pelos fazendeiros: azul escuro identifica que 41% da ocupação das terras estão baseados em áreas ainda sem definição judicial quanto à dominialidade (porém, em duas sentenças, foi confirmado o caráter de devolutas); já a tonalidade mais clara representa as áreas

regularizadas pelo Estado, como forma de compensação nas negociações, ou seja, 22,2% das terras transformaram-se definitivamente em domínio privado.

Gráfico 13

100% = 62.2001,45

Fonte: Procuradoria Geral do Estado e Fundação Itesp, 2008
Org.: FELICIANO, 2009

Por outro lado, os movimentos camponeses (representados pela cor vermelha) conquistaram, através da luta social, uma área de 36,7% de uma parcela do território dominado historicamente pelos latifundiários-grileiros (Mapa 29). Quer dizer, objetivamente, retomaram as terras devolutas que o Estado até então não considerava fazê-lo, forçando-o a destiná-las para o uso e ocupação baseados no trabalho familiar.

5.5.3 - Disputa por frações do território: a luta pela terra direcionando ações do Estado

Como já salientamos anteriormente, depois do questionamento dos movimentos camponeses, para que o Estado retomasse as ações discriminatórias no Pontal, foi elaborada uma nova proposta de metodologia para compor a propositura da ação e encaminhá-la à Procuradoria Geral do Estado.

Feito o levantamento pela Fundação ITESP, identificando as áreas acima de 500 hectares, a metodologia consistiu em efetivar um agrupamento de fazendas (blocos) que possuíam características semelhantes, na cadeia dominial, formalizando várias ações, em lugar de questionar toda a área em apenas um processo. Ou seja, dividir em blocos, para facilitar o andamento processual. Com isso, a partir do ano de 2000, em vez de o Estado intentar uma única ação discriminatória, no perímetro, propôs novas ações por blocos de fazendas.

Há perímetros com ações discriminatórias de um a vários blocos, sendo que estes podem ter uma ou várias fazendas questionadas judicialmente. Na tabela 61 podemos, visualizar a forma de divisão adotada pelo Estado, na composição das ações discriminatórias que atualmente estão em curso.

Tabela 61
Ações discriminatórias em andamento no Pontal do Paranapanema
Por blocos de interesse

Perímetro	Ações concentradas	Fazendas questionadas	Áreas questionadas (em hectares)
8º Presidente Prudente	1	Mutum (Sandovalina)	888,76
		São Pedro (Sandovalina)	499,00
		Vitória (Sandovalina)	499,00
		Santa Irene (Sandovalina)	2.420,00
		São Lucas (Sandovalina)	499,00
	Unidade	São Domingos I (Sandovalina)	605,00
	Unidade	São Domingos II (Sandovalina)	1.492,77
	Subtotal		6.903,53
10º Presidente Bernardes	1	Santa Carmem (Presidente Bernardes)	278,3
		Sant'ana (Presidente Bernardes)	222,64
		Triúnfo (Presidente Bernardes)	355,74
		Vitória (Presidente Bernardes)	667,92
		Guararapes (Presidente Bernardes)	2.648,61
		Olinda (Presidente Bernardes)	
		Guarucaia (Presidente Bernardes)	1.124,01

10º Presidente Bernardes	2	Nossa Senhora de Fátima (Pres. Bernardes)	566,28
		Mercedina (Presidente Bernardes)	2.369,18
		Campestre (Presidente Bernardes)	418,66
		Santa Terezinha (Presidente Bernardes)	1.251,14
		Santa Rita de Cássia (Presidente Bernardes)	377,52
		Bom Futuro (Presidente Bernardes)	343,64
		Santa Virgínia (Presidente Bernardes)	198,44
		Beatriz (Presidente Bernardes)	303,34
	3	Flora (Presidente Bernardes)	873,62
		Oito e Meio (Presidente Bernardes)	589
		Madrinha Guilé (Presidente Bernardes)	296,82
		Santa Maria (Presidente Bernardes)	296,82
	Unidade	São Geraldo (Presidente Bernardes)	559,02
	Unidade	Benfica (Presidente Bernardes)	1.861,00
	Unidade	Bandeirantes (Presidente Bernardes)	1.225,39
	Subtotal		16.827,09
12º Presidente Venceslau	1	São Roque (Presidente Epitácio)	1.067,22
		Santo Antonio (Presidente Epitácio)	1698,91
		São Jorge (Presidente Epitácio)	1.067,20
		da Vovó (Presidente Epitácio)	419,46
		Taiane (Presidente Epitácio)	317,82
	2	Nossa Senhora Aparecida (Pres. Epitácio)	545,71
		Santa Maria (Presidente Epitácio)	373,25
		Alvorada (Presidente Epitácio)	545,71
		Santo Antonio (Presidente Epitácio)	329,92
		Rancho Prainha (Presidente Epitácio)	4,84
	3	Piracicaba (Presidente Epitácio)	2.525,28
		Sul Mineira (Presidente Epitácio)	1.770,00
	4	São Judas da Jacutinga (Pres. Venceslau)	1.505,07
		São Gabriel (Presidente Venceslau)	1.292,00
		São Miguel (Presidente Venceslau)	885,03
		Santa Maria (Presidente Venceslau)	373,25
	5	Estância Tupi (Presidente Epitácio)	2.024,27
		Santa Cruz (Presidente Epitácio)	426,62
		Bela Vista (Presidente Epitácio)	406,15
		Abaeté (Presidente Epitácio)	397,00
		Piahuitapiru (Presidente Epitácio)	412,90
		Sant'anna (Presidente Epitácio)	453,29
		Nossa Senhora Aparecida (Pres. Epitácio)	242
	6	Ponte Funda (Presidente Epitácio)	3.343,23
		São José Bela Vista (Presidente Epitácio)	273,46
	7	Anhumas (Presidente Epitácio)	2.299,00
		Represa (Presidente Epitácio)	479,16
		Santa Amália (Presidente Epitácio)	1.660,12
		Quetinha (Presidente Epitácio)	1.660,12
	8	Estância Pontal	121
		Estância Orgon	273,46
		Estância Rio Paraná	295,24
		Porto Velho	391,90
	9	Ar Novo (Presidente Epitácio)	2.440,50
		Larissa (Presidente Epitácio)	382,36
	10	Santo Antonio da Madeiral (Pres. Epitácio)	3.277,51
		Madeiral (Presidente Epitácio)	42,72
		Graciosa (Presidente Epitácio)	242
12º Presidente Venceslau	11	São João (Presidente Venceslau)	3.203,10
		Triângulo (Presidente Venceslau)	3.067,06
		Figueira (Presidente Venceslau)	1.082,85
	12	Floresta (Presidente Epitácio)	1.694,00

		Nossa Senhora Aparecida (Pres. Epitácio)	406,16
		Prata (Presidente Epitácio)	226,87
	13	Nazaré (Marabá Paulista)	4.840,00
	Unidade	Nossa Senhora de Fatima (Pres. Epitácio)	3.680,14
	Unidade	Santa Joaquina (Marabá Paulista)	453,16
	Subtotal		54.918,02
16º Presidente Venceslau	1	Osvile (Presidente Epitácio)	939,12
		Raqueti (Presidente Epitácio)	902,85
		Zanella II (Presidente Epitácio)	238,70
		Choupal (Presidente Epitácio)	28,25
		Sucurité (Presidente Epitácio)	1.023,17
		Canaã (Presidente Epitácio)	145,20
		Nossa Senhora de Fátima (Pres. Epitácio)	700,25
		Merry Ellen (Presidente Epitácio)	724,89
	2	Anhumas (Presidente Epitácio)	1.630,34
		Anhumas do Vovô (Presidente Epitácio)	340,08
		São Sebastião do Anhumas (Pres. Epitácio)	1.084,04
	3	São Paulo (Presidente Venceslau)	1.469,78
		Santa Lenize (Presidente Venceslau)	1452
		Santa Mônica (Presidente Venceslau)	1452
		União (Presidente Venceslau)	1452
		Santa Marina (Presidente Venceslau)	968
		Santa Maria (Presidente Venceslau)	968
	4	Fortuna (Presidente Epitácio)	2.226
		Bananal (Presidente Epitácio)	411,53
		Planalto (Presidente Epitácio)	411,53
		Água Limpa (Presidente Epitácio)	2.122,78
	5	Santa Hida (Teodoro Sampaio)	2.037,64
		Santa Rita de Cássia (Teodoro Sampaio)	*
		Rancho 6R (Teodoro Sampaio)	1.268,08
		Santa Tereza (Teodoro Sampaio)	137
		Margareth (Teodoro Sampaio)	621
	6	Santa Clara (Teodoro Sampaio)	201,66
		São Pedro (Teodoro Sampaio)	201,66
		Irmã Maria da Paz (Teodoro Sampaio)	201,66
		Cachoeira (Teodoro Sampaio)	687,93
	7	Água Nova (Teodoro Sampaio)	1.500,44
		Lua Nova (Teodoro Sampaio)	1.085,32
	8	Barro Preto (Teodoro Sampaio)	2.253,82
		Fazendinha (Teodoro Sampaio)	644,18
		São Donato (Teodoro Sampaio)	3.872
	9	Santana (Presidente Epitácio)	677,6
		Boa Fé (Presidente Epitácio)	1.221,86
		Santa Fé (Presidente Epitácio)	890,88
		Arapuca (Presidente Epitácio)	145,20
		Estância Santo Antonio (Pres. Epitácio)	96,8
		Estância Bel Verde (Presidente Epitácio)	96,9
	10	São José (Presidente Venceslau)	1.579
		São José II (Presidente Venceslau)	1.331
	11	Maravilha	419,51
		São João	347,68
		Três Marias	368,89
		Nossa Senhora Aparecida	315,90
		Boa Esperança	401,72
	12	Santa Maria (Marabá Paulista)	5.554,01
		São Paulo (Marabá Paulista)	1.853,
		Cachoeirinha (Marabá Paulista)	734,89
	13	Ar Novo (Presidente Epitácio)	2.440,50

		Larissa (Presidente Epitácio)	382,36
	14	São Jorge (Presidente Epitácio)	450,70
		Nossa Senhora Aparecida (Pres. Epitácio)	127,25
		Sítio Ourinhos (Presidente Epitácio)	78,33
		Macaúba (Presidente Epitácio)	245,77
		Santa Helena (Presidente Epitácio)	270,77
	15	Fazenda do Meio	1.512,53
		Castilho	1.853,64
		Recanto Porto X	485
		Santa Cruz do Ribeirão das Pedras	1.172,70
	Unidade	Santa Maria (Teodoro Sampaio)	2.693,41
	Unidade	São Joaquim (Marabá Paulista)	1.953,51
	Unidade	Fazenda Estrela	2.420
	Subtotal		67.322,55
22º Santo Anastácio	1	Santa Terezinha (Santo Anastácio)	3.173,23
		Três Barras (Santo Anastácio)	890,67
		Recanto(Santo Anastácio)	228,69
		Álamo (Santo Anastácio)	387,2
		Sítio Santo Antonio (Santo Anastácio)	125,84
	2	Favorita (Santo Anastácio)	184,41
		Vitória (Santo Anastácio)	435
		Santo Antonio da Vitória (Santo Anastácio)	738,1
		Nossa Senhora de Lourdes (Santo Anastácio)	1.091,83
		Luciana (Santo Anastácio)	642,12
	3	Presidente (Santo Anastácio)	121
		São José (Santo Anastácio)	1.043,31
		13 de Dezembro (Santo Anastácio)	497,35
		Bela Vista (Santo Anastácio)	497,35
		Brasília (Santo Anastácio)	585,84
	Subtotal		10.641,94
	TOTAL		156.613,13

Fonte: ITESP, 2007
Org.: FELICIANO, 2009.

Com essa mudança de atuação, as áreas urbanas, por exemplo, não entraram no processo, visto que existe uma escolha de qual fazenda ou área o Estado pretende disputar o domínio.

Consequentemente, o montante que sobrou das terras ficou do modo como estavam antes, sem definição, mas sob o uso privado. Ao se comparar o tamanho original dos perímetros com o tamanho das áreas com os processos de ação discriminatória iniciadas, chega-se a uma média aproximada de 52,2%, que estão sob discussão judicial, enquanto outros 48% continuarão sem certeza jurídica dos títulos de origem.

Cada um desses perímetros apresentados na tabela 61 possui uma particularidade, no tocante à ausência de julgamento da ação. Todos tiveram ações

começadas em décadas anteriores, mas que não foram concluídas e, por conta da pressão dos movimentos camponeses, o Estado no final do século XX retomou a discussão:

[...] os avanços e recuos da luta pela terra no Pontal do Paranapanema foram determinados por duas ações, sendo que a primeira levou a segunda: as ocupações pressionaram o Estado, que retomou as ações discriminatórias. (FERNANDES, 1998, p. 05).

Observando a Tabela 61, verificamos que há áreas menores do que 500 hectares, as quais também estão incluídas na ação discriminatória. Um elemento que pode ajudar a pensar sobre a razão dessa inclusão é o fracionamento das propriedades.

Uma parte dos fazendeiros-grileiros, receosos ou orientados, dividiram a área de uma mesma fazenda, fracionando-a e gerando outras propriedades, em nome de familiares ou próximos. Com essa estratégia, fazendas que originalmente possuíam uma área de 1.500 hectares multiplicaram-se em três fazendas de 500 hectares ou próximas disso, como é o caso das Fazendas Santa Lenize, Santa Mônica e União, todas com um tamanho idêntico, de 1.452 hectares, localizadas em área contígua e com titularidade vinculada à mesma família. Ou as Fazendas Santa Irene, São Lucas, São Pedro e Vitória, no município de Sandovalina (8º Perímetro de Presidente Prudente), com respectivas áreas de 2.420 ha, 499 ha., 499 ha. e 499 ha. Todas estão sob o domínio das famílias Junqueira e Jacintho. Os fazendeiros-réus, citados na ação, são Marta Coimbra Junqueira e Irene Coimbra Jacintho, entre outros.

Portanto, é compreensível que haja casos como esse, de tentativa de burlar a lei e as ações dos movimentos camponeses, “maquiando” as informações.

Ainda analisando a tabela 61, podemos verificar a concentração de terras nos perímetros, sem levar em conta as ações forjadas pelos fazendeiros-grileiros. Por exemplo, o 10º Perímetro de Presidente Bernardes tem 13 propriedades que correspondem a áreas menores do que 500 hectares (3.091), enquanto apenas duas propriedades estão distribuídas em mais de 5.000 hectares.

Além disso, há o caso do 16º Presidente Venceslau, onde 25 propriedades somadas acumulam o montante de 6.172 hectares, com uma média de 246 hectares, enquanto, por outro lado, oito fazendeiros-grileiros se apropriaram de uma área de mais de 23 mil hectares, ou seja, uma média de 2.888 hectares grilados, por propriedade.

Comparados a outras regiões do Brasil, os latifúndios paulistas são “minifúndios”, mas, ao lado do tamanho da área, o que está em questão é a presença de títulos e domínio construído sob processo de grilagem.

No Pontal do Paranapanema, ainda não se discute efetivamente a questão da produtividade ou não desses “pastos sem boi”, pois o ponto central é precedente. *A priori*, questiona-se a validade do que os fazendeiros-grileiros denominam propriedade privada da terra.

A seguir, temos uma análise sobre as particularidades das ações em andamento de cada perímetro em que o Estado, recentemente, retomou as ações discriminatórias.

5.5.3.1 - 8º Perímetro de Presidente Prudente

A ação discriminatória desse perímetro foi ajuizada em 1938, na Comarca de Santo Anastácio. Misteriosamente, os autos da ação desapareceram, foram extraviados no Cartório do 1º Ofício do extinto Juízo dos Feitos da Fazenda Nacional. Não se tem nenhuma notícia sobre o “paradeiro” ou destinação dessa ação. Por conta disso, o Estado, no governo Adhemar de Barros, tendo Bento de Abreu Sampaio Vidal¹⁴⁴ como Secretário da Agricultura, decidiu, em 1938, arquivar o processo, com a justificativa do extravio.

Recentemente, no final do século XX, o governo, sob a administração de Mário Covas, decidiu retomar a ação discriminatória, na forma de blocos de interesse. Porém, brechas foram encontradas por advogados dos fazendeiros-réus, com a finalidade de extinguir novamente a ação discriminatória.

¹⁴⁴ Secretário da Agricultura, foi Presidente da Sociedade Rural Brasileira.

A alegação apresentada aos juízes foi a tese da litispendência. É um artifício jurídico o qual sustenta que não se pode julgar novamente um processo que está em curso. Os fazendeiros, sabendo do desaparecimento do processo pelo Estado, sustentaram que há uma ação discriminatória e, portanto, não pode haver duas ações sobre o mesmo objeto.

Mapa 30
Divisão Territorial - 8º Perímetro de Presidente Prudente

O pedido de litispendência está garantido no artigo 219 do Código de Processo Civil. Do latim *litis*, de *lis*, que significa lide (ação), e *pendentia*, de *pendere*, que significa pender. Ou seja, suspender a ação.

A litispendência ocorre quando se reproduz uma ação anteriormente ajuizada. Existem pelo menos três elementos essenciais que caracterizam esse tipo

de argumento, para se cancelar uma ação: as mesmas partes (Estado e fazendeiros), a mesma causa (discriminação das terras) e o mesmo pedido (no 8º Perímetro de Presidente Prudente) – (LUTZKY, 2001).

Certamente, os juízes que aceitam a tese da litispendência entendem que assim se concretiza uma economia processual, além do perigo de se evitar a ocorrência de julgamentos contraditórios.

Com isso, os fazendeiros-grileiros ganharam em todas as ações até o momento, como pode ser constatado na tabela 62

Tabela 62
Decisões judiciais – 8º Presidente Prudente

Ações	Fazendas questionadas	Áreas (hectares)	Fazendeiros-réus	1ª	2ª	S.T.J.
Bloco	Mutum	888,76	-Marta Coimbra Junqueira - Irene Coimbra Jacintho e outros			
	São Pedro	499,00				
	Vitória	499,00				
	Santa Irene	2.420,00				
	São Lucas	499,00				
	São Domingos I	605,00	-Zulimira Fernandes Paes -Manoel Domingues Paes			
	São Domingos II	1.492,77	- Osvaldo Fernando Paes - Iracema Calvo Paes			
		6.903,53				

1ª Instância, 2ª Instância, Supremo Tribunal de Justiça.

Julgado devoluto Litispendência Aguardando julgamento

Fonte: Itesp, 2007

Org.: FELICIANO, C. 2009.

Por outro lado, o Estado entrou com recurso para defender a abertura de uma nova ação, contudo perdeu em todas as instâncias. Recorreu ao Supremo Tribunal de Justiça. Desse modo, nesse perímetro, resta apenas o julgamento da Fazenda São Domingos I.

Conforme informação do advogado que acompanha as ações, no Pontal, o fato acontecido nesse perímetro foi sustentado pelas próprias normas do Estado:

A ação do 8º perímetro não se sabe por que o processo sumiu. Tramitava aqui em Prudente. Têm apenas um volume. A notícia que se tem nos livros do cartório de Prudente, é que foram encaminhados para o fórum

da União, em São Paulo e lá sumiu. Tentaram recuperar esses laudos, e quando nas ações discriminatórias recentes por blocos (Fazenda Santa Irene e tal), o Estado tentou restaurar a ação, mas se sumiu como restaurar? Seria então recomençar? Mas sabe qual o grande problema que deu em recomençar? Propuseram novas ações, por blocos e por fazendas e não por perímetro todo. Só que a defesa entrou com a tese da listispendência, **Isso significa que quando se tem uma ação anterior em curso, não se pode entrar com outra com o mesmo pedido.** Isso é um absurdo! Todos os fazendeiros ganharam a ação sem o julgamento do mérito. Ou seja sem julgar se é devoluta ou não por que o juiz acatou a tese da listispendência, que não podia-se mexer nisso. **Os Procuradores do Estado defenderam e explicaram tudo, que tinha sumido** e tal. E por conta disso entravam com pedido de ação por blocos por economia processual, pois justificavam não havia interesse do Estado em entrar em todo o perímetro. Porém, o Tribunal aceitou a tese da listispendência e o **Estado perdeu a causa**. O Estado teve que pagar o ônus da sucumbência. Ou seja, o Estado teve que pagar um monte! uma grana preta para os fazendeiros por que perdeu a causa. Chutaram o balde, jogaram o preço lá em cima. Está recorrendo em alguns casos, não por que não aceita pagar, mas sim por quanto pagar. (advogado, funcionário da Fundação Itesp, entrevista concedida em julho de 2009 – **grifos nossos**)

Ou seja, o Estado perdeu a ação para os fazendeiros-grileiros, por conta de um artifício jurídico que validou o domínio político dessa classe. Além de ter perdido na justiça, o Estado ainda terá que pagar todos os custos da ação, denominado **ônus da sucumbência**.

Portanto, toda a sociedade pagará novamente, para que o fazendeiro mantenha o controle e o domínio da terra e da renda que esta proporciona à propriedade privada. Sabe-se que as terras, nesse perímetro, são originadas de grilagem, pois o ponto máximo é que uma fazenda de um dos fazendeiros-grileiros, no mesmo perímetro foi julgada devoluta, em duas instâncias (Fazenda São Domingos I), porque a tese da litispendência não foi aceita pelo juiz responsável pela ação.

Antes de o Estado entrar com ação discriminatória, no 8º Perímetro de Presidente Prudente, as terras foram palco de inúmeros episódios de violência contra os camponeses, resultado do conflito armado dos seguranças da Fazenda São Domingos (entre eles, o filho do proprietário).

Justamente nesse período, a Fundação ITESP estava negociando com inúmeras fazendas, na região. Segundo a coordenadora do ITESP, na época, Tânia Andrade, ações de violência somente fazem atrapalhar as negociações. Sobre a

negociação que estava em curso com a Fazenda São Domingos (antes de entrarem com o artifício jurídico de litispendência), relata o seguinte:

A fazenda São Domingos, do proprietário Osvaldo Paes, de Sandovalina, foi invadida várias vezes pelo MST mas a área está em terras não discriminadas, ou seja, não julgadas devolutas pelo Estado. Dessa forma, só os acordos resolveriam a questão. Estávamos há 06 meses negociando com o proprietário; toda vez que há violência o processo de negociação pára.¹⁴⁵

Naquela conjuntura, o Estado não havia entrado com ações discriminatórias das fazendas, mas, segundo o ITESP, o fazendeiro-grileiro estava negociando ou pelos menos aparentando negociar, haja vista que usou de ações de violência para mantê-la.

Os conflitos nas terras do município de Sandovalina, que majoritariamente compõem o 8º PP, começaram justamente nas ocupações das fazendas São Domingos I e II e Santa Irene, no ano de 1996. Naquele ano, cerca de 230 famílias ocuparam a fazenda e depois montaram o acampamento Chico Mendes, à margem da estrada que liga a usina hidrelétrica Taquaruçu a Sandovalina.

Como não havia ação discriminatória, na área, os movimentos reivindicavam que o INCRA realizasse vistoria, para aquisição ou desapropriação. Em 10 de outubro de 1997, o fazendeiro foi notificado sobre o resultado do laudo de vistoria, acusando improdutividade da área. Logo em seguida, o proprietário entrou com ação para suspender a desapropriação e, no ano de 2000, a fazenda foi reconsiderada e indicada como produtiva.

O grupo, já no ano de 1999, fundiu-se com parte do acampamento que se deslocava da Fazenda Nhancá, município de Mirante, passando a reivindicar também a fazenda Guarani (de Tidio Gonçalves e Regina Sandoval, herdeiros de Antonio Sandoval). O acampamento denominado Conquista teve aproximadamente 210 famílias, as quais famílias foram inúmeras vezes repelidas à bala, por “seguranças” da fazenda.

¹⁴⁵ Jornal **Oeste Notícias**, Presidente Prudente, 25 de fevereiro de 1997.

Por fim, a Fazenda Guarani foi negociada pelo ITESP e transformada em assentamento rural somente no ano de 2001, após inúmeras desistências do fazendeiro, até o acordo ser homologado.

Atualmente, o 8º Perímetro de Presidente Prudente possui dois assentamentos rurais realizados pelo governo do Estado de São Paulo. Do total de 44.019 hectares que correspondem ao perímetro, apenas 9% das terras foram retomadas para a implantação de projetos de assentamento rurais, conforme demonstra a realidade transportada para a tabela 63 e gráfico 14

Tabela 63
Acordos no 8º Perímetro de Presidente Prudente
(ano de 1997 a 2001)

Nome do Imóvel/ PA	Área arrecadada Há	Nº Fam.	Valor laudo Itesp	Valor Laudo fazendeiro	Valor do acordo	Diferença de valores VI /VL	Tempo (efetivação do acordo)	Ano Acordo	Ano início PA
Bom Pastor	2.628,39	130	1.100.771,00	*	2.336.732,00	+112,2%	04 meses	1997	1997
Guarani	1.459	59	721.288,16	*	1.420.000,00	+98,87%	02 meses	1998	2001
Total	4.087,39	189	1.822.059,16		3.756.732,00	+106%			

* sem informação

VI: Valor Laudo Itesp - VA: Valor do Acordo

Fonte: Procuradoria Geral do Estado e Fundação Itesp, 2008.

Org.: FELICIANO, 2009.

Gráfico 14

Ordenamento jurídico territorial
8º Perímetro de Presidente Prudente

Fonte: Procuradoria Geral do Estado e Fundação Itesp, 2008

Org.: FELICIANO, 2009

Praticamente, 90% das terras do perímetro, incluindo a área urbana de Sandovalina, estão assentados em títulos que foram grilados e apropriados pelo domínio particular, mesmo contrariando todas as normas estabelecidas (Mapa 30). As terras devolutas, portanto públicas, localizadas nesse perímetro geram riquezas para pouquíssimas famílias, além de acumularem ainda mais com as negociações realizadas pelo Estado para retomá-las

5.5.3.2 - 10º Perímetro de Presidente Bernardes

Mapa 32
Divisão Territorial - 10º Perímetro de Presidente Bernardes

Mapa 31

TERRITÓRIO EM DISPUTA

8º Perímetro de Presidente Prudente

O Estado ajuizou a ação discriminatória do 10º Perímetro de Presidente Bernardes, em 10 de fevereiro do ano de 1943, na comarca de Presidente Prudente. Essa ação ficou paralisada, pois não foi encontrado o restante dos volumes da ação.

Somente um volume foi encontrado no 2º Cartório de Ofício de Presidente Prudente. Neste contava apenas uma certidão, mencionando o seguinte: “[...] compulsando os autos localizados e supra mencionados, fica impossível certificar o ultimo andamento ou a prolação de sentença, uma vez que os mesmos estão incompletos” (DENARI, 1998, p. 171).

Foi encontrado, em pasta arquivada na procuradoria Geral do Estado (regional de Presidente Prudente), o seguinte despacho que por fim paralisou toda a ação: “[...] toda ação de discriminação do 10º Perímetro de Presidente Bernardes há de continuar paralisada até que a União promulgue alguma lei que deve regular a discriminação das terras devolutas”(conforme Proc. PPI nº 4.985 - DENARI, 1998, p. 171).

Com isso, de 1948 a 1976 (quando foi criada a lei nº 6.383 que dispõe sobre o processo discriminatório de terras devolutas), nenhuma ação foi tomada por conta do Estado para discriminar e/ou retomar as terras nesse perímetro.

Nem mesmo quando foi estabelecida a lei, o Estado tomou alguma atitude com relação ao julgamento do domínio das terras. Somente com as ações dos movimentos camponeses nessa região, que o Estado, em 1999 (51 anos após a primeira ação), ingressou com outra ação discriminatória, por blocos de fazenda, questionando 16.827,09 hectares, como pode ser observado na tabela 64.

A ineficiência do Estado, atrelada a interesses de uma determinada classe, proporcionou naquela conjuntura a manutenção de uma relação de poder estendida a tempos atuais.

Foi justamente pela “ineficácia” da maquina estatal, que a maioria das ações discriminatórias recentemente ajuizadas, tem apresentado ganho de causa aos fazendeiros-grileiros, sustentados também pela tese da litispendência.

Das 06 ações discriminatórias existentes no perímetro, todas foram julgadas em primeira instância (portanto, na própria Comarca de Presidente Bernardes), como improcedentes, sem discutir o mérito da ação.

Como pode ser visto pela tabela 64, somente na segunda instância duas ações foram julgadas como procedente e as terras declaradas como devolutas. Uma ação com área de 5.297,22 e outra com 559 hectares. No caso desse perímetro, fica evidente que as relações sociais de poder, exercidas no local (1ª instância), de maneira não explícita, influenciaram no julgamento das ações.

Tanto isso é evidente que até hoje não há nenhum projeto de assentamento rural implantado nos 24.200 hectares de terras que o compõem, mesmo os movimentos tendo questionado e realizado inúmeras ocupações.

Tabela 64 - Decisões judiciais – 10º Presidente Bernardes

Ações	Fazendas questionadas	Áreas (hectares)	Fazendeiros-réus	1ª	2ª	S.T.J.
	Santa Carmem	278,3	Fernando Antonio Neves Baptista e outros			
	Sant'ana	222,64				
	Triunfo	355,74				
	Vitória	667,92				
	Guararapes	2.648,61				
	Olinda					
	Guarucaia	1.124,01				
	Nossa Senhora de Fátima	566,28	Rômulo Neves Baptista e outros			
	Mercedina	2.369,18				
	Campestre	418,66				
	Santa Terezinha	1.251,14				
	Santa R de Cássia	377,52				
	Bom Futuro	343,64				
	Santa Virgínia	198,44				
	Beatriz	303,34				
	Flora	873,62	Virgínia Célia Ramos Amorim e outros			
	Oito e Meio	589				
	Madrinha Guilé	296,82				
	Santa Maria	296,82				
	São Geraldo	559,02	Ivete Medeiros Arruda			
	Benfica	1.861,00	Luiz Agostinho Amorim Affonso e esposa Rosângela R.A.Affonso			
	Bandeirantes	1.225,39	Yvone Neves Baptista e Ivone Ramos Amorim			

1ª Instância, 2ª Instância, Supremo Tribunal de Justiça.

Julgado devoluto Litispendência Aguardando julgamento

Fonte: Itesp, 2007
Org.: FELICIANO, C

Apesar dessa conjuntura desfavorável a retomadas das terras, mas beneficiando a manutenção da impunidade, os camponeses ainda resistem, pois há 03 acampamentos com aproximadamente 100 famílias, acampadas no município de Presidente Bernardes, sendo que apenas 01 está questionando fazendas do referido perímetro.

Desde o ano de 2000, cerca de 30 famílias do acampamento Cora Coralina estão reivindicando a retomada das terras pelo Estado, nas fazendas Oito e Meio (589 ha), Estância São Geraldo (559 ha) e Fazenda Santa Flora (873 ha.). Entre estas reivindicadas, somente a Fazenda São Geraldo, cujo domínio indevido está sob o controle de Ivete Medeiros Arruda, teve uma ação julgada como devoluta pelo Tribunal de Justiça de São Paulo.

Esse grupo, que já vinha de outro acampamento (Fazenda Natal, em Caiuá), está organizado pelo MAST, mas realizou ações em conjunto com outros movimentos, como MTRSTB (Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra Brasil), ARST (Associação Renovação Sem Terra) e Movimento dos Barraqueiros, quando ocuparam a fazenda Oito e Meio, em 30 de maio de 2002.

Além da Fazenda Flora, Oito e Meio, São Geraldo, as famílias também ocuparam a Fazenda Benfica (todas no 10º Presidente Bernardes), em 29 de setembro de 2002, para protestar quanto à intenção de o fazendeiro-grileiro vender a propriedade para terceiros. O ponto central da reivindicação foi que a negociação se realizasse apenas com o Estado, para que este, depois, assentasse as famílias acampadas.

Cumprindo a liminar de reintegração de posse expedida pelo juiz de Presidente Bernardes, parte das famílias se deslocou para outro acampamento, no município de Emilianópolis, enquanto outra parte voltou para o acampamento que, até o momento, continua em área da Prefeitura, às margens da estrada municipal SP-07. Por conseguinte, 100% das terras estão sob o controle dos fazendeiros-grileiros. (ver mapa 33)

4
N

Mapa 33

TERRITÓRIO EM DISPUTA

10º Perímetro de Presidente Bernardes

Mapa sem escala

Fonte: ITESP, 2008.

Elaboração e org.: FELICIANO, C.A. 2009

5.5.3.3 - 12 ° Perímetro de Presidente Venceslau

De acordo com o Procurador da PGE, os autos judiciais não foram encontrados no cartório da comarca de Presidente Venceslau. Havia apenas o pronunciamento do juiz, Dr. Raif Izar, no ano de 1962, relatando que, naquela época, o processo estava formatado em dois volumes, contendo diversas contestações dos fazendeiros-réus, além de uma citação para que um dos réus, o qual residia em Manaus, comparecesse para tomar ciência da ação (DENARI, 1998, p. 178).

Por falta de impulso e interesse político para dar continuidade ao processo, a ação ficou paralisada até o ano 2000, quando o Estado entrou com novas ações discriminatórias de aproximadamente 54.918,02 hectares, questionando em 14 ações discriminatórias os títulos de 47 fazendas.

Mapa 34
Divisão Territorial - 12º Perímetro de Presidente Venceslau

Com uma área aproximada de 206.085,89 hectares, o Estado definiu que 65% da área deveriam ser questionados nessa primeira leva de ações. Todavia, dificilmente o Estado realizará novas proposituras de ação, nesse perímetro, por entender que, no momento político, as discussões devem ser pautadas pela função social da terra.

Com essa atitude, automaticamente, o Estado transferiu e proporcionou um *status* político de legitimidade para 35% dos ocupantes dessas terras, porém, ainda vinculadas à grilagem da Fazenda Pirapó-Santo Anastácio.

A estrutura agrária das áreas com ação discriminatória é composta por 25 imóveis com área inferior a 500 hectares (total de 8.150,39 ha.), 4 imóveis com área entre 500 a 1000 hectares (total de 2.488,36), 10 imóveis com áreas entre 1000 a 2000 hectares (14.497,99) e 10 imóveis com áreas superiores a 2000 hectares, alcançado, portanto, um total de 30.700 hectares, ou seja, 47.687 hectares de propriedades acima de 500 hectares são controlados por apenas 25 pessoas (sem contar que muitas áreas estão registradas em nome de diferentes integrantes da mesma família). (cf. mapa 34)

O resultado das ações, até o momento, apresenta uma situação interessante (ver Tabela 65). Todas as terras foram julgadas como devolutas, em primeira instância. Ou seja, na própria comarca de Presidente Venceslau¹⁴⁶, o Poder Judiciário local declarou como procedente a ação impetrada pelo Estado. Reconheceu que todas as fazendas possuem vícios de origem e, por conseguinte, os títulos deveriam ser cancelados.

Tabela 65
Decisões judiciais – 12º Presidente Venceslau

Ações	Fazendas questionadas	Áreas (hectares)	Fazendeiros-réus	1ª	2ª	S.T.J.
	São Roque	1.067,22	Roque Luizari, Sérgio Daniel Luizari e outros			
	Santo Antonio	1698,91				
	São Jorge	1.067,20				
	da Vovó	419,46				
	Taiane	317,82				
	Nossa S Aparec.	545,71	Reynaldo Scarne e outros			
	Santa Maria	373,25				
	Alvorada	545,71				

¹⁴⁶ Contraditoriamente, as terras foram julgadas como devolutas, no centro de atuação e origem dos latifundiários, assim como dos fundadores da UDR.

	Santo Antonio	329,92			
	Rancho Prainha	4,84			
	Piracicaba	2.525,28	Maria de Lourdes de A Silveira, Alberto Chap Chap e outros		
	Sul Mineira	1.770,00			
	São J da Jacutinga	1.505,07	Arnaldo Geraldês Morelli, Roberto Finelon		
	São Gabriel	1.292,00			
	São Miguel	885,03			
	Santa Maria	373,25			
	Estância Tupi	2.024,27	João Coelho Junior, Paulo Eduardo de Barros Coelho e outros		
	Santa Cruz	426,62			
	Bela Vista	406,15			
	Abaeté	397,00			
	Piahuitapiru	412,90			
	Sant'anna	453,29			
	Nossa S Aparec.	242			
	Ponte Funda	3.343,23	Agropecuárias Jubran S. A, Julia C. S. Jacinto e outros		
	São J. Bela Vista	273,46			
	Anhumas	2.299,00	Haydée Pereira de Carvalho e outros		
	Represa	479,16			
	Santa Amália	1.660,12			
	Quetinha	1.660,12			
	Estância Pontal	121	Rubens Cestari Campos e outros		
	Estância Orgon	273,46			
	Est. Rio Paraná	295,24			
	Porto Velho	391,90			
	Ar Novo	2.440,50	Alice Azenha Milani, Oston R. Azenha e outros		
	Larissa	382,36			
	Santo A Madeiral	3.277,51	Carlos Klinkert Maluhy e outros		
	Madeiral	42,72			
	Graciosa	242			
	São João	3.203,10	Aristides Martins de Oliveira e outros		
	Triângulo	3.067,06			
	Figueira	1.082,85			
	Floresta	1.694,00	Maria de Fátima O. P. das Neves e outros		
	Nossa S. Aparec.	406,16			
	Prata	226,87			
	Nazaré	4.840,00	Maria Regina de Oliveira Lima e seu marido, Ana Cristina de Oliveira Lima e Agripino de Oliveira Lima Filho		
	Nossa S. Fátima	3.680,14	Ourém Agropecuária Ltda.		
	Santa Joaquina	453,16	Alzira Abegão Guímaro		

1ª Instância, 2ª Instância, Supremo Tribunal de Justiça.

Julgado devoluto

Particular

Aguardando julgamento

Fonte: Itesp, 2007

Org.: FELICIANO, C

Após a apelação dos fazendeiros-grileiros,,em segunda instância (Tribunal de Justiça de São Paulo), metade das ações foram julgadas, dando reconhecimento do mérito ao Estado, enquanto uma parcela aceitou os argumentos alegados pelos advogados dos fazendeiros-grileiros (cf. gráfico 15).

Tramitam ainda duas ações, que estão em processo de julgamento, no Tribunal de Justiça de São Paulo, em fase de relato desde março de 2008, com a juíza Ana de Lourdes Pistilli, da 24ª Câmara de Direito Privado.

Gráfico 15

100% = 54.918,02 hectares

Fonte: Itesp, 2007

Org.: FELICIANO, C, A 2009

Dentre as fazendas apresentadas na tabela 65 e que estão em contestação pelo domínio em ações discriminatórias pelo Estado, desde 2000, Nazaré, Figueira, Ponte Funda, Sul Mineira, Tupi Conan e Alvorada são constantemente ocupadas pelos movimentos camponeses, transformando-se em símbolos de disputa e luta, desde 1998.

A Fazenda Narazé, que tem como ocupante a família do ex-prefeito de Presidente Prudente, Agripino Lima, e do deputado federal Paulo Lima, possui aproximadamente 4.800 hectares e está localizada no município de Marabá Paulista. Desde final do século XX, ela é reivindicada sistematicamente pelo MST, através

das ocupações. A influência da família é grande, porque a prefeitura do município de Marabá está questionando as ações do Estado, em específico as terras que englobam a Fazenda Nazaré, com o argumento de que a atribuição e a destinação pertencem ao poder municipal, uma vez que o imóvel se localiza dentro do raio de oito quilômetros do círculo municipal.

Essa fazenda já foi declarada como devoluta, tanto na escala local, como estadual. Os advogados da família Lima entraram com apelação, no Supremo Tribunal de Justiça, e essa se encontra em análise, com a ministra Nancy Andrighi, da 3ª Turma do Supremo, desde 2006.

As fazendas citadas têm sido reiteradamente ocupadas por vários movimentos, como MST, MAST, ARST, movimentos independentes, MTRSTB¹⁴⁷. Os movimentos camponeses possuem conhecimento tanto sobre a situação geográfica como jurídica dessas terras. As lideranças e os apoios que os cercam subsidiam a luta, com informações estratégicas sobre o andamento dos processos ou em casos como interferência de terceiros (como da Prefeitura de Marabá Paulista). A partir de um conjunto de elementos, o movimento camponês elabora sua forma atuação.

Se, por exemplo, uma área em que está reivindicando é declarada como devoluta, em determinada instância, a forma de luta é reavaliada, podendo ocorrer tanto avanços como recuos.

Os confrontos e a violência, nesse pedaço do Pontal, também estão presentes. Quando, em 2002, famílias do Movimento Sem Terra Central do Brasil (antigo Movimento dos Baraqueiros), MAST, ARST e MTRSTB ocuparam várias fazendas da Família Coelho (Fazendas Nossa Senhora das Graças, Figueira, Nossa Senhora Aparecida, Alvorada, Tupi Conan), integrantes do acampamento foram recebidos a tiros por “seguranças” das fazendas.

Nesse episódio, um acampado foi atingido nas costas por tiro disparado por seguranças da Fazenda Nossa Senhora das Graças. Como forma de protesto, não só pela violência quanto pela demora do Estado em negociar as áreas, as famílias

¹⁴⁷ Para mais detalhes a respeito, ver FELICIANO, C. A. **Movimento Camponês Rebelde e a Geografia da Reforma Agrária**. Dissertação (Mestrado em Geografia), USP, São Paulo, 2003.

acampadas de todos os movimentos envolvidos ocuparam a Fazenda Tupiconã, no dia 18 de outubro de 2002.

Como reação, o juiz da Comarca de Presidente Epitácio, Michel Feres, determinou o cumprimento da liminar de reintegração de posse e a prisão de todos os que participaram da ocupação. As famílias resistiram ao cumprimento e, já durante a noite, com intervenção de funcionários da Assessoria de Mediação de Conflitos do ITESP, de lideranças do MAST e da Social Democracia Sindical, as famílias decidiram sair da área ocupada.

O episódio de perseguição e humilhação continuou, porém, durante a noite. A polícia, a mando do juiz, bloqueou a fazenda e deteve todos os acampados, inclusive mulheres e crianças. Após muito diálogo entre agentes de Estado e polícia, as crianças foram liberadas e o restante dos acampados levado à delegacia. Somente às 00h40, após a identificação de todos os acampados, com tomada de depoimentos, o delegado Wanderlei Ribeiro Campioni liberou as famílias.

Ameaças e situações de violência, infelizmente, fazem igualmente parte da luta dos camponeses, nessa região. Os acampados relatam que muitas vezes registram boletim de ocorrência (quando conseguem), para se preservarem de ações praticadas pelos próprios fazendeiros-grileiros (incêndio de mata, para abrir pasto, por exemplo), com a finalidade de incriminá-los.

É (in)justamente por essa resistência como forma de manutenção de poder que os fazendeiros ainda controlam praticamente toda essa parcela do território, como mostra o gráfico 16.

Apenas dois assentamentos foram conquistados, nesse reduto dos fazendeiros-grileiros: o PA Santo Antônio e o PA Nossa Senhora Aparecida, ambos localizados no município de Marabá Paulista, onde o tempo entre a realização das vistorias indenizatórias e o acordo firmado durou apenas um mês. Contudo, do outro lado, a demora do Estado ficou patente, no caso da Fazenda Nossa Senhora Aparecida, foi arrecadada, no ano de 2000, mas cujo assentamento foi efetivado somente três anos depois.(Tabela 66)

Gráfico 16

Ordenamento jurídico territorial - 12º Perímetro de Presidente Venceslau

100% = 83.400 hectares

Fonte: Itesp, 2007
Org.: FELICIANO, C

Tabela 66
Acordos realizados no 12º Perímetro de Presidente Venceslau
(ano de 1999 a 2003)

Nome do Imóvel/ PA	Área arrecadada Há	Nº Fam.	Valor laudo Itesp	Valor Laudo Fazendeiro	Valor do acordo	Diferença de valores VI /VL	Tempo (efetivação do acordo)	Ano Acordo	Ano início PA
Santo Antonio	1.812,00	70	874.288,16	2.194.928,39	1.630.000,00	+ 86,33%	1 mês	1998	1999
Nossa Senhora Aparecida	617,22	17	446.133,39	1.184.668,65	730.000,00	+63,63%	1 mês	2000	2003
	2.438,22	87	1.320.421,55	3.379.597,04	2.360.000,00	+78,3%			

VI: Valor Laudo Itesp - VA: Valor do Acordo

Fonte: Procuradoria Geral do Estado e Fundação Itesp, 2008.

Org.: FELICIANO, 2009.

Esse período constituiu um momento de bastante tensão entre Estado e camponeses, pois a área havia sido arrecadada, mas os movimentos não concordavam com o processo de seleção realizado pela Fundação ITESP. Tanto que, em 14 de janeiro de 2002, o MST realizou uma série de ações diante dos escritórios da referida Fundação (nas cidades de Presidente Prudente, Euclides da Cunha, Mirante do Paranapanema e Teodoro Sampaio), reivindicando, entre outros

pontos de pauta: a revisão das comissões de seleção, a paralisação das reintegrações de posse e a libertação de um integrante do movimento, que estava preso.

O ano de 2002 foi marcado pela disputa eleitoral da Presidência da República, em um ano em que ocorreram muitas movimentações e reivindicações dos camponeses, apoiando o candidato do PT, Luis Inácio Lula da Silva. Nesse mesmo ano, uma das principais lideranças do movimento camponês, José Rainha Júnior, novamente foi preso e acusado de formação de quadrilha, por ser “pego” em blitz policial na estrada de acesso ao município de Sandovalina,

Foi ainda nesse ano que 17 famílias foram assentadas, na antiga fazenda, agora assentamento Nossa Senhora da Aparecida, fruto de uma luta travada há mais de cinco anos.

5.5.3.4 - 16º Perímetro de Presidente Venceslau

O 16º Perímetro de Presidente Prudente possui atualmente 08 projetos de Assentamentos Rurais, onde 405 famílias conquistaram, em momentos distintos da luta pela terra, aproximadamente 12.800 hectares de terras.

Os dois momentos citados referem-se às intervenções do Estado, na região: primeiro, através de ações do governo federal no final do anos 80, ao decretar a desapropriação de duas áreas para fins de reforma agrária (PA Areia Branca e PA Água Sumida, localizadas no município de Teodoro Sampaio), via I Plano Nacional de Reforma Agrária; e, depois, com ações dos movimentos camponeses impulsionando o governo estadual na concretização dos acordos de áreas, destinando-as para a implantação dos assentamentos: PA Santa Terezinha da Água Sumida, Recanto Porto X, São Paulo, Santa Maria, São Pedro e Santo Antônio do Prata (inseridos em terras dos municípios de Marabá Paulista, Teodoro Sampaio e Presidente Prudente). Esse perímetro, onde os PAs estão localizados, corresponde a um total de 91.160 hectares de terras, e as frações conquistadas pelos camponeses alcançam um percentual de 14% desse território.

Mapa 36
Divisão Territorial - 16º Perímetro de Presidente Venceslau

A história da ação discriminatória registrada nesse perímetro concentra fatos da resistência dos fazendeiros-latifundiários para suprimir com a ação do Estado e, por outro, da luta de posseiros e movimentos camponeses organizados para retomar as terras públicas e transformá-las em unidades de produção, tendo como eixo principal o trabalho familiar.

A ação discriminatória desse período foi ajuizada na Comarca de Presidente Venceslau, no ano de 1958. Uma sentença prolatada em 23 de novembro de 1983, pelo juiz Hélio Martinez, declarou o processo extinto, sem o julgamento do mérito, por razão de uma falha administrativa do Estado, ao não citar todos os envolvidos, além de vícios no processo de citação, comprometendo o desenvolvimento da ação.

O Estado procurou recorrer à instância superior, pois todos os envolvidos no processo estavam citados indiretamente, uma vez que, quando da publicação do edital de citação, mencionava que todos “os interessados, proprietários, ocupantes, confinantes certos e respectivos cônjuges, bem como aos demais **interessados incertos ou desconhecidos**”.

Porém, os autos, de cinco volumes, com mais de 5.000 folhas, demoraram a sair da comarca local para o Tribunal de Justiça e, nesse intervalo de três anos, toda a ação foi consumida por um incêndio culposos, no ano de 1986. De acordo com relato, o incêndio foi culposos e a mando dos fazendeiros-latifundiários:

Em Venceslau tacaram fogo no fórum. Lá tava os processos do 16º e 12º já tinha dado sentença favorável ao Estado, tava em fase de recurso pra subir para o Tribunal. Tacaram fogo, foi intencional tem neguinho preso, foi intencional, **tacaram fogo a mando dos fazendeiros**. Daí os fazendeiros entraram com a tese da litispendência e conseguiram a extinção. Com exceção de alguns do 16º, já o 12º não deu litispendência por que o Estado desistiu do processo, pedindo o arquivamento com a queima do arquivo. Mas podia entrar com outra ação, mas a procuradoria entrou com pedido para não ser mais julgados a ação. (Advogado – funcionário da Fundação ITESP).

A resistência da classe ruralista ficou patente, ao impedir que os processos avançassem para outras instâncias. Com isso, ganhavam mais tempo, permanecendo na impunidade e convencendo que o melhor seria extinguir a ação, apelando propositalmente pela via da tese da litispendência.

Novamente, foi apenas com a pressão dos movimentos camponeses, questionamento a paralisação das ações, que a Fazenda do Estado reavivou os processos, a partir do ano de 2000, em 18 ações compostas por blocos de 01 a 08 fazendas, de acordo com a localização e/ou procedência dos registros, como pode ser visualizado na tabela 67.

Tabela 67
Decisões judiciais – 16º Perímetro de Presidente Venceslau

Ações	Fazendas questionadas	Áreas (hectares)	Fazendeiros-réus	1ª	2ª	S.T.J.
	Osvile	939,12	Osvaldo Saraiva Marques Valdemar Marques e outros			
	Raqueti	902,85				
	Zanella II	238,70				
	Choupal	28,25				
	Sucuritá	1.023,17				
	Canaã	145,20				
	Nossa Senhora de Fátima	700,25				
	Merry Ellen	724,89				
	Anhumas	1.630,34	Dinah Duarte, Vilella do Valle, Paulo Prata e outros			
	Anhumas do Vovô	340,08				
	São Sebastião do Anhumas	1.084,04				
	São Paulo	1.469,78	Companhia Mate Laranjeira Armando P. Ferreira e outros			
	Santa Lenize	1452				
	Santa Mônica	1452				
	União	1452				
	Santa Marina	968				
	Santa Maria	968				
	Fortuna	2.226	Nadja Durães Teixeira Leite, Paulo Roberto Tiveron e outros			
	Bananal	411,53				
	Planalto	411,53				
	Água Limpa	2.122,78				
	Santa Hida	2.037,64	Fernando Martins Antunes, Luiz A Tassinari Oliveira e outros			
	Santa Rita de Cássia	*				
	Rancho 6R	1.268,08				
	Santa Tereza	137				
	Margareth	621				
	Santa Clara	201,66	Maria de Fátima Oliveira Pereira das Neves e outros			
	São Pedro	201,66				
	Irmã Maria da Paz	201,66				
	Cachoeira	687,93				
	Água Nova	1.500,44	Edson Leite de Moraes e esposa			
	Lua Nova	1.085,32				
	Barro Preto	2.253,82	Lúcia Tosta Junqueira, Iavinha Junqueira Mazzeto e outros			
	Fazendinha	644,18				
	São Donato	3.872				
	Santana	677,6	João Antonio Marquez e outros			
	Boa Fé	1.221,86				
	Santa Fé	890,88				
	Arapuca	145,20				
	Estância S. Antonio	96,8				
	Estância Bel Verde	96,9				
	São José	1.579	Newton Durães Teixeira e José Teixeira			
	São José II	1.331				
	Maravilha	419,51	Fugisaki Tadaite, Eric Yudi Matsuda Fugisaki e outros			
	São João	347,68				
	Três Marias	368,89				
	Nossa S. Aparecida	315,90				
	Boa Esperança	401,72				
	Santa Maria	5.554,01	Carlos Mar Kaúche, Jane Célia Kaúche e outros			
	São Paulo	1.853,				
	Cachoeirinha	734,89				
	São Jorge	450,70	José Luiz Jorge Bispo e			

	Nossa S. Aparecida	127,25	outros			
	Sítio Ourinhos	78,33				
	Macaúba	245,77				
	Santa Helena	270,77				
	São Joaquim	1.953,51	Wilson Kozo Koga			
	Santa Maria	2.693,41	Agropecuária San Maria (esposa Abreu Sodré)			
	Fazenda Estrela	2.420	Destilaria Alcídia Ltda			
	Fazenda do Meio	1.512,53	Fernanda F. Leite de Moraes e outros			
	Castilho	1.853,64				
	Recanto Porto X	485				
	Santa Cruz do Ribeirão das Pedras	1.172,70

Devolutos

Particular

Litispendência

Aguardando
julgamento

Fonte: Itesp, 2007
Org.: FELICIANO, C

O Estado estimou por seu interesse ajuizar ações em um conjunto de áreas que correspondem a 73% de todo o perímetro, isto é, 67.322 hectares. Nos blocos que compõem as ações, a estrutura fundiária é composta de 64 imóveis. Destes, 25 correspondem a áreas de até 500 hectares (6.172,505), 12 estão distribuídos entre 501 a 1000 hectares (9.459,21), 19 a áreas com 1001 a 2000 hectares (27.186) e 08 imóveis concentrados em mais de 2000 hectares (23.180,06). Ou seja, os maiores números de imóveis estão localizados em áreas menores de 500 hectares, seguindo a mesma lógica restante do Brasil, “onde poucos têm muita terra e muitos têm pouca terra”. Isso sem levar em conta os processos de fracionamento dos imóveis realizados pelos fazendeiros-grileiros, que são recorrentes na região. (cf. mapa 37)

As ocupações de terras, nesse perímetro, foram recorrentes nas fazendas Recanto Porto X, São Paulo, Choupal, Securitá, Santa Ida, Santa Maria, Santa Lenize. Destacamos aqui, para contextualizar a forma de luta dos camponeses, as ocupações que findaram nos seguintes projetos de assentamentos, via acordo entre Estado e proprietários: Recanto Porto X, PA São Paulo.

O assentamento Porto X – ou, como também é conhecido, Fusquinha – é oriundo de ocupações realizadas pelo MST, desde 2001. Todavia, a trajetória de luta do grupo foi iniciada com a ocupação da Fazenda Santa Maria, pertencente à esposa do ex-governador Abreu Sodré. A área corresponde um total de 2.693 hectares, que

eram reivindicados tanto por 200 famílias do MST, como por 30 do MST, que formaram acampamentos ora fora, ora dentro da fazenda.

Depois de uma luta composta por inúmeras reintegrações de posses, na fazenda Estrela (pertencente à Destilaria Alcídia), essas famílias do MST realizaram uma ocupação, em 25 de junho de 1996, para pressionar o Estado a negociar com os proprietários da Fazenda Estrela.

Porém, na última ocupação da Destilaria Alcídia, feita pelos camponeses sem-terra, o juiz não concedeu a reintegração, pois havia entendido que esta provocou a ação dos movimentos, com a finalidade de agilizar a negociação com o Estado. Com isso, o juiz de Teodoro Sampaio, na época Átis de Oliveira, abriu um inquérito contra o fazendeiro, pois havia 24 hipotecas da área e um processo de execução fiscal, movido pelo INSS. Como resultado dessa ação, o ITESP não pôde mais negociar a área, pois ficara impedida legalmente.

Perdida a possibilidade de negociação da Fazenda Estrela, os acampados mudaram a estratégia e realizaram, em 26 de abril de 2000 a primeira ocupação na fazenda Santa Maria. Naquela época, Jovelino Mineiro era procurador da viúva de Abreu Sodré, nos negócios da Agropecuária Santa Maria Ltda.

A mídia toda esteve acompanhando o caso, porque, no mesmo dia da ocupação, o juiz de Teodoro Sampaio deferiu o pedido de reintegração de posse, com uso de força policial para a retirada das famílias.

O conflito ficou estabelecido com a resistência das famílias. Depois de uma articulação política realizada pelo MST, uma comissão de parlamentares desloca-se para o Pontal, para averiguar as situações de violência denunciadas na região e também para conversar com a PM e o Juiz de Teodoro Sampaio sobre o cumprimento da ação. Dentre os parlamentares, estavam Eduardo Suplicy, José Dirceu e Jamil Murad, que negociaram a permanência das famílias por um período, evitando assim maiores conflitos.

Somente em 29 de agosto de 2000, efetivamente ocorreu a reintegração de posse, sendo que as famílias montaram acampamento na área de reserva do PA Água Sumida, em Teodoro Sampaio.

Essa é uma prática constante da luta, em que os camponeses assentados dão sustentação aos movimentos, em momentos de recuos estratégicos. Geralmente, os assentados ficam temporariamente nas áreas comunitárias, em áreas de reserva ou nos próprios lotes.

Em 19 de setembro de 2000, o grupo novamente voltou a ocupar a Fazenda Santa Maria, porém seus seguranças iniciaram uma sequência de ameaças contra as famílias. Nesse ínterim, a ação discriminatória fora impetrada pela Fazenda do Estado, a fim de verificar se as terras eram devolutas ou particulares. Porém, as famílias foram desmotivadas pela Procuradoria Regional do Estado de São Paulo, ao informar que se, de fato, fosse comprovado que as áreas eram devolutas, o Estado não implantaria projetos de assentamentos, utilizando-se do argumento da localização geográfica da fazenda.

O argumento apresentado era por estarem localizadas em um raio de oito quilômetros da sede municipal de Teodoro Sampaio e a seis quilômetros do raio do Distrital, de Planalto do Sul. Sendo assim, as terras devolutas são convertidas ao poder municipal, portanto, não cabendo ao Estado implantar projetos de assentamentos rurais.

Por conta disso, as famílias decidiram deslocar o acampamento para a Fazenda São João, também no município de Teodoro Sampaio. Dali, cerca de 50 saíram para ocupar a fazenda Porto X, em setembro de 2001, pois o Estado havia realizado vistoria para compor um laudo das benfeitorias, começando assim as negociações com o fazendeiro-grileiro. Após negociações, o Estado fechou acordo, pagando R\$ 1.400.000 reais para o fazendeiro-grileiro e, em seguida, assentando 43 famílias.

Outro caso que ilustra a resistência e oportunismo dos fazendeiros-grileiros foram as negociações da Fazenda São Paulo, situada no município de Presidente Epitácio, com o Estado evidenciando o controle que a condição de proprietário de terra lhe conferiu.

Desde 02 de dezembro de 1998, aproximadamente 25 famílias organizadas pelo MAST ocupam a fazenda São Paulo, de “propriedade” da Cia. Mate Laranjeira. A área total da fazenda é de 1.853 hectares, frisando-se que, na época da ocupação, o Estado ainda não havia entrado com ação discriminatória.

A ocupação foi sucedida de reintegração e assim consecutivamente, até funcionários do INCRA iniciarem um laudo de vistoria, com fins de desapropriação, já no final do ano de 1999.

Nesse ínterim, a Cia. Mate arrendou a fazenda para o Sr. Antonio Pereira Ferreira e sua esposa, Ana Maria Soriano Ferreira¹⁴⁸, de forma que mais 17 famílias que estavam acampadas na Fazenda Choupal se unem ao acampamento da Fazenda São Paulo, localizado as margens da estrada municipal SP45.

Durante o processo de ocupação/desocupação, as famílias começaram plantio na área, fazendo com que o conflito com o arrendatário viesse a florescer. O clima de tensão aumentou, quando este ameaçou gradear a plantação dos acampados.

No princípio do ano de 2000, a fazenda foi considerada como improdutiva pelos laudos do INCRA e, assim, encaminhado para publicação o decreto desapropriatório. Nesse momento, iniciou-se uma longa disputa entre fazendeiro e INCRA, sobre o laudo que acusou improdutividade. O decreto desapropriatório da Fazenda São Paulo (nº 053999SP1) é assinado em 28 de dezembro de 2000.

O novo arrendatário comprou a área da Cia. Mate Laranjeira e, não concordando com o processo de desapropriação, entrou na justiça para extinguir a ação. Como o processo foi questionado pelo novo “dono” da área, que “comprou” de boa fé, o pedido de cancelamento foi encaminhado para o departamento jurídico do INCRA, em Brasília.

Todavia o clima entre novo proprietário e sem terras ficou ainda mais tenso quando “seguranças” da fazenda incendiaram um barraco, no acampamento, destruíram a área de plantio e, durante a noite, atiraram em direção ao acampamento.

O governo de São Paulo, acompanhando a situação de conflito, na região, e prevendo a demora nos andamentos da ação de desapropriação, fez uma proposta de

¹⁴⁸ A esposa possui vínculo familiar com Almir Soriano, ex-Presidente da UDR na região.

negociar a fazenda no moldes do convênio realizado entre ITESP e o INCRA¹⁴⁹, pois a Fazenda do Estado ingressara, no ano de 2000, com uma ação discriminatória, tendo em vista que o título da fazenda possuía vínculos com o grilo Pirapó-Santo Anastácio.

O fazendeiro, após negar e impedir que a área fosse desapropriada por improdutividade, beneficiou-se da situação de extremo conflito preparada por seus jagunços, negociando a fazenda, em novembro de 2002, por R\$ 4.278.000,00, declarando, nos termos de ajuste da negociação, que as terras da Fazenda São Paulo, localizadas no 16º Perímetro de Presidente Venceslau, eram devolutas.

O INCRA assumiu compromisso de cancelar a ação de desapropriação, em razão de concordar com os termos do acordo, uma vez que caberia à União realizar o pagamento de uma forma ou de outra. A disputa entre as classes envolvidas nesses casos ficou materializada pelo conflito de terra, que impulsionou a ação do Estado, no sentido de converter o domínio daquelas terras para uso do trabalho camponês, mas, contraditoriamente, também de criar condições para que os fazendeiros-latifundiários se reproduzissem em outro lugar ou setor de produção.

Vejamos pela tabela 68, o montante financeiro que o Estado despendeu, ao praticar uma negociação de mercado travestida de indenização de benfeitorias nas terras do 16º Perímetro de Presidente Venceslau.

Entre o valor dos laudos elaborados pelo órgão do Estado de São Paulo responsável pela política agrária e fundiária e o valor solicitado pelos fazendeiros-grileiros há uma diferença de 284%. Nesse sentido, fica evidente que não se estão negociando benfeitorias, mas sim terras.

Legalmente, esse tipo de ação é irregular, por se tratarem de terras devolutas, em que o valor da terra nua não é avaliado. Todavia, o preço da terra é convertido descaradamente em benfeitorias, como justificativa para negociação e amenização dos conflitos existentes na região.

¹⁴⁹ No convênio, o pagamento é realizado com 70% na forma de TDA (resgatáveis em cinco anos) e 30% em espécie.

Tabela 68
Acordos realizados no 16º Perímetro de Presidente Venceslau
(ano de 2002 a 2003)

Nome do Imóvel/PA	Área arrecadada Há	Nº Fam.	Valor laudo Itesp	Valor Laudo Fazendeiro	Valor do acordo	Diferença de valores VI /VL	Tempo (efetivação do acordo)	Ano Acordo	Ano início PA
Santa Teresinha da Água Sumida	1.321,00	50	530.704,48	1.786.153,82	1.154.000,00	+117,45%	01 mês	1998	1999
Recanto Porto X	1.174,11	43	776.747,00	2.121.834,40	1.400.000,00	+80,24%	01 mês	2000	2003
São Paulo	1.853,72	76	1.628.314,34	7.558.433,14	4.278.000,00	+162,73%	01 mês	2002	2003
Santa Maria	2.693,40	40	781.426,59	4.722.323,58	2.400.000,00	+207,13%	01 mês	2000	2002
São Pedro	254,10	6	119.268,05	1.086.750,00	877.211,00	+635%	01 mês	2002	2002
Santo Antonio da Prata	817,65	32	660.643,57	*	3.082.260,09	+666,55%	01 mês	2003	2004
	8.113,98	247	4.497.104,03	17.275.494,94	13.191.471,09	+ 193%			

VI: Valor Laudo Itesp - VA: Valor do Acordo

Fonte: Procuradoria Geral do Estado e Fundação Itesp, 2008.

Org.: FELICIANO, 2009.

Tabela 69
Projetos de Assentamento Rurais implantados pelo Governo Federal
(16º Perímetro de Presidente Venceslau)

Projeto de Assentamento	Município	Nº de fam.	Área Total (ha)	Ano
PA Água Sumida	Teodoro Sampaio	121	4.210,64	1988
PA Areia Branca	Marabá Paulista	87	1.879,44	1988

Fonte: INCRA, 2007

Por meio desse processo de ocupação/negociação/assentamento, 405 famílias conseguiram alterar frações da estrutura fundiária desse perímetro, retomando as terras públicas e transformando-as em terras de uso camponês. Antes da formação dos assentamentos rurais, 100% das terras eram controladas majoritariamente pelos fazendeiros-grileiros, enquanto, hoje, 14% estão retomadas, conforme se pode verificar, no gráfico 17.

Gráfico 17

Ordenamento jurídico territorial - 16º Perímetro de Presidente Venceslau

Fonte: Itesp, 2007
Org.: FELICIANO, C

As decisões judiciais do referido perímetro apontam para um percentual nos julgamentos em primeira instância de 65% considerando procedente a ação para declarar as terras devolutas, sendo que 20% ainda não foram julgados (cf. gráfico 18). Nesse montante, algo em torno de 5% das terras teve o parecer favorável para o particular. No caso, cabe um aparte, pois são terras da família do ex-governador Abreu Sodré de 2.693,41 hectares, questionadas pelos movimentos camponeses e declaradas pela Procuradoria Regional da PGE como desnecessárias para a implantação de Projetos de Assentamentos Rurais.

Quanto aos julgamentos encaminhados para análise do Tribunal de Justiça de São Paulo, boa parte ainda não apresentou sentença. A disputa com relação às terras está praticamente empatada, nas sentenças proferidas. Não se tem uma previsão sobre o tempo necessário ou disponível, para que um juiz pronuncie uma decisão.

De acordo com a Fundação ITESP, em média, o tempo gasto para análise e julgamento em cada instância é de 2 a 3 anos. A maioria das ações começou no ano de 2000, todavia, depois de nove anos passados, dois blocos de ações, que correspondem a 20% das terras a serem discriminadas, ainda não obtiveram uma sentença na escala local, o que contraria uma regra no âmbito judicial para tratar dessas questões.

Gráfico 18

Fonte: Itesp, 2007

Org.: FELICIANO, C, A 2009

Segundo um ex-procurador Geral do Estado, as causas da lentidão no julgamento das ações derivam, primeiro, de uma ordem territorial, segundo, de uma ordem processual e, terceiro, de uma dimensão pessoal (CASTILHO, 1998):

Em primeiro lugar, o tamanho dos perímetros definidos a partir da década de 30 determina uma pluralidade enorme de réus, dificuldade que o Estado está afastando mediante a propositura de ações específicas para imóveis individualizados. Em segundo lugar, a admissão, pelo Tribunal de Justiça, da denúncia da lide, que amplia objetivamente e subjetivamente o processo, constitui entrave relevante. A nosso aviso, trata-se de um equívoco: a discriminatória é uma ação declaratória....E mais, a admissão ampla da denúncia significa uma violação do princípio da economia processual e celeridade da justiça.

Em terceiro, [...] há, afinal, uma dimensão pessoal do problema. As comarcas onde correm as discriminatórias são pequenas comarcas de primeira instância, onde em geral oficiam juízes substitutos, que estão ali de passagem. Diante das dezenas de volumes dos processos (os autos do 15º Perímetro de Teodoro Sampaio já somas 30 volumes) e dos inúmeros conflitos desenhados, a tendência dos magistrados – uma tendência, diria, “natural” – é deixar o caso para o futuro titular da comarca. (CASTILHO, 1998, p.153-154).

O processo para se julgar uma ação discriminatória judicial é extremamente moroso e perpassa desde aspectos geográficos, internos do Poder Judiciário, àqueles de ordem pessoal.

Acrescentaríamos também outro aspecto, que é de ordem política, pois a questão da terra não se desvincula de um entendimento sobre qual a visão e a relação do magistrado, principalmente na escala local, sobre o poder que emana de quem detém os direitos da propriedade privada contra aqueles que lutam pelo seu acesso.

É um embate político-jurídico que estamos mencionando: o mesmo juiz que estuda e avalia os processos de ação discriminatória de uma região, onde a grilagem das terras fez parte de sua história, concede liminares de despejo, interdito proibitório, manutenção de posse etc. aos fazendeiros-réus de seu objeto de julgamento.

São ações contraditórias do Poder Judiciário, questionando por um lado os títulos das terras, mas, por outro, confirmando-as como propriedade privada.

5.5.3.5 -22º Perímetro de Santo Anastácio

A primeira ação do Estado, para retomar as terras inseridas no 22º Perímetro de Santo Anastácio, aconteceu em 12 de fevereiro de 1943. A ação discriminatória foi ajuizada na Comarca de Santo Anastácio e distribuída ao Cartório do 2º Ofício.

Cinco anos após a entrada da ação, o Juiz de Direito da Comarca, Dr. Carlos Dias, solicitou que a Fazenda do Estado adequasse a petição inicial às novas normas processuais que entravam em vigor, naquele ano. Para isso, estendeu um prazo de 90 dias para a manifestação da Fazenda. Passado o prazo estabelecido, a Fazenda do Estado não se manifestou perante o juízo. Por conta dessa atitude, o juiz compreendeu o desinteresse do Estado e despachou pela paralisação da ação, enquanto a autora não cumprisse a solicitação judicial.

Mapa 38
Divisão Territorial - 22º Perímetro de Santo Anastácio

No ano de 1988, a Fazenda do Estado solicitou a extinção da ação, justificando que entraria novamente, em momento oportuno. A partir desse desinteresse, o juiz, em sentença datada de 13 de abril de 1988, decretou a extinção do processo sem julgamento do mérito.

O primeiro questionamento do movimento camponês, nos 55.220 hectares que compõem referido perímetro, ocorreu em dezembro de 1997, quando 100 famílias do Movimento Terra e Pão acamparam à margem da estrada municipal de Santo Anastácio. Naquele contexto, o Estado ainda não cogitava retomar as ações discriminatórias do Pontal do Paranapanema.

A reivindicação do grupo, por conseguinte, era de que o INCRA realizasse vistoria nas fazendas Santa Isabel (1.792 ha.), Agropecuária Amorim (5.000 ha.), Agropecuária Yoshio Ltda (1.000 ha.) e Fazenda Santa Terezinha (2.500 ha.).

Não houve, naquele momento, ocupação das fazendas, apenas a formação do acampamento às margens da estrada, para o grupo conquistar visibilidade na luta e na denúncia. O fato interessante é que certa porção das terras do Pontal do Paranapanema foi questionada inicialmente pela fragilidade da produção e não pela titularidade. Somente após as ações dos movimentos é que o Estado retomou ações que julgava até então inoportunas.

O grupo, denominado “Onze Horas”, permanece acampado na região, sempre questionando a improdutividade das fazendas. Em 11 de maio de 2001, ocupa a Fazenda Bandeira, sofre reintegração de posse e monta acampamento no quilômetro 600 da Rodovia Raposo Tavares. Nesse trecho, iniciam o plantio de roça de milho, com a expectativa de entrada na terra, em razão de terem feito cadastro pelos Correios, iniciativa do governo FHC.

Com essa atitude de tentativa de despolitização da luta camponesa, o grupo dissolveu temporariamente o acampamento, no começo de 2002. Quando o governo do Estado de São Paulo resolveu retomar as ações discriminatórias, em algumas fazendas do perímetro, o grupo se reorganiza e novamente monta o acampamento chamado Mário Covas.

O Estado ajuíza, nos anos de 2002 e 2003, na comarca de Santo Anastácio, três ações discriminatórias de uma área de 10.641,94, ou seja, apenas 20% da área total do perímetro. Ao todo, são 15 imóveis questionados judicialmente, com indícios de possuírem títulos vinculados a uma cadeia dominial forjada pela grilagem.

A partir desses fatos, outros movimentos se deslocam para a região, pressionando o Estado para agilizar o processo de discriminação ou negociação das terras. O MST realizou enormes ocupações na Fazenda Santa Terezinha, Nossa Senhora de Lourdes e São José, a partir de 2003.

O embate com o poder judiciário local também foi árduo, pois a juíza substituta de Santo Anastácio, ao conceder uma liminar de reintegração de posse,

determinou que os acampados ficassem onze quilômetros distantes da fazenda, acirrando ainda mais o conflito.

Até hoje, não há nenhum projeto de assentamento rural realizado, tanto no município de Santo Anastácio, como dentro do 22º Perímetro. No entanto, desde 1998, os movimentos continuam questionando e lutando pelo acesso à terra. Na atualidade, existem dois acampamentos no referido município: um com 25 famílias organizadas pelo Movimento Terra e Pão, na forma de associação, está acampado em área Secretaria da Agricultura, formalmente destinada para a Estação Zootécnica de Santo Anastácio, porém ocupada por área de lixão da cidade, olaria e pequenas propriedades; outro acampamento é o Chico Mendes, organizado por 10 famílias vinculadas ao MST, as quais continuam acampadas, reivindicando as Fazendas Santa Terezinha, Palmares e Bela Vista.

Em decorrência, essa parcela do território está sob o domínio exclusivo de propriedades particulares (cf. mapa 39). Dos processos em andamento, apenas um bloco já teve sentença declarando as terras como devolutas, enquanto os outros, como pode ser verificado na tabela 70, ainda não foram julgados na escala local.

Tabela 70
Decisões judiciais – 22º Perímetro de Santo Anastácio

Ações	Fazendas questionadas	Áreas (hectares)	Fazendeiros-réus	1ª	2ª	S.T.J.
	Santa Terezinha	3.173,23	Henriqueta Barbosa Daneluzzi e outros			
	Três Barras	890,67				
	Recanto	228,69				
	Álamo	387,2				
	Sítio Santo Antonio	125,84				
	Favorita	184,41	José Bazan e outros			
	Vitória	435				
	Santo A. da Vitória	738,1				
	Nossa S. de Lourdes	1.091,83				
	Luciana	642,12				
	Presidente	121	Gilberto Muniz de Andrade e outros			
	São José	1.043,31				
	13 de Dezembro	497,35				
	Bela Vista	497,35				
	Brasília	585,84

Devoluto

Aguardando julgamento

Fonte: Itesp, 2007

Org.: FELICIANO, C.A., 2009

Mapa 39
TERRITÓRIO EM DISPUTA
22º Perímetro de Santo Anastácio

Mapa sem escala

Fonte: ITESP, 2008.
Elaboração e org.: FELICIANO, C.A. 2009

5.5.4 - O Estado desistindo de retomar as terras

Para findar a discussão sobre o ordenamento territorial dos perímetros, no Pontal e na 10ª Região Administrativa de Presidente Prudente, apresentamos aqueles em que o Estado decidiu paralisar e desistir da ação discriminatória: o 1º Perímetro de Presidente Prudente, o 11º de Presidente Venceslau e o 18º de Dracena

Mapa 40
Divisão Territorial - 1º Perímetro de Presidente Prudente

Com vimos anteriormente, as características jurídicas das terras estiveram configuradas em perímetros discriminados e em processo de discriminação. No caso dos perímetros citados, o Estado iniciou a ação, mas, por motivos que vão desde

incêndio das comarcas responsáveis até o fato de a área questionada se encontrar ocupada, urbanamente.

O 1º Perímetro de Presidente Prudente foi objeto de ação proposta pela Fazenda do Estado, em julho de 1931. Porém, o Estado desistiu da ação, uma vez que todo o perímetro, segundo a Procuradoria Geral do Estado, é constituído de pequenas glebas, inseridas dentro do circuito municipal de Presidente Prudente, até mesmo englobando a área urbana.

Mapa 41
Divisão Territorial - 11º Perímetro de Presidente Venceslau

Já no que concerne ao 11º de Presidente Venceslau, com a ação ajuizada no ano de 1939, na Comarca de Presidente Prudente, julgou-se que, pelo fato de as terras do perímetro estarem localizadas em divisa com o 19º e 20º perímetros de Santo Anastácio (onde o título da Fazenda Ribeirão Claro-Montalvão fora declarado legítimo), as do referido perímetro também são de domínio particular.

Contraditória foi essa decisão, pois, fosse assim, as terras do perímetro também divisam com as do 4º Perímetro de Presidente Venceslau, Gleba Cuiabá-Veado, julgados como devolutos.

Todavia, com o incêndio ocorrido na Comarca de Presidente Venceslau, no ano de 1986, consumindo todos os autos da ação, o Estado não levou adiante o processo de ação discriminatória, em outras instâncias.

Mapa 42
Divisão Territorial - 18º Perímetro de Dracena

Parece comum a prática de incêndios, nas Comarcas da região, já que foi sob essa alegação que o processo de ação discriminatória do 18º de Dracena foi paralisado. Iniciado em 1939, na comarca de Santo Anastácio e depois redistribuído para a comarca de Dracena, consta, em certidão expedida pelo cartório do 1º ofício, que todos os autos do processo discriminatório foram destruídos pelo incêndio ocorrido na Comarca, em 06 de junho de 1948.

Os três perímetros em que o Estado paralisou a ação somam uma área de 61.478 hectares e não há nenhum projeto de assentamento rural, inserido nos perímetros. Porém, há o questionamento dos movimentos camponeses, para que o INCRA realize vistorias em determinadas fazendas, na região de Dracena, mais especificamente nos distritos de Jaciporã e Jamaica.

A história pode se repetir, nesse caso, visto que foi por questionamentos da produtividade que se chegou às denúncias de grilagem das terras, o movimento camponês pressionou o Estado para retomar as ações e, assim, negociar as terras com os fazendeiros-grileiros e destiná-las à implantação de projeto de assentamento rural.

Capítulo 06

INSTRUMENTOS JURÍDICOS PARA RETOMAR AS TERRAS PÚBLICAS

6.1 - Ações reivindicatórias

Antes das ações organizadas do movimento camponês, o Estado possuía o controle das informações sobre o domínio de grande parte das terras do Pontal do Paranapanema. Como vimos anteriormente, grande parte dos perímetros possuía sentença declarando as terras como devolutas, desde meados da década de 40 do século passado.

O uso das informações que o Estado detinha sobre as sentenças apenas corroborou para o discurso atual de sua omissão e ineficácia, tanto pelos fazendeiros-grileiros, como pelos movimentos camponeses e sociedade em geral. No entanto, os únicos beneficiados foram os fazendeiros-grileiros, os quais puderam, por mais de cinquenta anos, auferir renda dessas terras.

As sentenças das ações discriminatórias não convertiam automaticamente o domínio dos ocupantes irregulares para o domínio estatal. A sentença de uma ação não cria um domínio, apenas confirma algo preexistente, mas indevidamente ocupado, ou confirma a ocupação atual. O domínio é construído a partir das relações sociais sobre determinada área. Os fazendeiros-grileiros sempre estiveram próximos aos grupos decisórios, dentro do Estado, quando não neles incluídos.

Por conta disso, as ações que declararam as terras devolutas não surtiram efeitos, perante a classe dos latifundiários do Pontal, conforme relata uma das lideranças políticas dos fazendeiros:

No Governo Quércia, para você ter idéia, houve uma negociação para resolver o problema do Pontal. Naquela época, o secretário de Justiça... não me lembro o nome dele... exigia 25% das terras para resolver o problema do Pontal. E o pessoal não concordava em **ceder os 25%**. Houve muita discussão, até que o governo Quércia deu carta branca para o Presidente da Federação [ruralista], Dr. Fábio Meireles, para ele negociar e resolver o problema do Pontal. Participei de algumas negociações aqui no sindicato de Presidente Prudente. Depois de muita discussão, chegou-se ao consenso de **dar 10%**. Depois o Fábio foi

conversar com o secretário e ele não concordou. Disse que tinha que ser 25%. O Fábio foi conversar com o Quércia. O Quércia falou: **O governo sou eu! Se o secretário não concorda, coloca outro secretário! Eu tenho maioria na Assembléia! Daí o governo acabou concordando em receber os 10%.** Só que na hora de sacramentar, o pessoal do Pontal recuou... [perguntado sobre o porquê] Recuou, porque... naquela época não existia movimento sem terra, não existia o Zé Rainha. Então eles achavam que era um absurdo **dar 10%** Acabaram recuando e não houve acerto. O pessoal perdeu uma grande oportunidade, não houve acerto. (ex-presidente do Sincato Rural de Presidente Prudente – entrevista concedida, julho 2009 – **grifos nossos**)

Na fala do ex-presidente do sindicato rural, podemos observar o poder existente de uma determinada parcela de uma classe, definindo ações do Estado, de acordo com seus interesses. Mesmo as terras sendo declaradas como devolutas, os fazendeiros-grileiros não aceitavam “ceder” 25% ou até mesmo 10% das terras para o Estado.

O poder político construído da classe ruralista também ficou materializado, quando os interesses e sua manutenção estavam ameaçados por um secretário de Estado, que não concordou com o valor acordado em consenso entre a classe. Ou seja, “se o secretário não concorda, bota outro secretário!”

Mesmo assim, com a “certeza” da impunidade, o apoio do Estado e o domínio político sobre a região, os fazendeiros-grileiros optaram por “não ceder” nem mesmo 10% das terras, conforme eles haviam acordado.

Somente após o início das ações dos movimentos camponeses, na região, o Estado buscou instrumentos jurídicos para reivindicar (ação reivindicatória) o que fora declarado (ação discriminatória) como devoluto.

O processo de ação reivindicatória gira em torno exclusivamente quanto a eventual direito de indenização por benfeitorias, por parte dos fazendeiros-grileiros. O mérito da questão já foi discutido, as terras foram declaradas como bens públicos, de propriedade do Estado.

À ação reivindicatória cabe reaver a área que está na posse irregular de um terceiro elemento. Nesse momento, como podemos ver no quadro síntese a seguir, o processo também é longo e, no final, muito oneroso ao Estado.

Como as ações discriminatórias findaram há muito tempo, o Estado tem como primeira atribuição, antes de ajuizar uma ação reivindicatória, realizar um

documento minucioso sobre quais são as áreas, se ainda “pertencem” aos mesmos particulares, elaborar o memorial descritivo etc. O processo tem todos os trâmites quase semelhantes à ação discriminatória, em várias instâncias de decisão, cabendo-lhe recursos e apelações.

Quando iniciada uma ação reivindicatória, em regra esse tipo tramita em média por um ano, no juízo da Comarca, e mais dois anos, no Tribunal de Justiça de segunda instância. De acordo com Godoy (1998), “demorar-se-ia mais de três anos para se alcançar a posse da área, para haver a possibilidade de destiná-la ao assentamento de famílias.”

Quadro -Síntese dos processos jurídicos para retomar as terras públicas

Ação Reivindicatória Reivindicar, ou seja, reaver área na posse de terceiro. 1 Elaboração de relatório com juntada de documentos pelo Itesp; Verificação de que a área não passou para o domínio particular; Matrícula atualizada; Planta do imóvel 2 Encaminhamento para Procuradoria Regional de Pres. Prudente 3 Propositura da Ação Reivindicatória pela Procuradoria	
Primeira Instância 3.1. Inicial; 3.2. Deferimento; 3.3. Imissão; 3.4. Agravo da decisão; 3.5. Citação; 3.6. Réplica; 3.7. Perícia; 3.8. Razões finais; 3.9. Sentença procedente com retenção de benfeitorias.	Segunda Instância 3.10. Apelação; 3.11. Contra razões de apelação; 3.12. Remessa ao Tribunal; 3.13. Distribuição no Tribunal; 3.14. Relator; 3.15. Julgamento; 3.16. Trânsito em julgado; 3.17. Retorno à origem; 3.18. Acordo ou pagamento por precatório.

Fonte: ITESP, 2007
Org.: Feliciano, 2008

As ações dos movimentos camponeses, principalmente a partir do ano de 1995, obtiveram uma repercussão nacional e internacional, elevando o Pontal do Paranapanema à condição de uma das regiões brasileiras mais concentradoras de conflitos por terras. Portanto, o Estado necessitava dar uma resposta à questão do conflito.

Pode-se perceber, de acordo com algumas manchetes coletadas por Andrade (2006), a projeção em escala nacional dos conflitos no Pontal, somente no ano de 1995:

- Sem-terra voltam a invadir em São Paulo – Correio Brasiliense, 03/10
- Líder dos sem-terra diz que eles já deram “trégua de quase 500 anos” – Folha de S. Paulo, 04/10
- Fazenda é invadida por três mil sem-terra (em Sandovalina) – Jornal O popular – Goiânia, 08/10
- Líder dos Sem-terra faz desafio ao governo – Jornal do Brasil – 09/10/
- Sem-terras ocupam hidrelétrica em São Paulo – Jornal A Tarde –Salvador – 09/10
- Delegado pede prisão de líder sem-terrs – Jornal do Brasil – Rio de Janeiro – 10/03
- Sem terra não deixam o Pontal – O Globo – Rio de Janeiro, 13/10
- Rainha dá um ultimato ao governo - Jornal do Brasil – Rio de Janeiro – 17/10
- Sem-terra ameaçam com matança de bois – Folha de São Paulo – 17/10
- Delegado volta a pedir prisão de líder do MST – Folha de São Paulo – 19/10
- São Paulo, a guerra dos sem terra –Revista Manchete – 21/10
- Termina trégua hoje entre sem-terra da região do Pontal e INCRA – O Estado de S. Paulo 23/10
- Fazendeiros já contratam seguranças armados em SP. Secretário de Justiça diz que a situação é gravíssima, polícia está em alerta. – Folha de São Paulo -28/10/1995.
- Sem –terra cumprem a promessa e ocupam 2 áreas em SP. Jornal Zero Hora – Porto Alegre, 29/10

Fonte: Andrade (2006) p.179

O conflito estava evidente e cada vez mais crescente, na região. O governo Covas ainda não havia elaborado um plano de ação para o Pontal, conforme havia prometido, no início do mandato. As discussões entre fazendeiros-grileiros, Procuradoria do Estado, Poder Judiciário e movimentos camponeses, para adequação de um plano de ação, eram cercadas de avanços, recuos, mas sem uma definição para a resolução do conflito (ANDRADE, 2006).

Todavia, foi justamente do próprio conflito real entre as classes e o modo como ambos chegaram sozinhos a um “acordo pacífico”, para superação do problema, que o Estado elaborou a estratégia de retomar as terras por meio das tutelas antecipadas requeridas nas ações reivindicatórias.

No relato da ex-coordenadora do ITESP, ficou patente que resolução para a arrecadação via acordos foi sustentada por um episódio da própria realidade de conflito:

O MST fez um acordo com um fazendeiro de muito bom senso, chamado Américo Lanzonni, da Fazenda Arco Íris. O movimento tinha posto fogo em tudo, tinha quebrado tudo, mas havia alguns fazendeiros que tinham bom senso. Por exemplo, o fazendeiro da Haroldina, onde ficava o acampamento Primeiro de Abril, não despejou as famílias, negociou com elas. Até que se resolvesse o problema, numa negociação com o Estado, elas ficariam em 10 hectares ali, na fazenda, num cantinho, então o Acampamento Primeiro de Abril era um pedacinho da fazenda Haroldina. O fazendeiro da Arco Íris fez o seguinte acordo com o MST: cedeu 500 hectares para o pessoal que estava na Haroldina plantar mandioca, porque o Movimento estava financiando uma farinheira, que ficava em Sandovalina. Então o fazendeiro cedeu 500 hectares, num acordo pelo qual o movimento não invadiria o restante da Fazenda, não mexeria mais com ele.

Esse foi um dos elementos importantes do plano, essa coisa de você ter um fazendeiro disposto a ceder um pedaço da fazenda em troca de tranqüilidade para negociar. Naquela época todos os fazendeiros queriam negociar, porque ao MST estava pressionando muito. O Movimento vinha vindo fazendo ações pontuais, mas no final de julho houve aquela grande, que teve fogo em 6 ou 7 fazendas ao mesmo tempo, matou vaca na faz. Santa Cruz. Além disso, nessa época todos os fazendeiros queriam negociar com o Estado, porque eles tinham como parâmetro a indenização da São Bento e da Estrela Dalva, ou seja, seriam indenizações pagas em dinheiro, praticamente à vista, e em valores astronômicos. A gente não podia cair nisso.

Esse acordo da Faz. Arco-Íris foi um dos elementos fundamentais do plano, que era o elemento de a gente ter um pedaço de terra antes, para poder negociar com tranqüilidade depois [...] um dos elementos do plano portanto, estava concebido, que era a questão de ter um pedaço da fazenda antecipadamente e começamos a estudar os instrumentos jurídicos para isso. Num primeiro momento a gente pensou em acordo, mas só daria certo se o fazendeiro quisesse fazer o acordo. Foi quando apareceu o instituto da tutela antecipada, que é uma novidade jurídica. Isso nos dava força, porque poderia ser por acordo ou liminar.

[...] A base do plano foi uma ação do próprio MST, um acordo do MST com o fazendeiro da Arco Íris. (Depoimento de Tânia Andrade, coordenadora do ITESP 17/12/1997 – arquivos do ITESP (grifos nossos)).

A busca de outra forma de ação reivindicatória foi pensada pelo governo paulista, na gestão de Mário Covas, como uma tentativa de conter os conflitos, sem esperar o longo processo judicial ou ficar refém da conveniência dos fazendeiros-grileiros em negociar as terras.

O Secretário de Justiça, na época, ao questionar um advogado de um dos fazendeiros sobre a intencionalidade de estes realizarem acordo com o Estado, destacou:

[...] eu me lembro de um advogado de fazendeiro que, quando eu lhe perguntei: “Querem acordo ou vamos esperar a via judicial?”, ele disse: “Olha, o senhor só tem o acordo, se a gente não fizer acordo, o senhor não tem nada. (ex secretário de Justiça e da Defesa da Cidadania - Belisário dos Santos Júnior -Depoimento 14/01/1998).

Desde 1995, a Procuradoria do Estado ingressou com mais de 40 ações discriminatórias, com a finalidade de obter a posse dos imóveis rurais, sustentando que estes se localizavam em terras de propriedade do Estado (GODOY, 1998).

O diferencial apresentado pela Procuradoria do Estado foi, ao ajuizar a ação reivindicatória, acrescentar o pedido de tutela antecipada parcial, para que o Estado obtivesse, de imediato, a posse de 30% da área.

No meio jurídico, ainda não havia nenhum consenso ou caso semelhante, até mesmo foi uma novidade jurídica:

[...] é necessário dizer que as primeiras ações reivindicatórias, com pedido de tutela antecipada, foram propostas alguns meses após entrar em vigor esse instituto processual, inovação legislativa que modificou o código de Processo Civil em seu artigo 273. O Estado se utilizou de um recurso processual extremamente novo, e pouco conhecido à época, que permite ao juiz antecipar parte da decisão que virá a final do processo, para o seu início – no caso, antecipou-se a posse do Estado em parte da área (30%da gleba), antes até da ação ser contestada pela outra parte, e, com isso, foi possível se fazer os assentamento provisórios. (GODOY, 1998, p. 3).

Para se chegar ao consenso acerca do percentual da tutela, foi argumentado pelos procuradores que o pedido de 100% “não seria aceito pela justiça pois não seria um pedido justo e legítimo do ponto de vista ético. Além do que a intervenção estatal tinha como finalidade pacificar a região, e um pedido integral criaria, possivelmente, um conflito maior” (GODOY, 1998, p. 01).

Quer dizer, novamente o poder político e o domínio daqueles que não foram *éticos e justos*, na ocupação das terras públicas, foram preservados. Em passagem do depoimento da ex-coordenadora do ITESP, ela salienta que,

num primeiro momento pensamos em 500 hectares. Mas isso tudo foi sempre discutido, teve dezenas de reuniões com fazendeiros e prefeitos, numa delas um dos fazendeiros disse assim: **a minha fazenda tem 900 ha. , se eu der 500, vou ficar com menos do que os Sem Terra.** Foi

onde a gente evoluiu para a proposta da porcentagem, ao invés dos 500 ha. (Depoimento 17/12/1997 , **grifos nossos**).

Nesse trecho, percebe-se que os fazendeiros sempre reafirmam a postura da ocupação legítima, com expressões como “minha fazenda tem 900 ha.”, assim como a referência ao fato de que não é o Estado que está retomando, mas sim, ele é que está cedendo: “se eu der 500...” Além, é claro, do absurdo de acenar para a dificuldade de ficar com uma área menor: “vou ficar com menos do que os sem terra”.

Em decorrência, o Estado, naquele momento, deparava-se com três questões que necessitava resolver para retomar parte das terras do Pontal, porém o motivo central era sempre a amenização do conflito. A primeira questão era: qual a quantidade de áreas disponíveis para assentar as famílias? A segunda: sob qual forma o Estado iria retomar as terras – via acordo ou judicial? E a terceira: de que maneira o Estado arcaria com as indenizações das benfeitorias?

Os dados sobre as terras julgadas como devolutas e as que ainda estavam em processo de discriminação precisavam ser atualizados e checados, em cada cartório dos municípios daquelas áreas com tamanho superior a 500 hectares. Portanto, definiu-se que as terras retomadas seriam apenas aquelas superiores a essa medida, mesmo se sabendo que, juridicamente, a legitimação de posse estabelece o tamanho de 100 hectares.

Após todo o levantamento cartorial e a atualização das ações a Fundação ITESP realizou um mapeamento do Pontal, segundo a coordenadora da instituição:

[...] vimos que 41% era julgado devoluto e 44% ainda não estava discriminado. Com isso, para as áreas devolutas propusemos que todas as fazendas maiores do que 500 hectares fossem reivindicadas e fizemos um cronograma de reivindicatórias [...] para as demais não fazíamos nem cronograma porque não sabíamos nem onde estavam as fazendas ainda.

Desse modo, o Estado definiu a primeira questão, ou seja, atuaria nas áreas superiores a 500 que tivessem sido julgadas como devolutas, sendo que estavam disponíveis para iniciar com ação reivindicatória, em princípio, 23.116 ha., e com isso, seria possível assentar 2.100 famílias acampadas.

A forma adotada pelo Estado para a retomada das terras se deu, pois, pela ação reivindicatória com pedido de tutela antecipada de 30% dos imóveis, conforme já discutimos anteriormente. Responde-se, por conseguinte, à segunda questão.

Outra questão que o Estado necessitava resolver ligava-se à procedência dos recursos financeiros para pagar pelas benfeitorias, altamente estimadas pelos fazendeiros.

Como os fazendeiros esperavam receber valores bem elevados, tendo como parâmetro a arrecadação das terras das Fazenda São Bento, Santa Clara e Estrela Dalva, cujos processos de indenização das benfeitorias se deram pela via judicial, com valores arbitrados pelo juiz, com base nos laudos do perito judicial e do ITESP, o Estado não disporia de recursos para cobrir todas as áreas.

Segundo depoimento de ex-coordenadora da Fundação ITESP,

[...] começou-se a discussão se caberia reivindicar ou não, porque o problema da reivindicatória, que foi o que aconteceu na São Bento, era que o fazendeiro tinha muitos elementos de pressão sobre o Estado. Por que ele tinha a fazenda, a posse antiga. O Estado entrava com a reivindicatória para reaver a área, mas os sem terra estão todos do lado de fora, numa condição social terrível, a pressão social para resolver o conflito era grande e você ficava meio a mercê da vontade do fazendeiro em negociar ou não. Daí é que se chegou ao absurdo que se pagou na São Bento, por exemplo; que foi pago aí quase R\$ 1.700,00 por hectare, como indenização pelas benfeitorias. Com a pressão inteira sobre o Estado, ocorreu da mesma forma na Estrela D'Alva, onde metade do valor somava R\$ 1.400.000,00 para uma fazenda de 820 hectares. Já se pagou metade e agora com as correções e tal, ainda faltam R\$ 1.400.000,00. Quer dizer, um absurdo, uma coisa assim fantástica. Então, a gente não podia entrar com a reivindicatória simplesmente, porque a gente não tinha grana para isso, o Estado quebrado do jeito que foi deixado pelo governo passado, o Covas suspendendo tudo, parando tudo.

O Estado teve que buscar outras formas para conseguir os recursos necessários para a implantação dos assentamentos. Iniciaram-se, a essa altura, as discussões entre o governo estadual e a União, para encontrar soluções jurídicas para a implementação do plano.

De acordo com a Fundação ITESP,

[...] a Procuradoria Geral do Estado e a Procuradoria Geral do INCRA reuniram-se amiúde para analisar diversas alternativas que pudessem conciliar a necessária rapidez com a legalidade dos atos e sua

conveniência administrativa, permitindo ao INCRA participar financeiramente com o Estado na implementação dos assentamentos, conforme sua atribuição constitucional.

Cogitou-se da desapropriação federal sobre aquelas áreas reivindicadas, mas elas não se constituíam em propriedades improdutivas, o que afastava a hipótese. E, ainda que o fossem, o litígio entre Estado e fazendeiros lançava a dúvida sobre em nome de quem efetuar os depósitos judiciais, tornando inviável a imissão na posse da totalidade das mesmas, como se pretendia no curto prazo.

Cogitou-se do ingresso da União como litisconsorte nas reivindicatórias e a indenização direta pelo INCRA, mas não tinha a União interesse jurídico comprovável que permitisse sua participação nas ações, que tramitavam na justiça estadual. E, ainda que isso fosse possível, o ingresso da União transferiria a ação reivindicatória para a justiça federal, que então julgaria a legitimidade de um título de propriedade estadual decorrente de sentença em ação discriminatória estadual, tornando inviável esta alternativa de solução judicial do litígio com agilidade desejada.

Após, meses de estudo, verificou-se a possibilidade que a única solução viável era a assinatura de um convênio, pelo qual o INCRA repassaria recursos ao Governo do Estado e este firmaria os acordos na Justiça Estadual, prestando contas ao INCRA de tudo quanto fosse realizado no âmbito do convênio.¹⁵⁰

Como podemos observar, o Estado encontrou uma solução jurídica para financiar a arrecadação das terras que foram ajuizadas em ações discriminatórias. O acordo previa que 70% do valor seriam pagos na forma de Títulos da Dívida Agrária, regatáveis em 5 anos, enquanto o restante seria pago em dinheiro.

Portanto, todos os assentamentos realizados no Pontal, através de acordos entre fazendeiros e Estado, foram negociados com recursos da União. O governo do Estado paulista transformou-se apenas em um agenciador e mediador dos acordos. Como as terras são de propriedade do governo estadual, a União não poderia realizar uma ação direta, pois sequer é parte na discussão. Por sua vez, a negociação estabelecida para que a União aceitasse apenas repassar o dinheiro e o governo do Estado levasse os louros políticos pela arrecadação das terras não se restringiu apenas às discussões em conjunto, como reza o trecho citado anteriormente.

O conflito esteve presente entre as esferas governamentais, até se chegar à formatação de um convênio. O INCRA, em princípio, estava distante da questão, pois objetivamente os problemas fundiários e agrários eram atribuições legais do

¹⁵⁰ Esse histórico sobre como se chegou à concretização de convênio entre Governo do Estado e União está presente, como peça de sustentação, em todos os processos de acordos realizados no Pontal do Paranapanema.

governo do Estado. Isto é, se as terras são públicas estaduais, cabe ao governo do Estado de São Paulo assumir a responsabilidade.

O trecho seguinte expõe que a discussão para a entrada do governo federal na realidade foi uma pressão do governo estadual, como forma de contrapartida das ações realizadas há anos, por este, em assentamentos federais e sem ajuda financeira da União.

As primeiras conversas com o INCRA na Secretaria da Justiça foram no sentido de trazer o INCRA para uma participação no Estado. **Naquele momento o governo federal fazia de conta que não via o que estava ocorrendo no Pontal, eles não queriam se envolver, achavam que era um problema do Estado, portanto eles queriam estadualizar o problema.** De certa forma, nós cobramos a responsabilidade deles, ao invés de uma denúncia da omissão deles, fizemos uma proposta de que eles pagassem as benfeitorias, muito se discutiu sobre isso.

O duro é que nesse período houve muitas mudanças, saiu o Graziano, entrou o Raul do Vale, depois o Jungmann e cada vez que mudava, mudava o procurador-chefe, mudavam as pessoas, mudava toda a concepção. Primeiro o INCRA ia desapropriar as terras devolutas e não pagaria ao fazendeiro, mas ao Estado; depois se propôs uma ação conjunta na Vara Federal. Ao final surgiu a proposta de convênio, que foi ser assinado em novembro de 1996.

De certa forma, **o INCRA não queria colocar dinheiro em São Paulo, historicamente nunca tinha feito isso.** Então nós fizemos uma cobrança mesmo, apresentamos a conta de todos os investimentos que o Estado já tinha feito nos assentamentos do INCRA nos últimos 15 anos, dava uns R\$ 30.000.000,00. Nós cobramos isso do INCRA. Então quantificamos aqueles 50.000 hectares necessários, a um valor médio que a gente estimava em torno de R\$ 800,00 por hectare. Nosso laudo médio tinha R\$ 400,00/ha. e a gente achou que daria para sem ferir os princípios da ética, da moral, enfim, dobrar o laudo e chegar aos R\$ 800,00 numa negociação. Portanto, precisaríamos de R\$ 40.000.000,00.

[...] depois disso, nós tivemos mais uma reunião como INCRA, no dia 06 de setembro sem não me engano, **onde o INCRA reconheceu que tinha uma dívida com o Estado.** Nessa reunião, o Graziano chegou a propor a gente assentar todo mundo numa fazenda só, porque na cabeça dele esse negócio de calcular o módulo para assentamento era bobagem. **Ele não acreditava na produção dos assentamentos, então tanto fazia dar 20 ou 2 hectares, o importante era sossegar os sem terra.**

(Depoimento de Tânia Andrade, ex-coordenadora do Instituto de Terras, 17/12/1997, arquivos do ITESP, **grifos nossos**).

Alguns aspectos no trecho citado explicitam que, naquele momento, os conflitos resultantes de manifestações camponesas contra a ocupação irregular dos fazendeiros-grileiros, mesmo atingindo um repercussão internacional, eram tratados como responsabilidades específicas. Ou seja, “o governo federal fazia de conta que

não via o que estava ocorrendo no Pontal”, transferindo o resultado de um processo histórico da grilagem das terras, existente desde a lei 1.600, para um fato pontual, uma vez que “queria estadualizar o problema”.

Muito bem articulada era a cobrança realizada pelo governo do Estado paulista, ao apresentar os investimentos e a assistência técnica minimamente realizado, sem o qual as famílias assentadas estariam em situação de extrema dificuldade. Com isso, revelou o processo comum nos assentamentos do governo federal, em desapropriar as terras e deixar os camponeses sem qualquer subsídio técnico ou financeiro.

A ausência de políticas públicas do governo federal, nos assentamentos, colocando muitas vezes as famílias em situação de abandono, sem respaldo técnico e à mercê apenas do próprio trabalho, gera afirmações e pensamentos como os expressados pelo próprio presidente do INCRA, na época, de que “não acreditava na produção dos assentamentos, então tanto fazia dar 20 ou 2 hectares, o importante era sossegar os sem terra”.

Ou seja, as ações objetivavam a diminuição das pressões exercidas pelos movimentos camponeses, para tentar acabar com o conflito, mas não como uma política pública de desenvolvimento econômico.

Novamente, o conflito entre as classes fez o Estado buscar alternativas para conter mobilizações e questionamentos mais profundos. Todavia, este também contentava os anseios dos fazendeiros-grileiros, ao negociar as terras por valores definidos de acordo com seus interesses.

O conflito de classes, em decorrência, impulsionou uma ação do Estado criando condições de (re)produção, tanto para campesinato, como para os latifundiários, o que faz corroborar a tese de que o desenvolvimento capitalista da agricultura ocorre de forma desigual e contraditória (OLIVEIRA, 1995).

O Estado decidia como iria arrecadar as terras, a quantidade e com qual recurso. As bases do Plano de Ação do Pontal estavam, pois, construídas. Na verdade, em 27 de setembro de 1995, o governo do Estado anunciou o “Plano de Ação Governamental para o Pontal do Paranapanema”, como apresentamos em capítulo anterior.

Os objetivos estavam pautados principalmente na resolução dos conflitos fundiários do 11º Perímetro de Mirante do Paranapanema, apesar de ter uma abrangência territorial vinculada à 10ª Região Administrativa de Presidente Prudente, como segue:

- Permissão de uso a título oneroso até 500 hectares (critérios remuneração a serem definidos em resolução conjunta da Secretaria da Justiça e da Defesa da Cidadania e da Procuradoria Geral do Estado;
- Abrangência a toda a 10ª Região Administrativa;
- Área que não se enquadrarem nos critérios técnicos legais serão arrecadadas para assentamentos;
- Atualização dos Planos de Legitimação de Posses nos perímetros já julgados devolutos e que se encontravam paralisados em governo anteriores;
- Constituição de Comissão Secretaria da Justiça e da Defesa da Cidadania/Procuradoria Geral do Estado para execução de ações conjuntas na região;
- Formalização de convênios com todas as prefeituras interessadas, para legitimação/arrecadação das áreas municipais;
- Dinamizar a legitimação das propriedades com até 100 há no 11º perímetro;
- Entrega de títulos já em fase de expedição em Mirante do Paranapanema;
- Propositura de ações reivindicatórias na área do 11º Perímetro de Mirante do Paranapanema:

- Setembro 1995 – Fazenda Arco-Iris de 2.616 há
- Outubro 1995 – Fazenda Canaã e King Meat de 3.018 há
- Novembro 1995 – Fazendas Santa Apolônia e Mirante de 5.257 há.
- Dezembro 1995 – Fazendas Flor Roxa e Santa Cruz de 2.310 há
- Janeiro 1996 – Fazendas Santa Helena e Santa Carmem de 1.062 há

Total – 13.263 hectares

- Áreas em reivindicação: Fazendas Haroldina e Santa Rosa de 3.362 há
- Áreas já arrecadadas: Fazenda São Bento, Santa Clara e Estrela D´Alva de 6.491 há

Total Geral: 23.116 ha

- Fonte: Fernandes, 1996: 198-1999

A reação ao plano apresentado foi imediata. Tanto a classe dos fazendeiros como os movimentos camponeses não concordaram com inúmeros pontos do plano:

[...] os grileiros não concordavam porque a proposta abrange toda a 10ª região administrativa, incorporando as áreas dos dois grandes grilos, ou seja, o grilo Pirapó Santo Anastácio e o grilo da Fazenda Boa Esperança

do Aguapei [...] outra discordância era a respeito da questão dos títulos onerosos para os que possuíam domínio das áreas entre 101 a 500 hectares. (FERNANDES, 1996, p. 199).

Da parte do movimento camponês:

O MST não concordou com a proposta do Estado de arrecadar apenas 30% das terras das fazendas ocupadas, porque não era suficiente para assentar todas as famílias acampadas. Também não aceitou atender o pedido do secretário da Justiça para que não continuasse com as ocupações. Tanto os grileiros quanto os sem terra, todavia, marcaram assembléias para debater a proposta do Estado. (FERNANDES, 1996, p. 200).

Mesmo com toda a adversidade e conflito de interesses das duas partes, o Estado entrou com as ações reivindicatórias, com pedido de tutela antecipada. Quase todas foram atendidas pelos juízes, efetivando-se assim os assentamentos provisórios das fazendas.

Entre setembro e 31 de dezembro de 1995, houve momentos tensos entre movimento camponês e Estado, aparentando uma rivalidade sobre quem exercia poder de domínio e comando, nas negociações.¹⁵¹

Os acordos foram realizados com os fazendeiros-grileiros, principalmente entre os anos de 1996 e 2000. O convênio firmado entre Estado e União agilizou as negociações, ainda que dentro do próprio governo paulista houvesse resistência para a implantação do plano em assentar as famílias provisoriamente em 30% da área.

Tinha uma resistência enorme da Procuradoria local (Presidente Prudente), que também não acreditava no provisório, nos 30%. A procuradoria através do Zé Roberto de Moraes, do Zé Milton Garcia e Luciano Godoy participou o tempo, foram eles que acharam a saída para essa idéia que foi construída em conjunto e foi uma idéia brilhante. **Mas a Procuradoria Regional tinha resistência, resistências históricas, porque sempre teve resistência em mexer com os fazendeiros do Pontal, e resistências específicas da questão jurídica desse plano.** O José Roberto que é o Subprocurador Geral do Estado, Chefe do Contencioso, precisava se deslocar até Prudente para ele próprio protocolar a ação, lá com o juiz de não sei onde, porque os procuradores

¹⁵¹ Para mais detalhes sobre episódios de disputa entre Estado e Movimento, camponês ver: ANDRADE, T. M.O. **Mediação e Conflitos em espiral**. Encontros e desencontros do Estado e dos Movimentos Sociais no Pontal do Paranapanema. Dissertação (Mestrado em Sociologia), Universidade Federal do Ceará, Recife, 2006.

locais não estavam convencidos. (Tânia Andrade, ex-coordenadora do ITESP, 17/12/1997 – arquivos do ITESP, **grifos nossos**).

A passagem que grifamos reflete a ligação da classe latifundiária com setores do poder público, ao obter informações ou ao omiti-las, para benefício próprio. Muitas vezes, a resistência em *não mexer com os latifundiários* acontecia porque eles próprios faziam parte dessa classe.¹⁵²

Hoje, no Pontal do Paranapanema, existem apenas cinco ações reivindicatórias com tutela antecipada, já que ainda não saiu o restante da área, pois os fazendeiros decidiram não realizar acordo com Estado. Portanto, estão aguardando uma sentença judicial

Lá em Mirante tem a dos Kurata, Fazenda Santa Cruz que tem 30% da área por tutela e tem os assentados com 07 famílias. Tem a Santa Rosa II que é 30% desde 1999, e aí o restante fica sob o domínio do fazendeiro até ser julgado mérito. Temos no Pontal 05 ações reivindicatórias estão com tutela antecipada e não saiu o restante ainda. Elas estão no Supremo Tribunal Federal. (Advogado, funcionário da Fundação ITESP).

Nos casos citados, os fazendeiros não aceitaram negociar com Estado, obtendo, a longo prazo, uma renda extraordinária da terra, enquanto o resultado da ação judicial se prolonga. Muitos arrendam a área para pastagem ou, mais recentemente, para o plantio de cana-de-açúcar. Com essa estratégia, extraem da terra, em um primeiro momento, a renda que esta possa lhes conferir, mesmo sabendo que constitui propriedade do Estado. Em um segundo momento, com apoio dos laudos exorbitantes dos peritos judiciais, retiram a renda capitalizada da terra, cobrando de toda a sociedade o monopólio exercido por sua classe, ao inseri-la na produção (OLIVEIRA, 1995).

As ações reivindicatórias existentes no Pontal do Paranapanema somam o montante de 10.700,28 hectares (cf. tabela 71). Com um módulo aproximado de 16 hectares, poderiam ser revertidas para o assentamento de mais 500 famílias. Porém, apenas 08 famílias estão no controle e domínio das terras públicas.

¹⁵² A família de um dos Procuradores do Estado, na Regional de Presidente Prudente, possui terras no Pontal do Paranapanema, em perímetros de terras julgadas devolutas e não destinadas a assentamentos, mesmo tendo sido ocupadas inúmeras vezes, pelo movimento camponês, durante o ano de 1998.

Tabela 71
Andamento das Ações Reivindicatórias no Pontal do Paranapanema -

Perím.	Ano	Imóvel	Fazendeiros-réus	Área (há)	Tutela antecipada	Andamento processual
12° MP	2003	Faz. Asa Branca	José Júlio Nogueira Lins	242,40 + círculo munic.	Deferida	04/07 - O Estado tentou negociar, mas não houve composição amigável entre as partes.
4° PP	1996	Faz. São Luiz	Marta Machado Dias e Luiz Alberto Machado Dias	960,13	Indeferida	1ª instância -Julgado favorável ao Estado. Em fase de perícia judicial para valoração das benfeitorias
4° PP	2004	Faz. Guarani	Agropecuária CLMZ	960,13	Indeferida	
4° PV	1996	Faz. Figueira/N. S das Graças	Luiz Antonio de Barros Coelho	1.345,90	Tutela suspensa	1ª instância -Julgado favorável ao Estado - Estado está realizando acordo com fazendeiro
4°PV	2003	Faz. São Francisco	Graziela Rodrigues Batata e outros	568,70	Indeferida	Ainda sem julgamento
4° PV	2003	Faz.São Camilo	Maria da Conceição R. Batata L. Pirolla	665,45	Indeferida	Estado fez acordo recente com a fazendeira
3° PV	1996	Faz. Santa Maria	Helio Dente Negrão	1.838,00	Deferida	-1ª instância -Julgado favorável ao Estado - Em apelação
3° PV	2003	Faz.Santa Maria (remanescente)	Helio Dente Negrão	1.551,37	Indeferida	Em tramite na 1ª instância –sem julgamento
4° PV	2003	Faz. Santa Júlia	Dalton Salomão e outros	1.389,47	Indeferida	Em tramite na 1ª instância –sem julgamento
11° MP	1995	Faz.Santa Cruz	Kazuyoshi Kurata	1.359,36	Deferida	-1ª instância -Julgado favorável ao Estado - Em apelação
11° MP	1996	Faz. Santa Rosa II	Luciano Alberto Moreira	779,48	Deferida	-1ª instância -Julgado favorável ao Estado -Em apelação

Fonte: ITESP,2007

Org.: FELICIANO,C. A. 2009

As tutelas antecipadas são pedidos formatados nas Ações Reivindicatórias, que o juiz pode aceitar ou não, todavia, isso não impede a continuidade da ação. As tutelas antecipadas requeridas na conjuntura existente na época de 1995, em muitos casos, serviram para amenização do conflito.

Para Godoy,

[...] o Estado obteve o provimento de tutela antecipada parcial em inúmeros, a maior parte, constatando-se que houve grande sensibilidade jurídica, por parte dos Magistrados das Comarcas envolvidas. Os réus dessas ações, ocupantes tradicionais dessas áreas, recorreram ao Tribunal de Justiça, exercendo um direito que a legislação lhe reconhece. Para isso a Procuradoria do Estado, por meio da Sub-Procuradoria-Geral da área do Contencioso, desenvolveu um intenso trabalho de acompanhamento dos processos no Tribunal, apresentação de resumos aos Desembargadores, com mapas e fotos fornecidos pelo ITESP, além de se ter realizado inúmeras audiências para melhor explicação dos casos, suas

peculiaridades fáticas e jurídicas. É importante salientar que o Tribunal se encontra muito distante da região dos Desembargadores, por vezes, não tinham a exata noção do que se passava lá.

Foi um trabalho árduo, por quase 10 meses, no qual foi desenvolvido intenso acompanhamento dos recursos, quase que diariamente, desde o momento que ingressavam no tribunal, até o seu julgamento final. É certo que alguns Desembargadores não acolhiam a tese do Estado, e entenderam que a ação não se podia conceder a tutela antecipada parcial. Discordavam da tese [...]. (GODOY, 1998, p. 04).

Com esse trecho, pretendemos evidenciar que o Estado (Poder Executivo) não tem poder para interferir na decisão judicial (Poder Judiciário), porém, há outras formas de atuação como, por exemplo, o esclarecimento de dúvidas que possam surgir, as audiências e até mesmo o fato de mostrar interesse e presença constante do Estado, como proprietário das áreas.

O discurso muitas vezes empregado por dirigentes do governo, de que a dificuldade em arrecadar novas áreas compete somente ao Poder Judiciário, transfere o ônus de qualquer caso de violência, na região, à morosidade nos julgamentos. Esse fato não é de todo verídico, como vimos, no relato. O Estado pode, na verdade, acompanhar com mais afincos o andamento processual e realizar outras ações suplementares para subsidiar os pareceres do magistrado. É uma questão de interesse político, em que os dirigentes da vez podem ou não querer se desgastar com tais assuntos.

Entre as ações reivindicatórias em andamento, como mencionamos, o debate está vinculado a quanto o Estado irá pagar pelas benfeitorias das fazendas ajuizadas. Não cabe mais nenhuma discussão sobre a titularidade ou o domínio.

Historicamente, o julgamento das ações reivindicatórias das Fazendas São Bento, Estrela Dalva, Santa Clara e Santa Cruz tornaram-se referência para os acordos estabelecidos entre Estado e fazendeiros. A Fazenda São Bento, principalmente, mesmo não obtendo um valor baseado nos cálculos da perícia judicial, tornou-se um precedente que a maioria dos fazendeiros-grileiros almejava.

O laudo pericial da Fazenda São Bento indicou um valor 56% superior ao que efetivamente foi pago ao fazendeiro-grileiro. Portanto, ao adotar o acordo da

São Bento como parâmetro para acordos futuros, o Estado ainda estaria economizando, caso levasse adiante a disputa judicial¹⁵³.

A grande diferença encontrada entre os valores apresentados nos laudos da Fundação ITESP e os laudos do perito judicial, indicado pelo magistrado, remete-se a uma questão essencial: a transformação do processo de abertura das fazendas em renda territorial capitalizada.

Nas avaliações feitas pelo ITESP, depois de muita discussão entre CESP, IBAPE e o próprio INCRA, foram elaborados critérios para a emissão dos laudos de vistorias, baseados em fatores objetivos e subjetivos.

Os fatores objetivos relacionavam-se às medições, pesquisa de preços de materiais na região, em tabelas especializadas como PINI (de valores de construção por m²) e ABNT. Essas referências foram construídas com apoio principalmente do IBAPE, instituto que concentra profissionais especializados em avaliações e perícias. Isto é, são utilizados largamente em perícias e laudos judiciais.

De outro lado, há também uma parcela de fatores que dependem de observação do avaliador (no caso, técnico do ITESP), verificando índice de depreciação das construções, o estado de conservação das pastagens e culturas existentes, entre outros aspectos, com respeito aos quais, tanto os laudos dos fazendeiros como do perito judicial apresentavam grande divergência.

Todavia, a grande questão que tornou os acordos com o Estado uma excelente relação de mercado para os fazendeiros foi adoção, nos laudos judiciais, de valores correspondentes às operações denominadas de desbravamento da área (ou seja, desmatamento, destoca e enleiramento). Segundo a Fundação ITESP, as perícias judiciais sempre consideram esse “*custo*”, sendo que essas “*despesas*” podem chegar a até 71% do valor total a ser indenizado.

A abertura das fazendas foi objeto de estudo feito por Martins (1979), que denominou esse processo de renda territorial capitalizada:

¹⁵³ O valor do acordo realizado na Fazenda São Bento, com os dados atualizados para outubro de 2002, corresponderiam a R\$2.330,72 hectares, ou seja, o Estado teria pago ao fazendeiro-grileiro o equivalente a R\$ 12.097,62 por uma área de 5.190 hectares. Se o acordo fosse consumado nos moldes do laudo do perito judicial, cada hectare valeria R\$ 3.635,92, portanto, os cofres públicos teriam que disponibilizar a apenas um fazendeiro-grileiro o valor de R\$ 18.870.424,80.

[...] a formação de fazendas tornou-se num novo e grande negócio [...] além de produzir café, o fazendeiro passou a produzir, também, fazendas de café. [...] as despesas realizadas com subornos, demarcações, tocaias a posseiros intransigentes, pagamento da topógrafos e jagunços, constituíam o fundamento do preço que a terra adquiria através do grileiro [...] por isso, a transformação da terra em propriedade privada, que pudesse ser comprada pelo fazendeiro, antes de se converter em renda territorial capitalizada, era objeto de outro empreendimento econômico – o do grileiro, às vezes verdadeiras empresas. No processo de transformação do capital em renda capitalizada, o grileiro substituiu o antigo traficante de escravos. (MARTINS, 1979, p. 68-69).

Como podemos observar nos acordos realizados, esse processo ainda hoje vem sendo pleiteado pelos fazendeiros-grileiros, como o principal componente do preço da terra.

A seguir, apresentamos um debate travado na apresentação de laudos de vistorias divergentes, revelando justamente a permanência (laudo perito judicial) e a exclusão (laudo ITESP) da renda territorial capitalizada.

O caso que vamos abordar remete a uma disputa que está ocorrendo atualmente, na Ação Reivindicatória de um imóvel localizado no 4º Presidente Venceslau, chamado Fazenda Santa Júlia (município de Presidente Venceslau).

O imóvel Santa Júlia é formado de quatro áreas rurais, que juntas totalizam uma área de 1.389,47 hectares. São elas: Fazenda São Júlia, tendo como fazendeiro-grileiro Dalton Luiz Salomão, com um área de 347 hectares; Estância Dois Irmãos, ocupada por Tânia Maria Salomão Vicente Barbosa, com área de 347,36 ha.; uma terceira área, denominada Estância Riacho Fundo, de “propriedade” de Gildetty Suely Salomão, também com área de 347,36 hectares; e, por fim, Estância 3 Irmãos, cuja proprietária cadastrada na matrícula nº 12.172 é Meire Deise Salomão. Como se pode notar, a área de 1.390,19 ha. foi dividida entre membros de uma mesma família.

A composição do laudo da perícia judicial constou dos seguintes pontos:

- I – Dos bens a periciar e avaliar
- II - Localização das áreas
- III - Transcrição das matrículas das áreas
- IV - Do local da perícia e avaliação de cada área
- V - Procedimentos periciais
 - V.I – Normas técnicas utilizadas

V. II – Do âmbito da perícia

- Avaliação das benfeitorias, cultura, equipamentos e instalações
- Determinação dos valores dos desmatamentos
- Análise e cálculo dos valores em marcha
- Análise e cálculo dos valores da posse
- Análise e cálculo dos valores do passivo ambiental
- Respostas aos quesitos ofertados (dos réus e do Estado)

V.III – Das atividades básicas (procedimento do laudo: trabalho *in loco*, levantamento cartorial, processual, pesquisa de mercado, contato com as partes etc.)

V.IV – Documentação utilizada (matrícula, imagens de satélite, GPS)

VI – Da caracterização da região (aspectos físicos, infraestrutura, estrutura fundiária¹⁵⁴, cooperativas, agroindústrias etc.)

VII – A caracterização das áreas (físicas, acesso, melhoramento públicos que servem a área como transporte coletivo, destinação das áreas, ocupação etc.)

VIII – A metodologia (adoção de normas reguladoras)

VIII. I – O método para quantificação dos custos

VIII. II – Os critérios para avaliação de edificações e instalações

- O valor do novo
- O cálculo de depreciação

VIII. III – Os critérios para avaliação de culturas

- Do custo no novo

IX – Dos valores das edificações e das instalações (aqui entra-se especificamente em cada imóvel)

IX.I – Do valor das culturas (em cada imóvel)

X – Desmatamento

X.I – Considerações iniciais

X.II - Indenização do desmatamento

X.III – Do desbravamento

X.IV – Da destoca

X.V – Do enleiramento

XI – Do valor em marcha

- XI.I – Da conceituação teórica
- XI.II – Da indenização do valor em marcha
- XI.III – Do cálculo dos valores em marcha
- XI.IV – Do valor em marcha das áreas avaliadas

XII – Do valor da posse das áreas avaliadas

¹⁵⁴ Nesse item, o laudo apresenta a existência de propriedades acima de 500 hectares, mas que não foram destinadas a assentamento.

- Considerações iniciais
- Valor da terra nua
- Valor da posse

XIII – Do passivo ambiental

- Considerações iniciais
- Do reconhecimento do passivo ambiental
- Levantamento de passivos ambientais
- Metodologia utilizada na análise do passivo ambiental
- Vistoria para fins de análise do passivo ambiental
- Análise final em relação ao passivo ambiental
- Estimativa do passivo ambiental

XIV – Anexos (relato fotográfico, imagens de satélite, plantas topográficas, pesquisas de preços)

Porém, o debate travado entre os laudos, assim como a discordância de valores, estão basicamente nos pontos relativos ao denominado desmatamento, valor em marcha, valor da posse da área e passivo ambiental, e serão tratados posteriormente. Antes dessa discussão, ao observar a tabela 72, podemos notar diferenças de análise sobre a mesma benfeitoria avaliada.

Tabela 72 -Comparação entre valores apresentados nos laudos
(laudo avaliador judicial x laudo Itesp)

ESTÂNCIA DOIS IRMÃOS			
Edificações e instalações	Laudo judicial	Laudo Itesp	Diferença
Casa da Sede	83.637,87	77.675,26	7,6%
Alojamento Funcionário	11.505,39	8.447,56	36%
Mangueiro	15.934,32	15.934,32	0
Tronco	7.528,68	2.234,11	0
Guilhotina	4.738,97	4.738,97	0
Embarcadouro	4.141,43	1.900,00	117%
Apartador	4.925,01	1.715,37	187%
Cerca	56.465,10	23.888,17	136%
Caixa d'água	5.646,26	5.646,26	0
Poço Água Potável	11.154,72	11.154,72	0
Cercas divisórias	85.755,38	79.050,00	8,4%
Rede energia elétrica	25.876,40	0	0
Transformador Bifásico	2.200,00	0	0
Curvas de nível	19.960,00	19.960,00	0
Estrada interna	1.851,36	0	0
Porteiras (16)	8.505,84	4.284,91	98,5%
Açude	19.051,20	766,77	2.384%
Cochos de sal (08)	1.680,00	1.680,00	0
Bebedouro (4)	1.400,00	416	236%

Rede dist. Água	5.653,64	880	542%
Casa de Sal ¹⁵⁵	1.336,64	1.336,64	0
Subtotal	397.624,89	187.878,74	111,6%
FAZENDA SANTA JULIA			
Edificações e instalações	Laudos judicial	Laudos Itesp	Diferença
Estradas internas	28.623	0	0
Cercas	10.472,32	5.700,37	83,7%
Rede energia elétrica	18.737,98	0	0
Transformador Bifásico	2.480,00	0	0
Curvas de nível	151.485,34	89.124,00	69,9%
Subtotal	211.798,64	94.824,37	123,35%
ESTÂNCIA RIACHO FUNDO			
Edificações e instalações	Laudos judicial	Laudos Itesp	
Casa sede	22.347,91	18.663,10	19,7%
Depósito	4.321,30	3.641,00	18,6%
Casa de sal	5.864,62	5.864,62	0
Caixa d'água	5.646,26	5.646,26	0
Poço de água potável	10.717,28	10.717,28	0
Reservatório de água	5.995,20	5.995,20	0
Rede energia elétrica	16.105,60	0	0
Transformador Bifásico	2.480,00	0	0
Curva de nível	152.908,34	89.961	69,9%
Estrada interna	7.795,20	0	0
Cercas	6.495,32	3.826,45	69,7%
Subtotal	240.704,03	144.315,11	66,7%
ESTÂNCIA TRÊS IRMÃOS			
Edificações e instalações	Laudos judicial	Laudos Itesp	Diferença
Curvas de nível	88.107,07	51.836,40	69,9%
Rede energia elétrica	247,04	0	0
Transformador Bifásico	2.880,00	0	0
Cerca	3.200,00	2.306,01	0
Subtotal	94.434,51	54.142,41	38,7%
Total Edificações e instalações (04 áreas) R\$	944.562,07	481.160,63	96,3%
ESTÂNCIA DOIS IRMÃOS			
	Laudos judicial	Laudos Itesp	Diferença
Culturas (pastagem e melancia)	387.000,57	86.888,83	345,39%
FAZENDA SANTA JÚLIA			
Culturas (amendoim e cana de açúcar)	1.516.459,94	1.006.189,83	50,7%
ESTÂNCIA TRÊS IRMÃOS			
Culturas (cana de açúcar)	957.944,08	695.137,23	45,3%
ESTÂNCIA RIACHO FUNDO			
Culturas(amendoim e milho)	814.690,07	0	0
Total das culturas (04 áreas) R\$	3.676.090,16	1.788.215,89	105,5%
	Laudos judicial	Laudos Itesp	Diferença
Valor total benfeitorias 04 áreas R\$ (edificações, instalações + culturas)	4.620.652,23	2.269.376,52	103,6%

Fonte: Laudo pericial técnico nº 1.252/2003 e Laudo Divergente (Itesp), 2009.

¹⁵⁵ Construção de madeira de lei, cobertura de telhas de cerâmica, piso de madeira, utilizados para depósito de sal mineral.

Como é possível verificar, na Tabela 72, a diferença entre o laudo realizado pelo perito judicial e o laudo da Fundação ITESP (indicado pela autora) foi de 103%, na avaliação das mesmas benfeitorias.

Em princípio, nessa parte, constam apenas as benfeitorias denominadas **reprodutivas e não-reprodutivas**. Sob a primeira, compreendem-se aquelas classificadas como culturas comerciais de modo geral, de ciclo curto, médio ou longo (pastagem, cana-de-açúcar, algodão etc.). As **benfeitorias não-reprodutivas**, por se acharem aderidas ao solo de remoção muito difícil ou então inviável, não são negociáveis de forma separada das terras. São, por exemplo, as casas, galpões, mangueiras, cercas, redes de distribuição de água, represas, poços etc.

Estão em destaque, na tabela 72, aquelas benfeitorias que ou tiveram uma divergência muito alta, ou não foram consideradas em um dos laudos. Por exemplo, a benfeitoria não-reprodutiva indicada como açude, localizada na Estância Dois Irmãos, apresentou uma discrepância de 2.384% em relação à avaliação do laudo realizado pela Fundação ITESP, porque, na análise do perito judicial, constava a seguinte observação: “Estrutura em corte e aterro do solo, para contenção de águas pluviais e bebedouro para gado, com 1.960m², em bom estado de conservação. Valor R\$19.051,20.”

Já no laudo realizado pelo ITESP, o técnico responsável apontou a seguinte consideração que discorda do valor apresentado: “[...] construída com terra movimentada e compactada, discordamos, uma vez que a barragem não possui as mesmas dimensões de base, largura e altura em toda sua extensão, de acordo com o caderno da Benfeitoria da CESP”.

Há também benfeitorias que não foram avaliadas pelo laudo técnico do ITESP, porém consideradas como benfeitorias pelo perito judicial. As redes de distribuição de energia elétrica, assim como os transformadores bifásicos da propriedade foram interpretados e justificados pelo ITESP, por duas razões incontestes: primeiro, a Rede Distribuidora de Energia – Caiuá informou que a rede elétrica pertence a ela e não ao proprietário; segundo ponto, de acordo com o Manual de Perícias Judicial do INCRA: “Não será avaliado o sistema de abastecimento de energia elétrica, quando instalado por companhia ou empresa

pública ou privada, concessionária de energia, á qual o detentor do imóvel tenha feito doação do sistema.” Portanto, não cabe indenização.

Outra questão igualmente destacada na tabela 72 e válida para todas as áreas refere-se aos valores de abertura de estradas internas nos imóveis. A Fundação ITESP não concordou com as características explicitadas pelo laudo pericial (estrada interna, boa, para circulação de veículos e animais, em bom estado de conservação), pois, no levantamento *in loco* encontrou apenas o que se pode denominar de “carreador batido”, sem terraplenagem, sem conservação e sem sistematização.

Foram essas as divergências que mereceram destaque, ao nosso entendimento. Contudo, a diferença percentual entre os dois laudos, com relação às benfeitorias não-reprodutivas dos quatro imóveis avaliados corresponde a 96%. E o montante desse, com respeito ao total das benfeitorias, equivale aproximadamente a 20%, em ambos os laudos.

Outros 80% correspondem às denominadas benfeitorias reprodutivas. A maior parte da área ocupada está voltada para a produção de cana-de-açúcar, em formato de contrato de arrendamento com a Usina de Alcool Dracena. As divergências, nesse caso, estiveram evidenciadas pelo uso da mesma fonte técnica para calcular o custo de implantação da cultura (**Caderno de Preços para Avaliação de Culturas Perenes da CESP**, 2006), porém, com dados de atualização diferenciados. Enquanto, para o perito judicial, o custo para formação de cada hectare foi de R\$ 5.174,77/ha.¹⁵⁶, para o técnico do ITESP foi de R\$ 3.754,86¹⁵⁷.

O arrendamento da área para plantio da cana-de-açúcar, nas áreas avaliadas, ocorreu a partir dos anos 90, quando, segundo o perito judicial, a “atividade agrícola até então interessante economicamente, passou a não mais oferecer a mesma rentabilidade, chegando ao ponto de acabar com o sistema de parceria (arrendamento para gado) que integrava com êxito a pecuária e a agricultura”¹⁵⁸. Antes disso, a prática sempre foi arrendar para terceiros, para o cultivo de culturas

¹⁵⁶ Atualizado pela BTN – Bônus do Tesouro Nacional + TR, Taxa de Referência.

¹⁵⁷ No laudo, não aparece a atualização dos valores.

¹⁵⁸ Laudo pericial nº1.253/2003.

anuais, pelo período de um a três anos. Como é realizado praticamente em boa parte do Brasil, o arrendatário, como forma de pagamento, comprometia-se, ao término do contrato, a entregar a área beneficiada ao fazendeiro-grileiro, ou seja, corrigida e com o capim semeado. Em momento algum, em ambos os laudos, são apresentadas as rendas provindas da terra em todos os anos de ocupação; pelo contrário, as discussões são apenas para lhe garantir a possibilidade de acumular, em um mesmo momento, toda a renda que possa conseguir.

Há também que levar em conta que, na ocasião da vistoria de campo realizada pelo ITESP, não havia plantio de cana, em duas das áreas avaliadas. As culturas existentes, com melancia, milho, amendoim, frutíferas e essências, não foram computadas como benfeitorias, pois, segundo orientação do manual de obtenção de terras e perícia judicial do INCRA, “entende-se por produções vegetais as culturas de ciclo vegetativo superior a um ano, inclusive pastagens e florestas plantadas”. Já quanto às culturas frutíferas e essências florestais de uso exclusivo para consumo doméstico, não são consideradas pelo INCRA como objeto de avaliação.

Com isso, podemos perceber que as benfeitorias reprodutivas e não-reprodutivas, tratadas nos laudos, desenvolvem lógicas distintas. No laudo elaborado pelo perito judicial, toda modificação e interferência realizada pelo trabalho é considerada como pontos possíveis de serem indenizados, mesmo que parte do trabalho e a implantação de algumas benfeitorias não tenham sido feitas pelo trabalho direto ou indireto do ocupante.

Por outro lado, o laudo apresentado pela autora da ação, no caso representada pela Fundação ITESP, parte do princípio de que há critérios para o que se deve ou não indenizar. Por exemplo, existe uma estrada municipal que divide dois dos imóveis, portanto, o Estado tem o pressuposto de que foram construídas com recursos públicos, de sorte que seria um erro indenizar os fazendeiros-grileiros. Ou, por sua vez, indenizar áreas em que o ciclo vegetativo de uma cultura é inferior a um ano.

A divergência principal é que o Estado está preocupado em indenizar somente as benfeitorias justas e necessárias, enquanto o laudo pericial arrola todas as

benfeitorias indistintamente, preservando-se, ao relatar que a decisão cabe apenas ao magistrado.

Todavia, as discussões mais profundas e conflitantes não estão concentradas apenas nos valores das benfeitorias reprodutivas e não-reprodutivas. O embate que gera enormes discussões e não tem um consenso sobre sua validade, porém sempre é aceito nas ações reivindicatórias, deve-se à capacidade de renda que a terra pode auferir, somente pelo fato de estar disponível para a produção.

O desmatamento, o valor em marcha, o valor da posse da terra nua e o passivo ambiental são os elementos presentes nas ações reivindicatórias, que, nas sentenças, convertem-se para benefício dos fazendeiros-grileiros como máximo da renda territorial capitalizada. Nesse momento, o Estado, ao pagá-los, metamorfoseia uma relação de indenização em mercado.

6.1.2 - A conversão do pagamento das benfeitorias em renda territorial capitalizada.

6.1.2.1 - Desmatamento

Mesmo não havendo um entendimento pacífico a respeito de serem indenizáveis ou não, de fato, os custos do desmatamento, nas sentenças proferidas nas ações reivindicatórias, estão sempre contemplados. O primeiro argumento do laudo pericial salienta que, “do ponto de vista técnico, o desmatamento deve ser considerado como benfeitoria, passível de indenização”. Tal argumento se baseia na ideia de que benfeitoria é toda melhoria implantada em um bem, seja para viabilizar, seja para melhorar, seja simplesmente embelezar seu uso.¹⁵⁹ Assim, conclui-se que o desmatamento é uma benfeitoria, pois está transformando áreas que eram de florestas e matas em terras disponíveis para ocupação e produção.

Para isso, o perito esclarece, na seguinte passagem, essa transformação:

[...] outro ponto que corrobora com a indenização do desmatamento é o fato de que, quando houve primitivamente a aquisição pelos então proprietários, nos idos dos anos de 1856, cuja origem do título ensejou a

¹⁵⁹ Para isso, utiliza-se dos conceitos de benfeitorias existentes no INCRA, Código Civil, Receita Federal e NBR 14653-1/01.

Ação Discriminatória, hoje ação reivindicatória, toda terra existente na região era revestida de matas naturais, impossibilitando sua exploração econômica sem o efetivo desmatamento da mesma. (grifos do perito).

O desmatamento é entendido como as operações para retirada da mata, envolvendo: desbravamento (que consiste na derrubada das árvores), destoca (a remoção dos tocos) e enleiramento (a formação de leiras, com a vegetação derrubada).

Para chegar ao valor estipulado como indenização do desmatamento, o perito destaca como fundamental seguir as determinações sobre o tipo de vegetação existente e o tempo para desmatamento, considerando a mata existente no local.

Com tal finalidade, efetuou uma sistematização de estudos sobre a evolução da Mata Atlântica, no Estado de São Paulo¹⁶⁰, como o Atlas das Biotas do Estado de São Paulo, o Inventário Florestal de Vegetação Natural do Estado de São Paulo (Instituto Florestal), além de trabalhos acadêmicos¹⁶¹ cujo objetivo é apresentar o tipo de vegetação existente, e o Manual Técnico de Motomecanização Agrícola, da CODASP – Companhia de Desenvolvimento Agrícola de São Paulo¹⁶², a fim de definir o tempo necessário para o desmatamento, através de horas-máquina.¹⁶³

Depois de imensos cálculos matemáticos, que vão desde os diâmetros das espécies que existiam na área, passando pela densidade das árvores (densa, média e leve), as horas-máquina necessárias atingiram o valor necessário a ser pago como indenização pelo desmatamento da área: R\$ 3.534.784,06, ou R\$ 3.034,50/ha.

Por outro lado, o laudo apresentado pelo técnico do ITESP, indicado para avaliar as áreas, foi categórico desde o início – “divergimos desse item na

¹⁶⁰ **Atlas da evolução da Mata Atlântica** – carta síntese do Estado de São Paulo. São Paulo: Fundação SOS Mata Atlântica/INPE, 1998.

¹⁶¹ Podemos citar os apresentados no laudo. SOARES, J. J.; SILVA, L. A. **Composição Florística de um fragmento de Floresta Estacional Semidecidual no município de São Carlos** (sem referência de origem); NAKAGIMA, J.; GUILHERME, F. **Estrutura de vegetação arbórea de um remanescente ecotonal urbano floresta savana no Parque do Sabiá, em Uberlândia** (sem referência de origem); DURIGAN, G. **Florística, Fitossociologia e produção de Folheto em Matas Ciliares na região Oeste de São Paulo** (sem referência de origem), entre outros.

¹⁶² A CODASP é formada por capital misto, sob o controle do Governo do Estado de São Paulo e vinculada à Secretaria de Agricultura e Abastecimento, com fins de fomento da atividade agropecuária e a regulação das tarifas do mercado de motomecanização agrícola.

¹⁶³ As máquinas utilizadas como referências para o desmatamento foram um trator de esteira FIAT AD14 ou Cartepillar D&, de 155HP, trabalhando com lâmina angulável.

totalidade” –, marcando uma postura coerente com o processo de ocupação e beneficiamento político e financeiro dos fazendeiros-grileiros, na região.

Sustenta-se, no laudo, que a Fundação ITESP realizou inúmeros estudos e revisões sobre as normas técnicas existentes no país, assim como discussões com outros órgãos que realizam avaliações rurais, entre os quais INCRA, CESP e IBAPE. Com isso, chegou-se a um entendimento e metodologia baseados em “conceitos referentes à economia ecológica e uma avaliação mais equitativa e sustentável dos custos benefícios da atividade econômica”¹⁶⁴.

Os motivos alegados estão citados:

[...] conforme a bibliografia levantada, associadas a informação obtidas em jornais da época (anexo IV) e com antigos moradores da região, a formação das pastagens foi realizada em sua maioria através de queimadas da vegetação natural existente, posteriormente a um desbaste seletivo (**retirada das madeiras de maior valor econômico**). Esta operação foi realizada pelo próprio ocupante ou através de contrato de arrendamento, no qual o arrendatário, em troca da utilização da área para plantio de culturas (algodão, hortelã, etc) efetuava o desmate e a implantação da pastagem como forma de pagamento. Isso caracteriza o **não desembolso** de recursos, além, de obter renda com a **comercialização** de madeiras nobres. (grifos do autor do laudo).

Em consequência, pode-se afirmar que o desmatamento não apresentou apenas “despesas”; pelo contrário, acumulou receitas advindas tanto da comercialização das madeiras, como do não pagamento da mão-de-obra e, depois, pela produção obtida com a fertilidade natural do solo.

O laudo introduz uma simulação, estimando quanto os fazendeiros-grileiros teriam acumulado de renda, somente pela comercialização das madeiras, chegando, por baixo, ao valor de R\$ 5.068.562,33. Esse valor, comparado ao laudo do perito judicial, em que estima uma indenização de R\$ 3.534.784,00, levaria a um débito na conta dos fazendeiros-grileiros de R\$ 1.533.778,33, apenas pela comercialização das madeiras, sem contar todos os anos que ocuparam uma área do Estado, que poderia ser contabilizada com arrendamento.

Mesmo considerando o tempo decorrido desde o processo de desmatamento na região (cerca de 60 anos) até os dias atuais, esse valor já teria sido amortizado

¹⁶⁴ Laudo técnico divergente, processo nº 1.252/03 Fundação ITESP, 2009, p. 44).

pelas sucessivas rendas provindas da produção agropecuária acrescida no mesmo período.

Cabe salientar que o pagamento por essa “benfeitoria” é ilegal. As práticas de desmatamento cometidas já estavam prevista como crime no 2º artigo da Lei de terras de 1850.

“Art. 2º. Os que se apossarem de terras devolutas ou de alheias, e nelas derribarem matos, ou lhes puserem fogo, serão obrigados a despejo, com perda de benfeitorias, e demais sofrerão a pena de dois a seis meses de prisão e multa de 100\$000, além da satisfação do dano causado. Esta pena, porém, não terá lugar nos atos possessórios entre heréus confinantes.”

Ou seja, o Estado está arrecadando as próprias terras públicas, por preços bem próximos aos negociados no mercado, mesmo tendo conhecimento que foram resultado de crimes cometidos anteriormente.

Segundo laudo da Fundação ITESP, com base na observação de uma fotografia aérea (1965), parte da área foi desmatada após a edição do Código Florestal (lei 477/1965), o que reverteria em multas para o fazendeiro-grileiro.

O caminho explicado pelo laudo técnico do ITESP é de que não tem sentido a discussão sobre o custo do desbravamento da terra no Estado de São Paulo, uma vez que praticamente todas já se encontram de uma forma ou de outra cultivadas. Essa discussão caberia apenas em áreas de fronteira, recém-desbravadas (MAGOSS, 1980).¹⁶⁵ Ainda, segundo o IBRAPE (1992), em dois anos consecutivos, os custos do desmatamento e preparo do solo já seriam resgatados pelas rendas auferidas.¹⁶⁶

Outro fator contestado foram os custos para se realizar o desmatamento. Mesmo considerando esse fator para efeito de análise, o laudo judicial apontou para o valor de R\$ 3.054,50 por hectare a ser indenizado.

Como as Áreas de Proteção Permanente (APP) de 36,75 ha. e Reserva Legal (163,64 ha.) deveriam ser recompostas de acordo com a legislação ambiental, os fazendeiros-grileiros deveriam ainda pagar ao Estado e a toda a sociedade para reconstituí-las. Tendo como base um estudo realizado pela Secretaria do Meio

¹⁶⁵ MAGOSS, A. J. Avaliação de Culturas. In: **Curso de Engenharia de Avaliação de propriedades rurais**. São Paulo: AESP, 1980.

¹⁶⁶ LIMA, M. R. C. Avaliação de Propriedades rurais. In: **Apostila do IBRAPE/SP**, 1992.

Ambiente, por supressão de árvores sem autorização deve-se pagar o valor de R\$ 3.149,60 o hectare.

Em exercício para o caso em discussão, o fazendeiro-grileiro deveria pagar pela recomposição florestal da APP o valor de R\$ 115.747,80 e, pela área de Reserva Legal, R\$ 515.425,43.

Quer dizer, o Estado, com a apresentação laudo da Fundação ITESP, divergindo do laudo elaborado pelo perito judicial, assumiu uma postura em defesa dos patrimônios ambientais e públicos irregularmente aproveitados pelos fazendeiros-grileiros, como forma de renda territorial capitalizada.

Com isso, o embate sobre esse assunto ficou deflagrado, cabendo estritamente aos magistrados a decisão se tais ações podem ou não ser indenizáveis.

6.1.2.2- Valor em marcha, ou a “vantagem da coisa feita”

A intitulação representada nesse subitem cabe perfeitamente no processo de ocupação efetivado no Pontal do Paranapanema. Os fazendeiros-grileiros procuram, com a apropriação indevida das terras, receber toda a vantagem que a renda da terra pode conceder-lhes, ou seja, a vantagem da coisa feita ou do valor em marcha.

É o preço que os fazendeiros-grileiros cobram de toda a sociedade, ao colocarem a terra para produzir, configurando-se na renda capitalizada (OLIVEIRA, 1995).

Porém, o entendimento do perito judicial é de que, tecnicamente, faz parte das benfeitorias indenizáveis, cabendo ao juiz decidir sobre seu pagamento ou não.

A tese do valor em marcha parte de uma literatura da engenharia americana sobre o conceito de propriedade intangível. Citando os autores usados no laudo¹⁶⁷:

Propriedade intangível é uma propriedade real, porém não possui existência física. Itens como organização, financiamentos, fundo de comercio, valor em marcha, contratos, patentes e direitos dos mais variados tipos estão incluídos nos grupos das propriedades intangíveis.

¹⁶⁷ O perito se utiliza de referências dos engenheiros Anson Martso, Robley Winfrey e Jean Hempstead, no livro **Engineering valuation and depreciation** (1963).

Assim, são bens que não podem ser fisicamente identificados, mas sua existência não pode ser questionada.

Essa conceituação geralmente é empregada para plantas industriais, partindo-se da seguinte lógica: o *valor da coisa feita, valor em marcha, terceiro componente ou então going value* é a diferença de uma construção montada e estabelecida, em perfeito funcionamento gerando renda, em relação a outra não avançada.

De acordo com o perito judicial, a transferência desse conceito para a avaliação de imóveis rurais ocorreu de forma “natural”. É uma parcela que se acrescenta na somatória do valor do imóvel + o valor das benfeitorias (daí o termo terceiro componente).

O auge da defesa para justificar a indenização pela vantagem da coisa feita, nas avaliações de imóveis rurais, ficou nítido com o trecho ora citado no laudo pericial:

[...] quem, em sã consciência, podendo escolher entre dois imóveis exatamente iguais e contíguos, um pronto para ser usado e outro cuja construção devesse ser feita, optaria pelo segundo? A óbvia preferência pelo primeiro decorre do fato de estar ele pronto, **em condições de uso (ou renda)** imediato, ou seja, pela vantagem da coisa feita. (MEDEIROS, J. R.; CARNEIRO, E. W, 1967, **grifos nossos**).¹⁶⁸

Por fim, sustenta argumentação de que se deve indenizar pelo valor em marcha:

Quando ocorreu a aquisição primitiva no século dos anos de 1856, das áreas de toda a região do Pontal do Paranapanema, cujas aquisições, sem entrar em mérito, parte delas tidas como terras devolutas... as mesmas eram constituídas de terras brutas e, hoje, quando o Estado retorna às mesmas, como é o presente caso, se depara com áreas totalmente formadas, prontas para serem exploradas economicamente, por meio da pecuária, produção de cana de açúcar etc., de acordo com a situação paradigma da região.

¹⁶⁸ MEDEIROS J. R.; CARNEIRO, E. W. Critérios de cálculo facilitam avaliações urbanas. **Revista de Engenharia**, nº 297, agosto de 1967.

E realiza os cálculos para se chegar ao montante de R\$1.060.409,82, somente para indenizar os resultados das vantagens da coisa feita realizados pelos fazendeiros-grileiros.

O laudo da Fundação ITESP discordou do pagamento das indenizações pela vantagem da coisa feita. Utilizou de brechas do próprio laudo pericial, para contestar o uso dessa prática:

Conforme apresentado pelo sr. Perito em seus anexos, na pesquisa de mercado, todos seus elementos apresentam características semelhantes ao imóvel avaliado. Ou seja, todos os elementos da pesquisa já se encontram formados, com casa sede, casa de empregado, curral, cercas, pastagem, desmatamento etc., ou seja, em nenhum de seus elementos da referida pesquisa, apresenta propriedade ou imóvel que se diferencie do imóvel avaliando, e que não esteja pronta para a atividade agropecuária. Não justificando a aplicação dessa metodologia.” (Laudo técnico divergente, ITESP, 2009, p. 49).

Reafirma igualmente que o Estado, ao reaver o imóvel, deverá investir na área, pois receberá um solo parcialmente degradado, sem seus recursos naturais originais e ainda terá que recompor a área de reserva e parte das áreas de preservação permanente.¹⁶⁹

Entendemos que esse tipo de indenização não se aplica ao Pontal do Paranapanema, uma vez que não há diferenças significativas de áreas na região para se comparar, como áreas com matas ou fechadas, formadas ou não formadas.

A questão é cair nas armadilhas dos fazendeiros-grileiros, na tentativa de transformar a retomada das terras públicas em uma relação de mercado.

6.1.2.3 - Valor da posse da terra nua

De acordo com as sentenças proferidas nas ações discriminatórias e legislação em vigor, nas terras devolutas, portanto públicas, não existe posse, apenas detenção.

¹⁶⁹ De fato, na elaboração do projeto dos assentamentos, são definidas áreas de preservação e reserva, mesmo que, na realidade, não se apresentem.

No laudo, o perito não se mostrou incisivo quanto a esse aspecto, como nos outros elementos em que sugeriu como necessária a indenização. Deixou a cargo do magistrado a decisão da aceitação ou não de se indenizar a posse.

Porém, por questionamento dos fazendeiros-réus, que lhes cabe, ao realizar questões para auxiliar na formatação do laudo, o perito apresentou os valores tanto sobre a terra nua, quanto a posse sobre ela.¹⁷⁰

Já que na região não há negociações envolvendo somente a posse, o trabalho foi baseado no Manual de Obtenção de Terra e Perícia Judicial do INCRA, ponderando relativamente à ocupação, no caso de posseiros, associada ao tempo de ocupação. Primeiro, foi calculado o valor da terra nua, para depois se aplicar uma porcentagem sobre esta e definir o valor da posse.

Caso o juiz acatasse os argumentos de defesa dos fazendeiros-réus, requerendo a indenização da posse sobre a área, o valor apresentado como possível pelo perito judicial giraria em torno de R\$ 4.017.822,72, ou seja, R\$ 2.890,12 por hectare.

A contestação realizada pelo laudo divergente esteve baseada somente em um argumento, que entendemos ser conclusivo: o valor de posse não existe em áreas públicas. As terras pertencem ao Estado e ele está reivindicando sua posse.

6.1.2.4 - Passivo ambiental

O laudo pericial cita como referência a conceituação do IBRACON, para entendermos o termo: “passivo ambiental é toda agressão que se praticou ou se pratica contra o meio ambiente e consiste no valor dos investimentos necessários para reabilitá-la, bem como multas e indenizações.”

Com isso, o passivo ambiental

[...] é entendido e reconhecido no laudo pericial como a situação quando existe uma obrigação por parte da empresa que incorreu em um custo ambiental ainda não reembolsado, desde que atenda ao critério de

¹⁷⁰ As questões dos fazendeiros-réus foram: Qual o valor da terra nua, nas propriedades dos réus? Qual o valor atribuído à posse sobre a terra nua, das suas propriedades reivindicadas pela autora?

reconhecimento como uma obrigação. Portanto, esse tipo de passivo é definido como sendo uma obrigação presente da empresa que surgiu de eventos passados. (Laudo pericial, 2009).

Em levantamento realizado no DPRN – Departamento dos Recursos Naturais, órgão que fiscaliza a área ambiental, o perito não encontrou nenhum ação ou multa que viesse a onerar os “proprietários” dos imóveis. Porém, no levantamento de campo realizado, foi verificado que 03 das 4 áreas apresentaram débitos, no âmbito do meio ambiente.

Com exceção das mínimas áreas de APP às margens dos rios e córregos existentes nos imóveis, e de pequenos fragmentos isolados de mata, toda a área é composta de pastagens tipo gramínea da família *brachiaria* e cana-de-açúcar.

O método e o plano de cálculo adotado pelo perito, para se estudar a recomposição e o passivo ambiental das quatro áreas, foram os mesmos de implantação de uma cultura qualquer, guardadas as particularidades. No caso, foram empregadas planilhas da publicação **Agrianual**, que agrega operações relacionadas à implantação de áreas florestais, seja exótica, seja nativa, considerando que a área é de preservação permanente ou mata ciliar.

Os custos apurados para a reparação do dano ambiental causado pela apropriação dos fazendeiros-grileiros foi de R\$2.249,35 por hectare, tendo como base dezembro de 2008.

A divergência do laudo da Fundação ITESP está justamente no valor usado para a recomposição, bem como no tamanho das áreas a serem recompostas. Primeiro, a extensão das áreas indicadas no laudo da perícia judicial apresenta apenas o déficit relativo à área de Reserva Legal; todavia, o passivo ambiental nas áreas de Preservação Permanente não foi levado em conta. Já no laudo divergente, o valor estipulado com base em orçamento da Secretaria do Meio Ambiente de São Paulo é de R\$ 3.149,60 por hectare. Tudo isso resultou na diferença de 92,5%, que o fazendeiro-grileiro deveria pagar a mais, como passivo ambiental ao Estado, para recompor as áreas degradadas.

Na tabela 73, podemos notar que a diferença entre os valores dos laudos da Fundação ITESP e o laudo do perito técnico judicial foi de 692% em relação ao primeiro.

Tabela 73
Resumo Comparativo entre valores apresentados nos laudos da Ação
Reivindicatória
Imóvel Santa Júlia (1.390.19 ha)
(laudo avaliador judicial x laudo Itesp)

INDENIZAÇÕES	LAUDO PERICIAL	LAUDO ITESP	DIFERENÇA
Benfeitorias (reprodutivas e não reprodutivas)	4.620.658,89	2.269.376,52	103,6%
Desmatamento	3.534.784,06	0	
Valor em marcha	1.060.409,82	0	
Valor da posse da terra nua	4.017.822,72	0	
Passivo Ambiental	(-) 333.217,55	(-)641.757,23	92,5%
Total	12.900.457,94	1.627.619,29	692,59%

Fonte: laudo técnico pericial, 2009 e laudo técnico divergente (ITESP), 2009
Org.: FELICIANO, 2009.

Seguindo as argumentações de um técnico do órgão responsável pela política de agrária e fundiária do Estado, este teria que pagar ao fazendeiro-grileiro o valor de R\$ 1.627.619,29 por uma área de 1.390 hectares. Com isso, cada hectare equivaleria a R\$ 1.170.

Por outro lado, seguindo todos os itens indicados como indenizáveis pelo perito judicial, o Estado pagaria R\$ 9.279,00 por cada hectare, desembolsando dos cofres públicos o montante de R\$ 12.900.457,94 para quatro irmãos.

Historicamente, as sentenças judiciais exibem valores muito superiores aos laudos do ITESP e pouco abaixo das solicitações, tanto do perito como dos latifundiários-réus. São exemplos os casos das Fazendas São Bento, Estrela Dalva, Santana. Justamente por isso, o Estado estabeleceu essas fazendas como parâmetros para os acordos realizados, a partir de 1995, para não ficar refém de valores altíssimos e definidos em longo prazo.

Nesse contexto, o Estado transformou um processo ilícito de ocupação indevida de terras públicas em direitos lícitos, possibilitando uma renda aos fazendeiros-grileiros extremamente vantajosa e, muitas vezes, superior às relações que o mercado lhes proporcionaria.

Capítulo 07

CONTRADIÇÕES DO ESTADO SOB A ORDEM CAPITALISTA: DAS TERRAS (RE)TOMADAS A (RE)CRIAÇÃO DO CAMPESINATO.

Como já apresentamos, no corpo do trabalho, as ações do Estado para retomada das terras públicas foram se desenhando conforme as pressões dos movimentos camponeses. Todavia, as formas encontradas pelo Estado para retomar as terras e destiná-las à implantação de assentamentos rurais mostraram-se diversificadas.

Traçaremos uma síntese das formas legais adotadas pelo Estado, para responder a uma demanda histórica da região. Podemos, por conseguinte, elencar ao menos quatro possibilidades construídas ao longo destes quase trinta anos: desapropriação, ações judiciais, acordos com os fazendeiros, ou compra

Cada forma foi criada de acordo com uma conjuntura. As relações de força na disputa entre as classes envolvidas impulsionaram um tipo de ação do Estado.

Por exemplo, por desapropriação, temos o caso do assentamento mais antigo do Pontal, a Gleba XV de Novembro; no governo Franco Montoro, as ações reivindicatórias e os inúmeros acordos, na gestão de Mário Covas, assim como também a reforma agrária de mercado, iniciada no governo FHC e estendida ao governo Lula, como crédito fundiário.

7.1 - O Estado possibilitando a (re)criação do latifúndio e do campesinato

A escolha desse acordo para análise fundamentou-se no indicador de que o Estado, ao retomar as terras, via acordo com os fazendeiros-grileiros, possibilita de alguma forma sua reprodução.

A Fazenda Santa Tereza da Água Sumida, localizada no município de Teodoro Sampaio (16º perímetro de Presidente Venceslau), foi alvo da negociação entre Estado e Hecilda Teresinha Mellão Cecchi, no ano de 1998.

Como mencionamos anteriormente, essa fazenda estava inclusa nas ações discriminatórias que se iniciaram no ano de 1958, mas, por uma falha administrativa do Estado, ao não citar todos os envolvidos, o processo foi declarado extinto, sem julgamento de mérito, no ano de 1983.

Quando da tentativa de retomada da ação, os documentos foram destruídos, em um incêndio culposos, no fórum de Presidente Venceslau, no ano de 1986.

O Estado, ao retomar as ações discriminatórias devido às constantes pressões do movimento camponês, começou as negociações com a “proprietária” da área.

Na ocasião, foram realizados dois laudos para se chegar ao valor final de R\$ 1.154.000,00. Um primeiro laudo, realizado pela Fundação ITESP, a partir da vistoria na área, entre os dias 20 e 21 de setembro de 1998, e outro, contratado pela fazendeira-grileira, feito por um escritório de avaliações rurais de Presidente Prudente, em 05 de outubro de 1998.

Segundo técnicos do ITESP que realizam vistorias de avaliação para benfeitorias, desde 1995, geralmente o procedimento é o seguinte: o ITESP elabora um laudo, que é apresentado ao fazendeiro-grileiro. Se não concordar com o valor estipulado, este encomenda outro laudo, porém aproveita e solicita uma cópia do laudo do ITESP, usando-o como roteiro para seu contralaudo. Com isso, tem-se a base construída para a contestação dos valores.

Esse caso não foi diferente, como podemos observar pelas datas de elaboração de cada laudo. De acordo com a Fundação ITESP, o valor explicitado no laudo da referida fazenda foi de R\$ 530.704,48, enquanto o laudo da fazendeira-grileira foi de R\$ 1.786.153,82, ou seja, um valor 297% superior ao laudo do Estado. Mesmo assim, o Estado submeteu-se a firmar um acordo e pagar um valor 117% acima do que considerou justo.

Conforme o laudo da Fundação ITESP, 83% da área era usada com pastagem para pecuária de corte, no regime extensivo (cf. gráfico 19). As condições hidrográficas da área foram consideradas boas, pois é servida por dois córregos (Água Sumida e Água da Fazendinha, com extensões de aproximadamente 1.350 m e 2.300), além de possuir uma represa, bebedouros artificiais e sistema de distribuição interna. (cf. mapa 43).

Mapa 43 Fazenda Santa Tereza da Água Sumida Município de Teodoro Sampaio

Fonte: Fundação ITESP, setembro de 1998
Baseado em laudo de vistoria e croqui fazendeiro.
Org. : FELICIANO, 2009

Mapa s/escala

Dos 1.345 hectares, 14% da área representavam área de reserva legal, ao passo que 1,18% referiam-se a áreas de preservação permanente. Na atualidade, a fazenda, com o projeto de assentamento rural, aumentou a área de reserva para 20%,82, segundo prevê a legislação em vigor, redistribuindo a área em 48 lotes, com uma média de 21 hectares para cada família

O acordo firmado foi pago com recursos da União (INCRA), sendo 30% em dinheiro e 70% com títulos da dívida agrária, resgatáveis em 5 anos. Em documento do INCRA solicitando o pagamento para a fazendeira-grileira, o responsável justifica da seguinte maneira:

O valor final significa que o acordo foi fechado a razão de R\$857,66/ha. , valor que se apresenta compatível como que o tem sido praticado pelo ITESP em outros acordos. Com isso evita-se que a discussão prossiga na esfera judicial onde haveria o risco de elevação muito além do percentual negociado. O custo por família de R\$ 21.370,00 está abaixo daquele que enfrentaríamos no caso de um processo de desapropriação que incluiria o valor da terra nua (ainda que este viesse a ser apropriado pelo Estado de São Paulo), que tem atingido valores ao redor de R\$ 30.000,00.

Há de se ressaltar a agilidade que a realização de acordos na região do Pontal do Paranapanema tem possibilitado na obtenção de terras, tem proporcionado o rápido assentamento da família na terra, e em consequência uma drástica redução no volume dos conflitos pela posse da terra na região. Assim, a situação de grave conflito que dava a região grande destaque nacional tornando-a emblemática, recrudescem significativamente. Se em 1996 ela respondia por 70% de todas as invasões de terras no Estado de São Paulo, este percentual caiu para cerca de 50% nos anos de 1997 e 1998, fato este que demonstra o acerto da política adotada para o Pontal do Paranapanema, não só em termos econômicos como sociais. (DOCUMENTO do INCRA solicitando o pagamento ao fazendeiro-grileiro, grifos nossos).

Como podemos observar, o conflito foi a justificativa principal do Estado, em suas esferas de governo, para retomar as terras públicas de uma forma mais rápida e econômica. Não fosse o embate provocado pelos camponeses, tal política dificilmente seria adotada pelo Estado, e os fazendeiros-grileiros continuariam acumulando a renda auferida pela terra.

Em uma negociação muito próxima aos mecanismos reguladores do mercado, o Estado, ao ser pressionado pelos movimentos camponeses, possibilitou a (re)criação tanto do campesinato como do latifúndio.

Transformando a fazenda no assentamento Santa Tereza da Água Sumida, o Estado oficializou as brechas para que 48 famílias¹⁷¹ pudessem construir, com o seu trabalho, parcelas camponesas no território capitalista.

Em um levantamento rápido da produção no Projeto de Assentamento, desenvolvido pela Fundação ITESP, pode-se conferir que 71,3% da produção e sobrevivência das famílias são provenientes da produção leiteira, seguida da produção animal (bezerros, novilhos, vacas – 16%) e vegetal (produção de mandioca para indústria farinheira – 13%) – (cf. gráfico 20).

A luta através das ocupações de terras, portanto, pode ser considerada como estratégia de resistência e reprodução de uma determinada classe social, inserida dentro do modo de produção capitalista. As brechas e contradições do Estado permitiram tal reprodução, assim como também dos latifundiários.

No caso específico, em momento algum, por mais que a classe dos latifundiários possa dissimular, ocorrem penalidades pela ocupação indevida de terras do Estado, por isso, públicas. Pelo contrário.

Gráfico 19

Fonte: Laudo de Vistoria, 1998
Org.: FELICIANO, 2009.

¹⁷¹ Os Títulos de Permissão de Uso foram entregues para 48 famílias, porém, no trabalho de campo, verificou-se que havia mais de uma família, na maioria dos lotes (filhos do assentados), denominados pelo Estado como agregados, mas acreditamos serem frutos da reprodução do modo de produção camponês, que provavelmente se manifestará reivindicando também sua reprodução,

Mapa 44

Assentamento Santa Tereza da Água Sumida

Município de Teodoro Sampaio

Fonte: Fundação ITESP, LRP/Safra 2004/2005
Org.: FELICIANO, 2009

Gráfico 20

Fonte: Safra 2005/2005, ITESP
Org.: FELICIANO, 2009

A fazenda Santa Tereza da Água Sumida era apenas uma renda para a família Mellão Cecchi. Nunca dependeram exclusivamente da exploração da área; pelo contrário, ela proporcionava uma renda extraordinária para outros projetos da família.

De acordo com o inventário feito pela família, após o falecimento do esposo Adolphi Cecchi Netto, no ano de 1993, foram constatados os inúmeros imóveis rurais e urbanos de propriedade da família. Citamos:

Áreas urbanas

- (01) prédio e terreno no jardim América em São Paulo (308 m²);
- (01) prédio e terreno na Vila Madalena, em São Paulo (350 m²);
- (01) prédio e terreno no Jardim América, em São Paulo (690 m²);
- (05) apartamentos no Jardim América, em São Paulo (133 m²);
- (05) unidades comerciais no Jardim América (Av. Brigadeiro Faria Lima) de 30 m²
- (01) terreno no município de Aripuanã/MT –(480 m²)
- (01) terreno no município de Avaré/SP - (250 m²)

Áreas rurais

- Fazenda Anhumas, em Bonito/MS – (1.176 ha.);
- Fazenda Santo Antônio, Arandu/ SP – (866 ha.)
- Chácara Pasto Novo, Avaré/SP – (6,6 ha.)
- Chácara Terraço, Avaré/SP – (3 ha.)
- Fazenda Camucaia, Juína/MT – (2.912,71 ha.)
- Fazenda Arandu, Juína/MT – (3.000 ha.)

- Fazenda Entre Rios, Naviraí/MS – (1.824 ha.)
- Fazenda Santa Tereza da Água Sumida, Marabá Paulista/SP (1.345 ha.)

Segundo depoimento de funcionário da Fundação ITESP que acompanha os processos de ação discriminatória e os acordos, no Pontal, o destino dos fazendeiros que realizam acordo com o Estado geralmente são semelhantes:

[...] a maioria vai **comprar terra barata e bem melhor do que a areia grossa do Pontal [...] lá no Mato Grosso, Tocantins. Conheço um monte!** A família do Sandoval (Faz. São Bento) estão trilionários! Compraram cinco vezes mais terras que tinham aqui e bem melhores, boas, boas mesmo! Eles vão, geralmente pro Mato Grosso (MS) e Norte do Mato Grosso. (Advogado e funcionário da Fundação ITESP, **grifos nossos**).

Com relação ao caso específico da fazenda Santa Tereza, comenta:

[...] a Fazenda Santa Teresinha da Água Sumida, eles eram de São Paulo, os pais que eram donos da Fazenda faleceram, os herdeiros fizeram acordo. **E hoje eles montaram uma rede de hotel 5 estrelas em Bonito. Com parte do dinheiro daí!** (Advogado e funcionário da Fundação ITESP, **grifos nossos**).

Com isso, podemos concluir que, a partir da retomada das terras pelo Estado pressionado pelo movimento social, os latifundiários não deixam de ser grileiros, apenas espacializam e territorializam essa forma de ocupação, em outras regiões.

O questionamento efetivado pelo do movimento camponês e sua conquista pela possibilidade de (re)produção se territorializa nas parcelas antes dominadas pelo latifundiários. Todavia, o questionamento e a territorialização do campesinato não extinguem seu contrário, apenas o distanciam temporariamente.

As transformações territoriais advindas com a ocupação do solo pelo trabalho camponês podem ser observadas nas sequências de fotos a seguir.

A paisagem que representa o controle dos fazendeiros-latifundiários sobre aquela parcela do território pode ser verificada com a má conservação das estradas, justamente pela falta de uso.

Assim como existem áreas restritas ao uso apenas do proprietário ou o administrador sem vestígio de nenhuma benfeitoria ou cultura, típica de quem ocupa a área efetivamente (horta, pomar, paisagísticas etc.).

Foto: Vista da represa. Nota-se área bem degradada e estrada mal conservada e pouco utilizada. Fonte: laudo de vistoria, 1998

Foto: Vista da represa. Destaque para área ao entorno cuidada e ao fundo ocupada pelos camponeses. A estrada apresenta aspecto de boa conservação e utilizada com frequência. Fonte: FELICIANO, C. A -Trabalho de campo, maio/2009.

Foto: Casa da sede, antes do assentamento, ao fundo tem-se o gerador de energia.
 Fonte: Laudo vistoria ITESP, 1998.

Foto: Na antiga casa da sede o uso foi alterado: do individual para o coletivo (hoje é utilizada como posto de saúde do Assentamento. Em primeiro plano temos uma edificação para câmara de resfriamento, para armanezamento do leite produzido.
 Fonte: FELICIANO, C. A – Trabalho de campo, maio/2009.

De sua parte, o uso camponês do território alterou sua estrutura territorial interna. A área que antes foi de um, passou a ser de vários, enquanto espaços, que eram individuais, tornaram-se coletivos.

Como podemos notar, em momentos registrados antes e após a implantação do assentamento, o trato e o zelo daqueles que mantêm uma relação difusa com a natureza se alteram, no sentido de inserir melhorias tanto no âmbito econômico, como ambiental e social.

7.2 - Fazenda Santa Rita, em Tupi Paulista: terras retomadas sem ação direta do movimento camponês

A característica que distingue esse assentamento é a ausência de ação camponesa organizada, pressionando diretamente o Estado, em formas de luta baseadas na ocupação de terras. Apesar da pressão regional, em meados da década de 90 do século passado, as terras da fazenda Santa Rita não passaram pelo processo de ocupação por nenhum movimento social.

Quando declaradas devolutas, no ano de 1943, boa parte dos ocupantes solicitou a regularização de suas posses, mesmo sendo estas superiores a 500 hectares. Sistemáticamente, a Procuradoria do Patrimônio Imobiliário iniciou os processos de legitimação, no ano de 1959, legalizando quase todos os ocupantes. Assim, o Estado expediu parcialmente títulos de domínio aos ocupantes do perímetro.

Porém, alguns fazendeiros-grileiros optaram por não oficializar o pedido de regularização e/ou legitimação. Quando a Fundação ITESP efetuou o levantamento em todas as áreas acima de 500 ha. nos perímetros transitados e julgados como devolutos, a Fazenda Santa Rita, de aproximadamente 749 ha., apareceu como não legitimada.

O ITESP elaborou o laudo de vistoria indenizatório da fazenda, em 20 de outubro de 1997, oito meses após o fazendeiro ter contratado uma empresa de

Batatais, para confeccionar uma avaliação. Portanto, a negociação já tinha principiado bem antes do laudo oficial¹⁷².

Como podemos perceber, na tabela 74, até mesmo os valores que o fazendeiro estipulou, relativos à casa da sede e curral, estiveram abaixo do laudo do Estado. No entanto, os itens sobre a formação de pastagem, terra nua e desmatamento permaneceram incluídos, corroborando a tese de que é uma prática comum, usada nas relações de mercado das terras. (cf. mapa 45) Todavia, as terras não eram de propriedade privada, mas sim pública, tornando, por conseguinte, essa prática ilegal.

Tabela 74
Comparação entre laudos – ESTADO x Fazendeiro-grileiro
Fazenda Santa Rita – município de Tupi Paulista
2º Perímetro de Tupi Paulista

Benfeitorias	Laudo do Estado R\$		Laudo do Fazendeiro-ocupante R\$	
Reprodutivas – culturas	Por hectares	Total	Por hectares	Total
Pastagem (<i>brachiaria brizanthina</i>)	374,41	266.580,00	1.217,55	866.898,94
Não reprodutivas Construções e edificações	Laudo do Estado (em reais)		Laudo do Fazendeiro ocupante (em reais)	
Casa da sede + anexos	45.587,00		37.898,22	
Depósito	5.800		6.487,63	
16 porteiras	4.042,00		*	
01 curral + anexos	35.283,00		12.282	
01 poço	1.711,00		*	
01 rede elétrica	5.288,00		*	
13 cochos cobertos	3.462,00			
14.360 mts de cerca interna	27.341,00		99.946,05	
2.754 mts de cerca externa	4.963,00		*	
Pista de pouso	*		6.783,00	
Total das benfeitorias (não reprodutivas) R\$	133.477,00		163.396,98	
Total das benfeitorias (reprodutivas) R\$	266.580,00		866.898,94	
Total geral R\$	400.057,00		1.030.295,92	
Total por Ha R\$	533,44		1.373,80	
VALOR ACORDADO	R\$ 750.000,00 (R\$ 1.000,06 por ha)			

* sem informação no laudo.

Fonte: Itesp, 1997 . Org.: FELICIANO, 2009.

¹⁷² O ocupante irregular da fazenda objeto de negociação foi Geraldo Diniz Junqueira, residente no município de Ribeirão Preto.

Mapa 45

Fazenda Santa Rita

Município de Tupi Paulista

No geral, a diferença de valores entre o laudo do Estado e o laudo ofertado pelo fazendeiro-grileiro foi de 87%. Com isso, o fazendeiro-grileiro fez um negócio extremamente lucrativo, uma vez que, além do acordo estabelecido em 10 de outubro de 1997, com valores próximos aos estabelecidos pelo mercado, ele já havia colocado bois e imóvel como garantia de um financiamento junto ao Banco Unibanco, em 15 de abril de 1997, com a data de pagamento para o ano seguinte:

Data, Praça e forma de pagamento: **em 27 de fevereiro de 1998.**

Objeto de Garantia: em penhor cédular de 1º grau e sem concorrência de terceiros 720 bois da raça nelore, com idade atual de 02 anos ao preço unitário de R\$ 266 por cabeça, totalizando R\$ 190.800,00, animais esses marcados a fogo com o sinal do proprietário e o imóvel rural denominado rural denominado **Fazenda Santa Rita**, município de Tupi Paulista. (Registro nº 8.342 Cartório de Imóveis de Tupi Paulista, grifos do autor).

Ou seja, na data estipulada para pagamento do financiamento, o fazendeiro-grileiro nem era mais “proprietário” da fazenda. Apenas utilizou a terra como reserva de valor patrimonial, com a finalidade de inserir a renda acumulada em outras relações de produção.

Um elemento que também merece ser destacado, na retomada dessas terras, refere-se à entrada das famílias, no assentamento, e a ausência de organização via movimentos. No relato de um assentado, envolvido desde o início do projeto:

[...] a gente ficou acampado em junho de 1997. Eu morava em Junqueirópolis e tocava terra lá em Castilho. Nós havia feito a inscrição e tal saiu a terra. Um amigo meu disse...oh! saiu a terra a gente tem que ir pra lá. Daí saiu os 30% e gente ficou 20 dias acampado. Aí teve o despejo, a polícia levou nós pra uma ponte ali embaixo, a gente ficou acampado lá uns 20 dias de novo! Ai depois mandou voltar e fiquemo aqui nos 30% mesmo. Ai depois de dois anos saiu o restante da área. **Aqui não teve nada de movimento, acampamento não!** não tinha nada! A gente fez a inscrição, daí foi chamando: **vocês foram sorteado!** Inclusive eu tava inscrito numa fazenda lá em Panorama, daí eu resolvi trocar com um rapaz...coitado, lá deu zebra! Daí eu já tava aqui... **Não... aqui não teve aquele negócio de ficar na beira de estrada, de baderna, não! a gente era arrendatário,** foi o prefeito de Mirante que avisou a gente, ninguém ficou e ninguém queria ficar acampado! Todo mundo daqui tinha seu trator, já tocava a terra como arrendatário! Inclusive a gente entrou aqui com a polícia... ceis lembra? [comentando o episódio para o irmão e a esposa, que estavam presentes] (Camponês-assentado – PA Santa Rita, maio 2009).

A prática da ocupação, apesar de não ter sido a intencionalidade do grupo, foi mais para manter a área reservada, a fim de não fosse reivindicada por outro grupo ou movimento camponês. Mesmo estando acampado e sofrido reintegração de posse, o grupo não se sentia parte de um processo mais amplo, provocado inicialmente por outros movimentos, ao afirmar que “Aqui não teve nada de movimento, acampamento não!” ainda que declare, contraditoriamente: “[...] aí teve o despejo, a polícia levou nós pra uma ponte ali embaixo, a gente ficou acampado lá uns 20 dias de novo!”

Ou seja, as famílias passaram por um período de “luta”, na forma de acampamento, apenas para justificar o acordo entre Estado e fazendeiro, uma vez que todos os laudos consultados na pesquisa apresentam o conflito como o principal motivo para sua concretização.

O perfil das 38 famílias que moram no PA é de trabalhadores que já exploravam a terra, na região, na forma de arrendamento, mas nunca haviam tido terras que estivessem sob seu controle, para planejar em longo prazo. Assim, quando entrou, grande parte já possuía alguns meios de produção e conhecimento de mercado e comercialização, sendo que dificilmente solicita assistência técnica do ITESP.

No gráfico 22, podemos perceber que 68% da produção, no assentamento, se originam das culturas vegetais (algodão, milho, urucum, melancia etc.). O assentamento possui um ordenamento territorial que difere um pouco de outros do Pontal. Primeiro, pela presença constante, em quase todos os lotes, da produção vegetal, visto que normalmente o que impera é o pasto para a produção leiteira. (cf.mapa 46)

Gráfico 21

Uso do solo - domínio fazendeiro-grileiro (antes do assentamento)

Fonte: Laudo de Vistoria, ITESP, setembro 1998.
Org.: FELICIANO, 2009

Gráfico22

Uso do solo - domínio camponês (depois do assentamento)

Fonte: Safra 2005/2005, ITESP
Org.: FELICIANO, 2009

Quando comparado ao gráfico 21 sobre o uso do solo, no período de domínio dos fazendeiros, pode-se notar que praticamente toda a área era dedicada à pastagem.

Assentamento Santa Rita

Município de Tupi Paulista

Fonte: Fundação ITESP, LRP/Safra 2004/2005
Org./ elaboração : FELIGIANO, 2009

Outro aspecto interessante para se destacar relaciona-se à trajetória das famílias, no trato com a terra e experiência acumulada no trabalho como arrendatários, proporcionando uma condição material superior, na entrada do lote. Muitos já possuíam os meios de produção, um pequeno capital para investimentos, enquanto o projeto e o financiamento do governo ainda estavam em elaboração.

Nas fotos seguintes podemos observar algumas áreas de lazer no assentamento. Em entrevistas com os assentados, apareceram relatos de que, no PA, não havia uma área destinada ao convívio social.

Um assentado cedeu parte do lote para a construção da igreja, outro uma área para posto de saúde, um campo de futebol. E praticamente todas as construções foram custeadas com recursos da própria comunidade

As famílias criaram uma área de socialização, que, em outros assentamentos, costumeiramente é utilizada na antiga sede das fazendas. Esse é um fator que também merece atenção, pois o espaço das sedes, antes usado pelos fazendeiros-grileiros, quando transformado em Projeto de Assentamento, apresenta características de uso diferenciadas e contraditórias

As sedes das antigas fazendas não pertencem a nenhum assentado, em específico, mas sim a todos, pois o Estado pagou por um preço razoável pelas edificações. Porém, seu uso habitualmente pode ser de todos, de poucos ou de ninguém.

Como vimos, no PA Santa Tereza da Água Sumida, as famílias aproveitaram as edificações da sede para implantar um posto de saúde e um barracão de reuniões; em outros assentamentos, são empregadas como depósito, câmara de resfriamento de leite, escola, salas de informática etc. Já, em outros, podem ser usadas apenas or determinado grupo, dentro do PA, que esteja vinculado a movimento e/ou associações.

No caso desse assentamento, as famílias ora as utilizam como espaço de socialização e convivência, ora renegam tudo o que um dia representaram, deixando as casas e barracões construídos pelo fazendeiro-grileiro se deteriorarem.

Foto: Capela na área cedida por um assentado e construída pela comunidade. Destaque para o capricho com os detalhes paisagísticos e de manutenção.
 Fonte: FELICIANO, 2009 – trabalho de campo

Foto: O padrão das casas no assentamento são de boa qualidade. Destaque, ao lado, casa de madeira utilizada como moradia antes da casa atual, com varanda e toda pintada.
 Fonte: FELICIANO, 2009 – trabalho de campo.

Foto: Área de mangueira próximo a sede. Todas as edificações estão condenadas. Pode ver que aos poucos matérias são retirados, pois não há controle sobre a área.

Fonte: FELICIANO, 2009 – trabalho de campo.

Um assentado relata que não sabe oficialmente por que o ex-funcionário da fazenda mora na sede, mas que isso foi parte do acordo feito com o antigo fazendeiro e Estado:

[...] na área da sede tem o administrador que mora lá. Ele diz que aquilo é dele, que ele ganhou aquilo do Estado...eu não sei não se é mesmo! Por que ele tem um lote lá no fundo e ele não mora no lote dele! Olha ali [na sede] tinha uma mangueira que era um mundo de grande...e tá apodrecendo tudo! A madeira vai caindo, vai sumindo.. A gente já falou para o técnico fazer uma reunião e dividir aquilo ali entre a gente....senão vai sumir aos pouquinhos! Ali tem um tronco também...aquilo ali é caro!! [Mostrei as fotos da benfeitoria da sede na época da vistoria, ao entrevistado]

Ih, isso está tudo caído, derrubado, está tudo no chão já! O barracão da mangueira caiu tudo! (assentado no PA Tupi Paulista)

O trabalho desta pesquisa não está voltado para a análise de caso das relações sociais internas aos assentamentos, mas está interessado em observar as diferenças de ordenamento territorial e modelos de desenvolvimento diferentes e opostos. O

foco é o processo de retomada das terras para uso do campesinato, que, após a conquista, redefine relações de mercado, de vizinhanças de sociabilidade e de poder.

Nesse caso, as famílias, mesmo não participando da luta travada pelos movimentos camponeses, nas inúmeras ocupações, reintegrações, despejos, ameaças etc., foram igualmente “sem-terras”, pois viviam da sua força de trabalho, por meio do arrendamento em outras propriedades na região.

Questionados sobre as perspectivas de futuro, uma vez que possuem o domínio e o controle sobre seu tempo e espaço, as famílias mostraram-se críticas, sobretudo com relação à questão jurídica das terras. Um assentado aflora um pensamento muito comum, entre a comunidade:

Estar, aqui é bom!... a gente mora num lugar que é da gente...mas a gente pode **trabalhar a vida inteira, e você constrói daqui dentro e aqui, isso não vai ser nosso mesmo, nunca!** Não é mesmo? Eu vendi uma casa que eu tinha em Junqueirópolis para poder investir aqui dentro. Ela valia 80 mil real e eu gastei aqui dentro! Eu vou trabalhar até morrer e eu não vou ser dono disso daqui! **Eu acho errado isso, pois a gente não tem uma garantia de nada! Eu tenho somente a posse daqui! Mas eu investi e, se um dia, quiser sair daqui? Pessoa nenhuma nunca vai me pagar tudo o que fiz aqui dentro!** Na minha maneira de pensar, é isso! Eu não tenho documento disso aqui, eu queria pegar mais financiamento, mas não tenho o documento da área! Eu queria investir num barracão pra frango. Como é que vou fazer isso, numa área que não é minha, é do Estado? E quando você pega um financiamento, é aquela coisa pequeninha, não dá pra investir mais! Sabe por que a gente não pega mais e a longo prazo dos bancos? Porque a **gente não pode dar o lote como garantia!** É o que os bancos pedem pra gente! (Assentado desde o início – entrevista concedida em trabalho de campo, junho 2009 – **grifos nossos**).

O depoimento expressa que estão sob uma terra que de fato não é deles, ainda que o trabalho o defina que sim. Têm “*somente a posse daqui*”, contudo as terras são do Estado. A liberdade que a propriedade privada pode proporcionar, como “*pegar mais e a longo prazo dos bancos*”, mesmo para se tornarem subordinados, seria mais pela autonomia da escolha de decisão, seja pelo acerto, seja pelos erros, mas com autonomia. Não tendo “*o documento da área*”, entendem que são *trabalhadores do/para o Estado* ou, de modo diverso, *tutelados pelo Estado*.

A condição conflituosa que os camponeses vivem pode gerar inúmeras outras discussões, uma vez que, até hoje, nenhum projeto de assentamento ou assentado no Estado de São Paulo conseguiu transformar um termo de permissão de uso da terra em propriedade privada.

Certamente, o que a luta dos camponeses, organizada ou não, conseguiu foi alterar minimamente a estrutura fundiária de município ou região, tendo que conviver, muitas vezes, com outros modelos de desenvolvimento, que estão do outro lado da cerca.

Foto: Aqui podemos ver dois modos de uso solo. Por um lado temos a produção de cana de açúcar que cerca praticamente todo o assentamento. De outro lado, pequenas parcelas camponesas que conseguiram redistribuir a terra.

Fonte: FELICIANO, 2009 – Trabalho de Campo maio de 2009.

7.3 -Da fazenda ao Assentamento Radar: o acordo entre Estado e família Takigawa

Localizada a 26 km da rodovia SP-563 (Rodovia da Integração), que liga os municípios de Presidente Venceslau e Andradina, essa fazenda possui o córrego do Vargim como limite de sua porção oeste.

A família Takigawa exercia os direitos de uma área dividida em duas glebas, sendo a primeira denominada Fazenda Radar (305,61 ha.) e a segunda, Fazenda Tsuguio (242 ha.), perfazendo um total de 547,61 hectares, conhecidos como denominação única de Fazenda Radar.

Assim prescreve a 3ª clausula do termo de ajuste¹⁷³ da negociação entre Estado e proprietário:

Os PRIMEIROS PROMITENTES **[fazendeiros]** se obrigarão a ceder ao SEGUNDO PROMITENTE **[Estado – Fundação ITESP]**, ou a outro ente ou órgão público por ele apontado, os direitos que ora exercem sobre a referida área de 547,61 hectares, renunciando aqueles, agora e para sempre qualquer discussão judicial ou extrajudicial a respeito do domínio, posse ou detenção a que esteja ela sujeita. (**grifos nossos**).

O acordo estabelecido como processo de indenização de benfeitorias foi composto de um corpo textual, contendo: análise e justificativa do acordo, levantamento das benfeitorias e definição dos valores.

Anexados ao processo, são relacionadas cópias dos seguintes documentos: termo de ajuste firmado entre as partes; documentação dos ocupantes; laudo de vistoria elaborado pelo ITESP; laudo de vistoria elaborado pelos ocupantes; ação reivindicatória – PGE, contra os ocupantes; e a sentença judicial de indenização das benfeitorias da fazenda São Bento (utilizada como referência nos acordos).

O ponto máximo da discussão, para se chegar ao acordo, é representado pelas divergências apontadas nos laudos entre o ITESP (Estado) e fazendeiros. As terras da fazenda foram avaliadas por engenheiro agrônomo, na data de 22 de fevereiro de

¹⁷³ Termo de ajuste são os acordos assinados pelos envolvidos. O acordo em questão foi assinado em 26 de março de 1997.

2007, chegando a um total de R\$ 449,197,00, sendo estes divididos entre construções (R\$ 262.108,00) e culturas existentes no local (R\$ 187.089,00).

O imóvel, quando realizada a vistoria, era explorado em quase toda sua extensão por pastagem no regime extensivo, sendo que em apenas uma área de 60 ha. havia, na forma de arrendamento, culturas anuais (feijão), realizadas por funcionários que residiam e trabalhavam na fazenda.

A ordenação territorial e uso do solo, antes da retomada do Estado, destinando-a ao uso do trabalho camponês, pode ser observada no Mapa 47. Verifica-se que 87,14% da área eram usados para pastagem, 11,10% para cultivo e o restante para instalações da sede e estradas.

Enquanto o laudo do ITESP estipulou o valor de R\$ 187.087 reais pelas culturas produzidas na fazenda, o laudo do fazendeiro indicou o valor de R\$ 551.732 reais, somente pelas pastagens. Ou seja, o valor dos pastos era superior a todo o laudo do Estado.

Ao analisarmos a tabela 75, podemos averiguar que, em todos os itens levantados, há uma discrepância dos valores entre os laudos confeccionados pelo Estado e pelos fazendeiros. A diferença alcança o percentual de 181%. A maior parte da diferença está vinculada ao preço estipulado pelas culturas e uso do solo.

De acordo com laudo da Fundação ITESP,

[...] o ITESP levantou índices e efetuou cotação de preços para as operações e insumos utilizados na implantação das culturas em análise. As diferenças fundamentais residem na consideração de itens de desmatamento, enleiramento e destoca por parte dos ocupantes, não considerados pelo ITESP por terem ocorrido há muitos anos atrás, de forma predatória. (Laudo de vistoria da fazenda Radar).

Os laudos apresentados pelos fazendeiros não inserem nenhuma discussão sobre o assunto, todavia apenas indicam o valor requerido como direito adquirido.

Com relação às diferenças deparadas nas benfeitorias não reprodutivas, como a casa da sede, reservatórios d'água, porteiras etc., o laudo do Estado argumentou que as construções foram avaliadas pela cotação de materiais em lojas do município da região, porém são acrescidos fatores como depreciação dos materiais, assim como grau de conservação das obras de engenharia (ponte e represa).

Mapa 47

Fazenda Radar

Município de Presidente Venceslau

Uso do solo

- Pasto cultivado - 87,14
- Área de cultivo - feijão 11,10%

- Córrego
- Estrada
- Cercas

Edificações

Bebedouro

Fonte: Fundação ITESP, fevereiro, 1997
Baseado em laudo de vistoria..
Org. : FELICIANO, 2009

Mapa s/escala

Tabela 75

Comparação entre laudos – ESTADO x FAZENDEIROS

Fazenda Radar – município de Presidente Venceslau

Benfeitorias	Laudo do Estado R\$		Laudo do Fazendeiro- ocupante R\$	
Reprodutivas – culturas	Por hectares	Total	Por hectares	Total
Pastagem (capim <i>Brachiaria.ssp</i> e capim <i>Tanzania</i>)	341,64	187.089	1.007,52	551.732,00
Não reprodutivas Construções	Laudo do Estado (em reais)		Laudo do Fazendeiro ocupante (em reais)	
Curral + anexos	43.110,00		118.552,00	
Casa da sede + anexos	24.228,00		53.936,00	
Casa de colono + anexos	11.693,00		23.497,00	
Casa/dep. Pequeno	1.544,00		2.900,00	
W.C Banho	422,00		1.320,00	
Paio	826,00		2.120,00	
Poço+ motores	5.229,00		17.391,00	
Caixa d´água metálica	2.400,00		4.330,00	
Capela	1.940,00		3.270,00	
Casa em alvenaria (02) + anexos	13.247,00		37.729,00	
Reservatório d´água e anexos	16.132,00		36.541,00	
Bebedouros	7.332,00		19.700,00	
Cochos cobertos	3.312,00		11.220,00	
Poço caçimba (02)	1.424,00		4.150,00	
Rede elétrica	14.923,00		29.250,00	
Porteiras (49 unidades)	12.363,00		33.380,00	
Sistema hidráulico	7.160,00		22.130,00	
Telefone Celular Rural	2.320,00		3.700,00	
Cercas externas e internas	59.360,00		169.800,00	
Obras de engenharia Rural				
Represa, Ponte e anexos	12.484,00		43.175,00	
Total das benfeitorias (não reprodutivas) R\$	262.108,00		711.291,00	
Total das benfeitorias (reprodutivas) R\$	187.089,00		551.732,00	
Total geral R\$	449.197,00		1.263.023,00	
Total por Há R\$	820,27		2306,40	
VALOR ACORDADO	R\$ 643.650,00 (R\$ 1.175,38 por há)			

Fonte: Itesp, 1996.

Org.: FELICIANO, 2009.

O laudo dos fazendeiros não expõe nenhum argumento por escrito, para justificar o procedimento adotado para se chegar aos preços expostos. Com isso, podemos afirmar que o preço alcançado nos laudos do Estado seguem todo o critério de regras e normas estabelecidas pela ABNT, CESP, ANUALPEC, **Revista da Construção** etc., enquanto não há justificativas ou argumentos técnicos dos laudos dos fazendeiros, que pudessem persuadir o pagamento dos valores das benfeitorias.

As negociações do acordo para se chegar ao valor final foram realizadas de maneira não formalizada, pois este se tornou razoável para o Estado e muito confortável para o fazendeiro.

Como já mencionamos, a justificativa para aceitar um valor médio estipulado entre as sentenças judiciais, o laudo do ITESP e o laudo dos fazendeiros, é a existência de um conflito (como justificativa social), a existência de uma velada jurisprudência de valores (como justificativa econômica), a responsabilidade da destinação das terras por serem devolutas (justificativa política).

Com base nas três justificativas, o Estado firmou o acordo com os ocupantes da Fazenda Radar, imitando-se na posse em 27 de outubro de 1997, após o depósito judicial dos títulos (TODA) e do dinheiro. Os recursos foram obtidos por repasse de verbas do Governo Federal (INCRA), pelos termos do convênio celebrado com o Governo do Estado de São Paulo, em 24 de abril de 1997.

Os fazendeiros receberam a “bagatela” de R\$ 643.650 reais, divididos da seguinte forma: 70% desse valor, ou seja, R\$ 450,550 reais em títulos da dívida agrária e 30% (R\$193.095,00) em moeda corrente.

Essa fazenda negociada com Estado já foi usada pelos ocupantes como reserva de valor, na forma de garantia para registro de uma cédula de crédito comercial, destinada como capital de giro para empresas da família.¹⁷⁴ Por duas vezes, foi empregada como garantia para estender o pagamento de financiamento obtido no Banco América do Sul S/A.

¹⁷⁴ A família possui duas empresas: Presidente Comércio de Hortifrutigranjeiros e Empresa de Transportes Rodoviários Takigawa Ltda., ambas sediadas no município de Presidente Prudente.

Mapa 48

Assentamento Radar

Município de Presidente Venceslau

Legenda:

- Produção Leiteira - **42,6%**
- Área de reserva
- Área comunitária
- Lotes sem informação

- Produção Vegetal - **11,61%**
- Produção animal (vacas, Bovino, bezerros e ovinos) - **46,32%**

- Estrada interna
- Estrada municipal
- Cercas (Divisa dos lotes)
- Córrego
- Edificações

Fonte: Fundação ITESP, LRP/Safrá 2004/2005
Org./ elaboração : FELICIANO, 2009

Mapa s/escala

Portanto, o direito adquirido como proprietário de uma área grilada garantiu a renda da terra e a possibilidade de recriação da mesma forma de produção em outras terras, principalmente no norte do Paraná e Mato grosso do Sul, conforme depoimento dos assentados (antigos funcionários) da Fazenda Radar.

Na atualidade, no PA Radar, residem 29 famílias camponesas, as quais sobrevivem da produção de leite (42%), das culturas de milho, algodão e coco (11%) e da produção animal (46%, relativa a bezerro, bovino, novilho, ovino).¹⁷⁵ (cf.mapa 48)

Ou seja, uma área cuja exploração era, em 87%, proveniente da pastagem e sob o controle de trabalho apenas de uma família (caseiros), mas, a mando dos proprietários residentes no município de Presidente Prudente, passa a ser controlada de maneira diferenciada por famílias que receberam o Título de Permissão de uso de 29 lotes.¹⁷⁶

Nos gráficos 23 e 24, podemos verificar a forma de uso e exploração do solo sob dois modos distintos de produção.

Gráfico 23

Fonte: Laudo de Vistoria da fazenda, ITESP, 1997
Org. : FELICIANO, 2009

¹⁷⁵ ITESP, dados da safra 2004/2005.

¹⁷⁶ Cabe ressaltar que nem sempre o número de famílias corresponde ao número de lotes, no assentamento, pois há um número crescente de agregados. Esse fator indica elementos referentes às necessidades de reprodução da forma de produção da família camponesa, não pensada ainda como forma de política pública.

Gráfico 24

Fonte: Safra 2005/2005, ITESP
Org.: FELICIANO, 2009

7.4 - Retomada das terras griladas por desapropriações: o caso da Gleba XV de Novembro

Em 23 de março de 1984, com o decreto/lei nº 22.034, o Governo do Estado de São Paulo determinou:

Artigo 1.º - Fica declarada de utilidade pública para fins de desapropriação pela Fazenda do Estado, destinada à Secretaria de Agricultura e Abastecimento, para melhoramento de centros de população de assistência pública e execução de seus serviços regulares, a área de aproximadamente 15.110 ha. localizada no município de Teodoro Sampaio em terras componentes do 14.º Perímetro, objeto de ação discriminatória em curso perante a comarca de Mirante do Paranapanema.

Com isso, uma luta, que havia começado no dia 15 de novembro de 1983, com a formação de um acampamento com aproximadamente 350 pessoas, nas fazendas Tucano e Rosanela, das empresas Camargo Correia e Viçar Agrícola Ltda., chegava ao fim de sua primeira etapa.

Antes de a área ser declarada e desapropriada por utilidade pública, o Estado tentou inúmeras negociações com os fazendeiros, na expectativa de que estes realizassem um acordo.

A proposta do governo Franco Montoro aos setenta e oito fazendeiros latifundiários da região foi estabelecer um acordo entre Estado e fazendeiros, em que o primeiro desistiria da continuidade das ações discriminatórias do 14º, 15º e 16º perímetros, regularizando-as; mas, em troca, deveriam ceder 25% das terras para promover assentamentos rurais. Os fazendeiros-grileiros recusaram a proposta do governo. A situação, com a recusa dos fazendeiros-grileiros, tornou ainda mais tenso o conflito na área.

A conjuntura que levou a essa situação da materialização do conflito esteve composta pelos seguintes elementos: a concentração fundiária na região; o desemprego em massa, com a desaceleração das obras de barragens da CESP; o trabalho exaustivo e subumano dos boias-frias; e as cheias constantes dos Rios Paraná e Paranapanema (AZEDO, 1989, p. 02).

Dessa maneira, o conflito entre classes ficou deflagrado, opondo, por um lado, os latifundiários/empresários (com muita terra) e, por outro, os trabalhadores desempregados, explorados, ex-arrendatários, ribeirinhos (sem terra alguma).

Episódios desse confronto foram muito bem relatados por Azedo (1989), Barbosa (1990) e Antonio (1990).

As famílias realizaram a ocupação da área de forma conjunta e ordenada: enquanto um grupo abatia as árvores, outro plantava no terreno, um terceiro montava os barracos de lona e outro perfurava poços, para abastecimento de água.

As ações de reintegrações de posse foram imediatas. Algumas estiveram a favor dos camponeses sem-terra, outras não, enquanto ainda outras derrubavam as primeiras.¹⁷⁷

Depois do despejo, as famílias montavam acampamento ao longo da rodovia SP-613, em frente ao local que haviam ocupado. O Estado, como não havia se

¹⁷⁷ Manchete: Juiz não concede liminar contra os invasores: “O juiz Paulo Dias Ribeiro, da comarca de Teodoro Sampaio, indeferiu o pedido de mandado liminar de manutenção de posse, impetrado pelas empresas Viçar S.A Agropastoril, proprietária da faz. Rosanela.... o juiz considerou não o aspecto material do direito, mas sobretudo a verdadeira justiça social. As terras estão sob judice, portanto, não se sabe se pertencem ao Estado ou aos fazendeiros” (Jornal **O Imparcial** – 19/11/1983).

deparado com situação semelhante, enviou representantes do governo para autorizar a permanência das famílias à beira da rodovia, assim como prestar assistência ao grupo acampado. Entre muitos, estiveram no local o Secretário do Trabalho, Representantes da CESP, o Diretor do Instituto de Assuntos Fundiários e o Procurador do Estado. Após uma articulação interna no governo, outras Secretarias envolveram-se na questão: Saúde, Promoção Social, Defesa Civil etc.

A mobilização dos camponeses foi realizada para além da denúncia. A finalidade foi provocar o Estado, com o intuito de buscar alternativas para a situação de pobreza crescente na região, em virtude da expansão do latifúndio e o desemprego em massa.

Segundo Azedo (1989),

[...] foi assim na presença de mais de 100 pessoas acampadas, sindicatos, deputados, representantes de vários setores da sociedade e a imprensa, que o governador Franco Montoro, no Palácio dos Bandeirantes assina o decreto 22.034 de 23 de março de 1983, prevendo a desapropriação de 15.100 ha. de terras para assentar as famílias, aproximadamente 420 que estavam acampadas as margens da SP-613. (AZEDO, 1989, p. 19).

Além desse decreto estadual sobre as áreas que deram origem à Gleba XV de Novembro, outras medidas do poder executivo também legalizaram a situação de posse de pequenos proprietários, na fazenda Ribeirão Bonito (com conflitos desde 1968), de 2.720,00 ha., e da Fazenda Santa Rita (desde 1978), de aproximadamente 2.400,00 ha.

A notícia da desapropriação via decreto proporcionou uma reação imediata dos fazendeiros-grileiros:

[...] esses decretos de desapropriações, em terras públicas (pois a Gleba XV de Novembro está localizada no perímetro da Reserva Florestal do Pontal), geraram a maior polêmica na Alta Sorocabana, provocando uma reação imediata dos latifundiários. Esses, realizaram uma reunião no SENAC, em Presidente Prudente, no dia 13 de julho de 1984 a fim de manifestaram publicamente contra as ocupações de terras nesse território paulista, e, em outras regiões do estado e. também regiões brasileiras. Consideraram gravíssimo o precedente aberto pelo governo estadual na região provocando um desencadeamento de um movimento de notórias origens, contrárias aos princípios constitucionais. Nessa reunião os dezoito fazendeiros latifundiários, cujas terras haviam sido parcialmente desapropriadas, declaram guerra aberta ao Estado, não permitindo, no

início, a entrada de funcionários do governo encarregados de medir os imóveis para destinar aos camponeses. O governo utilizou de forças policiais para garantir o trabalho de demarcação das terras. (ANTONIO, 1990, p. 50).

Em decorrência, o Estado, ao desapropriar as terras por utilidade pública, “comprou” uma briga política que acabou sendo o estopim para formação da União Democrática Ruralista (BARBOSA, 1990).

Portanto, foi a partir da luta organizada das famílias camponesas, desempregadas, ribeirinhas, assalariadas e boias-frias da região, que o Estado retomou as terras, via desapropriação por utilidade pública..

O Estado, em princípio, tentara um acordo amigável com os fazendeiros-grileiros, sem eficácia, pois, historicamente, haviam construído um domínio que pensavam ser garantido pelos direitos que a propriedade privada pode proporcionar.

A repercussão da luta das famílias sem terra, em meio ao recém-processo de redemocratização do Brasil, significou a soma de forças para que o Estado conseguisse enfrentar a classe dos ruralistas, retomar suas terras e destiná-las para implantação de assentamento rurais.

As terras devolutas, tomadas indevidamente pelos latifundiários-grileiros, foram recuperadas pelo Estado, conquista das famílias cuja materialização pode ser observada no mapa 49, em que se visualizam as áreas obtidas pelos camponeses e as áreas que ficaram em domínio dos fazendeiros-grileiros, naquela ocasião, após o decreto desapropriatório.

Hoje, o Assentamento Gleba XV de Novembro possui uma área de 13.310 hectares, divididos em 571 lotes, localizados nos municípios de Euclides da Cunha Paulista e Rosana. (cf. mapa 50)

A Gleba XV de Novembro é composta por cinco setores, e estes por áreas, divididas em 571 lotes, que medem entre 13 e 40 hectares, de acordo com a aptidão da área; as menores são de melhor qualidade para o plantio, e as maiores, com solos menos férteis, geralmente são destinadas à pecuária. O assentamento conta com 2.159 moradores. (YOKOI, 2005, p.81).

Mapa 49

Formação do Assentamento Gleba XV de Novembro

Mapa 50

Assentamento Gleba XV de Novembro

Município de Rosana/Euclides da Cunha Paulista

Fonte: Fundação ITESP, 2006.
Org./ elaboração : FELICIANO, 2009

Mapa s/escala

A seguir, inserimos uma sequência de fotos, onde se nota a alteração territorial com a redistribuição de uma área ocupada antigamente por 15 fazendeiros-grileiros e, na atualidade, reordenada para o convívio de mais de 2.500 pessoas.

Foto - Setor 1 – área da agrovila II – Em primeiro plano escola, ao fundo quadra coberta e casas ao lado.
Autor: FELICIANO, 2009.

Foto – Agrovila Setor II – Locais de socialização, como centro de informática, posto de saúde.
 Autor: FELICIANO, 2009.

Foto – Agrovila – Escola Estadual da agrovila III.
 Autor: FELICIANO, 2009.

Foto - Agrovila do Setor II – Posto da agência dos correios.
 Autor: FELICIANO, 2009.

Foto – Agrovila Setor II – Centro de informática e internet implantado pelo Estado. Crianças e adolescentes aguardam na fila para o uso.
 Autor: FELICIANO, 2009.

Foto – Agrovila II – Há 02 postos de internet. Um implantado pelo Estado e outro em parceria com uma ONG.

Autor: FELICIANO, 2009.

Foto – O centro comunitário da agrovila no setor III – Homenagem ao governador Franco Montoro que implantou o assentamento. É comum nos depoimentos das famílias o elogio a atuação desse governo

Autor: FELICIANO, 2009.

Foto – Assentada no setor II, ex-funcionária de um dos 15 fazendeiros que foram desapropriados. O esposo “abriu” a fazenda para o grileiro.
 Autor: FELICIANO, 2009.

Foto –Um dos espaços de lazer e socialização no setor III.
 Autor: FELICIANO, 2009.

Foto: Padrão das casas no Assentamento. Antes segundo assentado no local era somente pasto. Tudo foi construído com o trabalho da família.
 Autor: FELICIANO, 2009.

Foto: Escola Estadual do setor III – Referência as origens de parte do grupo que lutou pelo acesso a terra.
 Autor: FELICIANO, 2009.

Foto: Vista de parcial do setor III – Estrada que cruza todo assentamento.
Autor: FELICIANO, 2009.

Foto – Agrovila setor IV – Concentração de várias igrejas.
Autor: FELICIANO, 2009.

Foto: Outra igreja existente na agrovila do setor IV.
 Autor: FELICIANO, 2009.

Foto: Vista parcial dos lotes no setor IV.
 Autor: FELICIANO, 2009.

Foto – Posto de Saúde –agrovila do setor V
 Autor: FELICIANO, 2009.

Foto. Agrovila do Setor V – Vista do mercado e igreja católica ao lado.
 Autor: FELICIANO, 2009.

Foto – Ordenamento territorial dos lotes setor V – os solos não são propícios para cultivo. Nessa área cada lote pode chegar até 40 hectares. Utilizada essencialmente para pecuária
Autor: FELICIANO, 2009.

O projeto, quando implantado, dividia-se em 5 setores, cada um possuindo um Centro de Equipamentos e Serviços, que os camponeses denominam agrovila. (cf. mapa 49)

De acordo com levantamento realizado em conjunto com a CESP, cinco anos após a conquista da terra, o PA Gleba XV de Novembro mostrava a seguinte configuração:

Quadro - Cenário do PA Gleba XV de Novembro – 05 anos após sua conquista

Setores da Gleba XV de Novembro	Considerações sobre o desenvolvimento dos setores
Setor I 117 famílias, 01 escola de alvenaria de 1ª a 4ª série, 09 barracões de sergaria (bicho da seda), 01 barracão comunitário (antiga fazenda), 01 poço semi-artesiano, 01 associação	-É considerado, o mais desenvolvido do projeto, do ponto de vista financeiro, onde as famílias produziram mais, estão menos endividados; - Famílias com mais tradição agrícola, ilhéus, meeiros, arrendatários da região e Paraná; Essas famílias se emitiram na posse “na marra”, vivem mais agrupadas -Iniciaram plantio de amora em 1986, propiciando um melhor desenvolvimento
Setor II 124 famílias 01 escola de alvenaria de 1ª a 4ª série, 01 barracão comunitário, 02 igrejas, 06 barracões de sergaria, 02 poços semi-artesianos, 01 centro de saúde, 01 associação, e energia elétrica	- Houve um desenvolvimento melhor nos beneficiários que inicialmente possuíam 03 tratores. Dado a questão econômica (fim do plano cruzado), as famílias se endividaram; - Iniciaram o plantio de amora em 1986; - Existem famílias que não tem vínculo com a terra; - plantam bastante mamona.
Setor III 124 famílias 01 escola de alvenaria de 1ª a 4ª série, 01 barracão comunitário, 04 barracões de sergaria, 02 poços semi-artesianos, 01 associação, e energia elétrica	- Semelhante ao setor I, com uma ressalva, a terra é de menor qualidade
Setor IV 93 famílias 01 escolas madeira pré moldada de 1ª a 4ª série, 01 Centro de apoio da CESP, 01 poço semi-artesiano, energia elétrica no centro de equipamentos.	Antigo emergencial – Fazenda Santa Terezinha - Terra cansada, o fazendeiro utilizava com arrendamento; - o solo precisa de maiores tratos, calcário, adubo, o agricultor não tem condições de fazer isso sozinho; - grande parte do setor tinha área arenosa, com facilidade para erosão; -frustração de safra; -essa dificuldade com o solo inviabilizou o trabalho dos agricultores, e lá ficaram os que tinham menos poder aquisitivo e queriam aproveitar a infra-estrutura do emergencial: lotes preparados, poços. Essa área necessita de maior apoio do Estado;
Setor V 52 famílias Famílias que entram no ano de 1985, providas de outro acampamento. O setor até 1989 não contava com um CES, ou agrovila, pois os lotes eram grandes e distantes. Possuía em 1989 uma escola de madeira, provisória, 01 poço semi-artesiano.	-Setor que após análise de solo, verificou-se que seria melhor desenvolver pecuária leiteira. A área com maior declividade, terras arenosas e menos fértil para uso agrícola intensivo; - Foram selecionadas famílias com aptidão para esse tipo de cultura;

Fonte: Azedo, 1989, com informações prestadas por técnico agrícola da CESP.

Vinte e cinco anos depois da implantação do assentamento, 63% das famílias estão lá desde o início. De acordo com o ITESP, o índice geral de permanência nos assentamentos, em todo o Estado, é de 82%. A produção no assentamento está pautada pela criação de gado leiteiro (44,84%), e o restante dividido entre a produção animal (28,4%), vegetal (27,8%) e derivados (0,04%). (cf. gráfico 18)

Gráfico 25

Fonte: Safra 2005/2005, ITESP
Org.: FELICIANO, 2009

Comparando o mapa 49 com o 50, podemos visualizar a alteração na estrutura fundiária, com a transformação dos latifúndios em parcelas camponesas. O contraste fica nítido entre o tamanho da área dominada pelo trabalho familiar, de um lado, e a terra vizinha, explorada pelo fazendeiro-grileiro.

Com isso, o sentido da reforma agrária apresenta-se vinculado à questão da própria sobrevivência da família camponesa. Outras possibilidades, que não fossem pela luta e resistência contra o modelo de desenvolvimento excludente, dificilmente se sustentariam por um longo tempo. No depoimento a seguir, o camponês-assentado relaciona o significado da reforma agrária à terra de uso pelo trabalho:

O nosso caminho é esse, é a terra, não é o que eles estão pensando, fazendo aí como se diz, tipo de reforma agrária, é Banco da Terra, é um

monte de farsa que esse banco da Terra, é mais uma falência que vai trazer para os produtores! Isso por que nós estamos conseguindo ganhar a terra, mas não estamos conseguindo sobreviver em cima dela. Imagina se nós tivéssemos que pagar a própria terra! A terra que Deus deixou foi para nós usarmos, não para nós comprarmos ela. (José de Alencar - assentado da Gleba XV de novembro, in: YOKOI, 2005, p. 86).

Algumas famílias que estão assentadas hoje eram ex-empregados dos fazendeiros-grileiros. No relato de algumas, podemos verificar que a abertura das fazendas foi sendo realizada de forma gradual, uma vez que toda a região havia sido declarada como parte da grande Reserva do Pontal, no princípio do século XX.

Ah, eu e meu marido ajudamos o fazendeiro a abrir tudo isso aqui. No início a gente colocava fogo na beira da estrada para ir derrubando a mata, mais veio o pessoal da policia...porque não podia. Ai a gente fazia assim: deixava uma barreira de árvore na beira da estrada, porque eles só passavam pela estrada para ver...só que por dentro a gente ia derrubando aos poucos até chegar próximo da estrada. Ah com isso...pegava fogo e atrás não tinha mais nada! Vixe foi um sufoco danado! Era machado que não acabava mais, meu patrão vinha direto com caixa de machado para gente! Em troca disso a gente podia ficar na área e plantar as coisar para sustento da gente.

Depois quando o pessoal entrou aqui, foi uma confusão danada. O sr. Liso, mandava a gente por cadeado na porteira, a gente ia e colocava. Vinha o pessoal querendo entrar....a gente abria....fazer o que...ai ele vinha e trazia outro cadeado....o pessoal vinha e a gente abria, fazer que? não tinha mais ninguém aqui, e muita gente era conhecido nosso! (antiga funcionária do fazendeiro e hoje assentada setor III – Gleba XV de novembro – entrevista concedida em maio de 2009)

No processo de “abertura” das fazendas, para burlar a fiscalização, os fazendeiros procuraram inúmeras estratégias de ocupação e derrubada da mata. Antonio Vasques (1973),, no trabalho **A evolução da ocupação das terras do município de Teodoro Sampaio**, destacou vários esquemas de derrubadas implantados pelo fazendeiros-grileiros:

O mais importante não era serrar a madeira e sim derrubar a árvore. Quanto mais troncos caídos, mais seguro estaria o patrimônio do fazendeiro. As derrubadas se expandiam segundo direções pré-fixadas. Se nas terras havia um córrego ou ribeirão, o abate das matas desenvolvia-se no sentido destes, da foz com o rio Paraná, para as nascentes, formando os pastos, retângulos com lado menor sobre o córrego. Logo depois da derrubada a mata e mais ou menos limpo o terreno dos restos de pau e galharia menores pelo uso do fogo, coisa que não era de tanta importância, semeava-se o capim colômbio, soltando-se o gado meses

depois....Este tipo é valido somente no sentido do rio Paraná, a chegada por água pelo rio Paranapanema não foi praticada, pois o rio é de difícil navegação. (VASQUES, 1973, p. 99).

Com isso, podemos afirmar que, se houve uma lógica para a derrubada das matas com o objetivo de burlar a fiscalização, sempre foi de conhecimento dos fazendeiros-grileiros a ação ilegal cometida. Portanto, a abertura das fazendas, denominada desbravamento, não poderia em hipótese alguma ser levada em conta, nos processos de indenização nas ações reivindicatórias e nos acordos realizados com o Estado. Deveria, de fato, inverter essa lógica, cobrando pelas madeiras comercializadas e pela renda auferida, ao longo desses anos.

Essa forma de retomada das áreas públicas, adotada legalmente pelo Estado, proporcionou uma transformação nas relações sociais de produção. As famílias evoluíram para a posição de “patrões”, de “donas” do controle de seu trabalho, no tempo e no espaço.

Transcrevemos na passagem seguinte diversos depoimentos de assentados da Gleba XV¹⁷⁸, em que expressam a importância da autonomia do trabalho, da redefinição de sentidos nas relações homem-natureza, nas relações sociais, que se territorializaram com a conquista da terra:

Não trabalhar pra patrão é uma diferença muito grande, porque a coisa é mais gostosa é você levantar cedo e falar assim: eu vou fazer o que eu quero e não o que os outros querem! Nós temos o nosso ganha-pão e trabalhamos do jeito nosso, não do jeito que o patrão manda.

É daqui que tiro o dinheiro para me manter. Tudo que tenho veio das minhas vacas. Então devolvo com remédio, sal mineral, bom pasto, piquetei, tem boa água, tem tudo, É um investimento, mas é tudo aqui dentro.

Agora, todo anos eu planto abóbora, milho, mandioca. Mas só para consumo. Eu também faço horta todo ano. Estou pensando agora em criar frango, mas daqueles grandes. Crias fechados e com ração adequada. Porque, se cria solta, elas comem tudo. As frutas você não pode deixar de jeito nenhum ao alcance. O milho acabava que tinha que plantar feito louco. E, além disso, quando se tem galinhas, elas ficam rodeando você o tempo todo. Quero criar us franguinhos de corte também, mas só para nos mesmos. Eu não sou muito fã de ficar matando muita galinha.

Tem que deixar uma porcentagem de árvores que não pode cortar. E outra coisa, que mexe com vaca leiteira não pode cortar tudo mesmo, porque tem que deixar uma área de sombra. Quando está muito sol, elas correm

¹⁷⁸ Iokoi, Z.M (org) **In: Vozes da Terra**, - História de vida dos assentados rurais de São Paulo. Fundação Itesp (2005). Resultado de uma em parceria entre Universidade de São Paulo e ITESP..

lá pra baixo. Eu também. Nossa, quando está muito quente até eu deito lá embaixo da sombra.

A gente tá aqui, tem que plantar. O que gosta e o que não gosta, tem que plantar. O que a gente gosta, se come, e o que não gosta, chega um colega, um vizinho, e ele come. Quando, de repente, vou na casa de um deles, eles também me dão coisas. Então a gente sempre faz isso, é uma troca. Se eu tenho e ele não tem, eu levo para ele. Se ele tem e eu não tenho, ele traz. Sempre acontece isso.

Nós não precisamos trabalhar para ninguém. Desde que fomos assentados, nunca tiramos uma diária para fora. Sempre tiramos tudo o que daqui. Passamos apurado! Chegamos a comer só mandioca pura! Mas passou. (José de Alencar - assentado da Gleba XV de novembro, in: YOKOI, 2005, p. 87).

Outros modos de desapropriação realizados na região resultaram de ações do governo federal, em áreas vistoriadas como improdutivas, ou de intenso conflito entre posseiros e grileiros, grileiros e arrendatários, sem-terra e fazendeiros grileiros.

Porém, destacamos este caso de desapropriação¹⁷⁹, pois foi emblemático para a luta dos camponeses. Cortaram as primeiras cercas na região, tornando-se base para a formação do MST, no Pontal de no Estado de São Paulo.

7.5 - Da ação reivindicatória à negociação: a Fazenda São Bento abrindo precedentes

Até a finalização do acordo realizado entre Estado e o fazendeiro-grileiro Antonio Sandoval Netto, em março de 1994, o MST realizou 22 ocupações na Fazenda São Bento (FERNANDES, 1996). Esse acordo abriu um precedente histórico para as futuras negociações de terras públicas sob o domínio privado, na região.

O Estado, ao retomar as terras, em função de pressão social possibilitou a (re)criação, por um lado, do latifundiário: “A família do Sandoval estão trilionários! Compraram 5 vezes mais terras que tinham aqui e bem melhores, boas, boas mesmo, geralmente no Mato Grosso. Norte do Mato Grosso”. Por outro lado, a

¹⁷⁹ Como já sublinhamos, as fazendas Santa Rita e Ribeirão Bonito também foram desapropriadas com fins de utilidade pública.

transformação da fazenda em assentamento São Bento foi uma brecha encontrada pelo movimento camponês, como “uma possibilidade para edificar-se o território da liberdade e dos sonhos. Dos sonhos dos camponeses utopicamente re-construídos na proletarianização e na luta pela conquista da terra” (OLIVEIRA,1996).

A luta travada nessa parcela do território começou, quando cerca de setecentas famílias realizaram a primeira ocupação organizada pelo MST, no Pontal do Paranapanema. O grupo ocupou a fazenda Nova Pontal, em 14 de julho de 1990. Na sequência, iniciou-se uma intensa luta dos camponeses sem-terra pela retomada das terras públicas do Pontal.

As famílias passaram por sucessivas ações de despejo, ameaças praticadas por “seguranças” dos fazendeiros da região, além de uma questão que sempre rondou as ocupações: a fome.

Entre indas e vindas, ocupações e despejos, descrenças e esperanças, a “*sociedade da estrada*”, como certa vez a designou um acampado, chegou até a fazenda São Bento em 23 de março de 1991.

Já com o nome de acampamento João Batista da Silva¹⁸⁰, as famílias ocuparam as terras que estavam sob o domínio de um famoso grileiro da região: Antonio Sandoval Neto. A fazenda São Bento possuía uma área de 5.106 hectares, sendo que 2.782 haviam sido declarados como latifúndio por exploração, pelo INCRA, em 25/11/1986 (FERNANDES, 1996).

A luta para que o Estado retomasse a área e a destinasse para assentamento rural caminhou por duas frentes: uma, no espaço cotidiano, onde a luta e a resistência dos camponeses concretizavam-se nas ocupações, manifestações, caminhadas vigílias etc.¹⁸¹ Outra, no espaço jurídico, onde o Estado iniciou uma disputa com o fazendeiro-grileiro, desde o ajuizamento da ação reivindicatória até a formalização do acordo judicial e a retomada concreta da área.

As terras do 11º perímetro foram julgadas de domínio particular do grileiro Labieno da Costa Machado (hoje nome dedicado a distrito de Mirante do Paranapanema), no ano de 1947, pelo Juiz Dr. Carlos Dias. Somente na Segunda

¹⁸⁰ Homenagem em memória de uma liderança do MST/MS, que faleceu em acidente de automóvel no dia 07 de agosto de 1990.

¹⁸¹ Para mais a respeito, ver Fernandes (1996) e Almeida (1993).

Câmara do Tribunal de Justiça, em 16 de dezembro de 1947, a decisão foi reformada, e declaradas como devolutas todas as terras do referido perímetro.

A petição do Estado para abertura da ação reivindicatória da Fazenda São Bento aconteceu em 22 de setembro de 1992. Nesse contexto, dois meses antes, quando o Estado entrou com a ação reivindicatória, os camponeses sem-terra e as lideranças dos MST foram perseguidos por um mandado de prisão preventiva, requerido pelo Promotor de Justiça (sic) e concedido pelo juiz de Mirante do Paranapanema.

A configuração do que Fernandes (1999) chamou de judicialização da luta pela reforma agrária prenunciava-se, no Pontal do Paranapanema:

[...] o processo de judicialização da luta pela terra possui três dimensões: o uso indevido da ação possessória, por exemplo a grilagem de terras; em caso de ocupação, a realização do despejo em defesa dos interesses e dos privilégios dos latifundiários e em detrimento da vida dos trabalhadores; o não-desenvolvimento do processo discriminatório necessário para compreender a razão do conflito. (FERNANDES, 1999, p. 349).

A razão do conflito, no Pontal do Paranapanema, ficou materializada quando o Procurador Geral do Estado solicitou a abertura da ação para retomar as terras:

[...] na condição de legítima proprietária, a Fazenda do Estado, de fato, **vem apenas tolerando o uso privado dessa área**, o que, a partir de agora, deixa de fazer. Mas, como determina o art. 479 do Código Civil, é certo que “não induzem posse os fatos de mera permissão ou tolerância [...]”. (PGE, petição de Ação Reivindicatória.)

Vemos que o Estado, nesse momento, reconhece a ocupação ilegal, mas a transformou em uma ocupação tolerada e permissiva, desde a sentença da ação discriminatória. Em seguida, orientou que a ocupação dos fazendeiros não deveria incorrer em nenhum direito, porque, para “invadir, com intenção de ocupá-las, terras da União, dos Estados e dos Municípios – Pena: detenção de 06 meses a 3 anos.”¹⁸²

¹⁸² Crime tipificado pelo art. 20 da lei 4.947, de 6 de abril de 1996.

Por conseguinte, em vista de as terras serem públicas e terem sido ocupadas sem autorização, o Estado reivindica a fazenda, para cumprir um dever constitucional:

[...] **é evidente a existência de um conflito fundiário na região do Pontal do Paranapanema**, manifestado em inúmeras invasões de imóveis rurais efetuadas por trabalhadores sem-terra. Em especial, no objeto da presente ação, há meses se desenrola um grave conflito envolvendo centenas de famílias. **O Estado, de sua parte, tem o dever constitucional de promover a justiça social**, cuja concretização transita, no caso presente, pelo **assentamento de tais trabalhadores em terras de seu domínio**. Esse é o objetivo final que a presente medida propiciará”. (Petição de abertura de ação).

A resolução do conflito foi apresentada como uma questão de **justiça social**. Se as terras são de propriedade do Estado e há um conflito entre ocupante ilegal (fazendeiros-grileiro) e uma parcela de trabalhadores sem terra, o Estado tem a obrigação de retomá-las e convertê-las para outro uso, no caso, dos camponeses.

A petição da Procuradoria Geral do Estado, protocolada em 23 de setembro de 1992, na Comarca de Mirante do Paranapanema, foi contestada pelos advogados do fazendeiro-grileiro, Daniel Schwenck¹⁸³ e Jair Luiz do Nascimento, em 10 de dezembro do mesmo ano.

Esse mesmo escritório realizou todos os pedidos de reintegração e manutenção de posse para o fazendeiro-grileiro, procurando minimizar a existência de uma luta de classe e descredenciar a luta organizada pelos camponeses, como se lê em trecho do mandado de segurança:

[...] é certo que no dia 23 de março, cerca de 200 famílias, capitaneadas por meia dúzia de sediciosos ligados aos partidos de esquerda, numa atividade menos agrícola do que política resolveu cortar os arames das cercas da Fazenda São Bento. (Mandado de segurança, 28/06/1991, apud ALMEIDA, 1993).

Os argumentos que sustentaram o pedido de extinção da ação, feito pelo Estado, sem julgamento do mérito, foram: a) a delimitação errada da área; b) a

¹⁸³ Fazendeiro na região do Pontal do Paranapanema, tornou-se também um dos mais requisitados advogados na defesa dos interesses da classe ruralista.

inexistência de prova de que houve uma posse injusta; c) área com domínio particular legitimado; d) a prescrição da ação; e) a legitimação por usucapião; e f) o fato de o Estado não ter finalizado a ação discriminatória.

O primeiro argumento procurava questionar o trabalho técnico desenvolvido pela UNESP/Campus de Presidente Prudente, alegando que esta incorreu em erro, ao medir a área que seria proposta para a ação reivindicatória. Para tanto, os defensores usaram pareceres e literatura jurídica, a fim de inferir que o Estado não tinha certeza da área que é de sua propriedade ou de terceiros. Vejamos algumas citações utilizadas na defesa dos fazendeiros-grileiros:

[...] quem reivindica um imóvel, um pedaço de terras, tem que provar qual é a coisa certa, determinada, precisa, que reclama como sua, suposta pelo poder de disposição. (FULGÊNCIO, 1959, p. 32).¹⁸⁴

[...] em se tratando ainda imóvel, deve o autor mencionar todos os elementos que o tornem conhecido, que o individuem, que lhe permitam exata localização, como extensão superficial, acidente geográfico, limites e confrontações, a fim de estremá-lo de outras propriedades. Sem observância dessa formalidade não pode ser julgada procedente uma reivindicação, pela impossibilidade de executar-se ulteriormente a sentença. (MONTEIRO, 1975, p. 94).¹⁸⁵

Buscaram também decisões judiciais semelhantes, em outras ações reivindicatórias:

Ora, é da jurisprudência que na reivindicatória, a caracterização, localização, e confrontação do imóvel constituem requisitos indispensáveis [...] o autos da reivindicatória dela é carecedor quando a coisa não for individualizada no pedido, de modo a torná-la certa, com discriminação precisa das demarcações e confrontações.¹⁸⁶

E até mesmo em outros Estados:

¹⁸⁴ FULGÊNCIO, Tito – **Direitos de Vizinhança**. Rio de Janeiro: Forense, 1959.

¹⁸⁵ MONTEIRO, W. B. **Curso de Direito Civil** – Direito das Coisas – Vol III. São Paulo: Saraiva, 1975.

¹⁸⁶ Publicação de uma decisão do Desembargador Alves Braga, na 4ª Câmara Civil do Tribunal de Justiça de São Paulo.

No caso dos autos, além de a petição inicial e o documento acostado a fls. Serem omissos, em nenhuma fase do processo ficou demonstrada a exata localização do imóvel reivindicando. Antes, pelo contrário, demonstrou-se, isso sim, a falta desse requisito essencial para o sucesso da pretensão do autor. (Ação julgada na 1ª Câmara Civil do Tribunal de Justiça de Santa Catarina- 1977).

Baseados nessas principais teorias e casos julgados, os advogados alegaram que, na área reivindicada pelo Estado, os rumos e as confrontações não coincidiam com o títulos, nem com a posse exercida pelo fazendeiro, visto que o levantamento realizado pela UNESP não considerou as anotações e registros efetuados no Cartório de Registro Imobiliário de Mirante do Paranapanema e Santo Anastácio.

O segundo fator remetia a um ato falho, que depois foi revertido contra o próprio fazendeiro-grileiro. A área que o Estado pretendia reivindicar englobaria terras pertencentes a terceiros, ou seja, que nada teriam em comum com o fazendeiro-grileiro. E cita, como exemplo, o caso das terras do sr. Tydeo Gonçalves, em que este teria comprado 192 ha. (Fazenda Ventura) de outro grileiro da região, Domingos Leonardo Cerávolo.

Com isso, os advogados foram categóricos:

[...] esse erro é de natureza capital. Na hipótese de ser julgada procedente a ação de reivindicação, as terras do doutor Tydeo Gonçalves serão levadas a roldão, sem que ao menos essa pessoa seja ouvida ou citada para responder os termos da ação. [...] “como se vê, a declaração da área, elemento essencial ao pedido na ação reivindicatória não foi feita pela autora [Estado], devendo ser decretada a extinção do processo pela ausência de pressupostos de constituição e desenvolvimento válido a regular do processo e inepta a inicial.

Outro argumento que compôs o documento foi contestar, na abertura de uma ação reivindicatória, que não existe prova de que a posse tomada pelos fazendeiros-grileiros fora injusta ou de má fé.

A base de alegação dos fazendeiros-grileiros usou como paradigma a legislação germânica, para justificar que a posse foi justa. Nela, cita que o proprietário (Estado) só pode exigir do possuidor (fazendeiro-grileiro) a devolução da coisa (terra), quando sua posse é realizada de forma injusta. Afirmam que a posse na área, há mais de um século, aconteceu de maneira pacífica e contínua, e que o autor, para retomá-la, deve provar a existência da má fé ou injustiça.

O trecho a seguir relata que, em todos os momentos, o fazendeiro-grileiro (réu da ação), concretizou a posse de modo ordeiro:

[...] a toda evidência, a posse do contestante [fazendeiro-grileiro] é despida de qualquer vício. Não ingressou na posse mediante violência, quer real, quer ficta. Comprou as terras através de escrituras. Por sua vez, inexistiu qualquer clandestinidade. As escrituras foram públicas e a própria fazenda do Estado que agora apresenta como reivindicante, teve conhecimento das transmissões, tanto assim que recebeu o respectivo imposto de transmissão **inter vivos**. (**grifos na ação**).

Segundo a defesa, o Estado, ao relatar, na petição inicial, que a ocupação do fazendeiro-réu não configura posse, mas sim detenção da área, abriu um precedente para justificá-la como justa, porque a “detenção não exclui a posse, só que o detentor é uma pessoa e o possuidor outra, havendo uma relação de hierarquia ou subordinação entre aquele e este. [...] diz-se detentor quem tem a posse em nome alheio”.

Os advogados questionaram a tese do Estado, pois, no momento da ocupação pelos fazendeiros, o Estado não tinha nem mesmo realizado as ações para definir e separar as terras públicas das privadas. Se o fazendeiro-réu apenas detém a posse para alguém, quem seria esse alguém? Ou seja, ele estaria subordinado a quem, de direito?

O terceiro argumento empregado como tentativa para barrar a ação reivindicatória apela para dois decretos estaduais 6.473/1934 e nº 14.916/1945. Segundo a defesa, as terras ocupadas pelo contestante foram reconhecidas pela própria autora como propriedade particular e que, portanto, a legitimação das posses estavam configuradas, no momento da ação discriminatória.

O quarto argumento refere-se à prescrição da ação. Como já relatamos, anteriormente, esse argumento também fora utilizado pelos fazendeiros-grileiros, a fim de tentar extinguir ou pelo menos atrasar o julgamento da ação discriminatória, pois não se discute o mérito, mas sim o processo.

A alegação foi:

[...] se em 1858, precisamente no dia 20 de junho, o Estado passou a ser titular do direito de propriedade, a transcrição foi o fato que deu nascimento ao seu direito. A fonte remota do direito de propriedade do Estado foi a Constituição Federal de 1891, que em tese, atribuiu as terras

devolutas aos Estados membros da Federação. Porém, a fonte geradora do direito foi a transcrição.

Estabelecidos esses cânones, que a própria Fazenda do Estado reconhece, chegamos a conclusão de que a partir da data de transcrição começou a fluir o prazo prescricional que, na hipótese vertente é de quinze (15) anos¹⁸⁷, já que entre ausentes. Portanto, no dia 21 de junho de 1973, ocorreu a prescrição da ação e, por via indireta da prescrição, ocorreu também a extinção do direito de reivindicar, da parte da Fazenda do Estado. “Logo, a presente ação está irremediavelmente prescrita.

Outro argumento usado foi que as terras poderiam ser usucapidas, uma vez que foram ocupadas antes do código civil de 1917, o qual proibiu tal prática em terras públicas. Reafirmam que as terras da fazenda São Bento estavam inseridas na antiga Fazenda Pirapó-Santo Anastácio, que, na época, já eram de domínio particular. Explicam que, em 1806, as terras pertenciam a Manuel Pereira Goulart e que dois terços da área foram transcritos em 1908, para a Companhia dos Fazendeiros do Estado de São Paulo. Na verdade, o questionamento se pauta na tese de que as transcrições garantiam o domínio particular e, por outro lado, se as ocupações aconteceram antes de 1917, seria cabível o enquadramento na categoria de usucapião.

O último argumento destaca que os fazendeiros não teriam responsabilidade pela incompetência do Estado, que, findada a sentença declarando as terras devolutas, não legitimou as posses da área do 11º Perímetro. A partir da homologação da sentença, o Estado não se manifestou mais sobre o assunto. Argumentam que caberia ao Estado, no momento adequado, ter levantado as posses e convocado os possuidores a regularizá-las. Sustentam que o Estado deveria ter proposto administrativamente um plano de legitimação, antes de entrar com ação judicial;

[...] sem que haja o prosseguimento do processo administrativo de legitimação das posses, não pode a autora reivindicar, ou seqüestrar, ou requisitar referidas áreas. Há que convocar todos os possuidores que participaram da ação discriminatória para o fim de obtenção de seus respectivos títulos de domínio.

¹⁸⁷ Alegaram que, se ação reivindicatória é um pedido real, o Código Civil, no artigo 117, estabelece os prazos para prescrição de um pedido.

Após os advogados do fazendeiro-grileiro terem protocolado documento contestando o pedido da Fazenda de iniciar a ação reivindicatória, o juiz da comarca de Mirante do Paranapanema reencaminhou o documento para a Procuradoria Geral do Estado, para manifestar-se sobre os pontos contestados.

Em respostas sucintas, a Procuradoria Geral do Estado desconstruiu a tentativa dos fazendeiros-grileiros de extinguir a ação. A resposta foi encaminhada para o juiz, em 08 de fevereiro de 1993.

Com relação à observação de que haveria erros na delimitação da área a ser reivindicada, informaram que foram utilizadas as técnicas mais modernas no levantamento de terras rurais, naquela época (aerofotogrametria).

Para o Estado, não importava que a descrição não estivesse coincidindo com as que constavam no registro imobiliário. O importante era criar referências para localizar a área, até porque o laudo realizado pela Faculdade de Engenharia Cartográfica da UNESP era mais preciso do que o laudo elaborado apenas por levantamento topográfico.

Com isso, rebate, afirmando que,

[...] em sendo reivindicada coisa “certa”, determinada e “precisa”, isto é, o imóvel rural – denominado “FAZENDA SÃO BENTO” é evidente que a preliminar de erro na descrição do imóvel é descabida. Incumbe ao Réu provar que o imóvel em questão não está sendo ocupado por ele, ou que não se trata do mesmo latifúndio denominado “fazenda São Paulo”, com mais de 5.000 ha. , o que não poderá fazer. (Resposta às alegações dos fazendeiros-réus, 08 de fevereiro de 1993).

Relatam ainda que, dentro da área reivindicada (e citam os argumentos da defesa dos fazendeiros), havia uma área ocupada do sr. Tydeo Gonçalves, a fazenda Ventura. Com isso, reconhecem e solicitam ao juiz o aditamento da inicial, incluindo o sr. Tydeo Gonçalves como parte no polo passivo, uma vez que o ocupante era genro do réu e administrador da fazenda São Bento.

Sobre o argumento alegado de que a posse teria sido realizada de forma justa, mansa, pacífica e contínua, os procuradores são veementes em enfatizar:

[...] se a propriedade é pública (fato que a contestação não conseguiu infirmar) e está sendo ocupada por particular sem qualquer concordância do ente público (dominus) como então se defender a justificativa de posse

cuja existência é alegada? **Na verdade, o Estado tão somente “tolerou” que os réus se utilizassem do imóvel**, o que, a partir da propositura dessa ação, deixou de fazer.

Com isso, inseria-se uma postura política de que a ocupação naquela área foi irregular e que, a partir daquele momento, pretendia retomá-la. Aproveitam a ocasião para declarar que os fazendeiros-grileiros nunca dispuseram de qualquer título provindo do Estado ou que contivesse sua anuência, como ocupação privada.

Além disso, destacam que os processos de legitimação não deveriam ser analisados, nesse caso, sob a ótica de critérios de uma propriedade privada, como fizeram os advogados, pois são terras públicas e deveriam ser interpretadas à luz do regime jurídico-administrativo dos bens públicos.

No argumento alegado pelos fazendeiros-grileiros de que a ocupação das terras, em algum momento, teria sido legitimada por decretos estaduais, contra-argumentaram os procuradores, dizendo que decreto algum pode ser vislumbrado diante de um reconhecimento judicial de que as terras do referido perímetro são devolutas. O fato de a decisão judicial ter sido transitada e julgada afasta toda e qualquer alegação concernente à existência de domínio particular sobre as terras do referido perímetro. Inclusive a mesma sentença que declarou o caráter devoluto das terras deixou clara a inexistência de títulos que tenham sido fruto de origem privada e de ocupação legal.

Os procuradores desconstroem também a alegação de que havia prescrito o tempo para o Estado retomar a área, via ação reivindicatória. Apenas demonstram que, em bens públicos, qualquer ação possui o caráter da imprescritibilidade, assim como, a partir do código civil de 1917, tornou-se inadmissível a aquisição de bens públicos por meio de usucapião; antes desse código, a prescrição aquisitiva somente era admitida em relação aos bens públicos, se comprovada a posse do imóvel por quarenta anos, completados antes da vigência do código civil.

Esse não foi o caso das terras desse perímetro e, conseqüentemente, da Fazenda São Bento. O título que deu origem à cadeia dominial foi declarado írrito, e imprestável a comprovação do exercício de qualquer posse. Nem mesmo havia indícios de que, naquela área, havia ocupação e muito menos cultivo, não podendo os fazendeiros-grileiros alegar que teriam a posse desde aquela época.

Os procuradores fazem, ainda, a seguinte declaração: “[...] ademais, a posse é fato, e como tal, seu exercício não se presume como simples decorrência dos títulos, máxime quando foram fulminados inapelavelmente por uma ilegalidade.”

Na contestação dos fazendeiros-grileiros, os advogados alegavam que o Estado, antes de realizar a ação reivindicatória, deveria propor um plano de legitimação das posses. Teria errado, por conseguinte, pois, ao findar a ação discriminatória e demarcatória, deveria propor a regularização.

Segundo o parecer da Procuradoria Geral do Estado, não tem procedência nenhuma alegação de que o Estado teria deixado de atender à legislação que determinava que os possuidores fossem chamados para legitimar suas posses. A ação discriminatória transitada em via judicial esgota-se com o registro imobiliário da sentença declarada. A partir desse momento, com as terras declaradas como devolutas, o Estado de São Paulo passa a ter toda a disponibilidade para destinar a área, segundo seu interesse.

Desse modo, os argumentos de contestação da ação reivindicatória foram respondidos a contento e não houve argumentos contundentes para barrar o andamento da ação pedida pela Fazenda do Estado.

Nesse meio tempo, as famílias sem terra já haviam materializado a luta na junção dos acampamentos João Batista da Silva e Primeiro de Maio, criando o acampamento União da Vitória, nas margens do ramal desativado da FEPASA: “[...] esse acampamento novo, maior na história da luta pela terra no estado de São Paulo, reunia e torno de mil e oitocentas famílias de trabalhadores bóias-frias, arrendatários, meeiros, parceiros etc. precedentes de dez municípios da microrregião da Alta Sorocabana”¹⁸⁸ (FERNANDES, 1996, p. 178). O MST continuou. a partir de então, a efetivar a prática de entrar na área, plantar e sair, mantendo o acampamento fora da fazenda.

Já na disputa legal, foi realizada, em 27 de julho de 1993, a primeira audiência judicial, onde as partes resolveram tentar uma conciliação:

¹⁸⁸ Esse número foi superado no início do século XXI, com a ocupação realizada pelo MST na estrada que liga Presidente Epitácio a Teodoro Sampaio. Segundo as lideranças, mais de 5000 mil pessoas participaram do acampamento, que chegou a possuir uma extensão de 5 quilômetros de barracos, ocupando os dois lados das margens da rodovia. Esse acampamento teve uma repercussão nacional e internacional, sendo que a revista **Times** e o Jornal **New York** cobriram a ocupação.

[...] iniciados os trabalhos desta audiência, pelo MM. Juiz foi tentada a conciliação tendo as partes concordado nos seguintes termos: 1 para viabilizar eventual solução amigável estão de acordo em proceder a avaliação da faz. São Bento, área reivindicada, compreendendo separadamente discriminação dos valores das benfeitorias, das acessões e das terras, em cruzeiro e em UFIR; pedem ao juízo a nomeação de perito avaliador, a fixação de honorários provisórios, bem como que os trabalhos iniciem-se no próximo 09 de agosto de 1993, as 08:00 horas, na fazenda São Bento; [...] O juiz deferiu o pedido de que o processo corresse em SEGREDO DE JUSTIÇA e designou próxima audiência para o dia 30 de agosto de 1993, momento em que serão apresentados os laudos do perito e dos assistentes técnicos.” (Audiência de conciliação, processo nº 204/92 – 27 de julho de 1993, 14 horas).

7.5.1 - Os polêmicos laudos de avaliação da Fazenda São Bento

Conforme a orientação judicial, foram realizados três laudos de avaliação da fazenda São Bento: um laudo pelo perito indicado pelo juiz Joel Birello Mandelli; outro pelo assistente dos fazendeiros-réus e outro pelo assistente indicado pela Fazenda do Estado.

Divergências de interpretação e até mesmo difamação entre as partes compuseram o debate sobre os valores das benfeitorias e a competência de cada avaliador da ação reivindicatória da fazenda São Bento. Somente em fevereiro de 1994 é que o acordo começou a ser formatado.

O laudo técnico do assistente indicado pela Fazenda do Estado discordou em grande parte dos levantamentos realizados pelo perito judicial e pelo assistente técnico dos fazendeiros-réus. Destacamos alguns pontos da discordância, seja de interpretação, seja de valores.

7.5.1.1 - Terras nuas

O laudo do perito judicial não deixou claro, nas pesquisas de preços das terras, que se tratavam de terras devolutas, tampouco realizou pesquisa envolvendo várias firmas que prestavam esse tipo de serviço.

Em acréscimo, a inclusão do valor da terra nua, nesse caso, não tem suporte jurídico, pois as terras são devolutas. O Procurador do Estado sublinhou que,

[...] mesmo que pese a validade de tal estudo para efeito de conhecimento, é incontroverso nos autos que as áreas reivindicandas estão totalmente inseridas em perímetro julgado devoluto por sentença transita em julgado. [...] o laudo equipara terra devoluta a terra particular, desconhecendo que o mercado imobiliário é obrigado a levar em consideração a situação jurídica do bem posto no comércio. Até porque a certeza de domínio conduz a segurança imprescritível a atividade negocial. Nem mesmo a título acadêmico tem valor a avaliação da terra nua trazida à colação pelo laudo crítico dos requeridos. (Autos da ação reivindicatória).

7.5.1.2 - Utilização da área

O laudo técnico do Estado, assim como o parecer do Procurador, foram contrários à inclusão da área de reserva como um objeto de indenização, conforme solicitado nos outros dois laudos.

A lei determina que, no mínimo, 20% da área sejam destinadas à preservação de florestas e/ou matas ciliares. No caso, não seria possível indenizar áreas que foram desmatadas, pois, até mesmo o genro do Sr. Sandoval Netto já havia sido multado administrativamente por desmatamento, além de se ter recusado a pagar a multa.

Portanto, o Procurador solicitou a exclusão da área de reserva como uma benfeitoria indenizável. Primeiro, por uma determinação da lei e, segundo, em obediência a uma decisão judicial para executar a multa.

A área de reserva natural da fazenda São Bento é de 1.021,19 ha., as quais, somadas a mais 96 ha. de matas ciliares, totaliza o montante de 1.117,99 ha., que deveriam ser excluídos do total geral de 5.105.97 ha.

Outro ponto de discordância foi com relação ao pedido de exclusão de 45,05 ha. das benfeitorias não reprodutivas (estradas, açudes, barragens, bacias secas, represas, aterros e construções), que estariam sobrepostas também nas áreas reprodutivas. Segundo o Procurador do Estado e o laudo técnico que o subsidiou, houve um equívoco muito grande, tanto da parte dos réus como do perito judicial, nas avaliações, pois consideraram o que a lei desconsidera como indenização, duplicando as avaliações.

Com isso, ao não descontar áreas como, por exemplo, de estradas, produziu um valor duplo de avaliação, como se pudessem coexistir estradas e pastagens na mesma área. Como está citado, na ação, “a eliminação da sobreposição de áreas é pois, medida da mais rigorosa exigência técnica, para evitar-se dupla indenização conducente ao enriquecimento ilícito”.

Enquanto o laudo do Estado excluiu 1.117 ha. de área destinada a preservação, o laudo dos fazendeiros-grileiros excluiu apenas 680 ha., ou seja, apenas 10% da área total reivindicada.

Segundo interpretação do Estado, a utilização da área deveria ser avaliada na seguinte proporção:

Utilização	Área hectares
Área de proteção	1.117,96 ha
Benfeitorias não reprodutivas	45,05 ha
Benfeitorias reprodutivas	3.942,95 ha
Área total	5.105,97 ha

Fonte: Ação Reivindicatória, 204/92

7.5.1.3 - As benfeitorias reprodutivas

A divergência principal com relação às benfeitorias reprodutivas foi por conta do “erro”, tanto do perito judicial como do assistente dos fazendeiros-grileiros, ao não excluírem corretamente as áreas de reserva e das estradas das benfeitorias reprodutivas, vindo a quase duplicar os valores.

O tamanho total da área com benfeitorias reprodutivas para os laudos citados foi de 4.292,04 ha. A diferença alcançada destes com a área estipulada pelo Estado (3.942,95) foi de 441,93 hectares.

A diferença esteve contida na área atribuída a título de reserva natural e nas estradas. O laudo da autora da ação considerou uma área de 1.021,19 ha., enquanto o laudo dos fazendeiros-réus e do perito judicial contabilizou apenas com 588,72. A diferença dos dois, mais a soma da área da estrada (12,45 ha.) é a diferença geral entre as áreas de benfeitorias reprodutivas apresentadas pelas partes.

Quer dizer, dois laudos duplicaram a indenização, não somente da área de reserva, como também das estradas, ao sobrepor as áreas em indenizações de naturezas distintas.

7.5.1.4 - O valor das pastagens

Os erros apresentados, seja no laudo dos fazendeiros-grileiros, seja no do perito judicial, podem ser expostos de forma resumida, nos principais pontos:

A tabela técnica da CODASP¹⁸⁹, como referência para os valores da formação de pastagens, tem a característica de ser cotada com preços para pagamento a prazo e parcelado, ignorando outros preços efetivamente praticados pelo mercado. Com isso, houve um aumento considerável em relação ao laudo do Estado, que realizou uma média de preços baseados igualmente em várias empresas, tendo como forma de pagamento à vista.

Os laudos incluíram o valor de suposto frete no preço final do calcário, fertilizantes e sementes, quando, na verdade, o frete já estava incluso no valor do preço da venda.

Novamente, a duplicidade de preços aparece, pois leva se leva em conta o valor da hora-máquina para formação das pastagens em áreas que não deveriam ser contabilizadas.

Todavia, foi justamente na formação das pastagens que os fazendeiros conseguiram converter os valores não cobrados da terra nua, por serem terras devolutas, em valores de mercado. Sem contar ainda que, nessa formação do pasto, nenhum dos três laudos inseriu a discussão sobre a viabilidade ou não de considerar o processo de desbravamento como uma benfeitoria a ser indenizada. Todos calcularam o desmatamento, destoca, enleiramento, limpeza e queima como categorias indenizáveis.

Em momento algum o Estado cogitou ou questionou, na ação reivindicatória, que a ocupação foi um ato irregular, ilícito, e que se calculasse o montante devido pelos fazendeiros-grileiros devido ao uso da área, por todos esses anos. Na verdade,

¹⁸⁹ A tabela da CODASP também foi empregada na avaliação das barragens e das bacias secas. Portanto, incorreram no mesmo erro, ao considerar os valores a prazo e sem nenhuma comparação com outra empresa.

com o desmatamento em área destinada a reserva, esse valor seria socialmente e ambientalmente mais justo.

7.5.1.5 - Quanto valem a cercas, a casa da sede e uma piscina?

Outra discussão entre os valores apresentados foi com relação aos preços das cercas. Os laudos dos fazendeiros-grileiros e do perito indicaram apenas o critério de “bom-mau-regular”, sem definir como construíram tal categorização e como as madeiras e lascas encontradas se encaixariam em cada uma. A idade de algumas cercas e sua depreciação também não foram apreciadas, o que alterou seu valor, no final das benfeitorias. Além disso, incluíram como elemento de indenização as cercas localizadas em faixa de domínio da FEPASA, que não foram implantadas pelos fazendeiros e deveriam ser excluídas do processo.

Com relação à avaliação da casa da sede, o laudo elaborado pelo assistente técnico indicado pelos fazendeiros-grileiros esboçou uma descrição muito vaga e lacônica, ao classificá-la como em “ótimo estado de conservação”.

Cabe citar a descrição do laudo técnico do Estado, com respeito à casa da sede:

[...] em vistoria ao imóvel citado foi verificado que o piso da varanda do mesmo apresenta grandes rachaduras, o acabamento interno não é de material utilizado para uma casa de padrão considerado fino ou de 1ª qualidade como quer fazer supor o assistente técnico dos réus; o piso da varanda é de caco cerâmico; os azulejos dos banheiros e cozinha atingem apenas 1,60 de altura; nas paredes internas não foi aplicado massa corrida e a maioria das paredes externas nem sequer são revestidas com argamassa e, finalmente, as esquadrias metálicas já começam apresentar sinais de corrosão ao tempo.” (Texto “Análise do laudo técnico do assistente técnico dos réus”).

O valor da piscina também foi questionado pelo Estado, pois se tratava de

[...] uma piscina sem as instalações hidráulicas normais de uma piscina, tais como dispositivos de retorno e aspiração, grelha de fundo, coadeira, encanamento, casa de bombas e calçadas ao redor revestidas com pedras naturais.

Ao final, a diferença encontrada entre o valor apresentado pelo perito judicial e pelo assistente técnico do Estado, acerca da avaliação da piscina, foi de 74,14% maior

Enfim, foram inúmeros os questionamentos apontados pelo laudo discordante realizado pelo técnico indicado pela Fazenda do Estado. Desde os erros grosseiros de duplicação de área, passando por cálculos equivocados, até mesmo à incoerência nos critérios de depreciação das benfeitorias.

Para o assistente técnico da Fazenda do Estado, no laudo oficial (do perito), “não houve por parte do perito, um critério coerente estabelecido para determinação do coeficiente de depreciação; e este influenciou diretamente no valor da avaliação, **ocasionando distorções nos valores das benfeitorias**” (**grifos nossos**).

Uma conjunção de fatores levou a um debate coberto de ofensas pessoais e preconceituosas, no decorrer do processo, principalmente entre o perito judicial, o técnico indicado pela Fazenda do Estado e o Procurador Geral do Estado. Isso fez com que a efetivação do acordo se prolongasse ainda mais, para deleite dos fazendeiros-grileiros, os quais não se manifestaram com relação aos impasses que surgiram.

Primeiro, foram as críticas e o questionamento do laudo do Estado, sobre o procedimento metodológico adotado pelo perito judicial, reiterados pelo Procurador do Estado.

O segundo fator foi o questionamento, pelo Procurador do Estado, sobre os honorários apresentados pelo perito judicial, ao término de avaliação da fazenda:

[...] a quantia solicitada a título de honorários periciais... equivalem a cerca de 3.741,67 salários mínimos. Para tal quantia um trabalhador que receba um salário mínimo por mês, levará trezentos e onze (311) anos.

Ou, este outro trecho:

[...] deve ser ressaltado, que a eventual indenização a ser suportada pela Autora, por envolver terra devoluta, não comporta a inclusão do valor da terra nua. Aliás, no laudo oficial o valor estipulado a terra nua corresponde a cerca de 40% do total da avaliação efetivada. A perícia judicial não pode ser equiparada àquela contratada com particulares, os quais se sujeitam às regras do mercado.

Se as terras nuas não fossem consideradas no laudo oficial, o valor total da avaliação também sofreria uma queda e, com isso, os honorários do perito judicial passariam de 3.741,67 salários para 2.332,25.

Por conseguinte, se o que o perito judicial ganha, em honorários, corresponde proporcionalmente a uma porcentagem do valor da indenização que ele mesmo estipula, fica evidente que há uma certa vantagem em omitir, sobrepor áreas, supervalorizando o valor das benfeitorias. Por isso, entende-se o fato de não ter havido diferenças nem questionamento entre o laudo oficial e o laudo dos fazendeiros-grileiros.

Ao expor essa aparente vantagem entre valor de avaliação e valor de honorário, a reação do perito judicial foi imediata. O pedido de pagamento dos honorários foi apresentado ao juiz, em 20 de outubro de 1993. A Procuradoria Geral do Estado apontou dúvidas quanto ao valor e à composição do laudo, em 22 de novembro do mesmo ano. Um mês após as observações do Procurador, o perito judicial respondeu detalhadamente a todas as questões apresentadas pelo Estado, em um documento com 62 laudas.

O perito alegou que o laudo do Estado possuía muitos erros, justificando que isso começou, ao indicar uma pessoa leiga e que exercia ilegalmente a profissão de Engenheiro Agrônomo. Por conta disso, explanou que ele não entendia os cálculos feitos por profissionais gabaritados.

Ao depreciar e julgar discriminadamente o profissional indicado pelo Estado, tentou desmoralizar tanto o questionamento do técnico, ao adjetivá-lo como um “leigo pretensioso”, como o próprio Procurador do Estado, ao afirmar que “o procurador e seu técnico são leigos no assunto e estão dizendo asneiras”.

Nesse ponto, o perito judicial acabou materializando sua inconformidade pelo fato de ter sido questionado tecnicamente por outro profissional e, além disso, exposto a uma possível relação de vantagem sobre o dinheiro público ou até mesmo envolvimento em corrupção.

Como não houve consenso, na elaboração dos laudos, o juiz Joel Birello Mandelli manifestou-se, em 29 de dezembro de 1993, declarando que “ainda não há amparo legal para que o juízo, em sede ainda de possível acordo entre as partes”.

O clima de desconforto entre o Procurador e o perito judicial aumentou com o documento do primeiro, solicitando ao juiz que retirasse dos autos **expressões injuriosas**, usadas pelo perito, que “extrapolou de suas atribuições de mero auxiliar do julgador da causa”.

Somente em 9 de fevereiro de 1994, houve um acordo entre as partes envolvidas. Os fazendeiros apresentaram uma proposta de que fariam o acordo, se o valor mínimo das benfeitorias e acessões chegasse a Cr\$ 2.700.000.000,00, ou 9.258.306,75 UFIRs, pagáveis em três parcelas mensais iguais e consecutivas. Afirmaram que entregariam a posse do imóvel somente após o pagamento da última parcela, que estaria então prevista para junho de 1994.

Convertendo esse valor da UFIR em reais, em seu último período de existência, em outubro de 2000, o Estado pagou uma quantia de R\$.9.814.865,15 pelas benfeitorias das fazendas São Bento e Ventura. Com isso, cada hectare hoje equivaleria a R\$ 1.747,88 reais. De acordo com o IEA (Instituto de Economia Agrícola), o valor médio do hectare, em propriedades acima de 242 ha., na região de Presidente Prudente, girou em torno de R\$ 1.463,68, no ano de 2000. Ou seja, sem contar ainda as taxas de juros ao ano, o Estado pagou pelas suas próprias terras um valor ainda superior à média dos preços de mercado.

Essa diferença de postura fica evidente, ao compararmos os valores finais apresentados pelos três laudos de avaliação da fazenda São Bento:

Tabela 76 – Comparação entre laudos – Fazenda São Bento

Laudo de avaliação	Valor em UFIR	Convertido para reais (outubro de 2000)	Valore p/hectare	≠ do valor acordo
Assistente Fazendeiros-grileiros	15.178.462,06	R\$ 16.089.169,78	R\$ 3.053,06	64%
Assistente Fazenda do Estado	4.899.734,89	R\$ 5.193.718,98	R\$ 929,76	47%
Perito Judicial	10.537.310,27	R\$ 11.169.548,88	R\$ 2.108,71	13%
Valor do Acordo	9.258.306,75	R\$ 9.814.865,15	R\$ 1.747,88	

Fonte: Ação Reivindicatória – nº204/1992

O valor da UFIR de Outubro de 2000 foi de R\$ 1,06.

Como podemos observar, na tabela 76, o valor acordado entre as partes esteve bem próximo ao estipulado pelo perito judicial, mesmo com todas as críticas e questionamentos realizados pela Procuradoria Geral do Estado. O valor de cada hectare foi negociado a preços superiores à média de mercado, tornando assim extremamente vantajoso negociar com o Estado.

Com isso, a negociação das terras da fazenda São Bento, via ação judicial e acordo realmente amigável para o fazendeiro-grileiro, foi transformada em uma relação de compra e venda, descaracterizando uma ação política de retomada das terras públicas.

O próprio conflito entre as classes, que expôs a injustiça cometida pelos fazendeiros-grileiros, há décadas, foi a justificativa para a “composição amigável” entre Estado e fazendeiro-grileiro:

[...] a notória situação de grave conflito fundiário na região do Pontal do Paranapanema, em especial no 11º Perímetro, dispensando alongadas digressões **(há diversos registros policiais de conflito, inclusive com armas, entre fazendeiros e os chamados sem-terra, muitos deles nas próprias Fazenda São Bento e Ventura**, sem contar as demandas judiciais correlatas).

Nesse cenário, medidas que permitam a Administração Pública estadual, por meio de órgãos competentes, dispor de áreas para legitimações, assentamentos e demais mecanismos de regularização fundiária, revestem-se de relevância e urgência indiscutíveis. (PARECER final da PGE sobre a proposta de acordo apresentada pelos fazendeiros – 10 de fevereiro de 1994, **grifos nossos**).

O cenário do conflito permanente permitiu ao Estado a realização de um acordo extremamente vantajoso para o fazendeiro-grileiro da São Bento, assim como para todos os que se sucederam, pois se tornou referência nas futuras negociações com Estado, a partir de 1995.

A Fazenda São Bento, antes da implantação do Assentamento, era tomada por pastagens em quase 80% de sua área, como pode ser visto no gráfico 26 . Retirando as áreas de reserva, a fazenda não possuía mais nenhuma outra forma de uso que não fosse baseado em grandes áreas de pastagens ou, como definido pelo INCRA, latifúndio por exploração.

No gráfico 27, e mapa 51 podemos perceber as transformações existentes nessa parcela do território. Conforme levantamento de produção, referente à safra de 2004/2005, 60% do valor da produção estão voltados para criação de gado leiteiro, seguida de produção vegetal (21,7%) e animal (17,79%).

Nas áreas de plantio, tradicionalmente são cultivados algodão (29,91%), mandioca para indústria (65,67%), milho (3,65%) e feijão (0,45%).

Gráfico 26

Fonte: laudo técnico da Fazenda do Estado – Ação Reivindicatória nº 204/1992.
Org.: FELICIANO, C. A. 2009

Assentamento São Bento

Município de Mirante do Paranapanema

The map illustrates the spatial distribution of land use and agricultural production within the Assentamento São Bento. The settlement is divided into numerous lots, many of which are designated for dairy production (60.94%). Green areas represent reserves, and yellow areas represent community land. The map also shows internal roads, fences, and the presence of water bodies like streams and a reservoir. Various agricultural products are mapped, including dairy animals, vegetables, and fruits.

Legenda:

- Produção Leiteira - 60,94%
- Área de reserva
- Área comunitária
- Lotes sem informação

Produção Vegetal 21,27%

Produção animal (bezerros, bois, vacas.) 17,79%

Infraestrutura:

- Estrada interna
- Cercas (Divisa dos lotes)
- Córrego
- Linha de Transmissão
- Linha Férrea - Ramal Durados

Assentamentos e Locais:

- Assentamento São Bento
- Assentamento Acoiá
- Assentamento Haroldina
- Assentamento N. S. Aparecida
- Assentamento Esprea da Dália
- Assentamento Canaã
- Assentamento Santa Clara
- Assentamento King Mea
- Fazenda Santa Cruz

Mapa de Assentamento São Bento

Fonte: Fundação ITESP, LRP/Safrá 2004/2005
Org./ elaboração : FELICIANO, 2009

Fonte: Fundação ITESP, LRP/Safrá 2004/2005
Org./ elaboração : FELICIANO, 2009

Gráfico 27

Fonte: LRP, safra 2004/2005 – ITESP
Org.: FELICIANO, C. A. 2009

Somadas aos gráficos, e ao mapa podemos visualizar as fotos seguintes, as quais indicam as transformações recentes, nessa parcela do território, agora dominada pelo trabalho camponês.

Foto: Pequena cantina próxima a agrovila. Assentada tem projeto de construir uma lanchonete, em razão a localização e movimentação no local.
Autor: FELICIANO, 2009

Foto: Agrovila São Bento – Movimentação de ônibus escolares.
Autor: FELICIANO, 2009

Foto: Construção igreja católica agrovila do PA São Bento.
Autor: FELICIANO, 2009.

Foto: Escola Municipal e Postode Saúde – Local de grande movimentação na agrovila
 Autor: FELICIANO, 2009

Foto: Plantio de mamona em primeiro plano. Algumas famílias aderiam ao programa de Biodiesel. Bem ao fundo temos o Morro do Diabo.
 Autor: FELICIANO, 2009

Foto: Parte de das edificações da sede estão em deteriorização.
Autor: FELICIANO, 2009

Foto: Instalações da piscina na sede da fazenda São Bento.
Autor: FELICIANO, 2009

Foto: Vista parcial da antiga sede da fazenda São Bento. Atualmente não está sendo utilizada regularmente.

Autor: FELICIANO, 2009.

Foto: Antigas casas de colonos. No início do PA alguns assentados residiram temporariamente. Atualmente encontram-se desabitados.

Autor: FELICIANO, 2009

Foto: Vista parcial do assentamento.
 Autor: FELICIANO, 2009

Foto: Vista de um lote. Ao fundo plantio de cana de açúcar, de fazendas arrendadas para Usinas da região.
 Autor: FELICIANO, 2009

Considerações finais

O poder e a manutenção de uma determinada classe social no Brasil construiu com base na violência, um discurso em que estabelece amplos privilégios àqueles que detêm uma parcela do território, denominada propriedade privada da terra.

A construção de um território pressupõe a luta e o embate para desconstruir uma lógica que seja oposta aos seus ideais. O desenvolvimento do capitalismo no campo brasileiro esteve extremamente ligado ao caráter contraditório de destruição/construção/ (re)construção de modos de vida distintos.

Como tratamos durante a análise da pesquisa, a propriedade privada da terra é a materialização do poder, de extensão de um domínio econômico/político, que foi adquirido de um bem natural. Portanto, a relação terra, território e Estado estão atreladas a uma disputa entre as classes sociais.

O poder adquirido pela tomada ilegal de parcelas de um território garantiu a classe latifundiária amplos direitos e benefícios. Primeiro, o direito de auferir toda a renda capitalizada da terra e transformá-la em reserva de valor. Segundo, o benefício de tentar manter um status político/ideológico que em princípio, impossibilitaria o Estado de retomar ou redistribuir as terras no Brasil.

Caberia então a organização da própria sociedade na forma de movimentos, sindicatos, partidos e etc em questionar, denunciar e expor publicamente as mazelas dos diversos segmentos envolvidos em práticas conservadoras, de manutenção de uma determinada ordem social.

Nesse embate entre as classes, o Estado, teoricamente, foi criado para manter o equilíbrio e controle social. O papel do Estado nessa luta de classes, não dá para ser analisado, como apenas um agente regulador dos princípios da liberdade e igualdade. O entendimento de sua ação fica inócuo, sem a compreensão da interferência e do poder de uma classe que procura manter-se em uma condição dominante e privilegiada de informações e benefícios.

Como foi apresentado nas discussões durante o texto de análise da pesquisa, o Estado nasceu pela necessidade de conter os antagonismos das classes, contudo, já nasceu em meio a seus conflitos e luta entre elas. Portanto, seu surgimento esteve vinculado ao domínio de uma das classes, a mais forte economicamente. Diante disso, reafirmamos com a passagem de Engels, que:

O Estado antigo foi, sobretudo, o Estado dos senhores de escravos para manter os escravos subjugados; o Estado feudal foi o órgão de que se valeu a nobreza para manter a sujeição dos servos e camponeses dependentes; e o moderno Estado representativo é o instrumento de que se serve o capital para explorar o trabalho assalariado. (2002, p. 178).

Na relação com a terra, o Estado brasileiro deixou a mercê do jogo de força das relações sociais, a sua destinação e ocupação. Com isso, a terra tornou-se refém da propriedade. A propriedade com as cartas constitucionais desde a revolução francesa tornou-se um direito. E o direito de propriedade passou a ser o pilar estrutural da sociedade. Os indivíduos deixaram de valer pelos seus títulos de nobreza, e sim pelo seu patrimônio. Nesse caso, a terra transformou-se em poder. E conseqüentemente, a concentração de terra em acúmulo de poder e riqueza.

No Brasil, o desenvolvimento do capitalismo no campo ocorre de forma desigual e contraditória (OLIVEIRA, 1996). A realidade nos mostra a permanência da concentração fundiária, e contraditoriamente a recriação de relações não-capitalistas de produção. O entendimento da questão agrária brasileira passa necessariamente pela observação desse fenômeno. Pois é pela concentração da estrutura fundiária e também tentativa política de implementação de um único modelo de desenvolvimento para a agricultura, que podemos compreender o emprego da violência como manutenção de uma determinada ordem social.

É justamente pela violência que os povos indígenas foram dizimados, os negros escravizados, os posseiros expropriados e os sem-terras “demonizados”, despejados, e perseguidos. O movimento camponês sem terra são os rebeldes da contemporaneidade.

Por isso questionam, recuam e voltam a questionar oportunamente a irracionalidade da propriedade privada da terra. Sem esse questionamento, os planos governamentais de reforma agrária sequer seriam incluídos como políticas públicas. Como vimos, até o mais rico e avançado estado da federação brasileira, pouco atentou-se em sua história governamental, a resolução dos conflitos e problemas de distribuição de terra.

Nem mesmo, no caso do Pontal do Paranapanema, onde o processo de grilagem de terras foi de conhecimento público e notório, o Estado optou por controlar o território. Foi pelas ações dos posseiros da Gleba XV de Novembro, da Lagoa São Paulo, ou então os sem terra da Fazenda São Bento, que mais de 102 assentamentos foram conquistados (cf. mapa 52). Foi através da disputa contra os fazendeiros-grileiros que os camponeses forçosamente redirecionou a ação política do Estado em determinados momentos históricos e retomou as terras públicas;

Procuramos revelar que o Estado ao ser pressionado pelo movimento camponês para retomar as terras públicas do Pontal do Paranapanema, que foram apropriadas ilegalmente, possibilitou tanto a (re)criação deste, como dos latifundiários.

Por um lado, os camponeses conquistaram uma parcela do território que estava sob o domínio e controle dos fazendeiros. Por outro, os fazendeiros foram “recompensados” ao converterem atos de ilegalidade e crime, em legalidade e acúmulo de riqueza. Seja na regularização de parte das fazendas griladas, seja na relação de compra-venda das terras públicas metamorfoseada em pagamento de indenizações de benfeitorias, seja na compra com dinheiro público de novas e maiores terras na região centro-oeste e norte do Brasil, reproduzindo novamente práticas conhecidamente ilegais.

Nesse contexto de luta de classes, o Estado apresenta-se como um administrador do conflito pontual. Entender e resolver a estrutura agrária requer assumir uma postura no conflito de classes com interesses opostos, por isso o Estado administra os conflitos de acordo com conjuntura que lhe favoreça, como afirmou Dulley (1995, p. 39),

Mapa 52
TERRITÓRIO EM DISPUTA
 Terras (re)tomadas no Pontal do Paranapanema

- Terras tomadas - domínio dos fazendeiros (sem disputa judicial)
- Terras tomadas - domínio dos fazendeiros (parcialmente em disputa judicial)
- Terras retomadas - domínio dos camponeses (Assentamentos Estaduais)
- Terras retomadas - domínio dos camponeses (Assentamentos Federais)
- Terras retomadas - domínio dos camponeses (reassentamentos)
- Terras retomadas - ainda domínio dos fazendeiros (Ações reivindicatórias)
- Terras de preservação ambiental (Reservas/estações ecológicas)
- Terras sem ações discriminatórias

— Principais Rodovias

Mapa sem escala
 Fonte: ITESP, 2008
 Org. Elaboração: FELICIANO, C.A. 2009.

[...] é característico também da intervenção estatal, que geralmente a mesma se dê muito mais em relação a problemas do que a conflitos, ou seja, o Estado procura muito mais tentar resolver um problema, sem tocar no conflito que está por trás dele. E isto por que a solução de problemas permite a solução para todos, enquanto os conflitos não.

Assumir uma postura nesse caso das terras devolutas não é transferir a responsabilidade para outra esfera de poder. Com vimos, as maiorias das ações discriminatórias deram ganho de causa ao Estado, portanto, são terras públicas. O Estado adotou uma postura política de abrir mão do controle do território, reafirmando assim os estudos realizados pelo sociólogo José de Souza Martins.

Como o controle e destinação das terras devolutas foram transferidos, na Constituição de 1891, para o domínio dos estados, o governo paulista até atualidade não resolveu a questão dominial de duas regiões mais concentradoras de conflitos: Vale do Ribeira e Pontal do Paranapanema.

No Pontal do Paranapanema, parte das ações discriminatórias que foram retomadas pelo Estado, em meados da década de 1990, via reivindicação dos movimentos sociais, ainda não obtiveram uma sentença final.

Portanto, o Estado não assume o controle sobre o território. Transfere e transverte responsabilidades políticas em competências técnicas seja para esfera do poder judiciário (discurso da justiça lenta), seja para esfera municipal (indicando, mas não transferindo as terras devolutas estaduais como patrimônio municipal).

Cabe então ao movimento camponês organizado e a denominada *sociedade da estrada*, lutar (mapa 53) por frações do território (mapa 54) que estão oportunamente sob domínio irregular de particulares.

Mapa 53

MOVIMENTO CAMPONÊS EM LUTA

Espacialização das ocupações de terras no estado de São Paulo (1979 a 2008)

Fonte: AMCF/ITESP - 2009, CPT, 2009.
Org. Elaboração: FELICIANO, C. A., 2009

Mapa 54

TERRITORIALIZAÇÃO CAMPONESA

Assentamentos Rurais no estado de São Paulo (1979 a 2008)

Mapa 54

BIBLIOGRAFIA

- ABRA. Revista Reforma Agrária. Campinas: ABRA. Ano 16. abr/jul 1986.
- ABRA. Re-constituir a Reforma Agrária. Revista Reforma Agrária. Campinas: ABRA. Ano 18. nº 2 – ago/nov. 1988.
- ABRAMOVAY, R. De camponeses à agricultores: paradigmas do capitalismo agrário em questão. Campinas: IFCH/UNICAMP, 1990. Tese (Doutorado). Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, 1990.
- ALMEIDA, R. A. A conquista da terra pelo MST no Pontal do Paranapanema: as ocupações das fazendas São Bento e Santa Clara. Presidente Prudente, 1993. (Monografia apresentada ao Departamento de Geografia da Faculdade de Ciências e Tecnologia da UNESP, para a obtenção do título de Bacharel em Geografia).
- ALMEIDA, R. A. Diferentes modos de organização de explorações familiares. O caso do reassentamento Rosana e o Assentamento Santa Clara. Dissertação de Mestrado. UNESP, Presidente Prudente, 1996.
- ALTHUSSER, L. Aparelhos ideológicos de Estado. Ed. Graal. São Paulo, 1985.
- ANDRADE, M. C. Abolição e Reforma Agrária. 2.ed. São Paulo: Editora Ática, 1991. (Série Princípios).
- ANDRADE, M. C. Cidade e campo no Brasil. São Paulo: Editora Brasiliense, 1974.
- ANDRADE, M.C. A questão do território no Brasil. Recife/São Paulo: Editora IPESPE/HUCITEC, 1995.
- BALDUÍNO, T. (depoimento) A ação da Igreja católica e o desenvolvimento rural. In: Dossiê Desenvolvimento Rural. Universidade de São Paulo. Instituto de Estudos Avançados. Vol 15, nº 43, setembro/dezembro 2001. p.09-22.
- BARHUM, S. Contribuição aos estudos sobre ações discriminatórias de terras. Mestrado, Unoeste, Presidente Prudente, 2003
- BENJAMIN, C. A opção brasileira. São Paulo: Ed. Contraponto, 1998.
- BERGAMASCO, S, M. , NORDER, L.A C. O que são assentamentos rurais. São Paulo: Editora Brasiliense, 1996, (Coleção Primeiros Passos).
- BERGAMASCO, Sônia Maria P. P. A realidade dos assentamentos por detrás dos números. São Paulo: Instituto de Estudos Avançados, volume 11 – Número 31, 1997.
- BEHRING, E. R - Brasil em contra-reforma: desestruturação do Estado e perda de direitos. São Paulo, Cortez, 2003.
- BOMBARDI, L. M. O Bairro Reforma e o processo de territorialização camponesa. Dissertação (Mestrado). Departamento de Geografia, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas. Universidade de São Paulo, 2001.
- BOMBARDI, L. M. - Luta de Classe e Reforma Agrária (A Lei de Revisão Agrária em São Paulo). Doutorado, FFLCH/USP, 2006.
- BOMBARDI, L. M. Contribuição ao debate teórico acerca dos conceitos de campesinato e agricultura familiar. João Pessoa: XII ENG, 2002.
- BONAVIDES, Paulo – Ciência Política. Ed. FGV, Rio de Janeiro, 1967.
- BRASIL, Ministério da Agricultura e da Reforma Agrária. Programa da Terra. Brasília, DF, 1992. 81p.
- BRASIL, Ministério Desenvolvimento Agrário. Distribuição e Crescimento Econômico. Teófilo E. (org.). Brasília: Núcleo de Estudos Agrários e Desenvolvimento Rural/Conselho Nacional de Desenvolvimento Rural Sustentável, 2000.
- BRASIL. (Ministério Desenvolvimento Agrário). Informações sobre o Programa Acesso Direto à Terra. Brasília, DF, 2001. Disponível em:

- <http://www.desenvolvimentoagrário.gov.br/notícias/adterra.htm> Acesso em: 26 de novembro de 2001.
- BRASIL. (Ministério Desenvolvimento Agrário). Portaria nº 62 – 27 de março de 2001. Trata de critérios para realização de vistorias de imóveis rurais, segundo Medida Provisória nº 2.109-49 de 27 de fevereiro de 2001. Disponível em: <http://incra.gov.br>. Acesso em 15 de junho de 2001.
- BRASIL. (Presidência da República). Decreto nº 3.508, de 14 de junho de 2000. Dispõe sobre o Conselho Nacional de Desenvolvimento Rural Sustentável – CNDRS. Brasília, 14 de junho de 2000. Disponível em: <http://www.incra.gov.br> Acesso em 29 de nov de 2000.
- BRASIL. Constituição (1988). Constituição da República do Brasil. Brasília. DF. Senado, 1988.
- BRASIL. Decreto nº 91.766, de 10 de outubro de 1985. Dispõe sobre o Plano Nacional de Reforma Agrária. São Paulo: Editora Atlas S.A., 1985.
- BRASIL. INCRA. Reforma da legislação. Disponível em: <http://www.incra.gov.br/serv/placar/balanco/reforma.htm>. Acessado em: 08 de janeiro de 1999.
- BRASIL. Ministério Desenvolvimento Agrário. Portaria nº 80 de 24 de abril de 2002. Dispõe sobre denominações e conceitos orientadores dos assentamentos do Programa Nacional de Reforma Agrária. Disponível em: : <http://incra.gov.br>. Acesso em 18 de junho de 2002.
- BRASIL. Ministério Desenvolvimento Agrário. Termo de referência de atuação em tensões e conflitos sociais no campo. Brasília, 2001.
- BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Agrário/INCRA. Novo retrato da agricultura familiar. O Brasil redescoberto. Brasília, DF: Núcleo Design, 2000.
- BRUNO, R. Senhores da terra, senhores da guerra. A nova face política das elites agroindustriais no Brasil. Rio de Janeiro: Forense Universitária:UFRRJ, 1997.
- CARDOSO, F.H. Reforma Agrária: compromisso de todos. Folha de São Paulo, São Paulo, 13 de abril 1997, Brasil, p.11.
- CARVALHO, F. S. – Processo discriminatório de terras: o caso do Pontal do Paranapanema. Mestrado, Florianópolis, SC, 2004.
- CASTRO, J. de Geografia da Fome. 9.ed. São Paulo: Círculo do Livro, s.d.
- CHAYANOV, A. V. La organización económica campesina. Buenos Aires: Editora Nueva Vision, 1974.
- COSTA, Wanderley Messias da – O Estado e as políticas territoriais no Brasil. São Paulo: Contexto, 1988.
- CPT, A luta pela terra. A Comissão Pastoral da Terra 20 anos depois. Goiânia: Paulus, 1997.
- CPT. Revista Conflitos no campo. Brasil, 1996.
- CHAUÏ, M. Convite á filosofia. São Paulo: Editoria Ática, 2000.
- DALLARI, D. Elementos da Teoria Geral do Estado. São Paulo, Ed. Saraiva, 2007.
- DALLARI, D. – O futuro do Estado. São Paulo, Ed. Saraiva, 2007.
- D'INCAO, Maria Conceição; ROY, Gérard. *Nós cidadãos: aprendendo e ensinando a democracia*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1995.
- DÉ CARLI, G. História da Reforma Agrária. Brasília: Gráfica Brasileira, 1985.
- ECO, U. Como se faz uma tese. 14.ed. São Paulo: Editora Perspectiva, 1996.
- ENGELS, F – A origem da família, da propriedade e do Estado. Ed. Centauros, 2007.
- ESTADO DE SÃO PAULO. Documento do governo federal sobre a questão fundiária no Brasil –1997. Disponível em: <http://estadao.com.br>

- ESTUDOS AVANÇADOS, Universidade de São Paulo. Instituto de estudos Avançados. São Paulo: USP, volume 11, nº 31 – setembro/dezembro 1997.
- ESTUDOS AVANÇADOS. Dossiê Desenvolvimento Rural. Universidade de São Paulo. Instituto de Estudos Avançados. Vol 15, nº 43, setembro/dezembro 2001.
- FACHIN, L.E. A justiça dos conflitos no Brasil. In: A urgência da Reforma Agrária. Revista Reforma Agrária. Campinas: ABRA. Volume 21, nº 1 – jan/abr. 1991. p.87-94.
- FACHIN, L.E. A justiça dos conflitos no Brasil. STROZAKE, J. J. (Org.) A questão agrária e a justiça. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2000.
- FELICIANO, C. A. – Movimento camponês rebelde e a geografia da reforma agrária. Mestrado, FFLCH/USP, 2003
- FELICIANO, C. A– A Geografia dos Assentamentos Rurais n Brasil: o MST e o MAST no Pontal do Paranapanema – Monografia de Bacharelado, 1999. FFLCH –USP
- FELICIANO, C. A. “Missão cumprida, ninguém viu nada.” In: *Paisagens*. Ano 1 nº1. São Paulo: Humanitas, 1997.
- FERNANDES, B. M. *Que Reforma Agrária?* XIV Encontro Nacional de Geografia Agrária. UNESP, Presidente Prudente, 1998.
- FERNANDES, B. M. Movimento social como categoria geográfica. In: Terra Livre, São Paulo: AGB, nº 15, 2000. p. 51-85.
- FERNANDES, B. M. MST. Formação e Territorialização. São Paulo: Editora Hucitec, 1996.
- FERNANDES, B. M. Questão Agrária, Pesquisa e MST. São Paulo: Cortez, 2001 (Coleção Questões da nossa época, v.92.).
- FERNANDES, B. M.; STÉDILE, J. P. Brava gente. A trajetória do MST e a luta pela terra no Brasil. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 1999.
- FERNANDES, B. M. Questões teórico-metodológicas da pesquisa geográfica em Assentamentos de Reforma Agrária. Trabalho apresentado na disciplina Processos Sociais Agrários - A construção dos objetivos sociológicos alternativos. Prof. Jose Vicente Tavares dos Santos – FFLCH/USP – 1995.
- FERNANDES, B. M. A modernidade no campo e a luta dos sem terra. In: Revista Cultura Vozes – Petrópolis: Vozes, nº1 –janeiro/fevereiro, 1996.
- FERNANDES, B.M. A Judicialização da Reforma Agrária. In: GEOUSP. Revista da pós-graduação em Geografia. São Paulo: Humanitas/FFLCH/USP, nº 01, 1997. p. 35-39.
- FERNANDES, B.M.; LEAL, G.M. Contribuições teóricas para a pesquisa em geografia agrária. In: IX Encontro Nacional. A Geografia no século XXI. ANPEGE, São Paulo. 23 a 26 de março de 2002.
- FOWLER, M. B.; PASSOS, C. R. L. O ministério público e o direito à terra. In: STROZAKE, J. J. (Org.) A questão agrária e a justiça. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2000.
- FRANCO, M.S.C. Homens livres na ordem escravocrata. São Paulo: Editora da UNESP, 1997.
- GILES, T. R – Estado, poder e ideologia. São Paulo: EPU, 1985.
- GOHN, M. G. Mídia, Terceiro Setor e o MST. Impactos sobre o futuro das cidades e do campo. Petrópolis, RJ: Vozes, 2000.
- GOHN, M. G. Teoria dos Movimentos Sociais. São Paulo: Loyola, 1997.
- GOHN, Maria da Glória. *Movimentos Sociais e luta pela moradia*. São Paulo: Loyola, 1991.
- GOMES DA SILVA, J. Princípios Constitucionais Básicos da Reforma Agrária. In: Revista Reforma Agrária. Campinas: ABRA. Ano 16. abr/jul 1986. p. 20-48.

- GOMES DA SILVA, J. Reforma Agrária na Constituição Federal de 1988 – Uma avaliação crítica. In: Re-constituir a Reforma Agrária. Revista Reforma Agrária. Campinas: ABRA. Ano 18. nº 2 – ago/nov. 1988. p. 14-17.
- GOMES DA SILVA, J. Buraco Negro: a reforma agrária na constituinte. São Paulo: Paz e Terra, 1989.
- GOMES DA SILVA, J. Caíndo por terra: crises da reforma agrária na Nova República. São Paulo: Editora Busca Vida, 1987.
- GOMES DA SILVA, J. *Caíndo por terra terra: crises da reforma agrária na Nova República*. São Paulo: Busca Vida, 1987.
- GOMES DA SILVA, J. G; LULA DA SILVA, L. I. Plano Nacional de Reforma Agrária: um projeto popular para agricultores sem terra e minifundistas. In: A urgência da Reforma Agrária. Revista Reforma Agrária. Campinas: ABRA. Volume 21, nº 1 – jan/abr. 1991. p. 69-82.
- GOMES DA SILVA, J. A Reforma Agrária na virada do milênio. Campinas: ABRA, 1996.
- GÖRGEN, Frei S. A. Necessidade desconhece lei. A legitimidade dos saques no Brasil neoliberal. In: Artigos realidade brasileira. São Paulo, 1999. Disponível em: <http://www.mst.org.br/bibliotc/textos/realbrasil/freisergio.html> Acesso em 15 de janeiro de 1999.
- GOULART, M.P. Ministério Público, Meio Ambiente e Questão Agrária. s.n.t.
- GROPPALI, Alexandre – Doutrina do Estado. Ed. Saraiva, São Paulo, 1962.
- GRZYBOWSKI, Cândido. *Caminhos e descaminhos dos movimentos sociais no campo*. Petrópolis: Fase/Vozes, 1987.
- GUGLIELMI, V.T. As terras devolutas e seu registro. Apresentado ao XVII Encontro dos Oficiais de Registro de Imóveis do Brasil, Maceió, AL, 1991.
- HAESBAERT, R. Des-territorialização e identidade: a rede “gaúcha” no Nordeste. Niterói: EDUFF, 1997.
- HERBERS, R. G. Conflitos no campo: o que dizem os dados. In: Movimentos sociais: lições e esperança. Revista Reforma Agrária. Campinas: ABRA. Ano 19. nº 2 – ago/nov. 1989. p. 50-72.
- HOBBSAWM, E.J. Pessoas extraordinárias. Resistência, rebelião e jazz. São Paulo: Paz e terra, 1998. <http://rds.org.br/via/presentacion.htm> (via campesina) Acessado em: 05 de novembro de 2002.
- IANNI, O. Revoluções Camponesas na América Latina. In: SANTOS, J. V.T. (Org.) Revoluções Camponesas na América Latina. São Paulo: Ícone Editora/Editora da Unicamp, 1985. p. 15-45.
- IOKOI, Z. G. Igreja e Camponeses. Teologia da Libertação e Movimentos Sociais no campo – Brasil e Peru, 1964-1986. São Paulo: Editora Hucitec e FAPESP, 1996.
- JUNQUEIRA, M. As terras devolutas na reforma agrária. São Paulo: Revista dos Tribunais, 1964
- JUSTO, M. G. Capim na fresta do asfalto: conflito pela terra em Conde, zona da mata Paraibana. Dissertação (Mestrado). Departamento de Geografia, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas. Universidade de São Paulo, 2000.
- KAGEYAMA, A. Os maiores proprietários de terras do Brasil. In: Revista Reforma Agrária. Campinas: ABRA. Ano 16. abr/jul 1986. p. 63-66.
- KAUTSKY, K. A questão agrária. São Paulo: Nova Cultural, (1899), 1986.
- LEITE, J. F. A ocupação no Pontal do Paranapanema. São Paulo: Hucitec, 1998.
- LEITE, S. (org.) Políticas Públicas e agricultura no Brasil. Porto Alegre: Editora da Universidade/UFRGS, 2001.
- LOCKE, J. – Segundo Tratado sobre el gobierno civil. Barcelona: Altaya, 1994
- LOWIE, R. H. – The Origino f the State. Ed. Russell, Nova York, 1961.

- MANIGLIA, E. O esbulho possessório e as ocupações de terras. In: STROZAKE, J. J. (Org.) A questão agrária e a justiça. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2000.
- MARANHÃO, M.; SCHNEIDER, V. A ofensiva da direita no campo no Brasil. Disponível em: <http://cptnacional.org.br>. Acessado em: 15 de março de 2002.
- MARES, C. F. – A função social da terra. Porto Alegre, Ed. Fabris, 2003.
- MARQUES, M. I. M. Atualidade do uso do conceito de Camponês. In: IX Encontro Nacional. A Geografia no século XXI. ANPEGE, São Paulo. 23 a 26 de março de 2002.
- MARTINS, D.; VANALLI, S. Migrantes. São Paulo: Contexto, 1984. (Repensando a Geografia).
- MARTINS, J. S. A questão agrária. In: Reforma Agrária. Boletim da ABRA. Campinas, nº7/8, ano V – jul/ago 1975. p. 2-7.
- MARTINS, J. S (coord.). Massacre dos inocentes. A criança sem infância no Brasil. 2.ed. São Paulo: Hucitec, 1993.
- MARTINS, J. S. A chegada do estranho. São Paulo: Editora Hucitec, 1993.
- MARTINS, J. S. A militarização da questão agrária no Brasil. Petrópolis, RJ: Editora Vozes, 1984.
- MARTINS, J. S. A questão agrária nos dilemas da governabilidade. In: Revista Tempo e presença. São Paulo nº 279, jan/fev. 1996.
- MARTINS, J. S. Expropriação e violência. A questão política no campo. São Paulo: Editora Hucitec, 1991.
- MARTINS, J. S. Sobre o modo capitalista de pensar. 2. ed. São Paulo: Hucitec, 1980.
- MARTINS, J.S. *A reforma agrária e os limites da democracia na “Nova República”*. São Paulo: Hucitec, 1994.
- MARTINS, J.S. “Sociologia e militância”. Entrevista. In: *Revista Estudos Avançados*. São Paulo. Volume 11, nº31. 1997.
- MARTINS, J.S. A escravidão nos dias de hoje e as ciladas da interpretação. Disponível em: <http://cptnacional.org.br>. Acessado em: 15 de março de 2002.
- MARTINS, J.S. A questão agrária brasileira e o papel do MST. In: A Reforma Agrária e a luta do MST.(STÉDILE, J.P org.).Petrópolis: Vozes, 1997.
- MARTINS, J.S. O cativo da terra. São Paulo: Hucitec, 1986.
- MARTINS, J.S.. *Os camponeses e a política no Brasil*. Petrópolis, 1981.
- MARTINS, José de Souza. *O poder do atraso: ensaios de sociologia da história lenta*. São Paulo: Hucitec, 1994.
- MENDES, C. A luta dos povos da floresta. In: Geografia: Pesquisa e prática social. Revista Terra Livre. São Paulo: AGB/Marco Zero, nº 07, 1990.
- MARQUES, M. I. M. De Sem Terra a “posseiro” a luta pela terra e a construção do território camponês no espaço da Reforma Agrária: o caso dos assentados noas fazendas Retiro e Velho –GO. Tese (Doutorado). Departamento de Geografia, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas. Universidade de São Paulo, 2000.
- MATIAS, MARTINHO LENZ, S.J (Coordenador) A igreja e a propriedade da terra no Brasil. São Paulo: Edições Loyola, 1980.
- MEDEIROS, L. S. , LEITE, S. (Org.) A formação dos assentamentos rurais no Brasil: processos sociais e políticas públicas. Porto Alegre/Rio de Janeiro: Ed. Universidade/UFRGS/CPDA, 1999.
- MEDEIROS, L. S. et.al. Assentamentos rurais: uma visão multidisciplinar. São Paulo: Editora da UNESP, 1994.
- MEDEIROS, L.S. História dos Movimentos Sociais no Campo. Rio de Janeiro: Fase, 1989.
- MESQUITA, H.A – “O massacre de Corumbiara – RO” – Doutorado, FFLCH – USP, 2001.

- MESQUITA, Z.; BRANDÃO, C. R. Territórios do cotidiano – uma introdução a novos olhares e experiências. Porto Alegre: Edunisc, 1995.
- MITIDIERO, JR, M. A. O estopim dos movimentos sociais no campo. São Paulo (monografia) Departamento de Geografia da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, 1999.
- MITIDIERO JR., M. A. O Movimento de Libertação dos Sem-Terra (MLST) e as contradições da luta pela terra no Brasil. Dissertação (Mestrado). Departamento de Geografia, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas. Universidade de São Paulo, 2002.
- MONBEIG, P. Pioneiros e fazendeiros de São Paulo. São Paulo: Hucitec-Polis, 1984.
- MORAES, S.H. N – Estado e Propriedade Agrária no Brasil: fórmulas jurídicas e vigência política. Mestrado, FD/USP, 1987.
- MORAES, S. H. N. A constituição de 1988: retrocesso e perspectivas da questão agrária. In: Movimentos sociais: lições e esperança. Revista Reforma Agrária. Campinas: ABRA. Ano 19. nº 2 – ago/nov. 1989. p. 73-82.
- MOURA, M.M. *Camponeses*. São Paulo: Ática, 1986.
- MOVIMENTO DOS TRABALHADORES RURAIS SEM TERRA - MST. Programa de Reforma Agrária. Caderno de Formação nº 23. 2. ed. São Paulo, 1996.
- MST. Como se organiza movimento dos trabalhadores rurais sem-terra. *Cadernos de Formação*, nº 5. São Paulo: MST, 1986.
- NAVARRO, Z. O projeto piloto “Cédula da Terra”- comentário sobre as condições sociais e político-institucionais de seu desenvolvimento recente. Disponível em: <http://www.dataterra.org.br/Documentos/zander.htm> . Acessado em: 27 de janeiro de 1999.
- NEAD/FEA – Brasil Rural – Na virada do milênio. Encontro de pesquisadores e jornalistas. São Paulo, 18 e 19 de Abril de 2001. Disponível em: : <http://incra.gov.br>. Acesso em 25 de outubro de 2001.
- NEVES, F.C. Multidões e identidade coletiva: o papel dos saques no nordeste. In: Revista Travessias, São Paulo, 1994.
- OLIVEIRA, A U. A Geografia das lutas no campo. 6. ed. São Paulo: Contexto, 1996 (Coleção Repensando a Geografia).
- OLIVEIRA, A. U. ”Agricultura Brasileira -Transformações recentes”. In: *Geografia do Brasil*. ROSS, J.(org.) São Paulo: Edusp, 1996.
- OLIVEIRA, A. U. A longa marcha do campesinato brasileiro: movimentos sociais, conflitos e Reforma Agrária. In: Dossiê Desenvolvimento Rural. Universidade de São Paulo. Instituto de Estudos Avançados. Vol 15, nº 43, setembro/dezembro 2001. p. 185-206.
- OLIVEIRA, A. U. Modo Capitalista de Produção e Agricultura. São Paulo: Labur Edições, 2007.
- OLIVEIRA, A.U. As (in)justiças no Pontal do Paranapanema. In: AGB informa nº 59 – encarte especial. São Paulo, 1995. p. 10-12.
- OLIVEIRA, A. U. O que é? (Renda da terra). In: Revista Orientação. Instituto de Geografia. São Paulo, nº 07, p. 77-85, 1986.
- OLIVEIRA, A.U. ”O que é? (renda da terra)”. In: *Orientação*. São Paulo, 1986.
- OLIVEIRA, A.U. “O campo brasileiro no final dos anos 80”. In: *A questão Agrária hoje*. STÉDILE J.P.(org) Porto Alegre: Ed. da Universidade, 1994.
- OLIVEIRA, A.U. *A Geografia das lutas no campo*: São Paulo: Contexto, 1996.

- OLIVEIRA, A.U. Espaço e tempo, compreensão materialista dialética. In: Novos Rumos da Geografia Brasileira. SANTOS, M. (org) São Paulo: Hucitec, 1988.
- OLIVEIRA, A.U. *Modo capitalista de produção e agricultura*. São Paulo: Ática, 1995.
- OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino. *A agricultura camponesa no Brasil*. São Paulo. Contexto, 1996.
- OLIVEIRA, A. U. . O Incra e a legalização da grilagem das terras públicas na Amazônia. Brasília-DF: Rádio Agência Notícias do Planalto, 2008
- OLIVEIRA, A. U. . Por que o silêncio sobre a reforma agrária?. Brasília-DF: Rádio Agência Notícias do Planalto, 2008
- OLIVEIRA, A. U. . A MP 422 será a farra da legalização da grilagem das terras do Incra na Amazônia. Brasília-DF: Rádio Agência Notícias do Planalto, 2008
- OLIVEIRA, A. U. . A MP 422 revela a aliança entre Lula e os grileiros na Amazônia. Brasília-DF: Rádio Agência Notícias do Planalto, 2008
- OLIVEIRA, A. U. . Os números da Reforma Agrária do Governo Lula. Brasília: Radioagência Notícias do Planalto, 2007
- OLIVEIRA, A. U. . ME ENGANA QUE EU GOSTO : A NÃO ATUALIZAÇÃO DOS ÍNDICES DE PRODUTIVIDADE DOS IMÓVEIS RURAIS NO GOVERNO LULA.. Brasília: Radioagência Notícias do Planalto, 2007
- OLIVEIRA, A. U. . O Brasil, a reforma agrária e as terras devolutas. Brasília: Radio Agência Noticias do Planalto, 2007
- OLIVEIRA, A. U. . As terras improdutivas no Brasil e a reforma agrária. Brasília: Radio Agencia Noticias do Planalto, 2007
- OLIVEIRA, A. U. . A máscara continua caindo.... Brasília: Radio Agencia Noticias do Planalto, 2007
- OLIVEIRA, A. U. . A reforma agrária em 2006: a política do agronegócio venceu. Brasília: Radio Agencia Noticias do Planalto, 2007
- OLIVEIRA, A. U. . A reforma agrária para o agronegócio: crime à vista no Pará (Capítulo 01 Os fatos). Brasília: Radio Agencia Noticias do Planalto, 2007
- OLIVEIRA, A. U. . O Agrobandidismo e a Reforma Agrária no Pará. São Paulo: Noticias do Planalto, 2007
- OLIVEIRA, A. U. . O MDA/INCRA e a reforma agrária no Pará (capítulo 02 os personagens e os crimes). São Paulo: Noticias do Planalto, 2007
- OLIVEIRA, B. C. C. Camponês. In: Revista Orientação. Instituto de Geografia/Departamento de Geografia. São Paulo, nº 08, 1990. p.102-105.
- OLIVEIRA, B. C. C. Os posseiros de Mirassolzinho. Dissertação (Mestrado). Departamento de Antropologia, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas. Universidade de São Paulo, 1991..
- OLIVEIRA, B. C. C. Tempo de travessia, tempo de recriação: profecia e trajetória camponesa. Tese (Doutorado). Departamento de Antropologia, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas. Universidade de São Paulo, 1998.
- OLIVEIRA, B. C. Reforma Agrária para quem? Discutindo o campo no Estado de São Paulo. In: Território e Cidadania. Da luta pela terra ao direito à vida. Revista Terra Livre. São Paulo: Editora Marco Zero/AGB, 1988. p. 65-76. 105-114.
- OLIVEIRA, B. C. Tempo de travessia, tempo de recriação:os camponeses na caminhada. In: Dossiê Desenvolvimento Rural. Universidade de São Paulo. Instituto de Estudos Avançados. Vol 15, nº 43, setembro/dezembro 2001. p. 255-265.
- OLIVEIRA, E. V. Bancada ruralista na câmara dos deputados. A bancada ruralista – Legislatura 1999/2002. – s.n.t.
- OLIVIERI, A. C. Canudos. In: *Guerras e revoluções brasileiras*. São Paulo: Ática, 1994.
- OPPENHEIMER, F. The State. Nova York, 1926.

- PANZUTTI, N.P – A política fundiária do Governo do Estado de São Paulo, 1983-87. IEA. Agricultura em São Paulo, vol.37 – 1990 . p.99-110
- PEREIRA, R.P.C.R. A teoria da função social da propriedade rural e seus reflexos na acepção clássica da propriedade. STROZAKE, J. J. (Org.) A questão agrária e a justiça. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2000.
- PINTO, L.C.G. Reflexões sobre a Política Agrária Brasileira no período 1964-1994. In: Reforma Agrária. Campinas, vol. 24, nº 1, 1995. p. 65-91.
- POULANTZAS, N. O Estado, o poder, o socialismo. Rio de Janeiro: Graal, 1980.
- PRADO JR, C. A questão agrária no Brasil. São Paulo: Editora Brasiliense, 1979.
- PRADO JR. C – Distribuição da Propriedade Fundiária no Estado de São Paulo. Revista de Geografia USP, 1(1). São Paulo, 1935
- PROUDHON. *O que é propriedade?* Lisboa: Editorial Estampa, 1997.
- RAFFESTIN, C. Por uma Geografia do Poder. São Paulo: Editora Ática, 1993.
- REYDON, B.P (Org.); PLATA, L .A. Intervenção estatal no mercado de terras: a experiência recente no Brasil. BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Agrário. UNICAMP/CNDRS/NEAD, 2000.
- RIBEIRO, N. F. Caminhada e esperança da reforma agrária. A questão da terra na constituinte. 2. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.
- ROMEIRO, A.; GUANZIROLI, C. LEITE, S. Reforma Agrária. Produção, emprego e renda. O relatório da FAO em debate. 2.ed. Petrópolis: Vozes, Rio de Janeiro: IBASE: FAO, 1994.
- SADER, E. Quando novos personagens entram em cena. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.
- SADER, R. Espaço e luta no Bico do Papagaio. São Paulo, 1986. Tese (Doutorado em Geografia) – Departamento de Geografia. Universidade de São Paulo.
- SADER, R. Migração e violência – O caso da Pré-Amazônia Maranhense. In: Território e Cidadania. Da luta pela terra ao direito à vida. Revista Terra Livre. São Paulo: Editora Marco Zero/AGB, 1988. p. 65-76.
- SAMPAIO, P. A. A Reforma Agrária. In: Re-constituir a Reforma Agrária. Revista Reforma Agrária. Campinas: ABRA. Ano 18. nº 2 – ago/nov. 1988. p. 5-13.
- SANTOS, A. P.; RIBEIRO, S.L.S; MEIHY, J.C.S.B. Vozes da marcha pela terra. São Paulo: Edições Loyola, 1998.
- SANTOS, J.V. T. Colonos do vinho. Estudo sobre a subordinação do trabalho camponês ao capital. São Paulo: Editora Hucitec, 1978.
- SANTOS, J.V.T Violência no campo: o dilaceramento da cidadania. In: Violência no campo. Que fins poderão justificar esses meios? Revista Reforma Agrária. Campinas: ABRA. Volume 22, nº 1 – jan/abr. 1992. p. 4-11.
- SANTOS, M. A natureza do espaço. Técnica e tempo, razão e emoção. São Paulo: Hucitec, 1996.
- SÃO PAULO. *Mediação no campo: estratégias de ação em situações de conflito fundiário*. Nº 06. São Paulo: ITESP, 1998.
- SÃO PAULO. *Terra e cidadãos: aspectos da ação de regularização fundiária no Estado de São Paulo*. Nº 04. São Paulo: ITESP, 1998.
- SÃO PAULO. *Pontal verde: plano de recuperação ambiental nos assentamentos do Pontal do Paranapanema*. Nº 02. São Paulo: ITESP, 1998.
- SAQUET, M – Elementos e concepção sobre o território. São Paulo, Ed. Unesp, 2007.
- SILVA, J. G. A modernização dolorosa: estrutura agrária, fronteira agrícola e trabalhadores rurais no Brasil. Rio de Janeiro: Zahar, 1981.

- SILVA, J. G. Progresso técnico e relações de trabalho na agricultura. São Paulo: Hucitec, 1981.
- SILVA, J. G. Ao vencedor, as batatas. As implicações da vitória da UDR na Constituinte. In: Re-constituir a Reforma Agrária. Revista Reforma Agrária. Campinas: ABRA. Ano 18. nº 2 – ago/nov. 1988. p. 18-20.
- SILVA, J. G. A nova dinâmica da agricultura brasileira, Campinas: UNICAMP, 1996.
- SILVA, L.O – Terras devolutas e latifúndio. Ed, Unicamp, 2008
- SILVA, L.R – Propriedade rural. Rio de Janeiro: Lumenjuris. 2001.
- SILVEIRA, U. Igreja e conflito agrário. A Comissão Pastoral da Terra na região de Ribeirão Preto. Franca: UNESP/Franca, 1998. (Estudos, 2).
- SIMONETTI, M.C. A longa caminhada: A (re) construção do território camponês em Promissão. Tese (Doutorado). Departamento de Geografia, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas. Universidade de São Paulo, 1999.
- SODRÉ, F. N. Quem é? Francisco Julião. 4.ed. São Paulo: Redenção Nacional, 1963.
- STEDILE, J.P (Org.) A questão agrária hoje. Porto Alegre: Ed. Universidade/UFRGS, 1994.
- STEDILE, João Pedro & GÖRGEN, Sérgio Antônio. *A luta pela terra no Brasil*. São Paulo: Scritta, 1993.
- STEDILE, João Pedro. *Questão Agrária no Brasil*. São Paulo: Moderna, 1997.
- STERNBERG, H. O'R. O trabalho de campo na Geografia. In: Contribuição ao estudo da Geografia. Ministério da Educação e Saúde. Serviço Documental, 1946. p. 13-63.
- STROZAKE, J. J. (Org.) A questão agrária e a justiça. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2000.
- STROZAKE, J.J – O acesso a terra no Brasil e a lei de ação civil pública. Doutorado. PUC/SP, 2006.
- TARELHO, L.C – O Movimento Sem-Terra de Sumaré. Espaço de Conscientização e de luta pela posse de terra. In: Território e Cidadania. Da luta pela terra ao direito à vida. Revista Terra Livre. São Paulo: Editora Marco Zero/AGB, 1988. p. 93-104.
- THOMAZ JUNIOR, A. Por trás dos canaviais, os (nós) da cana. (Uma Contribuição ao Entendimento da Relação Capital x Trabalho e do Movimento Sindical dos Trabalhadores na Agroindústria Canavieira Paulista). São Paulo: Tese (Doutorado) Departamento de Geografia, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, USP, 1996.
- THOMPSON, E. P. Tradicion, Revuelta y Consciencia de clase. Barcelona: Critica, 1979.
- TOURAINÉ, A. Os movimentos sociais. In: FORACCHI, M.M.; MARTINS, J.S. (Org.) Sociologia e sociedade. (Leituras de introdução à Sociologia). Rio de Janeiro: Livros Técnicos e Científicos, 1981. p. 335-365.
- TURATTI, M.C. Os filhos da lona preta: notas antropológicas sobre sociabilidade e poder em acampamentos do MST no Estado de São Paulo. Dissertação (Mestrado). Departamento de Antropologia, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas. Universidade de São Paulo, 1999.
- UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO. Catálogo de Dissertações e Teses – 1942/1997. Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas. São Paulo, junho 1998.
- VASQUES, A.C.B. A evolução das ocupações das terras no município de Teodoro Sampaio. Franca, 1973. Tese (Doutora em Geografia) – Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Franca.
- VEIGA, J. E. da A face rural do desenvolvimento. Natureza, território e agricultura. Porto Alegre: Ed. Universidade/UFRGS, 2000.

- VICTOR, A.D. As representações sociais dos trabalhadores rurais em situações de conflito e violência. Disponível em: <http://www.abrareformaagraria.org.br/artgo59.htm>. Acessado em: 09/05/2002.
- VILARINHO, C. R. O. Imposto territorial rural no Brasil: subtributação e evasão. In: Movimentos sociais: lições e esperança. Revista Reforma Agrária. Campinas: ABRA. Ano 19. nº 2 – ago/nov. 1989. p. 11-19.
- VOLTAIRE, F. Cartas Inglesas; tratado de metafísica; dicionário filosófico. São Paulo: Abril Cultural, 1978.
- WELCH, C.; GERALDO, S. Lutas camponesas no interior paulista. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.
- WOORTMANN, E. F.; WOORTMANN, K. O trabalho da terra. A lógica simbólica da lavoura camponesa. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1997.
- ZANDRÉ, A. *Às claras para todo mundo ver. O movimento de saques em Pernambuco na seca de 1990-1993*. Dissertação de Mestrado, UFPE, 1997.